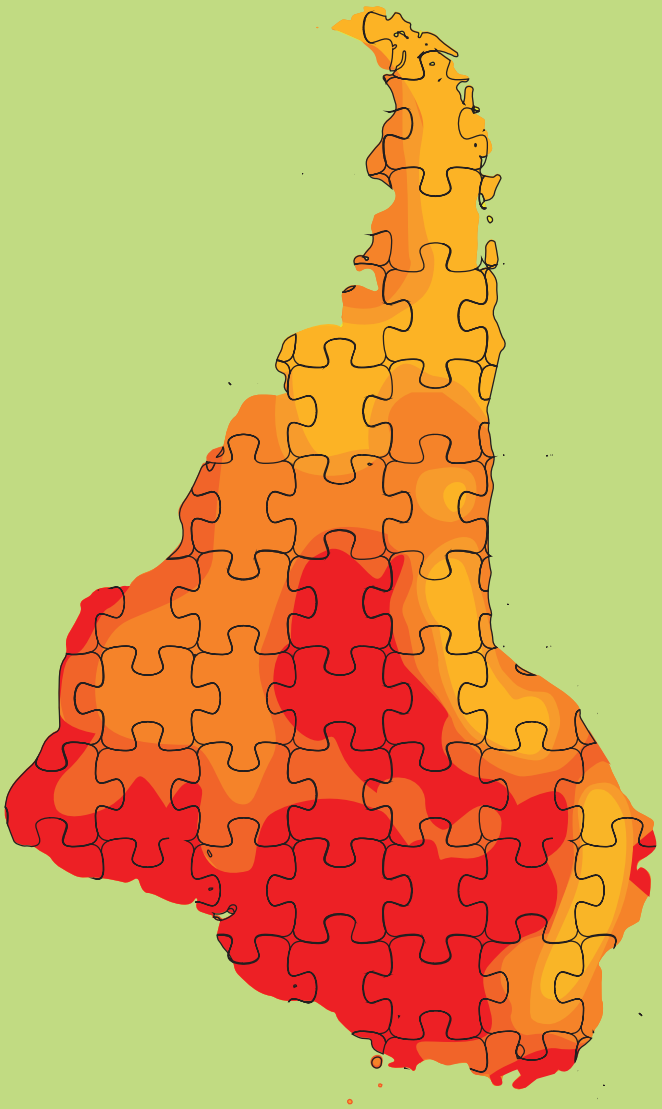
AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Volumen II: A filosofia das ciências sociais na América do Sul / Ciencia, género(s) y feminismo(s).

Filosofía e historia de la ciencia y sociedad en Latinoamérica



Coordina
Federico Bernabé

Editan
Claudio Abreu
Federico Bernabé
Sandra Caponi
Alberto Oliva

Filosofía e historia de la ciencia y sociedad en Latinoamérica

Vol. 2: A filosofia das ciências sociais na América do Sul / Ciencia, género(s) y feminismo(s)

Federico Bernabé (coord.)

Claudio Abreu, Federico Bernabé, Sandra Caponi, Alberto Oliva (eds.)

ISBN: 978-65-86622-02-7

2021, Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC), Buenos Aires e São Carlos

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Presentación del coordinador

El libro que presentamos a continuación es resultado de una convocatoria abierta por parte de la dirección de publicaciones de la Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur (AFHIC). Esta convocatoria emerge como una respuesta al creciente interés en la filosofía e historia de la ciencia latinoamericana sobre el impacto social de las disciplinas metacientíficas. Las publicaciones sobre filosofía feminista de la ciencia, problemas ambientales, política científica etc. han incrementado notablemente en las últimas décadas. Una parte importante de los y las profesionales en formación en nuestras disciplinas exploran el modo en el que la reflexión filosófica e histórica sobre la ciencia puede iluminar aspectos socialmente relevantes. Ya en el último Congreso de la AFHIC celebrado en 2018 tres de las cuatro mesas plenarias tuvieron como eje aspectos tratados en el presente libro: género, política científica y valores en ciencia y tecnología

La publicación de este libro responde, además, al objetivo general de la AFHIC de contribuir al desarrollo y perfeccionamiento de la filosofía e historia de la ciencia en la región. Es nuestra intención que la publicación de este libro fomente la discusión regional sobre estos problemas cuya relevancia va mucho más allá de la lógica interna de las disciplinas. El *annus horribilis* que la pandemia propició, puso en evidencia el volumen de las injusticias que el mundo en general y nuestra región en particular padecen. Pensar la ciencia y su lugar protagónico en la pandemia supone pensar también la desigualdad de género, el deterioro ambiental, el lugar de las ciencias sociales y las políticas científicas.

El libro se divide en dos volúmenes y cada volumen en dos secciones. Cada sección está a cargo de dos editores/as especialistas en la temática, quienes fueron responsables de coordinar la evaluación y selección de los trabajos publicados. En el volumen I se incluyen las secciones de Política Científica, a cargo de Leandro Giri y Judith Sutz, y de Medio Ambiente y Sociedad, a cargo de Constanza Rendon y Federico di Pasquo. El volumen II se compone de la sección de Filosofía e Historia de las Ciencias Sociales, editada por Alberto Oliva y Claudio Abreu, y la sección Ciencia, Género(s) y Feminismo(s), editada por Sandra Caponi y Federico Bernabé. Desde la dirección de publicaciones y la comisión directiva de AFHIC queremos reconocer y agradecer el extraordinario trabajo llevado adelante por los y las editoras en un contexto tan complejo como el que atravesamos, en cada país, a lo largo de 2020 (y lo que va de 2021). Sin su dedicación y esfuerzo esta publicación hubiera sido imposible.

No nos detendremos aquí en resumir los contenidos de cada sección, al inicio de cada una podrá encontrar el lector una síntesis inicial por parte de los y las editoras. Esperamos que la lectura de este material resulte estimulante y favorezca la discusión regional sobre la agenda social de la filosofía e historia de la ciencia.

Federico Nahuel Bernabé, director de publicaciones de AFHIC
Buenos Aires, abril del 2021

Volumen II

A filosofia das ciências sociais na América do Sul

AFHIC

Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul

Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Índice

A filosofia das ciências sociais na América do Sul

- A filosofia das ciências sociais na América do Sul …….…… 3-9
  Alberto Oliva
- Os textos desta seção ……..……10-12
  Claudio Abreu
- Popper e o problema da transformação de ideias metafísicas em teorias testáveis. O caso das ciencias sociais ……...…… .13-41
  Alberto Oliva
- Geografia, essa estranha (des)conhecida: feitos e potencialidades da ciencia geográfica no âmbito da epistemología……..... 42-65
  Dante Reis Junior
- La teoría de la estructuración de Anthony Giddens. Una mirada desde el estructuralismo metateórico ……..……. 66-92
  Sonia López Hana
- La crítica de Popper al marxismo: un análisis estructuralista …….……. 93-103
  Sebastián Rodríguez Chiarini
- El influjo de la teoría sobre la investigación según Robert K. Merton analizado desde la perspectiva de la metateoría estructuralista……104-115
  Cláudio Abreu

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

A filosofia das ciências sociais na América do Sul

Alberto Oliva†

Weber (1949, p. 104) ressaltou que "existem ciências para as quais está assegurada a eterna juventude, que entre elas se encontram as disciplinas históricas, aquelas em que problemas novos são perpetuamente suscitados pelo fluxo eterno e contínuo da cultura". O quadro de "imaturidade" das *moral sciences*, como as chamou J. S. Mill, é em boa parte devido à singularidade de lidarem com fatos muito dependentes de variações contextuais sobre os quais as pessoas envolvidas criam interpretações e atribuem sentidos. Esse tipo de complexidade tem levado os pesquisadores a construírem conceitos impregnados de pressupostos filosóficos de difícil tradução empírica. Dos *foundingfathers*, Weber foi o que mais se aprofundou na discussão das dificuldades filosóficas e metodológicas especiais com que se defrontam as *Geistewissenschaften*, que se diferenciam das ciências naturais por lidarem com fatos que se oferecem pré-interpretados à observação do estudioso. A pouca atenção dispensada à filosofia das ciências sociais no Brasil, e na América do Sul em geral, é fruto da tendência a desconsiderar as peculiaridades epistemológicas e ontológicas suscitadas pelo estudo dos fatos sociais. A atribuição de papel determinante aos fatores econômicos sobre o curso dos fatos políticos, e psicossociais em geral, tem se revelado fundamental à assunção de uma postura crítica, pouco envolvida com questões filosóficas, diante da realidade social atacada como geradora de injustiças derivadas das pronunciadas desigualdades entre as classes.

Entre os pais fundadores, o substrato filosófico não tinha como ser ocultado por mais que lidassem com ele de modos bem diferentes. O materialismo histórico de Marx nunca deixou de reconhecer a divida para com a dialética de Hegel, mas reprovou em termos cognitivos e sociais a esmagadora maioria das outras linhagens filosóficas. A concepção indutivista de ciência de Durkheim é caudatária do empirismo de Bacon e Mill apesar de apresentada como encarnação da cientificidade. Reconhecendo seu débito com o neokantismo, Weber lida aberta e assumidamente com as questões filosóficas que dele herdou. Sem esses substratos filosóficos, os pais fundadores não teriam como formular e fundamentar suas teorias *da maneira* que o fizeram. Os pais fundadores das ciências sociais reconheceram suas proveniências filosóficas a despeito de Marx e Durkheim terem adotado uma postura inamistosa para com a filosofia em geral que os conduziu a negligenciar os desafios conceituais especiais, prenhes de impregnação filosófica, suscitados pelo estudo da sociabilidade. Os pesquisadores sociais continuadores dos pioneiros se mantiveram abertamente envolvidos com questões epistemológicas por mais que, na maioria dos casos, deixassem de explicitar e problematizar pressupostos metafísicos, principalmente ontológicos, adotados para construir teorias holistas/coletivistas ou individualistas da vida social.

Em que pese toda a filosofia contrabandeada em obras substantivas como *Le Suicide* e *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse*, Durkheim defende o expurgo de todo e qualquer ingrediente filosófico da pesquisa que aspire a ser científica. Condena qualquer resquício de filosofia na sociologia ao defini-la, como antes fizera Comte, como uma *ciência de observação*. Mais do que como expressão de sua preferência pela epistemologia empirista, o indutivismo é proposto por Durkheim como equivalendo à codificação dos procedimentos metodológicos

† Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq. E-mail: aloliva@uol.com.br

utilizados pelas consagradas ciências naturais. Os defensores históricos do naturalismo, da visão de que as disciplinas sociais devem decalcar a metodologia das ciências naturais para conquistarem cientificidade, tenderam a negligenciar quão extensas têm se mostrado as divergências entre os que se arvoraram a identificar os traços distintivos de uma ciência como a física considerada modelar.

Abraçando uma estrita e estreita concepção indutivista de ciência, Durkheim (1949, p. 126) reage aos questionamentos de Hume de forma dogmática quando advoga que o princípio da causalidade é indispensável porque a ciência não tem como ser praticada sem ele: "só os filósofos puseram em dúvida a inteligibilidade da relação causal; para o cientista não suscita qualquer questão, já que é suposta pelo próprio método científico". Encarando a indução como uma espécie de inevitabilidade metodológica, Durkheim (1953, p. 95) adota uma visão depreciativa do papel da dedução na ciência ao apregoar que "durante o período em que a ciência social foi cultivada como uma arte, os escritores sociais usaram principalmente a dedução".

Justamente no período em que, no Brasil, se inicia o processo de formação da *sociologia* com aspiração a ser *científica*, Fernandes (1972, p. 68) faz coro com Durkheim: "[o progresso empírico-indutivo da sociologia] depende de nossa habilidade em procurar reunir "fatos precisos"; sem estes nenhuma ciência positiva é possível". Iniciados por Sexto Empírico e aprofundados por Hume, os questionamentos à indução, à pretensão de justificá-la racionalmente, são solenemente ignorados por Fernandes (1976b. p. 350): "não compartilhamos do pessimismo com que se tende a avaliar as possibilidades dessa técnica de investigação [a indução], reflexo tardio de preconceitos [...] contra os procedimentos de investigação sociológica empírico-indutiva". Eminente membro da pioneira *Escola Paulista de Sociologia*, Fernandes (1976a, p. 34) endossa a animosidade cognitiva de Durkheim para com a filosofia proclamando que "a principal característica do desenvolvimento da sociologia, na última metade do século XIX, está na tendência a substituir os hábitos filosóficos de trabalho intelectual por procedimentos de caráter científico". Levando-se em conta o que os sociólogos supracitados pensam da indução, dedução e causalidade, concordamos com Bottomore (1972, p. 79) quando observa que "a sociologia suscita, em proporções maiores que as outras ciências, problemas filosóficos [...] grande parte das fraquezas da teoria sociológica se deve à ingenuidade filosófica". Os pesquisadores sociais pouco se dão conta de que a existência de *Escolas* nas disciplinas sociais é consequência de serem adotadas várias vias epistemológicas e ontológicas para teorizar sobre os fatos.

Antes de Durkheim, Comte, com sua *Lei dos Três Estados*, tirou da filosofia qualquer papel cognitivo relevante. A filosofia em geral, representada pela metafísica em particular, é desqualificada como pré-científica. Isso quer dizer que constitui uma maneira de explicar o mundo que se tornou obsoleta e cognitivamente nula. A ciência inaugura uma etapa do desenvolvimento intelectual da humanidade que coloca as ideias filosóficas em uma espécie de *Museu do Pensamento*. Para o positivismo, o método é um só, o que faz com que as disciplinas sociais precisem acolher procedimentos que derivem das bem sucedidas ciências naturais para que assim possam cortar o cordão umbilical com a filosofia. Sendo esse o caso, inexistem boas razões para dispensar tratamento filosófico às questões conceituais especiais suscitadas pelas disciplinas sociais:

> Tome-se Augusto Comte como referência. Suas indagações correspondiam a questões que não poderiam ser formuladas e respondidas no âmbito do conhecimento do senso comum ou da Filosofia Pré-científica. O que é a ordem? Como ela se constitui? Como ela se mantém? Como ela se transforma? Em outras palavras, com o aparecimento da Sociologia não só se amplia o sistema das ciências, como se descobrem meios intelectuais plenamente adequados às necessidades de desenvolvimento criador ou construtivo dos modos secularizados de perceber e de explicar o mundo. (Fernandes, 1976a, p. 279)

À luz desse tipo de avaliação, as disciplinas sociais precisam se libertar do jugo especulativista da filosofia para conquistarem a cientificidade. Nada há na construção de suas teorias que gere

problemas que as levem a lançar mão de conceitos e categorias com irredutível substrato filosófico. Introduzir alguma modalidade de análise filosófica no seio de uma ciência social acarreta afastamento dos cânones da pesquisa empírica. Mesmo porque, como enfatiza Fernandes (1972, p. 62), "a sociologia nasceu de uma transformação recente do próprio ponto de vista filosófico", de tal maneira que "o esforço feito pelos autores modernos para libertar a sociologia de hábitos de pensamento que não são inerentes ao método científico ainda não chegou ao seu fim". Mostrando, à maneira de Durkheim, seu envolvimento com uma retórica empirista generalista, Florestan arremata: "ora, o respeito aos fatos só pode nascer do trato direto contínuo e cotidiano dos fatos". É controverso o diagnóstico não só de que a filosofia não passa de um fantasma cognitivo a assombrar as disciplinas sociais como também o de que os filósofos continuam se intrometendo no estudo dos fatos sociais induzindo alguns pesquisadores a se envolverem desnecessariamente com intrincadas questões epistemológicas e ontológicas. Acreditamos mais defensável a tese de que

> As ciências humanas é que utilizam as categorias filosóficas e as submetem a seus objetivos. Realizam grande consumo de filosofia sem que a iniciativa pareça provir da filosofia. A*parentemente*, não se trata de uma intervenção crítica da filosofia nos problemas ideológicos das ciências humanas, mas, ao contrário, de uma *exploração* por parte das ciências humanas de certas categorias filosóficas ou de certas filosofias [...] Essas categorias filosóficas e essas filosofias assim "exploradas" pelas ciências humanas são por essas ciências praticamente utilizadas como *substitutivo ideológico* da base teórica de que carecem. (Althusser, 1967, p. 38)

A enorme influência de Marx também ajuda a entender o descaso pela filosofia exibido pelas ciências sociais produzidas na América do Sul. Até porque o marxismo jamais valorizou a filosofia em geral, apenas aquelas que o anteciparam ou que se mostraram fundamentais para a edificação dos alicerces sobre os quais repousa o materialismo histórico. As alteridades foram costumeiramente desqualificadas como idealistas e burguesas. Todas as correntes do pensamento, à exceção das consideradas pioneiras da *filosofia da práxis*, são depreciadas em bloco por Marx na famosa XI *Tese sobre Feuerbach*: "todos os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, trata-se agora de transformá-lo". Mesmo tendo natureza filosófica, tal tese acarreta o desapreço genérico da filosofia e de sua história. Levando às últimas consequências a visão de Marx, Althusser (1976, p. 46) – bastante influente nos anos 70 no Brasil - prega que "a filosofia representa a luta de classes do povo na teoria", de tal modo que tudo se resume a adotar a teoria que se coloca do lado do proletariado contra todas as outras, que se deixam arrastar por uma ou outra versão do idealismo colocado historicamente a serviço da dominação. As teorias que se voltam para a análise conceitual ou para a fundamentação epistêmica são vistas como inócuas ao projeto de radical transformação da sociedade classista.

O influxo do marxismo sobre a história das ciências sociais na América do Sul acarretou o encolhimento do espaço dedicado à reflexão sobre os *fundamentos* epistemológicos e ontológicos – não apenas político-econômicos - da pesquisa social historicamente polarizada entre individualistas e coletivistas. Nem mesmo o *Methodenstreit*, que se arrasta ao longo da história das disciplinas sociais, recebeu a merecida e aprofundada discussão por parte dos sociólogos e economistas latino-americanos. Pouco problematizado, o substrato filosófico da *querela do método* pode ser emblematicamente apreendido acompanhando-se três grandes debates ocorridos ao longo do século passado: 1) A refrega entre o materialismo leninista e o empirocriticismo de Mach e seus seguidores; 2) A controvérsia entre membros da *Escola de Frankfurt* e a filosofia *"positivista"* da ciência representada por Popper e seguidores - veiculada na obra *Der Positivismusstreit in der deustchenSociologie* - em torno do método adequado às disciplinas sociais; 3) O embate entre popperianos e kuhnianos no *Colloquium in thePhilosophyof Science*, ocorrido em 1965 no Bedford College (Londres), veiculado na obra organizada por Lakatos &Musgrave*Criticismand the Growth of Knowledge.* Registre-se que essas polêmicas

epistemológicas contemporâneas têm como precursor o *Methodenstreit*no século XIX entre Carl Menger, fundador da Escola Austríaca, e Gustav von Schmoller, expoente da Escola Histórica. Todos esses debates evidenciam ser injustificável a defesa do expurgo genérico do componente filosófico da pesquisa social em nome da aplicação de um genérico método científico.

A forte influência do marxismo na América do Sul tem feito prevalecer a visão de que os problemas sociais momentosos exigem soluções revolucionárias, que tornam de secundária importância a atenção aos desafios conceituais especiais, muitos com substrato filosófico, com que se defrontam as disciplinas sociais. Contra o reformismo setorial, herdou-se de Marx a confiança irrestrita no valor explicativo e no poder *crítico* da teoria revolucionária. A priorização da transformação das sociedades subdesenvolvidas, marcadas por profundas assimetrias sociais, tornaria perda de tempo devotar atenção a algumas das questões da filosofia tradicional.

A grande penetração do positivismo, principalmente no Brasil, e do marxismo na América do Sul em geral, ajuda a entender por que os conceitos filosóficos tacitamente presentes nas ciências humanas e sociais deixam de ser devidamente problematizados. Apesar de assumir o *background* filosófico da dialética de Hegel e de dar a impressão de que valoriza o tratamento filosófico a importantes questões sociais e econômicas, Marx rechaça as alteridades fazendo recair sobre elas não só a acusação de falsidade como também a de que são política e economicamente instrumentalizadas pela burguesia no processo da luta de classes. Toda filosofia que se afasta das premissas do materialismo histórico é depreciada como especulativa, idealista. A filosofia que deixa de se alinhar ao proletariado, que não se realiza revolucionariamente na história, é acusada de operar em prol da preservação do *status quo*. Entre os teóricos que se empenharam em livrar as disciplinas sociais dos "desvios" filosóficos, Fernandes (1976a, p. 35) destaca Marx:

> Coube aos autores que limitaram o campo de suas investigações (como Marx, Le Play, Sumner Maine, Espinas, Durkheim, Tarde, Tonnies, Simmel, Summer, etc.) ou que se preocuparam com a especificidade de suas construções teóricas (como Glumpowicz, Ratzenhofer, Ward, Small, Giddings, etc.) a tarefa de expurgar a sociologia dos resíduos filosóficos mais prejudiciais ao espírito científico.

Diante da proliferação de ópticas, o pesquisador social tem procurado afastar as alteridades apontando-lhes defeitos sem atinar para os ingredientes filosóficos que contribuem para diferenciar as teorias sociais. Acusadas de cumprir função ideológica, as alteridades deixam ter relevância para o intercâmbio crítico. O reducionismo – para o qual há um tipo de fator determinante, por exemplo, o econômico, com base no qual são explicados os outros tipos de fato da vida associativa – é uma forma improfícua de combater a proliferação que assola as disciplinas sociais. Prevalecendo o reducionismo, torna-se desnecessário dar atenção a outras teorias, a outros domínios da pesquisa, em virtude de supostamente se debruçarem sobre epifenômenos. Encarando os fatores extraeconômicos como variáveis dependentes, o reducionismo torna de secundária importância a elaboração de explicações mistas resultantes de enfoques interdisciplinares. Em nome da busca da cientificidade, o reducionista, assim como o monopolista, desqualifica como "filosófica" a visão de que uma teoria identifica apenas os fatos que a trama de sua rede permite reter. Como sublinha Bunge (2004, p. 51-2), "es innegable, sin embargo, que las ciencias están fragmentadas. Esta fragmentación resulta prácticamente notoria en el campo de los estudios sociales. Y esto es deplorable, porque se espera que todas aquellas disciplinas estudien los hechos sociales, y es probable que cada hecho social presente muchos aspectos que una ciencia aislada no puede abarcar".

Sob o influxo do materialismo histórico, a filosofia na pluralidade de suas correntes é vista como um desvio da revolução e sob a influência do positivismo como afastamento da ciência. Se até o início do século passado, os problemas sociais vinham sendo tratados por meio do ensaismo, de impressões reunidas sem sistematização, sem o recurso a uma metodologia confiável, o marxismo e o positivismo propõem formas pretensamente seguras e confiáveis de explicar o que se passa na sociedade. O pressuposto é o de que os graves problemas políticos, econômicos e

sociais só podem ser devidamente tratados por meio do emprego de determinadas técnicas de pesquisa, as providas pela ciência conforme as caracteriza o positivismo, ou por meio de uma terapia revolucionária derivada do diagnóstico de Marx. Sendo assim, inexiste papel importante, ainda que coadjuvante, a ser desempenhado pela filosofia no interior das ciências sociais. Positivismo e marxismo têm contribuído bastante para tornar desnecessária a filosofia das ciências sociais dedicada a identificar e a problematizar os pressupostos epistemológicos e ontológicos adotados na construção das teorias sociais. A filosofia em geral é denunciada para que seja possível acusar de perniciosa a filosofia que supre categorias e conceitos à obra alheia, mas não a que alimenta a própria obra:

> Até a década dos trinta, de modo predominante, o pensamento brasileiro como um todo está comprometido com correntes nas quais prevalecem preocupações filosóficas, morais, jurídicas ou programáticas. É o que se verifica com as correntes mais em evidência até então, nas quais sobressaem o catolicismo, evolucionismo, positivismo, liberalismo, corporativismo. Não há dúvida de que nessas incluíam-se também preocupações sociológicas. Mas a tônica era dada por formas de pensar relativamente pouco comprometidas com a consistência lógica da análise científica, com as exigências metodológicas da pesquisa de campo ou reconstrução histórica. (Ianni, 1989, p. 86)

O diminuto envolvimento com questões filosóficas é bem exemplificado pela *teoria da dependência* cujo embasamento explicativo se localiza precipuamente no campo da economia. Trata-se de uma teoria sociológica, economicamente derivada, cujo substrato filosófico jamais é devidamente problematizado. Seus pressupostos nunca foram debatidos, sua ontologia centrada nas sociedades encaradas como totalidades foi assumida como uma espécie de *obviedade* só apreensível pelo pensamento crítico. A ideia de que uma sociedade sob o colonialismo econômico possui apenas uma consciência alienada deriva, no ponto de partida, do famoso esquema de Hegel sobre a relação Senhor-Escravo e da reformulação operada por Marx ao estabelecer a interdependência ontológica, economicamente determinada, entre proletariado-burguesia. Com isso, a consciência de classe alienada precisa ser complementada pela conquista da consciência nacional traduzível na percepção da sociedade que, se enxergando subordinada econômica e politicamente aos centros de decisão dos países hegemônicos, busca sua libertação. A relação original de dominação sai do plano individual, deixa de se desenrolar entre Senhor e Escravo, vai para a arena social na qual subsistem formas petrificadas de interação entre a classe exploradora e a classe explorada e, no fim do percurso, chega ao plano global como uma relação entre nações em que umas são dependentes de outras.

Acriticamente endossada, essa ontologia holista promove o deslocamento da centralidade, originalmente dada às classes sociais, para o plano das nações, em que umas poucas são apresentadas como ocupando o centro do poder mundial e as demais são localizadas na periferia do poder econômico e político. Curiosamente, seu grande sucesso se deveu mais a razões "filosóficas" que às suas conquistas explicativas empiricamente embasadas. Por fim, cabe ressaltar que as *novas* formas de realizar pesquisa social também pouco ou nenhum destaque dão à dimensão filosófico-conceitual dos problemas abordados, uma vez que constroem modalidades de teoria que enquadram os problemas da vida social em molduras que previamente demarcam o tipo de tratamento - em que prevalece o imperativo político tido por correto - a ser adotado.

Referências

Althusser, L. (1967) *Philosophie et Philosophie Spontanée des Savants*. Paris. François Maspero.

Althusser, L. (1976) *Positions (1964-1975)*. Paris. Editions Sociales.

Bottomore, T. B. (1972) *Sociology*. *A guide to Problems and Literature*. Nova Iorque. Vintage Books.

Bunge, M. (2004) *Mitos, Hechos y Razones Cuatro Estudios Sociales*. Buenos Aires. Sudamericana.

Durkheim, E. (1949) *Les Régles de la Méthode Sociologique*. Paris. Librarie Felix Alcan.

Durkheim, É. (1953) *Montesquieu et Rousseau. Précurseurs de la Sociologie*. Paris. Librairie Marcel Rivière et Cie.

Fernandes, F. (1972) *FundamentosEmpíricos da ExplicaçãoSociológica.* São Paulo. Companhia Editora Nacional.

Fernandes, F. (1975b) *Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios*. Petrópolis. Editora Vozes.

Fernandes, F. (1976a) *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora.

Ianni, O. (1989) *Sociologia da Sociologia*. São Paulo. EditoraÁtica.

Weber, Max (1949) *Max Weber on the Methodology of the Social Sciences*. Trad. de E. Shils e H. F. Finch. Glencoe. The Free Press.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Os textos desta seção

Cláudio Abreu†

São cinco as contribuições que neste volume têm as ciências sociais como foco. Em todas elas, ao menos em alguma medida, se mostra como a filosofia pode contribuir no que se refere à sistematização e desenvolvimento dos saberes que nos brindam as ciências sociais. Na primeira contribuição, "Popper e o problema da transformação de ideias metafísicas em teorias testáveis. O caso das ciências sociais", Alberto Oliva avalia criticamente a tentativa de Popper de proteger a metafísica das críticas sintático-semânticas a ela dirigidas pelo empirismo lógico. Contra o veredicto de que as proposições metafísicas carecem de sentido, Popper invoca a história da ciência como fonte de evidências capaz de revelar os modos com que algumas teorias científicas importantes se originaram de especulações metafísicas. A despeito de serem representativos os casos elencados por Popper, o recurso à história da ciência com o fito de salvar a metafísica é insuficiente. Oliva defende a tese de que as ciências sociais minam a sustentabilidade da posição popperiana na medida em que inexistem casos emblemáticos de conteúdos metafísicos que foram reprocessados de um modo que propiciou sua conversão em teorias amplamente reconhecidas como testáveis pelas várias*escolas de pensamento*que se aninham nas diversas disciplinas sociais.Em outra fase de sua obra, Popper intenta aprofundar o resgate da metafísica defendendo sua importância e indispensabilidade para a ciência em virtude de as questões metafísicas fazerem parte da pesquisa científica. A despeito de continuar a ser encarada como formada por teorias insuscetíveis de teste, a metafísica passa a ser vista como constituída de teses passíveis de discussão racional. Sendo inequívoca sua presença na ciência e sendo considerada passível de crítica, a metafísica desponta ainda mais importante. Quando a partir dos anos 50 se reporta ao que passa a chamar de *programas metafísicos de pesquisa* Popper elenca casos emblemáticos pertencentes às ciências naturais, em especial à física, de conversão da metafísica em ciência. Nenhum dos exemplos foi tirado das ciências sociais. Em que pese ser a psicanálise considerada o único exemplo de um programa metafísico de pesquisa fora das ciências naturais, não teria sofrido transformações que a tivessem convertido em uma teoria científica formada por proposições testáveis. Sendo assim, a ideia de que programas metafísicos de pesquisa se transmutam em autêntica ciência se aplica mais uma vez exclusivamente às ciências naturais. Esse quadro permite problematizar se nas disciplinas sociais os programas metafísicos de pesquisa conservam indefinidamente o estatuto de metafísicos. Se a metafísica é criticável, justifica-se colocar em dúvida se o é a que penetra maciçamente nas disciplinas sociais. Oliva defende que a metafísica nas disciplinas sociais serve para conferir identidade às diferentes correntes de pensamento e que, sendo esse o caso, se revela empiricamente intraduzível, impermeável ao tipo de crítica que torna possível a superação de certas posições em prol de outras. Desse modo, a segunda forma de Popper procurar resgatar a metafísica também esbarra no panorama encontrável na história das ciências sociais.

Em "Geografia, essa estranha (des)conhecida: feitos e potencialidades da ciência geográfica no âmbito da epistemologia", Dante Reis argumenta que este campo disciplinar, mesmo que ainda carente de atenção nos círculos de discussão sobre filosofia e história das ciências, possui aspectos

† Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Colaborador del Centro de Estudios de Filosofía eHistoria de la Ciencia de la Universidad Nacional de Quilmes (CEFHIC-IESCT-UNQ-CIC-BA), Argentina. claudioabreu@outlook.com.

que o tornam fértil tanto como objeto de análise metacientífica, quanto como ângulo de visão epistemológica sobre os demais campos. Para Reis, o "saber geográfico" nos habilita a definir o alcance espacial dos fenômenos e estimar suas transições de escala, comprovando, assim, nossa capacidade intelectual em articular abstração e empiria. O objetivo de sua contribuição é apresentar à comunidade de pesquisadores em filosofia e história das ciências este que parece ser um caso ainda pouco noticiado no seio desta comunidade, a saber, o caso da ciência geográfica. Vista como uma disciplina de préstimos meramente escolares, há algumas décadas a geografia tem inspirado também estudos de segunda ordem, o que permite uma discussão sobre a identidade científica deste importante e antigo campo de saber. Reis apresenta seu panorama evolutivo, ressaltando de forma sinóptica o surgimento das pesquisas de viés especialmente epistemológico. Por fim, com o objetivo de contribuir à demonstração de que o olhar geográfico também pode constituir uma lente analítica sobre as ciências, Reis ao final de sua contribuição apresenta algumas observações prospectivas.

Em "A teoria da estruturação de Anthony Giddens. Uma mirada desde a metateoría estruturalista", Sonia Lopez Hanna, frente ao fato de que uma das críticas mais radicais à teoria da estruturação de Giddens tem sido aquela que a acusa de ser compreensiva e, por isso, empiricamente vaga, apresenta um duplo objetivo. Por uma parte, mostrar que a mencionada crítica é um sintoma de abordar a análise de Giddens desde a concepção de teoria característica do período clássico da filosofia da ciência. Por outra parte, que o enfoque da metateoria estruturalista, especialmente por seu conceito de rede teórica, é mais adequado para capturar as intuições giddensianas. Lopez Hanna apresenta, em primeiro lugar, a teoria da estruturação de Giddens como uma teoria da ação social, concentrando-se especialmente na apresentação informal da própria teoria, seus conceitos e relações. Em seguida, apresenta o quadro metateórico geral assumido por Giddens *qua* filósofo para a construção de sua teoria e discrimina as diretrizes metateóricas particulares, especificando as ideias de Giddens sobre o caráter abrangente, fundamental e empírico de sua teoria. A continuação, Lopez Hanna repassa uma série de críticas à teoria da estruturação como sendo especulativa e empiricamente fútil. Uma vez apresentado o contexto teórico a ser analisado, a autora apresenta as ideias básicas da metateoria estruturalista, cuja abordagem orienta à análise. Tendo preparado o terreno, na sequência apresenta uma leitura aproximada da teoria de estruturação a partir da perspectiva da metateoria estruturalista. A contribuição assume que esta abordagem metateórica tem a virtude de oferecer ferramentas flexíveis que permitem capturar a estrutura das teorias em toda sua complexidade, o que é fundamental para a análise da teoria da estruturação, pois as noções de rede teórica e especialização, que sistematizam algumas sugestões kuhnianas - que são, por sua vez, o quadro metateórico sobre o qual Giddens pretende se mover -, não só permitem apreender a teoria da estruturação preservando suas características isoladas - a saber, a de ser uma teoria abrangente, fundamental e empírica -, mas também permitem dar uma resposta às críticas dirigidas à teoria.

Em "A crítica de Popper ao marxismo: uma análise estruturalista", Sebastián Chiariniexamina alguns dos argumentos apresentados por Karl Popper contra a teoria de Karl Marx. Para este fim, oferece um retrato das características mais salientes do que Popper chama de "historicismo", uma corrente na qual ele inscreve o marxismo. Os argumentos de Popper enfatizam um suposto mal-entendido, por parte de Marx e Marxistas, sobre a natureza das leis científicas. A contribuição está enfocada nas críticas de corte epistemológico, deixando de lado as críticas de corte ético-político. São apresentados alguns dos argumentos de Popper contrários a existência de leis sociais, é comparada a concepção de lei científica de Popper com a concepção da metateoria estruturalista. Chiarinimostra como os argumentos de Popper dependem de certas suposições metafóricas muito específicas. Chiarini defende a tese de que a crítica falsificadora do marxismo repousa sobre uma concepção enunciativa das teorias empíricas e que tal crítica perde sua força quando deixamos de considerar as teorias desde esta perspectiva para considerá-las em termos de modelos como é proposto pela metateoría estruturalista. A contribuição de Chiarini mostra como a decisão de salvar

a teoria apesar de suas falhas, suas previsões fracassadas e todos os outros problemas que podemos encontrar nela, não é um sinal que indique necessariamente a pseudociência do marxismo.

Em sua contribuição, "A influência da teoria na pesquisa de acordo com Robert K. Merton analisada a partir da perspectiva da metateoria estruturalista", Cláudio Abreu retoma as contribuições de Roberto Merton, quem foi um dos sociólogos mais destacados do século passado, mas não como sociólogo e sim como filósofo da ciência. Concentrando-se especificamente na sociologia, Merton discutiu e refletiu sobre o que denominou teorias de alcance médio, sobre a influência entre teoria e pesquisa etc. No que diz respeito a este último tema, deve-se observar que a influência pode ocorrer da teoria à pesquisa e da pesquisa à teoria. A contribuição de Abreu a este volume aborda a primeira destas perspectivas. Seu objetivo principal é mostrar que assumindo a concepção de teoria fornecida pela metateoria estruturalista, é possível entender melhor as ideias de Merton. Abreu apresenta em termos gerais a posição defendida por Merton com respeito ao desenvolvimento da sociologia, apresenta as ideias básicas da concepção de teoria que adota para, finalmente, proceder a uma reconstrução das ideias de Merton sobre a influência da teoria sociológica na pesquisa. Esta reconstrução visa favorecer a retomada do diálogo entre filosofia geral da ciência e as discussões específicas sobre os fundamentos da sociologia.

Popper e o problema da transformação de ideias metafísicas em teorias testáveis. O caso das ciênciassociais*

Alberto Oliva†

Resumo

O objetivo é problematizar a tentativa de Popper de livrar a metafísica das críticas sintáticas e semânticas a ela dirigidas pelo empirismo lógico. Contra o veredicto de que as proposições metafísicas carecem de sentido, Popper recorre à história da ciência como fonte de evidências capaz de revelar os modos com que algumas importantes teorias científicas se originaram de especulações metafísicas. A despeito de serem representativos os casos elencados por Popper, o recurso à história da ciência para salvar a metafísica é insuficiente. Defenderemos a tese de que as ciências sociais minam a sustentabilidade da posição popperiana em virtude de inexistirem casos emblemáticos de conteúdos metafísicos que tenham sido reprocessados de um modo que tenha propiciado sua conversão em teorias reconhecidas como testáveis por diferentes*Escolas de Pensamento*. Quando a partir dos anos 50 se reporta ao que passa a chamar de *programas metafísicos de pesquisa*, Popper elenca casos emblemáticos - tirados exclusivamente das ciências naturais, em especial da física - de conversão da metafísica em ciência. Visto que nenhum caso foi tirado das ciências sociais, cabe discutir por que nelas os programas metafísicos de pesquisa se conservam nesse estado. Advogaremos que a metafísica nas disciplinas sociais serve para conferir identidade às diferentes *correntes de pensamento* e que, sendo esse o caso, se revela insuscetível de tradução empírica.

Palavras-chave: insight especulativo –conversão empírica- individualismo - coletivismo

∗ Agradecimentos à AFHIC, na pessoa de Federico Nahuel Bernabé, pelo proficiente trabalho de organização deste livro.

† Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq. E-mail: aloliva@uol.com.br

1. A importância da metafísica à luz da história da ciência

Colocaremos em discussão a tese popperiana de que é injustificável negar à metafísica a capacidade de conferir sentido às suas proposições em virtude de seu potencial – historicamente comprovado - de contribuir para a eventual formação de teorias científicas. Popper (1989, p. 38) chega a sustentar que "historicamente falando, todas, ou quase todas, as teorias científicas se originaram de mitos; mesmo porque um mito pode conter antecipações importantes de teorias científicas". Alegando que a metafísica tem se constituído em fonte de inspiração para a formação de teorias científicas, Popper rechaça a posição que a desqualifica acusando-a de só forjar especulações abstrusas ou ininteligíveis. Contra a proposta de *eliminação da metafísica por meio da análise lógica da linguagem*, Popper pretende promover a reabilitação da metafísica invocando o *fato* – encontrável na históriada ciência - de que algumas de suas noções, ou visões gerais da realidade, foram transformadas em conceitos ou teorias científicas. A comprovação de que serviu para gerar explicações científicas seria suficiente para "refutar" a tese de que a metafísica está condenada a produzir discursos sem sentido:

> Contra o positivismo, tenho enfatizado que a ciência natural se originou historicamente de uma espécie de *precipitado* de ideias metafísicas, com frequência, as teorias científicas se originam historicamente da metafísica, da qual diferem em virtude de serem seus *precipitados* falsificáveis. Toda a minha metodologia consiste na constatação de que as ciências naturais tentam encontrar uma realidade escondida atrás das aparências [...] se quisermos submeter nossas hipóteses testáveis ao rigoroso teste da experiência, como Kepler fez, essas hipóteses precisam deixar de ser metafísicas para se tornarem hipóteses científicas que nos permitam aprender com nossos erros. (Popper, 2007, pp. 76-7)

Na avaliação de Popper, a história da ciência revela que algumas ideias metafísicas foram aproveitadas pela ciência, que as reelaborou construindo teorias que se mostraram testáveis. Nesse caso, a metafísica é revalorizada por poder servir de ponto de partida para a ciência, por suas ideias poderem em alguns casos ser reprocessadas e transformadas em explicações com lastro empírico:

> Há uma realidade por trás do mundo tal qual se nos apresenta; possivelmente uma realidade de muitas camadas em que as aparências são as camadas mais externas. O que o grande cientista faz é corajosamente buscar adivinhar, ousadamente conjeturar, com que se parecem essas realidades internas. Isso se assemelha a produzir mitos. Historicamente, podemos fazer as ideias de Newton remontar - via Anaximandro - a Hesíodo; e as ideias de Einstein - via Faraday, Boscovich, Leibniz e Descartes - a Aristóteles e Parmênides. A ousadia pode ser aferida pela distância entre o mundo da aparência e a realidade conjeturada, as hipóteses explicativas. (Popper, 1974, p. 980)

Nosso intento é mostrar que por mais que existam evidências históricas indicando que a teoria carente de conteúdo empírico pode vir a adquiri-lo quando migra da metafísica para as ciências naturais, o panorama é bem diferente com relação às disciplinas sociais. A despeito de absorverem ideias de diferentes matrizes filosóficas, as ciências sociais ficam longe de completar o ciclo que transmuta em teoria empiricamente controlável o que, na origem, é especulação formada por intuições muitas vezes nebulosas. Defendemosque a tese popperiana do reaproveitamento da metafísica pela ciência deixa de ser corroborada quando se passa a dar atenção ao evolver das disciplinas sociais em virtude de vários fatores. Advogamos que as ciências sociais enfraquecem o projeto popperiano que almeja *revalorizar* a metafísica por meio da invocação do fato de que ela tem (tido) serventia para a ciência. Lidaremos com um *caso* emblemático envolvendo o longevo debate entre individualistas e holistas/coletivistas com o objetivo de evidenciar porque deixa de se operar, na história das ciências sociais, a conversão do metafísico em teorias acolhidas e reconhecidas como científicas por toda a comunidade de pesquisadores.

É fundamental entender por que no processo de construção de teorias sociais está praticamente ausente o roteiro por meio do qual o componente especulativo se transmuta em teoria acolhida

como empírico-científica por diferentes *Escolas* de pensamento. Talvez isso se deva ao fato de as diferentes *Escolas* exibirem, para afirmar e firmar sua identidade, um elevado grau de dependência à metafísica adotada. Por mais que intuições metafísicas estejam na origem de teorias sociais não se têm mostrado reprocessáveis de uma maneira que as converta em teorias consensualmente reconhecidas como científicas. Se "o conhecimento, desde o início, deve ter um elemento especulativo", como prega Bachelard (1968, pp. 13-4), nas ciências sociais tem parecido mais difícil traduzi-lo para a linguagem das teorias empiricamente controláveis.

Sendo por um lado relativamente fácil constatar que a gênese de algumas das mais importantes teorias sociais pode ser rastreada em conceitos filosóficos, por outro, deixa-se de comprovar que nelas ocorra a tradução, tão decantada por Popper, do metafísico para o empírico. Mais que nas ciências naturais, é nas sociais que se pode detectar uma constante importação de conteúdos filosóficos e/ou metafísicos. O que deixa de ocorrer é a conversão - consensualmente reconhecida – do *insight* especulativo em teoria testável. Isso faz com que Popper se veja obrigado a recorrer quase que exclusivamente a exemplos cosmológicos em defesa da tese do aproveitamento da metafísica pela ciência. Em que pesem os tantos e notórios casos de "absorção" de conteúdos filosóficos pelas disciplinas sociais, Popper deixa de nelas assentar seus argumentos em prol da recuperação da metafísica em virtude da teoria de uma *Escola* ter seu estatuto de cientificidade questionado por outra *Escola* sem que busquem a superação dos impasses metafísicos entre elas.

Pode-se conjeturar que diferentes conceitos filosóficos têm sido importados pelas diversas vertentes das ciências sociais com base apenas em suas respectivas necessidades de acolher determinado conjunto de *pressuposições absolutas*, como as concebe Collingwood (2007, p. 32), para enquadrar os fatos nos *tipos* de explicação buscados. Se esse for o caso, não cumprem a função de trampolim capaz de levar à formulação de teorias refutáveis, de tal maneira que deixa de se completar o ciclo que transmuta em teoria social empiricamente controlável o que, na origem, é puramente especulativo.

Ofato de a metafísica ocasionalmente ter inspirado a formação de explicações nas ciências naturais sequer é suficiente para evitar que suas proposições sejam colocadas no limbo da falta de significado denunciada pelo positivismo lógico. Os vários casos em que ocorreu a conversão do metafísico em científico podem ter-se devido à incidência de fatores heurísticos fortuitos estudáveis no âmbito do contexto da descoberta. Nesse caso, pode se mostrar questionável a pretensão de devolver *significatividade* às proposições metafísicas invocando a história da ciência.

Antes mesmo da formação do Círculo de Viena, Mach (1914, p. 369) insta os cientistas a eliminarem de modo indiscriminado todas as questões metafísicas, independentemente de serem consideradas insolúveis no atual momento ou sem sentido para sempre. Para Mach, "tudo que podemos querer conhecer é dado pela solução de um problema de modo matemático ou pela averiguação da interdependência funcional entre os elementos sensoriais; esse conhecimento exaure o conhecimento da 'realidade'". Contra a formulação de um critério que reduz as teorias metafísicas a conglomerados de palavras incapazes de veicular sentido, ininteligibilidades proferidas com pompa retórica para encobrir o vazio informativo, Popper acredita ser suficiente invocar os casos em que os *insights* metafísicos foram precursores de teorias científicas.

No entender de Popper (1992, p. 89), o fato de o critério da verificabilidade ir além do estabelecimento de fronteiras entre ciência e metafísica e/ou pseudociência, gera a necessidade, "reconhecida pelo próprio Círculo, de outro critério capaz de distinguir entre significado e falta de significado; daí ter sido adotada a verificabilidade, que passou a ser vista como equivalente à *probabilidade* por meio de enunciados observacionais". Por acreditar que a falta de conteúdo empírico, de capacidade explicativa intrínseca, da metafísica não justifica julgá-la impotente para produzir *significado* (*cognitivo*), como faz o critério da verificabilidade, Popper (1959, p. 314) apregoa que seu "critério de demarcação, centrado na falsificabilidade dos enunciados, é suficiente para introduzir a distinção, com a requerida precisão, entre os sistemas teóricos das ciências empíricas e os da metafísica (e os sistemas convencionalistas e tautológicos)"; e que isso pode ser feito sem que se torne necessário decretar que "a metafísica é destituída de significado, uma vez

que a metafísica pode ser vista, de um ponto de vista histórico, como fonte a partir da qual brotam as teorias das ciências empíricas".

O fato é que Popper atribui significatividade a um tipo de discurso metafísico, não à metafísica em geral, com base em evidências históricas esparsas aptas apenas a indicar que a metafísica encerra o potencial de sugerir, com pioneiras intuições e visões de mundo, caminhos explicativos à ciência. Popper (1974, p. 981) reconhece que "a transição da metafísica para a ciência não é nítida: o que era uma ideia metafísica ontem pode se tornar uma teoria científica testável amanhã". Dando a impressão de se desdizer, Popper em alguns textos advoga que a maioria das teorias metafísicas é imprestável. Chega a usar como epígrafe a passagem do *Discours de laMéthode* (1987, p. 16) em que Descartes afirma que "nada se saberia imaginar de tão estranho e tão pouco crível que não tenha sido dito por um filósofo". Popper (1971, p. 299) reverbera a retórica do Wittgenstein II quando enfatiza a necessidade "de combater os sistemas metafísicos que tendem a nos *enfeitiçar* e confundir" sem, no entanto, deixar de ressalvar que "devemos claramente fazer o mesmo com os sistemas não metafísicos e antimetafísicos que exibam essa perigosa tendência". Nas passagens em que sustenta que a metafísica se compõe, em um número significativo de casos, de construções abstrusas e insuscetíveis de *reciclagem* teórica, Popper parece endossar parcialmente as críticas que os empiristas lógicos assacaram contra a metafísica. Contudo, os ataques que dirige às filosofias sibilinas e oraculares em nada enfraquecem sua convicção de que os casos em que ocorreu a transformação do conteúdo especulativo em teoria científica são suficientemente representativos para devolver *significatividade* às proposições metafísicas em geral.

Por mais que as teorias não precisem de uma gênese observacional para que possam aspirar a ser científicas, a verdade é que são poucas as amplamente *reconhecidas* como tendo tidouma progênie metafísica. Ademais, é questionável que determinadas teorias científicas *deixariam de ser*elaboradas sem as formulações precursoras da metafísica. Negligenciando as dificuldades semânticas envolvidas na viabilização das traduções de noções especulativas para teorias genuinamente empíricas, Popper intenta recuperar a metafísica com base apenas na coleta de evidências históricas de que várias importantes teorias das ciências naturais se formaram *a partir d*e especulações. Somos de opinião que a efetiva compreensão de como se deu a transição do metafísico para o empírico fica dificultada se são negligenciados os mecanismos sintático-semânticos de tradução envolvidos no processo:

> O sistema copernicano, por exemplo, foi inspirado em uma adoração neoplatônica da luz do Sol, que tinha de ocupar o "centro" por causa de sua nobreza. Isso indica como os mitos podem desenvolver componentes testáveis. Podem, no decurso da discussão, se tornar fecundos e importantes para a ciência [...] vários exemplos de mitos que se tornaram importantes para a ciência, entre eles o atomismo e a teoria corpuscular da luz. Dificilmente contribuiria para a clareza, se disséssemos que essas teorias são um palavreado sem sentido em um estágio do seu desenvolvimento e que, de repente, adquirem sentido em outro. (Popper, 1989, pp. 257)

Propomos a tese de que a história das ciências sociais não confirma a visão popperiana segundo a qual há casos emblemáticos que exemplificam de que modo vieram a se tornar científicas - *consensualmente* assim reconhecidas – teorias*originariamente* metafísicas. As filosofias que estão na origem de diferentes Escolas das disciplinas sociais – por exemplo, o hegelianismo em Marx, o kantismo em Weber e o empirismo baconiano-milliano em Durkheim – foram reelaboradas sem dar origem a teorias amplamente reconhecidas como testáveis. Por essa razão, cumpre avaliar se o que nelas há de metafísico assim se mantém indefinidamente. Visto que quando advoga em prol do potencial de a metafísica dar origem à ciência Popper pouco se reporta às disciplinas sociais, justifica-se supor que isso se deve ao fato de o componente metafísico servir mais para *conferir identidade* às diversas Escolas abrigadas nas disciplinas sociais e menos para fomentar a formação de teorias científicas. Mais que fornecedora de versões seminais de explicações que se tornaram científicas, a metafísica faz parte das teorias sociais de uma maneira que se revela fundamental

para *diferenciá-las*. O problema é que deixando de ser traduzido, mantendo-se como parte inalterada das teorias sociais, o componente metafísico pode se constituir em barreira à elaboração de teorias testáveis. Se a "irrefutabilidade nunca é uma virtude, mas um vício", como apregoa Popper, e sendo irrefutáveis as proposições metafísicas, as disciplinas que abrigam teorias cujos ingredientes metafísicos estruturais despontem intraduzíveis para a linguagem empírica mantêm-se impermeáveis à contraevidência e, *ipso facto*, incapazes de atingir a cientificidade.

As disciplinas sociais forjam teorias nas quais é marcante a presença de conteúdos genericamente classificáveis de metafísicos, uma vez que, como salienta Bottomore (1972, p. 79), "a sociologia suscita, em proporções maiores que as outras ciências, problemas filosóficos [...] que sempre fazem parte do pano de fundo da reflexão sociológica [...] parcela significativa das fraquezas da teoria sociológica se deve à ingenuidade filosófica". O fato de as ciências sociais gravitarem até hoje em torno de *pairedconcepts*, assim batizados por Bendix& Berger (1959, pp. 92-118), faz com que suas teorias fiquem mais dependentes de substratos metafísicos. Dualismos como natureza e convenção (que remonta aos pré-socráticos), indivíduos e coletivos, cooperação e conflito, consequências pretendidas e não pretendidas das ações etc. persistem dando a impressão de que fomentam polarizações metafísicas impermeáveis a reprocessamentos empíricos.

A absorção de noções filosóficas na sociologia, psicologia e economia é tão rotineira que levou Althusser (1967, p. 38) a salientar que as ciências humanas e sociais "utilizam categorias filosóficas e as submetem a seus objetivos; realizando grande consumo de filosofia". Cabe colocar em discussão se a grande importação de filosofia é fomentada pelos tipos de fato estudados pelas disciplinas sociais ou pelas dificuldades de submeter suas teorias a crivos eficientes. Parece-nos acertada a avaliação de Althusser de que "não se trata de uma intervenção crítica da filosofia nos problemas ideológicos das ciências humanas, mas, ao contrário, de uma exploração por parte das ciências humanas de certas categorias filosóficas ou de certas filosofias". Se cada Escola abrigada nas disciplinas sociais é caudatária de todo um conjunto de *pressuposições absolutas* que lhe *definem* a identidade explicativa – resultante de escolhas epistemológicas e dos compromissos ontológicos assumidos - deixa de se viabilizar a conversão da metafísica em uma teoria consensualmente reconhecida como científica. Nesse caso, a reelaboração de conteúdos metafísicos é interna a cada Escola, sem reprocessamentos que levem a uma *empiricização* capaz de desembocar em uma certificação consensual de cientificidade. Como destaca Althusser, na falta de convergência em torno de quais devem ser os filtros de cientificidade, e até mesmo do que deve ser considerado um problema legítimo e uma solução aceitável, "as categorias filosóficas e as filosofias "exploradas" pelas ciências humanas são praticamente utilizadas como substitutivos ideológicos da base teórica de que carecem".

Popper (1996, pp. 159-60) é genérico quando "descrê de qualquer coisa que se pareça com uma nítida demarcação no caso em que ciência e metafísica estão envolvidas, uma vez que a ciência tem sido em todas as épocas profundamente influenciada por ideias metafísicas; certas ideias e problemas metafísicos [...] têm dominado o desenvolvimento da ciência por séculos como ideias reguladoras; e outras [...] têm aos poucos se transformado em teorias científicas". Acreditamos que as dificuldades enfrentadas pela tentativa de "salvar" a metafísica das críticas sintáticas e semânticas que lhe dirige o empirismo lógico persistem quando Popper se limita a invocar o fato de que a metafísica se mostrou, em alguns casos, importante para a criação de teorias científicas. Ainda que o "material genético" da metafísica tenha sido decisivo para a gestação de importantes teorias científicas, é discutível que isso, *per se*, baste para conferir sentido às proposições da metafísica em geral.

Popper tenta conciliar sua tese de que as proposições metafísicas produzem sentido com o reconhecimento de que pouquíssimas versões do discurso especulativo exibem a capacidade de estimular a confecção de teorias científicas. Pode-se facilmente constatarque muito pouco da metafísica tem sido reciclado e absorvido pelas ciências naturais, e que nas sociais é difícil apontar casos de *conversão* em que uma teoria especulativa – reprocessada – tenha sido aceita como científica por pesquisadores vinculados a diferentes correntes da psicologia, sociologia ou

politologia. Está longe de ter sido elucidado por que, a despeito de grandes importadoras de metafísica, as disciplinas sociais constroem teorias que carecem do reconhecimento – feito por diferentes Escolas – de que operaram uma bem sucedida transição do metafísico para o científico. Acreditamos que a inexistência de casos emblemáticos de conversão da metafísica em teorias sociais consensualmente reconhecidas como científicas pode ser creditada ao fato de a metafísica absorvida tender a permanecer inalterada em virtude de ser *parte essencial do substrato* que singulariza cada Escola aninhada nas disciplinas sociais.

Advogamos que o fato de serem esporádicos nas ciências naturais, e praticamente inexistentes nas sociais, os casos em que conteúdos especulativos passam por transformações que levam à formação de teorias empíricas tira o viço da argumentação popperiana em prol da metafísica. A inexistência de casos representativos que ilustrem a ocorrência da conversão de ingredientes metafísicos em teorias sociais, psicológicas ou econômicas universalmente *acolhidas* como científicas sugere também que o apego a determinadas *pressuposições absolutas* pode estar se constituindo em obstáculo à pesquisa empírica. A despeito de revalorizar a metafísica, Popper (1976, p. 59) nunca deixa de indigitar – em especial, nos trabalhos dedicados às ciências sociais - os perigos que representa: "além de nos ajudar na tarefa fundamental de selecionar problemas, a abordagem tecnológica impõe uma disciplina às nossas inclinações especulativas que, especialmente no campo da sociologia, são suscetíveis de nos levar para o campo da metafísica; por isso nos força a submeter nossas teorias a padrões definidos, como o da clareza e o da testabilidade prática". Passagens como esta indicam a necessidade de um subcritério de demarcação capaz de separar a boa da má metafísica, a testabilidade teórica da prática.

É importante chamar a atenção para a ambivalência de Popper diante da história da ciência. Malgrado evite buscar sustentação na história da ciência para suas teses epistemológicas, Popper a invoca a fim de comprovar que vários são os casos marcantes de teorias metafísicas irrefutáveis que se tornaram teorias testáveis e, *eo ipso*, científicas. A *ambivalência historiográfica* exibida por Popper com relação ao tipo de crivo avaliador que a história da ciência pode exercer sobre as teses metacientíficas vem à tona quando confrontamos suas declarações defensoras de indiferença diante das evidências providas pela história da ciência com as que a invocam como uma espécie de *tribunal superior* capaz de julgar o que se afirma sobre a ciência. Há passagens em que Popper (1971, p.12) recorre à história da ciência como fornecedora de evidências capazes de legitimarem suas teses: "essa visão [a sua] de método científico é corroborada pelo desenvolvimento da ciência". Na mesma linha, Popper (1990, p. 49) advoga que "concebemos as teorias e as destruímos criando assim novos problemas e chegando a uma situação em que, quando possível, concebemos novas teorias; resumidamente, é isso a ciência e a história da ciência". Em contraposição, há textos nos quais Popper (1990, p. 54) apresenta o prescritivo como independente do descritivo: "sê inventivo e crítico [...] trata-se de lei normativa, não uma descrição da história da ciência, antes um conselho aos cientistas para que melhorem a situação da ciência". Seu posicionamento a-histórico fica nítido quando Popper (1981, pp. 99-100) assim se pronuncia: "meu evangelho não é 'científico', não pertence à ciência empírica; é, ao contrário, uma *proposta* (normativa)". Ademais, Popper (1996, p. xxv) rejeita a visão de que "a metodologia é uma disciplina empírica a ser, talvez, testada pelos fatos da história da ciência; trata-se, ao contrário, de uma disciplina filosófica - metafísica - talvez, em parte, até mesmo uma proposta normativa":

> Inclino-me a afirmar que deveríamos tentar estabelecer o que [os cientistas] "deveriam" fazer. "Deveriam" aqui não é obviamente uma questão de ética, a despeito de a ética estar também aqui envolvida, mas o "deveriam" que faz parte de um imperativo hipotético. A questão é: "como deveríamos proceder caso desejássemos contribuir para o crescimento do conhecimento científico?" A resposta é: "nada poderia ser melhor que proceder em conformidade com o método crítico de tentativa (conjectura) e de eliminação de erro, buscando testar, ou refutar, conjecturas" [...] Penso que não devemos nos voltar para a questão (sociológica) sobre o que os cientistas realmente fazem ou dizem. (Popper, 1974, p. 1036)

A ambiguidade de Popper (1996, p. xxxi) aparece assim sintetizada: "minha teoria da ciência não pretendeu ser histórica, uma teoria sustentada por fatos históricos ou outros fatos empíricos [...] duvido, no entanto, que exista teoria da ciência capaz de lançar mais luz sobre a história da ciência do que a teoria da refutação seguida por reconstrução revolucionária, porém conservadora". Por mais que o posicionamento ambivalente diante da história da ciência resulte em parte das dificuldades de se construir e legitimar *discursos de segunda ordem* - como o filosófico - sobre a ciência, é importante determinar em que medida Popper recorre à historiografia apenas como fonte ilustrativa de suas teses sobre o aproveitamento da metafísica. Isso não significa que Popper conceba a história da ciência de um modo que permita confundi-la com o que Kuhn (1970, p. 63) caracterizou como "repositório de anedotas ou cronologias". Impacta sua filosofia das ciências sociais o fato de Popper (1986, p. 185) exibir uma ambiguidade que por um lado o leva a sustentar que "somente quem compreende a ciência (isto e, os problemas científicos) pode compreender sua história" e, por outro, a declarar que "só quem tem alguma compreensão real de sua história (a história de suas situações-problema) pode compreender a ciência".

2. Do *logos semantikos* ao *logos apophantikos*

Talvez seja cabível pensar que Popper – para além dos casos extraídos da história da ciência - caracteriza o discurso metafísico de uma maneira que permite aproximá-lo do *logos semantikos* ao qual Aristóteles (*De Interpretatione*, 4 17a) contrapõe o *logos apophantikos*. Assim se pronuncia o estagirita: "toda sentença possui significado não por meios naturais [...], mas por convenção; entretanto, nem toda sentença é uma proposição, só o são aquelas nas quais se pode encontrar o verdadeiro ou o falso; a prece é uma sentença, mas não é nem verdadeira nem falsa". Partindo dessa dicotomia, justifica-se encarar o discurso metafísico como um *logos semânticos* passível de ser convertido em um *logos apophantikos* científico. Aquiescendo que "as formulações metafísicas são frequentemente abstrusas e infelizes (como mostra o exemplo-padrão dado pelos positivistas "O Absoluto é perfeito")", Popper (1974, p. 966) discorda que "sejam agramaticais como é o caso de "Sócrates é idêntico", exemplo dado por Wittgenstein". Dando a impressão de ter em mente algo parecido com o que estamos aqui caracterizando como tradução de um *logos semantikos* para um *logos apophantikos*, Popper (1974, p. 966) argumenta ser "bem possível que os que fazem a afirmação "O absoluto é perfeito" desejem dizer que o mundo, se adequadamente compreendido, não poderia ser melhor". Para Popper, isso pode ser considerado "falso, mas não sem sentido, uma vez que o enunciado "Um mundo em que há campos de concentração, tortura e guerra é altamente imperfeito", parece-me perfeitamente verdadeiro, e sua negação falsa, o que faz com que seja, de qualquer modo, significativo".

Justifica-se pensar que aqui Popper faz a tradução, ainda que forçada, de um *logos semantikos* para um *apophantikos* em razão de, no caso em tela, estar sendo proposta uma *leitura* cuja admissibilidade se deve ao fato de lidar com um discurso *aberto*, que se destaca por poder ser interpretado de várias maneiras. A vaguidade da asserção enseja as mais diferentes compreensões sem que se possa determinar qual a correta em virtude de nada de precisamente informativo estar sendo veiculado. O que os positivistas lógicos sempre ressaltaram é que, na falta de referentes identificáveis, a especificação de uma leitura não passa, de puro "exercício linguístico". Carecendo de referente o sujeito da sentença, não há como dar sentido (unívoco) ao que se afirma.

Por mais justificada, a desvinculação feita por Popper entre significatividade e cientificidade não implica que a diferença estabelecida pelo positivismo lógico entre significado cognitivo, negado à metafísica, e significado emotivo possa ser ignorada. Em muitos casos, só por meio da atuação de mecanismos psicológicos, o emotivo pode sugerir conteúdos traduzíveis para o discurso avaliável em termos cognitivos. Revisando a posição radical da fase inicial do positivismo lógico, expressa por meio da "versão bastante simplificada segundo a qual algumas teses metafísicas são 'sem sentido',Carnap (1963, pp. 45-6) ressalta que só mais tarde, quando se deu conta da "importância de se distinguirem os vários componentes do significado",conseguiu reconhecer que

“essas teses [metafísicas] carecem de significado cognitivo ou teórico sem que isso as impeça de frequentemente possuir outros componentes de significado como, por exemplo, o emotivo ou motivacional que, embora não cognitivo, é capaz de produzir fortes efeitos psicológicos”.

Os poucos exemplos em que se realizam as condições que viabilizam a transição de um discurso da condição de *logos semantikos* metafísico, capaz apenas de ser *compreendido*, para a de *logos apophantikos* científico, suscetível de ter sua verdade ou falsidade estabelecida, deixam de prover a devida sustentação à tentativa de devolver significatividade – não meramente emotiva ou motivacional - à metafísica. O problema é determinar por que na história da *cosmologia* – da qual Popper extrai seus principais exemplos – raros conteúdos se mostram capazes de oferecer “sugestão explicativa” transformável em ciência. Em muitos casos, o elemento especulativo presente em algumas filosofias suscita dúvida até mesmo quanto à sua *compreensibilidade*e mais ainda quanto ao seu potencial de ser cientificamente *reciclável*.

O fato de certas proposições metafísicas suprirem molduras categoriais e sugerirem “encaminhamentos” explicativos, de se constituírem em um *logos semantikos* suscetível de ser traduzido em um *apophantikos*, carece da recorrência e da abrangência indispensáveis para se comprovar que a metafísica *em geral* tem relevância para a ciência. O ocasional aproveitamento da metafísica por ciências como a física é insuficiente para demonstrar que o discurso especulativo é um *logos semânticos* frequentemente passível de ser convertido em um *logos apophantikos*. Desinteressado de “questões linguísticas” como as destacadas pela filosofia analítica, Popper deixa de lado a problemática das transformações, principalmente semânticas, que precisam ocorrer para que intuições metafísicas se convertam em hipóteses testáveis.

Se a metafísica supre *pressuposições absolutas* que permanecem como substrato organizador e provedor de identidade das teorias sociais, fica mais fácil entender por que deixa de se desencadear o processo de *empiricização* por meio do qual ocorre a conversão do *logos semantikos* em *apophantikos*. Se a metafísica acompanha sempre a ciência, se é parte constitutiva dela, isso se torna mais visível, como destaca Kuhn, quando da substituição de um paradigma por outro portador de uma visão de mundo diferente. Inexistindo substituição de paradigma nas disciplinas sociais, fica mais difícil identificar os diferentes substratos metafísicos. Justifica-se supor que os conteúdos metafísicos apropriados pelas disciplinas sociais são impermeáveis a transformações capazes de dar origem a explicações consensualmente aceitas como científicas em virtude de serem absorvidos por teorias que se caracterizam pela opacidade referencial. É o caso, por exemplo, do conceito de alienação que, durante muito tempo, fez grande sucesso na sociologia.

Mais que despontar *geneticamente* importante para o advento de uma teoria empírica, a metafísica adotada por uma Escola do pensamento social é essencial para distingui-la de outras Escolas. A existência de Escolas nas disciplinas sociais resulta, em boa parte, dos pilares metafísicos adotados, que cumprem a função de prover e firmar a identidade de cada *ismo* encontrável na psicologia, sociologia, politologia etc. Sendo cabível supor que uma teoria científica, por exemplo, astronômica, acabaria sendo formulada com ou sem o *insight* metafísico que a inspirou, no caso das disciplinas sociais, uma teoria muitas vezes só é formulada por obra e graça de uma metafísica, de uma imagem de homem ou de um ideal de sociedade. Em parte, isso ajuda a explicar por que uma teoria social pode se mostrar infensa a transformações que dela expurguem a “carga genética” metafísica.

Popper (1959, p. 277) sustenta que “as teorias que estão em um nível muito alto de universalidade (isto é, muito afastadas do nível atingido pela ciência testável da época) podem dar origem a um "sistema metafísico"”. As teorias sociais também abrigam muitos universais categóricos a despeito das grandes dificuldades para submetê-los a controles empíricos eficazes. Algumas dessas teorias se parecem com o que Mills chamou de *Grande Teoria*. Indagando se pode ser reduzida a “verbiagem confusa ou se cabe considerá-la veiculadora de alguma coisa”, Mills (1959, p. 34) acredita “na tradução da *grande teoria* para versões ‘testáveis’”. Só que issotemocorrido raramente.

3. Aprofundamento darevalorizaçãodametafísica: suas teorias são criticáveis

A partir de 1949, as conferências de Popper alteram o modo de aferir a metafísica: passam a enfatizar sua relevância de uma maneira que vai além da tese de que pode estar na origem de teorias científicas. Com a guinada, Popper passa a investira metafísica da capacidade de formular teorias criticáveis bem como a de indicar problemas e soluções na ciência. Faz isso sem abandonar o *hard core* de sua metodologia, que erige a testabilidade, a submissão a tentativas de refutação, em precondição para uma teoria aspirar à condição de conhecimento. Mesmo em *Conjectures andRefutations*, Popper (1989, p. 257) deixa claro que continua operando com uma tricotômica classificação: "há teorias bem testáveis, parcamente testáveis e não testáveis; estas últimas carecem de interesse para os cientistas empíricos; podem ser descritas como metafísicas". Está longe de ser fácil aferir em qual dessas categorias cabe situar as teorias sociais que, vinculadas a diferentes Escolas, se mostram pouco testáveis a ponto de se poder afirmar que, nesse aspecto, parecem mais próximas das construções metafísicas tradicionais que das teorias das ciências naturais. Sem falar que as disciplinas sociais se envolvem com frequência em confusões semânticas - geradas pelo uso abusivo de termos com opacidade referencial - que criam a ilusão de serem divergências em torno da explicação de fatos. Ao sustentar que "as ciências naturais se mostram bastante livres da discussão verbal, ao passo que o verbalismo era, e continua a ser, descontrolado nas ciências sociais", Popper (1992, p. 18) concorda, ao menos parcialmente, com o diagnóstico "sintático-semântico" – elaborado pelos empiristas lógicos – de que os estudos dos fatos sociais costumeiramente se enredam em "ciladas linguísticas".

Popper procura valorizar ainda mais a metafísica quando passa a considerar suas teses não só importantes para a ciência como passíveis de crítica. Bartley (1968, p. 50) se pergunta como e por que as ideias de Popper sobre a metafísica mudaram de modo tão significativo. Reportando-se a *Logik der Forschung*, Popper (1992, p. 173) afirma em *Na IntellectualAutobiography* que antes "não tinha compreendido que uma posição metafísica poderia ser racionalmente criticada e discutida a despeito de não ser testável". A seu juízo, a discussão racional de questões metafísicas se deve à possibilidade de avaliação crítica das respostas dadas. Fazendo referência a *Conjectures andRefutations*, Popper (1992, p. 174) advoga que "teorias metafísicas são suscetíveis a críticas e argumentos, uma vez que são tentativas de resolver problemas – problemas talvez abertos a soluções melhores ou piores". Nos textos em que vai além da tese do eventual aproveitamento da metafísica pela ciência, Popper passa também a defender que conteúdos metafísicos fazem parte da dinâmica de produção da ciência, uma vez que são importantes no direcionamento da pesquisa. Sem falar que também podem ser criticamente aferidos, isto é, aceitos ou rejeitados *com base em razões*:

> Não penso mais que exista uma diferença entre ciência e metafísica no que concerne ao ponto mais importante. Encaro uma teoria metafísica como similar a uma científica. É sem dúvida mais vaga e inferior em muitos aspectos; e sua irrefutabilidade ou falta de testabilidade é seu maior vício. Entretanto, podendo uma teoria metafísica ser racionalmente criticada, inclino-me a levar a sério sua implícita reivindicação de ser considerada, tentativamente, verdadeira. (Popper, 1982, p. 199)

Quando muda sua visão a respeito da diferença, e da relação, entre ciência e metafísica, Popper passa a encarar a segunda como similar à primeira no sentido de que também a metafísica pode justificadamente reivindicar para suas teorias a condição de tentativamente verdadeiras. A despeito de defeitos como o de tender a incorrer em vaguidade e carecer de testabilidade, a metafísica pode, no entender de Popper, ser aproximada da ciência em virtude de também ser criticável. É uma *vexata quaestio* que a metafísica, carente de falsificadores potenciais, seja passível de crítica objetiva e que as divergências entre suas teorias possam ser superadas por meio da crítica. Encarar a metafísica como criticável é uma visão que pode ser ainda mais questionada caso avaliemos sua presença nas disciplinas sociais.

O substrato metafísico da psicanálise, por exemplo, tem sido fortemente atacado por outras Escolas que, longe de desejarem com ele entabular intercâmbio crítico, ambicionam eliminá-lo. Sem qualquer preocupação em estabelecer um diálogo metodológico e metafísico com a psicanálise, o behaviorismo rejeita peremptoriamente as *pressuposições absolutas* que levam, por exemplo, à postulação da existência do inconsciente. Em entrevista dada a Evans (1968, p. 5), Skinner apregoa que "o aparato mental freudiano não faz sentido para mim apesar das importantes contribuições de Freud". Uma teoria social raramente se esforça para tornar a outra (mais) testável. Fica a impressão de que as Escolas congelam suas diferenças substantivas e metodológicas em virtude de adotarem molduras metafísicas impermeáveis à crítica. Principais alvos críticos de Popper nas ciências sociais, o holismo/coletivismo e o historicismo sofrem ataques baseados em posições metodológicas, políticas e éticas incapazes de eliminar a dúvida de se a aferição da metafísica subjacente a uma vertente do pensamento social pode ser feita sem que se recorra a uma metafísica alternativa.

Apesar de abrir mais espaço para a metafísica ao considerar suas teses criticáveis, Popper continua a chamar de metafísico o que, insuscetível de teste/refutação, é incapaz de postular o tipo de valor cognitivo reivindicável pelas teorias científicas. Alargando as bitolas de seu critério de demarcação, Popper é levado a encarar a criticabilidade, e não mais a estrita falsificabilidade, como o que permite a uma teoria se apresentar como uma proposta tentativa de postulação da verdade (provisória). Deixa, entretanto, de indicar de forma precisa a modalidade de crítica em condições de funcionar como mecanismo capaz de promover a aceitação ou a eliminação consensual de conteúdostransempíricos em disciplinas de cientificidade controversa como as sociais. A tese de que o conteúdo especulativo é passível de ser criticamente discutido por meio da contraposição de argumentos deixa de encontrar respaldo nas disciplinas sociais marcadas por disputas metodológicas e substantivas cuja inconclusividade em boa parte resulta da petrificação de escolhas metafísicas.

Difícil aferir a eficiência da atividade de criticar, em comparação com a de testar, principalmente quando estão envolvidas ideias metafísicas agrupadas de modo a formar um sistema explicativo cuja avaliação dificilmente pode ser feita parte por parte. À diferença das visões gerais de natureza, as de sociedade são menos permeáveis às críticas objetivas na medida em que a existência de várias Escolas faz com que cada uma ataque a outra acolhendo *pressuposições absolutas* eivadas de valores e ideologias. O arrazoado de Popper de que a metafísica é criticável negligência o fato de que nas disciplinas sociais predomina a "*negação*" da alteridade em detrimento da efetiva aferição crítica.

Zahar (2007, p. 207) sublinha que "um enunciado é, no fim das contas, científico, isto é, empiricamente falsificável, ou irrefutável e metafísico; nesse caso, temos duas classes disjuntas que parecem não deixar espaço para uma categoria intermediária". Na falta da categoria intermediária, torna-se complicado entender de que modo ocorre a tradução que enseja verter o metafísico em científico. Por essa razão, tendemos a pensar quea posição de Popper se envolve com o pressuposto segundo o qual há uma espécie de "fantasma especulativo" no "corpo empírico" da ciência na medida em que os testes empíricos - sempre capazes de levar à refutação – não têm como incidir diretamente sobre a metafísica que organiza e direciona o roteiro explicativo uma teoria científica.

Conceber as teorias metafísicas, tanto quanto as científicas, como criticáveis, como tentativas de resolver problemas, exige determinar por que tem se revelado difícil propor soluções, tentativas e provisórias, para os problemas metafísicos suscitados pela pesquisa social. Não sendo criticáveis nos mesmos termos, nem passando pelos mesmos tipos de controle, que as teorias das ciências naturais, as sociais são confeccionadas no interior de Escolas que, com suas pressuposições metafísicas idiossincrásicas, propõem modos conflitantes ou excludentes de enfrentamento dos problemas. Temos assim um quadro parecido com o que pode ser encontrado na história da metafísica *qua tale*. Ademais, as críticas de uma Escola à outra, seja na metafísica ou nas disciplinas sociais, coloca em dúvida se a avaliação externa, escorada em outras *pressuposições*

absolutas, é eficaz na indicação objetiva de erros e defeitos. A dificuldade de selecionar a melhor quando há proliferação sugere que cada teoria social se protege no casulo da tradição metafísica à qual se vincula. Reiteramos nossa hipótese de que as teorias sociais preservam seu núcleo metafísico não só por falta de indicação clara de falsificadores potenciais, mas principalmente por necessitarem defendê-lo para formarem e firmarem suas identidades.

Toda essa discussão tambémconduz à intrincada problemática de se as teorias devem ser aferidas parte por parte, proposição por proposição ou se formam totalidades explicativas irredutíveis às partes componentes. Nas disciplinas sociais, os propositores do método dialético entendem que as teorias são irredutíveis ao escrutínio separativo executado pelos procedimentos verificacionistas, confirmacionistas ou refutacionistas. Popper se mostra ambivalente quanto ao que vai da metafísica – *insights* isolados ou quadros gerais sobre a realidade - para a ciência. Na fase em que acredita poder a metafísica ser criticada, Popper parece descrer da migração de conteúdos *discretos* a ponto de defender que a metafísica, à semelhança da ciência, se dedica a solver problemas, e que a avaliação metodológica se volta para conjuntos de problemas interligados:

> Se uma teoria metafísica é uma asserção mais ou menos isolada, não mais do que o produto de uma intuição ou um insight que nos chega sob a forma do imperativo "pegue-a ou largue-a", então pode ser impossível discuti-la racionalmente. Contudo, o mesmo seria verdadeiro de uma teoria "científica". Se alguém nos apresentar as equações da mecânica clássica sem primeiro explicar que problemas se propõem a resolver, então seremos incapazes de discuti-los racionalmente [...] Em outras palavras, qualquer teoria racional, independentemente de se científica ou metafísica, é racional apenas porque se liga a outras coisas, porque é uma tentativa de resolver certos problemas, e pode ser discutida racionalmente apenas em relação à situação-problema à qual está vinculada. (Popper, 1982, p. 200)

O abandono de uma tradição científica por outra proclamada superior tem sido predominantemente encarada como resultado da descoberta de novos fatos. Butterfield (1959, p. 1) a recusa advogando que casos clássicos de redefinição de rumos na ciência devem ser entendidos como resultantes de um processo em que se manipulam basicamente os mesmos fatos. A diferença fundamental é a de que os fatos, concatenados consoante um novo sistema de relações, geram uma estrutura explicativa diferente, portadora de outra identidade. As tantas teorias elaboradas pelas diversas Escolas das ciências sociais podem ser vistas como diferentes maneiras de reconstruir explicativamente os mesmos fatos. Deixa de ocorrer uma efetiva aferição metodológica quando coexistem indefinidamente várias ópticas sem que uma delas desponte superior em termos explicativos. Nas ciências naturais, a introdução de um novo modo de encarar velhos fatos é episódica e, se acolhida, pode representar a eclosão de uma revolução, ao passo que nas sociais é constante a proposta de um "novo olhar" sem que ocorram as efetivas reviravoltas teóricas desencadeadas pela proposição de novas formas de encarar velhos fatos:

Essa visão de que uma nova teoria científica pode ser vista como lidando com os mesmos fatos, só que os enquadrando em novos sistemas relacionais - capazes até de redefinir a teia ontológica da qual fazem parte – atribui à metafísica o potencial de ser importante na provisão de ópticas globais inovadoras. As teorias sociais têm aberto diferentes janelas de observação da realidade sem, entretanto, introduzirem "reconstruções dos fatos" aceitas *consensualmente* pela comunidade científica como revolucionárias, como subversoras de modos consolidados de apreender o que *é o caso*. Ao multiplicarem ópticas sem que seus respectivos méritos relativos sejam objetivamente estabelecidos, as disciplinas sociais favorecem a formação de Escolas, cada uma entrincheirada em torno de seus pressupostos exclusivos. Óculos consensualmente *reconhecidos* como provedores de acesso a novas "realidades" estão ausentes das disciplinas sociais na medida em que o avanço apregoado por uma Escola deixa de ser avalizado por outras.

Fazendo parte de visões de mundo, os conteúdos metafísicos são importados pelas disciplinas sociais sob a forma de quadros ontológicos – por exemplo, individualistas ou holistas -, imagens

de homem, ideais de sociedade etc. Deixando de ocorrer a migração para a ciência pela via da inoculação de conteúdo empírico em componentes metafísicos específicos, o reprocessamento para a linguagem empírica se torna intrincado. Mesmo porque o que se transfere para a ciência é uma inteira moldura metafísica. Se não há como absorver conteúdos isoláveis da metafísica, as ciências sociais acolhem *sistemas* de *pressuposições absolutas* por meio dos quais enquadram e organizam os conteúdos empíricos.

A partir das conferências de 1949, Popper (1992, pp. 172-5) emprega a expressão "*metaphysicalresearchprogramme*", que só vai aparecer nos escritos posteriores a 1958. Depois de apresentá-los como uma possível plataforma para teorias científicas testáveis, Popper (1982, p. 195 e p. 161) diz chamá-los de 'programas de pesquisa' por incorporarem, junto com uma visão geral de quais são os problemas mais prementes, uma ideia geral do que seria uma solução satisfatória. Em sua opinião, esses programas resultam de visões gerais da estrutura do mundo e, ao mesmo tempo, de visões gerais das situações-problema na cosmologia física. Podem ser descritos como física especulativa ou talvez como antecipações especulativas de teorias físicas testáveis.

No entender de Popper (2001, p. 161), a cosmologia de Parmênides - em associação com sua epistemologia, lógica e metodologia - corporifica um *programa metafísico de pesquisa* na medida em que "sugere não só novos problemas a investigar, mas também que tipo de solução para esses problemas seria considerado satisfatório". Para reforçar a defesa da metafísica, Popper (1982, p. 32) faz referência aos "programas de pesquisa da ciência que até o presente momento despontam insuscetíveis de teste". Apesar de enfatizar que esses *programa*s "são pertinentes à ciência e que desempenham papel crucial em seu desenvolvimento", Popper lhes atribui *utilidade* apenas *potencial* na medida em que "normalmente ainda não possuem o caráter de teorias científicas testáveis". Por nada mais encerrarem que a possibilidade de se tornarem empiricamente controláveis "são muito mais difíceis de criticar do que as teorias e muito mais fáceis de reter de modo acrítico".

Popper deixade caracterizar de modo unívoco os *metaphysicalresearchprogrammes* e de problematizar a origem e a causa das pronunciadas diferenças nos modos de as ciências naturais e sociais lidarem com o ingrediente não testável e nos meios que empregam para expurgá-lo ou *empiricizá-lo.* Popper (1974, p. 984) se limita a apregoar que seu critério de demarcação "é suficientemente acurado para fazer uma distinção entre muitas teorias físicas e teorias metafísicas como a psicanálise ou o marxismo (no caso deste, sua atual formulação, distinta da original)". Chega a declarar ser essa uma de suas principais teses, e que alguém que não a tenha entendido não pode dizer que compreendeu sua teoria. Tornando-se defensor da identificação do método científico - pelo menos em uma primeira aproximação - com o *método crítico,* Popper passa a advogar que a metafísica também é criticável, por mais que ressalve que suas teorias são insuscetíveis de teste. Em razão de entender que "o método da ciência consiste na escolha de problemas e na crítica de nossas sempre tentativas e provisórias buscas de solução para eles", Popper (1977, p. 98) vislumbra um lugar para a metafísica – por considerá-la criticável - no interior da própria ciência.

Sem deixar de continuar a identificar "metafísico" com não falsificável, Popper (1982, pp. 162-4) enumera os dez mais importantes e influentes programas metafísicos de pesquisa na *história da física*: 1) A tese de Parmênides de que o universo é uma esfera homogênea e imutável; 2) O atomismo; 3) O programa de geometrização de Platão e outros; 4) A concepção de Aristóteles das propriedades e potencialidades essenciais; 5) A Física do Renascimento de Kepler, Galileu e outros; 6) A teoria do universo como um relógio proposta por Descartes e outros; 7) A teoria de que o universo consiste em forças (Newton, Leibniz, Kant, Boscovich); 8) A teoria do campo, associada a Faraday e Maxwell; 9) A ideia de um campo unificado (Einstein e outros); 10) A teoria indeterminista das partículas associadas à interpretação da teoria quântica de Born. Além desses, Popper (1982, pp. 192-211; 1990, pp. 1-26) aponta o esboço daquele que seria o décimo primeiro

programa metafísico de pesquisa – capaz de incorporar elementos de todos os dez programas supracitados - para o qual o universo consiste em um campo unificado de propensões.

Visto que na lista inexiste caso tirado das disciplinas sociais, Popper deveria ter discutido a que se deve a dificuldade de *programas metafísicos de pesquisa* darem origem a sistemas explicativos reconhecidos como científicos por diferentes Escolas. Se a conversão da metafísica em ciência pode ser verificada na física, cumpre tentar elucidar as causas de isso deixar de ocorrer na psicologia ou sociologia. Em seus influentes escritos sobre temas político-sociais, Popper não nos oferece um exemplo emblemático de uma teoria metafísica originadora de uma teoria social amplamente acolhida como científica. Em razão de o tipo de recuperação da metafísica tentado por Popper poder ser questionado por falta de respaldo em exemplos extraídos da história das disciplinas sociais, ficou faltando discutir as causas de os conteúdos metafísicos que ingressam nas disciplinas sociais se revelarem pouco permeáveis à crítica baseada em critérios compartilhados. Reiteramos nossa tese de que a metafísica deixa de suprir *insights* criticáveis às ciências sociais devido ao fato de ser essencial à construção da *identidade* das diferentes Escolas. Pode-se dizer que cada Escola se singulariza pela adoção de *quadros metafísicos* – misturados a componentes semânticos, metodológicos e ontológicos - incomensuráveis com os de outras Escolas.

Reportando-se à longa história do aproveitamento da metafísica na construção do conhecimento da natureza, Popper sustenta que "de Tales a Einstein, do atomismo antigo à especulação de Descartes sobre a matéria, das especulações de Gilbert, Newton, Leibniz e Boscovich acerca das forças às de Faraday e Einstein em torno dos campos de forças, as ideias metafísicas têm apontado o caminho". Para Popper (1959, p. 19), é um fato "que as ideias puramente metafísicas — e, portanto, filosóficas – têm-se mostrado da maior importância para a cosmologia". Tendo em vista que os exemplos de programas metafísicos de pesquisa originadores de teorias científicas se circunscrevem ao campo da física, da astronomia, da cosmologia em geral, quando se reporta às ciências sociais Popper faz menção a um só caso, o da psicanálise, sem deixar de ressalvar que tem sido incapaz de superar o status de programa metafísico de pesquisa. Isso equivale a reconhecer que o potencial de teorias metafísicas se transformarem em teorias consensualmente acolhidas como científicas nunca se tornou realidade nas disciplinas sociais. Reportando-se às teorias de Freud e Adler, Popper (1989, p. 37) emite nos anos 60 o veredicto de que "são simplesmente não testáveis, irrefutáveis; inexiste comportamento humano concebível que as contradiria". Uma década depois, Popper (1974, pp. 984-5) reitera essa avaliação dando a entender que para as disciplinas sociais se tonarem científicas há um só caminho: a adoção dos procedimentos metodológicos do racionalismo crítico.

Apresentando a psicanálise como exemplo de programa metafísico de pesquisa, Popper (1974, p. 985) faz questão de ressaltar que tem permanecido nessa condição: "é uma metafísica psicológica interessante, que contém alguma verdade, como muito frequentemente ocorre com as ideias metafísicas, mas que nunca foi uma ciência". Por mais que nunca tenha conseguido superar o estado de programa metafísico de pesquisa, a psicanálise contém, no entender de Popper, noções e afirmações que possuem o potencial de reprocessamento capaz de vir a originar uma teoria testável. Na qualidade de programa metafísico de pesquisa, alguns de seus *insights* podem vir a ser traduzidos para proposições empiricamente aferíveis:

> O que impede suas teorias [de Freud e Adler] de serem científicas é muito simplesmente o fato de que não excluem qualquer comportamento humano fisicamente possível. O que quer que uma pessoa possa fazer é, em princípio, explicável em termos freudianos ou adlerianos [...] a teoria é compatível com tudo que possa acontecer – mesmo sem recorrer a qualquer tratamento especial de imunização. (Popper, 1974, p. 985)

Popper (1974, p. 984) classifica a psicanálise e o marxismo de teorias metafísicas sem deixar de indigitar uma diferença fundamental: a psicanálise tem o defeito de buscar a todo custo proteção contra o risco de refutação enquanto o marxismo é acusado de ter procurado se imunizar contra a

evidência desfavorável por meio do lançamento artificial de hipóteses *ad hoc*, que "salvam" a teoria ao custo de abandonar completamente sua base empírica original. Criticando essas influentes teorias por adotarem a metodologia errada, Popper (1992, p. 43) afirma ter ficado chocado com o fato de os marxistas, que postulavam a condição de cientistas sociais, e os psicanalistas, de todas as escolas, interpretarem qualquer evento concebível como uma verificação de suas teorias: "esse quadro juntamente com meu critério de demarcação levou-me a esposar a visão de que apenas refutações tentadas, mal sucedidas como refutações, devem ser consideradas "verificações"".

Diferentemente da psicanálise, o marxismo teria um dia sido ciência na medida em que elaborou uma teoria que acabou refutada por fatos que colidiram com suas previsões. No entender de Popper (1974, pp. 984-5), deixou de ser ciência "por ter quebrado a regra metodológica que estatui que a falsificação precisa ser aceita". Isso significa "que se imunizou contra as refutações mais flagrantes de suas previsões". Segundo Popper: "desde então, pode ser descrito como não ciência, como um sonho metafísico casado com uma realidade cruel". Na avaliação comparativa, Popper (1974, p. 985) advoga que "enquanto o marxismo tornou-se não científico em virtude de adotar uma estratégia de imunização, a psicanálise se mostrou imunizada desde o início e assim permaneceu". Contrastando-os com a maioria das teorias físicas, Popper sustenta que estas se apresentam "completamente livres de táticas imunizadoras e são altamente falsificáveis desde o começo; excluem, em regra, uma infinidade de possibilidades concebíveis".

Além de "um quadro possível de referência para teorias científicas testáveis", os *programas metafísicos de pesquisa* são por Popper (1992, p. 195) reputados indispensáveis à ciência por mais que não tenham como integrar, dada sua falta de testabilidade, o corpo de teorias passíveis de ser chanceladas como científicas. Na nova fase de "salvamento" da metafísica, Popper (1982, p. 161) sublinha que "ao usar este termo *'metaphysicalresearchprogramme'* pretendeu chamar a atenção para o fato de que em quase todas as etapas do desenvolvimento da ciência estamos sob a influência de ideias metafísicas, isto é, insuscetíveis de teste":

> Originalmente, todos eram metafísicos, em quase todos os sentidos da palavra (embora, com o tempo, alguns se tenham tornado científicos); eram vastas generalizações, baseadas em várias ideias intuitivas, a maioria das quais nos parece agora equivocada. Eram imagens unificadoras do mundo - do mundo real. Eram altamente especulativos e, originalmente, não testáveis. Na verdade, de todos podemos dizer que se assemelhavam mais aos mitos ou aos sonhos do que à ciência. No entanto, ajudaram a dar à ciência seus problemas, seus propósitos e sua inspiração. (Popper, 1982, p. 165)

Indo além da tese do reaproveitamento da metafísica pela ciência, Popper (1982, p. 161) sustenta "que ideias metafísicas servem não apenas para definir os problemas a explicar, os escolhidos, mas também os tipos de resposta que devem ser considerados adequados, satisfatórios ou aceitáveis, e de que modo representam melhorias ou avanços em relação às respostas anteriores". A conclusão de Popper é a de que "a discussão desses programas ocorre apenas ocasionalmente e que, o mais das vezes, permanecem implícitos nas teorias, atitudes e julgamentos dos cientistas". Resta saber por que nas disciplinas sociais, que enfrentam desafios especiais para (a)firmarem sua cientificidade, os programas metafísicos de pesquisa se mantêm impermeáveis à *conversãoempírica*. Se as Escolas ficam sem uma linguagem empírica compartilhada é porque disputas metodológicas e substantivas se mantêm dependentes de diferentes substratos metafísicos. Deixa de existir a travessia para teorias refutáveis porque a metafísica é fundamental para prover *identidade* "última" às teorias sociais.

4. Devem e podem as ciências sociais imitar o método dasnaturais?

A trajetória intelectual de Popper pode ser esquematicamente reconstruída atentando-se para a articulação entre três obras classificáveis de emblemáticas. O projeto de levar a cabo uma

reconstrução epistemológica das ciências naturais capaz de apreender seus traços distintivos, presente na *Logik der Forschung*, é aplicado e adaptado às ciências sociais em *The Poverty of Historicism*. Em *The Open Society and its Enemies* não só é aplicado o modelo da *Logik* como são incorporadas as adaptações feitas em *The Poverty of Historicism*. Popper faz isso com o objetivo de colocar em debate as relações entre as teses epistemológicas abraçadas e as posições assumidas no campo da filosofia política, que podem ser – esquematicamente falando - individualistas ou coletivistas, adeptas do reformismo gradualista ou da engenharia social pesada, voltadas para a consecução de fins últimos redentores ou para as consequências não projetadas e os efeitos indesejados das ações etc. Em suas obras político-sociais está praticamente ausente a discussão de casos em que a metafísica se converte em ciência.

Popper (1992, p. 139) deixa claro que as ciências sociais nunca exerceram sobre ele a mesma atração que as naturais. O interesse maior pelas naturais pode ser atribuído, em boa parte, ao fato de suas teorias se mostrarem de mais fácil submissão ao esquema metodológico crítico-refutacionista. Por outro lado, Popper (1992, p. 129) afirma que por muito tempo esteve pensando nos métodos das ciências sociais: "afinal de contas, em parte foi uma crítica ao marxismo que me colocou, em 1919, a caminho da elaboração da *Logik der Forschung*". O livro *The Poverty of Historicism* representava, na avaliação de Popper à época, "uma espécie de aplicação das ideias da *Logik der Forschung* aos métodos das ciências sociais". O interesse menor pelas ciências sociais fica ainda mais patente quando Popper (1992, p. 139) declara que "a única ciência social teórica que o atraía era a economia". Isso não o impediu de reputar fundamental comparar as ciências naturais com as sociais com o fito, entre outros, de determinar se os métodos são os mesmos ou se a existência de fenômenos como o*self-fulfillingprophecy*e o *suicide prophecy*, além da significatividade intrínseca dos fatos sociais, exigem que a pesquisa social adoteprocedimentos próprios.

Mesmo sendo defensor da unidade do método, Popper reconheceque a *profecia que se autorrealiza* e a *profecia suicida* geram dificuldades metodológicas especiais. Popper (1989, p. 38) introduz a expressão "efeito Édipo" para apontar "a influência de uma teoria, expectativa ou predição *sobre o evento que prevê ou descreve*: há de ser lembrada a cadeia causal – iniciada pela predição desse evento pelo oráculo - que leva Édipo a cometer parricídio". Esse tipo de fenômeno ocorre porque a compreensão que os indivíduos têm das situações em que se encontram faz parte do que é investigado. Como observam Stokes &Shearmur (2016, p. 22), Popper acredita ser possível contornar esse tipo de dificuldade por meio da construção de um modelo ideal – a *lógica da situação* – que em razão de adotar o pressuposto da completa racionalidade do agente se habilita a identificar padrões de comportamento e a prever o que fará determinado agente bem como explicar qualquer desvio do modelo. Nos casos em que se conforma amplamente ao modelo, o comportamento é explicado; quando se afasta há duas possibilidades a considerar: terá sido o modelo refutado ou é preciso buscar explicar como e por que o desvio ocorreu.

Popper deixa de lidar com a questão espinhosa de como e por que a marcante presença de polarizações – por exemplo, explicar o *overtbehavior* versus apreender o sentido subjetivo da ação – serve para dificultar a transmutação de conteúdos metafísicos em teorias sociais empíricas. Em escritos devotados a temas das ciências sociais, Popper (1976, pp. 128) costuma usar o adjetivo metafísico de modo depreciativo: "há algumas razões lógicas para descrever a crença em tendências absolutas como não científica ou metafísica". Para Popper, o "caráter 'metafísico' da crença em tendências que não são específicas, caso das tendências gerais, se deve ao fato de os enunciados que expressam essa crença não poderem ser testados". Fica a impressão de que a metafísica é sempre mal avaliada quando presente nas disciplinas sociais ou quando se presta a organizar sistemas metacientíficos rivais ao seu.

Popper (1977, p. 102) pensa que "a investigação lógica dos métodos da economia culmina em um resultado que pode ser aplicado às ciências sociais: existe um método puramente objetivo nas ciências sociais que pode ser chamado de método da compreensão objetiva ou lógica situacional [...] que consiste em entender que a ação foi objetivamente apropriada à situação":

> Por análise situacional entendo certo tipo de explicação tentativa ou conjectural de alguma ação humana que recorra à situação em que o agente se encontra. Pode ser uma explicação histórica no sentido de que se pode querer explicar como e por que determinada estrutura de ideias foi criada. Deve-se admitir que nenhuma ação criativa pode ser plenamente explicada. No entanto, podemos tentar elaborar, conjecturalmente, uma reconstrução idealizada da situação-problema em que o agente se encontrava a fim de tornar a ação "compreensível" (ou racionalmente compreensível), ou seja, adequada à sua situação tal qual vista por ele [...] A tarefa da lógica situacional seria distinguir entre a situação tal qual vista pelo agente e a situação tal como era.(Popper, 1986, p. 179)

Ao conferir ao seu individualismo metodológico o status de científico, Popper como que se considera dispensado de lidar com sua matriz metafísica. Parece acreditar que sua teoria social precisa ser acolhida pelas diferentes Escolas do pensamento social como a única apta a aspirar à condição de científica. Sustentando que "a maioria dos problemas metafísicos pode ser reformulada de modo a se tornar um problema de método científico", Popper (1976, p. 27) parece crer que o *Methodenstreit*, que confronta diferentes e inconciliáveis propostas de critérios e padrões epistêmicos nas disciplinas sociais, é superável caso se adote seu racionalismo crítico. Talvez por isso se mostre despreocupado com fato de não apontar um só caso de transformação exemplar de uma metafísica em uma explicação consensualmente reconhecida como cientifica nas disciplinas sociais. O fato é que diferentes e excludentes ontologias e metodologias continuam sendo propostas para lidar com a problemática da relação entre indivíduos e sociedade sem que se justifique creditar à resistência filosófica, ou mesmo ideológica, a falta de consenso até com referência à natureza dos móveis – individuais, grupais ou coletivos – da ação humana.

A tendência entre os propositores do naturalismo metodológico é a de atribuir as dificuldades das disciplinas sociais de se tornarem científicas ao fato de se enredarem em ciladas "linguísticas" que as impedem de livrar suas teorias de insidiosas teias metafísicas. Mesmo incapazes de apontar de modo consensual o método posto efetivamente em prática por ciências consagradas como a física, os defensores da imitação das ciências naturais sempre viram na infiltração da metafísica o Cavalo de Troia a minar a credibilidade epistêmica das teorias sociais. Para Durkheim (1949, p. 14), as regras do método "não implicam qualquer concepção metafísica, qualquer especulação sobre o recôndito dos seres; tudo que exigem é que o sociólogo adote o estado de espírito dos físicos, químicos e fisiologistas quando penetram em uma região ainda inexplorada de seu domínio científico".

Em consequência das grandes dificuldades em se indigitar como *de facto* procedem ciências como a física, em se identificar o método mais apto a lidar com as peculiaridades exibidas pelos fatos sociais, tem-se mostrado inócua a pregação em prol de as ciências sociais imitarem as naturais. Descrendo da existência de um método universal, ou universalizável, Kuhn (1970, p. 58) se coloca contra o naturalismo sublinhando que tanto a História quanto seus conhecimentos o fizeram "duvidar de que os praticantes das ciências naturais possuam respostas mais firmes ou mais permanentes para tais questões [natureza do método e problemas científicos legítimos] do que seus colegas das ciências sociais". Por essa razão, têm se mostrado vãs as propostas de se recorrer à metodologia supostamente empregada pelas ciências naturais para barrar a infiltração de ingredientes filosóficos na construção de teorias sociais.

Para Durkheim (1949, p. 27), manter a metafísica afastada das ciências sociais depende apenas de se perceber que "os fenômenos sociais são *coisas* e devem ser assim tratados, e que para demonstrar essa proposição é desnecessário filosofar sobre sua natureza". Contrário a esse "coisalismo", Popper (1977, p. 90) identifica o naturalismo metodológico com a defesa de uma epistemologia de extração empirista, que prega "que se parta de observações e mensurações; o que significa, por exemplo, começar pela coleta de dados estatísticos para, em seguida, se chegar, por meio da indução, a generalizações e à formação de teorias". Em um esquema metodológico desse tipo, é inevitável que todo e qualquer ingrediente metafísico seja sempre visto como pernicioso. Popper não dissente da visão de que todas as ciências fazem uso do mesmo método – o proposto

por ele - baseado no lançamento de conjecturas ousadas seguidas de implacáveis tentativas de refutação. Supondo que a tese da unidade do método esteja certa, é lícito esperar que as disciplinas sociais tenham o mesmo potencial das naturais de promover o aproveitamento de conteúdos metafísicos. Como isso não ocorre, justifica-se questionar ou bem a tese da unidade do método ou bem visão de que a metafísica é reaproveitável pela ciência em geral.

Torna-se difícil explicar a *inexistência* de exemplos emblemáticos de transformação de programas metafísicos de pesquisa em teorias sociais científicas em virtude de Popper (1977, p. 89) esposar a tese da *unidade do método*: "o método das ciências sociais, assim como o das naturais, consiste em buscar soluções tentativas para os problemas dos quais partem nossas investigações; soluções são propostas e criticadas, de tal maneira que se uma solução proposta não está aberta à crítica objetiva, então é excluída, embora talvez apenas temporariamente, como não científica". Sendo o método o mesmo, os sempre questionados resultados obtidos no estudo da vida psíquica e social resultam ou bem do emprego do método equivocado ou de as peculiaridades dos fatos sociais dificultarem a aplicação do método apropriado.

As disciplinas sociais têm historicamente apresentado duas grandes vertentes metodológicas. Para a corrente chamada de *Verstehen*, os fenômenos sociais precisam ser *compreendidos* fazendo-se referência aos sentidos atribuídos pelos agentes às suas ações. Sendo assim, os estudos sociais precisam operar com procedimentos metodológicos diferentes dos das ciências naturais. A ação humana, diferentemente do comportamento classificado por Weber de *blosreaktive*, dos puros movimentos corpóreos, está sempre impregnada dos sentidos a ela conferidos. Na busca de compreensão das ações não há como deixar de lado razões, propósitos ou motivos, uma vez que não têm como ser associados em uma relação exclusivamente causal. Em contraposição, a vertente da *Erklären* acredita que os fatos sociais, como quaisquer outros, podem também ser submetidos à explicação causal. Tendo em vista que as disciplinas sociais têm necessidade de fazer uso da *VerstehendeTechnik* - para lidar com *fatos pré-interpretados* – resulta mais difícil a conversão de conteúdos metafísicos em científicos.

5. Um exemplar estudo de caso: individualismo x coletivismo

Na antologia que organizaram sobre o debate entre individualismo e holismo, Zahle&Collin (2014, p. 1) o encaram "como uma velha disputa – mas ainda vibrante – no interior da filosofia das ciências sociais e das próprias ciências sociais". No elucidativo escorço histórico que elaboraram são identificadas três fases, todas caracterizadas por vívidas discussões. A primeira ocorre na virada do século XIX com as contribuições significativas, entre outros, de Durkheim e Weber; a segunda fase transcorre por volta da década de 1950, na qual é feita a defesa enfática do individualismo metodológico por Hayek e Popper, com J. W. N. Watkins aguçando o debate. Finalmente, a terceira e última se estende da década de 1980 até hoje, com contribuições pioneiras dadas por teóricos como Bhaskar, Boudon, Coleman, Elster, Garfinkel, Little, Kincaid e Pettit. Como ensina Kincaid (2002, p. 294), "o debate individualismo-holismo remonta às origens das ciências sociais; a partir da década de 1950, tornou-se uma questão viva não só para os cientistas sociais bem como para os filósofos". A verdade é que versões seminais das teses holistas já aparecem em Platão e Aristóteles.

O confronto entre individualismo e coletivismo enseja um estudo de caso capaz de evidenciar como as divergências metodológicas e ontológicas nas disciplinas sociais conduzem ao entrincheiramento filosófico e não à transformação em ciência do que originariamente tem impregnação metafísica. Desde a inauguração das ciências sociais, as dissensões metodológicas e ontológicas entre individualistas e holistas têm se mostrado incapazes de promover avanços explicativos. As dificuldades da proposta de Popper de resgatar a metafísica por sua eventual utilidade para a ciência podem ser emblematicamente identificadas por meio do exame dos impasses ontológicos e substantivos subsistentes entre o individualismo e o coletivismo metodológico.

Indagando qual a tarefa das ciências sociais e como podem ser úteis, Popper se coloca contra duas influentes modalidades de teoria da sociedade. A primeira advoga que as disciplinas sociais estudam o comportamento de *todos* sociais representados por grupos, nações, classes, sociedades, civilizações etc. Esses *todos* sociais são concebidos como os objetos empíricos estudados pelas ciências sociais da mesma maneira que a biologia se volta para animais e plantas. Popper (1989, p. 341) sustenta que "a crença na existência empírica de *todos* sociais ou de coletivos, caracterizada como coletivismo ingênuo, tem de ser substituída pela exigência de que os fenômenos sociais, incluídos os coletivos, sejam analisados em termos de indivíduos e de suas ações e relações". Alerta, entretanto, para os equívocos gerados pelo individualismo atomista que, em nome da exigência de se centrar a análise nos agentes, resvala para a teoria da conspiração, que encara tudo o que acontece na sociedade - incluindo coisas das quais as pessoas costumam desgostar, como a guerra, o desemprego, a pobreza, a escassez – como resultado do desígnio direto de alguns indivíduos ou grupos poderosos.

Ao descartar as propostas historicistas e holistas de abordagem dos fatos sociais, Popper se mostra convencido de que são portadoras de componentes metafísicos condenados a se manter *intraduzíveis* para a ciência. É questionávelque Popper tenha sido bem sucedido em transformar em teorias testáveis suas teses gerais em defesa do individualismo metodológico e mais ainda que sua versão do individualismo metodológico seja a única apta a fazer com que as disciplinas sociais construam explicações em condições de reivindicar o estatuto de científicas.

Reportando-se às "tantas especulações cosmológicas que, especialmente em suas formulações iniciais, não têm como ser empiricamente testadas ou falsificadas", Popper (1982, pp. 31-2) ressalta que "essas importantes teorias cosmológicas encerram caráter programático na medida em que moldam e determinam muitas vezes o curso e o desenvolvimento da pesquisa científica". "Possuidoras de caráter metafísico por serem insuscetíveis de teste", as especulações cosmológicas se assemelham às visões de sociedade e de homem que, nas disciplinas sociais, programam e direcionam a pesquisa com a diferença de que conservam indefinidamente sua natureza metafísica original. Sustentando que tais programas metafísicos de pesquisa – por ora insuscetíveis de teste - podem ser encontrados em toda parte, Popper (1982, p. 32) sublinha que "*certamente pertencem à ciência* e desempenham papel crucial no desenvolvimento da ciência; entretanto, carecem em geral do caráter das teorias científicas testáveis; podem se tornar teorias científicas, e isso ocorrendo deixa de haver razão para chamá-los de programas de pesquisa". Popper nunca oferece uma maneira eficiente de enfrentar o desafio de por que o processo de conversão do metafísico em científico tem estado ausente das disciplinas sociais. O fato de os programas metafísicos de pesquisa "serem muito mais difíceis de criticar do que as teorias e muito mais fáceis de reter de modo acrítico", como advoga Popper (1982, p. 32), fica ainda mais nítido quando se avalia sua presença nas disciplinas sociais.

Os conceitos filosoficamente impregnados e as categorias ontológicas a que as disciplinas sociais têm recorrido tornam patente a necessidade, no debate individualismo versus coletivismo, de se identificarem as razões pelas quais as divergências de base metafísica têm permanecido congeladas. Os substratos metafísicos que dão identidade às várias versões do individualismo e do coletivismo parecem impermeáveis a críticas que indiquem de que modo devem ser reelaboradas ou substituídas. Por mais que uma ou outra teoria pareça empiricamente mais controlável, inexistem resultados explicativos - sem dependência a enraizamentos metafísicos específicos - aceitos indistintamente por individualistas e coletivistas.

É comum argumentar-se, como sublinha Popper (1976, p. 17), que "a sociologia - como todas as ciências "biológicas", ou seja, como todas as ciências que lidam com objetos vivos - não deveria proceder de uma maneira atomista, mas sim 'holista'". Costuma-se alegar que os objetos da sociologia, os grupos sociais, nunca devem ser tratados como meros agregados de pessoas em razão de sempre serem mais que a mera soma total dos seus membros e mais que a mera soma total das relações meramente pessoais existentes. Por mais defensável que pareça, o caminho holista, genericamente defendido, tem enfrentado muitas dificuldades para se legitimar como

científico. A pura e simples adoção de uma ontologia que confira primazia ontológica a todos e coletivos tem ficado ainda mais longe de se converter em teorias testáveis. O mesmo se pode dizer da escolha apriorista de uma ontologia para a qual os fatos sociais são sempre redutíveis a fatos localizáveis na esfera das decisões e ações dos indivíduos. Da maneira como são assumidos por individualistas e holistas/coletivistas, os compromissos ontológicos tendem a gerar teorias pouco permeáveis a efetivos controles empíricos.

Na busca de explicações gerais, não se está a priori impedido de adotar uma ontologia com base na qual a vida social seja estudada dando protagonismo às classes sociais, a seus modos de interação e interdependência, e à investigação de funcionalidades sistêmicas. Tampouco é obrigatório descartar a priori a construção de explicações centradas na análise das escolhas e ações contextualizadas dos indivíduos. Sendo injustificável um "veto ontológico" a priori tanto ao holismo quanto ao individualismo, cumpre dar destaque à avaliação da proficiência das metodologias que utilizam. Mesmo tendo boas razões para qualificar de "metafísico" o holismo que atribui vida própria e dinâmica autóctone a coletivos, submetendo-os a nexos causais ou a mecanismos de reprodução independentes das ações individuais, Popper falha em demonstrar de que modo seu individualismo metodológico logrou converter uma metafísica do 'ser social' em uma teoria empírica.

O que a história das ciências sociais evidência é que o desafio de elaborar teorias empíricas dotadas de poder explicativo está longe de ter sido superado tanto pelos coletivistas quanto pelos individualistas, de tal maneira que a transformação do metafísico em científico ainda está por ser feita. Sem a conversão dos componentes metafísicos em teorias testáveis se conservará insuperável o debate entre a óptica estribada na "ação propositada dos indivíduos" e a que concede existência própria, e poder de determinação causal, a coletivos e a seus mecanismos intrínsecos de reprodução. Tornando-se refém de uma metafísica, cada corrente do pensamento social revela-se incapaz de*empiricizar* suas teorias. Sendo a moldura ontológica previamente demarcada e imposta, a metodologia lhe fica a reboque gerando incomensurabilidade epistêmica entre as teorias. A ausência de critérios compartilhados faz com que os procedimentos metodológicos adotados por uma Escola se ajustem fundamentalmente aos compromissos ontológicos por ela assumidos. Nesse caso, as escolhas ontológicas se tornam decisivas para conferir identidade às teorias sociais dificultando, ou mesmo inviabilizando, a transformação de programas metafísicos de pesquisa em teorias testáveis. Tomando as ciências sociais como referência, desponta mais defensável a tese de Dilworth (2006, p. 184) de que são os princípios ontológicos - e não dados empíricos – que constituem o núcleo da ciência: "esses princípios devem se situar em um nível mais fundamental do que os fatos que os pressupõem".

Para Ruben (1985, p. 3), o individualismo metafísico envolve "duas doutrinas: 1) inexistem entidades sociais irredutíveis e 2) inexistem propriedades sociais irredutíveis". O levantamento das causas capazes de elucidarem por que deixam de ocorrer transições da metafísica para a ciência nas disciplinas sociais encontra seu melhor campo de exemplificação no endêmico debate entre holistas e individualistas, entre os que apregoam que as disciplinas sociais só podem explicar os fenômenos de sua alçada em termos de entidades e propriedades de natureza intrinsecamente social e os que advogam que só podem ser adequadas as explicações que remetem, em última análise, ao plano ontologicamente controlável dos indivíduos e de suas ações.

Watkins (1973, p. 167-8) faz uma clara defesa do individualismo ontológico, ou metafísico, quando sustenta que "os constituintes últimos do mundo social são indivíduos, que agem de modo mais ou menos apropriado à luz de suas disposições e compreensão de sua situação". Se "os eventos sociais são causados por pessoas", como sustenta Watkins, a explicação deve se centrar obrigatoriamente nas ações executadas por indivíduos e na identificação de seus móveis e motivações. Para Watkins, "toda situação, instituição ou evento social complexo é o resultado de uma configuração particular de indivíduos, de suas disposições, situações, crenças, recursos físicos e do ambiente". Esses "lugares comuns metafísicos", como os denomina Watkins, levam à consequência metodológica de que os fenômenos de grande escala – como inflação e revolução

política - devem ser explicados em termos de situações, disposições, crenças e inter-relações de indivíduos. Do individualismo ontológico se deriva o metodológico, mas também pode ocorrer o contrário. Watkins (1973, p. 168) sustenta que "a suposição central da posição individualista – reconhecidamente metafísica e contrafactual – é a de que inexiste tendência social que não poderia ser alterada *caso* os indivíduos envolvidos quisessem alterá-la e possuíssem a informação apropriada".

É pouco defensável a tese de que só se podem conhecer as entidades sociais por meio do estudo das ações dos indivíduos em virtude de apenas indivíduos serem observáveis. Mesmo porque ações dificilmente serão *compreendidas* sem que se dispense atenção a mecanismos intangíveis como, por exemplo, os propósitos e os sentidos subjetivos que acompanham as ações. A despeito de a força da gravidade só ser observável pelo acompanhamento de seus efeitos, isso não faz com que a teoria que a identifica e explica seja questionada quanto à sua empiricidade. Se o inobservável fosse recusado em razão de não se ter como estabelecer de forma direta sua existência, muitas das boas teorias das ciências naturais seriam *in limine* rechaçadas. Nesse sentido, a inobservabilidade dos *todos* e coletivos não impede que se tornem objetos de estudo. Se por um lado faltam razões para rejeitar a priori a postulação de entidades sociais inobserváveis, por outro, cumpre exigir capacidade explicativa de teorias que conferem vida própria a coletivos e *todos*.

Subordinando o que são e fazem os membros da sociedade a estruturas e processos muitas vezes tratados como autossubsistentes, os holistas são modelarmente representados por Durkheim com seu argumento de que os fatos sociais têm uma existência externa aos indivíduos com força para coagi-los a ser e a pensar de determinados modos. Dando ao fato social o estatuto ontológico de *chose*, Durkheim advoga que exerce influências causais irredutíveis no e sobre o plano individual. Com posição diametralmente oposta, Weber advoga que

> Os coletivos devem ser tratados unicamente como resultados e modos de organização das ações particulares de indivíduos, uma vez que apenas estes podem ser tratados como agentes no curso de uma ação subjetivamente compreensível [...] Para propósitos sociológicos, não existe algo como uma personalidade coletiva que "age". Quando se faz referência, em um contexto sociológico, a Estado, nação, corporação, família, força armada ou a coletivos similares, se está na verdade fazendo menção a certo tipo de desenvolvimento das ações sociais possíveis ou efetivas de pessoas específicas. (Weber, 1978. p. 13-4)

As longevas e indomesticáveis divergências - algumas das quais de natureza metafísica - entre holismo e individualismo fornecem evidência contrária à tese de que o especulativo se presta a fomentar a formação de teorias empíricas. A persistência de embates em que os componentes metodológicos se misturam nebulosamente aos ontológicos indica que os substratos metafísicos resistem às tentativas de traduzi-los para uma linguagem empírica (compartilhada). Por mais que aparentemente se mostre mais passível de controlabilidade empírica, o individualismo também enfrenta dificuldades para elaborar teorias testáveis. Mesmo a visão de que o que ocorre no *setting* social pode ser mais bem explicado dando-se atenção prioritária às propriedades emergentes não tem gerado pesquisas com resultados alvissareiros. O *Methodenstreit*é mais um fator complicador na medida em que há cientistas sociais que propõem o individualismo em associação com uma abordagem compreensiva (*Verstehen*), caso de Weber, e há outros que advogam o holismo em combinação com uma metodologia empirista dedicada à elaboração de explicação causal (*Erklären*), caso de Durkheim. Isso ajuda a entender por que nas disciplinas sociais fica longe de se realizar o potencial de uma teoria metafísica se converter em científica.

A nosso juízo, o debate entre individualismo e holismo/coletivismo tem exibido poucos avanços porque seus participantes se envolvem com o pressuposto, mesmo seapenas tacitamente, segundo o qual "a ciência é um empreendimento epistemológico que emana – como advoga Dilworth (2006, p. 241) - de princípios ontológicos e metafísicos particulares, de tal maneira que determinar se um empreendimento é científico depende dos princípios ontológicos que pressupõe".

Sendo excludentes os compromissos ontológicos assumidos, as teorias se tornam incomensuráveis:

> Na sociologia, como na filosofia, as acusações contra a hipóstase de conceitos são crônicas, para não dizer endêmicas. Hegel é acusado de hipóstase por Marx, Marx por Weber e Simmel, Durkheim e Weber por Parsons, Parsons por Habermas, e Habermas por Honneth e Luhmann [...] Sem dúvida, essas difamações seriais podem ser explicadas pela colisão entre os diferentes discursos ontológicos da filosofia e da sociologia em combinação com a falta de consenso sobre o estatuto ontológico de seus referentes empíricos. Estando em questão o conflito entre os discursos ontológicos, é importante reconhecer que a ontologia teórica que opera nas ciências sociais e a ontologia implícita na crítica filosófica dos conceitos teóricos das ciências sociais são incomensuráveis. (Vandenberghe, 2009, p. 11**)**

O individualismo metodológico popperiano está longe de merecer ser visto como expressão do êxito da atividade heurístico-metodológica por meio da qual um programa metafísico de pesquisa é transformado em teoria testável. A tarefa atribuída por Popper à teoria social - construir e analisar modelos sociológicos em termos descritivos ou nominalistas, ou seja, *em termos de* indivíduos, de suas atitudes, expectativas, relações etc. – tem sido pouco abraçada a despeito de sua penetração na economia. É discutível que o individualismo metodológico se revele eficaz em explicar fatos sociais sem precisar recorrer a fatos situados em uma esfera supraindividual. Justifica-se pensar que os pesquisadores já teriam universalizado o programa de pesquisa do individualismo metodológico, associado ao que Popper chama de *lógica situacional*, caso propiciasse explicações mais sólidas de fatos sociais fundamentais. Por essa razão, o caso específico do embate travado entre holistas e individualistas permite melhor identificar as razões pelas quais conteúdos metafísicos têm deixado de se transmutar em teorias consensualmente reconhecidas como científicas. Se as molduras conceituais da metafísica atuam na caracterização e enquadramento dos fatos sociais em dar origem ao tipo de pesquisa empírica capaz de superar impasses ontológicos e metodológicos, então o que nas disciplinas sociais é apresentado como científico é tão difícil de ser epistemicamente avaliado quanto qualquer tese metafísica pura.

Desde os *foundingfathers*, as disciplinas sociais vêm elaborando explicações centradas nas ações individuais ou em *todos* e coletivos sem que nenhuma delas tenha sido consensualmente reconhecida como científica. Tal fato confere sustentação à tese de queo substrato metafísico adotado respectivamente por individualismo e holismo não é constituído de noções específicas, mas de quadros gerais sobre o mundo das relações sociais. Por mais que os profundos desacordos entre individualistas e coletivistas se situem principalmente no campo da ontologia, as principais objeções de Popper (1976, p. 85) ao coletivismo são metodológicas: (a) descaso para com os experimentos gradualistas, fundamentais à conquista de conhecimento social, seja ele pré-científico ou científico; (b) diminuta capacidade de os experimentos holísticos contribuírem de modo significativo para nosso conhecimento experimental, de tal maneira que podem ser chamados de "experimentos" apenas no sentido em que este termo é sinônimo de uma ação cujo resultado é incerto, mas não no sentido em que é usado para denotar um meio de adquirir conhecimento por meio da comparação entre os resultados obtidos e os esperados. Sendo o coletivismo metodológico passível dessas críticas, cabe problematizar por que as teorias elaboradas com base nos preceitos do individualismo metodológico deixam de ser consensualmente acolhidas como científicas.

As dificuldades metodológicas de se realizarem estudos bem fundamentados sobre coletivos ou *todos*, aos quais se costuma conferir identidade e vida próprias, levam Popper (1976, pp. 77-8) a uma conclusão peremptória: "não podem se tornar objeto de estudo científico", e isso é desconsiderado pelos holistas, mesmo por aqueles que admitem que a ciência costuma ser seletiva". Por mais que derivem de argumentos epistemológico-ontológicos, as críticas políticas de Popper aos holismos/coletivismos os vinculam a programas de amplo espectro de intervenção na vida social que acarretam diminuição da liberdade individual. Para Popper (1976, p. 79), "o

método holístico está condenado a permanecer um mero programa na medida em que inexiste um só exemplo de descrição científica de um todo". Popper é taxativo na crítica epistemológica aos holistas: "planejam estudar a sociedade por um método impossível". E a condenação política se pretende definitiva: "também planejam controlar e reconstruir nossa sociedade "como um todo"". Para Popper, o chamado método holístico nada tem de científico e descura que quantos maiores e abrangentes forem as mudanças introduzidas no funcionamento da sociedade, maiores serão as consequências não pretendidas e inesperadas.

Convencido de que o método que propõe - colocar o foco em problemas práticos, elaborar teorias tentativas com o fito de buscar modos de resolvê-los e implacavelmente testá-las por meio da dura atividade crítica - é aplicável a quase tudo, Popper o invoca para equacionar tanto as questões metodológicas e ontológicas como também as políticas envolvidas no debate entre individualistas e coletivistas. Centrar a análise em indivíduos leva a uma proposta de enfrentamento dos problemas sociais diferente da que supõe que a vida associativa se explica essencialmente pela existência e atuação dos coletivos encarados como autossubsistentes. A discussão contemporânea em torno, por exemplo, das questões de gênero adota claramente pressupostos – metodológicos e políticos - coletivistas. Por essa razão, os impasses entre individualismo e coletivismo repercutem no tratamento dispensado a muitos dos mais aflitivos problemas das sociedades contemporâneas.

Muitas das teorias que acreditam na existência de processos sociais que, uma vez desencadeados, se desenrolam com total independência da esfera das escolhas e decisões individuais, carecem de referentes objetivamente identificáveis e acompanháveis. A teoria dos indivíduos como marionetes de forças sistêmicas raramente aponta de modo preciso os *denotata* de suas proposições. Já o individualismo que sustenta serem as greves fenômenos sociais iniciados por indivíduos, com intenções específicas, precisa, para ter poder explicativo, *fazer referência* a efeitos supraindividuais inscritos no plano das consequências não pretendidas.

Intentando ir além do truísmo de que "instituições não agem, apenas indivíduos nas, pelas e através das instituições", Popper (1977, p. 104) advoga que, mesmo sendo a análise situacional um método individualista, "a lógica situacional geral dessas ações será a teoria das quase ações das instituições". Tudo culminando na construção de uma "teoria das consequências institucionais, pretendidas e não pretendidas, da ação propositada". Desponta mais profícua a tentativa de Popper de evitar o individualismo atomista por meio da proposição de uma teoria das "quase ações" das instituições. A crença de que só indivíduos têm objetivos e responsabilidades é a mais compatível com a *via media* - apropriadamente chamada por Agassi (1975, pp. 144-154) de 'individualismo institucionalista' - entre psicologismo e coletivismo. Mesmo despontando empiricamente mais controlável, o 'individualismo institucionalista' não tem conseguido comprovar sua superioridade explicativa. Sem sucesso em sua tentativa de desalojar o holismo doutrinário e a metafísica que o acompanha, o 'individualismo institucionalista' também enfrenta dificuldade para lidar com a intrincada relação entre sociologia e psicologia.

Reportando-se ao individualismo metodológico de Popper, Winch (1974, p. 895) considera "tentador encarar os objetivos dos indivíduos como primários e os objetivos atribuíveis às atividades como construções mais ou menos complexas a partir dos objetivos individuais". Winch pensa ser "claramente verdadeiro que há inúmeros objetivos visados por homens (e animais) completamente independentes da existência de quaisquer instituições sociais – por exemplo, comer, beber, manter-se aquecido, acasalar-se – por mais que a *forma* com que esses objetivos são perseguidos pelos seres homens desponte bastante dependente de fatores institucionais". Para Winch, "parece igualmente verdadeiro que inexistem formas institucionalizadas de atividade às quais poderíamos atribuir objetivos sem que existissem seres humanos individuais executando ações com objetivos particulares visados". Reportando-se a uma terceira categoria, Winch aponta a existência de "objetivos atribuíveis a indivíduos apenas porque vivem em uma sociedade que contém instituições, modos de fazer coisas, modos de pensar e formas de vida". Como exemplo,

Winch assinala que "o objetivo de fazer, por exemplo, um curso superior requer a existência de uma instituição com regras idiossincrásicas às quais o indivíduo deve se submeter".

Em razão de encarnarem normas e definirem papéis, as instituições detém o poder de moldar *condutas* sociais *típicas* dos indivíduos sem determinarem suas ações específicas. Écontroversa tese do determinismo acional exercido por processos e estruturas sociais a ponto de se tornar epifenomênica a esfera das escolhas, preferências e decisões individuais. Em que pese sua função diretiva e modeladora, instituições se reproduzem sem eliminar a autonomia, ao menos relativa, de ação e decisão dos indivíduos. Apresentando as instituições sociais como o elemento mais importante da situação ao lado do ambiente físico, Popper (1994, p. 167) sublinha que se destacam por colocarem *limites* e *barreiras* à ação. Mais que programar as ações dos indivíduos, as instituições definem *o que não dever ser feito*: "proponho usar o nome "instituição social" para todas aquelas coisas que estabelecem limites ou criam obstáculos aos nossos movimentos e ações, quase como se fossem corpos físicos ou obstáculos; as instituições sociais são por nós vivenciadas quase literalmente como fazendo parte do mobiliário de nosso habitat". As instituições colocam restrições às ações por meio de normas incumbidas de definir papéis com o propósito de promover o bom funcionamento da engrenagem social. Este tipo de visão remete ao conceito *negativo* de liberdade formulado pioneiramente por Hobbes (1971, p. 261): "ausência de oposição entendida como impedimentos externos ao movimento". Concebida como ausência de impedimentos, a liberdade sobrevive apenas quando as instituições se limitam a introduzir as restrições comprovadamente necessárias ao usufruto universal da liberdade e ao bom funcionamento da sociedade.

Contrapondo-se àprescrição segundo a qual "incumbe às ciências sociais estudarem a estrutura, especialmente o movimento, o desenvolvimento e a história de 'corpos coletivos'", Popper (2008, p. 134) "vincula o coletivismo a visões como a de que o indivíduo é desimportante, ao passo que qualquer 'corpo coletivo' - tais como raça, classe ou nação - é de todo importante, se é que não é divino". Popper (1976, p. 75) reputa "a abordagem holística em ciências sociais como *pré-científica* em virtude de conter um elemento de perfeccionismo; se percebermos que não podemos criar o céu na Terra, mas só melhorar *um pouco* as coisas, dar-nos-emos conta de que podemos apenas melhorá-las *pouco a pouco*". Em razão de também vincular as teorias individualistas e coletivistas a diferentes propostas de intervir na vida social, Popper acusa o coletivismo metodológico de fomentar a engenharia social, que acalenta a pretensão desmesurada de remodelar as instituições com fito de fazer nascerem formas pretensamente mais justas e equilibradas de relacionamento entre os homens. Carentes de cientificidade, as teorias coletivistas nutrem a ambição de dar suporte a programas político-sociais intervencionistas ligados a projetos autoritários de poder. Da falta de justificação metodológica Popper deriva a ilegitimidade política. O problemaé que a aplicação "mecânica" de molduras metafísicas aos fatos é crucial à instrumentalização ideológica.

Advogando que muito do que constitui a vida social é viabilizado por variados tipos de instituição, Popper (1989, p. 342) se coloca contra o individualismo *atomista* argumentando que a principal tarefa das ciências sociais teóricas consiste em traçar as repercussões sociais não pretendidas das ações humanas intencionais. A atenção à problemática das consequências mais remotas das ações possíveis evita o voluntarismo cego, bem como a ética dos fins últimos - ou da *convicção* - que se dedica a uma causa que reputa justa sem preocupação com os efeitos possíveis não pretendidos e indesejáveis que podem ser gerados ao longo da caminhada em direção ao fim colimado. O individualismo metodológico de Popper se singulariza pela tese de que nem todas as consequências das ações são conscientemente projetadas e explicáveis em termos de necessidades, esperanças e motivos. Mesmo as que despontam resultantes das ações humanas conscientes e intencionais são subprodutos indiretos, involuntários e muitas vezes indesejados, das ações. Uma ação que se desdobre de acordo com a intenção não gera, para Popper (1971, p. 96), problema para a ciência social – a não ser que o pesquisador se defronte com a necessidade de explicar por que repercussões não intencionais deixaram de acontecer.

Ao serem dissociados da adoção de um método psicológico, os princípios do individualismo metodológico podem ser combinados, segundo Popper (1976, p. 142), "com a visão de que as ciências sociais são comparativamente independentes de pressupostos psicológicos, e que a psicologia pode ser tratada não como base de todas as ciências sociais, mas como uma ciência social dentre outras". Apesar de reputar "falsa a crença de que o 'psicologismo metodológico' é um corolário necessário do individualismo metodológico", Popper (1976, p. 30) rejeita a tendência a realizar o estudo de entidades sociais como o Estado, a ação econômica, o grupo social etc., em consonância com os ditames do coletivismo metodológico. Mesmo acreditando ser "completamente inatacável a doutrina de que devemos tentar entender todos os fenômenos coletivos como resultantes das ações, interações, objetivos, esperanças e pensamentos de homens individuais, e como decorrentes das tradições criadas e preservadas por homens individuais", Popper (1976, pp. 157-8) defende que o individualismo seja desvinculado do psicologismo.

Para Popper (1976, p. 158), a psicologia não é a base das ciências sociais porque é apenas uma delas. Pode-se contra-argumentar que, mesmo sendo apenas uma delas, nada a priori impede que se revele basilar. Menos discutível é a forma com que Popper ataca o psicologismo considerando-o "insustentável à luz de evidências como a de que "a natureza humana" varia consideravelmente de acordo com as instituições sociais, de tal maneira que estudá-la pressupõe uma compreensão dessas instituições". Contra o primado da psicologia, Popper prega que as ciências sociais estão em grande parte preocupadas com as consequências ou repercussões não intencionais das ações humanas. No entender de Popper, "não intencional" não significa "não *conscientemente* pretendido", mas sim as repercussões que podem violar *todos* os interesses do ator, conscientes ou inconscientes. O exemplo de Popper é bem elucidativo: "embora algumas pessoas possam alegar que o gosto por montanhas e solidão é explicável psicologicamente, o fato é que se muitas pessoas gostam de montanhas acabam não podendo desfrutar de solidão; este não é um fato psicológico, mas gera um tipo de problema que está na raiz da teoria social".

Para Popper (1971, p. 91), o psicologismo está certo apenas na medida em que faz a defesa do chamado 'individualismo metodológico', em que insiste que o 'comportamento' e as 'ações' dos coletivos, como Estados ou grupos sociais, devem ser reduzidos ao comportamento e às ações dos indivíduos humanos. Contudo, o psicologismo se equivoca quando abraça a crença de que a opção pelo método individualista torna obrigatória a escolha de um método psicológico. O fato de os indivíduos serem os principais agentes causais nos processos sociais não faz com que leis ou teorias sociais sejam redutíveis a leis concernentes a fatores da vida psíquica. Visto ser injustificável decretar que entidades sociais não possuem leis específicas, a psicologia não tem como questionar o grau de autonomina explicativa reivindicado pela sociologia. Popper (1971, p. 90) faz uma defesa da autonomia da sociologia de natureza institucionalista para a qual nenhuma ação pode ser adequada e exaustivamente explicada apenas por meio de motivos.

Não fica bem caracterizada a relevância do papel do fato(r) psicológico em razão de Popper (1971, p. 98) recorrer frequentemente a uma defesa genérica do individualismo metodológico - "todos os fenômenos sociais, especialmente o funcionamento de todas as instituições sociais, devem sempre ser compreendidos como resultantes das decisões, ações, atitudes etc. de indivíduos humanos". Ou mesmo a uma defesa vaga: "nunca devemos ficar satisfeitos com uma explicação em termos dos chamados 'coletivos' (Estados, Nações, raças etc.)". Popper fala de *insatisfação* com o coletivismo metodológico como se não o rechaçasse como "metafísico" e pseudocientífico. Ademais, atribui ao psicologismo o erro de presumir que a adoção do individualismo metodológico implica o programa de redução de todos os fenômenos sociais e regularidades sociais a fenômenos e leis psicológicos. As dificuldades de estabelecer a articulação entre o plano individual e o institucional têm impedido o individualismo institucionalista de ser acolhido como científico.

Na discussão crítica do individualismo metodológico, é importante levar em conta as ponderações de Lukes (1968, p. 120) contra o 'Atomismo Social Truístico' para o qual "uma sociedade é constituída por pessoas, os grupos consistem de pessoas e as instituições são formadas por pessoas mais regras e papéis; as regras são seguidas (ou, alternativamente, não seguidas) por

pessoas e papéis são desempenhados por pessoas; em suma, tradições, costumes, ideologias, sistemas de parentesco, línguas, são maneiras de as pessoas agirem, pensarem e falarem". Para Lukes, "o 'atomismo social truístico' se compõe de proposições banais sobre o mundo, analiticamente verdadeiras, ou seja, em virtude do significado das palavras". A doutrina do individualismo metodológico tem sido avaliada por alguns pensadores, como destaca Lukes, como enunciadora do truísmo de que os fatos sobre a sociedade e os fenômenos sociais (individuais) devem ser explicados unicamente em termos de fatos sobre indivíduos.

Lukes também chama a atenção para a existência de uma versão de individualismo metodológico que se compromete com a teoria do significado que apregoa que cada enunciado sobre fenômenos sociais é um enunciado sobre seres humanos individuais ou é ininteligível e nada informa ou comunica. Essa teoria implica que todos os predicados aplicados a fenômenos sociais são definíveis em termos de predicados atribuídos apenas a fenômenos individuais, que todos os enunciados sobre os fenômenos sociais são traduzíveis, sem perda de significado, para enunciados inteiramente sobre indivíduos. Jarvie (1959, p. 57) formula assim a versão *linguística* do individualismo: "exército é meramente plural de soldado, e todos os enunciados sobre o exército podem ser reduzidos a enunciados sobre os soldados particulares que compõem o exército". Visto que Popper deprecia os critérios de significatividade, como o da verificabilidade, o tipo de individualismo que professa não deve ser associado à versão "linguística".

Em algumas passagens, Popper dá a impressão de propor uma ontologia aferrada ao discutível pressuposto de que no mundo social apenas indivíduos são *reais*, no sentido de que só eles têm efetividade causal. Tal visão costuma levar à conclusão problemática de que os fenômenos sociais são construções da mente, desprovidos de existência própria, sem contrapartes na realidade. Se o que existe for reduzido ao que é observável acaba-se advogando a teoria falsa de que só os fenômenos *nos* indivíduos são reais e identificáveis; como se inexistissem fenômenos sociais observáveis e como se todos os fenômenos *nos* indivíduos – como atribuir sentido ou propósito à ação – fossem observáveis. Popper (1976, p. 140) se mostra ambíguo quando se contrapõe à concepção de "que entidades sociais como instituições ou associações são entidades naturais concretas, como multidões de homens" para advogar que são "modelos abstratos construídos para interpretar certas relações abstratas selecionadas entre indivíduos". Na versão forte, o individualismo se aproxima da visão que encara o que se situa no plano supraindividual como resultante de atividade de pura abstração. Com isso, esposa um nominalismo para o qual apenas indivíduos são reais, identificáveis por meio de coordenadas espaço-temporais, não passando os coletivos de *flatusvocis*.

Se *o que existe* são apenas indivíduos, o *social* subsiste apenas na mente, como algo abstraído dos indivíduos de carne e osso. A interpretação verbalista dos *todos* sociais apregoa que nada mais são que sopros da voz. O coletivismo se pretende uma forma especial de realismo à luz do qual se mostra justificável supor que os todos sociais são como as *chose*sdurkheimianas portadoras de mecanismos próprios de reprodução e capazes de afetarem as partes. Nesse caso, o todo social tem vida própria, está presente em todos os indivíduos, programando suas ações, a ponto de ser impossível dos *todos* separar as identidades das partes. Nesse sentido, o todo social é anterior (*ante rem*) às características e ações individuais, é o ente originário sem o acompanhamento do qual deixa de ser possível compreendê-las. Sendo a realidade no que tem de essencial, para além da diáspora dos particulares, confundida com o *todo*, este é o único objeto possível de conhecimento.

Somos de opinião que o individualismo metodológico, acoplado à lógica da situação, é um programa metafísico de pesquisa ainda à espera de transformações que o convertam em ciência. Sendo assim, cabe aplicarno exame do individualismo metodológico de Popper seu próprio ferramental conceitual com o fito de determinar se superou a condição de programa metafísico de pesquisa. Não respalda o individualismo o fato de as teorias holistas costumarem se imunizar de modo mais visível da exigência de testabilidade postulando a existência de entidades supraindividuais que, desprovidas de coordenadas espaço-temporais especificáveis, permitem que sobre elas sejam feitas afirmações difíceis de controlar empiricamente. Não justifica o

individualismo metodológico o fato de as teorias que incorrem na *falácia da concreção deslocada*promovendo a reificação, a personificação e até a animização de coletivoscomo classes sociais, serem metafísicas condenadas a permanecerem insuscetíveis de conversão em teorias empíricas.

As dicotomias metafísicas essenciais persistem nas disciplinas sociais em virtude de não se ter chegado a teorias capazes de comprovarem que as ações humanas devem ser encaradas como programadas pelas estruturas/sistemas ou a teorias em condições de evidenciar que os fatos sociais devem ser vistos como resultantes de ações individuais - com suas consequências pretendidas e não pretendidas - em molduras institucionais definidas. Nem a causação ascendente – por meio da qual das ações individuais balizadas por arranjos institucionais se vai para a geração de fatos sociais – nem a causação descendente - a determinação é sempre das partes pelo Todo, dos indivíduos pelos coletivos – consegue demonstrar sua superioridade explicativa. Sobrevivendo em teorias que possuem um *núcleo duro* protegido de aferições empíricas, as metafísicas sociais servem de contraponto crítico umas às outras. O holismo que reifica e personifica entidades sociais é exemplo acabado do que tem inviabilizado nas disciplinas sociais o processo capaz de operar a transubstanciação do especulativo em empírico. Apesar de parecer fazer escolhas ontológicas mais acertadas, também o individualismo enfrenta sérias dificuldades para elaborar teorias testáveis sobre, por exemplo, ações cuja compreensão requer a compreensão do sentido subjetivo a elas atribuídos.

Popper (1976, p. 70) questiona a credibilidade explicativa, das metodologias de tipo coletivista convencido de que "sem a possibilidade de testes, qualquer alegação de que o método "científico" está sendo utilizado se desvanece; a abordagem holística é incompatível com uma atitude verdadeiramente científica". Fica sempre por ser comprovado que o individualismo não só é a única opção adequada de ontologia como também o único capaz de indicar o caminho metodológico a ser seguido para que resultados empiricamente controláveis se tornem alcançáveis. Por fim, cabe também discutir se é o único portador de um genuíno fundamento ético por ser o único que, concedendo primazia ao indivíduo, evita subordiná-lo aos supostos coletivos e a seus desígnios pretensamente superiores.

Uma vez que propriedades emergentes deixam de ser capturadas pelas ontologias rigidamente individualistas e holistas, o desafio é identificar as *novidades* que surgem dos processos de interação institucionalmente balizados. O fato de os fenômenos chamados de sociais serem de segunda ordem - no sentido de que não têm como ocorrer sem a ação individual – leva Popper à ambivalência de atribuir grande importância às instituições sem deixar de ressalvar que, sendo *em si mesmas* incognoscíveis, só podem ter a funcionalidade compreendida através do conhecimento obtido sobre os indivíduos. Popper considera um erro acreditar em "estados da sociedade" à maneira de Mill (1949, p. 595) e mais ainda quando, sistemicamente associados, são vistos como representando "o todo do organismo social" ou "todos os eventos sociais e históricos de uma época". É questionável o veredicto popperiano que reputa inviável aplicar uma abordagem sistêmica, passível de ser submetida a requisitos de cientificidade, aos objetos de estudo destacados por Mill. Não merece Mill ser qualificado de coletivista e muito menos de ser um teórico que personifica classes sociais, coletivos, gêneros e raças. Na verdade, as teses metodológicas de Mill são uma alternativa ao individualismo rígido em virtude de proporem, para o estudo da vida social, uma abordagem emergentista, não coletivista, preocupada com as novidades que se formam quando partes interagem sistemicamente. Ademais, o emergentismo tem a vantagem de evitar dar vida própria, poder causal aos coletivos, deixando também de dotá-los de desígnios próprios, de finalidades intrínsecas, que os coloque em um plano ético acima dos indivíduos.

Tem se mostrado fundamental nos debates entre individualistas, e entre estes e os coletivistas, a problemática de se é possível entender por que os indivíduos agem de determinados modos sem priorizar a captação dos significados que atribuem ao que fazem. À diferença do coletivismo metodológico, o individualismo mais consistente dá a devida atenção a significados, razões e propósitos que levam as pessoas a agirem de determinados modos. É manifesta incongruência

localizar a investigação das causas e regularidades em uma dimensão social autossubsistente e voltar a atenção para a apreensão e compreensão dos significados que as pessoas dão às suas ações.

Se nenhum tipo de abordagem – individualista, coletivista ou emergentista – tem se firmado como o mais apto a gerar resultados com reconhecido valor científico, é importante averiguar por que as diferentes matrizes metafísicas deixam de ser traduzidas para teorias empiricamente controláveis. Pode se responsabilizar a falta de demonstrada capacidade explicativa pela multiplicação infrutífera tanto das teorias *from the bottomup* - das partes para os coletivos ou *todos* – quanto das *from the top down*, que advogam que a direção causal vai dos todos, ou mesmo do Todo, para as partes. A tendência das disciplinas sociais a atribuir a fonte primária do poder causal aos coletivos, com identidade ontológica nebulosa, tem dificultado sobremaneira a tradução de *pressuposições absolutas* metafísicas para teorias testáveis, mas sem que o individualismo metodológico possa apregoar que tem elucidado a natureza da interação entre os processos de escolha e decisão pessoais e os mecanismos institucionais. Talvez por isso as disciplinas sociais se mantenham incapazes de converter o metafísico em científico.

Referências

Agassi, J. (1975) 'InstitutionalIndividualism'. In: *The British Journal of Sociology, 26(2).*

Althusser, L. (1967) *Philosophie et Philosophie Spontanée des Savants*. Paris. Maspero.

Bachelard, G. (1968) *Essai sur la Connaissance Approchée*. Paris. Jean Vrin.

Bartley, W. W. (1968) 'Theories of Demarcation between Science and Metaphysics'. In: Lakatos, I. & Musgrave, A. (orgs.) *Problems in the Philosophy of Science*. Amsterdam. North-Holland Publishing Co.

Bendix, R. & Berger, B. (1959) 'Images of Society and Problems of Concept Formation in Sociology'. In: Gross, L. (org.) *Symposium on Sociological Theory*. Evanston. Row, Petersen & Co.

Bottomore, T. B. (1972) *Sociology*. *A Guide to Problems and Literature.* Nova Iorque. Vintage Books.

Butterfield, H. (1959) *The Origins of Modern Science 1300-1800*. Nova Iorque. The Macmillan Company.

Carnap, R. (1963) 'Autobiography'. In: *The Philosophy of Rudolf Carnap*. Illinois. The Open Court Publishing.

Collingwood, R. (2007) *An Essay on Metaphysics*. Oxford. Clarendon Press.

Descartes, R. (1987) *Discours de la Méthode*. Paris. LibrairiePhilosophique J. Vrin.

Dilworth, C. (2006) *The Metaphysics of Science*. *An Account of Modern Science in terms of Principles, Laws and Theories*. Dordrecht.Springer.

Durkheim, E. (1949) *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France.

Hobbes, T. (1971) *Leviathan*. Middlesex. Penguin Books.

Evans, R. (1968) *B. F. Skinner The Man and his Ideas*. Nova Iorque. A. Dutton& Co.

Jarvie, I. (1959) '*Reply to Taylor'*. In: Universities and Left Review. 7.

Kincaid, H. (2002) 'Social Sciences'. In:Machamer, P. & Silberstein, M. (orgs.) *The Blackwell Guide to the Philosophy of Science*. Malden. Blackwell Publishing.

Kuhn, T. (1970) *The Structure of Scientific Revolutions.* In*:* Neurath, O. Carnap, R. & Morris, C. (orgs.) *Foundations of the Unity of Science*. Vol. II. Chicago: The University of Chicago Press

Lukes, S. (1968) 'Methodological Individualism Reconsidered'. In: *The British Journal of Sociology*, Vol. 19, No. 2 (Jun. 1968), pp. 119-129.

Mach, E. (1914) *The Analysis of Sensations*. Trad de C. M. Williams. Chicago. The Open Court Publishing

Company.

Mill, J. S. (1949) *A System of Logic*. Londres. Longmans, Green and Co.

Mills, C.W. (1959) *The Sociological Imagination*. Middlesex. Penguin Books.

Popper, K. R. (1959) *The Logic of Scientific Discovery*. Londres. Hutchinson.

Popper, K. R. (1971) *The Open Society and its Enemies*. Vol. 2: Hegel and Marx. Princeton. Princeton University Press.

Popper, K. R. (1973) *The Open Society and its Enemies*. Vol. 1: Plato. Londres/Nova Iorque. Routledge and Kegan Paul.

Popper, K. R. (1974) 'Replies to my Critics'. In: *The Philosophy of Karl Popper*. Illinois. The Open Court Publishing.

Popper, K. R. (1976) *The Poverty of Historicism*. Londres. Routledge and Kegan Paul.

Popper, K. R. (1977) 'The Logic of the Social Sciences'. In: *The Positivist Dispute in German Sociology*. Trad. de Glyn Adey e David Frisby. Londres. Heinemann.

Popper, K. R. (1981) 'The Rationality of Scientific Revolutions'. In: Hacking, I. (org.). *Scientific Revolutions*. Oxford. Oxford University Press,

Popper, K. R. (1982) *Quantum Theory and the Schism in Physics*. Londres. Hutchinson.

Popper, K. R. (1986) *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach***.** Oxford. Clarendon Press.

Popper, K. R. (1989) *Conjectures and Refutations*. Londres. Routledge.

Popper, K. & Lorenz, K. (1990) *O Futuro está Aberto*. Trad. de Teresa Curvelo. Lisboa. Editorial Fragmentos.

Popper, K. R. (1992) *The Unended Question. An Intellectual Autobiography*. Londres. Routledge.

Popper, K. R. (1994) 'Models, Instruments and Truths. The Status of the Rationality Principle in the Social Sciences'. In: *Notturno*. M. A. (org.) *The Myth of the Framework. In Defence of Science and Rationality.* Londres. Routledge.

Popper, K. R. (1996) *Realism and the Aim of Science*. Londres. Routledge.

Popper, K. R. (2000) *In Search of a Better World*. Trad. de Laura Bennett. Londres/Nova Iorque. Routledge.

Popper, K. R. (2001) *The World of Parmenides. Essays on the Presocratic Enlightenment*. Londres. Routledge.

Popper (2007) *All Life is Problem Solving*. Trad. de Patrick Camiller. Londres. Routledge

Popper, R. K. (2008) *After the Open Society: Selected Social and Political Writings*. In: Shearmur, J. & Turner, P. N. Nova Iorque. Routledge.

Ruben, D. (1985) *The Metaphysics of the Social World*. Londres. Routledge and Kegan Paul.

Stokes, G. &Shearmur, J. (2016) 'Popper and his Philosophy: an Overview'. In: Shearmur J.& Stokes, G. (orgs.) *The Cambridge Companion to Popper*. Cambridge University Press.

Vandenberghe, F. (2009) *A Philosophical History of German Sociology*. Trad. de Carolyn Shread. Londres. Routledge.

Watkins, J. W.N. (1973*)* 'Historical Explanation in the Social Sciences'. In: O' Neill, J. (org.) *Modes of Individualism and Collectivism*. Londres. Heinemann.

Weber, M. (1978) *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Trad. de Ephraim Fischoff et alii. Berkeley.University of California Press.

Winch, P. (1974) 'Popper and Scientific Method in the Social Sciences'. In: *The Philosophy of Karl Popper*. Illinois. The Open Court Publishing.

Zahar, E. (2007) *Why Science Needs Metaphysics. A Plea for Structural Realism*. Chicago: Open Court.

Zahle, J. Collin, F. (orgs.) (2014) *Rethinking the Individualism-Holism Debate Essays in the Philosophy of Social Science*. Heidelberg Springer.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Geografia, essa estranha (des)conhecida: feitos e potencialidades da ciência geográfica no âmbito da epistemologia

Dante Reis Junior†

Resumo

Tratamos do caso Geografia, demonstrando que este campo disciplinar – embora ainda não tenha grande notabilidade nos círculos de discussão sobre filosofia e história das ciências – possui aspectos que o tornam fértil tanto como objeto de análise metacientífica, quanto como ângulo de visão epistemológica sobre os demais campos.

Palavras-chave: saber geográfico - ciência geográfica - história da geografia - filosofia da geografia - geografia da ciência.

† Professor Associado 2, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. dantereis@unb.br

1. Introdução

A "Geografia" tem um século e meio de institucionalização, mas, sendo tão antiga a relevância de seu temário, seria difícil não reconhecer que a "geografia" figura como uma de nossas fundamentais faculdades cognitivas. Ao lado dos saberes linguísticos, matemáticos, estéticos e históricos (graças aos quais empreendemos intercâmbios, métricas, artefatos e celebrações), o "saber geográfico" nos habilita a definir o alcance espacial dos fenômenos e estimar suas transições de escala. Comprova, assim, nossa capacidade intelectual em articular abstração e empiria.

Neste capítulo objetivamos apresentar à comunidade de pesquisadores em filosofia e história das ciências este que nos parece ser um caso ainda pouco noticiado no seio dela: o da ciência geográfica. Vista como uma disciplina de préstimos meramente escolares, ela, há algumas décadas, tem inspirado também estudos de segunda ordem – reflexo de uma franca intenção em definir a identidade científica deste antigo campo do conhecimento.

Apresentamos aqui seu panorama evolutivo, ressaltando (sob a forma de um mostruário sinóptico) o surgimento das pesquisas de viés especialmente epistemológico. E, a fim de contribuir à demonstração de que o olhar geográfico também pode constituir uma lente analítica sobre as ciências, finalizamos com algumas observações prospectivas.

2. Saberes geográficos e ciência geográfica: breve panorama evolutivo

2.1 Geografias antigas

A larga era que concentra o que aqui sumariamos pela expressão "geografia antiga" principia em tempos imemoriais, se estendendo até por volta do século XVII – época em que, executadas por personagens tais como Varenius (Bernhard Varen, 1622-1650), determinadas iniciativas vão trazendo à vista sinais de uma sistematização das práticas do geógrafo. Varenius é quem, em sua *GeographiaGeneralis* (1650), formaliza uma das mais salientes características da disciplina: a dualidade escalar particular–geral; isto é, define de modo pioneiro as instâncias da "descrição dos lugares" (mediada pela observação/experiência) e da "especulação hipotética" (estimulada pela razão legislativa). Porém, desde contextos pré-cristãos vinham se articulando, nos vários continentes, certas propensões procedimentais e argumentativas que, conquanto tardassem ainda a merecer tratamento formal, já jogavam o papel de desenhar uma gradativa silhueta: o olhar lançado sobre o curioso ou pitoresco; a descrição pictórica dos lugares visitados e das gentes aí presentes; a concepção de sistemas abstratos com vistas a viabilizar ações práticas várias (ocupação, registro, deslocamento) nas terras e pelos mares.

Estes elementos preteritamente instituídos permitem distinguir duas tradições desde logo visíveis: a dos discursos em linguagem narrativa e a das representações em matemática. É por esta segunda que a história antiga da Geografia acaba coincidindo com o avanço dos estudos astronômicos e técnicas cartográficas. É pela primeira que ela encontra correspondência com a história dos relatos épicos. Em outras palavras, as geografias antigas tanto estiveram presentes nos vieses matemático e naturalista – bem ilustrados pelos feitos de Anaximandro em medições (VIa.C.), de Eratóstenes em zoneamentos e fronteiras (IIIa.C.) e de Ptolomeu em coordenadas de posição (IId.C.) –, quanto nos vieses literário e inventariante – exemplificados pelo teor epopeico das obras de Homero (VIIIa.C.) e pelas catalogações de dimensão enciclopédica de Estrabão (Id.C.).

Quanto aos primeiros insights acerca de outra das dualidades inerentes à Geografia (o fator tanto "natural" quanto "social" dos *habitats* humanos), pode-se destacar, ainda em estágio pré-moderno, contribuições de personagens orientais, como Ibn-Khaldun (1342-1405). Este, em sua *Muqaddimah* (1377), define que natureza e cultura são fatores equipotentes no condicionamento do progresso humano – comprovando, ademais, que a germinação dos traços essenciais da

disciplina não se deu estritamente junto à civilização greco-romana, mas inclusive em terras árabes (Dikshit 2013).

2.2 Geografia científica

Entre os séculos XVI e XVIII, dada a amplificação da visão do mundo ensejada pelas viagens exploratórias, os contornos da disciplina ganham tonalidades mais fortes. É um contexto em que a Geografia lucrará com a sofisticação dos instrumentos técnicos concebidos para viabilizar esse "descobrimento" (e o consequente registro) de novos mundos. Mas é também um contexto em que os emergentes Estados estarão convencidos dos préstimos estratégicos que a produção de estatísticas terá: ricos dossiês sobre domínios e recursos (onde estão, até onde se estendem, qual sua magnitude). É a Geografia servindo oficialmente à política.

Podemos dizer que seu estatuto de "ciência" é conquistado, de fato, no alvorecer do século XVIII. Pois é quando, enfim, a esfera política da gestão já claramente financiará aquelas estatísticas; haverá sistemas de localização e representação gráfica (internacionalmente aceitos); bem como já se reconhecerá a existência de um profissional chamado "geógrafo" (Claval 2008).

2.2.1 Geografia moderna

É o período que inaugura o estágio científico (formalizado, sistematizado) da disciplina. O marco temporal seria a transição entre os séculos XVIII e XIX – quando estão substanciais os acervos de conhecimento sobre os continentes (resultando disso livros debruçados sobre os relatos de viagem acumulados), e certos erros registrados em antigos mapas já estarão corrigidos. De muitos dos relatos seguirão obras que, caracterizadas por um raciocínio ainda indutivista, demarcarão o âmbito da biogeografia: descrevendo minuciosamente as fitofisionomias encontradas. Uma razão mais dedutivista ocorreria nos casos em que a caracterização das espécies locais fosse seguida de certa especulação, por exemplo, sobre uma provável correspondência com o zoneamento climático.

Podemos, aliás, afirmar que um olhar mais acurado sobre causalidade é o que caracterizará uma das mais emblemáticas escolas nacionais de Geografia neste período. Nos referimos ao pioneirismo alemão nos argumentos propensos à "síntese"; isto é, a busca de um entendimento da coesão (*Zusammenhalt*) ou unidade na diversidade.

A linhagem germânica de pensamento geográfico tem origem kantiana. O próprio Immanuel Kant (1724-1804) lecionou um curso de geografia física por várias décadas. E, no decorrer deste tempo, sua cosmovisão foi se sofisticando: no começo, apresentava um inventário dos quadros do mundo; depois, a heterogeneidade da natureza passa a ser compreendida como inserida numa ordenação dinâmica (Vitte 2014). Tributários disso, Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859) são os nomes salientes da escola alemã. Com eles firma-se o acordo entre os olhares naturalista, das expedições a campo, e historicista, das reflexões de gabinete. Servindo-se dos princípios metodológicos fundacionais (localização, distribuição, conexão), instituíram uma sólida vertente ambientalista dentro da Geografia. Humboldt, que viajou pelo mundo por longos anos e soube compilar pacientemente todo o conhecimento documentado até então pelas ciências empíricas, compôs numa obra erudita de cinco volumes (*Kosmos*, a partir de 1845) o ensaio de compreensão geral da harmonia reinante no mundo. "Harmonia" que não desconhecia o esforço dos homens em responder às forças naturais.

Já a obra maior de Ritter foi *Die Erdkunde* (em dezenove volumes, a partir de 1817), ao longo da qual expõe suas convicções sobre a possibilidade de chegarmos a leis gerais. Leis que nos demonstrariam: o estado das coisas (as relações entre "raças humanas" e meio físico) responde a um plano propositado (Martin e James 1993).

Décadas depois, outra geração de notáveis deixaria sua marca na cena germânica. Embora heterogêneas, contribuições de nomes como Oscar Peschel (1826-1875), Ferdinand von Richtofen (1833-1905) e Friedrich Ratzel (1844-1904). Os dois primeiros, concentrando-se especialmente nas formas físicas (e preconizando uma cuidadosa descrição das mesmas, de modo a compreender

a diversidade/inter-relação dos fenômenos); o último consagrando-se pelas orientações sobre como estudar a geografia "dos homens" (*Anthropogeographie*, 1882). Vivendo o contexto em que emergiam teorias evolucionistas e ecológicas, Ratzel proporia que as formas bioculturais se organizam sobre bases físicas. Daí o termo comum entre os alemães: o olhar ambiental.

Outro expressivo caso nacional foi a França. País que por muito tempo figurou como epicentro de movimentos científico-culturais, a França, nesse contexto de modernização, viu seus geógrafos inspirarem-se no bem-sucedido "*modèleallemand*". A formação de um círculo de geógrafos em torno de um personagem-chave, Paul Vidal de laBlache (1845-1918), origina a "*écolefrançaise*". Prosseguindo importantes feitos iniciados por nomes como Émile Levasseur (1828-1911) e Albert de Lapparent (1839-1908), Vidal é quem acaba fincando as balizas do polo francês: forma os primeiros geógrafos na *École NormaleSupérieure*, dirige suas Teses na *Sorbonne* e cria, com seu *entourage* (os "vidalianos"), um importante veículo difusor dos estudos desenvolvidos: os *Annales de Géographie*(1891). Periódico em que ficariam delineados os postulados da escola: foco regional; identificação de gêneros de vida; atenção preliminar ao meio físico (Deneux 2006).

A despeito de podermos falar também de outras escolas nacionais modernas (britânica, russa, japonesa), o fato é que os empreendimentos alemães (vertente ambientalista) e franceses (regionalista) foram os que mais se difundiram mundo afora. Os primeiros no leste europeu e Ásia; os segundos, na Península Ibérica e Américas.

2.2.2 Geografia contemporânea

O pós-guerra arregimenta as ciências em torno de ideários mais práticos, visando auxiliar esferas da tomada de decisão. A Geografia não fugiria à tendência. A necessidade de reconstrução dos países faz emergirem políticas de planejamento assentadas em dados técnicos. Dados produzidos por investigações peritas e interdisciplinaridade teórica.

Mas como a disciplina se encontrava carregada de linguagem ainda muito pouco operacional (literária, subjetiva), um gradativo movimento em direção a reformulações metodológicas ensejou o giro linguístico – *turn* bastante abastecido pela assimilação de técnicas e teorias até então desconhecidas (ou negligenciadas) pelo geógrafo.

2.2.2.1 Geografia modelo-teórica e aplicada

Variantes definidas pelo ingresso dos geógrafos no âmbito da análise e do prognóstico de dinâmicas espaciais. Dinâmicas de ordem urbana e econômico-regional. Encontraram solo fértil em países anglófonos: Departamentos de Geografia de universidades norte-americanas, canadenses e inglesas – onde se estabeleceram núcleos de pesquisa especializados; e dos quais logo partiriam profissionais para compor o quadro técnico de institutos e secretarias (Johnston 1986a).

Significou a quebra da hegemonia do quadro físico; embora não a do "regionalismo" (que acabava se mantendo ao ver substituída a retórica historicista sobre o campo pelo relatório sucinto sobre a cidade). O *new geographer* recuperou o tempo perdido, instruindo-se sobre clássicos modelos de economia espacial e capacitando-se nas técnicas matemático-estatísticas. Termos que estiveram totalmente ausentes do léxico geográfico tradicionalista passaram a frequentar manuais e artigos: "localização ótima", "difusão eficiente", "princípio ordenador", "padrão espacial", etc.

Entre os anos 1950 e 1960, alguns dos nomes-chave vinculados à prática e/ou à preconização desse novo estilo de Geografia foram Fred Schaefer, William Garrison, William Bunge, Ian Burton, Brian Berry, Peter Haggett e AntonioChristofoletti.

2.2.2.2 Nova geografia ambiental

A ruptura paradigmática de fato experimentada pela Geografia a partir dos anos 1950 deve ser entendida por três aspectos: estudos guiados pelo raciocínio hipotético-dedutivo (arrefecimento do

empirismo indutivista); interesse em refletir sobre o estatuto científico da disciplina (introdução do exercício epistemológico); e rigor na exposição e tratamento dos dados (emprego de linguagem lógico-simbólica). Este terceiro aspecto trouxe um importante detalhe: a percepção dos préstimos do vocabulário sistêmico e das técnicas de quantificação.

Em se tratando de pesquisas sobre o quadro físico, o trabalho com dados numéricos (ainda que viesse potencializado, naquele momento, pela informática) não soou tão revolucionário aos ouvidos daqueles geógrafos que permaneceram estudando formas de relevo, processos hidrológicos e dinâmicas atmosféricas. Contudo, a teoria dos sistemas sim: ela promoveria uma notável transformação da geografia física – que parecera ter ficado totalmente à margem da revolução.

Com a introdução de conceitos operacionais ("entropia", "retroalimentação", "limiar", "auto-organização", "equilíbrio dinâmico") a geomorfologia sofisticou sua análise da evolução de bacias. Mas o interessante é notar que a sistêmica promoveu a renovação de duas tendências já verificadas no contexto clássico: ajudou a depurar a visão ecológico-holista (instaurada pelos alemães) e deu melhor acabamento à ideia de conectividade (que os franceses se referiram como "*combinaison*").

O subcampo naturalista da disciplina logrou também recuperar estudos de interface natureza–sociedade; agora sem o risco de declarações deterministas, e sim probabilísticas. Transfigurações antrópicas da paisagem explanadas à base de um raciocínio sobre interconexões complexas e balanços de matéria e energia.

Assim, aquilo que no âmbito da nova geografia humana passou a ser interpretado como sistema/rede urbano/a, no da física dá ensejo a uma modelagem com pretensões "integradas". Um novo ambientalismo que, eclodindo entre geógrafos naturalistas, lhes capacitou a tratar dos problemas resultantes do uso intensificado dos recursos. Espaço aberto a que ingressassem nos estudos técnicos sobre ordenamento racional dos territórios; bem como nos debates surgidos na cena político-administrativa dos gestores: sobre conservação/preservação do meio ambiente (Gómez-Mendoza, Muñoz-Jiménez e Ortega-Cantero 1994).

Entre precursores (tardiamente descobertos pelas historiografias) e renovadores, são nomes ilustrativos os de George Marsh, Carl Troll, Richard Chorley, Arthur Strahler, Jean Tricart, Georges Bertrand e Aziz Ab'Sáber.

2.2.2.3 Novas geografias sociais

Estas novas geografias virão à tona enquanto vozes discordantes daquilo que seus partidários entenderão como sendo uma deliberada indiferença às aflições do humano. Verão nos modelos correntes ("friamente" padronizados, pressupondo maximização de eficiência) uma ideologia legitimadora do *establishment*: acatamento das lógicas de mercado e da acumulação capitalista.

É que os homens circunscritos pelos modelos, revelando uma aquiescência ao postulado do *homo oeconomicus*, seriam meros produtores/consumidores, agindo num campo cognitivo puramente racionalista. Não importando se, na verdade, integram grupos específicos (classe social, gênero, etnia, faixa etária). A intenção pragmática teria feito da Geografia uma disciplina insensível aos brados de contexto; por exemplo, a luta pelos direitos civis e pela qualidade de vida. Logo, vertentes heterogêneas se apresentaram como alternativas àquele pensamento geográfico "hegemônico" – desejando convencer os pares de que era preciso apoiar-se em sistemas teóricos mais complexos; aptos a tratarem de situações em que se manifestam fatos de desigualdade ou representações simbólicas. Passavam a integrar a cena dos anos 1960 e 1970 geografias chamadas "críticas" (Claval 2008).

2.2.2.3.1 Geografias radicais

Variante especialmente desenvolvida por intelectuais militantes de esquerda, engajados em identificar e denunciar (nas escalas mundo ou regional) estratégias "perversas" do capitalismo. Porque visando sua perenidade, ele agiria segundo processos contraditórios de expropriação e

exploração. Como efeitos nos continentes e territórios, o geógrafo radical enxergou táticas "imperialistas", "neocoloniais"; enquanto que no campo, nas cidades e regiões metropolitanas, viu empobrecimento e precarização do trabalho e da moradia (Capel 1981).

Conforme os problemas inerentes a cada país, o movimento de radicalização do discurso (retórica que rompia de vez com a meta positivista de uma linguagem imparcial) direcionou a mira das pesquisas para uma dada questão premente: conflitos de terra, marginalização de populações urbanas, atividades industriais predatórias de ecossistemas etc.

Dentre os nomes que produziram textos nessa filiação ideológica estiveram: James Blaut, David Harvey, Richard Peet, Neil Smith, Yves Lacoste, Massimo Quaini e Milton Santos.

2.2.2.3.2 Geografias humanistas

A segunda família de geografias sociais críticas centrou suas censuras noutro alvo. "Geógrafos humanistas" entenderam que o modelo de ciência ignorava perspectivas que, para efeito de captar a "essência" de nossa experiência existencial no espaço, seriam mais esclarecedoras que os fatores meramente materiais (sejam os ecológicos, do período clássico, os econômicos, da vertente pragmática, ou os sociopolíticos, da radical).

Geógrafos teriam priorizado as expressões por demais "concretas" do espaço; e só muito limitadamente ajudaram a denotar a riqueza das experiências de vida. Sendo que os sujeitos são mais que uma "espécie" (cujas faculdades sociobiológicas lhe habilitam a adaptação aos ambientes naturais), mais que seres de "ações racionalistas" (vivendo de maximizar lucro e minimizar custos) e mais que "forças de trabalho" (vilipendiadas, alienadas de seus direitos). Eles carregam/partilham valores culturais, exprimem afetividade, percebem/respondem por meio de filtros socialmente elaborados. O mundo que constroem fala de algo mais além de suas "*biologicalandeconomicneeds*"; fala de suas "*intentionsandaspirations*" (Tuan 1971, p. 181).

Esse interesse pelos aspectos psicológicos e subjetivos levou certos geógrafos a explorarem a vivência dos lugares pelos indivíduos – experiências que teriam de ser "compreendidas"; não causalmente explicadas. Tentaram salvar "as pessoas" (suas ricas percepções) da ficção "fria", veiculada pelas teorias então em voga na Geografia: fossem fisicalistas, econômicas neoclássicas ou sociais críticas.

Merecem destaque, como autores que fizeram infiltrar na Geografia propostas interpretativas inspiradas no existencialismo, fenomenologia e hermenêutica, ÉricDardel, Yi-Fu Tuan, Armand Frémont, David Lowenthal, Anne Buttimer, Edward Relph e Livia de Oliveira.

3. Geografia, disciplina discriminada ou inábil à autopromoção?

3.1. Geografia "grandpublic" (causa e efeito de uma disciplina desprestigiada)

Certamente, a tradicional feição assumida pela Geografia no âmbito escolar contribui a cristalizar um imaginário paralelo àquele que, por sua vez, vige no âmbito universitário.

A institucionalização da Geografia em alguns países seguiu moldes parisienses. No Brasil, ela se deu graças à "missão francesa"; que, nos anos 1930, veio lhe aportar algumas essenciais premissas. Dentre elas, duas foram decisivas na constituição da imagem banal de geografia: o estatuto procedimental das "descrições empíricas" e a potencial "função cívica" dos saberes por elas acumulados. Colocando noutros termos, apesar de, é claro, já haver por aqui uma Geografia praticada e ensinada desde os séculos XVIII e XIX (e nos referimos, primeiro, às expedições naturalistas e técnicas, executadas por viajantes europeus e funcionários militares, ao longo dos territórios colonial e imperial; e, segundo, ao ensino escolar, executado por profissionais "não-geógrafos", formados em Engenharia ou Direito), a consagração daqueles dois elementos tão categóricos – o testemunho sensorial seguido de catalogação, e a ilustração generalista dos cidadãos – apenas ocorreria, no Brasil, na primeira metade do século XX (Monteiro 1980).

E parece haver um legado residual disso, a vigorar até hoje na percepção do grande público: a Geografia é comumente associada a um saber do tipo "catalográfico" – que aparenta não fazer mais que reunir dados soltos, a respeito de gentes e lugares pitorescos, excepcionais –, embora um saber que (apesar de soar trivial, quase dispensável) é também útil para que, pelo menos, os jovens incorporem determinadas informações-chave sobre as peculiaridades dos territórios pátrio e estrangeiro: enclaves, conflitos, peculiaridades socioeconômicas. No final (pensaria o *grandpublic*), um conhecimento que, se tem mesmo extensões pragmático-instrumentalistas, elas se prestam no máximo a preencher páginas de alguma publicação promotora de viagens e turismo (Bailly e Ferras 2001).

Porém, como se presume, essa visão vulgarizada instaura um verdadeiro paradoxo no interior da disciplina. Porque se, de um lado, a Geografia escolar é rebaixada frente à estatura científica das congêneres disciplinas (matérias que – os alunos acabam convencidos – detêm maiores trunfos para tratar de problemas do mundo concreto), de outro, a Geografia científico-acadêmica tem uma imagem altiva de si mesma, desenvolvendo e aplicando estruturas explicativas sobre os mundos físico e cultural (feitos estes normalmente silentes junto ao ouvido dos demais cientistas – que, muitas vezes, nem desconfiam que possa mesmo haver "teorias geográficas" sobre o que quer que seja).

Ademais, os lugares-comuns que se desprendem do papel tradicional que a Geografia vem jogando nos recintos de ensino primário e secundário, rebatem de volta no seio da comunidade geográfica. Daí não ser raro que os próprios geógrafos criem para si jurisdições pouco porosas. Num comportamento reativo, esses profissionais constituem círculos autorreferentes; pouco abertos ao ecumenismo e ao compartilhamento de experiências. Num misto esquizofrênico de injustificável autossuficiência e indisfarçável complexo de inferioridade.

3.2 Sequelas do problema da endogenia ou encastelamento

Vimos no panorama evolutivo que a história da disciplina previu certo movimento contraditório. Pois ainda que a Geografia necessitasse abastecer-se de saberes subsidiários (provenientes das ciências naturais e humanidades), preponderou um discurso ufanista, sintetizado pela impressão de que ao geógrafo caberia um papel desigual a cumprir: explanar sobre a espacialidade de complexos fenômenos (padrões geomorfológicos regionais, territórios de identidade cultural etc.). Como se os demais campos científicos não tivessem competência para lidar com essa perspectiva da "manifestação espacial" das materialidades e das ideias. Definiu-se, então, com o tempo, um comportamento que mascarou a hipossuficiência da Geografia; e o mais deletério efeito disso foi a atitude de ignorar a sofisticação teórico-metodológica daquelas ciências que teriam de seguir sendo vistoriadas, se o geógrafo quisesse mesmo entender a interface complexa dos fenômenos biofísicos com os processos sociais.

Nem todos os geógrafos sucumbiram a essa atitude de autoexílio, é claro. Alguns intercambiam, saudavelmente, experiências investigativas e material conceitual com profissionais de interesses afins (geólogos e ecólogos no front naturalista; urbanistas e sociólogos, no socioeconômico); e encontram até mesmo postos de trabalho que lhes dão alguma visibilidade social – caso da atuação possível na instância político-administrativa, quando põem saberes geográficos à disposição de projetos que envolvem questões de logística, circulação e fronteira. Mas este detalhe do mercado de trabalho surte como consequência particularmente preocupante. Porque se no imaginário popular não está bem impressa a informação de que o geógrafo pode ter boa desenvoltura nos diagnósticos e prescrições ambientais (estimando impactos, sugerindo mitigações), é natural que acabem surgindo na cena novos profissionais e diplomas que serão projetados exatamente para preencher essa impressão de lacuna – caso da criação de cursos como o de "Ciências Ambientais", por exemplo – que evidencia o desconhecimento da existência de geógrafos físicos aplicados. Destaque-se também: mesmo a milenar ferramenta representacional do geógrafo, a cartografia, é hoje apropriada e admiravelmente bem executada por profissionais

cuja formação universitária de base não é a Geografia – muito embora o domínio das modernas técnicas de mapeamento é o que ainda tem garantido emprego a jovens geógrafo(a)s.

Outra sequela evidente resulta de uma das derivações dissidentes dos anos 1970: a geografia social de matiz radical. O advento da nova retórica (menos carregada de descrição prescritiva; mais de "denúncia") impactou no contingente que atuava nos estudos espaciais da economia, abafando um pouco a voz de quem argumentava pela linguagem dos modelos sistêmicos e estatístico-probabilísticos. Assim, a emergência de um gênero de geógrafo refratário à agenda pragmática acabou disseminando a imagem de um prioritário compromisso com engajamentos e militâncias; como se a ele não importassem as atuações mais interventivas, orientadas por habilidades técnicas e peritas (Barnes 2009).

4. Geografia e filosofia: infiltrações do pensamento filosófico nas ideias geográficas

Também entre os analistas da Geografia vige a concepção de que toda prática e pensamento científicos pressupõem um substrato de ordem filosófica; quer dizer, estão fundamentados em concepções mais essencialistas (metafísicas, muitas vezes) sobre o mundo. Daí ser comum falarmos em filosofias subjacentes às correntes geográficas.

O argumento encontra respaldo em personagens célebres da Filosofia da Ciência (FC), tais como Alexandre Koyré (1892-1964) – autor do texto clássico *On the influence of philosophicalconcepts on the development of scientifictheories*. Incorporadores da ideia, os teóricos da Geografia sentiram-se à vontade para, também eles, insinuarem filiações filosóficas ou elos conectivos entre determinados estilos de argumentação ou tradições de pesquisa na ciência geográfica e certos sistemas de pensamento que lhe seriam subjacentes – ainda que se deva ter presente que uma tal "hipótese de correspondência" não pode ser validada muito peremptoriamente, sob pena de fazermos vistas-grossas a particularidades, ou ocultarmos um reducionismo deliberado (Reis Jr. et al. 2016).

Sendo assim, é corrente no nosso círculo admitir que aquelas geografias (denominadas aqui "pragmáticas", "radicais", "humanistas") estariam conectadas a respectivos sistemas de pensamento filosófico; aludindo-se, pois, à ideia de que as visões de mundo e os valores partilhados caso a caso, engendrariam discursos e vocabulários também particulares. Tomemos como ilustração os três gêneros mencionados – que, respectivamente, estariam inoculados pelas filosofias (neo)positivista, (neo)marxista e fenomenológico-existencialista.

O geógrafo pragmático, atraído por uma atuação prescritiva, assentada em modelagem sistêmico-estatística, interessou-se por auxiliar projetos de intervenção. Distanciou-se, portanto, das especulações que pouco tivessem a dizer à prática científica mais operacional. Reverenciou o estatuto da verificação, chancelou o monismo metodológico (mimetizando alguns dos protocolos do cientista natural) e a máxima da imunização da ciência (ao confiar na melhor qualidade dos aportes conferidos por ela). Além disso, a utilização de técnicas de análise baseadas em linguagem matemática e a percepção de que seu emprego estimulava a replicação dos modelos (pois que os dados numéricos possibilitavam comparações e inferência de regularidades) geraram em alguns círculos a convicção de que enfim se conquistavam explanações rigorosas (Faissol 1972).

Resultado do empenho em participar de um "training" em *positivisticscientificmethod*, esses geógrafos esbanjaram em suas comunicações emblemáticas terminologias-chave: "*law*", "*model*", "*theory*" e "*hypothesis*" (Johnston 1986b). A inoculação neopositivista neste gênero de discurso geográfico foi, então, atestada pelas ideias de que: i) é recomendável respeitar os "*rigourousdictates of the scientificmethod*"; ii) imperativo "*to developtheory*"; e iii) imprescindível "*to testtheorywithprediction*" (Burton 1963, p. 157).

Figura 1 – Preceitos(neo)positivistas na geografia pragmática

O geógrafo radical produziu diagnósticos que apontavam as mazelas decorrentes de uma lógica contraditória. Um geógrafo, portanto, que negou os empreendimentos investigativos que parecessem avalizar processos de apropriação territorial; pesquisas que não se opusessem ou delatassem fenômenos opressivos e segregacionistas. Ele "se posicionou" diante da realidade sócio-histórica; rejeitou o "conservadorismo" dos protocolos cientificistas; quis desvelar o enraizamento profundo dos males que não se veem pelo empírico-sensorial – e que resultam de uma estrutura hierárquica de classes e interesses, que legitima a "hegemonia do capital" (Vesentini 1985). E a articulação de expressões tais como "acumulação capitalista" e "internacionalização da produção" reorientaram o argumento do geógrafo para o âmbito clássico da economia geopolítica, dando margem a uma interpretação moral sobre como o espaço é produzido, como a natureza é apropriada e transformada pelo trabalho histórico, e o quanto formas genuínas são convertidas em verdadeiras "mercadorias", dado o contexto de mundialização do consumo (Santos 2004).

Leitores de Lukács, Gramsci, Horkheimer, estes geógrafos buscaram inspiração e internalizaram expressões da literatura de corte marxista: o "*dialecticalreasoning*", a "*material basis of existence*", o "*classconflict*" (Henderson e Sheppard 2006, pp. 60, 67). A infiltração neomarxista pôde ser comprovada pelo próprio desafio assumido de revelar os interesses de um sistema "nefasto", em seu projeto de preservar a "*social inequality*", e demonstrar que a manifestação da pobreza não é algo paradoxal; é antes "*vital to the normal operation of capitalisteconomies*" (Peet 1975, p. 567).

Figura 2 – Preceitos(neo)marxistas na geografia radical

Por fim, o geógrafo humanista, rescindindo compromisso com qualquer *rationale*positivista e descarregando seu discurso dos elementos essencialmente materialistas (formas físicas da paisagem, organização econômica do espaço), inscreve-se no âmbito das disciplinas que redescobriram o valor da antiga *Verstehen*. Wilhelm Dilthey (1833-1911) já apontara que as Humanidades se situam num território bastante peculiar, no qual não é a busca por explicações causais o desígnio último, senão a interpretação ou entendimento empático. Esse terceiro estilo de pensamento agregou, portanto, mais um matiz ao espectro epistemológico da Geografia: por ele, praticantes tenderam a virar as costas às formas prevalecentes do conhecimento. Em vez delas, exploraram aspectos outros, que naturalmente instituíram o relativismo: imaginação, inventividade, valores, simbolismo. Vivências memoriais e identidade pessoal com os lugares (Marândola Jr. 2005).

Efeito inquietante dessa multiplicação de matizes dentro de "uma só Geografia" são conceitos (de uso secular) ganhando acepções díspares e coexistentes. "Paisagem", por exemplo, muito tempo sob jugo de uma tradição de cepa cartesiana, foi impedida de abarcar, simultaneamente, objeto e sujeito. A paisagem relida sob uma ótica fenomenológica passou, então, a falar de um mundo em que, além de meras "coisas", existimos "nós" e "outros" – ou seja, seres-no-mundo (Holzer 1997).

Tal como no caso dos geógrafos pragmáticos e radicais, que consumiram e às vezes fizeram explícita referência auma literatura concordante (Carnap, Hempel, Popper; Benjamin, Adorno, Habermas),percebeu-se um geógrafo humanista tendendo espontaneamente a justificar os fundamentos essenciais de sua linha de argumentação. Manifestaram apreço e recurso a autores consagrados por suas "*philosophies of meaning*" – tais como Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre (Ley 1981). Atestou-se a fenomenologia incutida no discurso geográfico humanista pelo esforço de adaptar certas terminologias descendentes deste sistema filosófico. Na intenção precípua de capturar aquilo que seria o mais "essencial" (profundo e genuíno) na relação entre os sujeitos e os lugares, noções capitais como o "*Lebenswelt*" (husserliano), a "intersubjetividade" e a "intencionalidade", auxiliaram a operacionalizar a compreensão que o geógrafo humanista quis ter sobre as "*prereflective, taken-for-granteddimensions of experience*" (Buttimer 1976, p. 281).

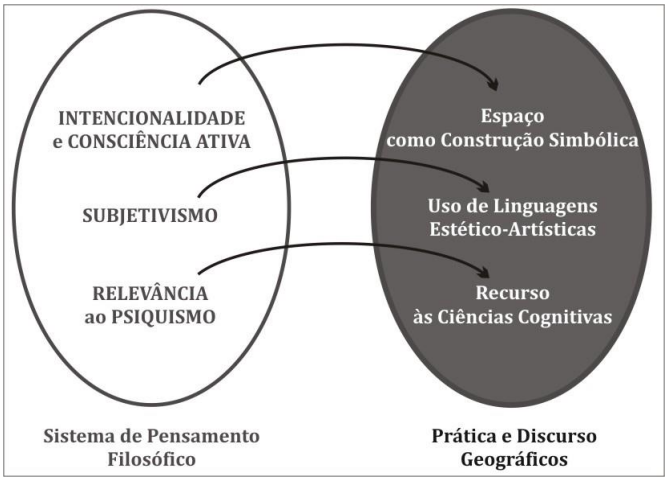


Figura 3 – Preceitos fenomenológicos na geografia humanista

5. Geografia e filosofia da ciência: obras de apelo epistemológico na história da disciplina

Os preceitos da Geografia que tiveram maior difusividade (porque ensinados e praticados em vários países ocidentais) foram os vinculados à chamada *écolefrançaise de géographie*: observação empírica e exercício descritivo de quadros regionais. Comprometido com esse trabalho de composição de monografias extensas (baseadas em expedições a campo), o "espírito científico"

do geógrafo de linhagem francesa não seria realmente atraído para reflexões sobre identidade teórico-metodológica – conduta que explica o fato da Geografia ser ignorada, por algum tempo, pelos próprios manuais vernaculares de *PhilosophiedesSciences*. A razão parece evidente: como esperar que desenvolvessem estudos de segunda ordem (temas como, digamos, *l'objet et lesméthodes de lasciencegéographique*), se o trabalho com esquemas teóricos não se dava nem mesmo quando eles, geógrafos práticos, executavam seus estudos de primeira ordem? As*paysagesrégionaux*, de tão "excepcionais", não lhes estimularam o raciocínio sobre padrões replicáveis (Staszak 2001).

Isso não impediu, porém, que algumas iniciativas com ar de "epistemológicas" surgissem, timidamente, no período clássico francês. Textos subvalorizados quando de seu aparecimento, mas depois recuperados e enaltecidos como pioneiros. Duas obras com esse status de precursoras merecem menção: *Guide de l'ÉtudiantenGéographie* (1942), de André Cholley (1886-1968), e *LesFondements de laGéographieHumaine* (1943), de MaximilienSorre (1880-1962). A Sorre e Cholley devemos a sistematização de conceitos que acabaram sendo importantes para que algo de nossa démarche adquirisse algum respaldo junto às demais ciências. Foram os conceitos de "complexo patogênico" (*complexe pathogène*) e de "combinação" (*combinaison*). Pelo primeiro, Sorre demarcava a utilidade da disciplina em estudos de geografia médica; pelo segundo, Cholley sofisticava a linguagem do geógrafo para lidar com os arranjos sistêmicos oriundos da confluência de fatos da natureza e da cultura. Em se tratando precisamente das obras citadas, podemos dizer que, enquanto Cholley, em seu "Guia", pôs grifo na necessidade da razão geográfica restituir a uma escala "geral" tudo aquilo que, a princípio, ela vai ser atraída a tomar como "particularidade local"; Sorre, em seus "Fundamentos", quis deixar demarcado o campo da investigação especialmente geográfica: as relações que os grupos humanos mantêm com o entorno físico.

Destoante da tradição francesa, a Geografia praticada em solo anglo-saxônico cedo se alistou nos regimentos das *applied social sciences*. E especialmente no pós-guerra, quando foram aditivadas pelo interesse em aconselhar/advertir a esfera da tomada de decisão. Houve aí um esforço em definir os contornos de uma "*geographicalscience*" que desejava justificar a utilidade de suas pesquisas para as modernas instâncias do planejamento e da gestão. Ensaios em tom de reivindicação por uma "*new geography*" vieram a público já por volta dos anos 1940. Contudo, documentos de maior fôlego e consistência seriam publicados por casas editoriais britânicas apenas na década de 1960 – período em que os engajamentos e realizações já se permitiam sintetizar em manuais reflexivos e propedêuticos. Cabe mencionar o emblemático *Explanation in Geography*, de David Harvey (1969), e as célebres obras coletivas *Frontiers in GeographicalTeaching* (1965) e *Models in Geography* (1967) – ambas organizadas pela dupla Richard Chorley e Peter Haggett; personagens responsáveis pelo incentivo à modernização das pesquisas, respectivamente, em geografia física e humana. Estas duas coletâneas redefiniam os contornos da disciplina: seu *leitmotiv* filosófico (superação do paradigma idiográfico) e seus modernos instrumentos (técnicas para modelagem estatística). Mas é, sem dúvida, a *Explanation* o marco bibliográfico do verdadeiro giro do olhar geográfico para as questões de ordem epistemológica. Ali, em cerca de quinhentas páginas, encontraríamos um temário, finalmente, muito sintonizado com o que abordavam os tradicionais compêndios de *Philosophy of Science*: teoria do conhecimento, explicação científica, causalidade, teste de hipótese, relação teoria/modelo, incerteza, raciocínio preditivo. Dali em diante, uma literatura sensível aos aspectos lógico-normativos e histórico-contextuais da pesquisa geográfica ficaria menos intimidada em aparecer.

6. Os sinais alvissareiros: feitos contemporâneos em história e filosofia da geografia

Para comentar as investigações epistemológicas que vêm sendo desenvolvidas no campo geográfico, ou o quanto são férteis na disciplina, estabelecemos um parâmetro interpretativo. Proporemos aqui cinco "universais" (questões-chave) que entendemos poder sumariar o amplo escopo das investigações filosóficas e históricas sobre as ciências.

Apesar de fatalmente reducionista, esse modelo sinóptico está baseado numa detida vistoria junto a alguns manuais de FC, respaldados por seu uso corrente (Echeverría 1995; Díez e Moulines 1999; Rosenberg 2005); embora mais especialmente inspirado na noção de "*strand*", desenvolvida por Agustín Adúriz-Bravo (2007, pp. 44, 47), no intuito de constituir o que este pesquisador argentino chama "*structuringtheoreticalfields*", para o ensino de natureza da ciência.

Tirando proveito desses interessantes aportes, e mesclando questões tipicamente internalistas e externalistas, definiríamos os cinco universais, nestes termos: 1º) racionalidade e juízo causal; 2º) linguagens de representação e grau de correspondência; 3º) expedientes de intervenção; 4º) contexto e valores; e 5º) evolução e discernimento.

6.1 Racionalidade e juízo causal

Tópico dos mais clássicos na história da Filosofia da Ciência (hFC), demarca, ao mesmo tempo: i) uma convicção de que o conhecimento do tipo científico é aquele especialmente comprometido com a lógica subjacente aos raciocínios inferenciais (tonificados por um balanço sempre ajuizado entre os sentidos de coerência e contradição) e ii) a busca por esclarecer as relações determinísticas (mais ou menos complexas) que parecem operar nos fenômenos e processos. Este primeiro universal coloca na alça de mira, por exemplo, o fato de que cientistas estabelecem critérios para estimar a validade ou confiabilidade do conhecimento que geram/empregam. Ou seja, o "racional" também se manifesta nas deliberações que o cientista faz; aquelas que (parametrizadas por sua comunidade) o levarão a optar entre modelos explicativos à disposição.

De fato, a hFC testemunharia o advento de certa renúncia àquela "convicção". Por isso encontrarmos tão variados matizes de entendimento sobre os papéis que razão, causalidade, verdade e validação têm na prática científica. E identificarmos approaches tão diversos, como o de um Rudolf Carnap (1891-1970) dos anos 1930, ou o de um Paul Feyerabend (1924-1994) de quatro décadas depois.

Curiosamente, esta questão-chave, tradicionalíssima na literatura epistemológica geral, é subexplorada entre os teóricos da Geografia. Isso, excetuando algumas pontuais e interessantes exceções na bibliografia anglo-americana (Curry 1985; Barnes 1988; Coombes e Barber 2005; Chapura 2009). O interesse dos geógrafos por reflexão epistemológica ter despertado num contexto em que a vertente sociológica da FC ganhava holofotes pode ser a explicação mais razoável para a negligência. Mas o ocorrido não torna o universal menos rico para uma análise filosófica (tardia?) da natureza da ciência geográfica. Ocorrem-nos aqui dois aspectos indígenas, que poderiam ser tomados como objeto desta questão:

a) *fenômeno e escala*: podendo-se estudar o geógrafo em sua atividade de deduzir o grau de alteração das formas e dos processos (naturais ou socioeconômicos), quando considera o efeito da transição de escalas – p.ex. da local à macrorregional; e
b) *combinação, estabilidade e dinâmica complexa*: o geógrafo modelando o peso relativo dos fatores socioambientais intervenientes em dado quadro paisagístico, e estabelecendo que sua estruturação sistêmica possui certo limiar de equilíbrio – o qual, se ultrapassado, poderá desencadear transfigurações regionais variáveis, de magnitude não inteiramente conhecida, visto que o processo se dá com um jogo de defasagens e interferências mútuas.

6.2 Linguagens de representação e grau de correspondência

Tópico igualmente tradicional em hFC. Ele abre, pelo ângulo da "correspondência", reflexões interessantes acerca de como os artefatos teóricos (leis, modelos, hipóteses) dão conta de significar a realidade. Trata da "cobertura" que essas entidades abstratas conseguem fazer, na medida em que o conhecimento significará sempre "um certo grau" de representação do mundo. Trata-se de examinar a ciência pela confiança depositada no conhecimento que gera (e seu alcance). Daí a noção de verdade estar historicamente atrelada a esse universal.

Já o ângulo da linguagem institui a perspectiva da elaboração daqueles artefatos – fundamentais que são à prática intercomunicativa de seus usuários. Logo, examinam-se os expedientes intelectuais que a comunidade científica concebe a fim de gerar representações sobre os fenômenos de seu interesse. As linguagens se referem às formas assumidas pelos expedientes; e, em conformidade com as exigências da situação, possuem uma particular semiologia (por exemplo, notações lógico-simbólicas). Assim, pela perspectiva linguística o filósofo da ciência pode operar diagnósticos e análises críticas sobre esses artifícios – que constituem verdadeiros vocabulários (léxico que a comunidade, tendo entendido como adequado, vai partilhar). Cumpre-se, assim, o imperativo da comunicação ... em textos, conferências, debates.

Na literatura percebe-se com clareza o quanto se dilatou, ao longo do tempo, o espectro de entendimentos acerca da função da linguagem em ciência. Daí podermos divisar, em polos opostos, concepções enquadradas na tradição analítico-normativa (dentro da qual, já estariam contemplados sortimentos vários) e na vertente sociocultural (também concentradora de diversos matizes internos: discursos embebidos em ideologia; disputas por notoriedade; estruturas políticas; etc.). De uma ponta à outra do espectro, essas múltiplas abordagens são detectadas em autores-ícone, tais como G. Frege (1848-1925), B. Russell (1872-1970), L. Wittgenstein (1889-1951), W. Quine (1908-2000), J. Austin (1911-1960), H. Putnam (1926-2016) e J. Searle (1932-) ... M. Bakhtin (1895-1975), L. Althusser (1918-1990), M. Foucault (1926-1984), P. Bourdieu (1930-2002), T. van Dijk (1943-) e B. Latour (1947-) – ainda que alguns deles não tenham se preocupado exclusivamente com o caso da linguagem científica.

Bem, não se detecta uma expressiva produção textual em Epistemologia da Geografia que vote o olhar a esse universal, quando o aspecto é o da estruturação lógica dos artefatos linguísticos. Em compensação, desencadeia estudos mais numerosos o olhar sobre as visões de mundo veiculadas nas entrelinhas dos discursos geográficos (Johnston 1981; Edney 1994; Paasi 1999; Ettlinger e Bosco 2004). É provável que a justificativa seja a mesma para o universal antecedente: convictos de que a Geografia é uma ciência "humana", esses pesquisadores tendem a ser militantes de uma FC "mais social"; atenta às determinações de contexto. No entanto, é possível estimar outra forma de trazer o universal para o âmbito da Epistemologia da Geografia, sem que a análise da representação linguística tenha de operar, obrigatoriamente, uma "revelação" de intencionalidades discursivas subjacentes. Ocorre-nos pelo menos uma variante fértil a mais; sendo assim, teríamos:

a) para o rol de explorações já frequentes, *retórica e construção simbólica*: análise sobre como os conceitos espaciais (lugar, território) ganham acepções que, a depender da relação entre os agentes envolvidos (dependência econômica, p.ex.), podem propagar imaginários que estigmatizam algumas realidades regionais, mitificando outras; e
b) figurando como um caso rico a ser ainda explorado, *modelagem de sistemas ambientais*: o geógrafo abstraindo parâmetros da situação local para, estimando as conexões estreitas entre fatores biofísicos e político-econômicos, calibrar um artefato teórico ("modelo") que viabilize intervenções pró-resolução de problemas práticos (contaminação hídrica/atmosférica de origem industrial, riscos de deslizamento por ocupação irregular de encostas etc.).

6.3 Expedientes de intervenção

A natureza da ciência é lida aqui pelas opções de estratégia documentadas/chanceladas pela comunidade. Táticas executivas associadas sobretudo à captura e ao tratamento de dados, que, uma vez avaliadas pelo cientista (reflexão metodológica), vão lhe habilitar que se acerque do objeto. O epistemólogo que elege o universal "método" como ângulo de análise da atividade científica sente-se, além do mais, estimulado a questionar se para a previsão de cenários futuros (histórica ambição do cientista) têm-se realmente à disposição as táticas procedimentais que seriam necessárias ou desejáveis.

A relevância do tópico "intervenção" é facilmente confirmada para o caso das disciplinas em que abordagens empíricas são cruciais; isto é, quando observação e experimento são chaves. Contudo, não passaria despercebido aos olhos do filósofo da ciência que há também campos disciplinares para os quais o desenho experimental tradicional não se aplica – dada, por exemplo, a ausência dos elementos controle ou repetibilidade. Por efeito, a ideia de intervenção possui hoje acepções distintas, e atentos a modalidades outras de operação sobre o real, os teóricos da ciência ocuparam-se da plausibilidade de expedientes alternativos: simulações computacionais, analogias etc. A dilatação do entendimento acerca do "intervir" faz coexistirem, por conseguinte, tanto as abordagens sobre precaução técnica nos ensaios experimentais, quanto sobre desenhos menos tradicionalistas para a corroboração de afirmações sobre o mundo. As primeiras podendo ser verificadas em nomes como H. Reichenbach (1891-1953), R. Carnap (1891-1970), C. Hempel (1905-1997), N. Goodman (1906-1998), A. Ayer (1910-1989) e A. Gupta (1949-); as segundas, em autores como W. Sellars (1912-1989), D. Campbell (1916-1996), R. Giere (1938-2020), D. Gooding (1947-2009), N. Nersessian (1947-) e P. Thagard (1950-).

Em comparação aos dois anteriores universais, este encontra um número bem mais apreciável de estudos em Geografia. E por uma simples razão: a identidade dúplice da disciplina – com pesquisadores estudiosos das formas e dinâmicas do quadro natural, e pesquisadores interessados em fenômenos culturais ou processos socioeconômicos – desperta avaliações reflexivas sobre a natureza distinta das técnicas aplicadas pelo geógrafo físico (no registro de dados em caderneta de campo, na coleta de materiais *in situ*, nas rotinas analíticas em laboratório) e pelo humano (na periodização dos empreendimentos regionais, na compilação de estatísticas relevantes, na apreensão do significado dos relatos). Então, embora seja redutor afirmarmos que este tópico é o que melhor revela a condição cindida da ciência geográfica, é possível notar que o universal acaba mesmo sendo um parâmetro para examinarmos a ambiguidade da disciplina – como já de algum modo foi percebido e explorado em estudos teóricos da Geografia: Pile (1990), Baxter e Eyles (1997), Glaser (1997), Sherman (1999), Kwan (2001), Keylock e Dorling (2004), Demeritt e Wainwright (2005) e Last (2012).

Mas, a despeito desta função mais evidente associada ao universal (inquirir os procedimentos – materiais, lógicos, representacionais), gostaríamos de destacar que, para o caso da Geografia, duas outras questões particulares poderiam ser exploradas tendo-o como linha-guia de uma análise filosófica. E muito em virtude dos antigos debates sobre "desenvoltura" e "engajamento" estarem mais do que nunca vívidos entre os geógrafos contemporâneos:

a) *geografia aplicada*: a performance ou potencial interventivo do geógrafo sendo aferido pelo quanto seus levantamentos ambientais (articulando fatores físicos e humanos) poderiam orientar a aplicação de políticas preservacionistas ou mitigadoras; e
b) *geografia militante*: a relação de empatia do geógrafo (pelas ações ou combates comunitários locais) sendo avaliada pelo quanto – subentendendo, é claro, que seus procedimentos participativos tenham ali algum mínimo teor de técnica e perícia – ela redunda em medidas positivas para os atores sociais envolvidos.

6.4 Contexto e valores

Este complexo tópico-chave, que marca a inflexão da FC no sentido de uma abertura às questões externalistas, circunscreve talvez o mais amplo dos temários: o filósofo da ciência passa a ter interesse em investigar o poder de condicionamento das conjunturas de época (culturais, econômicas, políticas). O olhar para as circunstâncias significaria uma superação do cisma entre os elementos (lógicos) da justificação e os (sociológicos) da descoberta. Não seria mais possível desconversar o fato de que há "propósitos" ancorados em contexto, que jogam decisivos papéis no encaminhamento da prática científica em alguma direção. A apreciação das ações e comportamentos que se dão dentro da comunidade científica também ganha relevância: que razões pessoais (ou de grupo) explicam uma preferência terminológica, uma opção técnica? O que alguns historiógrafos apontam como fase "historicista" da FC (Lorenzano 2011; Moulines 2011) denota uma incursão nas discussões sobre o fazer prático da ciência e sua relação com determinados fatores (qualitativos e quantitativos) que caracterizam o ambiente social em questão.

Já o olhar para os "valores" conectou a FC às considerações acerca da influência da visão de mundo dos sujeitos. Visão que, sendo própria de um grupo/classe, ou então difundida por vários estratos sociais, condiciona o sentido dos procedimentos em ciência. Não que os valores determinem a lógica das rotinas técnicas; mas eles tendem a impulsionar (ou refrear) os dinamismos e engajamentos (Lacey 2008). Assim, a partir deste universal o epistemólogo passou a explorar, por exemplo, o grau de consenso vigorante nas comunidades científicas; bem como a imagem vigente sobre o que é ciência ou o que é ser cientista, junto à população em geral – constituindo um panóptico mirante desde o qual o analista conseguiria, inclusive, sondar fatos de segregação (caso dos estudos culturais em ciência, que nos relataram episódios históricos de sexismo).

A complexidade e riqueza deste tópico estão naturalmente pontuadas numa série longa de autores. Entretanto, alguns ganharam o destaque de dianteiros, por trazerem a público textos seminais ou expressivamente demarcadores de uma "nova" FC. Thomas Kuhn (1922-1996) é o nome que ganhou proeminência, nos anos 1960, pelos insights sociológicos da ruptura e do condicionamento – inspirados em ideias precursoras dos anos 1930, tais como as de G. Bachelard (1884-1962) e L. Fleck (1896-1961). Outros dos célebres "novos filósofos da ciência" – mais contextualistas e desembaraçados do positivismo lógico – são M. Polanyi (1891-1976), I. Lakatos (1922-1974), S. Toulmin (1922-2009), N. Hanson (1924-1967), R. Rorty (1931-2007), S. Harding (1935-), H. Lacey (1939-), L. Laudan (1941-), S. Shapin (1943-) e H. Longino (1944-).

Decididamente, este é o universal que mais cativou o epistemólogo da Geografia. A razão para isso é a mesma que explica o relativo menor interesse pelo primeiro tópico-chave aqui apresentado. A atração por uma linhagem epistemológica próxima da tradição dos estudos histórico-sociológicos da ciência se coaduna, previsivelmente, com um momento em que a Geografia (apesar da discordância daqueles seus pesquisadores alinhados com os estudos de corte físico-ambiental) é admitida como uma "ciência do social". Daí derivarem tantos trabalhos consagrados a remontar aos antecedentes desencadeadores dos empreendimentos em Geografia; ou a revelar as intenções/anseios "por trás" destes mesmos feitos. Dentro da primeira variante poderíamos enquadrar as pesquisas que sublinham as notáveis realizações de certos personagens ou instituições (seus papéis no desenvolvimento ou recepção/retransmissão de ideários e métodos); na segunda, as que exploram as singulares motivações (estratégias geopolíticas, projetos nacionais) que tenham, em dado contexto, feito a disciplina ganhar investimentos, prestígio ou alguma forma de promoção e audiência.

Teríamos dificuldade em selecionar, para a cena-mundo, um mostruário enxuto de autores que levam a cabo estudos nessa perspectiva; logo, decidimos aqui privilegiar uma amostra particularmente latino-americana: Wettstein (1990), Rückert (1997), Machado L. (2000), Machado M. (2000), Zusman e Pereira (2000), Anselmo e Bray (2002), Bernal (2003), Almeida (2004), Moncada-Maya (2004), Silva e Lan (2007), Ferrer (2009) e Velandia (2012).

Para este universal, posto que é o mais contemplado pela comunidade de geógrafos interessados na teoria e na história de sua ciência, não temos uma percepção de "lacuna a

preencher". Contudo, cabe mencionar que ocorre de alguns autores, com respeito à questão da contextualidade – a qual, obviamente, afeta os próprios fenômenos tratados pela disciplina (o uso do território, digamos) –, confundirem às vezes os fenômenos destacáveis da questão (naturalmente analisados no plano da primeira ordem) com a análise de sua abordagem (que é o que se espera de um estudo de segunda ordem, epistemológico). Isso significa que pode ocorrer, por exemplo, do autor, "distraído", ficar tentado a concentrar-se numa emissão de juízo sobre, digamos, dado regime político que nos apresentou como fator determinante (do uso do território). E isso em vez de executar a explanação que o leitor aguardaria: demonstrar o quanto este regime parece mesmo ter definido os rumos da abordagem geográfica, no contexto sob análise. Essa espécie de desvio não é tão incomum entre aqueles que se dizem epistemólogos da Geografia. Isto é, no exemplo dado, confundir "*uso*(político)*do* território" com "*interferência* (da política) *nos estudos sobre* território".

6.5 Evolução e discernimento

Trata-se, por fim, de um tópico que destaca, no seio da FC, o pleno interesse em teorizar sobre como a atividade científica se manifesta em escala diacrônica. A exemplo do universal anterior, nem sempre essa questão esteve na pauta prioritária dos filósofos; mas percebeu-se que era observando a referida escala que o analista poderia detectar as transformações do conhecimento nas ciências: sofisticação dos modelos descritivos, aquisição de novos instrumentos para operações técnicas etc. Ampliações de vista que capturariam aspectos que restaram até então encobertos, pouco discernidos; ou, quem sabe, problemas deliberadamente dissimulados ou deixados em *standby*, no aguardo de uma (possível) vindoura plataforma pró-análise, ainda indisponível quando percebidos – aspecto que, aliás, tornou pertinente, dentro do debate epistemológico, a questão da "prematuridade" na ciência (Stent 2007).

É certo que mesmo durante a hegemonia das análises sincrônicas (com um filósofo preferencialmente atraído por aquilo que lhe pareceu essencial: inferências lógicas e linguagem sistemática, despojadas de qualquer parcialidade impingida pelas circunstâncias), a ideia de um tempo construtor já estava presente. Era a noção de "progresso" em ciência. Mas o consenso sobre a relevância da diacronia para o robustecimento da FC não viria de pronto. Pode ter principiado quando epistemólogos perceberam que o próprio significado de progresso tinha uma vigência periódica. E daí se perguntaram sobre os sentidos que pode ter assumido à medida que o imaginário social de "avanço" cambiava também de sentido.

A perspectiva da "evolução" nos permite tratar mais diretamente das mudanças científicas; examinar modelos concebidos até o momento (para, por exemplo, comparar suas respectivas performances na explicação de detalhes tais como "conflito", "escolha" e "sucessão"). Enquanto o ângulo "julgamento" deste quinto universal estimula-nos a ponderar quais os fatores que dirigem a ação intelectual (ideológica?) de decidir entre esquemas teóricos rivais. Decerto, alguns dos personagens mencionados no tópico anterior acabam sendo também importantes neste aqui. Três, em especial: Kuhn, Lakatos e Laudan. Mas outros notáveis, de produção igualmente relevante na modelagem de mudança e progresso científicos, seriam I. Cohen (1914-2003), G. Holton (1922-) e W. Stegmüller (1923-1991).

Para o caso Geografia este tópico tem relativa ocorrência na sua literatura epistemológica; entretanto, costumam ser textos de tímida e quase restrita intenção em avaliar até que ponto o modelo kuhniano de "revoluções científicas" nos auxilia a explanar sobre os lances de eclosão e disputa paradigmática na ciência geográfica: Berry (1978), Young (1979), Wheeler (1982), Entrikin (1983), Harvey e Holly (1983), Casetti (1999) e Malik (2014).

É provável que a persistência em empregar ou comentar o modelo kuhniano esteja baseada em seu status publicitário, atestado inclusive fora da jurisdição das ciências naturais. Isto é, estabeleceu-se um desafio também aos teóricos de algumas ciências sociais: checar o potencial replicativo do modelo ... ou refutar sua validade para o domínio das humanidades (alimentando o discurso clichê, de que uma epistemologia das ciências humanas tem de ser empreendida numa

vertente radicalmente distinta; fora dos esquemas compatíveis com a lógica das ciências exatas). E é curioso que praticamente inexistam trabalhos que testem, no lugar da metateoria dos *paradigms*, outras propostas provavelmente mais concessoras. Os *scientificresearchprogrammes* ou as *researchtraditions* ... que seriam mais tolerantes à coexistência de paradigmas que caracteriza a Geografia.

Mais do que encontrar pontos ratificadores (ou discordantes) das experiências de anomalia e crise, caberia ao epistemólogo da Geografia buscar esquemas metacientíficos que admitissem dinâmicas mais complexas – e sem se inquietar se esses protótipos tiverem, eventualmente, um ar "naturalista" ou "positivista" (sic) ... receio comum entre geógrafos humanos. Duas metas analíticas mereceriam prioridade dentro de uma reflexão sobre natureza evolutiva da ciência geográfica e critério de adesão dos geógrafos:

a) *múltiplas geografias*: identificação e análise dos vários estilos discursivos (cada um dos quais, normalmente, tendo-se como o mais fidedigno) – modalidades que, mesmo datando de contextos defasados entre si, dão a entender manter-se em contínuo emprego; e
b) *expectativas de projeção*: o geógrafo guiando suas escolhas e decisões por um anseio de parecer tecnicamente hábil, politicamente engajado, esteticamente sensível etc.

6.6 Parêntese: "filosofia da geografia" ou "epistemologia da ciência geográfica"?

Efeito colateral da endogenia comentada antes, a tímida apropriação da literatura em *Philosophy of Science* desviou de melhores caminhos o percurso executado por geógrafos interessados em Epistemologia. Natural, então, que também no âmbito dos estudos de segunda ordem os praticantes da Geografia tenham sucumbido àquela autoimagem, demasiado altaneira. Autoriza-nos sustentar a afirmação o fato de nossos pares, com notável frequência, recorrerem antes a autores icônicos tais como F. Nietzsche (1844-1900), E. Husserl (1859-1938), M. Heidegger (1889-1976), J.-P. Sartre (1905-1980), G. Deleuze (1925-1995), procurando neles o respaldo às suas alegações talvez inseguras. Evidentemente, dada a dimensão destes personagens na história do pensamento ocidental, não cabe uma censura aos propósitos (que, a princípio, não teriam por que ser mal-intencionados) de encontrar em seus célebres escritos alguma mirada luminosa sobre o pensar e o fazer científicos – por mais que isso, por outro lado, normalmente seja feito só para recriminar o "projeto racionalista" da ciência moderna ... o que, por sinal, salienta bem a dificuldade que eles têm em aceitar que exista um mundo cognitivo da ciência. Então, não podemos deixar de repreender o desdém a toda uma tradição de argumentações precisamente desenvolvidas a respeito dos aspectos lógicos e sociológicos da prática científica. E se os geógrafos têm se valido sobretudo de uma filosofia continental (desatentos, portanto, à tradição anglo-americana, analítica), talvez devamos entender como ontológicos (e não epistemológicos) os estudos desenvolvidos por eles. Arriscaríamos mesmo a dizer que têm contribuído à instauração de uma "Filosofia *da* Geografia" (geral, profundamente metafísica e à procura de essencialismos um tanto vãos); em vez de uma "Filosofia da Ciência *para a* Geografia" (especializada e atenta a questões normativas do cotidiano investigativo do geógrafo).

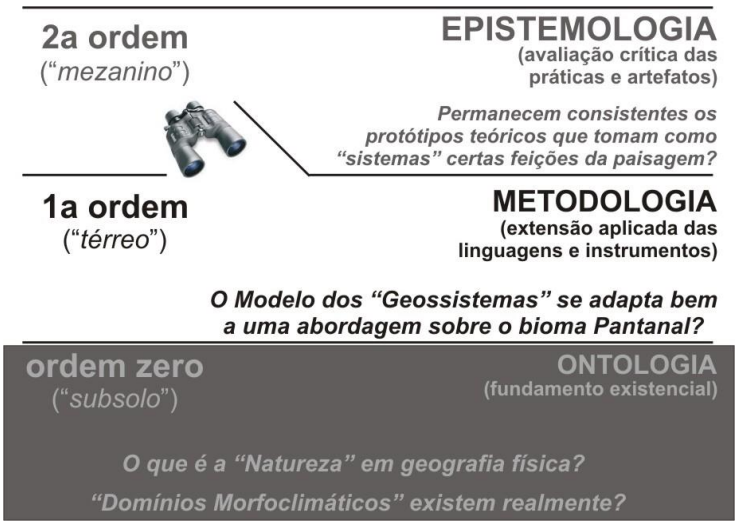


Figura 4 – Modelo dos "três pisos" de estudos em geografia (adaptado de Reis Jr. 2016)

7. Potencialidade subexplorada: geografia como viés fértil para estudos metacientíficos

Já fomos advertidos do papel esclarecedor que a conjuntura espacial pode ter sobre o desenvolvimento de uma dada forma de conhecimento. Podemos recuperar os "sítios", os "espaços sociais" em que este conhecimento foi empreendido; traçar as conexões entre os "locais" de sua produção e de sua audiência – deixando, enfim, de ignorar a "dimensão geográfica" das grandes tradições de pensamento: "onde" foram gestadas ou entrariam em colapso (Withers 2007; Lamego 2015). Apesar disso, a ideia de uma "*geography of science*" não é tão corrente; não vem com facilidade à mente a imagem de um "*geographicalturn*" (Powell 2007; Finnegan 2008). Poderíamos presumir até que esses estudos já teriam sido encampados de alguma forma pela sociologia do conhecimento e a história da ciência; e que, se é esse mesmo o caso, ficaria dispensada a instauração de um domínio exclusivo para tal espécie de abordagem.

Ademais, não seria mesmo predominante a ideia de que o fazer ciência é imune a "meras" condições de localidade, dada a imagem de que este fazer parece se caracterizar por um "*universal undertaking*"; e não por uma "*provincial practice*" (Livingstone 2003, p. 1)? Porque, sem dúvida, existe um tremendo risco em instalarmos uma infeliz armadilha se o localismo/regionalismo das práticas científicas se ver por demais realçado/exaltado nos estudos: nublar o fato de que a ciência, de qualquer modo, detém qualidades universalistas ... aquelas que, no final das contas, assemelha as condutas de profissionais argentinos, japoneses, sul-africanos, israelenses. Então, pode ser que a tese de uma "geograficidade" da produção de conhecimento termine jogando a favor das leituras pós-modernas particularmente preocupadas em assinalar que o que vemos como universais da mentalidade científica nada mais seriam que os componentes de um modelo restrito (europeu?) tornado dominante.

Ainda assim, temas tais como "locais de criação", "trajetórias de transmissão/recepção", ou mesmo constituição de "redes de intercâmbio" em várias escalas, torna inquestionável a saliência de um fato: diferenças locais (digamos, de ordem econômica e moral) operam para além da também evidente conjuntura de época. Isto é, a ciência de um tempo pode manifestar-se variavelmente: respeitando circunstâncias espaciais que revelarão certa excentricidade dos lugares e das pessoas ali atuantes. Diferentes práticas e públicos teriam, então, o poder de engendrar – ainda que dentro de um mesmo grande século – modalidades distintas de constituição e reputação da ciência (Lightman 2011). Aliás, só a própria perspectiva de escala ("macro" e "microníveis" do saber científico) já habilita a investigação sobre "instâncias espaciais": onde se dão as descobertas, os compartilhamentos, as difusões? Além do fluxo espacial de instruções e notícias, que gera (e é

gerado por) dinâmicas de emigração/imigração; e que pode se dar seja no corte escalar de uma extensa nação, seja no de simples e pontuais cafés ou livrarias (Burke 2012).

Entendemos, assim, que certos aspectos da Geografia mereceriam ser trazidos mais à tona. Posto que uma visão banal do "geográfico", o mero argumento sobre o "onde", não garante consistência a uma epistemologia geográfica.

Não se duvida que este argumento seja revelador. Ele nos faz ver que, não raro, num mesmo lapso temporal empreendimentos díspares podem se dar – insinuando a função condicionante dos "lugares". Poderíamos, inclusive, demarcar as duas variantes de estudos correntes:

a) quando são tratadas as "conjunturas territoriais" (ex: protagonismo, durante certa época, de um determinado país ou rede de cidades – sendo frequente o investigador destacar a saliência que tal "geografia" adquiriu, dada a vivacidade de seu conteúdo urbano-comercial); e
b) quando são realçados particulares "lugares da pesquisa" (ex: espacialidades mais restritas, que nos permitem acessar o palco da cotidianidade dos cientistas – lugares de coleta, de guarda, de processamento, de discussão, tais como o campo, o laboratório, as salas de reunião).

É certo que esses microespaços de interatividade trazem logo à vista uma dimensão psicossocial. Pois costumam estar presentes aí os elementos conflito, vaidade e disputa – verdadeiras forças-motrizes da visibilidade e performance dos institutos e grupos locais de pesquisa. Mas insistimos: aspectos outros, inerentes à análise espacial, poderiam ascender aos estudos de segunda ordem; sofisticando um pouco mais as abordagens geográficas da Epistemologia. Nos referimos, em particular, a estudos de dinâmica regional que mesclam insights geofísicos e fitológicos – quando, então, dois ângulos de análise passariam a prefigurar como fecundos: um, que poria em destaque a ideia de *epicentro* (fenômeno que, uma vez eclodido, desencadeia dinâmica de reverberações sucessivas); e outro, que chamaria a atenção para as características de uma das etapas da evolução irrompida (o *período fértil* do epicentro).

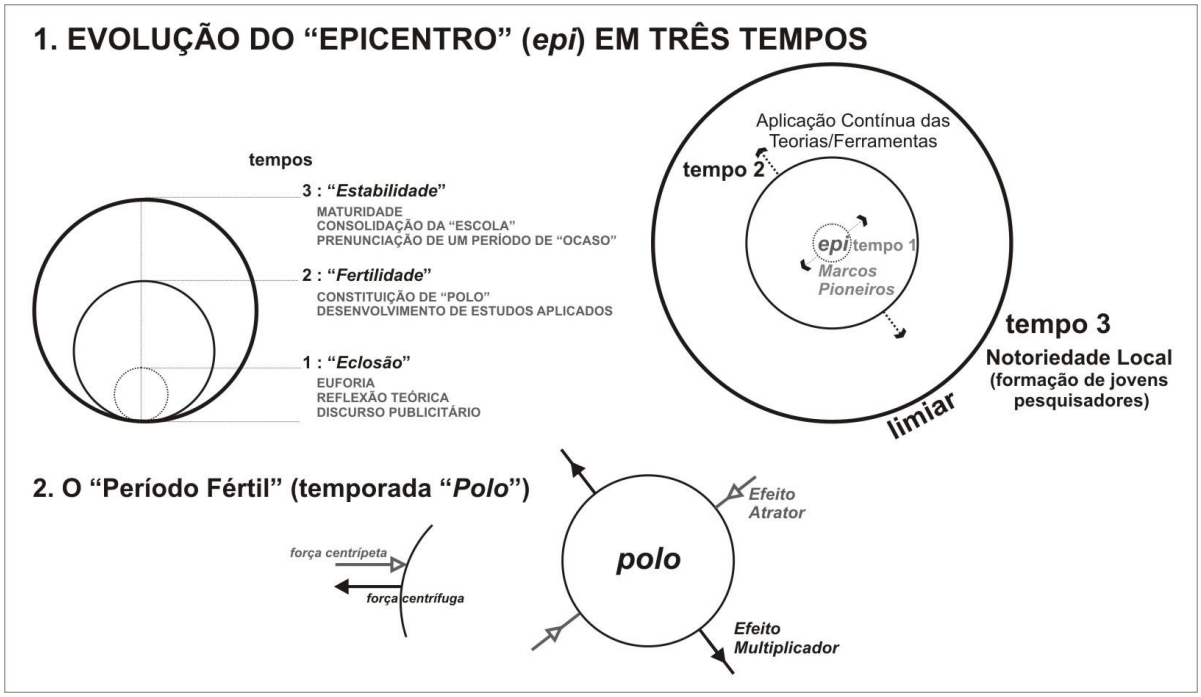


Figura 5 – Modelo simplificado de uma dinâmica regional em geografia da ciência

Sendo assim, um modelo de abordagem de Geografia da Ciência poderia descrever a ontogênese, por exemplo, de uma dada escola local de práticas científicas. De sua emergência ou eclosão até

seu perecimento ou ocaso. As escolas eclodiriam como "epicentro" se fossem formuladoras genuínas de teorias/instrumentos indígenas; ou, ainda, se receptoras de artefatos alienígenas, mas desde que logo se convertendo em caixas de ressonância notáveis (porque, digamos, terão cumprido o papel de reler, de uma forma autônoma e original, aquilo que acolheram "de fora").

Quando da eclosão, instaurando uma primeira etapa de entusiasmo, é provável que certas iniciativas constituam marcos: a criação de uma revista ou boletim local (para a difusão dos resultados de pesquisa e discursos apologéticos), a fundação de uma associação (com o propósito de agremiar os partidários daquela nova tendência metodológica e organizar colóquios itinerantes) etc.

Um período outonal daquele centro geográfico se instauraria só após o alcance, em definitivo, de um estágio de plena maturidade. Para isso, uma antecedente primavera (o "período fértil") daria gradativo espaço a uma temporada de emissão de discursos já bem menos passionais, ou já bem mais práticos (voltados para o registro de experimentos de convalidação ou estudos de caso). Período em que, possivelmente, mentores sejam sucedidos por discípulos; e a escola, pela articulação entre dinâmicas centrípetas (atração de pós-graduandos, p.ex.) e centrífugas (exportação de profissionais capacitados), assuma a condição de polo.

8. Considerações finais

Ainda que de modo bastante panorâmico, por este capítulo quisemos despertar a atenção da comunidade sul-americana de filósofos e historiadores da ciência para o percurso de uma disciplina ainda pouco frequentadora dos grandes círculos de discussão epistemológica: a Geografia. Pareceu-nos oportuno demonstrar que a própria constituição gradativa de seu escopo (caracterizado pela fissura entre fenômenos naturais e processos sociais) previu uma trajetória que privilegiou estudos essencialmente empíricos ou auxiliou projetos de intervenção estritamente políticos. Quer dizer, na aparência, nada tão precisamente "técnico". E por isso, talvez, não ter atraído o olhar analítico dos filósofos da ciência tradicionais; nem, tampouco, mobilizado seus próprios praticantes para os exercícios autorreflexivos.

Apesar de ocorrências pontuais, em que geógrafos norte-americanos em um período ainda "romântico" publicaram manifestações reivindicantes de uma maior atenção à historiografia e à metodologia da ciência geográfica, esse cuidado demorou a ganhar tônus. Qual seria o âmbito preciso dos estudos geográficos? Quais procedimentos sistemáticos definiriam a ação investigativa de um geógrafo? E que condições são necessárias para a produção de conhecimento em Geografia (com os critérios que estabeleceriam sua confiabilidade)? A percepçãodo campo da Epistemologia foi tardia; logo, a atenção a esse gênero de questões ficou adiada.

A propósito daquelas reivindicações antecipadas, foram notáveis os casos de John Wright (1891-1969) e Richard Hartshorne (1899-1992) – o primeiro, publicando na célebre revista "*Isis*" um verdadeiro "apelo" por uma mirada no caso geográfico (1926); o segundo, censurando, em seu clássico *The Nature of Geography*(1939), o anacronismo de alguns geógrafos de campo em sua postura de ironizar a preocupação daqueles que demonstravam inquietação com os progressos da ciência (deixando de ocuparem-se com o que lhes parecia ser o estritamente necessário: "fazê-la").

Pensamos ser possível sumariar a condição de "estranheza" da Geografia dentro das discussões epistemológicas em três fatores causais. Primeiramente, sua origem "transcientífica"; quer dizer, a manifestação dos "saberes geográficos" em circunstâncias e jurisdições que, de fato, nem sempre diziam respeito à prática comum da investigação científica, tal como a entendemos há várias décadas. Em muitas ocasiões, eles estiveram presentes em recintos de deliberação (geo)política; tanto quanto em escritórios de planejamento paisagístico, ou de projetos reformadores do ensino. Não se atrelaram, portanto, necessariamente a uma processualística de captura, teste e avaliação de dados do mundo. Em segundo lugar, há de se considerar o efeito do amplo prestígio da escola nacional francesa. Porque ele redundou, em muitos países (caso do Brasil, aliás), na preponderância dos inventários regionais descritivistas – que, embora muito ricos na sua

compilação de dados sobre as formas naturais presentes e sobre as atividades econômicas empreendidas pelos povos aí estabelecidos, muito raramente eram acompanhados de um raciocínio que interpretasse (à luz de esquemas teóricos a priori) a combinação daquelas duas ordens de fenômeno. E uma sequela complementar foi que, no caso em que geógrafos atuantes em países da zona de influência francesa se interessaram por Filosofia, tenderam a se aproximar de autores de sua vertente continental – inclinação que possivelmente dificultou mesmo um contato com a tradição analítica procedente da filosofia praticada em países anglo-saxões. Finalmente, a terceira razão pode ser creditada ao simples fato de que nós geógrafos "chegamos atrasados" no âmbito das discussões filosóficas sobre as ciências – e justo num momento (década de 1960, *grosso modo*) em que ocorreu o giro historicista na FC, no sentido de dar espaço a estudos mais atentos aos contextos sociocultural e político. Foi fatal, então, termos, nós os novatos, perdido de vista quase um século de debates sobre os aspectos normativos, lógico-linguísticos da prática científica – o que, por sinal, parece ter dado mais combustível ao argumento daqueles que creem ser a Geografia uma ciência "dos homens", e não "dos lugares".

Referências

Adúriz-Bravo, A. 2007. A proposal to teach the nature of science (NOS) to science teachers: the "structuring theoretical fields" of NOS. *Review of Science, Mathematics and ICT Education***1**(2): 41–56.

Almeida, R. S. 2004. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: EFHCCS, **3**. *Anais* ... Campinas: AFHIC, pp.410–415. URL= <http://www.ghtc.usp.br/server/AFHIC3/Trabalhos/55-Roberto-Schmidt-Almeida.pdf>.

Anselmo, R. C. M. S.; Bray, S. C. 2002. Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. In: L. H. Gerardi; I. A. Mendes (orgs.) *Do Natural, do Social e de suas Interações: Visões Geográficas*. Rio Claro: AGETEO, pp.109–119.

Bailly, A. S.; Ferras, R. 2001. *Éléments d'Épistémologie de laGéographie*. 2. ed. Paris: A. Colin.

Barnes, T. 1988. Rationality and relativism in economic geography. *Progress in Human Geography***12**(4): 473–496.

_____. 2009. "Not only ... but also": quantitative and critical geography. *The Professional Geographer***61**(3): 1–9.

Baxter, J.; Eyles, J. 1997. Evaluating qualitative research in social geography: establishing "rigour" in interview analysis. *Transactions of the Institute of British Geographers***22**(4): 505–525.

Bernal, L. F. A. 2003. La Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística, la organización de la ciencia, la institucionalización de la geografía y la construcción del país en el siglo XIX. *Boletín del Instituto de Geografía***52**: 153–166.

Berry, B. J. L. 1978. Introduction: a kuhnianperspective. In: B. J. L. Berry (ed.) *The Nature of Change in Geographical Ideas*. Dekalb: NIUP, pp.vii–x.

Burke, P. 2012. *Uma História Social do Conhecimento: II: Da Enciclopédia à Wikipedia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Burton, I. 1963. The quantitative revolution and theoretical geography. *Canadian Geographer***7**(4): 151–162.

Buttimer, A. 1976. Grasping the dynamism of lifeworld. *Annals of the Association of American Geographers***66**(2): 277–292.

Capel, H. 1981. *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea: Una Introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova.

Casetti, E. 1999. The evolution of scientific disciplines, mathematical modeling, and human geography.

*Geographical Analysis***31**(4): 332–339.

Chapura, M. 2009. Scale, causality, complexity and emergence: rethinking scale's ontological significance. *Transactions of the Institute of British Geographers***34**(4): 462–474.

Cholley, A. 1942. *Guide de l'ÉtudiantenGéographie*. Paris: PUF.

Chorley, R. J.; Haggett, P. (eds.). 1965. *Frontiers in Geographical Teaching*. London: Methuen.

Chorley, R. J.; Haggett, P. (eds.). 1967. *Models in Geography*. London: Methuen.

Claval, P. 2008. *Histoire de la Géographie*. 3. ed. Paris: PUF.

Coombes, P.; Barber, K. 2005. Environmental determinism in Holocene research: causality or coincidence? *Area***37**(3): 303–311.

Curry, M. 1985. On rationality: contemporary geography and the search for the foolproof method. *Geoforum***16**(2): 109–118.

Demeritt, D.;Wainwright, J. 2005. Models, modelling and geography. In: N. Castree; A. Rodgers; D. Sherman (eds.) *Questioning Geography*. Oxford: Blackwell, pp.206–225.

Deneux, J.-F. 2006. *Histoire de la Pensée Géographique*. Paris: Belin.

Díez, J. A.; Moulines, C. U. 1999. *Fundamentos de la Filosofía de la Ciencia*. 2. ed. Barcelona: Ariel.

Dikshit, R. D. 2013. *Geographic Thought: A Contextual History of Ideas*. 12. ed. Delhi: PHI.

Echeverría, J. 1995. *Filosofía de la Ciencia*. Madrid: Akal.

Edney, M. 1994. Mathematical cosmography and the social ideology of British cartography, 1780–1820. *Imago Mundi***46**(1): 101–116.

Entrikin, J. N. 1983. Theory, progress, and fragmentation in human geography. *Geographical Analysis***15**(1): 72–75.

Ettlinger, N.; Bosco, F. 2004. Thinking through networks and their spatiality: a critique of the US (public) war on terrorism and its geographic discourse. *Antipode***36**(2): 249–271.

Faissol, S. 1972. Teorização e quantificação em geografia. *Revista Brasileira de Geografia***34**(1): 145–164.

Ferrer, D. 2009. El conocimiento geográfico de la Patagonia interior y la construcción de la imagen de Torres del Paine como patrimonio natural a conservar. *Estudios Geográficos***70**(266): 125–154.

Finnegan, D. A. 2008. The spatial turn: geographical approaches in the history of science. *Journal of the History of Biology***41**(2): 369–388.

Glaser, R. 1997. Data and methods of climatological evaluation in historical climatology. *Historical Social Research***22**(1): 59–87.

Gómez-Mendoza, J.; Muñoz-Jiménez, J.; Ortega-Cantero, N. (orgs.). 1994. *El Pensamiento Geográfico: Estudio Interpretativo y Antología de Textos (de Humboldt a las Tendencias Radicales)*. 2. ed. Madrid: Alianza.

Hartshorne, R. 1939[1951]. *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*. Ann Arbor: Edward Brothers.

Harvey, D. 1969. *Explanation in Geography*. London: Edward Arnold.

Harvey, M. E.; Holly, B. P. 1983. Paradigm, philosophy and geographic thought. In: M. E. Harvey; B. P. Holly (eds.) *Themes in Geographic Thought*. London: Croom Helm, pp.11–37.

Henderson, G.; Sheppard, E. 2006. Marx and the spirit of Marx. In: S. Aitken; G. Valentine (eds.) *Approaches to HumanGeography*. London: Sage, pp.57–74.

Holzer, W. 1997. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Revista Território***2**(3): 77–85.

Johnston, R. J. 1981. Applied geography, quantitative analysis and ideology. *Applied Geography***1**: 213–219.

_____. 1986a. *Geografia e Geógrafos: A Geografia Humana Anglo-Americana desde 1945*. São Paulo: DIFEL.

_____. 1986b. *Philosophy and Human Geography: An Introduction to Contemporary Approaches*. 2. ed. London: Edward Arnold.

Keylock, C. J.; Dorling, D. 2004. What kind of quantitative methods for what kind of geography? *Area***36**(4): 358–366.

Koyré, A. 1955[1979]. Sobre a influência das concepções filosóficas na evolução das teorias científicas. *Revista da Faculdade de Educação***5** (1/20): 55–70. URL= <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/viewFile/33247/35985>.

Kwan, M.-P. 2001. Quantitative methods and feminist geographic research. In: P. Moss (ed.) *Feminist Geography in Practice: Research and Methods*. Oxford: Blackwell, pp.160–171.

Lacey, H. 2008. Aspectos cognitivos e sociais das práticas científicas. *Scientiae Studia***6**(1): 83–96.

Lamego, M. 2015. Genius loci: duas versões da geografia quantitativa no Brasil. *Terra Brasilis: Nova Série***5**: 1–12. URL= <http://terrabrasilis.revues.org/1504>.

Last, A. 2012. Experimental geographies. *Geography Compass***6**(12): 706–724.

Ley, D. 1981. Cultural/humanistic geography. *Progress in Human Geography***5**(2): 249–257.

Lightman, B. 2011. Refashioning the spaces of London science: elite epistemes in the nineteenth century. In: D. N. Livingstone; C. W. J. Withers (eds.) *Geographies of Nineteenth-Century Science*. Chicago: UCP, pp.25–50.

Livingstone, D. N. 2003. *Putting Science in its Place: Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago: UCP.

Lorenzano, P. 2011. La teorización filosófica sobre la ciencia en el siglo XX (y lo que va del XXI). *Discusiones Filosóficas***12**(19): 131–154.

Machado, L. O. 2000. As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico noBrasil no início do século XX. *Terra Brasilis: Nova Série***2**: 1–11. URL= <http://terrabrasilis.revues.org/298>.

Machado, M. S. 2000. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. *GEOgraphia***2**(3): 123–140.

Malik, A. 2014. Thomas Kuhn and changing paradigm in geography: critical review.*Asian Journal of Multidisciplinary Studies***2**(4): 41–46.

Marândola Jr., E. 2005. Humanismo e a abordagem cultural em geografia. *Geografia***30**(3): 393–419.

Martin, G. J.; James, P. E. 1993. *All Possible Worlds: A History of Geographical Ideas*. 3. ed. New York: J. Wiley.

Moncada-Maya, J. O. 2004. La obra de los ingenieros geógrafos mexicanos (1846-1950). *Llull***27**: 95–116.

Monteiro, C. A. F. 1980. *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências*. São Paulo: USP.

Moulines, C. U. 2011. *El Desarrollo Moderno de la Filosofía de la Ciencia (1890-2000)*. Ciudad de México: UNAM.

Paasi, A. 1999. Boundaries as social practice and discourse: the Finnish-Russian border. *Regional Studies***33**(7): 669–680.

Peet, R. 1975. Inequality and poverty: a Marxist-geographic theory. *Annals of the Association of American Geographers***65**(4): 564–571.

Pile, S. 1990. Depth hermeneutics and critical human geography. *Environment and Planning D*: Society and Space **8**(2): 211–232.

Powell, R. C. 2007. Geographies of science: histories, localities, practices, futures. *Progress in Human Geography***31**(3): 309–329.

Reis Jr. 2016. Um modelo de classificação e de periodização dos estudos científicos em Geografia. In: SNHCT, **15**. *Anais* ...Florianópolis: SBHC, pp.1–15. URL=

<https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1470699002_ARQUIVO_Completo(ReisJr).pdf>

Reis Jr., D. F. C.; Soares, E. A. S.; Moura, L. D. M.; Bezerra, R. R. D. 2016. Epistemologia e linguagem: conjectura de um "modelo de correspondência" e ensaio-teste em um experimento preliminar. *Geographia Meridionalis***2**(1): 63–83.

Rosenberg, A. 2005. *Philosophy of Science: A Contemporary Introduction*. 2. ed. New York: Routledge.

Rückert, A. A. 1997. O papel social e político da geografia no Brasil: subsídios à história do pensamento geográfico no Rio Grande do Sul. *Boletim Gaúcho de Geografia***22**: 17–26.

Santos, M. 1978[2004]. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed. São Paulo: EDUSP.

Sherman, D. J. 1999. Methodology in geomorphology: traditions and hypocrisy. *Annals of the Association of American Geographers***89**(4): 687–696.

Silva, S. M. V.; Lan, D. 2007. Estudios de geografía del género en América Latina: un estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina. *Documentsd'Anàlisi Geogràfica***49**: 99–118.

Sorre, M. 1943. *Les Fondements de la GéographieHumaine*. Paris: Armand Colin.

Staszak, J.-F. 2001. La géographie. In: J.-M. Berthelot (dir.) *ÉpistémologiedesSciencesSociales*. Paris: PUF, pp.77–116.

Stent, G. S. 2007. Prematuridade na descoberta científica. In: E. B. Hook (org.) *Prematuridade na Descoberta Científica: Sobre Resistência e Negligência*. São Paulo: Perspectiva, pp.49–66.

Tuan, Y.-F. 1971. Geography, phenomenology, and the study of human nature. *Canadian Geographer***15**(3): 181–192.

Velandia, M. C. 2012. El proyecto nacional de la Sociedad Geográfica de Colombia: una mirada reflexiva al quehacer histórico. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, **12**. *Anais* ... Bogotá: UNC, pp.1–12. URL= <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-M-Velandia.pdf>.

Vesentini, J. W. 1985. Geografia e discurso crítico (da epistemologia à crítica do conhecimento). *Revista do Departamento de Geografia***4**: 7–13.

Vitte, A. C. 2014. Filosofia e geografia em Immanuel Kant. In: A. C. Vitte (org.) *Kant, o Kantismo e a Geografia: Histórias, Percalços e Possibilidades Investigativas*. Curitiba: Appris, pp. 13–46.

Wettstein, G. 1990. La geografía política en el marco de una corriente de pensamiento geográfico latinoamericano. *Geosul***5**(10): 46–70.

Wheeler, P. B. 1982. Revolutions, research programmes and human geography. *Area***14**(1): 1–6.

Withers, C. W. J. 2007. *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason*. Chicago: UCP.

Wright, J. K. 1926. A plea for the history of geography. *Isis***8**(3): 477–491.

Young, R. W. 1979. Paradigms in geography: implications of Kuhn's interpretation of scientific inquiry. *Australian Geographical Studies***17**(2): 204–209.

Zusman, P.; Pereira, S. N. 2000. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. *Terra Brasilis: Nova Série***1**: 1–19. URL= http://terrabrasilis.revues.org/288,

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

La teoría de la estructuración de Anthony Giddens. Una mirada desde el estructuralismo metateórico*

Sonia López Hana†

Resumen

Una de las críticas tal vez más radicales a la *teoría de la estructuración* de Giddens ha sido aquella que acusa a la teoría de de ser comprehensiva y por ellovacua empíricamente. En el presente trabajo, nuestro objetivo será doble. Por una parte, mostrar que la mencionada crítica es un síntoma de abordar su análisis desde la concepción de *teoría*del período clásico de la filosofía de la ciencia. Por otra parte, que el enfoque del *estructuralismo metateórico*, especialmente con su concepto de *red teórica*, es más adecuado para reflejar las intuiciones giddensianas, al proponer una teoría en tanto comprehensiva, fundamental y empírica.

Palabras clave: teoría de la estructuración - Giddens - estructuralismo metateórico - red teórica.

* Este trabajo se realizó con la ayuda del proyecto de investigación PICT-2018-3454 de la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (Argentina), radicado en el Centro de Estudios de Filosofía e Historia de la Ciencia de la Universidad Nacional de Quilmes.

† UNMdP – UNQ - UNTREF, Argentina. Correo electrónico: sonia.hanna@gmail.com.

1. Introducción

Desde su publicación, a principios de los años ochenta, la *Teoría de la Estructuración* de Anthony Giddens no ha cesado de inspirar literatura de lo más diversa.Una de las críticas tal vez más radicales ha sido aquella que acusa a la teoría de ser meramente especulativa y fútil para el análisis empírico. En el presente trabajo, nuestro objetivo será doble. Por una parte, mostrar que la crítica radical a la *teoría de la estructuración* en tanto comprehensiva y por ello vacua empíricamente es un síntoma de abordar su análisis desde la concepción de *teoría* preeminente durante el período clásico de la filosofía de la ciencia. Porotra parte, que el enfoque del *estructuralismo metateórico*, especialmente con su concepto de *red teórica*, es más adecuado para reflejar las intuiciones giddensianas, al proponer su teoría en tanto comprehensiva, fundamental y empírica. Deseo subrayar, además, que la lectura que presentaremos es parcial, todavía en construcción, dado que es parte de un trabajo filosófico mayor de reconstrucción de la estructura fina de *teoría de la estructuración* en el marco del estructuralismo. De modo que nuestras afirmaciones sobre la teoría en cuestión pueden considerarse sin perjuicio como esbozos o aproximaciones que serán precisadas ulteriormente.

La estrategia que seguiremos será la de presentar, en primer lugar, la *teoría de la estructuración* de Giddens en tanto *teoría de la acción social* abocándonos especialmente a la presentación informal de la teoría propiamente dicha, sus conceptos y relaciones. Luego, desarrollaremos el enfoque metateórico general asumido por Giddens *qua* filósofo en la construcción de su teoría, para pasar luego a discriminar las directrices metateóricas particulares, así, intentaremos precisar sus ideas sobre el carácter comprehensivo, fundamental y empírico de la teoría. En segundo lugar, reseñaremos una serie de críticas tendientes a considerar a la teoría como especulativa y fútil empíricamente. En tercer lugar, presentaremos a la metateoría estructuralista, cuyo enfoque guía nuestra investigación, concentrándonos en la noción de *red teórica.* En cuarto y último lugar, abordaremos una lectura aproximada de la *teoría de la estructuración* desde el mencionado enfoque.

2. El caso de la *teoría de la estructuración*

> Los hombres hacen su propia historia, pero no la hacen a su libre arbitrio, bajo circunstancias elegidas por ellos mismos, sino bajo aquellas circunstancias con que se encuentran directamente, que existen y transmite el pasado.
> K. Marx, *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*

En las páginas introductorias de *La constitución de la sociedad* (1984 [2006]), Giddens advierte que su investigación podría "definirse exactamente como una reflexión ampliada" (p. 22) del epígrafe que antecede. Así su *teoría de la estructuración* buscará explicar cómo se produce una acción social que, a la vez que habilitante, se encuentra condicionada. De este modo su propuesta nos ofrece una comprensión amplia sobre las propiedades básicas y la dinámica de la acción humana.

Explicitar *qué* es aquello que la *teoría de la estructuración* explica, de qué fenómeno empírico del mundo da cuenta, y cómo lleva adelante esa tarea, *cómo* lo explica, es ya un trabajo en sí mismo pues, suele suceder, que en las presentaciones de teorías, especialmente –pero no exclusivamente– en el ámbito de las ciencias sociales, nos encontremos no sólo con la teoría propiamente dicha, sino también con discusiones metateóricas que el autor entabla con las tradiciones pasadas y con sus contemporáneos. Se requiere entonces de un puntilloso trabajo de análisis que permita escindir las discusiones de corte metateórico de la teoría empírica propuesta.Dicho trabajo de elucidación metateórica es, como antes mencionamos, parte de una investigación más amplia en curso y que

sería improbable de realizar sin las herramientas proporcionadas por el *estructuralismo metateórico* del cual hablaremos con más detalle en un próximo apartado.

En lo que sigue pretendo presentar una versión intuitiva de la *teoría de la estructuración* siguiendo, los más apegada posible, los textos del propio autor, especialmente*La Constitución de la Sociedad* (1984) donde entendemos que se encuentra cristalizada su teoría. Sin embargo, es menester aclarar que la versión que ofrecemos ya ha pasado *La constitución de la sociedad* por el tamiz del estructuralismo metateórico. Es por ello que lo que presentaremos será lo que interpretamos como la estructura elemental de una teoría de la praxis social, es decir, de la dinámica de la acción humana, como una teoría identificable en aquello que es presentado por el autor en términos generales como *teoría de la estructuración*. El tamiz del que les hablamos implica una serie de decisiones metateóricas, una de ellas es la de despejar el terreno a la teoría propiamente, escindiéndola de todas aquellas cuestiones planteadas por Giddens *qua* filósofo y que tendrán su espacio más adelante.

2.1. La *teoría de la estructuración* como teoría de la acción social

> Tal como los individuos expresan su vida, así es como son. Lo que son, por consiguiente, coincide con su producción, tanto con lo *que* producen como con el *modo* en que producen.
> K. Marx, *La ideología alemana.*

En el presente apartado, haremos una somera presentación de su *teoría de la acción social* tratando de explicitar los conceptos centrales.

Según el propio Anthony Giddens, su llamada *teoría de la estructuración* que es, desde nuestro punto de vista, como ya hemos dicho, una teoría de la acción social –o, mejor, *contiene* una teoría de la acción social–, consiste en un intento por desarrollar una explicación sobre el proceso de producción y reproducción de las prácticas sociales. De este modo, propone una explicación de cómo se desarrolla la dinámica de la producción de la acción asentada en una relación particular entre las acciones, por un lado, y la estructura, por el otro.

Nos permitiremos aquí una pequeña aclaración metateórica sobre la genética conceptual de Giddens. Para superar la dicotomíaentre estructura y acciones o entre objetivismo y subjetivismo, es que el autor recurre a una reformulación del concepto de estructura tal como había sido entendido por las corrientes estructuralistas y funcionalistas. Es decir, considerar a la estructura como algo externo a la acción de los individuos que impone restricciones a la libertad de los sujetos. Así, estructura era entendida como "la idea ingenua de una imaginería visual, como la del esqueleto o la morfología de un organismo o el armazón de un edificio" (Giddens 1984, p. 16 [2006, p. 53]). En dichas interpretaciones la estructura es entendida como un concepto sustancial. Tendría sus propias reglas, independientes de la acción de los individuos. No obstante, Giddens recupera la concepción de estructura utilizada por Saussure en su análisis lingüístico de la producción de emisiones, donde las características estructurales del lenguaje son el medio y la condición por la cual se generan las emisiones, a la vez que al producir una emisión contribuimos a la actualización y, por tanto, a la reproducción (vigencia) de dichas características estructurales. De este modo, y análogamente al esquema estructuralista de Saussure, Giddens propone entender la relación entre acción y estructura como una dualidad, la *dualidad de la estructura* en reemplazo del dualismo de la agencia, por un lado, y una estructura autónoma por el otro. Para dar cuenta de la acción social, el análisis, entonces, ya no pretende centrarse en alguno de los lados de la dicotomía, sino en la relación entre ambos. Las estructuras no tienen para el autor una existencia espacio-temporal ajena a la acción de los individuos, sino que cobran existencia en la acción concreta al ser utilizadas como reglas y recursos. Es decir, se manifiestan o se hacen presentes a través de *propiedades estructurales* observables en los procesos de interacción. Así la estructura, afirmará Giddens, sólo tiene una 'existencia virtual' que cobra existencia *actual*en la praxis efectiva.

La propuesta de Giddens intenta situar como factor explicativo al proceso dinámico de relación entre estructuras y agentes; donde las estructuras y los agentes son tanto condicionados como habilitados por las estructuras y donde las estructuras son realizadas por la propia acción de los agentes. En esta relación constante consiste su tesis de la *dualidad de la Estructura*: las estructuras sirven como *medio* para realizar las acciones y éstas, a su vez, *realizan* la estructura. Que las estructuras sirvan como medio significa que proveen, a través de los agentes, las bases sobre las cuales se realizan acciones. La acción social significativa y ordenada sería imposible sin este medio. Asimismo, las estructuras, y su vigencia, su *actualidad*, son también los efectos de dichas acciones. De este modo, estructura y acción son dos aspectos o elementos de un único proceso: el de la producción de una acción que es, a su vez y en cierto sentido, la reproducción de una acción.

Pasemos ahora a la caracterización que hace Giddens de los conceptos centrales involucrados en su teoría de la acción social.El concepto de estructura parece derivarse de manera trascendental. Giddens parte de considerar algo en el mundo social cuya existencia pueda ser acordada razonablemente y sin controversia. Luego, *trabaja hacia* atrás para averiguar qué otras cosas deben existir como precondiciones para ese algo cuya existencia no es controversial. El hecho simple y básico que Giddens destaca es que las personas se enfrentan a acciones e interacciones en su cotidianidad y dichas interacciones no son nuevas cada vez, sino que tienen un componente rutinario central. Realizar una acción social es *recrear* una acción social. Para realizar acciones, los individuos recurren a la estructuras, en tanto conjuntosde reglas y recursos.

Las estructuras involucran conjuntos de reglas (que harían referencia a las dimensiones de legitimación y significación) y recursos (que harían referencia a la dimensión de dominación) generales que estructuran el contexto y constituyen las condiciones de la acción. Aquí, la estrategia de reconceptualización giddensiana es considerar a las estructuras a partir de sus propiedades, es decir como compuestas por conjuntos de reglas y de recursos. De este modo, la estructura ya no será el concepto primitivo, sino que ha sido reemplazado por las reglas y los recursos. En el intento por quitar substancialidad al concepto de estructura, nos la presenta, no como algo completamente ajeno a los agentes, sino como aquello que forma parte *de alguna manera* del agente mismo y sus facultades –entre las que se destaca el conocimiento o conciencia práctica (*knowhow*)–. Los agentes tienen, *dentro de sí*, conservan en su memoria como hábitos y en sus facultades, las reglas y los recursos que les permiten actuar. De este modo, la estructura, en tanto reglas y recursos, condiciona la acción a partir del hábito y posterior uso que los agentes hacen de la misma para realizar sus acciones. Hay una temporalidad implícita en esta manera de presentar la relación entre las estructuras y los agentes; de algún modo deben existir las primeras y, digamos, deben haber mostrado su utilidad, antes de poder ser usadas por los actores en la realización de sus acciones. Así parece pensarlo Giddens cuando desarrolla ese *saber hacer* (*Knowhow*) de los agentes que los constituye en expertos de su cotidianidad.

Giddens insiste en considerar la estructura no sólo como reglas y recursos, sino que también le otorga el estatus de virtualidad. Sobre este aspecto diremos algunas cuestiones relevantes a los fines de esta presentación. En primer lugar, entendemos que la idea de virtualidad alude, por un lado, a las capacidades latentes que se vuelven temporalmente relevantes cuando los agentes se encuentran en determinada actividad social. Esta idea de virtualidad aparece contemplada en la idea misma de lo que constituye una regla. Las reglas son esquemas tipificados, fórmulas usadas por los actores para *arreglárselas* en sus situaciones cotidianas. Permiten responder ante situaciones indeterminadas. Es una capacidad general que no determina la acción concreta en las que puede ser usada. En palabras del propio Giddens: “Las reglas son entendidas como fórmulas. Procedimientos generalizables que se aplican a un amplio campo de contextos y ocasiones y que permiten una continuidad metodológica de una secuencia establecida” (Giddens 1984, pp. 20-21 [2006, p. 57]). Es decir, su existencia no puede ser reducida a una acción particular en tiempo y espacio, sino que puede ser actualizada en un rango potencial y no determinado de situaciones.

Por otro lado, podríamos entender virtualidad en otro sentido: como las condiciones que hicieron posible una acción o interacción particular una vez que ya fueron realizadas. De esta

manera, el éxito de una actividad no depende solamente de la facultad del conocimiento que poseen los actores sobre las reglas y los recursos para realizar determinada acción, sino también de tener disponibles, a la mano, por decirlo de alguna manera, dichas reglas y recursos en tanto precondiciones de la acción. Estos últimos, por su parte y como ya dijimos, aluden a la estructura de dominación dentro de la cual se incluye el control de lo económico, los recursos de poder, incluidos el ambiente natural y artefactos físicos; estos recursos se derivan del dominio humano sobre la naturaleza. Los recursos de autoridad, por su parte, son recursos no materiales (podríamos decir humanos), también empleados en la generación de poder, que derivan del dominio de unos actores sobre otros, incluyen la organización de un espacio y tiempo social, la producción y reproducción del cuerpo, y la organización de las oportunidades de vida (Giddens 1984, p. 33 [2006, p. 69])

Volvamos al hecho simple e indiscutido del cual se deriva la conceptualización de estructura: los actores sociales realizan acciones sociales en su cotidianidad y la mayoría de dichas acciones tienen un carácter rutinario. Lo que suele entenderse como práctica social en el ámbito de la teoría social es aquella acción que ya ha sido hecha en repetidas ocasiones a lo largo del tiempo y del espacio y por ello se ha sedimentado, *institucionalizado*. Ello significa que los actores ya han realizado esas acciones en el pasado, conocen cómo usar las reglas y conocen los posibles resultados que obtendrían basándose, de un modo inductivo y gracias a su memoria, en su propio pasado y el de sus semejantes. El actor giddensiano no es un dopado cultural, muy por el contrario es alguien que conoce, que tiene una experticia en su hacer y que monitorea reflexivamente sus propias acciones y las de otros.Así, una de las características centrales de la agencia es su conexión lógica con el concepto de poder. "La agencia se caracteriza con la capacidad de hacer cosas/algo, por eso la agencia implica poder […] Podría haber actuado diferente" (Giddens 1984, p. 14 [2006, p. 51])).La agencia es la capacidad de las personas para actuar, para hacer algo que podría haber sido de otra manera. Es la capacidad de los individuos de producir una *diferencia* en un estado de cosas preexistente, y esto es ejercer cierto tipo de poder. Para que los agentes realicen acciones cuentan con su conciencia práctica, su *saber hacer* que en gran parte es un conocimiento tácito, tienen "una «comprensión teórica» continua sobre los fundamentos de su actividad aun cuando no puedan dar cuenta de ellos discursivamente." (Giddens 1984, p. 5 [2006, p. 43]). De este modo, no solo hay un saber hacer, sino también una *reflexividad*, la capacidad de los agentes para llevar un registro de la vida social en la que se encuentran. El registro reflexivo de una acción es también el registro del escenario donde se realiza la acción, de si mismo, su lugar y el de los otros con quienes interactúa. Y es el conocimiento que tiene el agente de las acciones estructuradas (condicionadas por reglas y recursos) o rutinas que puede o no, es conveniente o no, realizar. Gracias a esta reflexividad el agente puede identificar una acción como *la misma*,es decir, la reflexividad supone la continuidad de acciones sociales instituidas, la rutina de la vida social; a la vez que esta última supone la reflexividad de los agentes.

En términos generales, *poder* y *conocimiento* son las facultades principales que caracterizan a la agencia.Las mismas reglas y recursos que constituyen la estructura se encuentran como *stocks* de conocimientos, como "marcas en la memoria" de los actores. Involucran el conocimiento sobre el contexto externo y sobre las condiciones de la acción. Es decir, conocen sobre la distribución y configuración del poder, el significado y las normas dentro del terreno de la acción. Asimismo, el conocimiento sobre la distribución y la configuración del poder es el conocimiento sobre el rol o la posición que el agente ocupa en la sociedad y por supuesto la posición que ocupan los otros con quienes interactúa. Los agentes, a partir de su conocimiento, pueden realizar acciones. El conocimiento del agente y su capacidad para actuar es sin duda aquello que pone en relación las reglas y los recursos (la estructura) con las acciones concretas de los actores. En esa relación entre la estructura y el actor se produce lo que Giddens caracterizó como *dualidad de la estructura:* "las estructuras son constituidas mediante la acción, y la acción es constituida estructuralmente" (Giddens 1976 [1993, p. 129]).

El punto nodal de la dualidad de la estructura es que las estructuras, al ser las reglas y recursos que posibilitan la realización de las acciones, está conectada intrínsecamente a los agentes, que son quienes realizan las mismas. Las reglas y los recursos son la condición de posibilidad de las acciones. Pero el ciclo no termina. Todas las acciones tienen consecuencias y acarrean resultados para las reglas y los recursos y, por supuesto, para los mismos agentes. El más claro de ellos es que al realizar la acción gracias a reglas y recursos, éstas vuelven a confirmarse en tanto reglas y recursos en la acción concreta, cobran existencia, se actualizan y tienen vigencia; se *rutinizan* en un ciclo constante.De ahí que Giddens nos hable de producción de una acción como siendo a la vez siempre reproducción. La acción social funda tanto a la estructura como al propio agente. Y de ahí, también, que reinterprete el epígrafe de Marx con el que comenzamos esta exposición, ya no en un sentido restringido de producción, sino en tanto dinámica fundamental de la naturaleza de acciones sociales y, por ende, de los propios actores.

En suma, toda acción que realicen los agentes estará siempre condicionada por ciertas reglas y ciertos recursos específicos (la estructura o las propiedades de la estructura) a la vez que gracias a ellos y a las facultades del actor es que pueden producirse las acciones. Por su parte, los resultados estructurales sedimentados en el tiempo son los efectos de las acciones de los agentes sobre las estructuras y sobre sí mismos.De este modo, las estructuras serán condicionantes, pero también habilitantes. “Las propiedades estructurales de los sistemas sociales son como las paredes de una habitación de las que el individuo no puede escapar pero dentro de las cuales puede moverse” (Giddens 1984, p. 174 [2006, p. 204]).Si bien los actores realizan un control sobre su actividad, dicho control se encuentra limitado al contexto de la acción, ello implica que el conocimiento de los agentes sobre la estructura nunca es total, existiendo de este modo otras condiciones de su acción concreta que el agente no puede percibir. Así, las estructuras, al no ser conocidas en su totalidad, presentan, para el agente, condiciones en parte desconocidas para su acción. Po su parte, el acto realizado siempre tendrá también consecuencias que van más allá de las buscadas al realizar la acción. La capacidad para actuar de los individuos conforma una agencia determinada por el poder, su capacidad para *hacer una diferencia*, pero también condicionada por las reglas y los recursos y el aprovechamiento de los mismos que mediante sus facultades puedan hacer los actores. Los actores actúan, conocen el contexto, saben lo que hacen, pero también se encuentran constreñidos por cuestiones estructurales. Las personas no construyen los sistemas sociales *ex nihilo*, sino que los *recrean* en cada una de sus actividades. “Los sistemas sociales no existirían sin la agencia humana. Pero eso no significa que los actores crean los sistemas sociales, ellos los reproducen o los transforman y recrean lo ya creado en la continuidad de una praxis” (Giddens 1984, p. 171 [2006, p. 201]).

2.2. El enfoque metateórico de Giddens

La construcción de la *teoría de la estructuración* supuso una tarea reconstructiva, en sentido lato, que confluyó sobre dos ejes: los cambios en nuestra concepción de la ciencia, producto de su relación con la filosofía de la ciencia y la reconceptualización del objeto central del análisis social. Nos interesa aquí clarificar el primero de los ejes mencionados con el fin de presentar el enfoque metateórico asumido por Giddens. En el siguiente apartado nos concentraremos en el segundo eje enunciado.

En relación con el primero de los ejes, Giddens revisa críticamente la relación que las ciencias sociales, especialmente la sociología, han tenido con la filosofía de la ciencia. Relación central pues es la segunda la que, según el autor, fundamentó a la sociología durante la etapa del *consenso ortodoxo* (Giddens 1984, 1976, 1982). El primer movimiento será el de posicionarse teóricamente respecto de las tradiciones sociológicas que le anteceden, analizarlas, exponer sus limitaciones, descartar algunas de sus tesis centrales, pero también recuperar algunas otras que, según el autor, conservan cierta potencia, cierto útil para la teoría social en general y para la construcción de su propia teoría. Como tal, su labor es amplia, casi enciclopédica y sería inoportuno detallarla aquí.

De modo que, nos concentraremos en lo que nos parecen sus tesis metateóricas relevantes para el desarrollo del presente trabajo.

Giddens segrega dos etapas principales de la sociología previa a los años ochenta (recordemos que su *teoría de la estructuración* se publica en 1984). En primer lugar, el clima delineado por el consenso ortodoxo, como la línea de investigación imperante en la sociología hasta mediados de la década del setenta y, en segundo lugar, un período signado por la oposición a la ortodoxia, lo que generó un clima de fragmentación, confusión y polémica en la sociología y quese prolongó hasta principios de los años ochenta.

Siguiendo a Giddens, el consenso ortodoxo estaba constituido por los puntos de vista del positivismo. El mismo incorporaba dos características fundamentales conectadas entre sí: en primer lugar, la influencia de la filosofía positivista como un marco lógico normativo para llevar adelante la tarea científica, junto la asunción de un *monismo metodológico*, esto es, las ciencias sociales y sus productos —las teorías científicas— debían emular el modelo de las ciencias naturales, por lo que el objetivo de las ciencias sociales –especialmente de la sociología– era el de producir una ciencia natural de la sociedad. En segundo lugar, al nivel del método, y consustanciado con el positivismo, la influencia del funcionalismo que, con sus analogías orgánicas para pensar la sociedad, daban carnadura a las directrices positivistas.

Desde el período de entreguerras y hasta los años sesenta el trabajo de los científicos sociales se vio bajo el reinado del positivismo, el naturalismo, el objetivismo, la visión evolutiva de la sociedad, una visión técnico instrumental de las ciencias sociales y la primacía explicativa de los constreñimientos estructurales (Giddens, 1979). Estas características son las mencionadas por Giddens sin demasiado detalle, obviando diferencias, a la hora de caracterizar el *consenso ortodoxo*. Según el autor, tomaron cuerpo específicamente en dos modelos, por un lado el funcionalismo (Giddens menciona especialmente a Parsons) y, por otro, el modelo marxista con su crítica militante a la sociedad capitalista. A su vez, ambos modelos contaban con la coincidencia de otorgar cierta teleología determinista a los sistemas sociales.

La influencia de la filosofía positivista estaba dada en el nivel de los marcos de justificación de la ciencia. De este modo, el consenso ortodoxo aceptó, de manera simplificada y acrítica, el marco lógico proveniente de concepción de la ciencia de Carnap, Hempel, Nagel.[1] Asimismo, dado que se creía que las ciencias sociales debían constituirse sobre el modelo de las ciencias naturales, el objetivo de las ciencias sociales debía ser el de construir una ciencia natural de la conducta humana. La influencia del positivismo trajo aparejado ciertos lineamientos normativos en relación con el quehacer de la sociología. Se enfatizó, así, el anclaje de la teoría en enunciados de observación, verificación y predicción como el componente lógico de su actividad. El incuestionable estatus lógico de las leyes causales en ciencias naturales fue extrapolado a las ciencias sociales y con ellas los puntos de vista deterministas sobre la acción humana. Además, al estar las ciencias sociales bajo el influjo de la idea de que la predicción sobre la base de leyes era tarea principal, se buscaba reproducir el aislamiento experimental tanto como fuera posible. De este modo, las corrientes de corte hermenéutico no tenían lugar en las ciencias sociales. Reproduciremos las propias palabras de Giddens sobre este punto:

> Pero el factor principal que explica la falta de influencia de la tradición hermenéutica en el mundo anglosajón, ha sido la preponderancia en las ciencias sociales de posiciones de inspiración positivista y naturalista derivadas de la filosofía de la ciencia (natural). Dichas visiones constituyeron uno de los principales fundamentos del consenso ortodoxo […] características del consenso ortodoxo que, según creo, requieren enfatizarse particularmente. Primero, la influencia del positivismo en tanto marco *lógico.* A su vez, esta influencia fue doble. Las concepciones de la ciencia representadas por filósofos como Carnap, Hempel y

1 Giddens se refiere al Círculo de Viena, del cual hablaremos algo más adelante, lo nombra de ese modo en algunos sitios, aunque la mayoría de las veces no lo mencione como tal y solo refiera a los nombres particulares de algunos de sus exponentes.

> Nagel, fueron aceptadas (con frecuencia de un modo inexacto y simplificado) como las versiones adecuadas de cómo debían ser moldeadas las ciencias sociales según el formato de las ciencias naturales. El objetivo era producir lo que Radcliffe-Brown alguna vez llamó una «ciencia natural de la sociedad» (Giddens 1982, pp. 1-2 la cursiva corresponde al original). [2]

Como decíamos más arriba, fue con el funcionalismo que las directrices positivistas encontraron forma acabada en la sociología, otorgando la creencia de que la esta última debía ser pensada como una "ciencia natural de la sociedad". Las analogías orgánicas del funcionalismo contribuyeron, según Giddens a dicha tarea:

> En segundo lugar, a nivel del *método,* la influencia del funcionalismo. […] el funcionalismo se conectó de un modo simple y estrecho con la tesis de que la sociología debe ser una «ciencia natural de la sociedad». El uso generalizado de analogías orgánicas en el análisis social, fortaleció, y, en cierta forma, derivó de la concepción de que la biología está directamente asociada a la ciencia social. […] Pero si el matrimonio entre el positivismo contemporáneo y el funcionalismo no es un caso de amor a primera vista, la relación fue, al menos, consumada. (Giddens 1982, p. 2 la cursiva corresponde al original).[3]

El lazo entre positivismo y funcionalismo se expresaba tanto en cómo eran comprendidas las teorías científicas, de las cuales daremos mayor detalle más adelante, cuál era su naturaleza, cuáles las características de sus conceptos; como en el monopolio explicativo del método hipotético deductivo con su consecuente objetivo de formular jerarquías de leyes, relacionadas deductivamente, y donde la explicación se daba en términos de subsunción de una observación bajo una ley (Giddens 1976 [2007, p. 161]).

De la revisión crítica del consenso ortodoxo que Giddens lleva adelante, nos interesa marcar una conclusión más que extrae: la ausencia de una teoría de la acción en el consenso ortodoxo. El imperio del análisis funcional y su visión holista, junto a la preeminencia del naturalismo en sociología, trajo aparejado una lectura indolente de la conducta humana[4]. Esta era explicada solo como el resultado de causas sociales. La teoría social debe asumir la tarea de la construcción de una teoría de la acción social en tanto reflexiva y monitoreada por los agentes sociales que son parcialmente conscientes de las condiciones de su comportamiento (Giddens 1979, p. 253)[5]

El segundo período revisado por Giddens (que se inicia a mediados de los años setenta y se extiende hasta principios de los años ochenta), cuya influencia decisiva estará dada por la *revuelta historicista*[6]a propósito de la publicación de la *Estructura de las revoluciones científicas* (1962) de Thomas Kuhn, trajo aparejado lo que el autordenominó la "disolución del consenso ortodoxo" (Giddens 1979, 1982, 1984, 1976). La reacción a la capacidad del consenso ortodoxo de poder explicar la nueva realidad social, principalmente signada por los "nuevos movimientos sociales", y cierto pesimismo que llevó a poner en duda la idea de progreso, trajo aparejado la apertura de nuevos campos de estudio y la aparición de nuevas escuelas teóricas (postestructuralismo, etnometodología, son algunas de ellas) en el marco de una "nueva filosofía de la ciencia". La reacción al consenso ortodoxo trajo a colación cierta dispersión y desarraigo de los estudios sociales. Fueron los enfoques interdisciplinarios los que procuraron poner orden en la confusión que aparecía como un rasgo propio de la ciencia social.

---

2 La traducción del original corresponde a la autora.

3 La traducción del original corresponde a la autora.

4 Menciona, por ejemplo, al funcionalismo de Merton y dice: "se pone escaso empeño en detallar la intencionalidad de la conducta de los agentes. Se considera probable que la conducta es intencional bajo alguna definición, que tiene –según terminología de Merton– funciones manifiestas. Pero en las interpretaciones funcionalistas no se suele otorgar a esto un interés especial porque la atención se concentra en atribuir racionalidad a un sistema social, no a individuos". (Giddens 1984, p. 294 [2006, p. 319]).

5 La traducción del original corresponde a la autora.

6 Para un análisis sistemático de los temas abordados en la filosofía de la ciencia durante sus diferentes etapas, ver: Lorenzano, P. (2004).

> Sin embargo, a lo largo de las últimas dos décadas ha tenido lugar un cambio espectacular. Dentro de la filosofía de la ciencia natural, el dominio del empirismo lógico ha declinado ante los ataques de escritores tales como Kuhn, Toulmin, Lakatos y Hesse. En su lugar ha surgido una «nueva filosofía de la ciencia» que desecha muchos supuestos de los puntos de vista precedentes. Resumiendo decididamente esta nueva concepción, en ella se rechaza la idea de que puede haber observaciones teóricamente neutrales, ya no se canonizan como ideal supremo de la investigación científica los sistemas de leyes conectadas de forma deductiva: pero lo más importante es que la ciencia se considera una empresa interpretativa, de modo que los problemas de significado, comunicación y traducción adquieren una relevancia inmediata para las teorías científicas. Estos desarrollos de la filosofía de la ciencia natural han influido inevitablemente en el pensamiento de la ciencia social, al tiempo que han acentuado el creciente desencanto respecto a las teorías dominantes en la «corriente principal» de la ciencia social. (Giddens & Turner 1987, p. 2 [1995, p. 11]).

Las críticas al consenso ortodoxo y la valorización positiva que realiza sobre la "nueva filosofía de la ciencia" sitúan a Giddens en un enfoque metateórico enmarcado en la corriente *historicistaopostempirista*.[7] Sin embargo, la demarcación de Giddens no solo está dada en relación con el consenso ortodoxo, sino también con la deriva de la sociología en la atomización y dispersión pos ortodoxia. Si, como dijimos antes, el funcionalismo adolece por la falta de una teoría de la acción, la reacción al funcionalismo adolece del problema opuesto: enfatizar demasiado los análisis subjetivistas, descuidando el análisis institucional y las condiciones y consecuencias no advertidas de las acciones sociales.

Lejos de considerar a Giddens como un detractor del positivismo, tal como lo han hecho algunos de sus intérpretes (Turner 1999, Gregson 1994, Cohen 1987 y 1989), o enmarcar su teoría como una ruptura total con la tradición positivista, creemos que su trabajo es más bien continuista, en el sentido de que busca profundizar, recuperar y reelaborar algunas de las propuestas centrales del positivismo parado desde "la nueva filosofía de la ciencia" (Giddens 1984, 1976, 1982). Creemos que la pretensión de Giddens es la de superar y asimilar tanto al consenso ortodoxo como a su ruptura que derivó en la dispersión y atomización de las ciencias sociales.Ante lo que el autor caracteriza como tres reacciones luego de la disolución del consenso ortodoxo: la desesperación o dispersión, una reversión del dogmatismo (contraria a la primera reacción) y el regocijo de la dispersión; propone una reconstrucción[8] sistemática de la teoría que no pierda de vista los avances de la filosofía de la ciencia, tal como otrora supo hacerlo el funcionalismo con la filosofía de la ciencia del Círculo de Viena.

> De cualquier forma, los problemas corrientes de la teoría social, no se pueden divorciar de los rápidos cambios que afectaron a la filosofía de la ciencia natural. Tal como lo puntualicé, el consenso ortodoxo no sólo incluyó el supuesto de que las ciencia sociales debían modelarse a la manera de las ciencias naturales, sino que aceptó llamarse a sí mismo el «modelo ortodoxo» de ciencia natural, es decir, la versión liberalizada del positivismo lógico elaborado por Carnap y otros. El modelo ortodoxo de las ciencias naturales ya no está vigente. Los escritos de Popper, Kuhn, Toulmin, Hesse, Feyerabend y muchos otros, han logrado romper con las ideas dominantes del modelo positivista de la ciencia. La «nueva filosofía de la ciencia» parece encontrarse lejos de resolver los problemas que habían puesto de relieve sus principales figuras. Pero es claro que estos desarrollos no pueden ser ignorados por la teoría social, aun cuando ya no sostengamos la postura de que nuestro objetivo debería ser construir una «ciencia natural de la sociedad». En las ciencias sociales de hoy tenemos que procurar, todo lo que se pueda, girar sobre dos ejes simultáneamente. En la reconceptualización del carácter de la acción humana, de las instituciones y sus relaciones, tenemos que tener presente, al mismo

7 Para un análisis detallado de la relación histórica y conceptual entre la filosofía de la ciencia y las ciencias sociales, ver: Schuster, F. (2002).

8 Utilizo aquí el término *reconstrucción* en un sentido lato, diferenciándolo del término técnico empleado por la corriente Metateoría Estructuralista de la que hablaré con mayor detalle en un próximo apartado de este trabajo.

> tiempo, las transmutaciones operadas en la filosofía de la ciencia. (Giddens 1982, pp. 11 y 12).[9]

Como dijimos al comienzo de este apartado, la construcción de la *teoría de la estructuración* confluyó sobre dos ejes: los cambios en nuestra concepción de la ciencia, producto de su relación con la filosofía de la ciencia y la reconceptualización del objeto central del análisis social, de este último punto nos encargaremos en el próximo apartado. Aquí nos interesó delinear el primero de ellos con el fin de clarificar el enfoque metateórico general asumido por Giddens. En este sentido, nos interesa puntuar algunas directrices metateóricas generales que se desprenden del análisis: la primera de ellas es que las ciencias sociales –y la sociología en particular– deben trabajar solidariamente con la filosofía de la ciencia y sus actualizaciones. Las siguientes, que de algún modo se siguen de la implementación de Giddens de la primera –la relación establecida entre su propuesta teórica y la "nueva filosofía de la ciencia"–, son: la necesidad de incorporar la hermenéutica en el análisis de las ciencias sociales; la necesidad de revisar la concepción tradicional de teoría científica y asumir un concepto de teoría actualizado y, por último la necesidad de construir una teoría de la acción social comprehensiva, fundamental y empírica que sopese adecuadamente la relación entre los actores y las estructuras.

2.2.1.La*teoría de la estructuración* como teoría de la acción social comprehensiva, fundamental y empírica

> Por consiguiente, el único método del que podemos esperar éxito en nuestras indagaciones filosóficas consiste en abandonar el camino lento y tedioso que hemos seguido hasta ahora y […], marchar directamente a la capital o centro de estas ciencias, o sea a la naturaleza humana misma.
> D. Hume, *Tratado de la naturaleza humana*

Ya dijimos antes que la concepción de *teoríacientífica*del consenso ortodoxo es una de las revisiones que Giddens considera necesario llevar adelante para la construcción de su propia teoría, tarea que realizará muñido del aparato conceptual de la "nueva filosofía de la ciencia".

Diremos algo breve y esquemático en relación con la concepción clásica de las teorías (Lorenzano 2004). En dicha concepción se entendía a las mismas como entidades lingüísticas que conformaban un *sistema interpretado* que constaba, a su vez, de dos componentes: un sistema axiomático y un sistema de reglas semánticas para su interpretación. La lógica de primer orden era el cálculo más importante para dar cuenta del sistema axiomático de las teorías. En una teoría empírica particular, las leyes que no se deducen de otras son, justamente, los axiomas, los enunciados básicos primitivos de la teoría. De dichos axiomas, de derivan el resto de las afirmaciones teóricas en una cadena deductiva. Los axiomas a su vez están formados no sólo por términos lógicos, sino también descriptivos, los llamados *términos teóricos* primitivos del sistema.La herramienta lógica permitía abstraer el contenido de los términos que conformaban el sistema –ganando en claridad, precisión y rigurosidad– y por ello mismo era necesario introducir reglas que permitieran *interpretar* los términos de modo tal de dar cuenta de la conexión de los *términos teóricos*, introducidos por el cálculo axiomático, con las experiencia. Las *reglas de correspondencia* eran justamente esos enunciados mixtos que ponían en relación los *términos teóricos* con otro tipo de términos descriptivos, los *observacionales* que conformaban el vocabulario descriptivo *observacional* de la teoría. De este modo, la distinción entre lo teórico y lo observacional era central en la presente consideración de la teorías empíricas, sin embargo tal distinción no era llevada a cabo de una manera precisa. No es casual que a este aspecto haya sido uno de los que más objeciones se le hayan planteado, "una crítica que pudiera englobarse bajo el

9 La traducción del original corresponde a la autora.

rótulo de «la observación depende de la teoría»" (Lorenzano 2004, p. 97) entre cuyos exponentes principales podemos contar a Popper, Hanson, Kuhn, Feyerabend. Otra de las características que nos interesa mencionar es el modo de capturar teorías mediante un enfoque puramente formal y sintáctico. Así, se identificaban las teorías con una serie de enunciados, los axiomas de la teoría. De esto diremos algo más adelante, por ahora, nos interesa enfatizar que es a esta perspectiva de las teorías empíricas que Giddens se opone, haciendo propias ciertas consideraciones críticas de "la nueva filosofía de la ciencia", especialmente provenientes del enfoque metateórico de Kuhn.

> Son indispensables algunas precisiones sobre «teoría» en teoría social. Existen determinadas acepciones que se suele atribuir a «teoría» en las ciencias sociales de las que deseo tomar considerable distancia. Cierta concepción era popular entre algunos de los que se asociaban al consenso ortodoxo, aunque hoy ya no goce de aceptación general. Es la idea –influida por ciertas versiones del empirismo lógico como filosofía de la ciencia natural– de que la única forma de «teoría» digna de ese nombre es la que admita expresarse como un conjunto de leyes o generalizaciones en una cadena deductiva. Esta aproximación resultó ser de aplicación muy limitada aún en las ciencias naturales mismas. […] Quien intente aplicarla a la ciencia social se verá obligado a admitir que (hasta ahora) no existe teoría alguna […] (Giddens 1984, p. xviii [2006, p.19])

Explicitemos ahora algunos de los criterios metateóricos que asume Giddens en relación con las teorías en ciencias sociales en general y particularmente en relación con su *teoría de la estructuración*. Si quisiéramos responder rápidamente a la pregunta sobre lo *que* pretende explicar la *teoría de la estructuración*, es decir, qué fenómeno empírico o qué parte del mundo pretende ser aplicada la teoría, tendríamos que contestar algo tan amplio como: la dinámica de la acción social. La respuesta se presenta en principio como extremadamente general, aunque también básica y fundamental. Y precisamente a este punto es a donde apunta Giddens: la teoría socialdebe explicar la naturaleza de la acción humana social. Pero antes de adentrarnos con mayor detalle en estas características de ser fundamental y empírica, diremos que la *teoría de la estructuración* no pretende ser una teoría sociológica, sino una *granteoría social* y de ahí su carácter comprehensivo.

Así, su propuesta de teoría social busca abarcar cuestiones que según su criterio son asunto de todas las ciencias sociales: la naturaleza de la acción humana y su nexo con las instituciones. En este sentido, Giddens establece una diferencia, como dijimos, entre teoría social y teoría sociológica o sociología, entendiendo a esta última como explicaciones específicas sobre las sociedades "avanzadas" o modernas (Giddens 1984, p. xvii [2006, p. 18]). Teoría social será, en los términos de Giddens, "un *mismo cuerpo teórico* compartido por todas las disciplinas y teorías que conciernen a la conducta de los seres humanos" (Giddens 1982, p. 5 la cursiva es nuestra).[10]

Además del pretendido carácter comprehensivo de la *teoría de la estructuración*, Giddens asume para la misma un estatus ontológico, es decir fundamental, en el sentido de que su explicación es principio de otras explicaciones que la suponen.

> "[…] los intereses más 'ontológicos' de la teoría social, justamente aquellos que la teoría de la estructuración toma por eje, […] los que trabajan en teoría social, según mi propuesta, se deben aplicar primero y ante todo a reelaborar concepciones sobre el ser y el hacer del hombre, sobre la reproducción social y transformación social". (Giddens 1984, p. xx [2006, p. 21]).

Hay en su concepción de la teoría en tanto ontología de lo social, una subyacente distinción de niveles, donde su *teoría de la estructuración* sería, de cierto modo, primera, pero no por ello especulativa o no empírica. Por el contrario, Giddens es claro en este punto: la teoría es empírica y debe servir para el análisis empírico. En las propias palabras del autor:

10 La traducción corresponde a la autora. La cita exacta del original es la siguiente: "In most of my discussion I choose to use the term «social theory», rather than «sociology» –or even worse, «sociological theory». «Social theory», in my view, spans social science. It is a body of theory shared in common by all the disciplines concerned with the behavior of human beings. It concerns not only sociology, therefore, but anthropology, economics, politics, human geography, psychology– the whole range of the social sciences" (Giddens 1982, p. 5).

> «Teoría social» en modo alguno es una expresión precisa, no obstante lo cual resulta muy fecunda. Tal como la imagino, «teoría social» supone el análisis de cuestiones que desbordan sobre la filosofía, pero no es en principio una empresa filosófica. Las ciencias sociales se extravían si quienes las practican no las conectan directamente con problemas filosóficos. Pero, pedir que los especialistas en ciencia social sean sensibles a cuestiones filosóficas no equivale a arrojar la ciencia social en los brazos de quienes acaso pretendan que ella es intrínsecamente especulativa en lugar de empírica. Es tarea de la ciencia social alcanzar concepciones sobre la naturaleza de la actividad social humana y sobre el agente humano que se puedan poner al servicio de un trabajo empírico. El quehacer principal de la teoría social es el mismo que el de las ciencias sociales en general: esclarecer procesos concretos de vida social. (Giddens 1984, p. xvii [2006, p. 19]) el entrecomillado corresponde al original).

Desarrollaremos la cuestión de la *teoría de la estructuración* y su carácter empírico en el siguiente apartado.

2.2.2.La teoría de la estructuración y la investigación empírica

A la hora de exponer las aplicaciones empíricas de la *teoría de la estructuración*, Giddens discrimina cuatros ejemplos: 1) un conocido estudio sobre conformidad y rebelión en una escuela de clase obrera en los Midlands de Inglaterra, 2) un estudio de movilidad educacional en Italia, 3) una explicación sobre el carácter contradictorio de los Estados Modernos y 4) un análisis sobre los orígenes de la contraposición entre la "City" y la "industria" en la sociedad británica. (Giddens 1984, p. 287 [2006, p. 312]). Más allá de la discusión relativa a los casos particulares ofrecidos por Giddens[11], es notable la heterogeneidad de aplicaciones[12] propuestas como *ejemplares* empíricos de su *teoría de la estructuración.* Heterogeneidad, reconocida por el mismo autor, que sin embargo refiere de algún modo a la *teoría de la estructuración*.

> Emplearé cada pieza de investigación para ilustrar sobre ciertas cuestiones conceptuales en alguna medida distintas. En atención, inicialmente, a lo que bajo muchos aspectos considero un informe de investigación ejemplar, detallaré varios de los principales sesgos empíricos que se conectan con las grandes tesis de la teoría de la estructuración. (Giddens 1984, p. 287 [2006, p. 312])

Una de las características de las aplicaciones propuestas por Giddens para ilustrar su teoría es que tienen, en su mayoría, la particularidad de ser estudios empíricos para cuya realización se prescindió de la propia *teoría de la estructuración*. Por mencionar solo un caso: el estudio sobre los jóvenes de clase obrera en una escuela de clase obrera en los Midlands de Inglaterra, fue una investigación de tipo etnográfica llevada adelante por Paul Willis, cuyos resultados convergieron en la publicación de su libro *Aprendiendo a Trabajar. Cómo los chicos de la clase obrera consiguen trabajos de clase obrera*[13], publicado originalmente en 1977. Un año después de la publicación de *Las nuevas reglas del método sociológico* y siete años antes de *La constitución de la sociedad.* Los cierto es que todas ellas son presentadas como ejemplos típicos o ejemplares que pretenden referir a una y la misma teoría empírica. En este mismo sentido, haciendo referencia a uno de los casos mencionados, nos dice que "piezas de investigación […] como la de Willis […] no son en sí mismos estudios generalizadores. Pero cómodamente llegan a ser tales […] de modo que resulten justificables juicios acerca de su carácter típico." (Giddens 1984, p. 328 [2006, p. 351]. El uso del concepto de *ejemplar* no es inocente y refiere a la idea desarrollada por Kuhn, precisada especialmente en su *Posdata* a la segunda edición de *La estructura de las revoluciones científicas*de 1969, donde entiende *ejemplares*o*ejemplos compartidos* como aquellas soluciones de problemas concretos que muestran a los científicos qué entes pueblan el universo de la

11 Labor que, por supuesto, es relevante y forma parte de la investigación que estamos desarrollando, pero profundizar en dicha cuestión excede los límites del presente trabajo.

12 Esta cuestión fue objeto de duras críticas que desarrollaremos de manera sucinta en el apartado 3.

13 El título original de la obra de Paul Willis es *Learning to labour. Howworkingclasskidsgetworkingclassjobs.*

investigación, cuáles son las preguntas que pueden plantearse, cuáles las respuestas admisibles y cuáles los métodos para ponerlas a prueba.

Sobre la cuestión de la diversidad de *ejemplares*, Giddens parece sugerir que las aplicaciones *en conjunto* son aplicaciones de la teoría propuesta a la vez que, cada una de ellas, por separado es una ilustración *de parte* de la teoría. Más adelante desarrollaremos esta intuición, por ahora, quisiéramos remarcar que no hay en Giddens una exposición de *un ejemplar* al cual se aplique la teoría como un todo. Más bien, *esetodo*, esa teoría comprehensiva y fundamental tiene "el propósito principal de *inspirar* teorías sobre las estructuras sustantivas y los procesos sociales, así como *servir* a los fines de la investigación empírica (Giddens 1984, p. xvii [2006, p. 19] las cursivas son nuestras). Sus conceptos, nos dice más adelante "deben ser entendidos como *guías para la orientación* general de la investigación social" (Giddens 1984, p. 284 [2006, p. 309] la cursiva es nuestra), como "artificios sensibilizadores[14] que sirven para diversos fines de investigación" (1984, p. 326 [2006, p. 350]).

Lo innegable es que la pretensión de Giddens es persuadirnos de que su teoría, aún teniendo un carácter comprehensivo y ontológico, es una teoría empírica, que debe servir para la investigación empírica (más allá de los métodos específicos utilizados para elaborar la investigación); insistirá en este punto a lo largo de toda su exposición.

> La teoría de la estructuración no tendría gran valor si no ayudara a esclarecer problemas de investigación empírica […] No intento esgrimir un escalpelo metodológico. Es decir no creo que exista nada en la lógica o en la sustancia de la teoría de la estructuración que por alguna razón prohíba el uso de determinada técnica de investigación, cómo método de encuesta, cuestionarios, o lo que fuere. […] Algunas de las tesis que he definido en el nivel abstracto de la teoría tienen aplicación directa en el nivel de la investigación. (Giddens 1984, pp. xxix-xxx [2006, p. 30])

3. Críticas metateóricas a la *teoría de la estructuración*

Aquí no estamos tan interesados en presentar discusiones puntuales acerca de los conceptos de la teoría, sino reseñar algunas lecturas críticas metateóricas que se han hecho de la *teoría de la estructuración*. Concretamente, veremos una gran crítica que alude al estatus de la teoría.

3.1. Crítica debida a la comprehensividad de la teoría y su consecuente vacuidad empírica

Jonathan Turner (1986 [1999]) asume que la *teoría de la estructuración*, más que una teoría, es "un esbozo", es decir, una explicación "comprehensiva en alcance y escueta en detalles" (p. 107). La razón principal, según Turner, es la renuncia de Giddens al positivismo y, como consecuencia, lo que el autor entiende como la reticencia a formular leyes científicas.

> "Su esquema ofrece una comprensión amplia sobre las propiedades básicas y la dinámica de la acción humana, de la interacción y de la organización, pero los utiliza como un mero «artificio sensibilizador». Y creo que esto tiene más potencialidad de la que Giddens está dispuesto a admitir para el desarrollo de una ciencia natural de la sociedad, es decir, para articular leyes que son las que gobiernan la marcha de nuestro universo". (Turner 1986 [1999, p. 119]).

La forma general de la teoría de Giddens es, para Turner, similar a la de Parsons: "los conceptos se apilan sobre otros conceptos, sin ningún esfuerzo por formular proposiciones. Tales esquemas son muy dificultosos de verificar empíricamente. Deben ser, en esencia, aceptados como verdades. Deben ser internalizados intelectualmente –y quizá emocionalmente– si se desean usar para interpretar fenómenos empíricos." (Turner 1986 [1999, p. 116]).

14 Para un análisis detallado de los *conceptos sensibilizadores*, muy en consonancia con nuestra investigación, desde la perspectiva de la metateoría estructuralista, ver: Abreu, C. (2020).

Aún así, Turner sugiere ignorar el antipositivismogiddensiano y buscar en su esquema afirmaciones de cobertura legal, pues cree que existen en su teoría. “Si en el esquema de Giddens no hubiera proposiciones legales, entonces no sería tan interesante como es y, además, tampoco tendría mucho sentido hacer un esfuerzo tan grande y abarcador.” (Turner 1986 [1999, p. 118]).

Por su parte, Nicky Gregson (1994) también realiza una serie de observaciones atinentes a la cuestión del estatus de la teoría. Su afirmación general es que la teoría se encuentra más en el nivel ontológico que empírico: “las directrices de Giddens son incapaces de actuar como modelos […] no da indicaciones concretas de cómo llevar adelante el análisis empírico. De hecho, las directrices de Giddens permiten más un recorte ontológico que un útil metodológico” (p. 241).

Para Gregson, la *teoría de la estructuración*es una teoría de segundo orden, se ocupa esencialmente de desarrollar una ontología dela sociedad humana. Lo que esto significa es que sus conceptos van a relacionarse más con la naturaleza del ser, ola existencia, en la sociedad humana en general que a las contingencias de cómo estopodría darse en periodos o lugares particulares. Considera que la teoría da cuenta de una relación recursivaentre la agencia y la estructura, los individuos y la sociedad en tanto característica universal dela sociedad humana y por ende es empíricamente irrefutable. Para el autor, los conceptos utilizados en teoría social para el análisis empírico son de primer orden, conceptos que pueden ser trasladados inmediatamente al campo de la investigación empírica. Las preguntas y las categorías que la *teoría de la estructuración* genera tienen más que ver con la adecuación yvalidez de sus afirmaciones ontológicas que con cuestiones de investigación empírica (p. 245). Para Gregson, es necesario acercar, si se nos permite esa expresión, la teoría al mundo empírico, concretizarla.

> Esto es que, sin un medio de aumentar la especificidad histórica, de pasar de lo abstracto a lo concreto, la teoría de la estructuración cae en la trampa del relativismo teórico: es sólo una voz más en un mar teórico. Sin embargo, si la teoría de la estructuración se liberase a si misma de este mar, debería ofrecer una teoría social genuina, en lugar de simplemente una ontología de la sociedad. (Gregson 1994, p. 248)

Otra de las afirmaciones de Gregson alude a que las heterogeneidad de ejemplos empíricos propuestos por Giddens, hacen difícil pensar que son casos empíricos de la teoría como un todo, más bien cada uno de ellos parece mostrar una parte de la teoría. Cosa que, según el autor, puede ser corroborada si se miran sus ejemplos de aplicación propuestos.

> Los ejemplos que Giddens utiliza para ilustrar su teoría muestran distintos aspectos de la teoría de la estructuración […] En el caso de Willis, por ejemplo, la conducta estratégica de los actores, las condiciones y consecuencias no reconocidas y la dualidad de la estructura. […] Así sucede con el resto de los ejemplos, cada uno de ellos ilustra una parcela de la teoría. (Gregson 1994, pp. 241-242)

Para Gregson, el estudio de Willis más que poner en *uso* los conceptos de la teoría, parecería explicar *otro* fenómeno. Asimismo, sostiene que, de hecho, “Willis no necesitó ningún concepto de la teoría para explicar el fenómeno pretendido, por el contrario es Giddens el que necesita trabajar con Willis para ilustrar parte de sus conceptos estructuracionistas” (p. 242). En el mismo sentido, considera que el hecho de que investigaciones heterogéneas sean ejemplos de aplicación empírica de la misma teoría redunda en una disyunción: o bien que los conceptos que constituyen la teoría no son específicos de la *teoría de la estructuración* o que son tan generales como para sercompatibles con diferentes teorías sociales (p. 243).

A partir de su consideración crítica de la teoría de la estructuración, Gregson establece dos conclusiones: en primer lugar, que las preocupaciones ontológicas reflejadas en las directrices que se ofrecen para la investigación empírica son prácticamente inútiles para este tipo de investigación y, en segundo lugar, que los conceptos contenidosdentro de la *teoría de la estructuración* no tienen algo distintivo o nuevo que ofrecer a cualquier conceptualización de proyectos de investigación empírica existente.

Por último, Arthur Stinchcombe (1986) se refirió a la *teoría de laestructuración*con una serie de afirmaciones severas, referidas también a la cuestión de la falta de precisión de los conceptos de la teoría que redundarían en un vacío empírico. En el mismo sentido que los críticos anteriormente mencionados, considera que la *teoría de la estructuración* requiere concretización para dejar de ser un esbozo de teoría y pasar a ser una teoría empírica que permita explicar fenómenos institucionales concretos.

> El análisis institucional de Giddens desde un punto de vista convencional es decepcionante. Lo que se necesita para darle concreción y realidad […] es un conjunto de variables que describan (por ejemplo) qué tipo de entornos pueden producir qué tipos de salidas (outpts) de las estructuras. […] Giddens nos ha dado un buen esbozo de lo que se necesita para una teoría de las dinámicas institucionales, pero no ha proporcionado los conceptos en los niveles inferiores de abstracción, las variables […] necesarias para una teoría más concreta. (Stinchcombe 1986, p. 913)

Comprehensividad y generalidad de la teoría y *vaguedad* de sus conceptos, *conceptos teóricos* en su mayoría y ausencia de conceptos *observacionales*, ausencia de *vinculación* de los *conceptos teóricos* con la *experiencia*, formulación de enunciados *empíricamente irrefutables*, falta de *concretización*, ejemplos que dan cuenta *de parte* de la teoría pero que parecen explicar *otras cosas* más específicas, *heterogeneidad* de los ejemplos propuestos que hacen pensar que no son ejemplos de la *misma* teoría, teoría formada por *conceptos que no le sonpropios*, *conceptos* que son lo suficientemente *amplios* como para ser compatibles con *otras* teorías; esta enumeración parcial y flexible, que puede extraerse de las afirmaciones de los críticos mencionados, es el despliegue de una crítica más general atinente al estatus de la *teoría de la estructuración* en tanto teoría empírica. Tal estatus es el que ha sido puesto en entredicho. Si bien la mayoría de sus críticos conviene en que la teoría propuesta por Giddens es original e iluminadora en sus aspectos comprehensivos, tiene la grave falencia de ser fútil para el análisis empírico. La amplitud, el intento comprehensivo y las características ontológicas de la teoría hacen que sus críticos más radicales pretendan su exilio del ámbito de la ciencia empírica, a la vez que, sus seguidores más devotos la abracen por lo mismo.

Allende la verdad o falsedad de las afirmaciones de sus críticos, todos ellos asumen para realizarlas un marco teórico de referencia que determina el criterio de validez de sus afirmaciones. Podríamos preguntarnos bajo qué criterio o criterios sus afirmaciones cobran sentido. El denominador común que encontramos para responder, más allá de si es explícitamente reconocido, es que a todas las críticas subyace un análisis realizado bajo el enfoque clásico de la filosofía de la ciencia, especialmente en lo que respecta al concepto de *teoría empírica*.

Siguiendo una de las directrices giddensianas antes mencionadas, la de que el análisis social no puede desconocer los avances en filosofía de la ciencia, abordaremos una lectura de la *teoría de la estructuración* desde el *estructuralismo metateórico*, el cual desarrollaremos con mayor detalle en el siguiente apartado, pues consideramos que dicho enfoque contribuye a conservar, sin contradicción, ciertas intuiciones de Giddens, latentes en su teoría y responder a la crítica general que le han realizado.

4. El estructuralismo metateórico

En *Filosofía de la ciencia* (2004), Pablo Lorenzano señala tres etapas principales por las que ha atravesado la filosofía de la ciencia. Un período clásico, que va desde fines de los años veinte hasta finales de los años sesenta, en el que se establece la *concepción heredada* o *clásica* con el trabajo realizado principalmente por el Círculo de Viena[15] y donde podemos encontrar a Carnap,

15 El Círculo de Viena cuenta con un manifiesto, publicado originalmente en 1929, donde se expone su "concepción científica del mundo". Se encuentra publicado en lengua castellana, ver: Asociación Ernst Mach (2002). Para un

Reichenbach, Popper, Hempel, Nagel como sus principales exponentes. Un período historicista, iniciado en los años sesenta y dominante durante los setenta y principios de los ochenta, entre cuyos representantes principales cabe mencionar a Kuhn, Lakatos, Hanson, Toulmin, Laudan, etc. Y un período contemporáneo, que se inicia a comienzos de los años setenta y se extiende hasta nuestros días, período del cual se pueden mencionar los siguientes nombres representativos: Hawking, Kitcher, Hull, Boyd, Suppes, van Fraassen, Giere, Suppe, Sneed, Stegmüller, Moulines, Balzer, etc. (p. 19).

El *estructuralismo*[16]*metateórico* o concepción *estructuralista de las teorías científicas*[17] se desarrolla en el último de los períodos mencionados y forma parte de una familia de concepciones que comparten entre sí algunos elementos generales sobre el análisis de las teorías. Esta familia, conocida en conjunto como la concepción *semántica* o *modelo-teórica de las teorías*,tiene su origen en los años treinta a partir de los trabajos de J. C.C. McKinsey, E. Beth y J. von Neumann, pero se impone recién a partir de los ochenta (Díez &Lorenzano 2002).

Dentro de la familia de concepciones *semánticas*,la concepción*estructuralistade las teorías científicas* nace en los Estados Unidos con la obra fundacional de J. Sneed (1971) y se extiende posteriormente en Centroeuropa, principalmente en Alemania Federal, durante los años setenta y ochenta a partir de los trabajos de W. Stegmüller (1973/1983, 1986, citado en Díez &Lorenzano 2002), y sus discípulos C.U. Moulines (1975 citado en Díez &Lorenzano 2002) y W. Balzer (1978, 1982/1997, 1985). Los resultados principales de esta primera época se recogen a finales de los ochenta en la *summa*estructuralista de Balzer, Moulines&Sneed (1987).

Las teorías científicas constituyen un objeto de fundamental importancia para captar lo esencial de la ciencia, tanto de manera sincrónica como diacrónicamente. Es por ello que cada unos de los períodos por lo que ha atravesado la filosofía de la ciencia, señalados al comienzo, contó con la preeminencia de una determinada concepción de la naturaleza y estructura de las teorías científicas. Para el *estructuralismo metateórico,* y a diferencia de la concepción clásica, una teoría empírica *no* es una *entidad lingüística,* sino que considera que el componente más básico para la identidad de una teoría es una *clase de modelos*, una serie de clases de estructuras jerárquicamente organizadas; cada clase de estructuras es denominada *elemento teórico* y la serie total es llamada *red teórica*; una teoría es (usualmente) una *red jerárquica de elementos teóricos*. Explicaremos esto con mayor detalle próximamente, antes nos gustaría puntualizar algunas cuestiones más generales sobre este enfoque.

En primer lugar, que el *estructuralismo metateórico* continúa manteniendo el rigor exigido en el periodo *clásico* en cuanto a precisión y claridad conceptual y comparte, en principio, "el espíritu formalista". Pero a diferencia del período *clásico,* considera que la mejor manera de llevarlo a cabo es por medio de la noción de *modelo,* noción fundamentalmente semántica.Si bien la idea intuitiva de *modelo* se puede precisar de distinto modo una de las maneras usuales de hacerlo, y que utiliza la concepción *estructuralista,* aunque no todas las restantes, es la correspondiente a la de la teoría de modelos.

En segundo lugar, asimila del período *historicista* la noción de teorías como entidades estructurales complejas y dinámicas susceptibles de cambiar en el tiempo, ofreciendo un análisis más detallado de las teorías que cualquier otra concepción *semántica*. Además, comparte la conciencia sobre la existencia de los innumerables elementos esenciales en la ciencia irreductiblemente pragmáticos e históricamente relativos, resistentes a ser tratados de manera

completo estudio social y político del desarrollo de la filosofía de la ciencia del Círculo de Viena en lengua castellana, ver: Reisch, G. (2009).

16 Pese a su nombre no debe ser confundido con el "estructuralismo" francés pues no tienen ni relación histórica ni conceptual. Mientras que en la concreción *estructuralista* se considera que una "estructura" es una entidad en que las "partes" se interrelacionan de algún modo para formar una "totalidad", siguiendo la teoría de conjuntos, en la segunda el término "estructura" permanece impreciso (Díez &Lorenzano 2002).

17 Para una presentación completa de esta concepción metateórica, ver Balzer, Moulines&Sneed (1987); para una presentación sucinta, ver Díez &Lorenzano (2002).

puramente formal (Díez &Lorenzano 2002), pero que, a diferencia de lo que la concepción *historicista* sostiene, pueden ser tratados por un análisis conceptual riguroso. Habitualmente se señala que la concepción *semántica* recupera lo mejor de ambos periodos, el *clásico* y el *historicista*, siendo ésta una de sus características fundamentales.

En tercer lugar, brinda herramientas concretas para la reconstrucción[18], clarificación, del producto de las prácticas científicas, tomando como unidad de análisis las teorías científicas. Reconstruir una teoría −que constituye una labor de análisis filosófico, metateórico o de segundo orden−, consiste en elucidar la estructura de la teoría, es decir, sus partes, sus diversos aspectos y cada uno de sus conceptos. Y como cualquier tarea de elucidación, de una reconstrucción no es correcto predicar ni verdad ni falsedad sino sólo mayor o menor satisfactoriedad. Queremos agregar que no hay un único modo de reconstruir una teoría, muchas veces una teoría particular puede ser reconstruida satisfactoriamente en más de una forma. Dos reconstrucciones distintas con similar precisión pueden diferir, por ejemplo, en que una presenta mayor economía conceptual mientras que la otra mayor fertilidad. Sin desdeñar los criterios mencionados de evaluación, la adecuación de una reconstrucción dependerá en gran medida de los objetivos fijados por el filósofo, los cuales lo conducirán a que se incline por una o por otra forma de reconstrucción.

En cuarto y último lugar, el *estructuralismo metateórico* no es un enfoque apriorístico, por el contrario, ha surgido y se sostiene en la reconstrucción de teorías particulares, gracias a las cuales se ha ido complejizado. Son varias y diversas las teorías de las distintas ciencias reconstruidas hasta la fecha utilizando al estructuralismo como herramienta. Particularmente en ciencias sociales, podemos encontrar, las reconstrucciones de la economía del trueque, de la anomia, del etiquetamiento, de los grupos de referencia, de la gramática estándar del castellano, de la psicología de Freud, del valor trabajo de Marx, de campo-habitus de Bourdieu, de las finanzas, de la economía evolucionista, del intercambio, por nombrar solo algunas.

4.1. La noción de red teórica en el estructuralismo metateórico

La concepción de teoría del *estructuralismo metateórico* ofrece un modo de entender la naturaleza y estructura de las teorías científicas que atiende no sólo a las teorías en su aspecto sincrónico, digamos, congeladas en el tiempo, como si fuesen una especie de plano arquitectónico, sino que también da cuenta del desarrollo de las teorías a lo largo del tiempo. De este modo, su concepto de teoría asume tres perspectivas: dos de ellas de carácter sincrónico, la de *elemento teórico* –la menor porción de conocimiento que puede identificarse con una teoría– y la de *red teórica* –reúne un conjunto de elementos teóricos de distintos niveles de generalización que conforma una estructura jerárquica y que también puede identificarse como teoría–; y una de carácter diacrónico, la de *evolución teórica* –captura el proceso de desarrollo de una red teórica a lo largo del tiempo– .Presentaremos aquí sólo algunos componentes del instrumental ofrecidopor esta metateoría, haciendo especial hincapié en la noción de red teórica, en función de la pertinencia y factibilidad para el trabajo que nos ocupa.

Comencemos por la noción más simple, la de elemento teórico, para poder abordar, posteriormente, la más compleja de red teórica. La noción de elemento teórico, como se señaló,

18 Aquí sí "reconstrucción" se utiliza en un sentido técnico. Desde la *concepción estructuralista*, Ulises Moulines en el capítulo "Consideraciones metafilosóficas" de su libro *Exploraciones Metacientíficas* (1982) señala que el objetivo del filósofo de la ciencia no es describir, sino interpretar productos científicos: "La tarea del filósofo de la ciencia consiste en reconstruir, es decir, interpretar las obras científicas para poner al descubierto e identificar las estructuras abstractas subyacentes que llamamos teorías" (Moulines 1982, p. 53). De manera intuitiva Moulines "define" la labor de interpretación de un cierto dominio de objetos de conocimiento como "la «incrustación» en este dominio, de modo conciente y deliberado, de un aparato conceptual elaborado previamente que nos permite «reconstruir» ese dominio (mejor dicho, ciertos aspectos del mismo)" (Moulines 1982, p. 44). Por un lado una teoría es precisamente el resultado de una "incrustación" de un aparato conceptual sobre un dominio (fenómenos naturales o sociales), mientras que la labor de la filosofía de la ciencia consiste en una teorización de "segundo nivel" cuyo objeto de estudio (de interpretación) son las teorías de un grupo seleccionado, es decir, consiste en una interpretación de las interpretaciones existentes (Moulines 1982).

expresa el tipo más simple de unidad de conocimiento que pudiera identificarse con una teoría empírica. Esa unidad se compone de seis elementos, cinco de ellos componen el *núcleo* de la teoría y el restante el campo de *aplicaciones intencionales.* El núcleo es la identidad formal de la teoría y las aplicaciones intencionales, aquellos sistemas empíricos a los que se pretenden aplicar el núcleo. La relación entre el núcleo y el conjunto de las aplicaciones intencionales se establece mediante una *aserción empírica*, es decir, la afirmación de que en ciertas partes del mundo ocurre lo que expresa el núcleo formal de la teoría. Explicaremos en qué consisten cada una de las parte del elemento teórico. La presentación intentará eludir el alto grado de tecnicismo formal de esta escuela, a los fines didácticos.

El primer elemento del núcleo, los *modelos potenciales*, está formado por los conceptos que constituyen la teoría. Esos conceptos son los objetos de los que habla la teoría, su "ontología", y las relaciones o funciones entre dichos objetos. Cada parcela del mundo descripta por los conceptos es potencialmente (de ahí su nombre) un modelo de la teoría. Dijimos potencialmente, pues para que pasen a ser efectivamente *modelos o modelos actuales*, este es el segundo de los elementos del núcleo, debe cumplir la restricción nómica que caracteriza a la teoría. Estamos hablando de la ley, de la afirmación de la teoría que nos dice que en el mundo ocurre algo de determinada manera. Así, de todas las partes del mundo que satisfacen los *modelos potenciales*, sólo algunas cumplirán con la restricción nómica de la teoría. Los conceptos que conforman la teoría pueden ser *teóricos*, propios de la teoría, introducidos por ella o *no teóricos*, un concepto previo (a la teoría en cuestión) disponible. Mediante los conceptos no-teóricos, relativos a la teoría en cuestión, se describen aquellos sistemas posibles a los que es concebible aplicar dicha teoría, constituyen su "base empírica". El tercer elemento, los *modelos potenciales parciales*son los modelos potenciales incompletos (de ahí parciales) a los que se les han recortado los conceptos teóricos de la teoría en cuestión. En lo que sigue haremos una aclaración relevante respecto de este punto.

El estructuralismo rechaza la distinción "teórico/observacional" del período clásico por ambigua. Esta distinción esconde en realidad dos distinciones no coextensivas: "observacional/no observacional", de un lado, y "no-teórico/teórico", de otro. Para el análisis de la estructura local de las teorías, la distinción relevante es la segunda. Ahora bien, esta distinción no es una distinción absoluta, sino que está relativizada a las teorías. Un término, o un concepto, o una entidad, no es teórico o no teórico sin más, sino *relativamente a una teoría dada*. Por eso no se debe hablar tanto de teoricidad cuanto de T-teoricidad, teoricidad relativa a la teoría T. La idea es que un concepto es T-teórico si es un concepto *propio* de la teoría T, *introducido* por ella, y es T-no-teórico si es un concepto previamente disponible a T. La formulación precisa del criterio de T-teoricidad usa la noción técnica de *método* o *procedimiento de determinación*. Informalmente, dicho criterio establece lo siguiente. Un concepto es T-no-teórico, si es *anterior* a T, si tiene procedimientos de determinación *independientes* de T; en cambio es T-teórico, si es propio de T, si su determinación depende *siempre* de T. Un método o procedimiento de determinación se considera dependiente de la teoría T si presupone la aplicabilidad de T, la validez de sus leyes, esto es, si usa o presupone *modelos actuales* de T. La idea es que un concepto es T-teórico si no se puede determinar sin presuponer la aplicabilidad de T, si *todo* procedimiento para su determinación la presupone; y es *T*-no-teórico si tiene *algún* procedimiento de determinación T-independiente, si es posible determinarlo sin suponer la aplicación de la teoría, por más que también tenga otros T-dependientes.

Los conceptos propios de una teoría (los T-teóricos) presentan alguna o algunas propiedades que se mantienen constantes en todas las aplicaciones de la teoría en cuestión. Es decir, las leyes no son las únicas que imponen condiciones a los modelos potenciales, especialmente si tenemos en cuenta que los modelos de una teoría no están aislados, sino que están conectados entre sí. Estas relaciones constantes son las *condiciones de ligadura,* el cuarto elemento del núcleo. Cuando presentamos los modelos potenciales parciales introdujimos la noción de conceptos no-teóricos relativos a la teoría con los cuales describimos la "base empírica de la misma". Ahora bien, estos conceptos que no son propios de la teoría ya que se determinan independientemente de ella, derivan de otras teorías o de prototeorías (rudimentarias, de sentido común). Esta relación que

vincula a la teoría en cuestión con otras teorías se denomina *vínculos interteóricos* y es el quinto elemento del núcleo. Tanto las condiciones de ligadura como los vínculos reflejan las relaciones entre los distintos modelos de la misma teoría (o sea, relaciones intermodélicasintrateóricas) o con modelos de otras teorías (es decir, relaciones intermodélicasinterteóricas), respectivamente. El último de los componentes del elemento teórico es el de las *aplicaciones intencionales* que refieren como su nombre lo indica a aquellos sistemas empíricos a los que se pretende aplicar el núcleo de la teoría. Las teorías no se aplican de modo irrestricto, sino a aquellas partes del mundo que pueden describirse con los conceptos no-teóricos (no propios) de la teoría en cuestión. Ellas no pueden ser caracterizadas por medios puramente formales, la determinación de las aplicaciones contiene elementos pragmáticos ineliminables, pues tal determinación es esencialmente *intencional* y *paradigmática*. Lo primero, porque lo que hace de un sistema específico que sea una *aplicación pretendida* es que sea un objeto intencional de los usuarios de la teoría, es decir, que la comunidad científica *tenga la intención* de aplicar las constricciones-leyes a tal sistema. Y es *paradigmática* debido a que el conjunto de las aplicaciones intencionales no se caracteriza mediante una lista de todos los sistemas empíricos que son *aplicaciones intencionales*, sino *paradigmáticamente*, a través de sus semejanzas con las aplicaciones-tipo o típicas, y no por compartir un conjunto de condiciones necesarias y suficientes.

Algunas teorías científicas reales pueden ser efectivamente reconstruidas como *un* elemento teórico. Sin embargo, sólo sucede con los tipos más simples de teorías que pueden encontrarse en la literatura científica. Lo que sucede a menudo es que "únicas" en un sentido intuitivo deben concebirse como *agregados de varios elementos teóricos*. Esos agregados son las *redes teóricas*. Esto refleja que la mayoría de las teorías científicas posee leyes de distintos grados de generalidad dentro del mismo marco conceptual. La idea es que el conjunto de elementos teóricos represente la estructura (sincrónica) deuna teoría en sus diferentes estratos, esto es, en sus diversos nivelesde "especificidad". Tal conjunto, partiendo de elementos muy generales, se va concretando progresivamente en direcciones diversas cada vez más restrictivas y específicas, lo que resulta en las "ramas" de especialización de la red teórica. Esta relación de especialización entre los elementos teóricos,considerados en conjunto como una red, es una relación no deductiva, reflexiva, antisimétrica y transitiva: un elemento teórico es especialización de otro si el primero impone constricciones adicionales a las del segundo. Por lo general, en una red teórica hay una única ley fundamental "en la cúspide" de la jerarquía –donde se conectan todos los conceptos básicos de la teoría en un principio aceptado como válido en todas las aplicaciones pretendidas de la teoría– y una serie de leyes más especiales –creadas a partir del principio aceptado, aplicadas a un dominio más restringido– con distintos grados de especialización. Cada ley especial determina un nuevo elemento teórico. Lo que mantiene junta a la serie total de leyes en la jerarquía es, en primer lugar, el marco conceptual común; en segundo lugar, la distinción común entre los niveles teórico y no teórico para la teoría en cuestión, y en tercer lugar, el que todas éstas son especializaciones de la misma ley fundamental.

Debido a que el núcleo del elemento teórico más específico se pretendeatribuir sólo a algunas aplicaciones del más general, el campo de aplicaciones intencionales del elemento teórico más específico es más restringido. Una *red teórica* es, para decirlo de un modo más preciso, un conjunto de elementos teóricos conectados mediante la relación de especialización. Un elemento teórico que no es especialización de ningún otro se denomina *elemento teórico básico*, a partir del cual se especializan los restantes hasta llegar a las especializacionesterminales.

Por último, señalaremos algunas cuestiones referidas a las características de las leyes en las redes teóricas. Como dijimos, una red teórica se compone de un conjunto de elementos teóricos con leyes jerarquizadas por grados de generalización y con una sola ley "en la cúspide" como la más general, la *ley fundamental*. Para presentar las características de tal tipo de ley, seguiremos a Lorenzano (2014-2015), quien presenta un inmejorable aporte a su caracterización. El autor señala que, dado que no se dispone de un conjunto adecuado de condiciones necesarias y suficientes precisas como criterio para que un enunciado sea considerado ley, desde la metateoría

estructuralista se tiende a hablar más bien de "condiciones necesarias", "condiciones necesarias *débiles*" o «síntomas» (p. 48) que debe satisfacer o mostrar un enunciado para que sea considerado como una *ley fundamental* de una teoría. La primera condición necesaria es la de tener *carácter arracimado o sinóptico.*El autor señalaque esta condición ha recibido unas formulaciones más fuertes y otras débiles. Las formulaciones más fuertes requieren que todos los conceptos fundamentales que caracterizan una teoría deban estar presentes en una formulación correcta de su ley fundamental. En lasformulaciones más débiles este requisito es atenuado. Lorenzano apunta que una importante consecuencia de adoptar condiciones débiles en este caso es que puedan ser consideradas leyes fundamentales proposiciones que quedaban excluidas mediante la formulación más fuerte de la condición y "que probablemente hubiera que tomar como tales, diferenciándose por otro lado de las "meras" caracterizaciones de los conceptos individuales (o inclusive de posibles leyes especiales), en las que ocurren los términos de manera aislada". (Lorenzano 2014-2015, p. 49). La segunda de las condiciones es la de *valer en todas las aplicaciones intencionales*. Las leyes fundamentales no necesitan valer en todo tiempo y lugar, deben valer en todos los modelos de una teoría y se suponen válidas en todas sus aplicaciones intencionales. La tercera, *ser cuasi-vacuo*, implica que las leyes fundamentales son enunciados altamente abstractos, esquemáticos, lo suficientemente vacíos y con ocurrencia esencial de términos *T*-teóricos como para resistircualquier posible refutación, pero que, sin embargo, adquieren contenido empírico específico (y la posibilidad de ser contrastados) a través de un procesono-deductivo conocido con el nombre de "especialización" (p. 51). La cuarta condición es la de *cumplir con un papel sistematizador*, las leyes fundamentales permiten organizar dentro de una misma teoría distintos elementos teóricos, servir de guía y como marco conceptual en el proceso de formulación de leyes especiales con las cuales se intenta explicar dominios más restringidos. Las dos últimas condiciones mencionadas derivan en la posibilidad de considerar a las leyes fundamentales como "programáticas" o "heurísticas":

> […] nos dicen el *tipo de cosas* que debiéramos buscar si queremos explicar un fenómeno específico, pero dejándolos indeterminados, razón por la que, como vimos, tomadas de manera independiente y aislada, sin sus especializaciones, dicen muy poco empíricamente. Las *recomendaciones heurísticas implícitas* en las leyes fundamentales son precisamente las que permitirían su aplicación a casos particulares (la "resolución de rompecabezas") y la conformación de *redes teóricas* (sincrónicamente hablando) […] (Lorenzano 2014-2015, p. 54).

La quinta condición es *poseer fuerza modal*. Lo importante para esta condición es la diferencia entre regularidades *accidentales* y regularidades *legales*, pues:

> […] las leyes fundamentales expresan regularidades no accidentales, susceptibles de dar apoyo a contrafácticos (si se toman "junto-con-sus-especializaciones" dentro de una red teórica), aun cuando sean sensibles al contexto y con un dominio de aplicación local, y que, en su sentido mínimo, en lugar de atribuir *necesidad natural*, se atribuya *necesidad de los modelos*, y, en ese sentido, deben considerarse como *necesarias en su ámbito de aplicación* […].
>
> Parecería extraño hablar del carácter modal de las leyes fundamentales consideradas de manera independiente y aislada, sin sus especializaciones para las diferentes aplicaciones. Pero si las consideramos "junto-con-sus-especializaciones", como una red teórica, siendo estas su elemento sistematizador, o unificador, entonces, dejando diferencias terminológicas de lado, su naturaleza de apoyo a contrafácticos es innegable. Siendo el siguiente el modo en que teorías unificadas, sistematizadoras, e.e. redes teóricas, guiadas por leyes dan apoyo a los contrafácticos relevantes. (Lorenzano 2014-2015, p. 55).

Las condiciones reseñadas caracterizan la ley fundamental que está en la cúspide de la jerarquía de leyes de una red teórica. La contrastación empírica de dicho tipo de ley es siempre indirecta.

Desde la perspectiva del estructuralismo metateórico, habiendo reseñado las características centrales de la noción de *red teórica*, podemos orientarnos ahora a una nueva mirada de la *teoría de la estructuración*.

5. Una mirada a la *teoría de la estructuración* desde el estructuralismo metateórico

> Lo que ve una persona depende tanto de a qué mira como también de qué le ha enseñado a ver su experiencia visual y conceptual previa. En ausencia de tal aprendizaje, sólo puede darse "una lujuriante y zumbante confusión", para decirlo con las palabras de William James.
> T. Kuhn, *La estructura de las revoluciones científicas.*

Hemos discriminado algunas características de la *teoría de la estructuración* de Giddens que, desde nuestro punto de vista, asumen el marco teórico de la "nueva filosofía de a ciencia" o período historicista, especialmente las ideas desarrolladas por Kuhn a finales de los años sesenta. La más obvia de ellas es la de presentar las pretendidas aplicaciones de su teoría en tanto *ejemplares paradigmáticos*. Pero hay más. El carácter comprehensivo de la teoría y su propiedad para de orientar, servir de guía para la investigación empírica, su pretendida capacidad para aglutinar ejemplares de los más heterogéneos en un mismo "marco de sentido"[19] y el nivel ontológico o fundamental de su teorización también parecen adecuarse a ciertas ideas kuhnianas. Ciertamente, Giddens *qua* científico parece haber respetado su propia indicación en tanto filósofo, que las ciencias sociales trabajen en solidaridad con la filosofía de la ciencia y se actualicen respecto de sus avances o incluso que emulen –aunque no de manera prescriptiva– lo que supo hacer exitosamente el funcionalismo con el período clásico de la filosofía de la ciencia al constituirse como su marco conceptual. En tal sentido, es de notar que por los años en los que Giddens publica lo que entendemos como su versión acabada de la *teoría de la estructuración*, se hayan publicado también los resultados principales de la metateoría estructuralista,recogidos en la *summa*estructuralista de Balzer, Moulines&Sneed (1987), que, como dijimos, representa una síntesis de lo mejor de los períodos clásico e historicista, ofreciendo una sistematización de ciertas intuiciones kuhnianas y un enfoque lo suficientemente flexible, a la vez que riguroso, como para elucidar la naturaleza y estructura de las teorías científicas en toda su complejidad. Así, en lo que Giddens *qua* filósofo y el estructuralismo metateórico coinciden es en reconocer el potencial de ciertas intuiciones kuhnianas para el análisis de la ciencia, en lo que se separan es en que Giddens asumió la tarea en tanto científico –en la construcción se su propia teoría empírica– y los estructuralistas metateóricos en tanto filósofos de la ciencia –en la sistematización de una metateoría en tanto herramienta de elucidación de las prácticas científicas–. Es desde este último enfoque que pretendemos mirar a la *teoría de la estructuración.*

Antes, subrayaremos algunas nociones estructuralistas presentadas más arriba que se pueden poner fácilmente en conexión con la ideaskuhnianas más conocidas[20] y varias de las cuales fueron recogidas por Giddens en la construcción de su teoría. En primer lugar, gran parte de la noción

19 El mismo Giddens reconoce que su "concepto de «marco de sentido» comparte importantes elementos en común con el concepto de «paradigma» de Kuhn" (Giddens 2007, p. 190).

20 Kuhn mismo reconoció los méritos que de la lectura de su obra hizo el estructuralismo metateórico, llegando a afirmar que "[e]l parecido que ambos [Sneed y Stegmüller] ven es auténtico, como queda suficientemente demostrado por el hecho de que Stegmüller, abordando mis trabajos a partir de Sneed, los ha entendido mejor que cualquier otro filósofo que se haya detenido en su análisis […] y que la discusión de Stegmüller de los paradigmas [en términos de la concepción estructuralista] me dio desde el comienzo un importante nuevo modo de mirar mi propio trabajo y ha continuado desde entonces influenciando el modo en que lo formulo […] [c]on respecto a la concepción semántica de las teorías [de las cuales la concepción estructuralista es una variante], mi posición se parece a la de M. Jourdain, el *burgués gentilhombre* de Moliére, quien descubrió a mediana edad que había estado hablando en prosa toda su vida". (citado en Lorenzano 2012, pp. 298-299).

sincrónica de "paradigma-matriz disciplinar" de Kuhn puede ser capturada y elucidada mediante la noción estructuralista de *red teórica*. Esto es válido, en particular, respecto de dos de los componentes de los "paradigmas-matrices disciplinares": las "generalizaciones simbólicas" y los "ejemplares". En segundo lugar, el concepto de ley fundamental precisa la noción de "generalización simbólica" de los "paradigmas-matrices disciplinares" de Kuhn. Mientras que, en los "ejemplos paradigmáticos" o "ejemplares" son entendidos como *aplicaciones exitosas* consideradas paradigmáticas, es decir, *aplicaciones exitosas* que funcionan como aplicaciones o ejemplos-tipo o típicos para otros casos por los usuarios de la teoría en cuestión, contribuyendo a delimitar el conjunto de *aplicaciones intencionales*.

Toda teoría tiene, por decirlo de algún modo, dos partes, la parte teórica (el *núcleo* bajo el estructuralismo metateórico) y la parte empírica o aplicativa (las *aplicaciones intencionales* bajo el estructuralismo metateórico). La identificación de una teoría radica no sólo en poder mostrar la estructura de su parte teórica, sino también en la identificación de los fenómenos empíricos que, mediante sus leyes, pretende explicar. Si no fuera así las teorías serían entidades abstractas, teorías matemáticas, que nada dirían de los objetos del mundo. A su vez, identificados los modelos abstractos y los fenómenos empíricos es necesario explicitar la pretensión de los científicos de que la teoría −sus modelos abstractos−, se aplican a algunos fenómenos empíricos, es decir que sus leyes explican cómo es o cómo funciona cierto recorte "del mundo", lo cuál es capturado mediante la noción metateórica de *afirmación* o *aserción empírica*.

Por consiguiente, se hace necesario un instrumento de análisis flexible que nos permita identificarlas teorías en toda su riqueza, sin descuidar o desestimar ninguna de sus partes, de lo contrario sólo contaríamos con un análisis trunco y poco interesante de las teorías científicas. En el presente caso, nos interesa mostrar cómo es posible capturar la *teoría de la estructuración* en toda su amplitud. De qué modo podemos interpretar el pretendido carácter comprehensivo, su carácter fundamental y su carácter empírico.Por lo general, cuando sus críticos enfatizan las primeras dos cuestiones, incluso para reivindicarlas[21], se desentienden del último aspecto. Sucede lo contrario con quienes están más interesados en focalizar en los aspectos empíricos. El denominador común, como dijimos, que encontramos, más allá de si es explícitamente reconocido, es que a todas las críticas expuestas subyace un análisis realizado bajo el enfoque clásico de la filosofía de la ciencia, especialmente en lo que respecta al concepto de *teoría empírica*.

Las críticas expuestas en el tercer aparatado, que aluden de manera global a su carácter comprehensivo y por ello a la presunta vacuidad de la *teoría de la estructuración*, pueden ser afrontadas si cambiamos la mirada y vemos a Giddens desde un enfoque contemporáneo en filosofía de la ciencia. En concreto, creemos quela noción de *red teórica* desarrollada por el estructuralismo, a partir de intuiciones kuhnianas[22], se muestra como un enfoque más fructífero. De hecho, dicha noción (así como otras centrales) ha sido aplicada en la reconstrucción de diversas

21 Es el caso de Ira Cohen (1987, 1989) quien, a nuestro entender, realiza una puntillosa e iluminadora lectura de la obra de Giddens situando su *teoría de la estructuración* dentro de la corriente postempirista de sociología, especialmente bajo las directrices kuhnianas. Creemos que su lectura rescata la característica de la teoría de ser comprehensiva y ontológica, pero de algún modo se desentiende de su relación con el aspecto empírico de la teoría, afirmando que "el positivismo asume que los métodos que combinan proposiciones nómicas y observación empírica son apropiados para generar conocimiento en todos los dominios de la investigación científica. […] los problemas ontológicos abordados por la teoría de la estructuración son de un orden diferente a los abordados por el positivismo" (p.354). Creemos que nuestra lectura, desde el estructuralismo metateórico, podría completar y sistematizar la lectura de Cohen y reunirla con los aspectos aplicativos de la teoría, útiles para el quehacer científico.

22"Se trata de un aspecto que habían enfatizado Kuhn y Lakatos, a saber: que las teorías contienen partes esenciales o inamovibles donde descansa su identidad y partes más accidentales que pueden perderse o modificarse permaneciendo, en un sentido diacrónico relevante, la misma teoría. La noción estructuralista que recoge esta idea es la de *red teórica*, que expresa la naturaleza sincrónica de las teorías en toda su riqueza estructural, y que el propio Kuhn ha reconocido como una buena precisión semiformal de los paradigmas o matrices-disciplinares en cierto momento de su evolución" (Diez &Lorenzano 2002, p.67).

teorías de diferentes disciplinas científicas. Es en la práctica de las reconstrucciones concretas donde los estructuralistas han encontrado que la mayoría de las teorías son sistemas jerárquicos, que conforman una especie de red, con leyes de muy diferentes grados de generalidad dentro del mismo marco conceptual (Balzer et al. 1987 [2012, Cap. IV]). Usualmente hay una sola ley fundamental "en la cúspide" de la jerarquía que, como expresamos en el apartado dedicado a al estructuralismo metateórico, conecta todos los términos fundamentales de la teoría en un principio o gran fórmula aceptada como válida en todas las aplicaciones de la teoría, aceptadas por la respectiva comunidad científica que la utiliza; y una serie de leyes más especiales, creadas a partir del principio aceptado, aplicadas a dominios más restringidos. Cada ley especial determina un nuevo elemento teórico. Lo que mantiene junta a la serie total de leyes en la jerarquía es el marco conceptual común y que todas ellas son especializaciones de la misma ley fundamental. El rol primordial de la ley fundamental es la de proveer un marco conceptual para la formulación de otras leyes que se aplican a dominios más restringidos. De modo que la cúspide de la red tendrá al menos una ley lo suficientemente comprehensiva como para resultar válida en cada una de las aplicaciones empíricas. A la vez que, por la misma razón, estéril para otorgar una explicación satisfactoria de un caso concreto. Para obtener una explicación satisfactoria, la ley fundamental general se aplica en las leyes especiales con mayor contenido empírico, pues se aplican a dominios más restringidos que la ley fundamental.

La figura a continuación (ver *figura 1*) ilustra una red teórica hipotética donde puede verse la forma reticular y sus diferentes niveles de generalidad. El elemento $T_A$es el elemento teórico más ampliocon su ley fundamental valida en todas las aplicaciones de la teoría, el resto de los elementos teóricosT_1,T_2 yT_3, corresponden a un dominio de aplicación más restringido, cada uno de ellos con su ley especial, lo mismo sucede con los elementos teóricos T_a, T_b y T_i que son especializaciones a su vez del elemento teórico T_1 y T_3 respectivamente. De ahí el término *especializaciones*: cada una de las leyes especiales de los elementos teóricos del segundo y tercer nivel, son especializaciones de la ley fundamental, por esa razón y porque comparten un marco conceptual común, la serie de leyes en la jerarquía se mantiene junta.

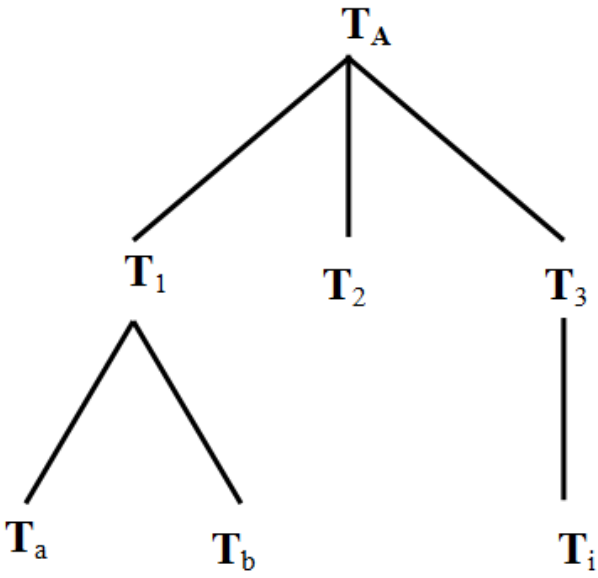


Figura 1: Red teórica hipotética, elaboración propia.

La relación de arriba hacia abajo en esta jerarquía no es de implicación o derivación, sino de *especialización*: las leyes de las porciones inferiores se aplicanun dominio más restringido que el de la ley superior de la red. Esta relación es reflexiva, antisimétrica y transitiva, agregándose nueva

información adicional a medida que descendemos en la estructura jerárquica. De este modo, las leyes fundamentales "actúan como principios-guía desde la cúspide de la estructura en tanto que «programáticas» o heurísticas en el sentido que nos dicen el tipo de cosas que debiéramos buscar si queremos explicar un fenómeno específico. Pero tomadas de manera aislada, sin sus especializaciones, dicen muy poco del mundo, al punto que han sido consideradas como «empíricamente irrestrictas»" (Lorenzano 2014-2015, p. 52). Serán las leyes especiales que se aplican a dominios más restringidos las que se sometan a prueba de la contrastación empírica directa.[23]

En el caso que nos convoca, podríamos pensar la *teoría de la estructuración* como una red teórica conformada por un agregado de varios elementos teóricos de distinto nivel. El elemento teórico*general o básico* (el que se encuentra en la cúspide de la red) es su *teoría de la acción social* (que discriminé al principio de este trabajo, ver 2.1), el elemento que presenta el más amplio conjunto de aplicaciones intencionales. Su ley fundamental, aquella que afirma que las acciones sociales (que producen los individuos) se siguen de sus razones y del uso que hacen de la estructura (son siempre estructuradas) y toda estructura se sigue de las acciones sociales estructuradas o "el momento de producción de una acción es también un momento de reproducción" (Giddens 1984, p. 26 [2006, p. 62]) –que Giddens denomina su axioma de la *dualidad de la estructura* y que ha acarreado sendas discusiones por su vacuidad o por su irrefutabilidad–[24], tiene la característica de ser lo suficientemente comprehensiva como para funcionar de heurística, en el sentido que nos dicen el tipo de cosas que debiéramos buscar si queremos explicar un fenómeno específico.

Los ejemplares de aplicaciones propuestas por Giddens serían así, cada unos de ellos, un elemento teórico diferente, pero conectado a la red teórica por una relación de *especialización*. Cada una de las especializaciones de estos elementos teóricos presentará un conjunto de aplicaciones intencionales más acotado que el conjunto de aplicaciones intencionales del elemento teórico general. Lo que, desde la perspectiva de una concepción clásica de teoría, como la asumida por sus críticos, redundaba en el problema de que los ejemplos propuestos por Giddens no daban cuenta de *la teoría*, sino de *partes* de la teoría o incluso que no podían ser derivados de sus principios. Más aún, que unos de sus ejemplos propuestos, como el del caso de la conducta de los jóvenes de clase obrera en una escuela de clase obrera, no era tal pues su génesis fue anterior e independiente de la teoría. Para el análisis sincrónico de la red teórica es indistinto si el elemento teórico, digámosle "T-Willis", existió antes o después en el tiempo que la *teoría de la acción social*en tanto elemento teórico básico. De hecho, podría suceder que a partir de distintos elementos teóricos básicosexistentes, se propongan elementos teóricos más generales que abarquen como *especializaciones* a los primeros, como ocurrió con la mecánica galileana y las leyes de Kepler, unificándose en la mecánica newtoniana y su ley fundamental.[25]

---

23 La discusión sobre contrastación empírica desde el enfoque del estructuralismo metateórico excede el espacio del presente trabajo. Para un análisis de esta cuestión, también referido a teorías sociales, desde el enfoque del estructuralismo metateórico, ver: Abreu, C. (2020).

24 Esta crítica sobre la presunta vacuidad de ciertas teorías no es exclusiva de las ciencias sociales, aunque tal vez sea más usual encontrarla referida a este ámbito. Para un clarificador aporte a la biología sobre esta cuestión, entre otras, puede consultarse el análisis que realiza, desde el estructuralismo metateórico, Santiago Ginnobili (2018) de la Teoría de la selección natural de Darwin.

25 Pablo Lorenzano (2014-2015), desde el enfoque del estructuralismo metateórico, señala que las leyes fundamentales no siempre aparecen en la literatura científica formuladas en términos lingüísticos, sin embargo, pueden llegar a explicitarse. "Ejemplo de ley fundamental/principio-guía explícitamente formulado en términos lingüísticos en la literatura científica, aun de forma axiomática desde su primera aparición pública, con la primera edición de los *Principia* (Newton, 1687), lo es el mencionado Segundo Principio de Newton. Mientras que ejemplo de ley fundamental/principio-guía no encontrado en toda su generalidad y esquematismo, pero sin discusión acerca de la existencia ahí de un "principio", lo sería la ley fundamental/principio-guía de la teoría de la evolución por selección natural de Darwin (1859), el llamado "Principio de Selección Natural". En tanto que ejemplo de no encontrar u "observar" en lo absoluto nada que posea los condiciones o síntomas mencionadas y que así pueda ser considerado ley fundamental/principio-guía, lo sería el ámbito de la genética clásica. Sin embargo, *todos* esos

Volvamos a la ley fundamental y su aporte a una estructura común para diversas aplicaciones de una teoría. Varios autores han señalado la heterogeneidad de los ejemplos propuestos por Giddens como un problemapara pensar la teoría como un todo o para pensar que se trate de la *misma teoría*, dado que han tratado de derivar de la teoría sus diferentes aplicaciones. Vamos a insistir en que, si cambiamos la mirada y pensamos la *teoría de la estructuración* como una red teórica, con una ley fundamental "en su cúspide", que contiene bajo el mismo marco otros elementos teóricos con sus respectivas aplicaciones intencionales y sus respectivas leyes especiales, la heterogeneidad que era vista como un problema, aparece más bien como un elemento fructífero producto de la capacidad comprehensiva de la ley fundamental. En vez de partir de la *teoría de la estructuración* para ver cómo podemos derivar sus heterogéneas aplicaciones, habría que partir de la heterogeneidad de aplicaciones y analizar lo que todas ellas tienen en común[26]. La noción de *red teórica* del estructuralismo metateórico permite capturar esa intuición de la teoría de Giddens que señala a los casos propuestos como ejemplares ostensiblemente diferentes de una y la misma teoría. Las características de la ley fundamental, por su parte, nos permiten capturar otras de sus intuiciones, la de que su teoría sirva como orientación, guía, "inspiración para la construcción de teorías sustantivas" a la vez que sea fundamental, "ontológica"[27].

Para terminar esta todavía incipiente elucidación, nos gustaría subrayar que frente a la rigidez de otros enfoques como los que creemos que asumen los críticos presentados, el enfoque elucidatorio del estructuralismo metateórico tiene la virtud de ser lo suficientemente flexible como para permitirnos capturar la riqueza, heterogeneidad y amplitud que nos ofrecen teorías como la de Giddens. Nos permite conservar, sin contradicción, las intuiciones arriba mencionadas, presentes en su teoría, y responder a la crítica general que le han realizado. Como explicitamos en un comienzo, deseo subrayar aquí que la lectura que presentamos es parcial, todavía en construcción, dado que es parte de un trabajo mayor de reconstrucción de la estructura fina de *teoría de la estructuración* en el marco de estructuralismo. De modo que nuestras afirmaciones anteriores sobre la teoría en cuestión pueden considerarse sin perjuicio como esbozos o aproximaciones.

6. Observaciones finales

El denominador común que encontramos, más allá de si es explícitamente reconocido, en la crítica a la *teoría de la estructuración* en tanto comprehensiva y por ello vacua empíricamente es que se realiza desde el enfoque clásico de la filosofía de la ciencia, especialmente en lo que respecta al concepto de *teoría empírica*. Siguiendo una de las recomendaciones de Giddens *qua* filósofo, la de que las ciencias sociales no pueden desconocer los avances en filosofía de la ciencia; hemos realizado una lectura aproximada de su teoría desde el enfoque contemporáneo del estructuralismo metateórico. Consideramos que dicho enfoque tiene la virtud de ofrecer herramientas flexibles que permiten capturar la estructura de las teorías en toda su complejidad.

Lasnocionesderedteóricayespecializacióndelestructuralismo, que sistematizan algunas sugerencias kuhnianas, que son a su vez el marco metateórico sobre el que pretende moverse Giddens, no solo permitencapturar la *teoría de la estructuración* conservando las características

ámbitos han sido *plausiblemente* analizados mediante los conceptos de *ley fundamental/principio-guía*, *especialización* y *red teórica*, de la metateoría estructuralista" (p. 60).

26 Esta tarea elucidatoria es parte de la investigación más general en la que se enmarca este trabajo.

27 Creemos que se completa y clarifica, como dijimos en otra nota, la lectura de Ira Cohen sobre la *teoría de la estructuración*, aunque sin desentendernos de la parte empírica de la teoría. Por ejemplo, considérese la siguiente afirmación de Cohen, leída ahora desde el estructuralismo metateórico: "[la teoría de la estructuración es una] ontología de potencialidades que debe ser lo suficientemente flexible como para permitir el desarrollo de las diversas teorías sustantivas dirigidas al mismo objeto de estudio, esas teorías sustantivas sí estarían sujetas a contrastación empírica" (Cohen 1995, p. 359).

aisladas, la de ser una teoría comprehensiva, fundamental y empírica; sino que además permiten dar una respuesta a la crítica analizada.

Por último, reconocemos que nuestro abordaje fue solo aproximado y que son necesarias ulteriores precisiones. Solo la tarea completa de la reconstrucción estructuralista de la teoría en cuestión nos permitirá perfeccionar lo que todavía es una interpretación inconclusa.

Bibliografía

Abreu, C. (2020), "Los conceptos sensibilizadores y el nuevo movimiento metateórico", *Estudios Sociológicos* 38(113): 533-565.

Asociación Ernst Mach (2002), "La concepción científica del mundo: el Círculo de Viena", 1ª edición 1929, *Redes. Revista de Estudios sobre la Ciencia y la Tecnología* 18, pp. 103-149.

Balzer, W., Moulines, C. U., y Sneed, J. D. (1987/2012), *Una arquitectónica para la ciencia. El programa estructuralista*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Cohen, I. (1987), "Structuration Theory and Social *Paxis"* en Giddens, A. & Turner, J., *Social Theory Today*. California: Stanford University Press, pp. 273-308.

Cohen, I. (1987/1995), "Teoría de la estructuración y *praxis* social" en Giddens A, Turner, J. y otros, *La teoría social hoy*, Buenos Aires: Alianza, pp. 351-397.

Cohen, I. (1989), *Structuration Theory. Anthony Giddens and the Constitution of Social Life,*Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan.

Diez, J. A. yLorenzano, P. (2002), "La concepción estructuralista en el contexto de la filosofía de la ciencia del siglo XX" en Díez, J. A. y Lorenzano, P. (eds.), *Desarrollos actuales de la metateoría estructuralista: problemas y discusiones*, Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes/Universidad Autónoma de Zacatecas/Universidad Rovira i Virgili, pp. 13-78.

Giddens, A. & Turner, J. (1987), *Social Theory Today*. California: Stanford University Press.

Giddens, A. (1976/1993), *New Rules of Sociological Method. A Positive Critique of Interpretative Sociologies*. California: Stanford University Press.

Giddens, A. (1976/2007), *Las nuevas reglas del método sociológico. Crítica positiva de las sociologías comprensivas.* Buenos Aires: Amorrortu.

Giddens, A. (1979), *Central problems in social theory. Action, Stucture and Contradiction in Social Analysis.*California: University of California Press.

Giddens, A. (1982/1983), "Hermeneutic and Social Theory" en *Profiles and Critiques in Social Theory*. Bekeley and Los Angeles: University of California Press, pp. 1-17.

Giddens, A. (1982/1983), *Profiles and Critiques in Social Theory*. Bekeley and Los Angeles: University of California Press.

Giddens, A. (1984/1986), *The constitution of society. Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Giddens, A. (1984/2006), *La constitución de la sociedad. Bases para la teoría de la estructuración*. Buenos Aires: Amorrortu.

Giddens, A., Turner, J. y otros (1987/1995), *La teoría social hoy*. Buenos Aires: Alianza.

Ginnobilli, S. (2018), *La teoría de la selección natural. Una exploración metacientífica*, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Gregson, N. (1989/1994)"On the (ir)relevance of structurationtheory to empirical research" en Held, D. & Thompson, J. (Eds.) *Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 235-248.

Kuhn, T. (1962/2007), *La estructura de las revoluciones científicas*. México: FCE.

Lorenzano, P. (2004), *Filosofía de la ciencia,* Bernal: Universidad Virtual de Quilmes.

Lorenzano, P. (2012), "Estructuras y aplicaciones intencionales: Insonmensurabilidad teórica y comparabilidad empírica en la historia de la genética clásica" en Lorenzano, P. y Nudler, O. (eds.), *El camino desde Kuhn. La inconmensurabilidad hoy,* Madrid: Biblioteca Nueva, pp. 289-350.

Lorenzano, P. (2014-2015), "Principios-guía y leyes fundamentales en la metateoría estructuralista", *Cuadernos del Sur – Filosofía* 43-44: 35-74.

Moulines, C. U. (1982), *Exploraciones metacientíficas. Estructura, desarrollo y conocimiento de la ciencia,* Madrid: Alianza.

Reisch, G. (2009),*Cómo la Guerra Fría transformó la filosofía de la ciencia. Hacia las heladas laderas de la lógica,* Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Schuster, F. (2002), "Del naturalismo al escenario postempirista" en Schuster, F. (comp.) *Filosofía y métodos de las ciencias sociales,* Buenos Aires: Manantial, pp. 33-58

Stinchcombe, A. (1986), "The Constitution of Society by Anthony Giddens", *Theory and Society* 15(6): 901-914.

Turner, J. (1986/1999), "Ensayo crítico: La teoría de la estructuración" en Aronson, P. y Conrado, H. (comps.), *La teoría social de Anthony Giddens,* Buenos Aires: Eudeba, pp.107-120.

Willis, P. (1977/2017), *Aprendiendo a trabajar. Cómo los chicos de la clase obrera consiguen trabajos de clase obrera,* Madrid: Akal.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

La crítica de Popper al marxismo: un análisis estructuralista

Sebastián Rodríguez Chiarini†

Resumen

El siguiente trabajo examina algunas de las críticas realizadas por Karl Popper al marxismo, desde la perspectiva de la metateoría estructuralista (ME). Nos centramos en las críticas de corte epistemológico de Popper, dejando de lado las críticas de corte ético-político. Presentamos algunos de sus argumentos en contra de la existencia de leyes sociales (del tipo que Marx defiende) y comparamos su concepción de "ley científica" con la concepción estructuralista. Concluimos que la fuerza de las críticas popperianas descansa sobre supuestos metateóricos propios de la concepción enunciativa de las teorías empíricas y que resultan inaceptables desde ME.

Palabras clave: Marx - Popper - metateoría estructuralista - ley científica

† Instituto de Estudios Sobre la Ciencia y la Tecnología (IESCT-UNQ). smchiarini@yahoo.com.ar.

1. Introducción.

La lectura realizada por Karl Popper de la obra de Marx representa uno de los momentos más célebres del encuentro entre la filosofía de la ciencia y el marxismo. Como se sabe, el juicio de Popper acerca de la teoría marxista es profundamente negativo, concluyendo que (a pesar de lo que afirmaron Marx y sus seguidores) ella no posee ninguna de las características que distinguen a las teorías científicas genuinas.

Si desconocemos los argumentos que se enfocan en las supuestas flaquezas éticas y en las consecuencias políticas indeseables del marxismo,[1] podemos decir que las críticas de Popper (las críticas estrictamente epistemológicas) se dividen en dos. Por un lado, nos encontramos con la idea de que el marxismo sería una pseudociencia. Por el otro, con la idea de que el marxismo sería una forma de "historicismo". La diferencia entre ambos conceptos es una de género a especie. Toda teoría historicista es pseudocientífica, pero la conversa no es verdadera. No toda teoría pseudocientífica es una teoría historicista (el psicoanálisis, por ejemplo, es para Popper una teoría pseudocientífica, pero no es un caso de historicismo).

Los argumentos de Popper para atacar a las teorías que él juzga pseudocientíficas no son exactamente los mismos que aquellos de los que se vale para criticar a las teorías historicistas. La cuestión de las pseudociencias gira, fundamentalmente, alrededor del problema de la demarcación. Mientras que el problema del historicismo toma la forma de una discusión acerca de la (in)existencia de leyes en las ciencias sociales. Nosotros nos concentraremos en esta segunda discusión, la que gravita en torno a la naturaleza de las leyes científicas.

La miseria del historicismo es la obra en la que Popper expone con más detalles su parecer acerca de este problema y en la que pone en duda la existencia de leyes sociales, del tipo que Marx creyó haber descubierto. Dentro de la literatura especializada (Hudelson, 1979; Little, 1986; Suchting, 1972; Urbach, 1978), las respuestas a los argumentos anti-historicistas de *La miseria* suelen insistir en los siguientes dos puntos:

a) Aunque Popper parta muchas veces de las premisas correctas, la mayoría de sus argumentos son inválidos.
b) En la medida en que son válidos, estos argumentos no alcanzan a la teoría marxista (en todo caso, atañerán a otras teorías).

El objetivo de este trabajo no consistirá en defender ni a) ni b). En cambio, lo que nos proponemos es mostrar cómo los argumentos de Popper dependen de ciertos supuestos metateóricos muy específicos. Defenderemos la tesis de que la crítica falsacionista al marxismo descansa sobre una concepción enunciativa de las teorías empíricas (y de sus leyes) y que dicha crítica pierde su fuerza cuando dejamos de considerar a las teorías como sistemas de enunciados, para pasar a considerarlas en términos de modelos tal y como propone ME.

2. El marxismo como historicismo

El historicismo sería "un punto de vista sobre las ciencias sociales que supone que la predicción histórica es el fin principal de estas" (Popper, 1981, p. 17). Los historicistas buscan emular el éxito

1Ejemplos de este primer grupo de críticas ético-políticas se hallan, principalmente, en la gran obra de filosofía política de Popper: *La sociedad abierta y sus enemigos*. Allí podemos leer (entre otras cosas) como Marx subestima la importancia de las libertades formales y de la democracia (Popper, 2013, p. 335), que el marxismo conduce a una "moral positivista" (Popper, 2013, p. 411-426), que la inevitabilidad del socialismo es realmente una creencia infundada (Popper, 2013, p. 347-354), etc. Aunque Popper en ningún momento establezca una distinción categórica entre estas críticas y aquellas otras que se inscriben en el terreno de la epistemología, desde el punto de vista analítico resulta útil separarlas.

predictivo de las ciencias naturales. Para ello, necesitan dar con las leyes sociales que regulan estos acontecimientos. Sin embargo (como ellos mismos advierten), la prosecución de este objetivo se enfrenta a algunas dificultades, que les impiden limitarse a copiar el método de las ciencias naturales.

Entre estas dificultades, la más notoria sería que las sociedades humanas carecen de la uniformidad de la que gozan los sistemas naturales. La naturaleza (afirman los historicistas) está dominada por la estabilidad y la regularidad. Las sociedades humanas se distinguen de ella por la inestabilidad y la novedad. A lo largo de la historia, no hay dos sociedades completamente iguales e incluso una misma sociedad puede cambiar radicalmente a lo largo del tiempo. Es por esto que, en sociología, las generalizaciones están destinadas al fracaso.

Ahora bien, el problema que enfrentan los historicistas es el de cómo conciliar la búsqueda de leyes sociales y sus deseos de predicción, con esta heterogeneidad. Su solución consiste en admitir que si bien no hay leyes universales que expliquen fenómenos comunes a todas las sociedades, sí existen leyes universales que explican los cambios que llevan de una sociedad a otra:

> Las únicas leyes universalmente válidas de la sociedad tienen que ser leyes que eslabonen períodos sucesivos. Tienen que ser *leyes del desarrollo histórico* que determinen la transición de un periodo a otro. (Popper, 1981, p. 56).

Entre todas las teorías que surgieron como aplicación de este punto de vista, el marxismo sería la que representa al historicismo en su forma "más pura, más desarrollada y más peligrosa." (Popper, 2013, p. 293).

Para Marx, la historia toma la forma de una sucesión de revoluciones, en la que cada una de estas viene a reemplazar un modo de producción ya agotado (agotado con relación a su potencial de incrementar el desarrollo de las fuerzas productivas), por otro nuevo, más vigoroso. Así es que el modo de producción asiático fue reemplazado por el esclavista, el esclavista por el feudal y el feudal por el capitalista. Siguiendo este patrón, Marx espera que el capitalismo sea así mismo reemplazado, en un futuro cercano, por el socialismo. Momento en el cual este ciclo se detendría (significando el fin de la pre-historia humana).Esta dinámica de auge, agotamiento y caída de los sucesivos modos de producción sería el objeto de la ley del desarrollo histórico característica de la teoría marxista.

Además de esta ley del desarrollo histórico, Marx nos recuerda que cada modo de producción tiene, a su vez, sus leyes particulares. En el modo de producción capitalista, por ejemplo, nos encontramos con leyes que "determinan el valor de la fuerza de trabajo y del plusvalor" (Marx, 1962, p. 543), con una "ley de la acumulación capitalista" (Marx, 1962, p. 640), una "ley de la caída tendencial de la ganancia" (Marx, 1964, p. 221), etc. Debido a su creencia en la no-uniformidad de las sociedades humanas (parte esencial de la visión historicista), estas leyes serían válidas solamente para este modo de producción y no para los anteriores ni para los posteriores. Las leyes de hierro del capitalismo no son las mismas que las leyes que rigieron el feudalismo y, ciertamente, no son las mismas que regirán la economía socialista. Su aplicabilidad está restringida en el espacio y el tiempo.

La creencia en que la única ley social verdaderamente universal es aquella que explica las transiciones entre sociedades, y que todas las demás leyes sociales no son universales, es la que (según la interpretación que Popper hace del materialismo histórico) colocaría a Marx y su teoría en el campo del historicismo. Popper argumenta que esta creencia se sustenta sobre dos malos entendidos.

Para empezar, Marx habría confundido a las leyes con "tendencias". Al constatar que en el pasado todos los modos de producción fueron reemplazados por otros más productivos, al advertir que en el capitalismo los trabajadores son cada vez más pobres, al descubrir que "la historia de todas las sociedades ha sido la historia de la lucha de clases" (Marx, 1977, p. 462); Marx cree estar encontrando leyes. En realidad, lo único que está haciendo es encontrando tendencias.

Las leyes se diferencian de los enunciados que expresan tendencias, por su forma lógica:

> Una proposición que afirme la existencia de una tendencia es existencial, no universal. (Una ley universal, por otra parte, no afirma la existencia de nada; al contrario, afirma la imposibilidad de alguna cosa). Y una proposición que afirmase la existencia de una tendencia en cierto momento y lugar sería una proposición histórica singular y no una ley universal. (Popper, 1981, p. 130).

Las leyes tienen la forma de enunciados universales estrictos[2] y, por lo tanto, falsables. Los enunciados que expresan tendencias son enunciados existenciales, lo que los convierte en infalsables y, por ende, en enunciados no-empíricos o metafísicos (Popper, 2002, p. 48). Se sigue que cualquier teoría construida en base a este tipo de enunciados será, ella misma, una teoría metafísica. De aquí el dictamen de Popper acerca de cómo el materialismo histórico (más que una contribución a la sociología) constituye "el último gran sistema de la metafísica occidental" (Popper, 2013, p. 341).

Relacionada con esto, se encuentra la afirmación que hace Marx de que existen leyes no universales, restringidas a determinados modos de producción (como son las leyes de hierro del capitalismo). No hay ninguna teoría científica que proponga[3], ni que pueda proponer leyes de este tipo y esto por la sencilla razón, arguye Popper, de que aceptarlas equivaldría a volver imposible cualquier explicación:

> Si admitiésemos que las leyes mismas están sujetas al cambio, el cambio no podría ser explicado mediante leyes. Esto sería como confesar que todo cambio es simplemente milagroso. Y eso sería el fin del progreso científico. Si se hiciesen observaciones imprevistas, no habría necesidad de revisar nuestras teorías. La hipótesis ad hoc de que las leyes han cambiado "explicaría" todo. (Popper, 1981, p. 116-7).

Junto a estas observaciones respecto de la universalidad de las leyes, Popper hace otra de carácter metodológico. Dice él que, en la medida en que la teoría marxista ha hecho predicciones falsables, los usuarios de dicha teoría jamás se han mostrado dispuestos a darla por refutada y a rechazarla, sin importar la cantidad de evidencia en su contra.

Popper trae a colación los vaticinios de Marx acerca de una inminente revolución en Europa occidental, acerca de un futuro empobrecimiento de la clase trabajadora y de la desaparición de las clases medias. Todas predicciones malogradas. Yendo en contra de lo que (desde el punto de vista popperiano) indicaría el método científico, los marxistas no están dispuestos a ver en estas predicciones fallidas, instancias falsadoras de su teoría. Todo lo contrario, están empeñados en salvarla. Para esto, su estrategia consiste en recurrir al expediente de agregar cláusulas *ad hoc*, del tipo de: "el empobrecimiento del proletariado y la desaparición de la clase media era inevitable, sólo que el surgimiento del Estado benefactor la retrasó" o "la revolución hubiese sido inevitable, a no ser por el estallido de la guerra", etc.

Este tipo de cláusulas terminan inmunizando a la teoría y quitándole, definitivamente, cualquier credencial de ciencia empírica a la que pudiese haber aspirado. Lo que es más, al actuar de este modo, los marxistas se comportan de manera irracional, ya que hay una ecuación entre

---

2 Popper (2002, p. 40-1) hace una distinción entre enunciados "universales estrictos" y los "universales numéricos". El enunciado "ningún oscilador armónico pierde energía debajo de una magnitud dada x" es un enunciado universal estricto. "Ninguno de los seres humanos que habitan hoy en el planeta tierra mide más de 8 pies de altura" es un ejemplo de universal numérico. La diferencia radica en que mientras que el significado de este último podría ser equivalente a una conjunción finita de enunciados singulares(cada uno de ellos referido a un individuo que habita actualmente el planeta tierra), no existe una equivalencia similar para el primer enunciado.

3 Existen algunos posibles contraejemplos a este requisito de universalidad. Uno de ellos lo constituyen las leyes de Kepler, que en apariencia hacen referencia a una región delimitada del espacio (nuestro sistema solar). Pero Popper se adelanta a esta objeción y hace una interpretación diferente de estas leyes. Dice él que ellas no tienen que entenderse como haciendo referencia sólo a nuestro Sol y los planetas que lo orbitan, sino más bien como leyes universales para todos los sistemas planetarios de iguales características (Popper, 1981, p. 114). La inexistencia de otros sistemas que respondan a esta descripción afirma él, es algo que no afectaría a la universalidad de las leyes de Kepler.

"racionalidad" y "actitud crítica" (Popper, 2002, xix). Abandonar la segunda, implica abandonar la primera. El científico debe siempre mostrarse solicito a cambiar de teoría (si la evidencia en contra así lo requiere).

Para resumir, Popper plantea tres objeciones a la teoría marxista:

1) Todas las leyes científicas tienen la forma de enunciados universales (lo que las hace falsables). Las leyes marxistas tienen la forma de enunciados existenciales (son infalsables).
2) Las leyes científicas tienen una validez no restringida espacio-temporalmente. Marx admite la existencia de leyes de validez restringida.
3) La actitud racional de un científico consiste en intentar refutar su teoría y reemplazarla por una mejor. Los marxistas buscan proteger la suya.

Las primeras dos objeciones apuntan a mismo objetivo, sólo que desde diferentes direcciones. Las dos remarcan que las leyes científicas deben ser "universales". Este sería un primer requisito. La tercera crítica, de orden metodológico, enlaza con un tema que recorre toda la obra de Popper y que es el que le da nombre a su propuesta metateórica: el de la falsabilidad. Las leyes científicas son falsables. El problema con las leyes marxistas es que no cumplirían con ninguno de estos dos requisitos.

Antes de contestar a estas críticas, vamos a presentar los rasgos principales de ME. Esto nos servirá como marco general, dentro del cual ofreceremos nuestra réplica.

3. La concepción estructuralista de las teorías

ME parte de la idea (compartida por todas la familia de concepciones semanticistas) de que la mejor manera de concebir a las teorías empíricas no es como conjuntos de enunciados vinculados entre sí mediante relaciones de deducción (como pensaba Popper), sino en términos de modelos. Las teorías determinan modelos. Un modelo de una teoría es un sistema empírico (una "parte" de la realidad) que satisface ciertas restricciones que la teoría demanda. Presentar una teoría es identificar la familia de sus modelos.

Ahora bien, para ME "teoría" puede tener diferentes acepciones. Aquí sólo mencionaremos dos de ellas: 1) "teoría" en el sentido de *elemento teórico* y 2) "teoría" entendida como *red teórica*.[4]

Todo elemento teórico se encuentra constituido por un *núcleo teórico* y por un conjunto de *aplicaciones intencionales* ($T = \langle K, I \rangle$). Asimismo, el núcleo *K*puede representarse como un quíntuplo ordenado $K = \langle M_P, M, M_{PP}, C, L \rangle$. M_P simboliza el conjunto de los *modelos potenciales* de la teoría, es decir, el conjunto de todos aquellos sistemas empíricos que pueden ser representados utilizando el marco conceptual de ella. M simboliza el conjunto de los *modelos actuales* de T. Son modelos actuales de *T* aquellos sistemas que no sólo contienen las entidades a las que hace referencia el marco conceptual de la teoría, sino en los que además dichas entidades se comportan de acuerdo a lo que las leyes de *T* determinan. De lo dicho hasta aquí, se sigue que para que tenga sentido preguntarnos si algo es un modelo actual de *T*, primero debe ser cierto que es un modelo potencial de *T*.

El resto de los elementos del núcleo *K* son los que siguen. M_{PP} es el conjunto de los *modelos parciales* de *T*. Son modelos parciales de T todos aquellos sistemas empíricas que sean conceptualizables en términos de conceptos *T*-no-teóricos. C simboliza el conjunto de las *condiciones de ligadura*, un segundo tipo de restricciónes nómicas que establecen relaciones entre los modelos de la misma teoría. Por último, L es el conjunto de los *vínculos interteóricos* de *T*, esto es, de todas aquellas relaciones que *T* tiene con otras teorías.

4Además de estas dos acepciones sincrónicas, ME cuenta con la noción diacrónica de *evolución teórica*. Sobre este concepto, véase Balzer, Moulines, y Sneed (2012).

I simboliza a las aplicaciones intencionales. Se trata del conjunto de todos los sistemas empíricos a los que esperamos aplicar *K*. La determinación de qué cuenta como una aplicación *i* (siendo $i \in I$) de una teoría *T* tiene un componente pragmático. Depende de lo que los usuarios de la teoría decidan. En palabras de Diez y Moulines: "lo que hace de un sistema específico que sea una aplicación pretendida es que sea un objeto intencional de los usuarios de la teoría, que la comunidad científica pretenda que las constricciones-leyes se aplican a tal sistema." (1999, p. 357).

Es común que el conjunto *I* se determine siguiendo un "método paradigmático". Este método consiste en que los usuarios de la teoríaseleccionen algunos casos en los que *T* se haya aplicado de manera particularmente exitosa (las aplicaciones paradigmáticas de *T*) y luego consideren otros casos análogos a estos, casos que, por ser similares a los primeros, se espera que también puedan llegar a ser explicados de la misma manera.

La afirmación de que determinado conjunto *I* puede ser explicado mediante *K* se hace mediante lo que llamamos una "aserción empírica". Con esta aserción expresamos que nuestra teoría explica adecuadamente la realidad (ya sea porque entre *I* y *K* hay una relación de identidad, de aproximación, de subsunción, etc.). Al ser un acto lingüístico, la aserción empírica puede ser verdadera o falsa. A diferencia de las teorías, que no son expresiones lingüísticas, sino secuencias ordenadas de modelos. La verdad o falsedad sólo puede atribuirse derivativamente a las teorías, mediante sus respectivas aserciones empíricas.

Para poder decir que algo es una teoría, debe (como mínimo) poseer todos los componentes de un elemento teórico, tal cual los acabamos de presentar. Ahora bien, por lo general, cuando usamos el término "teoría" (para hablar de, por ejemplo, la teoría mecánica de Newton, la teoría de la selección natural de Darwin, etc.), nos estamos refiriendo a un tipo de entidades más complejas que los elementos teóricos y que ME designa con el nombre de "redes teóricas".

Una red teórica es un conjunto de elementos teóricos unidos entre sí mediante relaciones de especialización. A grandes rasgos, podemos decir que un elemento *T'* es una especialización de otro *T*, si: 1) *T'* comparte los mismos modelos potenciales y parciales que *T* y 2) el conjunto de los modelos actuales de *T'* es un subconjunto del conjunto de los modelos actuales de *T*. Todos los elementos de la teoría comparten el mismo marco conceptual, pero algunos (las especializaciones) hacen restricciones ulteriores en tanto que añaden nuevas leyes. Esta ampliación en el contenido de las especializaciones (que agregan más constricciones) es uno de los rasgos que distingue la relación de especialización de la deducción.

Lo más frecuente (en base a las teorías que han sido reconstruidas) es que las redes teóricas tengan la forma de una estructura arbórea, con un elemento teórico básico en la cúspide y cierto número de especializaciones (que pueden tener, ellas mismas, sus sub-especializaciones). En el extremo inferior de la red, hallaremos a las especializaciones terminales de la teoría.

En términos de leyes, lo que esto significa es que (en toda teoría que alcance a tener la complejidad de una red teórica) tendremos, junto a una ley fundamental (la ley del elemento básico), leyes más restrictivas (en el sentido de valer para un número más acotado de modelos). Cada una de ellas tendrá su aserción empírica particular. Es decir que podrán ser (derivativamente) falsas o verdaderas con cierta independencia del resto de las leyes de la teoría. Una especialización terminal puede resultar falsada, sin que eso repercuta en los elementos superiores de la red. La red teórica es una estructura jerárquica, con partes más contingentes que otras. La identidad de la red se juega en su elemento teórico básico. Las especializaciones, en cambio, son accidentales.

4. Los requisitos de universalidad y falsabilidad desde ME

Presentada ME, es momento de volver a Popper y sus críticas. ¿Qué podemos decir desde el estructuralismo acerca de los dos atributos de universalidad y falsabilidad, que Popper considera inherentes a toda ley científica?

La idea de que las leyes científicas tienen validez universal (una validez no restringida espacio-temporalmente) es común entre los representantes de la "concepción heredada".[5]El estrecho vínculo entre esta tesis y la identificación de las leyes con enunciados ya fue advertido en su momento por Stegmüller, quien llego a hablar de una "tentación a la aplicación-cósmica" (Stegmüller, 1979, p. 46) asociada a la concepción enunciativa. En este punto, Popper no hace más que repetir un lugar común.

Según la perspectiva de ME, esta idea de que todas las leyes científicas tienen una validez universal es un desatino, desde el momento en que (como tuvimos ocasión de señalar) los únicos sistemas empíricos de los cuales tendría sentido preguntarse si son o no modelos actuales de una teoría serían sólo aquellos que son modelos potenciales de ella. Para decirlo de otra manera, sólo pueden ser aplicaciones de una teoría *T* aquellas partes de la realidad que puedan ser capturadas mediante el marco conceptual de *T*. Las leyes de la teoría de la selección natural, por ejemplo, no pueden ser válidas en ningún sistema empírico que no contenga organismos con rasgos heredables. Las leyes de la mecánica de partículas no serían validas en el vacío absoluto (en caso de que este existiese). Así como no tendría sentido afirmar que una teoría biológica tiene aplicaciones en los tiempos previos a la aparición de la vida, tampoco tendría sentido afirmar de una teoría sociológica que ella se aplica donde no hay sociedades humanas.

Dicho esto, va de suyo que si los modelos potenciales de la teoría marxista se determinan en términos de "clases sociales", "fuerzas de producción", "relaciones de explotación", etc.;[6] las leyes de esta teoría únicamente podrán ser válidas, para aquellos momentos y lugares en los que existan seres humanos que se dividan en clases sociales. Una sociedad sin clases no sería un modelo potencial de la teoría marxista, *ergo* nunca podría ser un modelo actual de ella.

Al afirmar que las leyes de la economía capitalista no son universales, Marx no está cometiendo ninguna falta, ni mostrando ninguna flaqueza en su entendimiento del método científico. Su proceder es correcto. Es Popper el que, guiado ("tentado" diría Stegmüller) por su identificación de las leyes con enunciados, atribuye a las teorías científicas un rasgo que (al menos desde el punto de vista semanticista) les es extraño. Y esto sucede al mismo tiempo que descuida un aspecto pragmático importante, como es el de que las teorías por sí solas no pretenden explicar nada. Son los usuarios de las teorías los que las usan con la intención de explicar una situación determinada. Algo que ME reconoce al hablar de aplicaciones *intencionales*.

En el caso de Marx, lo que a él le interesa explicar es, antes que nada (y como declara en el *Capital*), "el funcionamiento de la sociedad moderna" (Marx, 1962, p. 15-16). Para esto, se concentra en el estudio de la Inglaterra victoriana, que funciona como paradigma sobre el cual construye su teoría. En la medida en que es posible encontrar analogías entre la situación inglesa y lo que sucede en otras sociedades (la francesa, la alemana, la rusa, etc.), Marx logra extender el conjunto *I* de su teoría, incorporando nuevas aplicaciones. Pero en ningún momento pretende que esta teoría tenga un único modelo cósmico. Una vez más, aquí Popper cae en un lugar común de la concepción heredada. En aquel que Stegmüller (1983) llamó "el tercer dogma del empirismo" y que consiste en descuidar la dimensión pragmática de la ciencia.

Recordemos, además, que en toda red teórica tendremos ocasión de distinguir entre la ley fundamental de la red y sus leyes especializadas. Es una característica de las leyes fundamentales

5Además de en Popper, la idea de que la universalidad es una propiedad de las leyes científicas se puede encontrar en otros textos de la época como son Hempel y Oppenheim (1948) o Nagel (1961). Para una discusión acerca de las tesis principales de la concepción heredada, ver Putnam (1962) y Suppe(1972).

6Es común leer que Popper habla de "la teoría marxista", sin que quede demasiado en claro cuáles piensa él que son los límites de dicha teoría, es decir, cuáles son sus conceptos, sus supuestos mínimos, su *explanans*, su *explanandum*. Por momentos,parece creer que todo lo que Marx alguna vez afirmó(ya sea en materia de política, economía o historia) pertenece a esta única teoría omnicomprensiva. Es probable que, si nos atenemos a las dos acepciones que el término "teoría" tiene para ME (como "elemento teórico" y como "red teórica"), no tenga sentido hablar de una única *teoría* marxista, sino de *teorías* marxistas (en plural). En cualquier caso, el problema de si en la obra de Marx puede encontrarse una única teoría o una pluralidad de ellas (teorías económicas, sociológicas, etc.) no puede saldarse *a priori*, sino que requiere de un trabajo de reconstrucción a partir de la interpretación de sus textos.

(una de sus "condiciones débiles" o "síntomas" [Lorenzano, 2015]) el que, a pesar de no alcanzar a ser universales (en el sentido en el que Popper habla de la "universalidad" de las leyes), ellas valgan para todas las aplicaciones de la red teórica(los modelos actuales de los elementos especializados, también son modelos actuales del elemento básico de la red).

Las leyes especializadas, por otro parte, tienen un conjunto de aplicaciones más acotado.Lo mismo se repite en todos los niveles de la red (las sub-especializaciones tendrán un conjunto de aplicaciones más reducido que las especializaciones). Hasta llegar a las especializaciones terminales, que son las que tienen un menor número de ellas. De aquí se sigue que, no sólo ninguna ley alcanza a ser universal (como Popper creyó), sino que hay leyes (las de las especializaciones dentro de una red teórica) que lo son aún menos.

La identificación de las leyes con enunciados universales es una constante detrás de todas las críticas de Popper. No sólo se halla detrás de su rechazo a la posibilidad de que existan leyes de validez restringida, exclusivas para algunos modos de producción. Asimismo, se halla detrás de su distinción entre leyes y tendencias.

Aquí el error de Marx habría consistido en afirmar que una ley puede tener la forma de un enunciado en el cual ocurren cuantificadores existenciales (como en "hay una caída de la tasa de ganancia" o "en todas las sociedades ha habido lucha de clases"). Como evidencia su destierro de los enunciados existenciales a la metafísica, Popper niega que estos puedan funcionar como leyes. De ser así (razona él), estas serían irrefutables y en la ciencia no hay nada irrefutable.

Para discutir este asunto, conviene tener en cuenta lo expuesto por Ulises Moulines (1978). Partiendo de un análisis de la mecánica newtoniana y de la termodinámica. Moulines llega a la conclusión de que la forma lógica de muchas leyes científicas es harto más compleja de lo que los filósofos (incluido Popper) tienden a imaginar. En el caso del segundo principio de la mecánica, por ejemplo, un análisis cuidadoso revela que, en él, no sólo ocurren cuantificadores existenciales, sino que además estos rigen sobre funciones y sobre funcionales (funciones que tienen a otras funciones como argumentos). De manera que la segunda ley de Newton no es simplemente irrefutable. Es irrefutable en "segundo y tercer orden" (Moulines, 1978, p. 77). Sería irrefutable en primer orden, si sólo cuantificase sobre variables individuales. Pero en esta ley, se cuantifica existencialmente, no sobre individuos, sino sobre funciones y funcionales. Ello, claro está, sucede contra las expectativas y "para máximo escándalo a la vez de falsacionistas popperianos y de verificacionistascarnapianos" (Moulines, 1978, p. 77).

Moulines utiliza la expresión "principios-guía" para designar a las leyes que cumplen (como en el caso de la segunda ley de Newton o de la ley fundamental de la termodinámica) con las dos características de: 1) tener cuantificadores existenciales y 2) tener entre sus términos *T*-teóricos a un funcional que se halla cuantificado existencialmente. Estas peculiaridades de los principios-guía son las que los convierten en "empíricamente irrestrictos" o "empíricamente vacuos", es decir, en enunciados que son irrefutables, pero que no lo son a la manera de las tautologías.

Aunque las observaciones de Moulines fueron originalmente formuladas tomando como ejemplos teorías pertenecientes a las ciencias naturales, ellas se ajustan sin inconveniente al campo de la sociología. Esto se debe a que, más allá de las diferencias que puedan existir entre las ciencias naturales y las sociales en cuanto a sus métodos y objetos, existe entre ellas una "identidad estructural" (Druwe, 1987). Las teorías sociológicas y las teorías de las ciencias naturales poseen, en tanto teorías empíricas, una "forma lógica homogénea" (Druwe, 1987, p. 97).

Aun cuando Popper tuviese razón en que las leyes de la teoría marxista expresan "tendencias" y que son irrefutables "en primer orden", esto no sería razón suficiente para considerarlas pseudo-leyes. Ya que muchos paradigmas de leyes científicas (como sin duda lo son las leyes de Newton) son empíricamente vacuas.

Para terminar, digamos algo acerca de la "actitud crítica" que Popper echa de menos en los marxistas. Es cierto que si estamos trabajando con una teoría determinada y esta sufre un fracaso predictivo, la conducta recomendable sería que hiciésemos alguna modificación, que reaccionásemos de alguna manera. Tomando el caso del marxismo, podemos decir que, frente a

una serie de predicciones fallidas como son la no-ocurrencia de la revolución en los países industrializados o el aumento en la calidad de vida de la clase trabajadora, lo racional de parte de los marxistas sería efectuar algún cambio en la teoría. No modificar nada, equivaldría a convertir al marxismo en una doctrina metafísica. En la medida en que esto ocurre, la censura de Popper es justa.

No obstante, lo que Popper no percibe es que no todo cambio equivale siempre a abandonar la teoría. Suponiendo que ella alcance la complejidad estructural de una red teórica, existirán dos tipos de reacciones que los científicos podrán tener frente a los casos adversos o problemáticos con los que se encuentren. En primer lugar, tendrán la posibilidad de eliminar o modificar las especializaciones de la red. El alcance de las modificaciones a efectuar variara dependiendo de la naturaleza de la anomalía. A veces, bastará con cambiar algunas de las especializaciones terminales. En otros momentos, puede que debamos hacer cambios más radicales. Siempre y cuando conservemos el elemento básico, aun podremos afirmar que nos encontramos frente a, esencialmente, la misma teoría que antes.

El segundo camino consistiría en modificar el elemento básico de la red (ya sea reformulando la ley fundamental, agregando o quintando conceptos, cambiando las condiciones de ligadura, etc.). Aquí sí estaríamos abandonando la teoría original y reemplazándola por otra nueva, presuntamente mejor (tal como Popper recomienda).

El primer tipo de reacción consistiría en efectuar un cambio "en la teoría". La segunda, en un cambio "de teoría". Las dos posibilidades se hallan siempre a disposición de la comunidad científica y las dos son igualmente legítimas. En algunas circunstancias se decidirá que lo prudente es conservar la teoría (esto es, conservar el elemento teórico básico) y realizar modificaciones en las especializaciones. En otras, se preferirá descartarla y proponer una nueva. Ninguna de las dos opciones podrá considerarse como un acto de irracionalidad: "la lógica formal no tiene nada para decir a la hora de decidir si construir una casa nueva, en vez de continuar reparando sus goteras." (Diez, 2007, p. 549).

Volviendo a nuestro tema, ahora podemos ver como la decisión de salvar la teoría pese a sus fallos, sus predicciones malogradas y de todos los demás problemas que pudiésemos encontrar en ella, no es una señal que necesariamente indique la pseudocientificidad del marxismo. Más bien se trata de un camino legítimo, en vistas de la estructura reticular de las teorías empíricas (lo que captura el concepto de "red teórica"). Por supuesto que Popper, al contar con una concepción monolítica de las teorías, no tenía manera de ver esto. Para él, conservar una teoría frente a sus contraejemplos no podía significar más que una suerte de indiferencia y, por lo mismo, una actitud anti-científica.

5. Conclusiones

En este trabajo nos propusimos examinar algunos de los argumentos formulados por Karl Popper contra la teoría de Karl Marx. Para esto, empezamos ofreciendo un retrato de los rasgos más salientes de lo que Popper llama "historicismo", corriente en la cual él inscribe al marxismo. Los argumentos de Popper hacen hincapié en una supuesta incomprensión, por parte de Marx y de los marxistas, acerca de la naturaleza de las leyes científicas. Mencionamos estos tres argumentos:

1) Marx confunde leyes con tendencias, es decir, enunciados universales con enunciados existenciales.
2) Marx cree, equivocadamente, que pueden existir leyes científicas que sean verdaderas sólo para algunas regiones del espacio y en algunos momentos.
3) Los marxistas actúan irracionalmente, al no abandonar su teoría frente al fracaso de sus predicciones.

A continuación, expusimos los elementos principales de ME y nos valimos de ella, para examinar las críticas de Popper, concluyendo que:

1) La ocurrencia de cuantificadores existenciales es común en las leyes científicas y la vacuidad empírica es una propiedad de muchas de ellas.
2) Ninguna ley es universal en el sentido demandado por Popper. Modelo-teóricamente hablando, serán únicamente modelos actuales de una teoría aquellos sistemas empíricos que sean modelos potenciales suyos.
3) Abandonar la teoría no es la única salida racional frente a un fracaso predictivo. Los cambios *en la teoría* (el modificar las especializaciones de la red, pero sin tocar su elemento básico) son tan racionales como los cambios *de teoría* (comenzar una red teórica nueva).

Para terminar, señalemos que nuestras respuestas a las críticas de Popper se han hecho en base a consideraciones metateóricas generales. Es esperable que una reconstrucción estructuralista del materialismo histórico (reconstrucción que hasta ahora nunca ha sido emprendida) pudiese arrojar aún más luz sobre esta discusión, así como sobre otras cuestiones epistemológicas relacionadas con la obra de Marx.

Bibliografía

Balzer, W., Moulines, U. y Sneed, J. (2012), *Una arquitectónica para la ciencia: el programa estructuralista*, Bernal: Universidad nacional de Quilmes editorial.

Diez, J. (2007), "Falsificationism and the structure of theories: the Popper-Kuhn controversy about the rationality of normal science", *Studies in History and Philosophy of Science*38: 543-553.

Diez, J. y Moulines, U. (1999),*Fundamentos de filosofía de la ciencia*, Barcelona: Ariel.

Druwe, U. (1987), "The Structural Identity of the Natural and Social Sciences", *Journal for General Philosophy of Science* 18(1-2): 96-109.

Hempel, C. G. y Oppenheim, P. (1948), "Studies in the Logic of Explanation", *Philosophy of science*115 (2): 35-175.

Hudelson, R. (1979), "Popper's Critique of Marx", *Philosophical Studies* 37 (3): 259-270.

Little, D. (1986), *The Scientific Marx*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

Lorenzano, P. (2007), "Leyes fundamentales y leyes de la biología", *Scientiaestudia* 5 (2): 185-214.

_____(2015), "Principios-guía y leyes fundamentales en la metateoría estructuralista", *Cuadernos del Sur Filosofía* 42-44: 35-75.

Marx, K. (1962-1977), *Marx-Engels-Werke*, (Vols. 4, 23 y 25), Berlin: Dietz Verlag.

Moulines, U. (1978), "Cuantificadores existenciales y principios-guía en las teorías físicas", *Revista hispanoamericana de filosofía* 10(29): 59-88.

Nagel, E. (1961), *La estructura de la ciencia*, Buenos Aires: Paidos.

Popper, K. (1979), *El desarrollo del conocimiento científico: conjeturas y refutaciones*, Buenos Aires: Paidós.

_____ (1981), *La miseria del historicismo*, Buenos Aires: Paidos.

_____ (2002), *The Logic of Scientific Discovery*, Londres: Routledge.

_____ (2013), *The Open Society and Its Enemies*, Nueva Jersey: Princeton University Press.

Putnam, H. (1962), "What Theories are not", *Studies in Logic and the Foundations of Mathematics* (44): 240-51.

Stegmüller, W. (1976), *The Structure and Dynamics of Theories*, Nueva York: Springer.

_____(1979),*The Structuralist View of Theories: A Possible Analogue of the BourbakiProgramm in Physical Science*, Nueva York: Springer.

_____ (1983), *Erklärung, Begründung und Kausalität*, Berlin: Springer.

Suchting, W. A. (1972), "Marx, Popper and Historicism", *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* 15 (1-4): 235-266.

Suppe, F. (1972), "What's Wrong with the Received View on the Structure of Scientific Theories?", *Philosophy of Science* 39 (1): 1-19.

Urbach, P. (1978), "Is Any of Popper's Arguments against Historicism Valid?", *The British Journal for the Philosophy of Science* 29 (2): 117-130.

Carr, D. (1986), "Narrative and the Real World: An Argument for Continuity", *History and Theory* 25(2): 117-131.

Doran, R. (2013), "Editor's Introduction: Choosing the Past: Hayden White and the Philosophy of History", en Doran, R. (ed.), *Philosophy of History after Hayden White*, London-New Delhi-New York-Sydney: Bloomsbury, pp. 1-33.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

El influjo de la teoría sobre la investigación según Robert K. Merton analizado desde la perspectiva de la metateoría estructuralista*

Cláudio Abreu†

Resumen

El presente trabajo está inmerso en el contexto de la filosofía contemporánea de la ciencia, en especial de la filosofía semanticista de la Metateoría Estructuralista. El objetivo general es la aplicación del programa estructuralista en filosofía de la ciencia a las ciencias sociales, en especial a la sociología. Objetivamente, el trabajo pretende reestablecer el diálogo entre la filosofía general de la ciencia y la filosofía especial desarrollada por científicos preocupados con los fundamentos de su disciplina, en este caso, tratando del influjo de la teoría sobre la investigación según Robert K. Merton.

Palabras clave: ciencias sociales - teoría - investigación – metateoría estructuralista

* Este trabajo ha sido realizado con la ayuda del proyecto de investigación PICT-2018-3454 (ANPCyT, Argentina).
† Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Colaborador del Centro de Estudios de Filosofía eHistoria de la Ciencia de la Universidad Nacional de Quilmes (CEFHIC-IESCT-UNQ-CIC-BA), Argentina. claudioabreu@outlook.com.

1. Introducción

Es incuestionable que Merton fue uno de los sociólogos más destacados del siglo pasado. Asimismo, actuó también *qua* filósofo de la ciencia. Enfocándose específicamente en la sociología, ha discutido y reflexionado acerca de las teorías de alcance intermedio, el influjo existente entre teoría e investigación, etc. En lo que atañe a este último tema, cabe notar que el influjo puede darse desde la teoría hacia la investigación y también desde la investigación hacia la teoría. El presente trabajo abordará solamente la primera perspectiva. En Abreu (2019) se encuentra un estudio acerca de la segunda.

El objetivo principal del presente estudio es mostrar que asumiendo la concepción de teoría que nos brinda la metateoría estructuralista se puede entender (interpretar, explicitar, precisar) mejor las ideas de Merton. La estrategia adoptada pasa por presentar en líneas generales la posición defendida por Merton con respecto al desarrollo de la sociología, presentar las ideas básicas de la metateoría estructuralista y, por fin, proceder una reconstrucción de las ideas de Merton acerca del influjo de la teoría sociológica sobre la investigación.

2. Desarrollo de la sociología según Merton

La propuesta de Merton de que la sociología deba desarrollarse de modo lento y continuo por medio de las teorías de alcance intermedio es una alternativa a la situación diagnosticada por él de la existencia de un conflicto entre aquellos que hacen *sociología teórica* y aquellos que hacen *sociología empírica*. En este contexto, Merton señala la importancia de investigar las relaciones entre la teoría sociológica y la investigación empírica, advirtiendo que

> habrá que realizar todos los esfuerzos posibles para evitar detenerse sobre ejemplos sacados de las ciencias "más maduras" –como la física y la biología–, no porque éstas no ofrezcan los problemas lógicos implícitos, sino porque su misma madurez permite a estas disciplinas tratar *fructíferamente* abstracciones de un orden elevado hasta un grado que, hay que reconocerlo, no es aún el caso de la sociología. Un número muy elevado de estudios sobre el método científico han formulado los requisitos previos lógicos de la teoría científica, pero, al parecer con frecuencia lo han hecho en un nivel de abstracción tan elevado que la perspectiva de traducir estos preceptos a la investigación sociológica actual resulta utópica. En última instancia la investigación sociológica debe satisfacer los cánones del método científico: de inmediato, la tarea consiste en expresar estas exigencias de manera que puedan tener un influjo más directo sobre el trabajo analítico que al presente es factible. (Merton 1945, p. 462)

En base a esto, Merton trata de los límites distintivos y las funciones de la metodología, las orientaciones sociológicas generales, el análisis conceptual, las interpretaciones *post factum*, las generalizaciones empíricas y de la teoría sociológica. Volveremos a eso después de presentar las ideas básicas de la metateoría estructuralista.

3. Metateoria estructuralista

Utilizaremos la versión estándar de la metateoría estructuralista como es presentada en *AnArchitectonicforScience. The StructuralistProgram* (Balzer, Moulines&Sneed 1987). Se presupone que el lector tenga alguna idea previa de dicha metateoría, de modo que la que se sigue es una presentación bastante concisa de sus nociones principales. Pues bien, la concepción de teoría que brinda la metateoría estructuralista presenta tres perspectivas, dos de ellas de carácter sincrónico y una de carácter diacrónico.

a) la de *elemento teórico* –noción sincrónica restringida–;
b) la de *red teórica* –noción sincrónica amplia–;
c) la de *evolución teórica* –noción diacrónica–.

2.1. Elemento teórico

Es la menor unidad de conocimiento que presenta una estructura tal que puede entenderse como una teoría. En una primera aproximación es posible identificarla con el par ordenado ⟨*K*, *I*⟩: el *núcleoK* y el campo de *aplicaciones intencionalesI*. El núcleo *K*, la identidad formal de la teoría, es un quíntuplo ordenado ⟨M_p, *M*, M_{pp}, *C*, *L*⟩. M_p *–modelos potenciales–* simboliza la clase total de entidades que satisfacen las condiciones que caracterizan matemáticamente el aparato conceptual de la teoría; son aquellas estructuras de las cuales tienen sentido preguntarse si son modelos, pero todavía no se sabe si efectivamente lo son. *M –modelos–* simboliza la clase total de entidades que satisfacen la totalidad de las condiciones introducidas, o sea, satisfacen también la ley. La dicotomía entre dos niveles conceptuales –el nivel de los conceptos específicos de la teoría en cuestión (conceptos teóricos para a teoría) y el nivel de los conceptos tomados de otras teorías (conceptos no-teóricos para la teoría)– se refleja en la distinción de los conjuntos M_p y M_{pp} – *modelos parciales*–. M_{pp} simboliza la clase total de entidades concebibles con los conceptos no-teóricos para la teoría, es decir, los sistemas posibles a los que es concebible aplicarla. Constituyen, por así decir, la base empírica de la teoría –en sentido relativo–. *C –condiciones de ligadura–* simboliza la clase total de relaciones "inter-modélicas" que conectan de determinadas maneras fijas los valores que pueden tomar conceptos teóricos correspondientes de diversos modelos. Esto es bastante importante, una vez que los modelos de una teoría no aparecen aislados entre sí, sino que están interconectados, formando una estructura global. *L –vínculos interteóricos–* simboliza la clase total de relaciones existentes entre distintas teorías, o sea, relaciones interteóricas.

Todo elemento teórico, como ya se dijo, está dado no sólo por el núcleo *K* sino también por el campo de aplicaciones intencionales *I*. Las aplicaciones intencionales son aquellos sistemas empíricos a los que se quiere aplicar la ley. El campo *I* de aplicaciones intencionales es un conjunto *abierto*, que no puede ser definido mediante la introducción de condiciones necesarias y suficientes para su pertenencia y cuya extensión no puede ser dada de una vez y para siempre. Es un concepto pragmático y diacrónico. Ahora bien, eso no significa que sea un concepto indeterminado. Los científicos pueden indicar aquellos sistemas empíricos a los cuales pretenden aplicar la teoría. Ejemplos de este tipo de indicación son los ejemplos utilizados en libros de texto o en ejercicios de sean de fijación o evaluativos.

La relación entre el núcleo *K* y el conjunto de las aplicaciones intencionales *I* se instaura mediante una *aserción empírica*, es decir, la afirmación de que ciertos sistemas empíricos concretos, descritos no-teóricamente, tienen el comportamiento que las restricciones legales (ley, condición de ligadura y vínculos interteóricos) determinan a nivel no-teórico.

2.2. Red teórica

Algunas teorías científicas reales pueden ser efectivamente reconstruidas como *un* elemento teórico. Sin embargo, esto es verdadero sólo para los tipos más sencillos de teorías. En general, las teorías son concebidas como un conjunto de varios elementos teóricos, que son identificados por el término "red teórica". Esto es porque la mayoría de las teorías científicas, dentro del mismo marco conceptual, tienen leyes de distintos grados de generalidad. El conjunto de elementos teóricos representa la estructura de una teoría en sus diferentes estratos, esto es, en sus diversos niveles de "especificidad". Esa es la acepción que corresponde al uso intuitivo del término "teoría" en la mayoría de los contextos.

Pues bien, tal conjunto de elementos teóricos, desde aquellos que son muy generales (en general desde un único elemento teórico), de modo progresivo, va concretándose en direcciones diversas y cada vez más restrictivas. Eso resulta en lo que se conoce como las "ramas" de especialización de una teoría. En este contexto, es importante señalar que, la relación entre los elementos teóricos que se debe darse para que un conjunto de elementos teóricos pueda ser considerado una red teórica es una relación que se caracteriza por ser no-deductiva, transitiva, antisimétrica y reflexiva. Un elemento teórico *x* es especialización de otro *x*' si *x* impone

constricciones adicionales a las de *x*'. Por lo general, hay una única ley fundamental[34]/principio-guía[35] "en la cúspide" de la jerarquía y una serie de leyes más especiales (creadas a partir del principio acepto, que se aplican a un dominio más restringido) con distintos grados de especialización. Las especializaciones en que sus componentes son especificados por completo son denominadas "especializaciones terminales".

Cada nuevo elemento teórico involucra una nueva ley especial. Lo que mantiene junta a la serie total de leyes en la jerarquía es, en primer lugar, el marco conceptual común M_p; en segundo lugar, la distinción común entre los niveles teórico y no-teórico relativos a la teoría; y, en tercero, el hecho de que todas ellas son especializaciones de la misma ley fundamental. Siendo así, debido a que el núcleo *K* de un elemento teórico más específico se pretende aplicarlo sólo a algunas aplicaciones del más general, el dominio de aplicaciones intencionales *I* de primero es menor que el del segundo, estando incluido en el. Una red teórica es un conjunto de elementos teóricos conectados mediante la relación de especialización. Un elemento teórico que no es especialización de ningún otro es denominado elemento teórico básico. Es a partir de el que se especializan los restantes, hasta llegar a las especializaciones terminales.

2.3. Evolución teórica

Por evolución teórica se entiende una sucesión de redes teóricas que presente algunas características, a saber, la conservación constante de ciertos componentes a lo largo del tiempo. Dicho de otro modo, es una secuencia de redes teóricas en el tiempo histórico sujeta a algunas constricciones. Cabe señalar que esta noción no abarca todos los tipos posibles de desarrollos teóricos, sino que se aplica a lo que Kuhn denominó "ciencia normal". Además, con la noción de evolución teórica se capturan solamente los aspectos cinemáticos del desarrollo de una teoría, quedando afuera los aspectos dinámicos.

Una evolución teórica es un proceso de cambio intrateórico, en donde las redes teóricas presentes comparten el núcleo básico (núcleo del elemento teórico básico) y, además, las aplicaciones paradigmáticas. Compartir el núcleo básico significa que todo elemento teórico de una red teórica nueva es especialización de algún elemento teórico de la red teórica previa. Que compartan las aplicaciones paradigmáticas significa cumplir con la condición de que la intersección del conjunto de aplicaciones intencionales del elemento teórico básico de la primera red teórica con el conjunto de aplicaciones intencionales del elemento teórico básico de la última red teórica de la evolución no sea un conjunto vacío. Debe haber al menos una aplicación intencional que permanezca a lo largo de la evolución teórica. Este criterio referente a las aplicaciones intencionales puede denominar-se cómo el criterio fuerte. Menos fuerte seria afirmar que no debe ser vacío el conjunto resultante de la intersección de los conjuntos de aplicaciones intencionales de elementos teóricos básicos de redes teóricas sucesivas en la evolución teórica, lo que posibilitaría que fuera vacío el conjunto resultante de la intersección entre el conjunto de aplicaciones intencionales del primero momento de la evolución teórica y del último (como mínimo, tercero) momento. A una evolución teórica de apenas dos etapas, evidentemente, sólo es posible aplicar el criterio fuerte.

> Podemos entonces reconstruir lo esencial de la idea intuitiva de un cambio intrateórico de la siguiente manera: un desarrollo científico de tipo *cambio intrateórico* es un proceso *evolutivo* gradual que podemos representar formalmente como una sucesión finita $\langle N_1, N_2, \ldots, N_n \rangle$ de redes teóricas (donde cada subíndice representa un determinado período histórico en la evolución de la teoría) que satisface ciertas condiciones de continuidad parcial tanto a nivel teórico como aplicativo. (Díez &Moulines 2008, p. 468.)

34 Conecta los conceptos básicos de la teoría en un principio que es aceptado como un principio válido en todas las aplicaciones pretendidas de la teoría.

35 Para una detallada presentación de este concepto, véase Lorenzano (2019).

La continuidad no es necesaria para los modelos y ligaduras especiales como tampoco para las aplicaciones no-paradigmáticas. Las variaciones que ocurren en las sucesivas redes teóricas no son lo suficientemente fuertes (son más bien accidentales) para ser posible postular razonablemente que se trate ya de otra teoría.

4. El influjo de la teoría sobre la investigación

4.1. Metodología

En lo que respecta a la distinción entre *saber cómo contrastar un grupo de hipótesis* y *saber la teoría*, Merton advierte que "debemos distinguir claramente entre teoría sociológica, que tiene por materia ciertos aspectos y resultados de la interacción de los individuos y, por lo tanto, es sustantiva; y metodología, o lógica del procedimiento científico" (Merton 1968, p. 140) pues la metodología trasciende a una (y cualquier) disciplina al tratar problemas del conocimiento científico en general o, más restrictamente, de los problemas de un grupo de disciplinas. La metodología no tiene que ver con los contenidos de las disciplinas, de modo que "hay, en resumen, una clara y decisiva diferencia entre *saber cómo contrastar* un grupo de hipótesis y *saber* la *teoría* de donde sacar hipótesis que han de comprobarse" (Merton 1968, p. 141). Desde la perspectiva de la metateoría estructuralista, saber[36] una teoría (sea *elemento teórico*, *red teórica* o *evolución teórica*) es conocer, como mínimo, los conceptos que están presentes en ella, las relaciones que se dan entre ellos, la *clase de modelos* del *elemento teórico básico* y de los *elementos teóricos especializados* en caso de tratarse de una *red teórica* o una *evolución teórica*, los *vínculos interteóricos* de esta teoría y cuál es su campo de aplicación. Por otro lado, contrastar una hipótesis derivada de una teoría es nada más que contrastar la *aserción empírica* asociada con *elementos teóricos especializados terminales* (e indirectamente, la *aserción empírica central* de la *red teórica*). Es posible saber cómo hacer esto y saber enunciarlo de modo general y válido para todas las teorías o, por otro lado, saber cómo hacer esto y no saber enunciarlo de modo general y válido para todas las teorías. Sin embargo, la búsqueda orientada a lograr o reunir *aplicaciones exitosas*, lo que implica postular hipótesis, requiere conocer la teoría. Importan entonces los *métodos de determinación* de los conceptos presentes en la teoría. La noción estructuralista de *teoricidad* implica que alguno(s) concepto(s) presente(s) en una teoría tiene(n) método(s) de determinación que son independientes de esa teoría misma, pero otros sólo pueden ser determinados bajo la presuposición de al menos una aplicación anterior de dicha teoría. Asimismo, los conceptos *no-teóricos* para la teoría en cuestión son teóricos para otras teorías –teorías con *clase de modelos potenciales* distintas– (o provienen del sentido común), de modo que hay que saber, además, otras teorías. Las discusiones acerca de los métodos de determinación, sin tener en cuenta ninguna teoría, es ciertamente una discusión que es independiente de los contenidos de las teorías (esto es trivial, pero parece oportuno decirlo); sin embargo, dicha discusión al referirse a una teoría específica tiene que ver con su contenido (ya sea presentado por ella misma o 'que proviene' de otras teorías). Parece claro que saber cómo comprobar teorías (en sentido general) no requiere saber el contenido específico de alguna teoría específica; sin embargo, saber cómo comprobar una teoría específica requiere saber efectivamente dicha teoría. Saber cómo comprobar una teoría (grupo de hipótesis) y saber la teoría ciertamente no son la misma cosa, pero están estrechamente involucradas. Ahora bien, lo cierto es que, de hecho, ésta es una cuestión que transciende la sociología, de modo que lo analizado compete a cualquier teoría de cualquier campo de saber, ya sea de las ciencias naturales o de las ciencias sociales.Es fundamental señalar que, desde la metateoría estructuralista, dado que las teorías no son entidades lingüísticas sino modeloteóricas, a ellas no cabe la pregunta de si son verdaderas o no. Sino que es más bien la *aserción empírica central* de la *red teórica* (o la *aserción empírica*, en caso de que esté en cuestión un *elemento*

36 Es evidente que es posible saber una teoría (de modo implícito) sin saber decir (explícitamente), por ejemplo, cuál es (como se conforma) su elemento teórico básico.

teórico aislado, es decir, sin vincularse a otro por medio de la relación de *especialización*), o sea, aquélla que afirma que los sistemas empíricos a los cuales se desea aplicar la teoría se comportan como lo dice la teoría, la que es pasible de ser verdadera o no. Por otra parte, eso no significa que ya no tenga sentido sacar desde una ley, con el auxilio de supuestos auxiliares y condiciones iniciales, una implicación contrastadora, es decir, una predicción referente a una situación específica.

4.2. Las orientaciones sociológicas generales

En cuanto a las orientaciones sociológicas generales, Merton afirma que mucho de lo que se entiende como teoría sociológica constituye en verdad un conjunto de orientaciones generales hacia materiales sustantivos. Para él, "esas orientaciones comprenden amplios postulados que indican *tipos* de variables que hay que tomar en cuenta de algún modo, y no especifican relaciones determinadas entre variables particulares" (Merton 1968, pp. 141-142) de modo que "no proporcionan más que el armazón más amplio para la investigación empírica" (Merton 1968, p. 142). Merton cita a Durkheim (1919) y a Arensberg& Kimball (1940) para presentar algunos ejemplos de estas orientaciones generales. Del primero retoma la idea de que "a la causa determinante de un hecho social hay que buscarla entre los hechos sociales que le preceden" (Merton 1968, p. 142) y de los últimos presenta la idea de que "hasta cierto punto, es útil considerar la sociedad como un sistema unificado de partes mutuamente relacionadas y funcionalmente interdependientes" (Merton 1968, p. 142). Dichas orientaciones no formulan hipótesis específicas. Su principal función es la de "proporcionar un contexto general para la investigación, [o sea,] facilitan el proceso de llegar a determinadas hipótesis" (Merton 1968, p. 142). Las orientaciones generales indican la pertinencia de algunas variables estructurales quedando al investigador la terea de averiguar las variables específicas que hay que incluir en el aparato teórico. Así, estas orientaciones generales "solo constituyen el punto de partida para el teórico, cuya tarea es formular hipótesis específicas, relacionadas entre sí, dando formulaciones nuevas a generalizaciones empíricas a la luz de las orientaciones generales" (Merton 1968, p. 142).[37]La descripción de Merton acerca de las orientaciones generales hace hincapié en que éstas no son "enunciados verificables, claramente formulados, de las relaciones entre las variables especificadas" (Merton 1968, p. 53). Desde el punto de vista de la metateoría estructuralista, como ya se ha visto, se concibe que el requisito de comprobación de la verdad o la falsedad más bien se aplica a las *aserciones empíricas* y no a las teorías mismas. Además de esta distinción, parece ser que las orientaciones generales podrían ser concebidas, en el caso más general, como directrices muy generales (como una demarcación de la ontología de determinado campo de estudio –lo que no necesariamente coincide con la ontología de una disciplina, aunque para una disciplina naciente parezca ser el caso–) para elaborar *elementos teóricos básicos* (con sus respectivos *principios-guía*) o, directamente, para elaborar tales *principios-guía* (de posibles *elementos teóricos básicos*); recién luego vendría la posibilidad de interpretarlas como *elementos teóricos básicos* (con sus respectivos *principios-guía*) o, directamente, como tales *principios-guía*.[38] Si los ejemplos presentados por Merton no son *leyes fundamentales*/*principios guía*, entonces expresan una estructura (los conjuntos base principales, a veces, también, algunas relaciones (o funciones)) ontológica que hace posible la investigación de regularidades entre variables específicas. Sin embargo, esto no tiene, necesariamente, que ser distinto de lo que es un *principio-guía*. Puede ser el caso de que este carácter "flojo" de las orientaciones generales se deba justamente a la inmadurez característica (en comparación con la química y la física, por ejemplo) de la sociología.

37 En sociología algo de esa temática aparece también en las discusiones acerca de los conceptos sensibilizadores. En Abreu (2020) se encuentra un tratamiento de esa relación y en especial acerca de los conceptos sensibilizadores desde la perspectiva de la metateoría estructuralista.

38 Eso incluso está de acuerdo con la idea de que un paradigma se impone/consolida en mucho por su potencial y no por lo que ya haya desarrollado. Para mayor detalle acerca de la noción véase Moulines (1982), donde es presentada la noción de principio-guía, y Lorenzano (2019).

4.3. El análisis de conceptos sociológicos

Diciendo que el análisis conceptual limitado a la especificación y aclaración de conceptos es una etapa indispensable del trabajo teórico, Merton hace hincapié en el hecho de que un cuerpo de conceptos no constituye una teoría, aunque puede entrar en un sistema teórico. No tener eso claro puede generar una confusión, como la de tomar la parte por el todo en lo que se refiere al análisis teórico, es decir, identificar como equivalentes teoría y aclaración de definiciones, o, mejor dicho, de conceptos. Merton entiende que

> sólo cuando tales conceptos se relacionan entre sí en forma de un sistema, empieza a aparecer la teoría. Los conceptos, pues, constituyen las definiciones (o las prescripciones) de lo que debe observarse; son las variables entre las cuales hay que buscar relaciones empíricas. Cuando las proposiciones se relacionan entre si lógicamente, se ha formado una teoría. (Merton 1968, p. 143)

Desde el punto de vista de la metateoría, lo primero se vincula con la formulación de las leyes (*elementos teóricos*); lo segundo puede ser visto como *especializaciones* (y formación de *redes teóricas*).

Además, Merton afirma que "una función del esclarecimiento conceptual consiste en hacer explícito el carácter de los datos subsumidos en un concepto" (Merton 1968, p. 144), o sea, el esclarecimiento conceptual "aporta lo necesario para una *reconstrucción de datos*, más exactamente lo que incluyen y lo que excluyen" (Merton 1968, p. 144). Otra función del análisis conceptual es "maximizar la probabilidad de la comparabilidad, en sus aspectos significativos, de los datos han de ser incluidos en la investigación" (Merton 1968, p. 145) de modo a resolver antinomias aparentes. Aún otra función del análisis conceptual es "establecer indicadores observables de los datos sociales que interesan a la investigación empírica" (Merton 1968, p. 146), o sea, "el problema […] consiste en idear indicadores de entidades inobservables o simbólicas (por ejemplo, la cohesión social), indicadores que puedan ser apoyados teóricamente" (Merton 1968, pp. 146-147).

Desde el punto de vista de la metateoría, la aclaración de conceptos es también de fundamental importancia y, en cierto sentido, es incluso algo distintivo de esta concepción acerca de las teorías. La caracterización de los conceptos (conjuntos) básicos y la tipificación de las relaciones y funciones (para/sobre los dominios) aportan lo necesario para una *reconstrucción de los datos*. La metateoría estructuralista contribuye a *explicitar el carácter de los datos subsumidos en un concepto* como *maximizar la probabilidad de la comparabilidad, en sus aspectos significativos, de los datos que hay que incluir en la investigación* por medio de la *clase de los modelos potenciales*, de las *condiciones de ligadura* y de los *vínculos interteóricos*.

Además, la distinción entre conceptos teóricos y no-teórico tal como la concibe la metateoría estructuralista hace entender más claramente lo que Merton denomina "entidades inobservables". La metateoría estructuralista rechaza la distinción clásica teórico/observacional pues que por un lado un concepto puede ser clasificado como observacional o no-observacional y, por otro, como *teórico* o *no-teórico* con respecto a una teoría. Para que un término (concepto, conjunto – acá la distinción carece de importancia) sea *teórico* para determinada teoría debe darse el caso de que un término *t* sólo pueda ser determinado si se presuponen las leyes de dicha teoría.[39] Ahora se puede precisar mejor en qué consiste la tarea de *idear indicadores –instrumentos de medida– de entidades inobservables o simbólicas que puedan apoyarse teóricamente* pues, si es el caso de que se necesite encontrar tal instrumento de medida, el investigador está más allá de sólo caracterizar bien el concepto en cuestión (sea un conjunto base principal, una relación o una función) sino que está tratando de encontrar un modo de determinar la extensión del concepto, lo que sólo tiene "sentido" hacerse a partir de ciertos supuestos (dados por otras teorías: conjunto base principales, relaciones y funciones no-teóricos para la teoría en cuestión) relacionados según la dinámica

39 Para una presentación más detallada de la noción de teoricidad véase Balzer, Moulines&Sneed (1987).

propia de esta teoría. No es casual que en la metateoría estructuralista estén, además de la noción de *modelo* de una teoría (en lenguaje clásico, ley), los *modelos potenciales* y los *modelos parciales*. Los *modelos potenciales* se constituyen de los conceptos presentes en la teoría, sin embargo, como bien lo entiende Merton, un conjunto de conceptos no es una teoría, hay que tener algo más: restricciones propias. Cuando se llega a esto se tiene una teoría, según Merton. Para la metateoría estructuralista, como señalado anteriormente, una teoría es más que sólo un conjunto de conceptos: la distinción entre *modelos potenciales* y *modelos actuales* de un elemento teórico hace evidente la capacidad de la metateoría estructuralista para capturar las ideas mertonianas. Del mismo modo, los *modelos parciale*s, aquellos que sólo contienen términos no-teóricos para la teoría en cuestión, explicitan los conceptos con los cuales se puede describir el fenómeno que se quiere explicar. Este fenómeno será explicado por medio de la expansión teórica de los *modelos parciales* a *modelos potenciales*, al acrecentar los conceptos teóricos para la teoría, y los *modelos potenciales* a *modelos* al imponerse las restricciones que convierten a los primeros en *modelos* de la teoría (que, además, satisfacen las restantes restricciones: las *condiciones de ligadura* y los *vínculos interteóricos*). Con los *modelos parciales* se tienen los indicadores necesarios para el tratamiento de los datos.[40]

4.4. Las interpretaciones sociológicas "*post factum*"

En cuanto a las interpretaciones sociológicas "*post factum*", Merton sostiene que en la investigación social empírica es frecuente que la interpretación se dé después de que se recojan los datos. Primero las observaciones y después la interpretación, aunque no en el caso de la contrastación de una hipótesis antes formulada, o sea "[o]curre con frecuencia en la investigación empírica que se recogen los datos y solo más tarde se someten a un comentario interpretativo" (Merton 1968, p. 147) bajo el supuesto de que se ha establecido tan plenamente un cuerpo de proposiciones que es posible aplicar una interpretación de manera aproximada a los datos disponibles.[41] Es característico de este procedimiento que las explicaciones sean congruentes con el conjunto de observaciones y tanto que permanezcan con bajo valor comprobatorio como que no conduzcan a un alto grado de confirmación. Son diferentes lo *admisible* y la *evidencia que se impone*.

Aquí hay que distinguirse dos cosas: por un lado, cómo se llega al modelo de datos y, por otro, cómo dichos datos son explicados ("interpretados") por la teoría. En lo que se refiere a cómo se llega al modelo de datos, cabe notar que muchas veces, las *aplicaciones intencionales*, y quizás lo que podría llegar a entenderse aquí como "datos" no se formulan en el vocabulario *no-teórico* para la teoría, sino en un vocabulario más coloquial, que devienen "modelos de datos" cuando sí se presentan con el vocabulario *no-teórico* para la teoría. Dicho de otro modo, las aplicaciones intencionales en un primer momento no estarían descritas con el vocabulario característico de la teoría.

Cuanto a cómo dichos datos son explicados, es cierto que "un cuerpo de proposiciones" expresa "conceptos que se relacionan entre sí en forma de un sistema", o sea, una teoría. Admitiendo con Merton que la interpretación *post factum* "arroja rayos de luz en el oscuro caos de los materiales" (Merton 1968, p 147), podría ser el caso de que, bajo la actuación de un *principio-guía*, una interpretación *post factum* lleve al investigador a unificar, bajo una regularidad nómica de aplicación más restricta que la del *principio-guía* mismo, una parte de la realidad, o sea, puede darse la identificación (consolidación) de una *especialización* de la teoría. Dicha *especialización* tendría un conjunto de *aplicaciones intencionales* más restricto que la teoría como un todo (*red teórica*). También en este caso, lo que se tiene no es algo propio de las teorías de alcance intermedio ni de las ciencias sociales, sino algo presente en toda la teorización empírica. Este

40 Para una detallada discusión de los (modelos) de datos y la base empírica de una teoría, véase Lorenzano (2012).

41 Merton nos aclara que "esas explicaciones *post factum*, destinadas a "explicar" observaciones difieren en la función lógica de los procedimientos especiosamente análogos en que los materiales de la observación se utilizan para *sacar* hipótesis nuevas que habrá que confirmar con *nuevas* observaciones" (Merton 1968, p. 147).

proceso es justo lo que se entiende por la tradicional metáfora aplicada a la ciencia normal, a saber, la de solucionar rompecabezas. En este contexto, el científico contribuye, al encontrar en el conjunto de datos a disposición, la unidad existente en parte de ellos bajo una restricción aplicada al *principio-guía*.

4.5. Las uniformidades sociológicas

Para Merton, "hay dos tipos de enunciados de uniformidades sociológicas que difieren de manera importante en sus relaciones con las teorías. El primer caso de ellos es la generalización empírica" (Merton 1968, p. 149) entendida como una proposición aislada que resume uniformidades existentes en relaciones entre variables. Este tipo de enunciado no presenta afirma que existe una regularidad en el mundo, pero no dice por qué existe. Es por esta razón que, "aunque las proposiciones de este tipo son esenciales en la investigación empírica, una miscelánea de tales proposiciones sólo suministra las materias primas para la sociología como disciplina" (Merton 1968, p. 149). Merton hace hincapié en el hecho de que "la tarea teórica, y la orientación de la investigación empírica hacia la teoría, empiezan cuando se establece por tanteo la relación de las uniformidades con un conjunto de proposiciones relacionadas entre sí" (Merton 1968, p. 149).

El segundo grupo de uniformidades sociológicas son las llamadas leyes, aquellas uniformidades que se caracterizan por ser "el enunciado de una invariancia *derivable* de una teoría" (Merton 1968, p. 150). En lo que se refiere a este tipo de uniformidad sociológica Merton indica:

a) Acerca de la aplicabilidad teórica, que ésta "no está intrínsecamente presente ni ausente […] sino que aparece cuando la generalización es conceptualizada en una abstracción de orden más elevado […] que están incorporadas en enunciados más generales de relaciones" (Merton 1968, p. 151). Así, "el campo del resultado empírico originario se amplía considerablemente, y algunas uniformidades aparentemente dispares aparecen relacionadas entre sí" (Merton 1968, p. 151);
b) Acerca de la continuidad de la teoría, que "una vez establecida la aplicabilidad teórica de una uniformidad derivándola de un cuerpo de proposiciones relacionadas entre sí, aportamos lo necesario para la *acumulación* tanto de teoría como de resultados de la investigación" (Merton 1968, p. 151);
c) Acerca de la conversión de uniformidades empíricas en enunciados teóricos, que eso "aumenta […] la *fecundidad* de la investigación mediante la exploración sucesiva de implicaciones" (Merton 1968, p. 152);
d) Acerca de la predicción, que "al proporcionar una explicación racional la teoría ofrece una *base para la predicción* más segura que la mera extrapolación empírica de tendencias observadas anteriormente" (Merton 1968, p. 152);
e) Acerca de la fecundidad, que "si la teoría ha de ser fecunda, tienen que ser suficientemente *precisa* para ser *determinada*. La precisión es un elemento del criterio de *contrastabilidad*" (Merton 1968, p. 152). Sin embargo, Merton es consciente de que "predicciones verificadas derivadas de una teoría no prueban ni demuestran la teoría; sólo suministran una medida de la confirmación" (Merton 1968, p. 152) para esta teoría. Además de la precisión, importa también la coherencia interna de una teoría, pues "si se sacan de un sistema teórico diferentes consecuencias empíricamente confirmadas, esto reduce la probabilidad de que teorías competidoras puedan explicar de manera adecuada los mismos datos" (Merton 1968, p. 153).

Las generalizaciones simbólicas enuncian regularidades que deben ser explicadas ellas mismas, o regularidades que hacen parte del fenómeno a ser explicado. Desde la perspectiva conceptual, los conceptos que componen las generalizaciones empíricas son conceptos que conforman la base empírica de la teoría.

En lo que atañe a las leyes, su aplicabilidad se hace notar cuando las uniformidades aparentemente dispares aparecen relacionadas entre sí, siendo que para eso es necesario conceptualizarlas en un grado más elevado de abstracción. Pues bien, eso es lo que ocurre cuándo un elemento teórico unifica, por ejemplo, algunos comportamientos, como el suicidio, elegir vivir al margen de la sociedad, etc. En lo que se conoce en el lenguaje en uso de los sociólogos como la teoría de la anomia en la versión mertoniana, esa unificación se da por el elemento teórico teoría de la anomia para el retraimiento (cf. Abreu 2014). Ahora bien, esos comportamientos si bien no son iguales también no son tan dispares. Ellos son, por así decirlo, más dispares con relación al robo, al fanatismo religioso, al activismo social. El robo y otros comportamientos son unificados por la teoría de la anomia de innovación. Para el fanatismo religioso está la teoría de la anomia de ritualismo y para el activismo social la teoría de la anomia para la rebelión. Estas cuatro pequeñas teorías, elementos teóricos en el lenguaje de la metateoría estructuralista, son unificadas por un elemento teórico de mayor grado de generalización, el que se puede denominar teoría de la anomia. Dado que no tenía a su disposición una concepción de teoría como la que brinda la metateoría estructuralista, que permite identificar sistemáticamente los distintos niveles de leyes, no podría sino expresar como lo ha hecho su muy buena percepción acerca de las regularidades en sociología. La ley del elemento teórico que unifica los elementos teóricos de un grado inferior de generalización relaciona todas las uniformidades, las generalizaciones empíricas y las leyes de menor grado de generalización.

El acumulo, tanto de teoría como de resultados de la investigación, hace referencia, respectivamente, a poder sumar otros elementos teóricos a la red teórica, es decir, incorporar nuevas leyes de menor grado de generalización a la teoría, e incorporar también nuevas aplicaciones exitosas de la teoría, es decir, nuevas situaciones que la teoría logra explicar. Eso explica en buena medida la razón por la cual aumenta la una vez que es posible llegar a una ley que explique las uniformidades empíricas hay un aumento de la fecundidad de la investigación mediante la exploración sucesiva de implicaciones, em especial en lo que se refiere a la posibilidad de realizar predicciones más consistentes que la mera extrapolación empírica de tendencias observadas anteriormente.

5. Derivaciones formales y codificación

Merton entiende que debe existir una relación más estrecha entre teoría e investigación empírica. Eso es importante para enfrentar a las "discontinuidades" en la investigación empírica y la tendencia a una teorización sistemática sin la base de la comprobación empírica. Para buscar la continuidad, con estudios empíricos orientados por la teoría y con teorías que pueden ser confirmadas empíricamente, el autor sugiere convenciones que, en su entender, facilitan el proceso hacia dicha continuidad. Presenta entonces las nociones de "derivación formalizada" y "codificación".

> Tanto en la intención como en la exposición de investigaciones empíricas puede hacerse una convención definida de que sean explícitamente formuladas las hipótesis y, siempre que sea posible, sus fundamentos teóricos (supuestos y postulados). La exposición de datos debiera hacerse en relación con su aplicación inmediata para la hipótesis y, derivadamente, para la teoría subyacente. Debiera llamarse en forma específica la atención a la introducción de variables interpretativas distintas de las implícitas en la formulación originaria de la hipótesis, y el efecto de éstas sobre la teoría debiera indicarse también. Las interpretaciones *post factum* que inevitablemente se presentaran cuando se descubran relaciones nuevas e inesperadas deberían formularse de manera que se haga evidente la dirección de la investigación posterior de prueba. Las conclusiones de la investigación muy bien podrían incluir no sólo una exposición de los resultados respecto de las hipótesis iniciales sino, cuando sea oportuno, la indicación del orden de observaciones necesarias para comprobar otra vez las nuevas implicaciones de la investigación. (Merton 1968, p. 154)

Merton entiende que de la "derivación formalizada" –que pone la atención sobre las implicaciones de una teoría– se sigue el control referente a la introducción de interpretaciones sin relación entre sí, además de algo que es muy importante para la continuidad, a saber, preparar el camino para la investigación *consecutiva* y *cualitativa*. La "codificación", a su vez, "procura sistematizar las generalizaciones empíricas de que se dispone en esferas *aparentemente diferentes* de la conducta" (Merton 1968, p. 155) postulando establecer hipótesis provisionales aplicables de modo que sea posible ampliar la teoría existente –esta ampliación está necesariamente sujeta a investigación empírica posterior–. Merton sugiere que "una formulación codificada […] origina problemas teóricos que fácilmente pasarían inadvertidos si los diferentes resultados empíricos no fueran reexaminados dentro de un mismo contexto" (Merton 1968, p. 155). La idea es que "la codificación, como procedimiento que complementa la derivación formal de hipótesis que han de comprobarse, facilitará el desarrollo paralelo de una teoría sociológica viable y una investigación empírica pertinente" (Merton 1968, p. 155). En base a esto, Merton trata de proponer cánones para la práctica científica en sociología.

El requisito de la formulación explícita de las hipótesis con la indicación de los supuestos subyacentes es algo perfectamente realizable cuando se utiliza la concepción de teoría brindada por la metateoría estructuralista. Al tener en cuenta un elemento teórico aislado o una red teórica para explicar (o predecir) determinado fenómeno se utiliza el conocimiento contenido en un elemento teórico. Sin embargo, la formulación de la hipótesis está, para el caso de la red teórica, en el nivel de las especializaciones terminales. Cuando se formula la hipótesis ya se explicita los niveles superiores de generalización. Esta hipótesis (instanciación de la ley –la clase de los modelos– del elemento teórico que es una especialización terminal de la teoría) ya, a partir de la clase de los modelos parciales, presenta cuales son los datos necesarios para contrastarla, de modo que la contrastación de la teoría (red teórica) con los datos se sucede por medio de la instanciación del modelo del elemento teórico que es una especialización terminal de la red teórica en cuestión y, entonces, así se cumple lo indicado por Merton, a saber, se exponen los datos en relación con su aplicación inmediata para la hipótesis y, derivadamente, con las teorías subyacentes (por medio de los vínculos interteóricos). El hecho de agregar información (introducción de variables interpretativas) en la formulación originaria de la hipótesis es lo que se captura con la noción de especialización. Estrictamente lo que pasa, en lenguaje de la metateoría estructuralista, es que se agregan restricciones adicionales a la clase de los modelos de un elemento teórico. Los efectos de esta introducción de restricciones para la red teórica es que surge una nueva rama con, en comparación con el elemento teórico originario, menor rango de aplicación, pero con mayor precisión. Estas mismas restricciones pueden ser vistas como interpretaciones *post factum*. De modo que, una vez incorporado el elemento teórico especializado resultante de la introducción de las restricciones, ya se tiene explicitada la dirección de la investigación posterior de prueba.

Se percibe que la prescripción de Merton acerca de la "derivación formalizada" está en pleno acuerdo con la noción de especialización y que la noción de codificación sigue el mismo sentido, sin embargo, en dirección opuesta, es decir, de la consolidación de elementos teóricos de menor alcance en elementos teóricos más generales (de mayor alcance), es decir, la formación de una red teórica. Cabe decir que además de las nociones de elemento teórico y red teórica, el proceso que discute Merton (involucrando "derivaciones formales" y "codificaciones") constituye el de una evolución teórica, en tanto en ella se espera que sean constantes las estructuras de las clases de los modelos potenciales, modelos y modelos parciales además de que no haya en ninguna etapa de la evolución una intersección vacía entre los conjuntos de las aplicaciones intencionales de momentos inmediatos (criterio débil) o entre el primero y el último momento (criterio fuerte).[42] Si bien parece ser poco probable, cabe decir que es posible también que la información agregada a la

42 En lo que se refiere a este criterio, se sigue aquí a lo que Pablo Lorenzano (comunicación personal) denomina 'criterio (o requisito) débil' y 'criterio (o requisito) fuerte' respecto de la vinculación entre los dominios de las *aplicaciones intencionales* de *redes teóricas* pertenecientes a una misma *evolución teórica*.

teoría la convierta en un constructo teórico con una estructura distinta, lo que hace de este nuevo constructo una teoría distinta y en este caso es plausible esperar que lo que se diera a lo largo del tiempo fuera, entonces, la cristalización de una teoría. Asimismo, otra posibilidad es que sea no una cristalización sino suplantación o incorporación.

6. Conclusión

El en presente trabajo fueron presentadas en líneas generales tanto la posición defendida por Merton con respecto al desarrollo de la sociología como las ideas básicas de la metateoría estructuralista para, por fin, desarrollarse la reconstrucción de las ideas de Merton acerca del influjo de la teoría sociológica sobre la investigación empírica desde la perspectiva de dicha metateoría. Regresar a las ideas de Merton y mostrar que su reflexión acerca del influjo de la teoría sociológica sobre la investigación empírica aún hoy puede contribuir a la reflexión acerca de los fundamentos de la sociología es un paso importante para retomar el diálogo entre los sociólogos preocupados con los fundamentos de su disciplina y la filosofía de la ciencia, en especial la filosofía semanticista de la ciencia.

Esa reconstrucción de las ideas de Merton visa favorecer la retomada de dicho dialogo, que se daría ahora en términos de las concepciones semánticas de las teorías científicas, en especial en términos de la metateoría estructuralista, o sea, desde una concepción contemporánea acerca de las teorías. Asimismo, queda mucho trabajo por hacer, empezando por mostrar en casos concretos los aspectos aquí tratados. Sin embargo, eso no sería posible en un trabajo de esta extensión, por lo que queda como tarea pendiente para ulteriores publicaciones.

Bibliografía

Abreu, C. (2014), "Análisis estructuralista de la teoría de la anomia", *Metatheoria* 4(2): 9-22.

Abreu, C. (2019). "El influjo de la investigación empírica sobre la teoría sociológica según Robert K. Merton, analizado desde la perspectiva de la Metateoría Estructuralista". Análisis, 51(95): 417-432.

Abreu, C. (2020). "Los conceptos sensibilizadores y el nuevo movimiento metateórico". Estudiossociológicos, 38(113): 533-565.

Arensberg, C. M. & S. Kimball (1940), *Family and Community in Ireland*,Cambridge: Harvard University Press.

Balzer, W., Moulines, C. U. & J. D. Sneed (1987), *An architectonic for science. The structuralistprogram*, Dordrecht: Reidel. (Versión castellana: (2012), *Una arquitectónica para la ciencia. El programa estructuralista*, Edición revisada, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.)

Díez, J. A. & C. U. Moulines (2008), *Fundamentos de filosofía de la ciencia*, Barcelona: Ariel.

Durkheim, E. (1919), *Les règles de la méthode sociologique*, Paris: Alcan.

Lorenzano, P. (2012), "Base empírica global de contrastación, base empírica local de contrastación y aserción empírica de una teoría", *Ágora* 31: 71-107.

Lorenzano, P. (2019), "Principios-guía y leyes fundamentales en la metateoría estructuralista", in Díez, J.A. (comp.). *Exploraciones Pluralistas: Las Filosofías de C. Ulises Moulines*. México: UNAM, pp. 114-125.

Merton, R. K. (1945), "SociologicalTheory", *American Journal of Sociology*, 50: 462-473.

Merton, R. K. (1968), *Social Theory and social Structure. 1968 enlarged edition*, Illinois: The Free Press. (Versión castellana: (2002), *Teoría y estructura sociales*. México: Fondo de Cultura Económica)

Moulines, C. U. (1982), "Marcos teóricos: el ejemplo de la termodinámica", cap. 2.10 de *Exploraciones metacientíficas*, Madrid: Alianza, 1982, 225-247.

Volumen II

Ciencia, género(s) y feminismo(s)

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Índice
Ciencia, Género(s) y Feminsmo(s)

- Ciencia, Género(s) y Feminsmo(s) 118-119
  Sandra Caponi y Federico Nahuel Bernabé
- Hombres femeninos o mujeres que no eran tales. Sexo, género y psiquiatría en Buenos Aires a inicios del siglo XX.....120-135
  José Ignacio Allevi
- Desvelando Marie Curie e sua prática científica: reflexões de gênero por meio de uma análise metabiográfica 136-150
  Carolina Santos Bonfim
- Mulheres, internacionalização da ciência e mobilidade acadêmica 151-161
  Luciana Rodrigues Gransotto y Cristina Scheibe Wolff
- Neoliberalismo, Subjetividades e Críticas Feministas 162-172
  Margareth Rago y Mauricio Pelegrini
- No fogo cruzado de uma política imagética: a ultrassonografia obstétrica e os embates de gênero 173-186
  Bruna Lavinas Jardim Falleiros y Valéria Cazetta
- Buenas madres y esposas: Las ciencias naturales escolares y la formación de la mujer en Colombia 187-201
  Gonzalo Peñaloza
- Las pandemias no son indiferentes al género: el impacto social de la COVID-19 desde una perspectiva feminista 202-214
  Laura F. Belli y Danila Suárez Tomé
- Keep her calm. La gestión psicofarmacológica de la feminidad (1950-1960) 215-237
  Sandra Caponi

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Ciencia, Género(s) y Feminsmo(s)*

Sandra Caponi†
Federico Nahuel Bernabé‡

La filosofía feminista de la ciencia es uno de los movimientos filosóficos mejor asentados y más fructíferos de las últimas décadas. En nuestra américa no es una excepción: muchos y muchas jóvenes filósofas latinoamericanas se forman en esta área, escribiendo tesis y produciendo artículos. A su vez, la temática de género y la epistemología feminista, parece estar cada vez más presente en el campo de la historia de la ciencia. Historiadoras e historiadores de la ciencia realizan estudios sobre mujeres científicas a partir de una perspectiva feminista, analizan las dificultades de género presentes en la producción de conocimiento y se detienen a analizar de qué modo las ciencias sociales y biológicas tematizaron a las mujeres y a la comunidad LGBT+ en diferentes momentos históricos.

Entre la historia y la filosofía feministas de la ciencia existe una imbricación no siempre explicitada pero siempre presente: del mismo modo que los y las historiadoras de la ciencia tienen alguna concepción acerca de qué es la ciencia, cómo se articula con su contexto, qué rol juegan los valores o qué es (y qué no es) una teoría científica, así los y las filósofas construyen sus análisis metacientíficos a partir de determinado relato histórico sobre las distintas disciplinas. Es decir, la historia (feminista) de la ciencia tiene unos supuestos filosóficos (feministas) y la filosofía (feminista) de la ciencia toma como objeto de estudio una determinada lectura histórica de la ciencia (no siempre feminista).

Dada esta mutua imbricación, y dada la necesidad de fomentar el desarrollo de una historia de la ciencia feminista, la mayor parte de los trabajos que componen esta sección pertenecen a dicha disciplina. Desde metabiografías de grandes científicas hasta análisis críticos de la historia de la psiquiatría, el y la lectora podrá acercarse a diversas articulaciones entre la historia de la ciencia y el feminismo que confiamos resulten iluminadoras. No obstante, también pueden encontrarse reflexiones de máxima actualidad, como el impacto género específico de la pandemia de la Covid-19 y estudios sobre el rol de las ciencias naturales en la formación de las mujeres en el período poscolonial. A continuación, hacemos una brevísima reseña de cada uno de los capítulos.

El capítulo de autoría de José Ignacio Allevi, problematiza de qué modo la historia de la psiquiatría argentina abordó la cuestión de la inversión sexual masculina a principios del siglo XX, examinando el trabajo de un destacado alienista argentino, Francisco de Veyga. Veyga realizó un estudio sistemático de la teoría de la degeneración, definiendo categorías con características específicas, patologizando elecciones sexuales, al mismo tiempo que definía e imponía parámetros ambiguos y supuestamente científicos de normalidad.

Carolina Bomfim presenta un análisis meta-biográfico de una de las científicas más famosas y reconocidas del mundo, Marie Curie (1867-1934). La primera mujer que recibió un premio Nobel. Realizando un análisis critica que se fundamenta en una epistemología feminista, Carolina se pregunta hasta qué punto, el modo como es abordada la trayectoria científica de la figura de Marie

---

∗ Va nuestro agradecimiento a todxslxs colegas que caminaron antes que nosotrxs los caminos sinuosos de una filosofía e historia de la ciencia con perspectiva de género en América Latina. De aquellos senderos, estas avenidas.
† Profesora titular del Departamento de Sociología y Ciencia Política de la Uni0'versidad Federal de Santa Catarina-Brasil. Investigadora de CNPq
‡ Centro de Estudios de Filosofía e Historia de la Ciencia (CEFHIC-UNQ-CIC-BA) y Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ). Investigador postdoctoral CONICET. fnbernabeblach@gmail.com

Curie no acaba perpetuando estereotipos sexistas y reforzando el carácter machista de la comunidad científica.

El Capítulo de autoría de Gransotto y Cristina Scheibe se detiene a analizar el lugar que ocupan las mujeres en la producción de conocimiento científico en Brasil. El objetivo del capítulo es tejer algunas reflexiones sobre la trayectoria de las investigadoras brasileiras en la producción del conocimiento científico. Se analiza el lugar que ocuparon, a lo largo de la historia, y el lugar que hoy ocupan las mujeres en las universidades, en los espacios de investigación y en los procesos de internacionalización del conocimiento.

Margareth Rago y Mauricio Pellegrini analizan el proceso de producción de la subjetividad en el marco del neoliberalismo. El estudio aborda la discusión sobre la subjetividad neoliberal, realizada por Foucault en el Nacimiento de la biopolítica, centrada en la figura del Capital humano y del empresario de sí. Aborda también la perspectiva feminista de análisis realizada por autoras de Nancy Fraser y de Johanna Oksala. Las autoras analizan de qué modo esas perspectivas teóricas se confrontan o dialogan entre sí, considerando la necesidad de pensar nuevas políticas feministas de la subjetividad, fuera del marco definido por el discurso neoliberal.

Bruna Falleiros y ValériaCazetta presentan un interesante análisis sobre la constitución de la autoridad epistémica de las imágenes de ultrasonido, recorriendo históricamente los hitos que condujeron a la medicina por imágenes y haciendo especial énfasis en el modo en el cual las ecografías transformaron la obstetricia. Recuperando los trabajos de Canguilhem y Didi-Huberman, se interrogan sobre la imbricación ecografía-ideología y el modo en el que las imágenes de ultrasonido son recuperadas por los movimientos contrarios a la legalización del aborto.

El capítulo de Gonzalo Peñaloza recopila y revisa la legislación escolar, planes de estudio y textos escolares de amplia circulación hasta mediados del siglo XX en Colombia. Allí se muestra cómo, a partir de la independencia, la educación toma el lugar de la religión organizada como forjador de unidad e identidad nacional. En el trabajo se hace hincapié en la educación diferencial de la mujer como pilar del hogar y en el modo en el que las ciencias naturales fueron adaptadas para servir a la "naturaleza de la mujer". Es especialmente interesante el análisis que Peñaloza realiza sobre el higienismo como dispositivo ideológico, cómo la enseñanza de ciencias naturales estaba al servicio de ese dispositivo y la forma en la que las tareas higiénicas recaían especialmente en la formación de las mujeres.

El minucioso y exhaustivo trabajo de Laura F. Belli y Danila Suárez Tomé analiza el impacto social de la COVID-19 desde una perspectiva feminista. La pandemia propició una crisis global del sistema de cuidados y profundizó la desigualdad socioeconómica estructural que afecta negativamente sobre todo a las mujeres. El impacto desigual de la pandemia sobre las mujeres no es fruto del azar, sino de la fuerte feminización de las tareas del cuidado (tanto en el terreno informal-familiar como en el laboral-sanitario) y la invisibilizarían de estas tareas desde la ortodoxia económica. Además, la exclusión del género (y de otros ejes como la clase y la raza) en los estudios sobre la pandemia nos condena a una mirada miope sobre una realidad apremiante. Cierran su contribución, con seis propuestas para morigerar el desigual impacto de la pandemia sobre las mujeres y el colectivo LGTB+.

El capítulo de Sandra Caponi, enmarcado en la historia de la psiquiatría, revisa el descubrimiento de los neurolépticos y el modo en el que estas drogas fueran publicitadas. La revolución de los antipsicóticos cambia el medio, pero no los fines de la psiquiatría respecto de las mujeres: disciplinar y docilizar, atendiendo al lugar que la mujer debe tener en la sociedad según los mandatos patriarcales. Caponi muestra, por medio de las publicidades, la estrategia seguida por las compañías para traspasar los muros del asilo y llegar al hogar: el psicofármaco es la garantía de que la mujer vuelva "al lugar que le corresponde" que incluye cocinar y tener hijos.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Hombres femeninos o mujeres que no eran tales. Sexo, género y psiquiatría en Buenos Aires a inicios del siglo XX*

José Ignacio Allevi†

Resumen

El trabajo analiza la problematización que Francisco de Veyga, destacado alienista argentino, efectuó sobre la inversión sexual masculina a principios del siglo XX. A partir de su estudio sistemático de una diversidad de sujetos que atravesaron los espacios de atención médica donde éste se desempeñaba en la ciudad de Buenos Aires, construyó categorías y características específicas con intenciones universalistas. Atravesada por la teoría de la degeneración y el evolucionismo, nuestro estudio sobre su operación de conocimiento buscar exponer su presentación de valores epocales bajo criterios de cientificidad, en particular por tratarse de elecciones genéricas y sexuales que cuestionaban la norma, así como sobre lo femenino.

Palabras clave: psiquiatría - degeneración - sexualidad - género

* Este capítulo se enmarca en el proyecto de investigación “La conformación de los saberes psicológicos en Argentina (1900-1960): Entre los problemas de orden público y las acciones de gobierno” (Cód.: PSI373), financiado por el período 2017–2020 por la Universidad Nacional de Rosario (Argentina).

† Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral (IHuCSo–CONICET/UNL); Universidad Nacional de Rosario (UNR, Argentina).

1. Introducción

Podríamos afirmar, sin ánimos a equivocarnos, que una de las invenciones más contradictorias de la modernidad occidental fue la del individuo tal como lo referenciamos hoy día. El desarrollo paulatino de las Luces primero, el Liberalismo y su *homo oeconomicus* luego, y la aceleración abierta con la doble revolución, condujeron a la emergencia de una esfera privada, condición de posibilidad para una intimidad material y subjetiva, donde algunas disciplinas se arrogaban prerrogativas significantes.

La complejidad de un proceso semejante convocó por largo tiempo la mirada de la teoría social. Mientras algunos lo observaron como un proceso de conformación socio–genética de actitudes y comportamientos "civilizados" (Elias 1989), otros autores señalaron la especificad del autoconocimiento individual moderno, instaurado como responsabilidad del sujeto (Giddens 1997). En dicha empresa fue central la circulación e interiorización de los emergentes saberes de un espectro psi, al apuntalar la posibilidad misma del sujeto para problematizarse (Rose, 1996). En una dirección similar, diversas pesquisas se adentraron en las modificaciones de las representaciones sobre el amor y la sexualidad (Giddens, 1992), el lugar estructurante de la heterosexualidad como dispositivo socio–sexual (Tin, 2012), así como aquellas que abordaron el tenor emocional que el capitalismo promueve en los sujetos que lo habitan, y su impacto en el orden de las industrias culturales, las prácticas relacionales y la economía amorosa (Illouz 2009).

En su afán por dilucidar las formas en que el mundo occidental construyó esta subjetividad específica, Michel Foucault registró no sólo la diversidad de saberes que abonaron esa dirección, sino también su articulación en una lógica gubernamental propia de la modernidad y el liberalismo. La agenda abierta por el filósofo galo le permitió captar, entre varios procesos, una tendencia específica que caracterizaría al lugar del saber/poder médico tras la doble revolución: su extensión como grilla de inteligibilidad sobre distintas esferas. Este proceso de medicalización social comprende no sólo la interiorización de saberes médicos como forma de percibir y nombrar el propio cuerpo, sino también la carnadura de normas construidas al amparo de estos saberes, que autorregulan la conducta (Revel 2009).

Fue así que recuperó, también, una temática cara a sus pesquisas previas sobre la locura (Foucault 1984; 1976), desde un nuevo enfoque. Tras analizar la nueva lógica que comenzó a operar en el saber y práctica psiquiátricos durante el siglo XIX, Foucault planteó la expansión y capacidad instituyente del dispositivo psi sobreaquellas formas de ser y existir "normales" (Foucault 2012). A su vez, ello constituyó un espectro de sujetos espejados en tales estándares, configurando un campo de lo anormal a partir del doble desplazamiento que articulósaberes médico-psiquiátricos al dispositivo judicial. Así, con una nueva operatoria, de carácter grotesco, se constituyó y difundió una la lente sobre lo social que entendía a este amplio campo de sujetos en clave de peligrosidad (Foucault, 2010).

La posibilidad de estos procesos devino, en parte, por el aporte de la biología moderna al instaurar un sistema de saber que vinculaba al individuo con su vida desde una clave científica. Su fortalecimiento disciplinar la habilitó para transformar el contenido del significante "monstruo", desde una concepción mítica a otra naturalizada. Al instituir una regularidad normalizada –amparada en la autoridad científica–, esta disciplina permitió distinguir a sus excepciones como desviación, y al monstruo como espejo anómalo de los seres normales (Fortanet, 2015).

Un punto central en este proceso fuela construcción y patologización de la noción de instinto sexual, que fundamentó la intervención ortopédica sobre este conjunto "disidente". Foucault advirtió, asimismo, que esta articulación reticular de saberes en una lógica gubernamental instituyó a la sexualidad como dispositivo de inteligibilidad para el sujeto moderno en términos subjetivos, corporales e identitarios. Esta obsesión con el sexo que de allí en más nutrió los análisis de médicos, psiquiatras y criminólogos expone no sólo la efectividad del mismo, sinoque informa la manera de estudiarlo: no a través de su propia lente, sino posando la mirada sobre los cuerpos y los placeres (Foucault 2007; 2012b p. 148–150).

En este capítulo nos proponemos estudiar la operatoria médica sobre las sexualidades díscolas masculinas en la Argentina de principios de siglo XX que transitaron por el Depósito de Contraventores de la Penitenciaría Nacional. En una revisión y ampliación de trabajos previos (Allevi 2017), reflexionaremos sobre el delicado cruce entre discurso científico, género y alteridad. Nos valdremos para ello de un corpus de fuentes compuesto por los casos que el alienista argentino Francisco De Veyga publicó en los *Archivos de Criminología, Medicina Legal y Psiquiatría* entre 1902 y 1904. En esa dirección, pesquisaremos el doble binomio que organizó sus escritos: anomalía–degeneración y cuerpo–conducta.

Los sujetos abordados por este alienista fueron abordados previamente bajo otras lentes de análisis. Algunas pesquisas los retomaron para observar la inserción reticular de estos discursos en diversas agencias estatales en el espacio rioplatense de fines del siglo XIX y principios del XX, al tiempo que las instancias que tales voces encontraron para alterarlos con mayor o menor éxito (Salessi 1995; Barrán 1995). Otras investigaciones ubicaron estos casos en una pregunta más amplia sobre la participación de los saberes psi en los procesos de subjetivación de la sociedad argentina a lo largo del siglo XX (Talak et al, 2008). Algunas autoras también reflexionaron sobre el archivo que el higienismo erigió como dispositivo verbal y visual sobre las sexualidades consideradas anómales (Ciancio y Gabrielle, 2012). El foco de nuestra hermenéutica discurrirá en un gesto que mucho debe mucho a la apuesta de Donna Haraway (1995) y Paul Preciado (2016). En efecto, sostenemos que se trata no sólo de analizar la contingencia y arbitrariedad que atraviesa a la construcción de verdades con pretensiones universalistas por el discurso que denominamos ciencia. Al mismo tiempo, los sujetos que éste médico vio pasar por las instituciones donde trabajaba exponen la fluidez de cierta experiencia porteña donde sexo y género cuestionaban los límites de la aceptación social y encontraban espacios para su vivencia.

2. Degeneración y alienismo local

Desde el último tercio del siglo XIX, Argentina experimentó una profunda transformación social, económica y política que redefinió su perfil interna y externamente. La inserción del país en el sistema capitalista como productor de materias primas trajo aparejada la necesidad de "poblar el desierto", estimulando la recepción de contingentes migratorios desplazados de Europa, que incrementaron rápida y exponencialmente su población (Devoto 2002). Si esta condición fue el puntapié para un ciclo de crecimiento económico y tímida industrialización básica (Rocchi 2001), lo cierto es que la modernización tuvo su "costo". La expansión demográfica en tan corto tiempo –y con gran concentración en algunas ciudades–, conllevó una considerablecomplejización social junto a un crecimiento urbano desbordado. Tras los brotes epidémicos de 1868 en adelante, la cuestión social, y la creciente conflictividad política del movimiento obrero, se tornaron ineludible como problema social y político, convocando la preocupación de las elites (Suriano, 2000).

El cosmopolitismo que caracterizó a los espacios donde se hizo sentir el impacto migratorio arrojaba un panorama desbordante para los intentos de control y homogeneización social "necesarios" para construir una Nación. En este contexto, algunos saberes ofrecieron alternativas para afrontar semejante panorama, destacándose el rol del Higienismo y la Criminología (Sozzo 2011; Salvatore 2001). A pesar del impacto institucional y social que tuvieron muchas de esas iniciativas, los intentos de control social estatal se circunscribían mayormente a las urbes centrales (Di Liscia y Bohoslavsky, 2005).

El marco que guio paradigmáticamente a la elite intelectual que encabezó tales propuestas era variopinto. No obstante, la gran invención teórica de mediados del siglo XIX que facilitó la intervención médica de cuerpos y comportamientos a largo plazo fue la teoría de la degeneración, propuesta inicialmente por Benèdict August Morel en su*Traitè de Dègènèrescences*de 1857 y su *Traitè de malaidies mentales* dos años luego. Este relato con pretensiones de cientificidad se volvió un marco explicativo que facilitó al naciente alienismo amplificarse sobre el conjunto de la sociedad: todo sujeto que no respondiese al canon de salud o moral, se transformaba en portador

de una herencia mórbida e indefinida (Caponi, 2009). Años más tarde, ValentinMagnan propuso una reelaboración de ésta en clave evolucionista a partir del concepto de *heredo-degeneración,*con el que combinaba explicacionesanátomopatológicas, sintomáticas y etiológicas. Sobre el final del siglo, Emil Kraepelin recuperaría este corpus, habilitando con su teoría una verdadera biologización de las relaciones sociales (Caponi, 2011). En esta tesitura fue que tanto la medicina legal como la naciente psiquiatría se abocaron a configurar dos figuras dentro de su repertorio degenerativo: el invertido y la lesbiana.

Estas categorías y sus practicantes fueron objeto de atención de los intereses sexológicos *in crescendo* de la naciente psiquiatría. Autores como Karl Westphal, Henry Havelock Ellis y el renombrado Richard Krafft-Ebing medicalizaron estos comportamientos al incluirlos en el vasto campo de las perversiones modernas. En su *Psychopathiasexualis*(1886), éste último partía –décadas antes que Freud– del lugar estructurante que la sexualidad desempeñaba en el psiquismo, al tiempo que sistematizó algunos debates que recorrían a la disciplina. En su postura, el afeminamiento masculino respondía a una maduración mental deficiente, propia de un proceso degenerativo con distintos estadios: desde la atracción por el mismo sexo hasta la "metamorfosis sexual paranoica", donde se incrementaba la feminidad corporal y subjetiva. El campo de las perversiones, empero, reconocía un sinnúmero de cuadros nosológicos sobre prácticas similares, centrados en la debilidad de la virilidad y el grado de afeminamiento: pederastia, pedofilia, uranismo, hermafroditismo, bestialismo, sodomía, y hasta la homosexualidad "creada" por Krafft–Ebing (Di Segni, 2013).

En un contexto europeo donde la burguesía como clase comenzaba a cimentar las bases de lo que algunos autores entendieron como una hipocresía estructural, que abarcaba desde lo sexual hasta su representación cultural (Gay 1992), la medicina, y en particular la psiquiatría, ofrecía insumos para la codificar emociones y deseos disruptivos en el clivaje de la perversión y la peligrosidad. La urbe moderna no sólo representaba adelanto material; al mismo tiempo posibilitaba situaciones y prácticas que atentaban contra la moralidad estatuida: la prostitución y la inversión sexual constituían ámbitos de fuga social donde las fronteras entre clase y deseo se suprimían (Corbin 2005: 187-188).

Argentina fue un espacio particularmente receptivo de corrientes como el evolucionismo darwiniano-spenceriano, la teoría de la degeneración y la criminología positivista italiana, aunque con tiempos de lectura y reelaboraciones específicas. Mientras su desarrollo en Europa siguió una sucesión temporal, aquí fueron leídas de forma superpuesta y con apropiaciones específicas: Pinel y Esquirol fueron leídos en simultáneo a Morel y Lombroso (Huertas, 1991). A su vez, estos personajes recibieron y actualizaron debates europeos en torno a la denominada "mala vida", donde ubicaban una serie de conductas en un espectro fronterizo entre la locura y la delincuencia (Dovio 2016).

El debate sobre el concepto y contenido de la nacionalidad al despuntar el siglo en Argentina articulaba mucho de estos discursos: los elementos degenerativos que traían ciertos inmigrantes, las contradicciones de la modernización con la expansión del pauperismo urbano y rural, las ideas eugénicas que comenzaban a ganar terreno en su articulación con los saberes psicológicos (Talak 2005), allanando el camino a su influencia durante la entreguerras (Miranda, 2012). Esta mixtura de representaciones permitió a los alienistas locales diagnosticar una serie de elementos patológicos para el cuerpo social, oscilando entre su inclusión o exclusióndiscursiva –o concreta–.

Dentro de estos personajes, una figura se destacó intelectual y políticamente. Francisco De Veyga se doctoró en medicina en 1890, y comenzó su carrera especializándose en bacteriología en el Instituto Pasteur de Paris. A su retorno al país, asumió el cargo de profesor de Medicina Legal en la Universidad de Buenos Aires, así como prosiguió su camino en la medicina militar, donde llegó al cargo de teniente general en 1918. Sin embargo, uno de sus espacios predilectosfue el Depósito de Contraventores de la Penitenciaría Nacional, para el cual gestionó su transformación en un Servicio de Observación de Presuntos Alienados en la órbita de la Policía Federal en 1897.

Allí donde obtuvo el campo experimental para las teorías que lo influenciaron durante su formación en Francia.

De Veyga fue uno de los directores de la prestigiosa *Semana Médica,* donde designó a José Ingenieros como secretario tras conocerlo en 1899. Juntos fundaron una de las publicaciones de mayor relevancia nacional y latinoamericana en la materia: los *Archivos de Criminología, Medicina Legal y Psiquiatría.* Como Alejandra Mailhe (2014) se encargó de señalar, esta revista constituyó un espacio disciplinar internacionalizado de articulación y mediación entre profesionales argentinos y latinoamericanos.

A partir de las observaciones en su laboratorio antropológico, De Veyga presentó una serie de casos de inversión sexual en dicha publicaciónentre 1902 y 1904. Los sujetos por él pesquisados, por su parte, se inscribían en una proficua tematización de la sexualidad anómala a cargo de diversos profesionales que allí publicaban. Así, encontramos títulos tales como "Fetichista con hermafroditismo psíquico activo y alucinaciones eróticas del olfato", a cargo de Ingenieros y el mismo De Veyga (1902); los trabajos del jurista Lucas Ayaragaray–"Obsesión sexual: la mirada masturbadora. Estudio clínico" (1902) y "Sobre impotencia sexual" (1903)–, o bien las pericias de Ernesto Quesada sobre "Nulidad del matrimonio por impotencia sexual" (1903), entre tantos otros.

3. Hombres que nacen mujeres

A fines de 1899, Manón, un joven de 18 años, "de correcta presencia, aspecto afeminado, lampiño, insinuante" (De Veyga1902a, p. 44) acudió al servicio de Francisco de Veyga por encontrarse enfermo de tuberculosis. Sin embargo, no fue este el motivo por el cual su historia se incorporó en las páginas de *Archivos*, sino por el diagnóstico concluido por el alienista. Manón padecía inversión sexual congénita.

A simple vista, su infancia había transcurrido sin sobresaltos hasta sus 15 años, sin registro de recurrir a la masturbación o haber mantenido relaciones sexuales con mujeres, elementos que reforzaban el carácter innato de su elección sexo–genérica. No obstante, un elemento ambiental de su relato –minimizado por el especialista– había funcionado como detonante. En plena pubertad fue abusada en el ámbito escolar, pues "Su maestro de escuela le acariciaba con demasiada ternura (…) hasta que un día fue invitado por él a acompañarle a dormir. Así se produjo su desfloración à retro. El acto se repitió muchas veces." (De Veyga 1902a, p. 45).

Esta escena reúne distintos interrogantes. En primer lugar, el abuso sexual y sus perpetradores como problematización modernafueron solo de forma reciente, como planteaArchimio (2018), quien puntualizó algunos elementos para rastrear dicha figura en el discurso médico y legal argentino durante la primera mitad del siglo XX. Allí no sólo el lugar del alienista que nos convoca en la construcción de una caracterización local, sino también su énfasis sobre las perversiones del vínculo entre impulso genital y psíquico de los agresores sexuales, con lo cual su disciplina podía teóricamente intervenir en su corrección.

Lo cierto es que, en los casos que analizó en el inicio del siglo, De Veyga no manifestaba mayor preocupación sobre la situación traumática que manifestaba su analizado. A decir verdad, en su mirada pesaba más el factor voluntarista del accionar de Manón, quien aparentemente afirmaba no haberse sentido atraído por mujeres durante su infancia, mientras que "siempre fue amigo de las caricias de los hombres, que le producían un placer a que le dejaban ajeno las mujeres (De Veyga 1902a, p. 45).

Posiblemente lo que más intrigaba a De Veyga de este caso no residía en su fisionomía, vestimenta o modismos, sino el misterio que encerraba la definición de sus prácticas sexo afectivas. Manón entendía que el motor del amor radicaba en el placer sexual, y en este sentido el romance con mujeres funcionaba como distorsión, pues el foco se ubicaba en la reproducción antes que en el goce. El alienista indagó en profundidad este asuntopara afirmar que, por encima de su experiencia física y psíquica, "su sensación de voluptuosidad física no se localiza en el recto (…) Parece que la excitación de las vesículas seminales por la vía rectal es el factor determinante de

sus sensaciones voluptuosas." (De Veyga, 1902a: 45). Pero otro factor coronaba la trasgresión de este sujeto, y era el desafío a su condición social masculina, pues "su verdadero placer –lo esencial de su placer- está en la esfera psicológica. Llega al espasmo porque sabe que está entre los brazos de un hombre" (De Veyga 1902a, p. 46).

Es entonces a partir de la inversión psíquica –antes que física– de Manón que el médico analizó los rasgos femeninos de su cuerpo biológicamente masculino. Al hacerlo, su descripción expresaba el repudio y el descrédito a su elección *contra natura*, pero también una serie de indicadores sobre lo femenino que lejos estaban de la objetividad. En efecto, resumía las características de la femineidad de su comportamiento como "pusilanimidad, ligereza, sumisión, sensibilidad; todo lo que es femenino vive en su espíritu, hasta el sentimiento de maternidad representado por un excesivo amor por los niños de pecho." (De Veyga 1902, p. 46). La tuberculosis que condujo a Manónhacia su consulta era, para el especialista, un indicador más de su doble degeneración, sexual y corporal, antes que el corolario esperable de sus paupérrimas condiciones de vida.

Otros sujetos estudiadospor este médico en *Archivos* guardaban similitudes con el de Manón, aunque él leía notables diferencias. Tal era el caso de Aída, que se identificaba con el prototipo de la "mujer honesta". Nacida en una familia de buena posición e importantes recursos de la Capital Federal, desde niño había destacado en el colegio por sus "maneras delicadas y la conducta ordenada". La información que había recibido de ella fue otro insumo para que De Veyga considerase su inversión innata, pues siempre había sido cuidada en el uso del lenguaje; jamás, "se le escuchaba palabra indecente, siquiera la más tolerada en el lenguaje infantil"(De Veyga 1902b, p. 370).

Junto con este registro conductual, el alienista asociaba de manera directa o implícita varios factores para fundamentar la supuesta "malformación psico–sexual" de Aída. La holgura económica de su familia era una de ellas, pues le permitía eludir su participación en la lucha por la vida y su consecuente adaptación. Otro tanto correspondía a su aparente erudición limitada. En ese sentido, Aída solamente culminó sus estudios de bachillerato, "y como la familia tenía recursos sobrados para permitirle la holganza, pasó el período que completa la pubertad en la vida tranquila del hogar, frecuentando sólo aquellos camaradas más afines a él, en temperamento y educación" (De Veyga 1902b, p. 370).Femineidad y debilidad intelectual se presentaban como partes inseparables de un mismo binomio, caro a los debates de la época.[1]

Sin embargo, su limitada formación no impidió que su familia le gestione un puesto administrativo en la sede de la Presidencia argentina, donde su lenguaje y buen trato le allanaron el camino. Allí mismo conoció a un *partenaire* con quien comenzó a frecuentar espacios y momentos fuera del ámbito laboral. El vínculo transcurrió sin mayores impedimentos hasta que Aída se sintió "acosado por el escrúpulo de mancillar su honra, incólume hasta entonces" (De Veyga 1902, p. 371), situación que aceleró la sustanciación del matrimonio entre ambos. Lo sorprendente del acontecimiento no fue sólo que la ceremonia se practicase en una iglesia católica, sino que no resultaba un fenómeno extraño para la sociedad porteña de principios de siglo:

> El 'casamiento' de invertidos sexuales no es un hecho raro, por cierto, pero esta ceremonia no se realiza ordinariamente, sino como un acto de ostentación escandalosa, para hacer público un amancebamiento existente o meditado, siendo siempre gente corrida en el ageno [sic] quien la práctica. (…) El acto se realizó con el aparato convencional de una boda real; ella, vestida de blanco, adornada la cabeza de azahares; él de frac y guante blanco, como si fuera a recibir la santa unción del sacerdote. (De Veyga 1902b, p. 371-372)

A pesar del impulso inicial, la pareja no duro demasiado. Aída no se sentía correspondida, y pasado un año acabó divorciándose, tras lo cual guardó duelo por varios meses, manteniéndose casta y lejos de la vida social. Pocas dudas caben sobre las virtudes y valores epocales que Aída encarnaba:

1 Cabe recordar aquí que apenas un lustro antes de que De Veyga publicase sus reflexiones, Émile Durkheim fundamentaba en su estudio sobre las causas sociales del suicidio que hombres y mujeres atravesaban de manera diferencial el divorcio y su impacto subjetivo, entre otras razones, por la inferioridad intelectual de éstas últimas.

su castidad hasta la consumacióndel matrimonio, su condición respetable o su aspiración a la monogamia eran elementos que moderaban el rigor del análisis de Francisco De Veyga. En efecto, entendía que "Bajo el punto de vista sexual [Aída] era un impotente completo. (…) Su voluptuosidad consistía en ser poseída por un hombre, en sentir su compañía y su influencia protectora, pero no tenía siquiera el goce de contacto con el amante" (De Veyga 1902b, p. 373)

Luego de atravesar su duelo, Aída comenzó a frecuentar nuevos espacios, aunque más allá de su temple estoico, su condición la acercaba a ciertos ámbitos que funcionaban como instancia degenerativa: "Semejante 'joya' en medio de tanta 'corrupción' no podía ser mirada sin envidia; lo que es más probable no podría permanecer sin dueño" (De Veyga 1902b, p. 372). Y fue así que Aída contrajo nuevamente matrimonio, pero a los seis meses falleció de tuberculosis. Semejante desenlace permitía al psiquiatra reforzar su perspectiva –anclada en la teoría de la degeneración– sobre el rol que el ambiente desempeñaba en la exacerbación de las patologías mórbidas. Y no sólo porque potenciaban la herencia arrastrada por el individuo, sino también por la sinergia entre quienes elegían travestirse y los "cómplices" que buscaban satisfacer sus instintos sexuales con ellos. De Veygaentendía a estos últimos como invertidos encubiertos que negaban su tendencia homosexual en la elección de una supuesta mujer:

> existen al lado de los invertidos, para determinar o fomentar las tendencias homo sexuales, tipos previamente inclinados al goce corporal dentro de su sexo. La idea de aceptarle con un ser de idéntico género, temporaria o permanentemente, no puede tener por origen exclusivo la degeneración mental o la locura; por más extraviadas que sean las concepciones de la mente enferma, siempre hay en el mundo ambiente una base que les sirve de pie, y en ese caso, lo de 'convertirse en mujer', sea del tipo libertino o casto, responde a la existencia de una clase especial de sujetos, más numerosos quizás que la de aquellos, o por lo menos tanto, que busca de satisfacer las impulsiones viriles sobre un individuo de su sexo, forjándose la ilusión de que es mujer. De todos modos, el lado del invertido se encuentra el sodomita más o menos enviciado, sirviéndole de complemento o estímulo (De Veyga 1902b, p. 374).

4. Femineidad por adquisición

Tras explorar dos casos que le permitieron ubicar la satisfacción del placer sexual en una lógica invertida respecto a cierta regla natural, y decretarla tendencia innata e inevitable del individuo, el alienista avanzó en otro sentido complementario. En efecto, se abocó a estudiar y documentar las situaciones clínicas donde tales elecciones resultaban "de la contaminación o del desgaste mental, operados en una época ya avanzada de la vida, después de haberse establecido en la más perfecta normalidad el instinto genérico correspondiente a su sexo." (De Veyga 1903a, p. 193).

Pero ¿cómo se desviaba del instinto sexual en este universo científico? Por la combinatoria de dos órdenes de factores: la actividad genital y el desarrollo mental. Poco importaba si las alteraciones anatómicas o funcionales en cualquiera de aquellos eran congénitas o adquiridas, pues "el secreto patogénico reside en la mutua solicitación que se ejercen entre ambos centros, en la lucha de influencias o de estímulos que se establece entre ellos desde el comienzo de la vida sexual" (De Veyga 1903a, p. 194). No obstante ello, Francisco De Veyga entendía que uno de éstos factores primaba sobre el resto, y era la degeneración mental que les permitía concebir la posibilidad de asemejarse al mundo de un género que no era el que habían recibido naturalmente. La voluptuosidad con que invisten la idea de mujer a la que apuntaban los invertidos analizados era clave para establecer algún tipo de clasificación sobre los mismos. A excepción de Aída, lejos se encontraban los sujetos analizados en el mantenimiento de las formas y el decoro. A la par de su actitud se acompañaba el montaje para encarnar su elección sexo–genérica

> ese aparato exterior del que se rodean, tratando de materializar su idea primordial, no es sino un miserable artificio, en que lo ridículo se mezcla a lo extravagante, en proporción pocas veces tan marcadas, aún en los delirantes más caracterizados. Finalmente, apegados a estas ideas, de orden netamente sexual, se encuentran en ellos, para caracterizar aún más su extravío

> mental, obsesiones e impulsiones de índole extraña al asunto, alteraciones nerviosas muy agenas [sic] al fondo mismo de la perversión genésica, y una conducta por lo regular anómala; en una palabra: un estado mental perfectamente patológico (De Veyga 1903a, p. 194-195)

Estas ideas que Francisco De Veyga pergeñaba desde hacía un tiempo se sustentaban en la detenida observación que hacía de los sujetos que atravesaron los servicios médicos donde trabajaba. Uno de ellos fue el caso de Aurora, un peinador de mujeres paraguayo de 30 años arrestado preventivamente "en un baile de gente de su clase, en el cual pretendió aprovecharse demasiado de la ingenuidad de un asistente a quien había entusiasmado con la aparente realidad de su disfraz" (De Veyga 1903a, p. 195). Una vez conducido al depósito de contraventores de la Penitenciaría Nacional, lo forzaron a cambiar su atuendo, ya que se encontraba vestido por completo de mujer, incluyendo corset, enaguas y ligas. No era la primera vez que la fuerza policial detenía a Aurora, pues contaba con antecedentes registrados, sumados a las contravenciones de escándalo y embriaguez, usualmente atribuidas a estos sujetos para concluir sus reuniones, o bien intervenir si se suscitaban disturbios.

Aurora representaba un tipo especial, definido por su actividad económica. De Veyga la definía como un invertido "profesional", cuya elección sexo–genérica parecía guiarse meramente por su voluntad de obtener un rédito de ella, "pero adaptándose de tal manera al medio que parece haber nacido para vivir y prosperar en ella" (De Veyga 1903a, p. 196). En efecto, a pesar de su aparente utilitarismo, tanto su fisionomía, sus hábitos, "y hasta su estado mental" eran los de un invertido nato. ¿Acaso era un simulador? Las ideas de José Ingenieros –estrecho colega de nuestro alienista– resultaban una referencia indiscutible. No obstante, parecía existir una confesión que fundaba sus afirmaciones:

> No le han faltado tentaciones de simularnos una novela sobre la iniciación a su vida de marica y contarnos, como cosa seria, sus 'inclinaciones femeniles', 'sus gustos artísticos', su 'sensibilidad exagerada', su 'alma de mujer', que es el fuerte de todos ellos; pero optó por la franqueza, evitándonos mayor pérdida de tiempo (De Veyga 1903a, p. 197).

Su arribo a Buenos Aires y los apremios económicos parecen haber detonado su simulación, pues "Ninguna sugestión homosexual ha herido su mente (…), ni ha sentido la menor inclinación por la feminidad; al contrario, se consideraba 'hombre entero' en todo sentido" (De Veyga 1903a, p. 197). En dicha búsqueda se encontraba cuando una noche, volviendo al hotel donde se alojaba, un caballero lo acompañó e insinuó sexualmente. Ante su sorpresa y ofensa, su incitador logró explicarle y convencerlo de aceptar la transacción, tras lo cual se inició su camino degenerativo. A pesar de prometerse no reincidir en dicha práctica, se transformó en su medio de vida. Lo que Aurora desconocía era que su osada actividad laboral no le era exclusiva, y que "en Buenos Aires había toda una 'cofradía' que ejercitaba este comercio", con quienes debía competir. En los vínculos que sostenía con estos colegas, por su parte, logró perfeccionar su estilo a tal modo que "él mismo no se reconoció: 'como si hubiese nacido marica', dice él mismo, contando esta parte de su historia." (De Veyga 1903a, p. 198). Uno de sus conocidos fue quien le sugirió diversificar su actividad dedicándose también a peinar damas, oficio frecuente entre los sujetos de su categoría, afirmaba el alienista. Pero no sólo en este rubro, ya que, al igual que sucedía con sus pares femeninas, los varones abocados a este oficio obraban como proxenetas, sirvientes o incluso asociados a las prostitutas. "Las procuradoras, de cierta categoría al menos, se hacen un lujo en utilizarlos como secretarios, tratándolos en ese caso con una distinción y una confianza que a ellos mismos admira" (De Veyga 1903a, p. 199). Fue junto a su colega femenina que Aurora acabó implicada y procesada en varias causas, que incluían robos, lesiones y hasta corrupción de menores, en muchas de las cuales fue absuelta por falta de pruebas.

Aurora presentaba un elemento distintivo respecto a los otros casos, y residía en su desarrollo psíquico que, aunque carente de educación formal, era normal. La fachada que presentaba en su lucha por la vida era fruto de su adaptación exitosa, más no de sus inclinaciones perversas, y así fue que, al ser liberada del depósito de contraventores, "después de haber sufrido varios días el

régimen disciplinario que rige allí, su aire de marica parece haberse disipado bastante" (De Veyga 1903a, p. 202).

El interés del alienista sobre este caso no radicaba en su excepcionalidad, sino en el aporte que representaba a la regla general que estaba construyendo: que los invertidos "profesionales" eran al mismo tiempo delincuentes natos. El ambiente desempeñaba una función primordial en esta tendencia, en tanto "Las relaciones que sostienen todos ellos con el mundo lunfardo son tan íntimas como las que acabamos de sostener con el mundo de las prostitutas, probando así, de hecho, que no es sólo 'sentimiento' lo que agita el alma del invertido" (De Veyga 1903a, p. 199).

Otro invertido profesional que pudo analizar era, por su parte, comerciante. Se trataba de Luis D., renombrado más tarde como "La Bella Otero". Nacido en 1890 en Madrid, de familia modesta, el informe del médico no es claro sobre cuándo se produjo su arribo a Buenos Aires. Lo cierto es que Otero "no pudo recibir educación esmerada ni cultivar su mediocre inteligencia nativa" (De Veyga 1903c, p. 497) y, al igual que Manón, había sido abusada por un maestro a sus 10 años. A partir de allí, sostenía que "la primera impresión fue desagradable; pero instado por su amigo, cuya prodigalidad le encantaba, consintió en repetir el acto. En pocas semanas acabó L.D. por encontrar agradable la fornicación homosexual" (De Veyga 1903c, p. 498). En términos físicos, era de baja estatura y buena constitución, aunque de "temperamento inestable, carácter tornadizo e infantil". Un elemento que llamaba la atención del médico era la pequeñez de sus órganos sexuales, que la Otero atribuía al nulo uso que hacía de ellos. Pero De Veyga encontraba otros rasgos físicos para explicar su elección sexual, pues afirmaba que "Su escaso sistema piloso parece cohonestar su afeminamiento psíquico, así como su pie pequeño y la ausencia de bigote" (De Veyga 1903c, p. 498).

Tras desempeñarse varios años como mucamo, se abocó luego al meretricio homosexual. En ese momento, además, adoptó su nombre artístico, en honor a la renombrada artista española que triunfó en la *Belle Époque* francesa, y "de la que pretende ser su rival". Su estilo de vida y el hecho de vestirse como mujer le habían causado no pocos problemas con la justicia, siendo detenida en varias ocasiones por desórdenes en la vía pública. Sin embargo, su reputación en el ambiente donde se desenvolvía era buena, pues "Además de ejercer la pederastia pasiva, practica el onanismo sobre sus clientes y no desdeña el ejercicio del coito bucal; entre sus géneres es alabado por esta última 'habilidad'. Por todo ello consigue tener buenas entradas, dándose una vida relativamente cómoda" (De Veyga 1903c, p. 499). Lo más destacado del caso, no obstante, fue la conclusión general que De Veyga formuló sobre el perfil psicológico de estos sujetos a partir del caso de la Otero: "la vanidad y la mentira se combinan en fuertes proporciones con las anomalías morales que constituyen el núcleo mental mórbido de los invertidos" (De Veyga 1903c, p. 497)

Otro sujeto que pudo examinar este médico fue Rosita del Plata, nacido en España y luego radicado en Buenos Aires. "Sirviente de profesión", desde hacía 15 años estaba casado con una mujer que conoció en una de las casas donde trabajaba, y con quien tuvo tres o cuatro hijos. Hacía una década, empero, que todos habían partido a España, mientras que él permaneció en Argentina, remitiendo mensualmente un aporte a su familia. En ese contexto, fuera de sus actividades laborales, el sujeto en cuestión disponía de tiempo libre, durante el cual recurría a un divertimento que guardaba desde joven: el disfraz carnavalesco. Fue a partir de allí que pudo participar de numerosos festejos que estimularon su inversión:

> Tenía un débil por la figuración en comparsas y fiestas de aparato escénico (…) En este teatro, donde a promiscuidad de sexos se realiza en grande escala, las relaciones homo-sexuales no resultan difíciles de trabar. (…) Y bien, es allí, en esas fiestas, recibiendo el interesado elogio de sus dotes físicas y rozándose con uranistas de toda especie, que empezó a recibir las primeras sugestiones en el sentido de su cambio (De Veyga 1903a, p. 203)

A partir de estos elementos, De Veyga concluye que se trataba de un invertido por imitación, dado que tanto el ambiente degenerativo –donde no se cuestionaban las inclinaciones sexuales– como la volatilidad de su personalidad contribuyeron en su decisión por experimentar semejantes

prácticas. Aquí, entonces, descartada la tendencia innata hacia el mismo sexo, el alienista vinculaba su "adquisición" con una supuesta falta de determinación o voluntad de su analizado, al tiempo que una suerte de sentido de pertenencia que estas prácticas le proporcionaban.

> Ninguna razón plausible explica, en efecto, su caída en la inversión. Lo único que él puede decir es que ahí está, contento de ocupar cierta posición entre la gente de su especie, y tratando de divertirse con ella lo más que le sea posible. Por lo demás, esplicaciones [sic] en cuanto a la producción de su metamorfosis a las ideas que lo han animado a cambiar su situación sexual, no tiene ninguna que dar (De Veyga 1903a, p. 202)

A diferencia de Aurora, De Veyga entendía que este sujeto no obtenía retribuciones económicas por su comportamiento como tampoco placer sexual alguno, sino que "Su único deleite es saber que desempeña bien su papel de marica, sea en lo que respecta al arreglo de su persona, sea en lo que se liga con el contacto carnal" (De Veyga 1903a, p. 202). En términos fisiológicos, afirmaba que había desplazado sus tendencias normales para dedicarse por a cumplir el rol que tanto lo satisfacía, pero sin por ello haber adquirido la constitución mental de un invertido pleno. Su placer, en apariencia, transitaba por agradar a otro hombre, contentarlo y, de ser posible, mejorar su reputación.

Sin embargo, un caso llamó particularmente su atención, pues resultaba una forma extraña de homosexualidad, suscitada por la perversión del instinto sexual. Esto constituía, en opinión del alienista, una verdadera anomalía. El sujeto en cuestión había contraído matrimonio –como en el caso anterior–, y llevaba una vida económica y socialmente cómoda, hasta que comenzó a frecuentar nuevos ambientes. De Veyga entendía que esta decisión se derivaba de un proceso psíquico demencial, y sus antecedentes familiares resultaban un primer camino para fundamentarla, dado que tenía una hermana mayor "desequilibrada de nacimiento". La acaudalada posición económica de este sujeto, por otra parte, lo excluía del efecto vigorizante implícito en la lucha por la vida, y con ello se encontraba abonando a su degeneración mental. A pesar de que sus dotes intelectuales parecían ser normales, el médico las presentaba de manera peyorativa cuando señalaba que tenía "poca cultura ulterior. Carácter afable y contemporizador, de buen burgués tranquilo. Figura vulgar, sin signos particulares que lo distingan, ni estigmas degenerativos dignos de consignarse." (De Veyga 1903a, p. 205).

El cambio en sus hábitos y su personalidad se dio cuando ingresó en su cuarta década, volviéndose irascible, descuidado de su higiene e inquieto al punto de ausentarse de su hogar por períodos de hasta una semana, ante lo cual su familia comenzó a vigilarlo detenidamente. Pasado un año, en apariencia logró estabilizarse y recuperar algunos hábitos y costumbres previas, aunque sin volver a su anterior normalidad: "Su situación es, pues, la de un inválido cerebral, lo que no se oculta ni aún a los ojos de los menos experimentados (De Veyga 1903a, p. 206). Si su familia y vínculos previos habían quedado en segundo plano, otras relaciones y practicas deberían suplantar aquello que había perdido, y que este sujeto encontró en los prostíbulos cercanos. Lo más curioso en esta situación, empero, era el análisis del alienista, que de pronto parecía encontrar cierta racionalidad en sus motivaciones:

> Su propósito, y el interés que lo ligaba a la gente con quien se juntaba, era procurarse los medios de despertar su instinto sexual, profundamente dormido desde que empezó la crisis descrita. En efecto, el hombre habíase apercibido de que ya no experimentaba ninguna de las viejas estimulaciones eróticas que antes lo hacían entrar en excitación (…) pasaba la noche en el burdel, anheloso de que las sugestiones del medio lo ayudaran, ensayando en cuanto le era permitido, todos los recursos prácticos que encontraba (De Veyga 1903a, p. 207)

En rigor de verdad, De Veyga no veía con malos ojos su accionar, y hasta lo conceptuaba como necesario, llegando a afirmar que posiblemente su deseo sexual se hubiese reavivado luego de éstos intentos. No obstante, parece ser que un acontecimiento bifurcó su sendero hacia la normalidad. En semejante ambiente, el sujeto en cuestión recibió una invitación a una "fiesta de

maricas", donde quedó impactado por las "damas" que allí conoció, aunque no desde un punto de vista sexual, sino desde cierta fraternidad, y hasta compañerismo. Luego de frecuentar en varias oportunidades estos eventos, abandonó su hogar y su familia para casarse con un "solicitante activo", unión que duró varios años y aparentemente resultó visible en ciertos círculos por el alarde que hacían de su condición y su manejo libertario del dinero con que contaban. He aquí el verdadero problema para De Veyga: no sólo había optado por ser un invertido, sino que, en vez de recluirse para vivir su sexualidad en silencio, "como hacen tantos, la inmensa mayoría por mejor decir, de los invertidos de este género, -invertidos por perversión-, (…) hizo ostentación de su vida, convirtiéndose en una figura llamativa en el medio especial de su actuación" (De Veyga 1903a, p. 207).

Pasado un tiempo, el alienista vio cumplida su profecía. Su estado mental y físico se habían deteriorado notablemente, y vivía de una pensión asegurada por su familia, a pesar de lo cual, no había cesado en sus tendencias homosexuales.

5. Amor y moral invertidas

En función de los casos con que se topó frecuentemente, Francisco De Veyga se interesó cada vez más por esclarecer de algún modo el motor que guiaba el comportamiento de estos sujetos. En ese afán, intentaba construir un orden de cientificidad sobreel registro de los actos de aquellos sostenido por criterios morales. En la escucha de los invertidos con que se topaba en sus instituciones, este médico percibía el riesgo de tomar como verídicas sus palabras y convencerse de su juvenilidad. La tarea de la mirada experta era prever su trampa y promover otro concepto "cuando en vez de tomar a lo serio su leyenda la toma por lo que es, es decir, por la invención de un delirante" (De Veyga 1903b, p. 333). En primer lugar, entonces, era preciso desacreditar de lleno las representaciones femeninas que hacían de sí mismos, que no llegaba a ser otra cosa más que una grotesca fantasía y el resultado de su florida imaginación. No obstante,

> Eso no quiere decir que el invertido sea un mistificador, ni mucho menos un mistificador de mala fe. Él siente lo que dice y cree en que todo lo que cuenta; por lo bajo, a fuerza de contarlo, ha llegado a convencerse de su realidad. La sinceridad de su relato es idéntica a la de cualquier otro delirante (De Veyga 1903b, p. 333).

Como podemos ver, la elección sexual y genérica de los sujetos que analizaba era el punto de partida para postular su escaso desarrollo mental. El extremo al que llevaban su femineidad era, en opinión del médico, el intento de éstos por llenar –sin éxito– el abismo entre "la ampulosidad del delirio y la realidad de los hechos" (De Veyga 1903b, p. 334). En este sentido, la personalidad que sustentaba su accionar resultaba, pues, deficiente en su articulación psicofísica, dado que

> Todo lo que ella hace es transformar las imágenes eróticas que el ambiente exterior o sus propias sugestiones somáticas le comunican aumentando en magnitud o en intensidad según las circunstancias; pero exteriorizarse en actividad como el sujeto pretende, materializarse en la práctica, en una palabra, eso no le es permitido (De Veyga 1903b, p. 334).

Las trayectorias vitales de estas personas, sostenía el alienista, estaba signadas por actos enérgicos y escenas pueriles, absurdas y detallistas al extremo. Pero "¿De qué proviene (…) esta contradicción entre el carácter pasivo de su delirio y la actividad desenfrenada que finge o se propone fingir en sus actos eróticos y en sus historias?" (De Veyga 1903b, p. 335). Pues de la idea de mujer que lograron construir, vinculada a la pasión, el dramatismo o el erotismo exultante. A partir de esta imagen que edifican tempranamente es que se adicionan un conjunto de representaciones que recogen del ambiente donde transcurre su vida. Este último factor sería, a su criterio, el determinante

> y el que al mismo tiempo lo entretiene y lo conserva. Las tentativas contra-naturales, el ejemplo y las sugestiones indirectas, que a título de broma corriente se reciben con insistencia

> desde el colegio hasta el cuartel y desde el cuartel hasta la vejez, es lo que decide á definir, cuando no a hacer estallar la psicosis en estos sujetos; con mayor razón pueden mas tarde (…) influir estas estimulaciones sobre su espíritu (De Veyga 1903b, p. 335).

Junto a este factor es que deben considerarse las tendencias "innatas" del individuo, derivadas de su organización anatómica, que "están acechando la mente alterada para infiltrarle nuevas sugestiones", pudiendo ser normales o mórbidas; esto es, adecuadas psico–físicamente a su sexo, o bien invertidas. La única realidad en la fantasía que se construyen sobre su aspiración a lo femenino se traduciría en su voluptuosidad sexual, energía que sostendría la confusión derivada de su voluntad de ser otros, y que De Veyga no titubea en denominar como psicosis. Sin embargo, entendía que el objetivo sexual de éstos sujetos se vinculaba más con volver creíble su femineidad y en la entrega a su amante antes que con el goce corporal. Este goce en apariencia meramente psíquico, además, tenía un resultado negativo, pues "si se entregan de lleno al cómplice que eligen y se dedican exclusivamente a hacerlo gozar, lo único que obtienen en pago de su complacencia es la sodomización" (De Veyga 1903b, p. 337). Pero tales esfuerzos serían vanos en la mirada del alienista, pues sus *partenaires* serían solamente pederastas activos en busca de satisfacciones genésicas más o menos inmediatas. La posibilidad de la atracción con un hombre travestido no ingresaba en su perspectiva.

¿Qué ocurría, en cambio, con las tendencias sexuales innatas, "nacidas del sexo real del individuo"? Acorde al alienista, éstas se manifestarían, directa o indirectamente, por encima de su mentalidad, y podían clasificarse como normales –es decir, viriles– o anómalas. Éstas últimas resultaban las más "interesantes" para la mirada experta, pues tendían a entremezclarse con las tendencias delirantes del individuo, y su presencia se comprendía fácilmente dado el carácter congénito de la degeneración de los invertidos.

Junto a su interpretación sobre el sentimiento del amor en estos sujetos, De Veyga continuó sus disquisiciones en torno a su condición moral. En este sentido, señalaba que lejos de la delicadeza que evidenciaban en sus formas femeninas, su sentido moral presentaba "vacíos" considerables, en especial por su participación en actividades delictivas. Su comportamiento, por otra parte, dejaba mucho que desear tanto social como personalmente. En su opinión, se trataba no menos que de inválidos mentales –por nacimiento o accidente– muchos de ellos incluso "degenerados hereditarios", circunstancia que explicaba para el alienista que diesen curso a sus tendencias mórbidas. Sin aclarar demasiado cómo o cuándo sucedía esta pérdida de las "ideas superiores" que debieran frenarlos moralmente, la degeneración adquirida en que derivaban resultaba, en términos prácticos, similar a una degeneración congénita.

Los casos observados en el Depósito de contraventores, así como el número de causas judiciales por él percibidas, por otra parte, parecían ofrecerle a De Veyga una suerte de ley general. A partir de la misma, afirmaba que el inicio práctico de toda inversión se producía casi indefectiblemente a partir de la corrupción de menores, para luego volverse un recurso ordinario de sus deseos. Valiéndose de los casos de sirvientes que iniciaban a niños por un camino degenerativo, el alienista parecía contradecir lo afirmado años atrás frente a casos como el de Aurora.

En cuanto a los sentimientos que manifestaban, las confesiones recabadas por el alienista le dieron insumos para afirmar que sus sujetos de observación carecían de todo altruismo o ánimo solidario, estableciendo vínculos sólo con aquellas personas que sirviesen a sus fines. E incluso sus iguales, sólo existiría mera complicidad, sin afección o lealtad.

> Los sentimientos de afectividad son insignificantes, cuando no nulos. La lealtad y el compañerismo, aun para entre ellos mismos, ausentes del todo. (…) A ese respecto un invertido no se eleva más arriba del nivel de un ladrón profesional o una prostituta, los que, como se sabe, representan el *summun* de la fragilidad en materia de delincuencia (De Veyga 1904, p. 24).

Esta supuesta tendencia al criticismo, donde las formas parecían alterar al médico en mayor medida que el contenido, eran en su opinión una expresión más de su origen y su condición por fuera de la normalidad, y en atentado contra ella, pues "Nada más característico del degenerado que la mezquindad de carácter, la ruindad como se dice comúnmente. A eso se agrega la susceptibilidad exagerada, propia tambien del degenerado, y ahí se tiene el cuadro tipo del marica" (De Veyga 1904, p. 25).

Por si fuera poco, De Veyga sumaba a este cuadro no sólo que ninguno de ellos era capaz de sostener algún tipo de orden en sus vidas, sino que desconocían el pudor. Sea por el avance de su delirio, sea por frecuentar espacios de la mala vida, acababan por asimilarse a todos los sujetos que habitaban ese amplio espectro que la criminología local buscaba identificar con ahínco. El único camino posible en tal contexto, era el de su degradación paulatina.

> Esa es la evolución que sigue el invertido. La felicidad que parece rodear a algunos de ellos no es sino transitoria... (...) El resto no es sino miseria, desprecio o encierro carcelario. La locura sobreviniente, o la demencia ulterior no es rara, pero lo es menos la muerte en el abandono. La tuberculosis se suele cebar sobre ellos como en tantos organismos debilitados (De Veyga 1904, p. 28)

6. Consideraciones finales

En este trabajo nos propusimos reflexionar sobre la intersección entre historia, ciencia y filosofía a partir de la producción de un alienista argentino en los inicios del siglo XX. El objeto elegido no fue convencional en lo que refiere a los estudios de género, ya que las monografías de Francisco de Veyga no versaron sobre mujeres *stricto sensu*, sino sobre hombres que reunían una doble condición: al tiempo que se veían atraídos por su mismo sexo, se identificaban el mundo femenino en sus formas de vestir, comportarse o vivir. Las inferenciassobre este último y el ambiguo campo de la anomalía, construido en oposición a una supuesta regla "natural" y científica, resultaron constantes. La posibilidad que nos brinda esta mirada retrospectiva y de conjunto sobre las intervenciones de este alienista en la materia nos permiten no sólo señalar sus puntos débiles, sino –y siguiendo a Haraway (1995)– la arbitrariedad y contingencia de aquello que la ciencia instituye como verdad. Repasemos.

La definición sobre los tipos de inversión se anclaba en la doble condición explicativa del corpus teórico del alienista alrededor de las formas de la degeneración; esto es, herencia o adquisición. En el caso de la primera, ubicó al afeminamiento infantil como elemento que fundamentaba una "malformación psicosexual", corporizada en las historias presentadas. Sin embargo, la certidumbre del autor sobre su carácter innato se tensiona cuando ingresa el factor de los abusos perpetrados en contexto escolar, no entendidos como tales. Pero el punto central de inflexión radicaba en la subversión que estos sujetos efectuaban sobre su propia condición biológica para adoptar formas y prácticas contrapuestas. Con todo, hemos visto que la evaluación adoptaba un tono distinto cuando esta carnadura se aproximaba al prototipo femenino de la época, sobre cuyos atributos el médico presentaba un criterio unívoco: escaso desarrollo intelectual, debilidad, sumisión, moderación de la conducta.

Otro lugar epistémico tuvo este último factor cuando los casos en cuestión respondían a la inversión como resultado adquirido, lo cual abonaba a cada ejemplo de su tipología. Desde los "profesionales" que hacían de su sexualidad un medio de vida, aquellos que obraban por imitación y satisfacían así su necesidad de pertenencia a ese ámbito, o bien quienes habían pervertido su instinto sexual había con el paso del tiempo. Ninguno había escapado a la influencia degenerativa del ambiente. Dos rasgos, además, los aunaban. Si la degeneración sexual se correspondía con una similar de orden psíquico –en su desarrollo intelectual o su deterioro cognitivo–, el ambiente que los reunía también funcionaba como factor explicativo común. Las asociaciones entre degeneración sexual, moral, delincuencia y prostitución se inscribían en una larga tradición de la

criminología y psiquiatría contemporáneas a De Veyga, que unificaban bajo un mismo rótulo toda práctica que subvirtiera los intentos de ordenamiento sobre la efervescencia social que la modernización trajo a las grandes ciudades.

Otros factores también ingresaban con igual grado de fuerza explicativa. Por un lado, el criterio evolucionista de la lucha por la vida, que podía bien contribuir a la degeneración personal cuando ejercía menos presión –los casos acaudalados–, bien explicar el recurso a la inversión como un medio más en el camino a la supervivencia urbana. Por otro, la variable corporal, estudiada desde su fisionomía como de su morfología. En casi todos los casos que abordamos, pudimos observar los nexos construidos entre rasgos físicos y degeneración, resultando paradigmático el de la Bella Otero, donde el escaso desarrollo de sus órganos sexuales se ubicó como la causa de sus prácticas sexuales.

La versión que los invertidos enunciaban sobre sí mismos era, para De Veyga, indefectiblemente delirante, en tanto respondía a sus intentos –fallidos– de encarnar imágenes del universo femenino. Al no poder alcanzar aquello que deseaban ser, el resultado ineludible era la exaltación que notaba en la mayoría de ellos. La única realidad que reconocía en su construcción imaginaria reposaba en el sensualismo exagerado de su accionar, mientras que la base de su goce psíquico residía en alcanzar la credibilidad del rol que desempeñaban. En esta dirección, el especialista descartaba que tales sujetos pudiesen dar o ser retribuidos amorosamente: bien porque su condición no podía despertar sentimientos genuinos en sujetos normales, bien por la anormalidad que definía a sus respectivos *partenaires*.

Algunos elementos de la construcción que Francisco De Veyga ofreció sobre aquellos sujetos que cuestionaban el orden social en sus formas de actuar, presentarse y ser en el mundo, aún tras el paso de un siglo, perviven en el sentido común. Su argumentación conduce, de manera más o menos explícita, a una representación donde ambas formas de la degeneración que éstos encarnaban se fusionaba en el mismo repudio. Esa misma conclusión, sostenemos, es el talón de Aquiles de toda su teoría, y la posibilidad misma de rebatirla. Así, el ejercicio hermenéutico de este capítulo procuró no sólo exponer sus debilidades como una forma de interrogar –desde el pasado– los estigmas del presente, sino también, aunque de forma menos explícita, de iluminar las posibilidades que estos sujetos "marginales" lograron construir para su existencia en la Buenos Aires de principios del siglo pasado.

Fuentes

Ayarragaray, L. (1902), "Obsesión sexual: la mirada masturbadora. Estudio clínico", *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 1* (2): 273-275.

Ayarragaray, L. (1903), "Sobre impotencia sexual", *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 2* (2): 268-271.

De Veyga, F. (1902a), "Inversión sexual congénita", *Archivos de Criminología, Medicina Legal y Psiquiatría 1* (1): 44-48.

De Veyga, F. (1902b), "Invertido sexual imitando a la mujer honesta", *Archivos de Criminología, Medicina Legal y Psiquiatría 1* (3): 368-374.

De Veyga, F. (1903a), "La inversión sexual adquirida. Tipo de invertido profesional. Tipo de invertido por sugestión. Tipo de inversión por causa de decaimiento mental", *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 2* (2): 193-208.

De Veyga, F. (1903b), "El amor en los invertidos sexuales", *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 2* (3): 333-341.

De Veyga, F. (1903c), "La inversión sexual adquirida. Tipo profesional: un invertido comerciante", *Ar*

chivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 2 (4): 492-496.

De Veyga, F. (1904), "El sentido moral y la conducta en los invertidos sexuales", *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 3* (1): 22-29.

Ingenieros, J. y De Veyga, F. (1902), "Fetichista con hermafroditismo psíquico activo y alucinaciones eróticas del olfato", *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 1* (5): 616-621.

Quesada, E. (1903), "Nulidad del matrimonio por impotencia sexual". *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines 2* (1):143-148.

Bibliografía

Allevi, J.I. (2017), "La creación clínica de normas sexuales. Nosología, patologización y contramodelos sexuales en la Penitenciaría Nacional (1901-1904)". *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana 26* (1): 126-147

Archimio,E. (2018), "Para una genealogía del violador. Prácticas penales, discursos médicos, psiquiátricos y criminológicos en la configuración del agresor sexual en Argentina en la primera mitad del siglo xx", *Sexualidad, salud y sociedad. Revista latinoamericana, 28* (1): 30–50.

Barrán, J.P. (1995), *Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos. La invención del cuerpo,* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.

Corbin, A. (2005), "El encuentro de los cuerpos", en Corbin, A., Courtin, J. J., Vigarello, G., *Historia del cuerpo. De la Revolución Francesa a la Gran Guerra,* Madrid: Taurus.

Caponi, S. (2011), "Para una genealogía de la anormalidad: la teoría de la degeneración de Morel", *ScientiaeStudia 7* (3): 425-445.

Caponi, S, (2009), "Para una genealogía de la psiquiatría ampliada", *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental3* (6): 106-125.

Ciancio, M. B., Gabriele, A. (2012), "El archivo positivista como dispositivo visual-verbal. Fotografía, feminidad anómala y fabulación", *Mora 18* (1): 0-0.

Devoto, F. (2002), *Historia de la inmigración en la Argentina,* Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

Di Liscia, M. S. y Bohoslavsky, E. (2005), *Instituciones y formas de control social en América Latina 1840–1940. Una revisión,* Buenos Aires: Editorial Prometeo/Universidad Nacional de General Sarmiento/Universidad Nacional de La Pampa.

Di Segni, S. (2013), *Sexualidades. Tensiones entre la psiquiatría y los colectivos militantes,* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Dovio, M. (2016), "Conductas desviadas socialmente o de 'mala vida' desde el positivismo criminológico en Argentina (1902-1923)". *História e Perspectivas 54* (1): 137-165.

Elias, N. (1989), *El proceso de civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas,* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Fortanet, J. (2015), "Anatomía de la monstruosidad: la figura del monstruo como objeto de la mirada médico-anatómica moderna", *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia 67* (1): 088.

Foucault, M. (2012a), *El poder psiquiátrico. Curso en el Collége de France (1973-1974).* 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M. (2012b), *Historia de la sexualidad. La voluntad del saber,* Buenos Aires: Siglo XXI.

Foucault, M. (1976), *Historia de la locura en la época clásica,* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M. (2010), *Los anormales. Curso en el Collége de France (1974-1975),* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M. (2007), *Sexualidad y poder. Sexualidad y soledad. La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad*. Barcelona: Folio.

Foucault, M. (1984), *Enfermedad mental y personalidad,* Barcelona: Paidós.

Gay, P. (1992), *La experiencia burguesa. De Victoria a Freud. Tomo II*, México: Fondo de Cultura Económica.

Gidens, A. (1995), *Modernidad e identidad del yo. El yo y la sociedad en la época contemporánea,* Barcelona: Ediciones Península.

Giddens, A. (1998), *La transformación de la intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas,* Madrid: Cátedra.

Haraway, D. (1995), *Ciencia, cyborgs y mujeres. La invención de la naturaleza*, Madrid: Cátedra.

Illouz, E. (2009), *El consumo de la utopía romántica. El amor y las contradicciones culturales del capitalismo,* Buenos Aires/Madrid: Katz Ediciones.

Mailhe, A. (2014), "El archivo de Archivos: un latinoamericanismo eurocéntrico en la psiquiatría y la criminología de principios del siglo XX", *Varia Historia 30* (54): 655–678.

Miranda, M. (2012), "La Argentina en el escenario eugénico internacional", en Miranda, Marisa y Vallejo, Gustavo (dirs.). Una historia de la Eugenesia. Argentina y las redes biopolíticas internacionales. 1912-1945, Buenos Aires: Biblos. Pp. 19-64

Preciado, P. B. (2016), *Manifiesto contrasexual.* Barcelona: Anagrama.

Revel, J. (2009), *Diccionario Foucault,* Buenos Aires: Nueva Visión.

Rocchi, F. (2001), "El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período 1880-1916", en Lobato, M. (comp.), *Nueva Hisotria Argentina: El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916),* Buenos Aires: Sudamericana.

Rose, N. (1998), *Inventing ourselves. Psycology, power and personhood,* New York: Cambridge University Press.

Salvatore, R. (2001), "Sobre el surgimiento del estado médico-legal en la Argentina (1890-1930)", *Estudios Sociales. Revista universitaria semestral 11* (20)*:* 81-114.

Sozzo, M. (2011), "Los exóticos del crimen. Inmigración, delito y criminología positivista en Argentina", *Delito y Sociedad 20* (32): 33–51.

Suriano, J. (comp.) (2001), *La cuestión social en la Argentina, 1870-1943,* Buenos Aires: Editorial La colmena.

Talak, A. M. et al. (2008), "La psicologización de la sexualidad en la Argentina (1900-1970)", *Anuario de Investigaciones. Facultad de Psicología. UBA 15:* 169-177.

Talak, A. M. (2005), "Eugenesia e higiene mental. Usos de la psicología en Argentina (1900–1940)", en Miranda, M. y Vallejo, G. (comps.), *Darwinismo social y eugenesia en el mundo latino*, Buenos Aires: Editorial Siglo XXI de Argentina.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Desvelando Marie Curie e sua prática científica: reflexões de gênero por meio de uma análise metabiográfica

Carolina Santos Bonfim†

Resumo

Marie Curie (1867-1934) é um dos nomes mais conhecidos na comunidade científica. Ela foi a primeira mulher a receber um prêmio Nobel e única mulher a ser laureada duas vezes, o primeiro em Física (1903) e o segundo em Química (1911). Mas será que estamos abordando sua trajetória de modo a não perpetuar estereótipos sexistas? Ou mesmo, que reforçam o caráter machista da comunidade científica? Que elementos atribuídos à personalidade de Marie Curie são frequentemente mencionados? Qual a visão de Marie sobre a prática científica? Para tentar responder tais perguntas, analisamos metabiograficamenteduas obras em especial: "Pierre Curie andAutobiographical Notes" e "Madame Curie", sendo as relações de gênero transversais a essa análise. Desvelar Marie Curie não é só questão de demarcar uma representação feminina nas ciências, simboliza também uma nova forma de pensar e fazer ciências.

Palavras-chave: Mme. Curie - questões de gênero - metabiografia

* Agradeço ao Programa Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPGEFHC-UFBA/UEFS), onde me tornei mestra.

† Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (UnB). carol.sb88@gmail.com

1. Introdução

Marie Curie (1867-1934) adquiriu um status icônico tanto na comunidade científica quanto no imaginário social, não somente pelos seus feitos no campo da Radioatividade, mas também por sua forte ação em outros setores da sociedade. Ela foi a primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel de Física em 1903, juntamente com seu esposo Pierre Curie e Henri Becquerel, e a única mulher a ter sido laureada duas vezes com este prêmio, ao receber também o Nobel de Química em 1911. Além de Marie Curie, somente mais três cientistas foram agraciados com dois prêmios Nobel, incluindo Linus Pauling (1901-1994) com o prêmio Nobel de Química (1954) e da Paz (1962). Esses feitos ganham ainda mais notoriedade se pensarmos na invisibilidade feminina na comunidade científica à época, principalmente em cargos de chefia, o que Marie conseguiu galgar em sua carreira.

Diferente de "ilustres desconhecidas" cientistas que trabalharam com seus parceiros, como Clara Immerwahr (1870-1915), MilevaMarić (1875-1948) e Dorothy CrowfootHodgkin (1910-1994; Guimarães, 2011), Marie Curie conseguiu se sobressair, dentre outras razões, por seu casamento com Pierre Curie, sua relação com a jornalista feminista MissyMeloney e pela construção de sua imagem na biografia que escreveu sobre seu marido e na sua biografia escrita por sua filha, pontua Alaimo et al. (2018). Em oposição a essa ideia, Pugliese (2007) pondera que Pierre, ao mesmo tempo que impulsionou, eclipsou a figura de Marie.

Quando pensamos na trajetória de vida de Marie Curie, lembramos particularmente de duas obras: a primeira delas é a biografia de Pierre Curie "Pierre Curie andAutobiographical Notes" (Curie, 1923), escrita pela própria Marie, cujo último capítulo contém suas notas autobiográficas (sem versão em português), na versão francesa não foram acrescentadas tais notas. No presente estudo, utilizamos a versão em inglês. A segunda foi escrita por sua filha Eve Curie em 1936.Esta se tornou bastante popular e teve sua versão em português traduzida por Monteiro Lobato, um reconhecido escritor brasileiro, e publicada dois anos depois da original em francês (Curie, 1938). Além dessas obras, temos diversas biografias que foram escritas ao longo das décadas que, na grande maioria, se destinaram a reforçar a boa reputação de Marie Curie (Alaimo et al., 2018). Para Fara (2013), as biografias sobre Marie Curie a descrevem como figuras irrealistas e indesejáveis, entre elas, como oportunista adúltera ou mártir das ciências.

Independente das controvérsias sobre qual história e filosofia favoreceriam o ensino e o aprendizado de ciências (Assis, 2014), existe um consenso de que ambas devem ser inseridas, pois se pressupõe, entre outras razões, que a história das ciências, particularmente, promove uma maior compreensão dos conteúdos científicos. Além de possibilitar que as/os estudantes construam noções mais elaboradas e realistas acerca do empreendimento científico (Bastos, 1998). Uma visão a-histórica, por exemplo, omite as realizações femininas nas ciências e os obstáculos por elas enfrentados. A noção de neutralidade suprime as desigualdades existentes entre homens e mulheres no desenvolvimento do conhecimento científico. Pensando neste consenso, uma das preocupações recorrentes é que, se essa inserção não for feita da melhor maneira possível, distorções e falseamento da história podem ocorrer, que, porventura, contribuirão para a formação de uma visão simplista da prática científica* (Sequeira & Leite, 1988) ou até mesmo fragilizarão as ideias das/dos estudantes em relação às mais coerentes com as debatidas pelas metaciências na atualidade (Matthews, 2012).

Aliado a isto, a forma como as biografias são construídas podem perpetuar estereótipos e, destemodo, afetarem a maneira como as pessoas pensam não somente sobre as ciências mais também sobre o feminino. Neste sentido, consideramos que desvelar a forma pela qual Marie Curie

* Optamos por temos como "prática científica" e "atividade científica", pois englobam uma ampla gama de atitudes em diferentes espaços (comunicação, divulgação laboratório, campo etc.), indo além das práticas laboratoriais dos/das cientistas. No mais, utilizamos o termo "ciências" ao invés de "ciência", pois as especificidades de caráter epistemológico, material, social e retórica particular de cada área de pesquisa remetem à ideia contrária de uma ciência monolítica, como aponta Pestre (1996).

é apresentada nessas biografias, é um ponto de partida para conscientizar-se e modificar as nossas próprias concepções epistemológicas acerca daatividade científica (Gil-Pérez et al., 2001). Outrossim, compreender como Marie mesma se via e quais eram suas percepções sobre o empreendimento científico pode torná-la mais humana e menos mitológica. Para tal fim, analisamos alguns aspectos da trajetória de Marie Curie com enfoque nas duas obras supramencionadas, à luz de alguns elementos da metabiografia. Jonathan Bates, biógrafo de Shakespeare, escreveu que "mitos são ficções dos quais sempre há verdades a serem aprendidas" (Saunders, 2015, p. 335, tradução minha), sendo que as relações de gênero aqui discutidas são transversais a essa análise. Advertindo que "as concepções de gênerodiferem não apenas entre as sociedades ou osmomentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem" (Louro, 2008, p. 23).

2. A Biografia e implicações para a História das Ciências

As biografias estão presentes em várias épocas e países. As narrativas que se encarregam da vida são chamadas de biografia (Larrosa, 2004). A expressão "biografia" engloba o trabalho da cultura de um corpo vivente e o descobre dentro do trabalho cultural. Como premissas, a biografia se propõe a construir uma narrativa de traços de vida e mediar um encontro entre o leitor e o sujeito, por meio do biógrafo (Dhúill, 2012). O referido gênero se tornou popular a partir da era renascentista. A ascensão da individualidade humana, do homem como centro do universo, contribuiu para a popularização da biografia.

O termo "biografia" foi estabelecido na Grécia no final do período antigo, muito embora se encontre registros biográficos, ditos "*bioi*" (vidas) antes disso, sinaliza Burke (1997). O autor busca trazer à tona aspectos positivos sobre o estilo biográfico renascentista, haja vista que contemporaneamente, muitas críticas são direcionadas a esse estilo, como não discutir o desenvolvimento da personalidade do sujeito em questão ou ser repleta de anedotas. Acreditamos que traços do estilo biográfico renascentista permanecem na atualidade, ao contemplar, por exemplo, os retratos de autores presentes nos livros, os relatos sobre a trajetória deles apresentados nos prefácios e o objetivo didático. Por certo, a forma como as biografias vêm sendo feitas e o modo como são encaradas mudaram muito ao longo dos séculos.

É perceptível que muitas características das biografias renascentistas, vistas com maus olhos pelos historiadores, ainda permanecem em produções biográficas, como a mitologilização dos atores, a hagiografia, o descolamento entre as ações individuais e as determinações coletivas, sendo o contexto uma mera moldura ou palco para os acontecimentos, ou o contrário, uma supervalorização do contexto, como único domínio explicativo. Outro elemento criticado é a inclinação em construir uma imagem pura, incorrupta dos atores, vistos como verdadeiros heróis ou mitos. Schimidt (2017), ancorado em diversos autores, considera o gênero biográfico como um "gênero de fronteira", uma vez que é explorado em muitos campos, como a Antropologia, História, Jornalismo, Cinema, Literatura, dentre outros. Para o autor, independentemente do campo praticado, a "biografia exige do biógrafo muita consciência de seus recursos narrativos, pois são eles que configuram o/a personagem que se quer analisar" (p. 47), que irão depender tanto da forma quanto dos pressupostos epistemológicos dos/as autores/as.

Do ponto de vista de historiadores/as, apesar da biografia ter (re)adquirido um espaço como gênero de estudo, ainda há receio em investir na pesquisa biográfica, devido, entre outras razões, à aproximação de tal gênero a modos já amplamente criticados de fazer história, conforme sinaliza Schimidt (2017). De acordo com o autor, parte das desculpas dadas pelos historiadores que optam ou não pela biografia se centram em problemáticas evidenciadas na pesquisa biográfica, fazendo um destaque para: a maneira de relacionar as vivências singulares com seus contextos, "sem subsumi-las ao coletivo e, ao mesmo tempo, sem destacá-las dele" (p. 46); as preocupações entre o que é considerado "verdade" ou é o que é ficcional e, por fim, a tensão, intrínseca ao gênero, "entre a pretensão à verdade e vocação moralizante" (p. 47). Isto torna evidente, o quão desafiadora

e complexa é a pesquisa biográfica. Mary JoNye (2006) relata que, desde a década de 1970, acadêmicas e acadêmicos feministas vêm indicando a ausência de cientistas mulheres em trabalhos biográficos, trazendo à tona preconceitos históricos responsáveis por afastar das mulheres uma imagem heroica.

A biografia começou a ser amplamente adotada por cientistas a partir do lançamento do Dicionário da Biografia Científica na década de 1960 (Nye, 2006), apesar de já ser esparsamente abordada há alguns séculos (Figueirôa, 2007). Mary Terrall (2006) pondera que as biografias de cientistas são bons motivos para discutir aspectos abrangentes das ciências, como sua integração com sociedade e cultura, política e movimentos intelectuais. Uma biografia pode apontar como um indivíduo lida com suas ambições científicas, explorando recursos como produções, conversas, sociabilidades, patrocínio e status social.

Nye (2006) aponta que, embora historiadores da ciência usem biografias como uma forma de analisar processos e a cultura científica, as mais promissoras são as que “retratam ambições, paixões, desapontamentos e escolhas morais que caracterizam a vida de um cientista” (p. 322, tradução minha). No mesmo sentido, Abreu (2012) sinaliza que o foco das biografias na historiografia recente das ciências tem abrangido, além das atividades profissionais de cientistas, aspectos como a história pessoal e suas relações com a sociedade e o contexto nos quais vivem ou viveram. Dessa forma, a análise das redes de sociabilidade tem sido uma das principais contribuições da histografia das ciências, desvelando os papéis sociais desempenhados por cientistas na sociedade, no âmbito epistêmico e transepistêmico.

3. A metabiografia como um método de análise

O uso do termo “metabiografia” vem sendo aplicado a uma gama de abordagens críticas ao gênero ou autoconscientes em narrativas sobre vidas, tanto em âmbitos fictícios ou não. Diversos significados atuais são empregados, sendo muitas vezes de difícil conciliação. Conceituações mais gerais e simplistas, como a de LucastaMiller, que as coloca como "um livro sobre biografia", enquanto outras apontam para maiores ambições teóricas, frequentemente pós-modernas, aponta Saunders (2015). O autor argumenta que, embora aparente uma ligação ao pós-modernismo, o termo "metabiografia" o precede e resiste no tempo. Segundo ele, existem dois marcos no estabelecimento das metabiografias como gênero: a autopercepção dos autores e uma ênfase na ficção da narrativa biográfica.A maior parte das metabiografias apenas questiona as atividades do escritor, em contraste com aquelas que adotam uma base pós-moderna, instigando o/a leitor/aa meditar sobre suas relações com o/abiográfo/a e com o sujeito biografado.As diversas formas pelas quais as metabiografias rompem com a noção dominante dos sujeitos e desfazem os mitos biográficos podem ser responsáveis pela amplitude do gênero.

O termo metabiografia ganhou evidência em discussões acadêmicas com o estudo comparativo feito por Nicolaas Rupke sobre as biografias de Alexander von Humboldt, em sua obra “Alexander von Humboldt: Uma Metabiografia”, de 2005 (Dhúill, 2012; Sanders, 2015; Wirten, 2015; Alaimo et al., 2018). O autor se propôs a investigar "como reputações [são] construídas e reconstruídas por culturas nacionais, profissionais, entre outras" (Saunders, 2015, p. 326, tradução minha).

Segundo CaitríonaNíDhúill (2012), críticas ao estilo de escrita biográfico emergiram como contratradições de anti, pseudo e metabiografia. Para a autora, os ataques ao gênero biográfico proporcionaram o surgimento de movimentos com maior ou menor engajamento político, que buscaram recolocar a biografia como um território facilmente suprimido onde distinções entre público e privado, indivíduo e sociedade, biológico e cultural podem ser consideradas ilusórias ou motivadas ideologicamente. Nas alternativas à biografia, ou contratradições (como anti, pseudo e metabiografia), o que é marcante é a ausência do corpo, de modo a infiltrar a leitura, evidenciando que as narrativas não levam ao sujeito, mas sim aos documentos que narram a sua trajetória. Ao ler uma biografia, não lemos apenas a vida do outro, lemos uma leitura de outro sobre a traços de vida de outro. Para Sanders (2015), o conceito de "metabiografia" apresentado por Dhúill

transcende o estudo comparativo de reputações e inclui várias estratégias para questionar o discurso biográfico, dessa forma, não significando apenas "biografia comparativa", mas o estudo das narrativas de vida em geral.

Sorensen (2017) explica que ametabiografia é uma abordagem terciária para uma determinada vida, adicionando uma meta-perspectiva à biografia tradicional, que é uma abordagem secundária. (Figura 1).A vida do/da protagonista é o passado mais distante (azul) e é abordada pelas biografias, escritas em um segundo contexto (vermelho). A metabiografia (verde) colhe informações dos diversos relatos biográficos, os analisando em uma perspectiva histórico-sociológica.

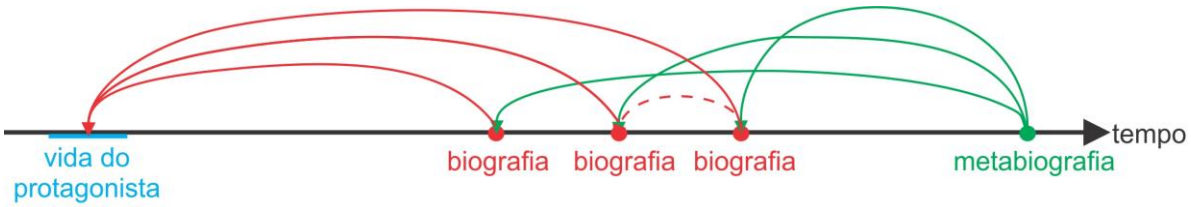


Fig. 1: representação esquemática dos três contextos temporais de metabiografias (traduzido de Sorensen, 2017).

Dessa forma, estudos metabiográficospossuem a capacidade de evidenciar que materiais biográficos são permeados por contextos históricos e culturais, gerando um discurso biográfico multifacetado e complexo, à medida em que "o tempo é percorrido" (Dhúill, 2012). Existem, pelo menos, dois tipos de metabiografia: longitudinal e transversal. Na metabiografia longitudinal, biografias escritas em diferentes épocas são analisadas à evolução de seus contextos de produção, ao passo que a transversal analisa diferentes sujeitos com similares contextos de produção (Sorensen, 2017).

Metabiografia é sobre apontar e contrastar imagens muitas vezes contraditórias do sujeito estudado, se propõe a questionar a noção de realidade, discutir interpretações e ampliar o conhecimento sobre o sujeito, revelando os trajetos da narrativa biográfica, pontua Saunders (2015). Ele argumenta que as metabiografias não apenas desmembram mitos, como também os agrupam, sendo os clichês uma preocupação direta. Ainda para o autor, metabiografia não é a filosofia da biografia nem sobre a vida de um indivíduo no contexto da história social, embora seja um conceito que inspira um reconhecimento amplo nos debates sobre a história das biografias. Em síntese, a metabiografia é um gênero documental e, por isto nelapodem ser mesclados aspectos ficcionais e polêmicas, compreendendo assim, uma gama de variações e subgêneros.

4. Marie Curie e sua atividade científica

A seguir, destacamos três estereótipos sobre Marie Curie perceptíveis em suas biografias e suas implicações para as percepções sobre a atividade científica, incluindo a própria percepção de Marie sobre tal atividade. Estes estereótipos evidenciam a importância de fomentar discussões de gênero nas ciências, uma vez que tocam no feminino, trazendo consigo preconceitos, além de refletirem uma visão sexista do empreendimento científico. O gênero se revela em expressões como "gênio das ciências", "mártir das ciências", "mãe dedicada, "esposa devota", dentre outras. Ainda em 1956, 50 anos após a morte de Pierre, Marie era primeiramente lembrada como "viúva solitária", "mãe" e só por último como física, enfatiza Laborde (1956). Boa parte desses estereótipos emergiram das primeiras biografias escritas, que tiveram Marie e Eve como autoras, não esquecendo dos contextos vividos por elas, que

> [...] é marcado por ganhos modestos no acesso de mulheres às atividades científicas, como a criação de colégios de mulheres, mesmo assim, elas permaneceram às margens de uma atividade que cada vez mais se profissionalizava. A mudança nesse quadro inicia-se somente após a segunda metade no século XX (Leta, 2003, p. 271)

Digamos que Marie já estava sendo ousada demais em adentrar o universo de cientistas do gênero masculino. Na biografia sobre Marie, Eve Curie omitiu detalhes sobre a vida da mãe que ela considerou não interessantes e centrou-se em seus feitos científicos e na sua devoção à família. Essa imagem de Marie Curie é meticulosamente reservada até hoje por sua neta Helene Langevin-Joliot, haja vista que a maioria das fontes e documentos a seu respeito é mantida sob seus cuidados, afirma Alaimo et al. (2018). Assim, mesmo os trabalhos mais atuais tendem a endossar a versão mitológica e heroica de sua trajetória. A intenção aqui não é discutir meramente os "papéis" atribuídos e assumidos por Marie Curie, mas salientar que os sujeitos apresentam identidades plurais e múltiplas "que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias" (Louro, 2008, p 23). Neste sentido, consideramos que a redução de indivíduos a simples papéis ou estereótipos, como tem sido feito com Marie Curie, empobrece suas trajetórias.

4.1. Marie Curie como gênio das ciências

As biografias a descrevem de forma heroica, salvadora e ilibada, sem ambições pessoais, apenas pelo conhecimento, sendo por vezes alçada ao status de mito. Logo na introdução, Eve escreve: "...uma história assim, igual a um mito, eu seria culpada se ajuntasse o menor enfeite" (Curie, 1944, p. 1). Em outro momento da introdução:

> Meu desejo era que o leitor desta obra não cessasse de discernir no anedótico duma existência o que em Madame Curie vale ainda mais que sua obra ou o pitoresco de sua vida: a imutabilidade do caráter: o esforço tenaz, implacável, da inteligência; a imolação dum ser que sabia dar tudo[...] (p. 1)

Na expressão "futura grande sábia" (Curie, 1944, p. 3), a biografia escrita por Eve se assemelha às biografias renascentistas, ao profetizar grandezas futuras do biografado (o "herói"; Burke, 1997). Esse enaltecimento sobre-humano, feito também a cientistas do gênero masculino, remete a uma visão individualista da prática científica. Claro que muitos argumentos que a colocam nesse status nada têm a ver com aqueles usados para exaltar cientistas do gênero masculino, como seus atributos como ótima mãe e esposa. Por outro lado, o status de gênio reitera uma noção de o/a cientista trabalha isoladamente e não necessita estabelecer uma rede de comunicação que torna seu trabalho reconhecido. De acordo com Pugliese (2007, p. 371):

> Marie nunca foi considerada uma cientista como todos os outros, ela era uma exceção no duplo sentido: em relação às características concebidas como inerentes às mulheres no geral, mas, também, como a única mulher capaz de produzir ciência como homem (o que não quer dizer deliberadamente que ela se tornou homem, ou se masculinizou). Esse tratamento parece ser parte da relação de poder que a comunidade masculina exercia sobre ela – a única possibilidade de continuar [...]

Ou seja, em uma atmosfera dominada por uma visão sexista, Curie é nivelada a representações empregadas a cientistas do gênero masculino, incluindo todos os vícios e clichês apresentados em tais descrições. No caso de Curie, ser gênio mais tem a ver com a capacidade de mimetizar certas características ditas como masculinas. Seu lado criativo e imaginativo, características muito exaltadas em biografias sobre "gênios" masculinos, não é explorado, ao contrário ela é retrata como alguém excessivamente metódica. Sedeño (2004) argumenta que as estratégias de Marie, como ser disciplinada, modesta e estoica, eram uma forma de sobreviver a esse ambiente excessivamente masculino.

Em "Madame Curie", Eve descreve Marie como alguém de uma moral incorruptível, que seguia rigidamente cada uma das etapas da investigação científicacomo quem segue uma receita de bolo. Ironicamente, Eve traz anotações de receitas culinárias de Marie:

> Tomei oito libras de frutas e o mesmo peso de açúcar cristalizado. Depois da fervura de dez minutos, coei a mistura em umtamiz bem fino. Obtive quatorze boiões de muita boa geleia, não transparente, e que firma muito bem- (Curie, 1944, p. 139)

Eve, além de reforçar sua postura rígida e metódica no laboratório, salienta também seus dotes culinários. Não basta ser cientista, é preciso também ser boa cozinheira. Com isso, a prática de Marie como cientista é assemelhada a seus afazeres domésticos. Implicitamente, essa noção de que Marie segue um método rígido transparece a ideia de que existe um método único e universal a ser seguido. A atividade científica requer métodos, "mas não tem um método. Feyerabend defende que a ciência faz uso de métodos e procedimentos, porém, ela não adota em definitivo nem um método" (Bejarano et al., 2019, p. 975).

O estereótipo de trabalhadora dedicada, que passou meses peneirando sistematicamente toneladas de pechblenda, uma tarefa repetitiva e irracional com ecos de trabalho doméstico, subestima suas realizações teóricas (Fara, 2013). Embora as biografias tentem explorar o lado genial de Marie, nos parece que não o fazem de formas mais coerentes. Devemos notar que ela própria não se via dessa forma. Marie exalta, em suas notas autobiográficas, os obstáculos que teve que superar até atingir seus objetivos, como a dificuldade em aprender a língua francesa, problemas com cálculos matemáticos e ser mais velha que a maioria de sua turma.

Também devemos levar em consideração, nessa interpretação, as intenções de Eve Curie. Talvez ela buscasse transparecer que sua mãe conseguia realizar de forma lógica e racional suas investigações, já que:

> A concepção de ciência iluminista explicitamente negava que as mulheres possuíssem a racionalidade e a capacidade de observação desapaixonada e objetiva exigidas pelo pensamento científico. As mulheres podiam ser objeto da razão e da observação masculinas, mas nunca seus sujeitos, jamais poderiam ser mentes humanas reflexivas e universalizantes. Somente os homens eram vistos como formuladores ideais de conhecimento; e entre eles, apenas os que pertenciam à classe, raça e cultura corretas eram vistos como detentores de capacidade inata para o raciocínio e a observação socialmente transcendentes. As finalidades e propósitos de tal ciência se revelaram tudo menos libertadoras (Conceição& Aras, 2014, p. 14).

Tal concepção iluminista não havia sofrido muita transformação à época de Marie. Ela foi um caso de sucesso, mas tiveram muitas outras cientistas no mesmo período que não conseguiram se sobressair, como é o inditoso caso de Henrietta Swan Leavitt (1868-1921), conhecida como um dos "computadores de Harvard". Essa forma de chamar as mulheres que foram contratadas por Edward Pickering, diretor do laboratório, demonstra o quão elas foram objetificadas, reduzidas a computadores humanos, responsáveis pelo trabalho tedioso e mecânico. Este grupo de pesquisadoras era referido ainda como "o harém de Pickering"(Johnson, 2005), denominação ainda mais objetificadora e sexista. Ou seja, apesar das mulheres conseguirem adentrar de alguma maneira certos espaços da atividade científica, elas estavam relegadas a trabalhos braçais e secundários. No que se refere a Marie Curie, não são raros os episódios em que vemos as tentativas de apagar suas realizações teóricas. Desta forma, a narrativa de Eve tende enaltecer, além da capacidade para realizar trabalhos manuais, as qualidades de raciocínio de sua mãe.

4.2. Marie Curie como mártir das ciências

Constantemente, pensadores são clamados como mártires, Galileu Galilei (1564-1642), Giordano Bruno (1548-1600) e Hipácia (370-415) são grandes exemplos disto. Com Marie Curie não tem sido diferente. Muitas vezes, Marie é lembrada como um mártir das ciências. Mas, por quê? A palavra "mártir" é de origem grega e quer dizer "testemunha", seu significado moderno foi delineado para descrever cristãos perseguidos e mortos por defender a sua fé no Império Romano. "Mártir" está intimamente relacionado a sacrifício em prol de alguma causa ou crença. A expressão "mártir das ciências" diz muito sobre a influência da cultura judaico-cristã sobre o desenvolvimento do empreendimento científico pois, do mesmo modo, o conhecimento científico

é compreendido como uma "crença justificada e verificável". Ironicamente, Galileu Galilei, Giordano Bruno e Hipácia foram perseguidos pela Igreja Católica.

É claro que, o modo como Marie e Hipácia são elevadas a mártires não é exatamente comparável aos mártires do gênero masculino. Existem muitas ressalvas. Segundo Chassot (2007), "qualquer que seja a leitura, Hipácia representa o início de um quasevácuo feminino nas produções da Ciência por cerca de mil anos, numa leitura mais reducionistada Idade Média" (p.35). Com o exemplo de Hipácia, trazemos para a discussão dois aspectos: oprimeiro é que as mulheres, quando "dadas as oportunidades", desempenharam papéis na estruturação do conhecimento racional. O segundo é que, apesar de ter conhecimento, elas foram privadas do lugar nas ciências, sendo mais evidente estas relações na Idade Média, quando somente a Igreja explicava os fenômenos através de uma divindade. Já sobre Marie Curie, boa parte dessa elevação de espírito está centrada no fato dela se sacrificar conseguindo exercer "plenamente" uma jornada de tripla função: mãe dedicada, esposa devota e cientista gênio.

É possível notar que as concepções dominantes na sociedade ocidental sobre a mulher sofreram pouca ou nenhuma mudança, ao analisar marcos históricos como a Reforma Protestante, a separação entre igreja e estado e a Revolução Científica. Esta conclusão é reforçada pelos nomes que são relacionados em livros de História das Ciências, como Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon e Isaac Newton. Tais pensadores são inegavelmente responsáveis por contribuições notáveis, porém relatos de mulheres que atuaram na Astronomia, na Química, na Física e na Matemática entre os séculos XVII e XIX são restritos, e configuram participações femininas "singelas" (Chassot, 1994).

As ciências constituem uma atividade historicamente desempenhada por homens, assevera Leta (2003). Alguns avanços são expressivos, ao comparar o cenário atual com a realidade entre os séculos XVI e XVII, quando "[...] não lhes era permitido o acesso às intensas e calorosas discussões que aconteciam nas sociedades e academias científicas" (p. 271). A autora aponta que as principais mudanças estão associadas ao surgimento dos movimentos feminista e às lutas por diretos equiparados para homens e mulheres, proporcionando um maior espaço para cientistas mulheres, principalmente a partir de meados do século XX. Assim, resultando em um acesso cada vez mais efetivo ao empreendimento científico, além da crescente necessidade de recursos em campos estratégicos como as ciências (Engelmann& Cunha, 2017). Marie Curie não conseguiu vivenciar essa mudança por ter falecido em 1934.

Não somente Curie é dita um mártir das ciências, mas há episódios sobre ela, frequentemente citados nas biografias, que denotam essa representação, a saber: ela não se alimentava e em decorrência disto desmaiava, pois passava horas estudando –como pode ser notado no excerto:

> Como tudo o que tenho a fazer, há dias que das oito às doze e meia e das duas às sete e meia da noite trabalho incessantemente. Das onze e meia às duas tenho o almoço e o passeio... Às nove horas da noite mergulho em meus livros e trabalho – a não ser que algo imprevisto impeça (Curie, 1938, p. 54).

A própria Marie declarou: "eu devotei minha vida à ciência da radioatividade [...] Não é por mim, é pela ciência" (Curie, 2012, p. 7 e 8, tradução minha). Ainda, é relatado que Marie Curie se sujeitava a trabalhar em ambientes insalubres para fazer experimentos; perdeu peso e descuidou da aparência em prol do bem maior que era a sua pesquisa; sofreu um aborto em 1903; morreu de leucemia em decorrência da exposição à radiação, mesmo já tendo alguma noção sobre os perigos desse contato; se recusou a patentear suas "descobertas" – "O rádio não era para enriquecer ninguém. Rádio é um elemento. Pertence a todas as pessoas" (Curie, 2012, p. 5, tradução minha), em nome de seu grande espírito científico (Curie, 1938; Pugliese, 2007; Serma, 2011; Alaimo et al., 2018). Esta última afirmação em especial pode induzir o/a leitor/a a entender que cientistas são livres de interesses e convicções pessoais, ou seja, são neutros/as. Fica implícito que para ser cientista, indo mais além, ser cientista "bem-sucedida", é preciso se sacrificar. Nós, enquanto pesquisadoras, nos sentimos representadas por essa percepção? Reiteradamente, pessoas do gênero

feminino enfrentam dificuldades em ter que conciliar a dedicação à prática científica com a vida familiar.

Essa incompatibilidade, que não ocorre no caso dos cientistas, é explicada apenas em parte pelas razões biológicas óbvias e inevitáveis, como aponta Sanchez (2012), sendo o componente social o preponderante. Segundo o autor, ainda hoje, a subordinação das mulheres ao desenvolvimento profissional dos homens é mais aceita que o inverso. Essa dificuldade de conciliação também é sentida por Marie, como podemos notar no seguinte trecho de uma carta: "A noite é ocupada com a pequena. De manhã visto-a, dou-lhe a refeição e geralmente saio às nove horas. Durante o ano inteiro, nenhum teatro ou concerto, nem mesmo visitas. E sentimo-nos bem assim" (Curie, 1944, p. 145). Muito embora, Eve use esse episódio para compor a figura de mártir de Marie Curie.

4.3. Marie Curie: supermulher ou oportunista?

O termo "supermulher" está relacionado à forma que as cientistas são descritas em biografias e em narrativas sobre elas. A supermulher se refere à cientista que exerce com maestria todas as funções impostas pela sociedade. Ela tem que ser perfeita em tudo, ótima cientista, esposa e mãe. Não basta exercer apenas uma ou duas dessas funções. Por exemplo, a mulher que opta por não ter filhos, ainda hoje é vista com estranheza; "você não quer nem mesmo adotar?" como se a adoção não tivesse o mesmo valor de gerar uma vida (esta discussão não está em pauta aqui). Essa jornada tripla nos sobrecarrega de várias formas.

Curie corriqueiramente é descrita como uma supermulher: gênio nas ciências, mãe dedicada, (inclusive uma de suas filhas seguiu seus passos e foi laureada com um prêmio Nobel) e esposa devota. Parte desta descrição é perpetuada pela própria Marie e por sua filha Eve Curie (Curie, 1938), e aindapelas biografias que vieram depois e reforçam essa imagem. Embora algumas evidências apontem o contrário, como podemos perceber no excerto em que a própria Marie exprime a dificuldade em conciliar a maternidade com a vida profissional:

> Se tornou um sério problema como cuidar de nossa pequena Irene e de nossa casa sem desistir do meu trabalho científico. Tal renuncia seria muito dolorosa para mim, e meu marido nem pensaria nisso; ele costumava dizer que ele tinha uma esposa feita expressamente para ele compartilhar todas as suas preocupações. Nenhum de nós contemplaria abandonar o que era tão precioso para ambos (Curie, 2012, p. 88, tradução minha)

Para Marie, o "apoio" de Pierre foi crucial, porém implicitamente fica incutido uma certa pressão da parte dele. Em outros trechos fica evidente que ela não se divertia ou se distraía, pensava apenas em trabalho, muitas vezes chegava a dizer que sua vida era devotada à ciência, tendo frequentemente se ausentado de comemorações de aniversários de suas filhas. Essa tripla jornada era vista por Marie como um "autossacrifício". Patricia Fara (2013) reporta a visão de Eve Curie (que por sinal não concebeu descendentes) sobre o rádio como um terceiro filho de Marie, e ainda que ela e Pierre tratavam suas filhas como um projeto de pesquisa experimental. A autora afirma que ainda é impensável criticar um ícone. Já Schimdt (2017), ressalta que é algo que necessita de dados e coragem para ser feito. A intenção aqui não é encontrar a "verdade" sobre Marie Curie ou mesmo desmoralizá-la, mas pontuar momentos que a tornem mais humana aos olhos das leitoras e leitores.

Marie chegou a afirmar que o nascimento de sua primeira filha trouxe uma grande mudança na vida de ambos (dela e de Pierre) "o nascimento de nossa primeira filha trouxe uma grande mudança em nossa vida" (Curie, 2012, p. 88). Contudo, levando em consideração o contexto da época, todas as tarefas e obrigações recaíam sobre ela, a grande mudança foi de fato em sua vida e não na de Pierre. Sobre "ser mãe", Anyon (1990, p 18) oferece um ponto de vista interessante:

> Ter filhos pode ser totalmente fruto de desejo de ser mãe; pode também ser uma acomodação aquilo que as mulheres "sempre" fizeram e que se espera delas; e pode, ocasionalmente, incluir

> uma significativa quantidade de resistência à alienação e degradação da vida moderna em sociedade (Anyon, 1990, p. 18)

Não cabe a nós a julgar as escolhas pessoais dos indivíduos, principalmente no que a tange a escolha pela maternidade, por que envolve uma série de fatores, bem apresentados por Anyon (1990). Portanto, a depender do foco da análise, as intepretações podem ser diversas.

Marie contava com o auxílio de uma "servant" e com a ajuda de sua mãe para cuidar das crianças, ainda que queira reforçar que todos os detalhes ficavam por sua conta – "claro que nós tínhamos que ter uma empregada, mas eu pessoalmente observava todos os detalhes dos cuidados com a criança" (Curie, 2012, p. 88, tradução minha). Apesar de salientar que vivia uma vida simples, Marie possuía certos privilégios. Como foi para ela, ainda hoje muitas mulheres se emancipam, enquanto outras assumem "suas obrigações", neste caso, gênero e classe operam juntos. Marie serviu como uma espécie de modelo para o que as mulheres de classe média viriam a se tornar nas décadas seguintes. Para as mulheres trabalhadoras, como sua "servant", o trabalho apresenta uma faca de dois gumes: a autonomia com relação a independência financeira em contraste com a falsa sensação de emancipação da classe feminina, uma vez que está restrita a um estrato social.

A justificativa para a recorrência da figura de Marie Curie está diretamente ligada à ideia de motivar outras mulheres a fazerem ciências, assim como ao argumento de que as mulheres estão representadas nas narrativas sobre essa cientista. Mas será mesmo que nos sentimos representadas por esses estereótipos sobre Curie? A pouca atuação feminina pode ser atenuada, por meio da exaltação de sua figura através dos supramencionados clichês?

A pouca atuação das mulheres nas áreas de ciências naturais e tecnologia e maior ênfase nas ciências humanas, tem explicações que vão desde o papel passivo atribuído à mulher em contraste com o ativo destinado ao homem até a prioridade pelo casamento e maternidade (Proença, et al., 2019). Nada tem a ver com a capacidade inata que pessoas de gênero masculino teriam por essas áreas. Por outro lado, a ênfase dada à trajetória de Marie Curie tem como um dos enfoques as questões de gênero. Preocupações neste sentido, são de extrema importância, uma vez que a atividade científica "tem se caracterizado como masculina, ora excluindo as mulheres, ora negando os seus feitos científicos, através de discursos e métodos nada neutros" (Silva, 2008, p. 2).

São exemplos dessa exclusão, por exemplo, a forma que o "casal" foi visto na premiação do Nobel de Física, como se fosse um só indivíduo, apesar de todos saberem que Marie fosse a principal idealizadora da pesquisa, sendo Pierre seu auxiliar, não o contrário, aponta Pugliese (2007). Apesar das biografias sobre Marie transmitirem a imagem de um casal que desenvolve todas as atividades em parceria, Marie explicita na biografia sobre Pierre quais ideias foram somente suas, como o termo "radioatividade", cunhado por ela. As menções ao "casal Curie", em outros momentos trazem o nome de Marie após o de Pierre.A expressão "casal Curie" é uma das evidências do quão Marie é eclipsada pela figura de seu esposo.

A Radioatividade é um tema que diz respeito tanto à Química quanto à Física, essa relação equiparada do ponto de vista conceitual, historicamente traz incongruências marcantes. A Física, destinada ao trabalho mais reflexivo, o que exigiria mais da capacidade mental era vista como destinada ao masculino e a Química, mais prática, ao feminino, afirma Pugliese (2007), com base em Stenger&Bensaude-Vincent (1996). Segundo o autor, Marie e Pierre Curie exemplificam esses estereótipos, uma vez que para Marie é atribuída a tarefa de isolar os elementos, no tempo em que Pierre estuda suas propriedades físicas, estando intrínsecas nessa divisão baseada no gênero, uma relação de poder. Contudo, Marie Curie dá a entender em suas notas autobiográficas que tal divisão é resultado da ocupação de Pierre com a atividade docente, restando a ela o trabalho pesado do laboratório.

A pecha de oportunista que lhe foi atribuída, intrinsicamente, revela o sexismo na imagem criada sobre Marie Curie por membros da comunidade científica e da imprensa no início do século XX, reforçada pela flagrante xenofobia da qual era vítima. Os relatos sobre os avanços nas

pesquisas com Radioatividade eram feitos exclusivamente por Pierre, uma vez que mulheres eram proibidas de se manifestar no ambiente acadêmico. O fato de ele ter que assumir a autoria das publicações era confundido com oportunismo da parte dela, o que era, na realidade, uma inversão dos acontecimentos, já que Pierre colhia sozinho os louros de uma pesquisa idealizada e liderada por Marie. Curiosamente, décadas depois quem vai gozar do prestígio do sobrenome "Curie" é o esposo de Irene, ao acrescentar "Curie" ao seu sobrenome, algo bastante incomum ainda atualmente. Será que ele tem sido acusado de aproveitador?

Na indicação ao prêmio Nobel, diversas tentativas foram feitas para impedir que Marie fosse agraciada. Os dignos de premiação na visão machista da comunidade eram apenas Pierre e Becquerel, como relatado por Derossi& Freitas-Reis (2019). As autoras apontam, ainda, que certo estranhamento era colocado pela imprensa francesa sobre as pesquisas conjuntas de Marie e Pierre e a retratavam tão somente como uma apoiadora ou mesmo como oportunista. Enquanto seu marido estava vivo, Marie Curie era vista como uma insubstituível companheira de pesquisa, uma colaboração no mínimo curiosa, em que nunca havia dúvida sobre quem liderava e quem seguia (ela seguia, é óbvio). Até a Morte de Pierre foiencarada, pelos sexistas, como oportuna para a ascensão de Marie.

Marie Curie teve que superar obstáculos de um meio sexista, que ainda permanece atrasado em diversos sentidos, embora não tenha conseguido realçar outras colegas cientistas de seu laboratório, sendo obrigada a se impor e ser uma boa estrategista (Guimarães, 2011). Mudanças de atitudes podem ser promovidas por biógrafos/as que, se veem obrigados/as a promover seus sujeitos como cientistas notáveis. As cientistas possuem fraquezas e habilidades extraordinárias, assim como características únicas, não por serem mulheres, mas sim por que são seres humanos (Fara, 2013).

4.4. A percepção de Marie sobre a atividade científica

Ao longo da biografia escrita sobre Pierre Curie, Marie deixa transparecer alguns aspectos sobre a prática científica. Implicitamente, encontram-se pistas da sua visão sobre o empreendimento científico. Um desses aspectos é o que a cientista pensava sobre a relação entre as ciências com a religião. Marie Curie faz questão de mencionar que teve uma criação católica, que sua mãe era extremamente devota, porém não era intolerante. Marie celebrou seu casamento somente no civil, já que, assim como Pierre, não professavam nenhuma religião. Fica implícito que ela queria ressaltar seu afastamento da religião. Em um trecho, Marie enaltece o que, em seu entendimento, seria uma característica louvável: "a fé inabalável que Pierre Curie tinha na ciência e no seu poder para promover o bem geral da humanidade" (Curie, 2012, p. 36, tradução minha), a fé deles era na "ciência", era "a ciência" que guiava suas vidas.

Outro aspecto de sua percepção sobre a prática científica, diz respeito a uma visão neutra do empreendimento científico – "Na ciência nós deveríamos estar interessados nas coisas, não nas pessoas" (Curie, 2012, p. 9, tradução minha), o que na realidade parece conflitante, porque no decorrer de sua carreira Marie, deliberadamente, concebeu estratégias para se estabelecer no mundo científico, corroborando exatamente o contrário: o empreendimento científico não é neutro de forma alguma. Cientistas são atores sociais, em grande parte influenciados/as pela comunidade (Pestre, 1996). É como se suas ações não correspondessem ao seu discurso, o que é bastante aceitável. As/os cientistas são o que elas/es dizem ser ou o que realmente fazem?

Marie também demonstra não entender o porquê de Pierre ter que expor seus trabalhos na imprensa, elaparecia não compreender muito bem por que cientistas deveriam ser foco de matérias, ao invés das ciências em si, como notado pela declaração dada pela editora do livro sobre Pierre, Stéphane Lauzanne: "ela não consegue entender por que cientistas, mais do que a ciência, devem ser discutidos na imprensa. Tem duas coisas para ela – a sua pequena família e seu trabalho" (Curie, 2012, p. 3, tradução minha). Contudo, as evidências mostram o oposto, Marie fez campanha nos Estados Unidos, apoiada pela jornalista e feministaMissyMeloney, aceitou escrever a biografia sobre Pierre acrescida de notas autobiográficas e fazia questão de ressaltar seus feitos altruístas.

Gavroglu (2009) aponta que a neutralidade é valorizada, já que fornece a ideia de que as decisões nas ciências deveriam ser influenciadas apenas por valores cognitivos (em certo nível, epistêmicos), o que fica evidente no discurso de Marie. Neste sentido, Fausto-Sterling (1981) assevera:

> O problema é compreender que um cientista não age normalmente como um agente consciente, interpretando mal fatos deliberadamente, criando teorias maliciosamente para manter mulheres em seu lugar. A maior parte dos investigadores são, de fato, intelectuais honestos. Mas honestidade em um indivíduo que não questiona seriamente a moldura de dominação política é uma proteção insuficiente contra o poder da ideologia não consciente (p. 24, tradução minha)

Sobre a experimentação, Marie dá a entender que os experimentos são a melhor forma de produzir conhecimento científico "verdadeiro". Incessantemente, a vemos depositar toda sua energia na atividade experimental. Na cooperativa, também vemos a valorização da experimentação, nesse caso através do ensino, que se dá de forma contextualizada. Ações que remetem a uma noção empiricista da prática científica. "A concepção empirista está associada à crença de que o conhecimento científico é um conhecimento verdadeiro, inquestionável e, portanto, o experimento deve corroborar os enunciados teóricos" (Lobo, 2012, p. 431).

Os experimentos configuram um dos fatores proeminentes para as escolhas teóricas nas ciências, derivados de valores intrínsecos aos sujeitos ou comunidades, independentes de suas relevâncias (Kuhn, 2011). Conforme discutido por Raicik et al. (2017), diversos aspectos são deixados de lado quando se admite que um experimento pode resultar na rejeição ou na aceitação de uma hipótese, uma vez que um experimento único pode produzir mais de uma hipótese ou mesmo teoria, salientam que "a relevância de determinado experimento, para os estudiosos e para a própria ciência de uma determinada época e contexto, irá depender de diferentes perspectivas filosóficas, subjetivas, sociais, culturais" (p. 202).

Em síntese, os indícios aqui relatados indicam que Marie teria, de modo geral, uma visão positivista do empreendimento científico. Isto é perfeitamente justificável já que este era o paradigma hegemônico à época de sua educação (e possivelmente ainda é). Tal observação é corroborada por Derossi e Freitas-Reis (2019), ao afirmarem que as ideias de Auguste Comte (1798-1857) permearam a vida escolar de Curie.

5. Considerações finais

As biografias analisadasmetabiograficamentesobre Marie Curierelatam sua trajetória de forma linear e acumulativa, seguindo uma ordem cronológica (infância, adolescência e vida acadêmica e amorosa), além de endossar uma versão heroica de sua história. Frequentemente, sua relação conjugal é relatada, de forma positiva e romantizada, não aparecem conflitos entre Marie e Pierre. Já sua relação extraconjugal, não é recordada. Há também um esforço para construir a imagem de mãe dedicada. Nye (2006) salienta que, embora outros sujeitos estejam sendo progressivamente alvo de interesse dos biógrafos, as biografias de "super-heróis celebridades", como Galileu, Newton, Einstein e Marie Curie continuam a surgir, voltadas para atender as demandas de um público aparentemente insaciável. É preciso repensar esse formato. Será que os frequentes clichês sexistas que ainda perduram nas biografias sobre Marie motivam as leitoras e os leitores?

Nas obras analisadas, temos a impressão de que a intenção é descrever Marie Curie como alguém que se sacrificou pelas suas pesquisas, sem ambições pessoais, sendo que suas ações, ao olharmos de forma mais aprofundada, demonstram completamente o inverso. Nas narrativas, há uma diligência para salientar que seu único objeto de interesse era a ciência pela ciência, como único guia de suas convicções. Suas parcerias e a rede estabelecida por ela para os estudos relacionados àRadioatividade ficam em terceiro plano. Sobreos relatos da prática científicade Marie,são percebidas algumas impressões distorcidas da atividade científica, como: a adoção de

um método único e universal, visão cientificista e sexista e a noção de cientista fazendo observações neutras, sem sofrer influências de suas convicções e trabalhando isoladamente. Já sua visão da prática científica se aproxima de uma visão positivista, algo compreensível visto que ela foi educada por esta vertente. Ainda hoje, a visão positivista é francamente presente, tanto entre cientistas quanto no meio educacional. As reflexões aqui expostas, podem tanto contribuir para o rompimento de visões estereotipadas acerca do conhecimento científico, quanto para a construção mais humanizada de Marie Curie.

Bibliografía

Abreu, J. L. N. (2012), "As práticas científicas no contexto luso-brasileiro do século XVIII: Trajetórias individuais e redes de sociabilidade na histografia" em Miollo, H. M. (org.), *Biografia e história das ciências: debates com a história da histografia*, Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, pp. 103-114

Alaimo, L, Chambers, L., Puddephatt, A (2018), Images of Marie Curie: How Reputational Entrepreneurs Shape Iconic Identities, *Engaging Science, Technology, and Society* 4: 8-21.

Anyon, J. (1990), Interseções entre gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais, *Caderno de Pesquisa* 73: 13-25.

Assis, K. R. (2014), História e filosofia da ciência no ensino de ciências e o debate universalismo versus relativismo, *Revista Brasileira de História da Ciência* 7(2): 149-166.

Bejarano, N. R. R., Aduriz-bravo, A., Bonfim, C. S. (2019), Natureza da Ciência (NOS): Para além do Consenso, *Ciência & Educação (Bauru)* 25(4): 967-982.

Burke, P. (1997), "A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista" (tradução de José Augusto Drummond), *Estudos Históricos* 19: 83-97.

Chassot, A. I. (1994), A ciência através dos tempos, São Paulo: Moderna.

Conceição, A. C. L. & Aras, L. M. B. (2014), Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: avanços, dilemas e desafios, *Cadernos de Gênero e Tecnologia* 8(29/30): 10-19.

Curie, E. (1938), *Madame Curie*, Paris: Editions Gallimard.

Curie, M. (1923), *Pierre Curie and "Autobiographical Notes.",* New York: Macmillan.

Curie, M. (1944), *Madame Curie*. 7ª ed, Tradução de Monteiro Lobato, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Curie, M. (2012), *Pierre Curie with Autobiographical Notes by Marie Curie*, New York: Dover Publications, Inc.

Daston, L. &Galison, P. (2007), *Objectivity*, Zone Books.

Derossi, I. N. & Freitas-Reis, I. (2019), "Uma educadora científica do século XIX e algumas questões sexistas por ela enfrentadas: Marie Curie superando preconceitos de gênero", *Educación Química* 30(40): 89-97.

Dhúill, C. N. (2012), "Towards an Antibiographical Archive: Mediations Between Life Writing and Metabiography", *Life Writing* 9(3): 279-289.

Engelmann, G. L. & Cunha, M. C. (2017), "Algumas percepções críticas sobre cientistas em livros de química" em XI ENPEC – *Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, Florianópolis: ABRAPEC, sem paginação.

Fara, P. (2013), "Weird sisters", *Nature* 495: 43-44.

Fausto-Sterling, A. (1981), "The Mith of Neutrality: Race, Sex and Class in Science", *The Radical Teacher* 19: 21-25.

Figueirôa, S. F. M. (2007), A propósito dos estudos biográficos na História das Ciências e das Tecnologias, *Revista de História e Estudos Culturais* 4(3): 1-14.

Gavroglu, K. (2010), Questioning the Neutrality of Science, *Historein,* Atenas 9: 93-100.

Gil-pérez, D. et al. (2001), "Para uma imagem não deformada do trabalho científico", *Ciência & Educação* 7(2): 125-153.

Johnson, G. (2005), Miss Leavitt's Stars: The Untold Story of the Woman Who Discovered How to Measure the Universe (Great Discoveries). New York: W. W. Norton &Company.

Kuhn, T. S. (2011), *A Estrutura das Revoluções científicas*, Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, São Paulo: Editora Perspectiva.

Laborde, A. (1956), Pierre Curie dans son laboratoire, em: Conférence faite au Palais de l Découverte à l'occasion du 50e anniversaire de la mort de Pierre Curie. Paris:*Les Conférences du Palais de la Découverte*, Série A. No. 220.

Larrosa, J. (2004), "Notas sobre narrativa e identidade", em *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Lederman, N. G. (2007), Nature of science: past, present, and future, em: Abell, S. K.; Lederman, N. G. Handbook of Research on Science Education. 1 ed. Abington: Routlegde. 1330 p.

Leta, J. (2003), As mulheres na ciência brasileira**:** crescimento, contrastes e um perfil de sucesso, *Estudos Avançados* 17(49): 271-284.

Lobo, S. R. (2012), O trabalho experimental no ensino de Química, *Química Nova* 35(2): 430-434.

Louro, G. L. (2003), *Gênero, sexualidade e educação*: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes.

Matthews, M. R (1994), *Science Teaching: The Role of History and Philosophy of Science*, Nova Iorque: Routledge.

Nye, M. J. (2006), Scientific Biography: History of Science by Another Means, *Isis* 97(2): 22-329.

Proença, et al., (2019), Tendências das Pesquisas de Gênero na Formação Docente em Ciências no Brasil, *Química Nova na Escola* 41(1): 98-107.

Pugliese, G. (2007), Um sobrevoo no "Caso Marie Curie": um experimento de antropologia, gênero e ciência, *Revista de Antropologia* 50(1): 348-385.

Raicik, A. C. et al. (2018), "A estrutura conceitual e epistemológica de uma controvérsia científica: implicações para o ensino de ciências", *Exp. em Ensino de Ciências* 13(1): 42-62.

Sanchez, G. F. (2012), "Marie Curie, mártir de la ciência. La mujer en la ciência", *Cienciaes.com*. Disponívelem: https://cienciaes.com/neutrino/2012/10/31/marie-curie-martir-de-la-ciencia-la-mujer-en-la-ciencia/. Acessoem 10 fev. 2020.

Saunders, E. (2015), "Defining Metabiography in historical perspective: between biomyths and documentary", *Biography* 38(3): 325-342.

Schmidt, B. B. (2017), "Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a", *Diálogos* 21 (2): 44-49.

Sedeño, E. P. (2004), "Ciências, valores e guerra na Perspectiva CTS", em Afonso-Goldfarb, A. M. &Beltran, M. H. R., *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas,* São Paulo: EDUC/ Livraria editora da Física/Fapesp, pp. 201-229.

Sequeira, M. & Leite, L. (1988), A História da Ciência no Ensino-Aprendizagem das Ciências, *Revista Portuguesa de Educação* 1(2): 29-40.

Serna, E. M. (2011), "Marie Curie", *Lámpsakos* (5): 70-75.

Silva, E. R. A. (2008), A (in)visibilidade das mulheres no campo científico, *Travessias* 2(2): 1-20.

Sorensen, H. K. (2017), "Studying appropriations of past lives: using metabiographical approaches in the history of mathematics", *BSHM Bulletin* 32(3): 186-197.

Stengers, I. &Bensaude-Vincent, B. (1996), *História da química*, Portugal: Instituto Piaget.

Terrall, M. (2006), Biography as Cultural History of Science, *Isis* 97(2): 306-313.

Videira, A. A. P. (2007), Historiografia e história da ciência, *Revista Escritos* 1(1):111-158.

Wirten, H. (2015), "The Pasteurization of Marie Curie: A (meta)biographical experiment.", *Social Studies of Science* 45(4): 597-610.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Mulheres, internacionalização da ciência e mobilidade acadêmica*

Luciana Rodrigues Gransotto†
Cristina Scheibe Wolff‡

Resumen

Através da perspectiva de gênero, refletimos sobre os avanços e desafios quanto aos deslocamentos acadêmicos e intelectuais inseridos nas trajetórias de pesquisadoras brasileiras. Considerando as diferentes dinâmicas que estão envolvidas na construção de carreiras de excelência das mulheres na ciência, destacamos a relação entre produtividade, mobilidade acadêmica, internacionalização e redes de colaboração científica.

Palavras-chave: Pesquisadoras- Mobilidade Científica - Internacionalização - Estudos de Gênero – Estudos Feministas.

1. Introducción.

Luzinete Simões Minella (2017) indica que, embora o ingresso das mulheres no ensino superior brasileiro tenha iniciado já no final do século XIX, foi somente a partir dos anos setenta do século XX que elas tiveram entrada significativa na academia. Esse movimento acabou gerando, posteriormente, um fenômeno chamado de "feminização" das carreiras, termo que se refere ao aumento na porcentagem das mulheres em algumas profissões, relacionando as questões de gênero implicadas nesse processo. Em uma retomada histórica através da contribuição de autoras dos estudos de gênero, Minella aponta alguns fatores que contribuíram para o maior acesso profissional das brasileiras na academia e na produção do conhecimento científico, dentre eles a escolarização das mulheres; a criação de políticas educacionais institucionalizadas a partir da era Vargas; a formação em nível superior na década de 40; a inserção das mulheres na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (criada em 1934). A autora também considera relevante vincular essa transformação no cenário profissional das mulheres aos movimentos feministas, na luta pela igualdade de gênero, a ponderar, principalmente, a demanda pela educação para todas, em todos os níveis.

Atualmente, a participação das mulheres na educação superior brasileira já representa mais da metade dos/as estudantes matriculados/as em cursos de graduação (considerando o somatório de todos os cursos), além de serem maioria na conquista do título de doutorado, considerando as

*Esse trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).
† Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC; Bolsista CAPES. Para contato com a autora: lucianargransotto@gmail.com
‡ Professora Titular do Departamento de História - Universidade Federal de Santa Catarina. Para contato com a autora: cristiwolff@gmail.com

universidades federais e particulares. É visível o processo emancipatório das mulheres como pesquisadoras ao longo das últimas décadas - através da entrada na universidade, sobretudo no ensino superior, a maior participação nos quadros docentes e a inserção na pesquisa. Embora reconheçamos esses avanços e conquistas, isso não significa que as assimetrias de gênero dentro do espaço acadêmico e na produção científica tenham desaparecido.

Considerando que "o desenvolvimento das pesquisas sobre gênero permite propor a hipótese segundo a qual o fato de ser do gênero feminino ou masculino pode ter efeitos sobre a produção científica e sobre a estruturação do espaço científico", conforme Letícia Canêdo (2001, p. 637), a ênfase é dada aos impasses para ascensão e acesso aos cargos e bolsas de maior representatividade e poder na ciência, aproximando conceitos vindos dos estudos feministas que relacionam essas barreiras com os mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero.

Ainda refletimos, na segunda parte do texto, questões vinculadas à mobilidade acadêmica, considerando-a como um importante componente do processo de internacionalização da ciência. Esse tipo de atividade, como uma prática acadêmica contemporânea, é um exercício de constantes deslocamentos geográficos e intelectuais, os quais preveem esforços para integração de conhecimentos e articulação de projetos em colaboração, podendo vir a contribuir favoravelmente para a trajetória de pesquisadores/as. Para pensar a respeito das mulheres e a construção de carreiras de excelência na ciência, então, nossa reflexão integra intersecções entre produtividade, mobilidade acadêmica, internacionalização e redes de colaboração científica.

2. As mulheres e a "viagem ação", segundo Michelle Perrot

Refletir sobre a mobilidade científica das mulheres, através de uma perspectiva dos estudos feministas, nos conduz a pensar, ainda que de forma sucinta nesse texto, a respeito da historiografia das viagens, onde as problematizações relacionadas a gênero só emergiram recentemente. Os testemunhos de mulheres do passado, através das suas experiências de deslocamento, trouxeram à tona os questionamentos a respeito da prática de se deslocar e escrever, tema que engloba diferentes possibilidades e perspectivas, considerando os espaços onde esse exercício ocorre. A problemática "mulheres" e "viagens" pode ser recuperada na relação das mulheres com as ruas das cidades: o direito de 'ir e vir' em certos lugares dependia, principalmente, das funções sociais, religiosas e/ou profissionais às quais elas se encontravam.

A conhecida figura do *flâneur* do século XIX, foi construída a partir da ideia de que a rua era lugar privilegiado para performances artísticas e/ou intelectuais masculinas. A possibilidade da existência de uma *flâneuse* nessa época, conforme propõe a obra de Lauren Elkin (2019), surge como uma subversão aos padrões culturais da sociedade, onde a condição social das mulheres estava fortemente vinculada ao espaço privado. A possibilidade de uma deambulação libertadora das mulheres nas cidades, então, estava relacionada à reivindicação ao espaço urbano. Na obra *Lesfemmes ou lessilences de l'histoire* (1998), a historiadora Michelle Perrot lança mão da noção de "Sair", do desejo e vontade das mulheres de saírem de seus espaços que lhe foram atribuídos.

> Sair fisicamente: deambular fora de sua casa, na rua, penetrar em lugares proibidos – um café, um evento – viajar. Sair moralmente dos papeis designados, construir uma opinião, passar da sujeição à independência: o que pode ser feito no público assim como no privado (Perrot, [1998] 2020, p. 330, tradução nossa).

As viagens propiciavam um momento privilegiado para olhar, sentir, conhecer e descobrir algo novo. Nesses casos, o ato de viajar teria o sentido de uma 'consumação cultural'. No entanto, emboraasmulheres de classes mais elevadas tenham se beneficiadode viagens de turismo, elas ainda se deparavam com as restrições e normativas imposta pela segregação sexual e social.

Mas através do que a autora conceituou como "viagem ação", percebida como um ato transgressor, surgido a partir "de uma vontade de fuga, um sofrimento, a recusa de um futuro insuportável, uma convicção, um espírito de descoberta ou de missão (...)" que algumas mulheres

conseguiram "sair", verdadeiramente, de suas casas, de seus papeis pré-estabelecidos (Perrot, [1998], 2020, p. 354, tradução nossa).

Foi o caso, na Europa, das feministas e socialistas que se deslocavam para participar de congressos, a exemplo da filósofa Emma Goldman (1869-1940), imigrante e judia, importante figura viajante militante que se mobilizou para realizar comícios, encontros e conferências ligados aos movimentos revolucionários na virada do século XIX para o século XX. Dessa forma, a autora considera que "o congresso [naquele momento] foi uma revanche espetacular, ocasião de uma viagem legítima. Vemos a sua seriedade, podemos imaginar seu prazer secreto" (Perrot [1998], 2020, p. 355, tradução nossa).

Apesar da existência de diversas barreiras, reconhecemos que a viagem, quando voltada ao conhecimento, às trocas e aos encontros intelectuais e/ou militantes, tornava-se e ainda se torna uma forma de alargamento dos espaços de circulação das mulheres, criando possibilidades de expansão intelectual, de emancipação pessoal e profissional. Na entrevista realizada pessoalmente com essa mesma historiadora, Michelle Perrot (2020)[1],ela nos conta e recorda importantes viagens que fez ao Brasil, nas décadas de 1960 e 1990, assim como de pesquisadoras/es brasileiras/es viajando para França, encontrando-se com ela na Universidade de Paris VII – instituição onde foi docente, desde o princípio da década de 1970 e onde hoje é professora emérita de História Contemporânea -, para participarem de conferências e eventos acadêmicos. Ela nos diz que "os eventos são lugar cujo setor nos afirmamos como especialistas, mais conhecidas etc. (...) são possibilidades indiscutíveis, muito importantes para mulheres (...). Nós devemos viajar e participar"(Perrot, 2020, tradução nossa).

3. As acadêmicas e a produtividade científica

Na mesma entrevista citada 1acima, Perrot (2020) indica o progresso significativo das mulheres no mundo acadêmico, principalmente nas ciências humanas. No entanto, citando o atual contexto universitário da França, ela afirma que ainda existe uma forte hierarquia entre mulheres e homens no que diz respeito aos cargos de alto nível, às atribuições de responsabilidades, à direção de laboratórios e projetos de pesquisa. Referindo-se a sua experiência como historiadora, Perrot acredita que o período de 1980 a 2000 tenha sido mais favorável às mulheres do campo da história do que hoje em dia, considerando que aquele foi o momento de maior abertura da disciplina da história para pesquisas relacionadas à vida privada e à sexualidade. A partir desse momento, verifica-se um maior reconhecimento e/ou valorização da história dos sujeitos da vida cotidiana, incluindo, nesse contexto, a história das mulheres. Porém, na última década, segundo a historiadora, houve um certo retrocesso:

> Na França, na minha geração, quer dizer, nos anos 70 e 80, houve uma abertura, uma abertura importante, mas isso foi para todos, houve a criação de muitos postos de trabalho e de repente as mulheres também se beneficiaram, talvez mais lentamente do que os homens, mas ainda assim não foi ruim, está mais difícil agora (Perrot, 2020, tradução nossa).

Uma das justificativas de Perrot quanto às dificuldades para as pesquisadoras nos dias de hoje, ainda se referindo ao seu campo de conhecimento, seria o retorno das pesquisas na história política, história pública e história internacional, campos predominantemente masculinos na França. Esta situação também pode ser exemplificada, segundo ela, no recente estudo sobre a participação das pesquisadoras francesas no CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), maior instituição de pesquisa da França, ligada ao Ministério de Ensino Superior e Pesquisa. Nessa investigação, do

1Essa entrevista foi realizada por uma das autoras, Luciana Rodrigues Gransotto, para sua investigação de doutorado, em junho de 2020, na cidade de Paris. Tradução realizada pelas autoras.

ano 2019[2], os resultados apontam para permanência da sub-representação feminina na pesquisa científica, a considerar que, no somatório de todos os campos disciplinares, o percentual médio da participação de pesquisadoras no CNRS é somente 35%. O estudo também identifica que quanto mais alto o cargo mais esse percentual tende a diminuir.

No Brasil, desde a década de 2004, as mulheres são maioria na conquista do título de doutorado – tanto de universidades federais, quanto de particulares -, considerando o somatório de todas as áreas do conhecimento. Em 2017, exceto nas Ciências Exatas e da Terra e nas Engenharias, onde ainda são minoria (possuem em torno de 30% da titulação de doutorado) e nas Ciências Sociais Aplicadas (onde há igualdade de títulos), em todas as demais áreas, a participação feminina é superior, chegando a 70% nas Ciências da Saúde[3].

A incorporação de mulheres no sistema de Ciência e Tecnologia tem sido relevante também na participação e inserção nos Grupos de Pesquisa CNPq, onde as pesquisadoras já eram maioria na soma de todas áreas desde o ano de 2006. Como pesquisadoras-líderes, ou seja, na atuação enquanto coordenadoras ou responsáveis por Grupos de Pesquisas, em 2016, elas representavam 47%[4].

Apesar desses dados apresentados serem favoráveis e representarem um salto relevante para a trajetória das cientistas, a questão da pesquisa/produtividade ainda apresenta uma lacuna de gênero no campo científico e acadêmico nos níveis mais elevados, nos níveis de excelência. Como bem refletem Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé (2018, p. 104) "é preciso não esquecer que a participação feminina na ciência não parece ser resultado apenas do processo individual de ascensão em suas trajetórias, mas também de contingências e obstáculos que dificultam ou excluem a mulher do topo da carreira". Na carreira docente,a baixa representação das mulheres no cargo de Professor Titular - titulação máxima para um/a docente – é um dos pontos críticos do desequilíbrio de gênero na academia, a exemplo de grandes universidades brasileiras.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),do total de docentes titulares do ano de 2016, segundo Taborda e Engerroff (2017), considerando todos os centros acadêmicos, 24,3% são ocupados por mulheres. Já na Universidade de São Paulo (USP), referente ao mesmo período, o cenário é ainda mais desigual: apenas 15,4% de docentes titulares são mulheres[5]. Essa titulação "é um marco importante para ganhos salariais, mas também representa o ápice da progressão de um docente de órgão federal e que está ligada à herança eurocêntrica (cátedras)" (Taborda e Engerroff, 2017, p. 217). Se a obtenção desse título implica ter passado por todas os demais níveis da trajetória de um/uma pesquisador/a, certamente ele se apresenta como um resultado de um processo de longa data, de grandes esforços intelectuais.

Uma outra forma de investigar a composição de gênero na progressão da carreira de um/a pesquisador/a é analisar os dados referentes às bolsas de produtividade CNPq (PQ). A PQ é uma bolsa de incentivo a pesquisadoras/es de todas as áreas do conhecimento que possuem doutorado com uma produção científica de destaque nos cinco últimos anos. A avaliação para concessão das

2 Informação retirada do site do CNRS, onde há a divulgação do estudo a respeito da disparidade de gênero dentro da instituição. A pesquisa é resultado de um estudo realizado por cientistas do Laboratório de Psicologia Social e Cognitiva (CNRS / Clermont Auvergne University), do Laboratório de Psicologia Cognitiva (CNRS / Aix-Marseille University) e da University of British Columbia (Canadá), com o apoio da Mission pourlaplacedesfemmesdu CNRS, publicada na revista NatureHumanBehavior em 26 de agosto de 2019. Acesso à reportagem: http://www.cnrs.fr/fr/meme-les-scientifiques-ont-des-stereotypes-de-genre-qui-peuvent-freiner-la-carriere-des-chercheuses Acesso em 27 de setembro de 2020.

3 Informações baseadas no site da FAPESP. Disponível no link: www.revistapesquisa.fapesp.br/titulos-de-doutorado-no-brasil-participacao-feminina/ Acesso em 27 de setembro de 2020.

4 Informações obtidas através do site CNPq, disponível em: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-e-sexo - Os dados disponibilizados não trazem informações de pesquisadores/as líderes e não-líderes com recorte de sexo e área de conhecimento.

5 Informações retiradas de um levantamento feito pela campanha "ElesporElas", promovido pelo Programa ONU Mulheres, divulgado no Jornal do Campus da USP. Disponível em: http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2017/09/mulheres-sao-minoria-em-categorias-elevadas-do-cnpq/

bolsas é feita pelos pares, através de critérios normativos estabelecidos pelos Comités de Assessoramento (CAs). Atualmente as PQ's dividem-se em diferentes categorias e níveis: PQ-1, subdividido nos níveis 1A, 1B, 1C, 1D, PQ-2).

Esse tipo de bolsa é altamenteconcorrido, sobretudo na categoria de maior prestígio, a categoria 1A[6]. Além do mérito para o/a pesquisador/a e para a valorização de sua produção e progressão da sua carreira intelectual, a bolsa também possibilita o custeio de pesquisas, projetos e viagens acadêmicas e contribui positivamente para a avaliação dos conceitos dos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras. As avaliações são feitas com base, principalmente, na produção científica – artigos, capítulos e organização de livros – na coordenação de projetos de pesquisa e na orientação de teses e dissertações.

Hildete Pereira de Melo (2014) aponta que no ano de 1990, das 617 bolsas na categoria 1A concedidas, considerando a soma de todas as áreas do conhecimento, apenas 18,5% foram destinadas às mulheres pesquisadoras. No ano de 1995, ano em que CNPq destinou maior investimento dessa modalidade na década, houve um acréscimo insignificativo de 0,5% de bolsas para as mulheres nessa categoria de excelência em relação ao ano de 1990. No final da década de noventa, a participação das mulheres foi de 21% do total de bolsas 1A. Nos dez anos seguintes, entre 2001 a 2015, o percentual de mulheres, no somatório de todas as áreas, nessa mesma categoria, variou de 22,3,1% a 24,6%.

Em uma outra pesquisa, realizada pelo Instituto de Psicologia (IP) da USP[7], publicada em 2017 por JaroslavaValentova e outras pesquisadoras, identificamos os dados de produtividade separados por grandes áreas e subáreas do conhecimento, entre o período de 2013 a 2014. Aqui destacamos apenas a bolsa da categoria de excelência 1A, de forma a manter o comparativo iniciado anteriormente. A distribuição de bolsas (porcentagem da participação feminina) nas grandes áreas, foi a seguinte: Ciências Exatas, 9,8%, Ciências da Vida, 25,1% e Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, 46,8%.

Com relação às Ciências Exatas, há um grande desequilíbrio desfavorável às mulheres, evidenciando a forte hegemonia masculina presente nesse campo, sobretudo nas subáreas das engenharias. Nas Ciências da Vida, os dados também ainda sinalizam, de forma geral, uma desproporção acentuada, sendo que em algumas subáreas, a exemplo daquelas relacionadas com a saúde, como enfermagem, nutrição e fisioterapia, as mulheres são predominantes, reforçando os papeis de gênero tradicionais e normatizados, especialmente quando tratamos da relação naturalizada entre "mulher" e "cuidado". Nas Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, esse total de quase cinquenta por cento, teve variação para mais em subáreas como letras e linguística. Porém, ainda há porcentagem desfavorável às mulheres, a exemplo do Direito e Economia, campos relacionados à carreira de poder e prestígio.

Essas disparidades das bolsas estão associadas a muitos fatores, a depender do contexto – social, cultural, profissional e de formação - em que cada pesquisadora se encontra. Betina Lima (2013) apresenta reflexões a respeito dessa sub-representação das cientistas em certas áreas, através de alguns conceitos que ajudam a compreender essa problemática. Um deles é o conceito de "exclusão vertical", que se refere às dificuldades de acesso ou a ascensão das mulheres em carreiras de prestígio, mesmo nas áreas consideradas "femininas", as quais elas já são a sua maioria. A "exclusão horizontal" está relacionada com a baixa participação feminina em carreiras de maior prestígio ou carreiras consideradas "masculinas", como as engenharias, por exemplo.

---

6 Em 2007 foi criada uma outra categoria, a Produtividade Sênior, destinada a pesquisadores/as que se destaquem entre seus pares como líder na sua área de atuação, com exigência de no mínimo 15 (quinze) anos consecutivos ou não, com bolsa PQ. Para informações completas a respeito dos critérios, áreas contempladas, prazos, modalidades, métricas, medidas bibliométricas e exigências, acessar o site: www.cnpq.br em bolsas-modalidades-pesquisa-produtividade em pesquisa. Também indicamos ler artigo de Wainer, J., Vieira, P, (2013), Avaliação de bolsas de produtividade do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. *Perspectiva em Ciência da Informação*, 18(2): 60-78.

7Acesso aos dados da pesquisa está disponível no link: https://peerj.com/articles/4000/

Já a metáfora "teto de vidro", proposta ainda do final da década de setenta e utilizada até hoje por várias pesquisadoras dos estudos feministas e de gênero, apontam que as exclusões ou impedimentos das mulheres no âmbito laboral para alcançar certos níveis hierárquicos e obter salários mais altos, ajuda a compreender que as barreiras são, muitas vezes, invisíveis. Lima (2013) traz ainda um outro conceito, cunhado por ela, chamado de "labirinto de vidro", contribuindo para aprofundar sobre as dificuldades que as mulheres encontram ao longo da vida para o avanço nas suas trajetórias científicas, colocando em paralelo, a discriminação de gênero. Entre essas dificuldades, estão:

> a) o entendimento de que os obstáculos estão presentes ao longo da trajetória profissional feminina, e não somente em um determinado patamar; b) a compreensão de que a inclusão subalterna das mulheres nas ciências e sub-representação feminina nas posições de prestígio no campo científico são consequências condicionadas por múltiplos fatores; c) a concepção de que as barreiras e armadilhas do labirinto não estão somente associadas à ascensão na carreira, mas também ao ritmo do ganho de reconhecimento de atuação das cientistas e à sua permanência ou não em uma determinada área (Lima, 2013, p. 887).

São muitas as variáveis para um/a pesquisador/a ascender na sua carreira acadêmica, desde o tipo de formação, a escolha da prática científica, o acesso a financiamentos e oportunidades de aprimoramento, sem desconsiderar, nesse processo, os obstáculos institucionais e, especialmente - mas não somente -, no caso das mulheres, as desigualdades de gênero.

Nesse sentido e retomando aqui a importância da bolsa de produtividade CNPq, como um dos caminhos para maior reconhecimento intelectual e institucional - e tudo que isso implicana trajetória de uma pesquisadora, em termos sociais e econômicose de representatividade -, ainda há um elemento importante a se considerar para a sua conquista: a mobilidade científica. Embora cada área do conhecimento (representado pelos Comitês de Assessoramento, os CA's) tenha os seus critérios e privilegie certos aspectos de produção – e, nesse ponto, a considerar a presença da subjetividade a respeito do que é ou não qualidade no trabalho de um/a cientista – a internacionalização do conhecimento é um dos critérios de avaliação para todas as categorias, seja atuando nas "atividades de gestão científica, tecnológica e acadêmica", ou através da "coordenação ou participação em projetos e/ou redes de pesquisa, desenvolvimento e/ou extensão; corpo editorial e revisão de periódicos"[8].

Considerando a relevância da internacionalização nas dinâmicas institucionais – sobretudo aquelas voltadas à qualificação dos programas de pós graduação - e nas trajetórias dos/as cientistas – como forma de progressão nas carreiras - buscamos incorporar, nesta próxima etapa do texto, algumas questões relacionadas à mobilidade como campo empírico para a construção de redes de colaboração e produção científica, a partir de uma perspectiva feminista.

4. Mobilidade acadêmica e internacionalização da ciência

A mobilidade acadêmica é um dos elementos mais importantes para medir o grau de internacionalização de uma instituição de ensino superior, sobretudo na pós-graduação, lugar de formação e produção do conhecimento. Mesmo antes de ser formalmente exigido pela CAPES, para os programas de pós-graduação com notas altas (5, 6 e 7), um doutorado ou pós-doutorado no exterior assinalavam notoriedade às/aos pesquisadoras/es no Brasil. A partir dos critérios de seleção para obtenção de bolsas e/ou investimento em projetos de pesquisa, os/as acadêmicos/as que obtém maior mobilidade em sua trajetóriapodem vir a se tornar mais "móveis" em termos intelectuais, podendo impactar, assim, na diversidade e qualidade de sua produção científica.

O movimento de saída das/os pesquisadoras/es em direção ao exterior, no processo de mobilidade científica internacional, acontece tanto para sua formação e especialização, quanto

8 Informações retiradas do site: www.cnpq.br em "bolsas-modalidades-pesquisa-produtividade em pesquisa".

para uma "reciclagem" ou um "arejamento científico", ou seja, os trânsitos acabam sendo compreendidos através da perspectiva da 'circulação transnacional', conforme Maria Luiza de Santanna Lombas (2017), onde há o retorno ao país de origem.

Thaís França (2016), ao localizar os/as cientistas e acadêmicos/as em uma das categorias da mobilidade, nos traz a questão dos privilégios implicados nesse tipo específico de deslocamento para o exterior:

> As categorias "mobilidade científica" e "cientistas internacionais" evitam a utilização do termo "imigração científica" e a associação de cientistas ou acadêmicos/as de outros países com a figura do imigrante. Isso porque cada vez mais imigração e imigrantes referem-se a sujeitos estigmatizados como perigosos, problemáticos, que atravessam fronteiras sem estar resguardados por privilégios legais sendo, portanto, indesejados. Já a mobilidade científica alude ao deslocamento geográfico de uma elite intelectual e laboral, portanto, bem-vindo (França, 2016, p. 6).

A partir da segunda metade do século XX foram criadas as agências de fomento à pesquisa CAPES e CNPq, através das políticas públicas, apoiando diversos intercâmbios internacionais formalizando, assim, diferentes convênios e acordos bilaterais entre as universidades brasileiras e instituições estrangeiras. Referenciamos aqui dois projetos importantes: o primeiro é o acordo entre Brasil e França, CAPES-COFECUB[9], iniciado em 1978 e até hoje vigente. Segundo o histórico descrito no site da CAPES, o objetivo foi de "incentivar o intercâmbio científico e o estímulo à formação de pós-graduandos e docentes vinculados aos programas de pós-graduação de instituições de ensino superior e de pesquisa por meio de projetos conjuntos"[10]; o segundo, quase quarenta anos depois, é o projeto CAPES/PRINT[11], lançado em 2017. Estima-se uma mobilidade considerável de doutorandas/os, pesquisadoras/es, pós-doutorandas/os e docentes de várias universidades federais do Brasil para o exterior – e vice-e-versa - para os próximos anos. Um dos principais objetivos do projeto é ampliar e consolidar as redes de pesquisa e investigações científicas, já que as parcerias firmadas se dão em diferentes áreas, países e instituições.

Esses e outros projetos de internacionalização acadêmica têm gerado um processo de mobilidade intenso, em diversas dimensões. Nesse ponto, França (2016) acredita que, embora a mobilidade científica seja uma prática já conhecida e realizada desde muito tempo, há um elemento que a distingue nos dias de hoje: a frequência e a intensidade com que esses trânsitos acontecem. Alguns fatores que favorecem essa nova dinâmica, segundo a autora, estão ligados à globalização, através, por exemplo, da maior acessibilidade ao transporte aéreo (preço-oferta-demanda), a tecnologia avançada e o reconhecimento de que a ciência gera desenvolvimento em um país. Os deslocamentos acontecem, tanto em nível de formação, quanto de trocas institucionais e têm tem relação direta com o crescimento das publicações internacionais – em função de que os artigos científicos têm um valor alto nas métricas de avaliação -, através da circulação de intelectuais, das ideias e conceitos, assim como a constituição de redes transnacionais, resultando em projetos e trabalhos que se valem dos diferentes campos do conhecimento.

A "cooperação internacional inicial", segundo Marília Costa Morosini (2011), acontece geralmente nos deslocamentos para realização de doutorado no exterior (doutorado pleno ou doutorado sanduíche) continuado ao longo da carreira acadêmica, passando a construir relações entre os pares, através de seus departamentos, centros de pesquisa e laboratórios. Esse movimento, para a autora, tende a levar a um processo posterior, a uma "cooperação internacional avançada",

9 A sigla COFECUB significa Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil.

10 Informação obtida no site da CAPES:https://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/franca/cofecub

11 Durante a escrita desse texto, várias alterações quanto a cronogramas, prazos, regras e aplicabilidade foram feitas em ambos projetos/acordos, em função do momento de pandemia (Covid-19) em que estamos passando. Os impactos e as consequências da crise sanitária para educação exigirão esforços das instituições de ensino, em nível global, para que encontrem novos modelos e formas de mobilidade internacional, no contexto da pandemia e da pós pandemia, como é o caso dos programas de mobilidade virtual ou híbrida, já em vigência em universidades brasileiras e do exterior, no âmbito da graduação e pós-graduação.

promovendo o desenvolvimento de projetos de pesquisa e acordos internacionais (bilaterais e multilaterais), financiados, principalmente, pelas instituições federais CAPES e CNPq.

Nesse sentido, e para além da viagem acadêmica apenas como uma continuação dos estudos, a mobilidade científica tende a apresentar contextos e realidades diversificadas, seja pelos aspectos que privilegiam esse tipo de trânsito, como por exemplo as bolsas ou auxílios ganhos pelos órgãos de financiamento, seja pelo processo de constituição e reconhecimento em outras redes intelectuais, no funcionamento do sistema universitário, na ocupação de cátedras e outros postos de trabalho dentro das universidades estrangeiras. A mobilidade científica configura-se, dessa forma, em um processo que envolve diferentes modos de produção do conhecimento, através da experiência de vida dos pesquisadores/as em outros territórios e culturas, ou a partir das colaborações e trocas intelectuais. Nas trajetórias acadêmicas mais desenvolvidas, ou seja, na etapa de formação avançada, que ocorre durante e/ou depois do pós-doutoramento, o aprimoramento no exterior e a construção de redes internacionais torna-se um exercício que, tanto busca posicionamento social mais representativo, quanto estimula rupturas epistemológicas, o que é sempre algo marcante na carreira de um/a professor/a-pesquisador/a.

5. As acadêmicas e sua inserção internacional na ciência

Jeanne Bisilliat (2000) reflete que, inserida nos estudos sobre a mobilidade física, a migração pode se tornar o meio de um outro tipo de deslocamento, o qual ela tem chamado de mobilidade ‘interior’. Embora a autora se refira a um outro contexto e a um outro perfil de mulheres, quando ela aborda a respeito da experiência de deslocamento, conseguimos aproximá-la da experiência da mobilidade científica internacional: trata-se de um exercício que propicia transformações e mudanças, conduzindo a uma jornada iniciática moderna, partindo da indiferenciação da “condição feminina” para alcançar a individualidade cidadã.

A partir de uma perspectiva feminista, França ePadilha (2013) refletem as assimetrias de gênero inseridas nesse tipo de deslocamento. Embora a mobilidade científica implique na constituição de um espaço favorecido em comparação a outras formas de deslocamento, nos trânsitos migratórios envolvendo outros mercados laborais mais precários, menos valorizados,

> No caso específico das mulheres cientistas, a invisibilidade que este tema possui nas investigações internacionais, a ausência de preparação que, em geral, os centros possuem para receber ‘cientistas mães’, a inexistência de políticas internas das instituições para a promoção da igualdade de gênero atesta como a experiência de uma mulher cientista pode ser significativamente prejudicada quando comparada àquela de um homem cientista (França; Padilha, 2013, p. 52).

Dentro dos contextos que envolvem a internacionalização, as dificuldades e/ou impasses nas experiências de mobilidadenão passam, então, somente pelas questões de gênero, mas de outros marcadores, como raça, geração, classe social, assim como por questões relevantes, como maternidade, formação, área de conhecimento, tipo de financiamento recebido, estrutura familiar (financeira e emocional) e entre outras. Ou seja, é preciso compreender a dimensão subjetiva das trajetórias individuais de saída e de retorno. Para Monique de Saint Martin (2004, p. 23, tradução nossa) outros componentes estão inseridos na relação entre processo de mobilidade e progressão profissional:

> (...) é difícil saber exatamente em que medida a estadia no estrangeiro contribui para uma carreira bem-sucedida, que se explica também, em parte, pelas diferenças na formação de base e no capital cultural de partida, mas seus efeitos próprios não figuram entre os menos importantes. É preciso ter capital científico, cultural e social para extrair um benefício científico seguro de uma estadia no exterior.

O tempo de permanência fora de casa, nos estudos de Louise Ackers (2010), é outro aspecto expressivo e que tem impacto direto na mobilidade científica, sobretudo no caso das pesquisadoras. Em certas circunstâncias, a mobilidade de curto prazo (estadia de poucos meses fora do país) – a qual se diferencia das 'viagens' e 'visitas' acadêmicas - é mais favorável e acessível, e assim, mais privilegiada do que a de longo prazo (estadia de um ano ou mais), considerando a complexidade dessa última: a necessidade de um grande planejamento que antecede a mobilidade, a experiência de formação e outras variáveis existentes.

Em 2017, a editora multinacional Elsevier publicou um relatório sobre gênero no cenário global da pesquisa, considerando o Brasil nesse contexto, incluindo os resultados de análises de dados bibliométricos, com base no banco de dados Scopus. O relatório trabalha indicadores que apontam os avanços, desequilíbrios, desigualdades e desafios implicados no processo de produtividade das mulheres pesquisadoras. No que se refere à mobilidade científica, os resultados indicam que as mulheres brasileiras são, na maior parte dos casos, menos móveis que os homens.

> Podemos colocar a hipótese que os achados sobre colaboração internacional e mobilidade estão conectados: se as mulheres têm menos mobilidade internacional, também pode restringir a sua rede e as oportunidades de colaboração internacional. Se a colaboração internacional ocorrer menos frequentemente para mulheres do que para os homens, suas redes podem permanecer pequenas e isso pode afetar negativamente as oportunidades para progressão na carreira e mobilidade.[12]

Dentro desse contexto, é correto afirmar que a colaboração em redes de pesquisas internacionais, através da mobilidade acadêmica, possibilita criar cooperações e conexões com um número maior de pesquisadoras/es, podendo impactar significativamente na produção científica, que é um dos principais critérios para progressão de uma trajetória acadêmica. A avaliação das redes de pesquisa e colaboração ainda pode ser percebida, segundo Denise Leite et al (2014, p. 293), através da metáfora da teia de conhecimentos: "para cada pesquisa se forma uma rede, uma teia diferente; para cada circunstância, tempo e lugar, uma nova teia será produzida. Teias de conhecimento são tecidas por dentro da rede de pesquisa de forma deliberada". A metáfora também se refere aos desdobramentos das experiências de trocas, as quais levam a um conhecimento compartilhado, aproximando as diferenças epistemológicas.

Assim, a circulação em locais de formação intelectual passa, invariavelmente, pela prática de socialização, em dois sentidos, conforme refletido por Ângela de Castro Gomes (1993): o primeiro "remete às estruturas organizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que têm como ponto nodal o fato de se constituírem nos *loci* de aprendizagem e trocas intelectuais"; o segundo está relacionado com as redes que estruturam as relações entre os intelectuais", ou seja, o espaço é tanto aquele geográfico, como também comporta afetividade, através dos "vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade", assim como da "marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos especiais" (Gomes, 1993, p. 65).

6. Considerações finais

Os indicadores sobre a participação das mulheres no âmbito acadêmico brasileiro têm evidenciado um avanço significativo, tanto na presença nos cursos de graduação, iniciação científica e pós-graduação, como também nos trabalhos e vínculos com laboratórios e projetos de pesquisa. Embora o cenário atual se apresente de forma relativamente mais favorável do que décadas atrás,

12A referentepesquisaintitula-se "Elsevier Research Intelligence. Gender in the global research landscape: analysis of research performance through a gender lens across 20 years, 12 geographies, and 27 subject areas". Para acessar o estudo e as métricas implicadas, acessar link:https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf

em termos de acessibilidade e oportunidades, a sub-representação das mulheres se faz presente em algumas áreas, assim como os cargos de maior poder, remuneração e valorização, no âmbito científico, ainda são ocupados majoritariamente por homens. As bolsas de produtividade do CNPq representam um espaço de legitimação e de reconhecimento científico. A porcentagem de pesquisadoras que possuem, atualmente, a PQ 1A - bolsa de maior prestígio - considerando o somatório de todos os campos do conhecimento, não chega a 25% do total. Indicadores desse tipo de financiamento científico, com recorte de gênero, acabam sendouma balança para medirmos a distribuição - igualitária ou não – entre homens e mulheres, mas também para refletirmos a respeito da inserção das mulheres nas redes científicas internacionais e os efeitos e consequências sobre as pesquisas e produção científica.

A mobilidade, transcendendo às delimitações institucionais, também pode ser pensada a partir de outras dimensões, como através da construção das subjetividades de quem a realiza, influenciando nos modos de pensar, de se posicionar, de produzir e de praticar a pesquisa. As escolhas de deslocamento (destinos, temáticas, laboratórios e instituições) acabam privilegiando e aproximando certas redes de contatos intelectuais, influenciando nos posicionamentos sobre o trabalho científico, no tipo de conhecimento que resulta desse trabalho (na materialidade) e na perspectiva de trabalhos futuros. As viagens acadêmicas são, portanto, viagens institucionais, pois partem de uma negociação e acordo com o meio acadêmico, mas também são deslocamentos intelectuais que cruzam as fronteiras geográficas e simbólicas do estrangeiro, atuando como um exercício que contribui para novos posicionamentos intelectuais e mudanças epistemológicas significativas.

Bibliografía

Ackers, L. (2010), Internationalisation and Equality: The contribution of short mobility to progression in science careers, *Recherchessociologiques et anthropologiques,* 41(1): 83-103.

Barros, S.C.V., Silva, L. (2019), "Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero", Rio de Janeiro: *Pepsic: Arquivos Brasileiros de Psicologia,* 71: 68-83.

Bisilliat, J. (2000), "Migration féminine comme parcours initiatique", *Les Cahiers du CEDREF*, pp. 67-85.

Canêdo, L. (2001), "Masculin, féminin et études universitaires à l'étranger: les boursiers brésiliens de 1987 à 1998",*Revue Informations sur les Sciences Sociales,* 40(2): 627-648.

Elkin, L. (2019), *Flâneuse. Reconquérir la ville pas à pas,* Paris: Hoëbeke.

França, T., Padilha, B. (2013), "Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate", *Configurações,* 12: 47-60.

França, T. (2016), "Mulheres, Imigrantes e Acadêmicas: Teorias da interseccionalidade para pensar a mobilidade científica", *Tomo,* 28: 203-240.

Gomes, A.C. (1993), "Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo", Rio de Janeiro: *Estudos Históricos,* 6(11): 62-77.

Valentova, J. V., Otta, E., Silva, M.L. (2017), "Underrepresentation of women in the senior levels of Brazilian science", *PeerJ,* 5: e4000.

Leite, D. et al. (2014), "Avaliação de redes de pesquisa e colaboração", *Avaliação,* Campinas, 19(1): 291-312.

Lima, B. S. (2013), "O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física", Estudos Feministas, 21(3): 883-903.

Lombas, M.S. (2017), "A mobilidade internacional acadêmica: cara características dos percursos de pesquisadores brasileiros", *Sociologias,* Porto Alegre, 44: 308-333.

Melo, H. P. (2014), "Ciência e Tecnologia no Feminino: 1990/1999", *Revista Feminismos*, 2(3): 125-138.

Melo, H. P., Thomé, D. (2018), *Mulheres e Poder*, Histórias, ideias e indicadores, Rio de Janeiro: FGV Editora.

Morosini, M.C. (2011), "Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional horizontal", Belo Horizonte: *Educação em Revista*, 27(01): 93-112.

Perrot, M. (2020) [1998], *Les femmes ou les silences de l'histoire*, Paris: EditoraFlamarion.

Pontes, H. (1997), "Círculos de intelectuais e experiência social", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(34): 57-69.

Saint Martin, M. (2004), "Introdução", en Almeida, A, et al (ed.), *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*, Campinas: Editora Unicamp, pp. 17-26.

Minella, L. S. (2017), "Medicina e feminização em universidades brasileiras: o gênero nas interseções", *Revista Estudos Feministas* 25(3): 1111-1128.

Taborda, L. R., Engerroff, A. B. (2017), "Mapeando o lugar da mulher docente na Universidade Federal de Santa Catarina", *Revista Sociais & Humanas*, 30(2): 55-69.

Zaidman, C. (2009), "Educação e Socialização", en Hirata, H. et al. (ed.), *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo: Editora UNESP, pp. 80-84.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Neoliberalismo, Subjetividades e Críticas Feministas*

Margareth Rago†
Mauricio Pelegrini‡

Resumo

Nesse texto, confrontamos duas perspectivas de análise do neoliberalismo e mostramos a novidade da leitura trazida por Michel Foucault, em O Nascimeno da Biopolítica, ao problematizar a dimensão da produção da subjetividade e da condução das condutas nesse regime. O confronto dessas duas perspectivas teóricas se estende para a crítica feminista pensada a partir de Nancy Fraser e de Johanna Oksala, e permite um breve olhar problematizador sobre o contexto brasileiro.

Palavras-chave: Michel Foucault - feminismos - neoliberalismo

Neoliberalismo: dois marcos teóricos

O termo *neoliberalismo* vem ganhando importância nas últimas décadas, e sendo cada vez mais utilizado, tanto na literatura acadêmica, quanto na imprensa e no cotidiano. Por um lado, quase sempre aparece com conotação negativa, trazendo significados já há algum tempo estabelecidos: abertura dos mercados à concorrência global, desregulamentação das relações de trabalho, perda de direitos sociais, enfraquecimento dos sindicatos e cooperativas etc. Por outro lado, existe a recusa de muitos pensadores do campo neoliberal em assumir o rótulo, justificando que se trataria apenas do antigo liberalismo colocado corretamente em ação. Superar essa polarização implica estabelecer marcos teóricos que permitam nortear a discussão, realizando seriamente uma avaliação das novidades e recorrências dessa corrente em relação às doutrinas econômicas que lhe antecederam.

David Harvey, importante teórico de inspiração marxista, propõe quatro grandes eventos que marcariam a ascensão do neoliberalismo no cenário mundial: 1) em 1978, a liberalização da economia chinesa promovida por Deng Xiaoping; 2) em julho de 1979, a nomeação do economista Paul Volcker como presidente do Banco Central dos Estados Unidos (FED); 3) em maio de 1979, a eleição de Margaret Thatcher ao cargo de primeira-ministra do Reino Unido; e 4) em 1980, a eleição de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos (Harvey 2013, p. 11). Nesse curto período de tempo, o neoliberalismo teria ganhado uma importância fundamental na geopolítica global, culminando na hegemonia que até hoje detém, e trazendo impactos sociais e subjetivos

*Agradecimientos à professora Sandra Caponi pelo gentil convite para participarmos desta publicação.
† Professora titular, atualmente aposentada colaboradora do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofía e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
‡ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofía e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

nem sempre imaginados. Para Harvey, há então uma mudança clara de paradigma com o surgimento do neoliberalismo, que pode ser resumidamente definido do seguinte modo:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para garantir, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas (Harvey 2013, p. 12).

Com essa definição, Harvey aponta claramente para a relevância do papel do Estado na doutrina liberal, em oposição direta ao modelo de Estado de Bem-Estar que teve vigência, especialmente na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, e que se tratava agora de desmontar. Mais ainda, mostra que a denominada *virada neoliberal*, cujo ápice foi a articulação do Consenso de Washington, em 1990, teve um papel determinante na restauração do poder econômico da classe dominante. Apesar de se apresentar apenas como reorganizador das funções do Estado, visando ao crescimento econômico, o que o neoliberalismo efetivamente promoveu foi, de acordo com Harvey, uma nova concentração de renda nas mãos das elites econômicas. Em suas palavras,

> Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei [...] a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou (Harvey 2013, p. 27, grifos do autor).

Tal intepretação, de cunho eminentemente marxista, tem predominado nas análises críticas do neoliberalismo. A reorganização das relações entre Estado, doutrina econômica, políticas públicas, direitos e classes sociais aparece como sendo o principal eixo das análises econômicas e sociológicas, tanto no Brasil quanto no exterior, e que tem em Harvey um de seus expoentes mais importantes.

Em 1979, contemporaneamente aos marcos históricos apontados por Harvey como balizadores da ascensão do neoliberalismo, Michel Foucault realizou, no curso que ministrava no Collège de France, uma arqueogenealogia do pensamento neoliberal (Foucault 2008), estabelecendo parâmetros que permitem compreender as diferenças significativas trazidas pelo neoliberalismo. Intitulado *Nascimento da Biopolítica*, nesse curso ele mostra detalhadamente o solo arqueológico sob o qual nasce o pensamento liberal no século XVIII, bem como as contradições decorrentes da governamentalidade liberal, para em seguida apontar os deslocamentos promovidos pelo neoliberalismo, especialmente em suas vertentes alemã e estadunidense pós-Segunda Guerra. De acordo com ele, quando se fala desses neoliberalismos contemporâneos, em geral obtêm-se as seguintes colocações: a) do ponto de vista econômico, é a reativação de velhas teorias já surradas; b) do ponto de vista sociológico, é a instauração, na sociedade, de relações estritamente mercantis; c) de um ponto de vista político, é uma cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado. Porém,

> esses três tipos de resposta [...] fazem o neoliberalismo aparecer como não sendo, afinal de contas, absolutamente nada ou, em todo caso, nada mais que a mesma coisa de sempre, e a mesma coisa de sempre piorada, [o que permitiria] não fazer praticamente nada a seu respeito, refazer o mesmo tipo de crítica dos últimos duzentos, cem, dez anos (Foucault 2008, p. 179-180).

Desse modo, Foucault assinala que há novidades importantes que justificam a adoção do termo *neoliberalismo*, e o seu objetivo será destacar essas novas características, tanto na doutrina econômica quanto na prática governamental.

A teoria do capital humano e o empresário de si

A complexa arqueogenealogia do neoliberalismo empreendida por Foucault em seu curso traz diversas novidades teóricas, dentre as quais a apresentação da vertente neoliberal norte-americana tem ganhado destaque, pelo fato principal de que se tornou hegemônica[1]. Nessa análise, ele mostra como o liberalismo americano ultrapassava uma perspectiva puramente econômica, sendo de fato um *método de pensamento*, uma grade de análise histórica e sociológica com raízes profundas na própria formação dos Estados Unidos, com ancoragens à direita e à esquerda do pensamento político (Foucault 2008, p. 301). Este é o solo epistemológico que permite o surgimento da teoria do capital humano, foco principal da apresentação de Foucault, a partir especialmente das formulações do economista Gary Becker. O interesse dessa teoria está, segundo Foucault, no fato de que

> representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico (Foucault 2008, p. 302).

O modelo de pensamento econômico será então expandido e aplicado a todos os fenômenos sociais, desde as análises de mercado até a criminalidade, a constituição da família, o casamento, ou mesmo a divisão sexual do trabalho. Trata-se da instauração de uma nova racionalidade social, que passa a constituir novas formas de subjetividade. A principal inovação teórica introduzida por Foucault nos estudos do neoliberalismo é precisamente demonstrar que a sociedade neoliberal produz outras subjetividades, submetidas à concorrência do mercado e, portanto, empresariais.

De acordo com Becker, a economia política clássica indicou que a produção dos bens dependia de três fatores: terra, capital e trabalho, deixando, contudo, o trabalho como vertente inexplorada, restringindo-o unicamente ao fator tempo, neutralizando-o. O incremento da produção pelo vetor do trabalho se fazia unicamente de maneira quantitativa e temporal, quer dizer, aumentando o número de trabalhadores no mercado e o número de horas de trabalho disponível ao capital. Reintroduzir o trabalho no campo da análise econômica, adotando uma abordagem qualitativa, e não mais puramente quantitativa, implicaria deslocar o ponto de vista de quem compra a força de trabalho (o capital) para quem vende (o trabalhador). Trata-se de uma mudança epistemológica profunda, na qual é modificado o campo de referência geral da análise econômica. Desde Adam Smith até o século XX, a análise econômica

> tinha como objeto, grosso modo, o estudo dos mecanismos de produção, dos mecanismos de troca e dos fatos de consumo no interior de uma estrutura social dada, com as interferências desses três mecanismos. Ora, para os neoliberais, a análise econômica deve consistir, não no estudo desses mecanismos, mas no estudo da natureza e das consequências do que chamam de opções substituíveis, isto é, o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos (Foucault 2008, p. 306).

1 Veja-se que os principais expoentes da chamada Escola de Chicago foram todos ganhadores do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas: Milton Friedman (1976), Theodore Schultz (1979), Gary Becker (1992). O austríaco Friedrich Von Hayek, ganhador do prêmio em 1974, também passou muitos anos em Chicago, influenciando diversos sucessores. No Brasil, a maior parte dos economistas responsáveis pelas políticas econômicas dos anos FHC, incluindo o Plano Real, é oriunda da PUC do Rio de Janeiro, que segue estritamente a linha teórica da Escola de Chicago.

Dessa forma, a partir dos economistas neoliberais, a Economia não seria mais a ciência do processo econômico, mas sua tarefa deveria ser a análise do comportamento humano e sua racionalidade interna:

> O que a análise [econômica] deve tentar esclarecer é qual cálculo, que aliás pode ser despropositado, pode ser cego, que pode ser insuficiente, mas qual cálculo fez que, dados certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não àquele. A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos (Foucault 2008, p. 307).

Aplicando o método à análise do trabalho, seria então necessário interrogar como quem trabalha se conduz, que cálculos realiza? O que é trabalhar, para quem trabalha, e a que sistema de racionalidade essa atividade de trabalho obedece? O trabalhador passa a ser visto como *sujeito economicamente ativo*, que exerce suas atividades para receber um salário, ou melhor, um fluxo contínuo de salários, vistos desse modo como renda; os salários seriam o rendimento de um capital, que é o *capital humano*, possuído pelo indivíduo que trabalha. Como explica Foucault,

> A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador, o que não quer dizer exatamente, como a crítica econômica, ou sociológica, ou psicológica diz tradicionalmente, que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e, por conseguinte, o aliena. Deve-se considerar que a competência que forma um todo com o trabalhador é, de certo modo, o lado pelo qual o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir fluxos de renda. Fluxos de renda, e não renda, porque a máquina constituída pela competência do trabalhador não é, de certo modo, vendida casualmente no mercado de trabalho por certo salário. Na verdade, essa máquina tem sua duração de vida, sua duração de utilizabilidade, tem sua obsolescência, tem seu envelhecimento (Foucault 2008, p. 309).

Se quiser melhorar os seus rendimentos, portanto, o trabalhador deve saber administrar, promover e incrementar o seu capital humano, que é composto por dois tipos de elementos: inatos e adquiridos. Os elementos inatos são os traços hereditários, que implicam a classificação dos indivíduos a partir de fatores de risco e, dessa maneira, podem trazer impactos às políticas de saúde, de prevenção e de seguridade, por exemplo. Já os elementos adquiridos são aqueles que promovem uma melhoria do capital humano ao longo de toda a vida, desde a primeira infância (como o tempo de afeto dedicado pelos pais ao bebê) até o investimento na qualidade educacional e na formação permanente. Em uma sociedade assim constituída, toda a responsabilidade pelos sucessos ou fracassos do sujeito se torna individualizada; o desemprego ou o baixo "valor de mercado" do trabalhador é resultado direto das escolhas realizadas ao longo da sua vida e do investimento que realiza em seu capital humano.

O trabalhador, assim, se torna um empresário de si mesmo, "sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda" (Foucault 2008, p. 311). Ele se torna um capitalista que administra o próprio capital e obtém as rendas de acordo com os investimentos efetuados, colocando-se no mercado como uma unidade-empresa, em competição direta com outros indivíduos-empresas, constituindo uma sociedade puramente empresarial, em que todos são vistos como competidores, disputando as melhores colocações no mercado, em concorrência direta uns com os outros.

A governamentalidade neoliberal, a moral tradicional e a crítica feminista

Ora, a racionalidade neoliberal também atinge fortemente as mulheres, como denunciam as teóricas feministas, na esteira de Foucault. Afinal, o ideal de produção da subjetividade

empresarial ou do "neossujeito" não se limita aos homens. Ao mesmo tempo, como observa Wendy Brown, não está em jogo apenas o "desfazer da democracia", mas a emergência de valores antidemocráticos, patriarcalistas, ancorados no cristianismo. Segundo ela,

> As forças por detrás deles, entretanto, que organizam incursões nos espaços públicos e exercem uma pressão contra o político e o democrático, são os valores e reivindicações do mercado, por um lado, e do *familialismoheteropatriarcal cristão* por outro. [...] A privatização econômica e familial do público, combinada com a denigração neoliberal do social, constituem juntas o ataque da ala direita à "justiça social" como sendo tirânica ou fascista. [...] como pode a direita ser o partido tanto da liberdade *e* do nacionalismo, da liberdade *e* do protecionismo, da liberdade pessoal maximizada *e* dos valores sociais tradicionais. [...] Quando a própria nação é colocada em termos econômicos e familiares dessa forma, os princípios democráticos da universalidade, igualdade e abertura são descartados e a nação se torna legitimamente não liberal para com aqueles designados como *insiders* repulsivos e *outsiders* invasores (Brown 2019, p. 29).

Vale notar que, ao analisar a teoria do capital humano de Becker, Foucault destaca como o contrato do casamento, interpretado a partir de uma grade de inteligibilidade econômica, é inserido num quadro de negociações, que tem como referência principal o funcionamento da empresa. Nessa lógica que valoriza a aplicação integral da análise econômica ao setor doméstico, o casal é pensado como uma unidade de produção, assim como uma empresa. Para esclarecer esse raciocínio, ele recorre a Migué, que afirma: "De fato, o que é um casal, senão o compromisso contratual de duas partes para fornecer *inputs* específicos e compartilhar em determinadas proporções os benefícios do *output* dos casais?" (*apud* Foucault 2008, p. 336). Foucault explica que, ao invés de ter de negociar incessantemente uma quantidade de contratos que fazem parte das trocas cotidianas, essa relação de companheiros, baseada em um controle mútuo de longo prazo, substitui satisfatoriamente a relação propriamente comercial. Na sequência, ironiza: "Passe-me o sal, eu te passo a pimenta" (Foucault 2008, p.336).

Seguindo essa lógica no que se refere ao casamento, conferindo à mulher um lugar bastante tradicional na família, Foucault chama a atenção para a maneira como os neoliberais discutem minuciosamente a relação mãe-filhos. Pensada como um investimento formativo e educacional, está em jogo formar o capital humano da criança e, para tanto, tudo é cuidadosamente mensurado, desde o tempo e a qualidade dos cuidados que a mãe dedica ao filho, o afeto e a atenção com que acompanha seu desenvolvimento até "a educação, os progressos escolares e físicos, a maneira como ela o alimenta e como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele"(Foucault 2008, p. 334). O investimento que constituirá o capital humano da criança será, por sua vez, seu salário, quando ela se tornar adulta; então, a mãe receberá, como fruto, a "renda psíquica" desse investimento.

Enfrentando esse novo regime de verdades extremamente conservador e misógino, a crítica feminista logo se fez sentir, trazendo reflexões instigantes sobre o neoliberalismo, a partir de perspectivas teórico-políticas diferenciadas. Assim, Nancy Fraser e Johanna Oksala analisam como o neoliberalismo ameaça capturar as pautas feministas e interferir em suas propostas, ressignificando seus ideais, nos últimos trinta anos.

A partir de uma perspectiva marxista, Fraser entende que o fato de a segunda onda do feminismo ter emergido num momento em que o capitalismo se reformulava radicalmente, na década de 1970, trouxe importantes e nefastas consequências. Ao mesmo tempo em que o feminismo produzia uma revolução cultural, já que as reivindicações feministas ganhavam visibilidade e transformavam o imaginário social, suas bandeiras eram apropriadas pela racionalidade neoliberal, acentuando a competição e indo na contramão dos ideais feministas da sociedade justa e solidária. Nesse sentido, na perspectiva do feminismo socialista, ela conclui que, *malgrésoi*, o feminismo acabou por beneficiar uma nova forma de capitalismo pós-fordista, transnacional e neoliberal. O que havia começado como um movimento contracultural radical se transformou num movimento de massas, levando as feministas de roldão. "Aspirações claramente

emancipatórias tornaram-se ambíguas" (Fraser 2013a), afirma a filósofa, no artigo "Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo e como resgatá-lo", publicado em *The Guardian*, em 14 de outubro de 2013.

Fraser procura sintetizar esse movimento apontando alguns aspectos em que as críticas feministas foram ressignificadas pelo neoliberalismo. Segundo ela, ao valorizar o trabalho assalariado e criticar a figura do macho provedor e do "salário familiar" do "capitalismo organizado pelo Estado", o feminismo legitimou o capitalismo flexível, mais dependente do trabalho assalariado das mulheres, especialmente nos serviços. No novo capitalismo, impera a norma dos dois assalariados na família, com o discurso do avanço feminino e da justiça social.

Em segundo lugar, diz ela, focando-se exclusivamente na dimensão cultural e esquecendo a econômica, as feministas transformaram a agenda política, colocando o desafio das hierarquias nas construções culturais das diferenças de gênero. Ao invés de expandir a luta pela justiça no sentido de abraçar questões culturais e também econômicas, colocaram o foco exclusivamente na "identidade de gênero", à custa de saídas "arroz com feijão". Essa virada para políticas da identidade coincidiu com a ascensão neoliberal e o desejo de suprimir as lutas pela equidade social. Diz ela, "de fato, absolutizamos a crítica do sexismo cultural justamente no momento em que as circunstâncias exigiam atenção redobrada à crítica da economia política". Além do mais, a crítica ao "paternalismo do *welfarestate*" também fortaleceu o discurso neoliberal, de modo que se, na "variante capitalista organizada pelo Estado", a fórmula era "usar a política para conter o mercado", no neoliberalismo busca-se "usar o mercado para conter a política"; no lugar de "dirigismo", a privatização e a desregulamentação; no lugar de "cidadania social", fala-se em "responsabilidade pessoal" e no lugar de Estado de bem-estar social, o "Estado competição" (Fraser 2013b, p. 218).

A leitura de Johanna Oksala, referenciada pelas problematizações foucaultianas, caminha em outra direção. Considera que "a virada pós-estruturalista na teoria feminista, nas décadas de 1980 e 1990, continua a representar um importante avanço teórico" (Oksala 2013, p. 32). Pautando-se pela análise genealógica do neoliberalismo desenvolvida por Foucault, ela discute a questão da violência em relação à governamentalidade neoliberal, destacando que, ao contrário de ser identificado com o *laissezfaire*, o neoliberalismo deveria ser percebido em sua dimensão de "vigilância permanente, atividade e intervenção", como afirma o filósofo (*apud* Oksala 2013, p. 50). Afinal, dizem os neoliberais, o mercado não é natural e tem de ser criado por regras coercitivas de um governo efetivo. Não se trata, portanto, de reduzir a ação do Estado, como, em geral, se afirma em relação ao neoliberalismo, nem contrapô-lo a um "capitalismo organizado pelo Estado", como caracteriza Fraser; ao contrário, para os neoliberais, é o Estado que deve interferir de modo a produzir artificialmente as condições do mercado e criar efetivamente a concorrência, o que implica a violência política.

Oksala analisa as consequências do neoliberalismo para as teorias e políticas feministas e destaca os novos desafios que se colocam ao feminismo. Discutindo alguns argumentos das intelectuais feministas Walby e Eisenstein, observa que, embora muitas mudanças culturais tenham ocorrido incorporando noções trazidas pelo feminismo, os efeitos nocivos do neoliberalismo afetam em maior grau as mulheres, como apontam essas autoras, por exemplo, por constituírem a principal mão de obra nos setores públicos, que são justamente os privatizados, ou ainda, pelo corte dos serviços públicos como creche, dos quais as mulheres são mais dependentes, além dos empregos temporários mal pagos da economia neoliberal – "os chamados Mcjobs" – que recaem mais sobre mulheres do que sobre homens e de continuarem a receber remuneração salarial inferior à deles. Além disso, persistem a violência de gênero e os obstáculos impostos pela cultura machista, agora reforçados pelos discursos religiosos que adentram o espaço da política institucional.

Para Oksala, porém, a questão dos desafios colocados pelo neoliberalismo ao feminismo vai além do ataque às políticas de proteção da social-democracia, pedindo outras medidas políticas e intervenções teóricas. Afinal, se se trata de outra arte de governo, trata-se também da produção de

um outro sujeito. Assim, ela aponta para a maneira pela qual os processos de dessubjetivação são seguidos por capturas, por ressubjetivações imediatas pelo Estado, destacando-se o perigo da produção de um novo sujeito submisso ao Estado. Em suas palavras,

> [...] a governamentalidade neoliberal [...] produz um sujeito econômico estruturado por diferentes tendências, preferências e motivações do que o cidadão político ou legal da sociedade disciplinar ou da sociedade de soberania. O sujeito neoliberal é entendido como um indivíduo atomizado cujo interesse natural e tendência a competir por recompensas econômicas deve ser incentivado e reforçado (Oksala 2016, p. 115).

Certamente essas novas tecnologias de poder também afetam a produção do sujeito do feminismo, dando origem ao "novo sujeito feminino neoliberal". A expansão da governamentalidade neoliberal, explica ela, significa que as mulheres também passaram a ser vistas e a se verem como sujeitos neoliberais, e também passaram a buscar seus próprios interesses e ganhos, ao contrário da conhecida abnegação que caracterizava o sentimento feminino. Em suas palavras, "as mulheres não querem mais apenas um lar feliz, elas querem dinheiro, poder e sucesso" (Oksala 2016, p. 121).

Segundo esta filósofa, cujas interpretações se pautam pelas experiências dos países mais desenvolvidos, no cenário político que se configura na atualidade, muitas das bandeiras da luta feminista, como a criminalização do estupro e da violência doméstica, foram apropriadas pelo Estado e passaram a ser defendidas como políticas públicas, pois permitem melhorar o "capital humano" das mulheres (Oksala 2013, p. 39). O Estado captura, assim, as rebeldias e contestações e procura reimplantar essas contracondutas, utilizando elementos das estratégias e das táticas das lutas antipastorais.

O ponto que mais a preocupa refere-se à produção da subjetividade feminina capturada pela governamentalidade neoliberal, a exemplo do que ocorre com a própria noção de autonomia, tão cara ao feminismo, agora pensada pelo viés econômico do empresariamento. Se, no passado, a analítica foucaultiana do poder podia dar visibilidade aos processos assujeitadores que constituíam o sujeito enquanto "corpo dócil", o que levava o feminismo a denunciar a domesticação e o confinamento das mulheres no privado, agora a questão do sujeito feminino se coloca em outro patamar. Nessa direção, Oksala pergunta como o sujeito neoliberal afeta a produção do sujeito do feminismo. A emancipação feminina poderia ser traduzida como sucesso econômico individual e livres escolhas das mulheres?

É preciso considerar que, se até a década de 1970 as mulheres não conseguiam reconhecimento em cargos públicos relevantes, a não ser que se subordinassem aos padrões e aos cânones masculinos, nas décadas seguintes o discurso neoliberal se apropria das demandas e interpretações feministas e inverte a leitura e a mensagem: agora as mulheres são incitadas a autonomizarem-se e a participarem da vida pública e profissional, pois são reconhecidas como mais eficientes, mais responsáveis e mais inovadoras. Nessa lógica, considera-se que é importante melhorar o capital humano das mulheres e produzir um sujeito neoliberal feminino. Para Oksala, as mulheres, hoje, também estão se vendo como sujeitos capazes de livre escolha, baseada em um cálculo econômico racional, pois, assim como os homens, têm sido chamadas a subjetivarem-se em modos neoliberais, constituindo-se como autônomas, emancipadas e senhoras de si.

Contudo, sua análise precisa ser relativizada quando pensamos no contexto brasileiro, já que, no momento em que os países do chamado Primeiro Mundo viviam a expansão neoliberal, as privatizações e os sucessivos ataques ao *welfarestate*, desde o final dos anos 1970, no Brasil, passávamos pelo fim da Ditadura militar, pelo processo da redemocratização, pela emergência dos "novos" movimentos sociais, como o feminista e o LGBT, e pela constituição da figura do "sujeito de direito", com a subsequente expansão das políticas públicas nos anos seguintes.

Naquele momento, vivíamos tanto o esgotamento do regime ditatorial, instalado em 1964, quanto a quebra de um estado de dominação patriarcal, para usar a distinção que faz Foucault entre dominação e poder. Saíamos de um contexto em que os questionamentos estavam

impossibilitados, mas que se transformava em um campo móvel e reversível de relações de poder. As diferenças se manifestavam e se explicitavam na cena pública. Vale lembrar que, segundo Foucault, as relações de poder são "móveis, reversíveis e instáveis", enquanto os estados de dominação, ao contrário, bloqueiam ou congelam as relações de poder, uma condição que ocorre "quando um indivíduo ou grupo social chega a bloquear um campo das relações de poder, tornando-as imóveis e fixas e a impedir qualquer movimento de reversibilidade" (Foucault 1994b, p. 711). Diz Foucault:

> Se tomarmos o exemplo da sexualidade, é claro que foi preciso um certo número de liberações em relação ao poder do macho, que foi preciso se liberar de uma moral opressiva que concerne tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade; mas esta liberação não faz aparecer o ser feliz e pleno de uma sexualidade em que o sujeito teria atingido uma relação completa e satisfatória. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que se trata de controlar por práticas da liberdade (Foucault 1994b, p. 711).

Em estados de dominação, diz ele, há pouco espaço para que as relações de poder se manifestem, já que, sendo assimétricas, estão bloqueadas, inviabilizando as práticas da liberdade. Em seguida, Foucault exemplifica trazendo a situação das mulheres em casamentos tradicionais, nos séculos XVIII e XIX. Embora fossem capazes de exercer relativo poder dentro de seus casamentos – poderiam "enganar seus maridos, furtar dinheiro deles, recusar sexo" –, continuavam em um estado de dominação, na medida em que essas opções eram, em última instância, somente estratagemas que nunca conseguiam reverter a situação.

Ora, ao longo da década de 1960, no Brasil, saímos de um estado de dominação patriarcal congelante, tendo vivido um "processo de liberação" com a revolução sexual e os movimentos de contracultura, o que tornou possível, nas décadas seguintes, uma explosão de inúmeras formas de contestação, de revoltas, de insurreições e de contracondutas, a exemplo da surpreendente expansão dos movimentos feminista e LGBT, que atingiram amplas esferas da vida social, subvertendo os códigos normativos e questionando os padrões culturais.

Assim, enquanto Oksala reclama do recuo dos temas feministas na mídia nos países anglo-saxões, aqui passa-se o oposto desde então. Constantes artigos na imprensa e programas televisivos destacam a "primavera das mulheres", enquanto cartazes nos metrôs da cidade criminalizam a violência sexual e o assédio. As mobilizações feministas nas ruas, as organizações de coletivos de jovens feministas, com suas expressões estético-políticas e lúdicas atestam essa enorme transformação cultural e social, no país. Nunca tivemos gerações tão jovens afirmando-se como feministas, desafiando a cultura patriarcal, denunciando o machismo e assumindo o protagonismo nos movimentos de ocupação das escolas, nos coletivos, nas praças e nas ruas.

Saídas feministas

No entanto, o momento atual de crescente retrocesso político e conservadorismo moral impõe a discussão das formas e dos rumos possíveis da luta. Vale recorrer à análise de Candiotto (2013), que situa os dois posicionamentos políticos apresentados acima no âmbito do feminismo, que remetem a diferentes interpretações da política, do presente e do tempo. O primeiro, construído a partir da matriz da Revolução, investe na ideia da "emancipação com utopia", como caracteriza Allen (2015), supondo um tempo contínuo e a necessidade histórica; o segundo, para o qual convergem os esforços de Foucault, focaliza as possibilidades que traz politicamente a noção de "diagnóstico do presente" como estratégia de atitude crítica que fratura o presente e privilegia a linguagem da experimentação e da contraconduta em relação à emancipação. Diz Foucault, insistindo sobre a necessidade de "viver diferentemente o tempo":

> A revolução se organiza segundo toda uma economia interior ao tempo: condições, promessas, necessidades; portanto, ela se aloja na história, aí faz seu leito e finalmente aí se deita. A

> insurreição, cortando o tempo, conduz os homens à vertical de sua terra e de sua humanidade (Foucault 1994c, p. 790).

Destacando as diferenças na concepção de presente dessas duas vertentes, Candiottomostra que, enquanto o par Revolução-presente pressupõe uma finalidade da história, o par formado pela atitude crítica-presente conduz à verticalidade de nós mesmos, àquilo que Foucault designa como um "ethos filosófico, uma crítica permanente de nosso ser histórico" (Foucault 1994a: 571), sem qualquer finalismo. Na explicação de Candiotto,

> Foucault vê na verticalidade da atitude crítica um modo diferente de se situar no presente, se comparado à perspectiva derivada da Revolução, como ela foi reinterpretada pelo marxismo no século XX. Como atitude de saída de um presente no qual somos levados à obediência recorrente, a crítica envolve a postura de resistência permanente a determinadas formas de governamentalidade (Candiotto 2013, p. 227).

Essas duas matrizes orientam as posturas críticas de Fraser e Oksala, explicitadas em suas concepções de política, de atuação no presente e de transformação social. Do mesmo modo, ao discutir a noção de emancipação na teoria crítica feminista, Allen observa que Foucault se distancia dessa noção, que remete a uma forma utópica de vida social além ou fora das relações de poder, enveredando por uma posição que privilegia "a linguagem da experimentação, da contraconduta e das práticas de liberdade àquelas da emancipação" (Allen 2015, p. 118).

Nessa direção, segundo a análise de Fraser, o capitalismo encontra-se hoje numa nova encruzilhada, diante da qual ela sugere "pensar grande", já que sabemos que o neoliberalismo instrumentaliza os ideais feministas. Para tanto, ela defende a integração entre as ideias de redistribuição, reconhecimento e representação, entendendo que políticas de justiça social devem passar, antes de tudo, pelas questões econômicas de redistribuição, se desejamos enfrentar a hegemonia neoliberal. Fraser entende que é necessário valorizar atividades não mercantilizadas, inclusive as de cuidado já executadas pelas mulheres; e contra o anti-estatismo, aposta na democracia participativa, entendendo que o feminismo pode contribuir para criar uma nova organização do poder político, fortalecendo o poder público, ao "usar a política para conter o mercado" e estimular lutas pela justiça social.

Oksala, por sua vez, entende que a extensão da racionalidade econômica para todo o social pelo neoliberalismo é o principal desafio às políticas feministas e que a resposta feminista ao neoliberalismo não pode limitar-se à questão da redistribuição econômica, mesmo que seja para pensar nessa redistribuição entre os gêneros e as mulheres passarem a ganhar como os homens. O que deveria estar em questão, em sua análise, é o limite do mercado e da própria racionalidade econômica. Além do mais, não se poderia mais pensar no econômico em termos tradicionais, como independente das outras áreas da sociedade. Segundo ela, a teoria e a política feministas deveriam colocar-se publicamente sobre os limites aceitáveis dos mercados.

Ao discutir a governamentalidade neoliberal – essa expansão da racionalidade do mercado para todas as áreas da vida, Oksala destaca a prostituição, entendendo que a defesa da regulamentação da profissão se coloca como meio de organizar o mercado para facilitar e melhorar o trabalho das prostitutas. Para ela, a posição em defesa dos direitos das trabalhadoras do sexo operaria de acordo com a mesma lógica econômica neoliberal, objetivando apenas melhorar os possíveis efeitos destrutivos dos mercados livres pela implementação de regulamentações do trabalho. Finalmente, aponta para a necessidade de um projeto político capaz de promover racionalidades alternativas para a regulação de práticas por meio das quais somos governados ou nos governamos.

Vale notar que Oksala introduz no debate feminista a dimensão da subjetividade, ausente em Fraser, ao localizar o problema como fundamentalmente de redistribuição econômica, como se a emancipação econômica das mulheres trouxesse por si só as condições de realização da sociedade justa que os feminismos almejam. Como observam Dardot e Laval (2016), a produção do "neossujeito" no neoliberalismo não pode ser ignorada. Segundo eles, a esquerda erra ao contrapor "a 'boa' racionalidade da regulação do Estado à 'má' racionalidade da concorrência", entendendo

que a racionalidade do capitalismo liberal é puramente econômica, quando "a questão não é como impor ao capital um retorno ao compromisso anterior ao neoliberalismo, mas como sair da racionalidade liberal" (Dardot; Laval 2016, p. 396).

Isto, por sua vez, significa que é necessário promover outras formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si. Nessa direção, Laval e Dardot propõem a contraconduta, entendida com Foucault como recusa ou luta contra os procedimentos postos em ação para conduzir os outros, como prática de subjetivação frente à governamentalidade neoliberal. Nas palavras desses autores:

> àgovernamentalidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta dos outros, devemos opor uma *dupla* recusa [...]: a recusa de se conduzir em relação ao si mesmo como uma empresa de si e a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência (Dardot; Laval 2016, p. 400).

Concluem que é a partir de relações de cooperação, de compartilhamento e de comunhão – da "política do comum" – que se poderá abrir caminho para a criação de outros modos de existência, pautados pela "razão do comum", como também afirmam os feminismos, e não apenas para ou entre as mulheres.

Oksala sugere com Foucault que "as práticas da liberdade podem desafiar, contestar e até mesmo mudar as condições constitutivas da subjetividade assim como de suas formas reais." Para ela, a ética como prática da liberdade abre espaço para a criação de novas formas de subjetivação, a partir de novos campos de experiências, prazeres, relações, modos de vida e pensamento. "A busca da liberdade na ética de Foucault é uma questão do desenvolvimento de formas de subjetividade capazes de funcionar como resistência aos poderes normalizadores", afirma (Oksala 2005, p. 190).

De nossa parte, cremos que políticas feministas da subjetividade vêm sendo criadas e desenvolvidas há muito tempo, já que as feministas levaram as mulheres a olharem para si mesmas, a conhecerem e a preocuparem-se com seus corpos e subjetividades, criticando os processos normalizadores, a domesticação e o confinamento no privado, assim como a noção de essência materna, que o neoliberalismo retoma, como vimos no início desse texto. Desenvolveram outras políticas da amizade entre as mulheres, trouxeram a noção de sororidade e valorizaram o trabalho não-remunerado do cuidado feminino com o outro, assim como a experiência ancestral de cooperação e solidariedade, de vida comunitária, de proteção ao bem comum. Esse legado precisa ser afirmado e potencializado, tendo em vista a construção de um novo mundo libertário, solidário e filógino.

Referências

Allen, Amy (2015), "Emancipação sem Utopia", *Novos Estudos CEBRAP* 103: 115-132.

Brown, Wendy (2019), "O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas 'democracias' do século XXI", in Rago, Margareth; Pelegrini, Mauricio (orgs), Neoliberalismo, *Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas,* São Paulo: Intermeios, pp. 17-50.

Candiotto, Cesar (2013), "Política, revolução e insurreição em Michel Foucault", *Revista de Filosofia Aurora* 25(37): 223-242.

Dardot, Pierre; Laval, Christian (2016), *A nova razão do mundo,* São Paulo: Boitempo.

Foucault, Michel. (2008), *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979),* São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1994a), « Qu'est-ce que les Lumières ? », in *Dits et Écrits IV,* Paris: Gallimard, pp. 562-578.

_____ (1994b), « L´ethique du souci de soi comme pratique de la liberté », in *Dits et Écrits IV,* Paris: Gallimard, pp. 708-729.

_____ (1994c), « Vivre autrement le temps », in *Dits et Écrits III*, Paris: Gallimard, pp. 788-790.

Fraser, Nancy (2013a), "Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo e como resgatá-lo", *The Guardian* 14 de outubro de 2013, Disponível em: http://uninomade.net/tenda/como-o-feminismo-se-tornou-a-empregada-do-capitalismo-e-como-resgata-lo.

_____(2013b), *Fortunes of Feminism. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*, New York-London: Verso.

Harvey, David (2013), *O neoliberalismo: história e implicações*, São Paulo: Loyola.

Oksala, Johanna (2005), *Foucault on Freedom*, Cambrdige: Cambridge University Press.

_____ (2012), *Foucault, Polilitics, and Violence*, Evanston, Illinois: Northwestern University Press.

_____ (2013), "Feminism and Neoliberal Governmentality", *Foucault Studies* 16: 32-53.

_____ (2016), *Feminist Experience*. *Foucauldian and Phenomenological Investigations*, Evanston, Illinois: Northwestern University Press.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

No fogo cruzado de uma política imagética: a ultrassonografia obstétrica e os embates de gênero

Bruna Lavinas Jardim Falleiros†
Valéria Cazetta‡

Resumen

Objetivamos trazer à baila, neste texto, uma outra mirada sobre as imagens fetais, qual seja, seus efeitos educativos ao transporem as salas das clínicas médicas para as conversas cotidianas em torno do acontecimento da gravidez e tambémdo feto, transformado em várias imagens ainda no interior do útero materno via tecnologia da ultrassonografia obstétrica. Nossa hipótese de trabalho é a de que esse tipo de imagem, tida como científica, operaria como ideologia médica ao possibilitar deduções e usos para além de uma tecnologia diagnóstica. Para tanto, percorremos as elaborações teóricas do filósofo e médicofrancês Georges Canguilhem sobre a história da medicina como ciência, o conceito de ideologia médica eas noções de normal e patológico no campo da medicina. No tocante à fronteira entre imagem fetal e estudos de gênero operamos com a noção de sintoma na esteira do historiador de arte francês Georges Didi-Huberman, com o propósito de oferecer um modo de olhar para as imagens fetaiscomo sintoma da cultura visual contemporânea.

Palabras clave: Ultrassonografia fetal - ideologia médica - estatuto da imagen

† Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP, EACH-USP). brunafalleiros@gmail.com
‡ Professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH – USP). vcazetta@usp.br

1. Introdução

Em abril de 2020, o projeto brasileiro Milhas pela Vida das Mulheres[1] recebeu o pedido de ajuda de uma mulher lésbica de 19 anos chamada Luana – nomeação fictícia atribuída por nós. Ela estava grávida após ter sido vítima de violência sexual. Descobriu a gestação tardiamente e desconhecia o caminho de acesso aos procedimentos legais para realizar um abortamento, direito garantido pelo Código Penal brasileiro em seu artigo 128 ao autorizar a prática de aborto por médica ou médico quando a vida da pessoa gestante estiver em risco ou quando a gravidez for resultante de estupro[2] (Código Penal, 1940).

A coordenadora do Milhas foi quem nos contou sobre o caso por meio de uma entrevista[3]. Em dezembro de 2019, Luana havia ido a uma festa onde foi vítima do crime "Boa Noite, Cinderela"[4] e sofreu estupro corretivo[5]. Diante da fragilidade, sofrimento e insegurança causados pelo evento, não procurou por nenhum serviço de saúde para relatar o ocorrido e, como seu ciclo menstrual não foi interrompido, veio a suspeitar sobre a gestação em decorrência da percepção de uma amiga sobre as alterações em seu corpo. Por isso, seu contato com o projeto. Até então, Luana não havia realizado nenhuma ultrassonografia obstétrica, mas pelas datas, supunha-se sua idade gestacional em torno da 20ª semana. Do ponto de vista jurídico brasileiro não há nenhuma alusão à idade gestacional limite para o acesso ao direito de interrupção de gestação, entretanto, consensos médicos internacionais entendem, baseados na viabilidade fetal extra-uterina, que o abortamento deve ser realizado até a 22ª semana e com o produto da concepção pesando até 500 gramas. Esse foi também o entendimento adotado pelo Ministério da Saúde em sua Norma Técnica *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes* que regulamenta a questão no país (Ministério da Saúde, 2012).

Considerando o adiantado da gestação, a equipe do Milhas providenciou o deslocamento de Luana até o serviço de atendimento de casos de violência sexual mais próximo de seu município de origem para realizar o procedimento. Porém, lá chegando, Luana foi surpreendida com a informação sobre a impossibilidade de ser realizada, pelo hospital, uma ultrassonografia para certificar a idade gestacional. Além disso, foi informada sobre o protocolo de aprovação do procedimento naquela unidade, qual seja, até a 20ª semana de gestação. Frente a essa dificuldade imposta e sem nenhuma garantia sobre a idade gestacional, em parceria com uma equipe multidisciplinar de saúde voluntária, a entidade decidiu oferecer à Luana o acesso ao direito no setor de saúde privado, cobrindo os custos da hospedagem hospitalar e a realização do primeiro ultrassom. Durante o exame ultrassonográfico Luana foi questionada sobre sua decisão pela interrupção da gestação, sendo convidada a ver seu "bebê" na tela, bem como saber seu sexo anatômico. Ao final, recebeu o parecer: idade gestacional de 23 semanas, acima do preconizado pela norma técnica doMinistério da Saúde. Decidiu-se, então, por uma segunda opinião. Seguindo protocolos de medição mais precisos para definição da idade gestacional, novo exame foi realizado, garantindo-se o tempo de gestação de 22 semanas. Finalmente, contrariando todas as

1 Milhas pela Vida das Mulheres trata-se de uma instituição para a promoção e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e tem como um de seus objetivos facilitar o acesso aos serviços públicos de interrupção de gestação prevista em lei por meio de informações, transporte e hospedagem de mulheres e homens trans brasileiros vítimas de violência sexual. Recuperado de http://www.milhaspelavidadasmulheres.com.br/

2 A legislação foi complementada em 2012 por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF 54) ao incorporar o direito à interrupção terapêutica da gestação em caso de feto anencéfalo.

3 Conforme entrevista realizada no dia 03/07/2020 cujo uso foi autorizado para fins acadêmicos.

4 Utiliza-se drogas de potente efeito depressor na bebida da vítima, sem sua anuência, com intenção de deixá-la inconsciente para sequestrá-la, roubá-la ou estuprá-la. A vítima não tem lembrança dos eventos ocorridos durante o efeito da substância.

5 Quando uma ou mais pessoas elegem uma mulher lésbica para estuprar com a suposta intenção de invalidar sua orientação sexual.

possibilidades, Luana pode acessar seu direito e interromper uma gestação fruto de um estupro corretivo.

Esse episódio nos fez questionar: quais os efeitos da informação advindade imagens ultrassonográficas fetais na tomada de decisões concernente à interrupção de gestação? E em outros contextos nos quais a tecnologia é amplamente utilizada? Qual o sentido ganho por tais imagens ao serem adjetivadas como científicas? As informações que elas oferecem são inquestionáveis? Nosso interesse pelos efeitos da ultrassonografia obstétrica não é novo. Iniciou-se com a tentativa de compreender o impacto da designação sexual anatômica via imagens fetais em uma cultura generificada, tema amplamente explorado em nossa dissertação de mestrado (Falleiros, 2020). Nessa empreitada, também nos deparamos com o uso das imagens ultrassonográficas por movimentos contra o aborto, com o propósito de mobilizar emocionalmente as pessoas em busca do procedimento, no sentido de reavaliarem a decisão. Há ainda casos, classificados como de risco, que, ao suscitarem dúvidas em relação ao desenvolvimento fetal visualizado pelatécnica, geram buscas infundadas por uma suposta anomalia ou estado patológico não comprovável no nascimento. Seria a tecnologia biomédica ofertada pela ultrassonografia obstétrica dispensável? Nosso intuito aqui não é instaurar uma polêmica acerca de sermos a favor ou contra tais imagens, mas tão somente pensá-las como tecnologia de subjetivação.

As imagens biomédicas possuem estatuto de científicas, consideradas, inclusive, mais verdadeiras e críveis do que os demais tipos de imagem. Nesse sentido, a forja da autoridade científica desse tipo de imagem poderia ser fruto, paradoxalmente, de uma ideologia? Com isso em mente, analisamos as especificidades dessas imagens na produção de um discurso acerca do aborto e dos processos de saúde e doença de feto e gestante. Nosso objetivo é compreender o que escapa de tal empiricidade, assim comoa legibilidade dada a essas imagens. Para tanto, com o auxílio do médico e filósofo francês Georges Canguilhem (1904-1995) retomamos a história da medicina como ciência para, em seguida, entabular nossa problemática em torno das noções de ideologia médica e normal *versus* patológico. Também lançamos mão da discussão sobre os impactos do feto tornado público realizada por pesquisadoras de gênero a partir do final da década de 1980. Para adensar nossa análise, uma vez que a biotecnologia em questão é produtora de imagens, recorremos ao historiador de arte francês Georges Didi-Huberman (1953-) e à sua conceituação sobre sintoma na imagem e propomos um modo de olhar para as imagens obstétricas como sintoma da cultura visual contemporânea.

2. Medicina: ciência ou ideologia médica?

Em *O nascimento da clínica*, Michel Foucault centra no olhar a emergência da medicina moderna Ocidental nos últimos anos do século XVIII; olhar esse que extrapolou a visualidade dos corpos mortos da anatomia e recaiu sobre os corpos vivos. A prática médica moderna instaurou o olhar neutro, positivista e empírico para investigar a localização dos processos das doenças, suas manifestações e frequências, na espacialidade corpórea a fim de compreender a estrutura dos processos patológicos. “O olho médico deve ver o mal se expor e dispor diante dele à medida que penetra no corpo, avança por entre seus volumes, contorna ou levanta as massas e desce em sua profundidade” (Foucault, 1977, p. 155).

Canguilhem (2012a) aponta, por sua vez, que a medicina ganha o estatuto epistemológico de ciência positiva no início do século XIX, especialmente a partir da invenção do estetoscópio, em 1816, pelas mãos do médico e músico francês René-Théophile-Hyacinthe Laennec (1781-1826). O instrumento, capaz de possibilitar a escuta de sons do interior do corpo, reposiciona a técnica da investigação médica ao produzir provas autenticadoras de uma falha de funcionamento da interioridade corpórea. Esse foi o primeiro de muitos usos das máquinas que adentrarão uma espacialidade até então acessível somente pela dissecação de mortos. A tecnologia chega, então, para substituir a narrativa da pessoa portadora de um sintoma por sinais, dados e imagens documentados por meio de aparelhos.

> Aqui começa o artificialismo na detecção das alterações, dos acidentes, das anomalias, que vai enriquecer-se progressivamente com todos os estratagemas técnicos dos aparelhos de exame e de medida, [...] a cientificidade do ato médico manifesta-se na substituição simbólica do gabinete de consulta pelo laboratório de exames (Canguilhem, 2012a, p. 459).

Além de buscar conhecer o interior dos corpos vivos, outra transformação da medicina moderna foi o seu espraiamento para o âmbito da cultura. Essa feita guarda importante relação com outro instrumento do olhar: o microscópio. Oriundo de aprimoramentos ao longo de décadas ao ampliar a acuidade daquilo que era invisível aos olhos, o microscópio foi responsável pela percepção e reconhecimento, na modernidade, de seres diminutos, como protozoários e bactérias. Tais microrganismos, conhecidos por meio de técnicas empiristas a partir de estudos, principalmente, do cientista francês Louis Pasteur (1822–1895) e do médico alemão Robert Koch (1843–1910), teriam implicações nos processos da saúde e doença humana. Contra eles, nasce a preocupação sobre modos de higienização.

Nesse contexto, atrelado à descoberta de processos infecciosos decorrentes de agentes patogênicoscomo os microrganismos,surge na cena médica o conceito de higiene. Assim, o saber médico extrapola a oferta de cuidado exclusivaà pessoa doente e passa aprescrever medidasde cuidados aplicáveis aos lares, escolas e espaços públicos,embrenhando-se no campo das ciências sociais e econômicas. Desse modo, a noção de higiene transforma-se em tecnologia disciplinar, conferindo à medicina *status*pedagogizante da sociedade (Canguilhem, 2012a). Em vista disso, Canguilhem conceberá a higiene como ideologia médica, mas antes de adentrarmos o debate sobre ideologia médica, retomaremos o conceito de ideologia científica.

Para compreendermos a inauguração da medicina como ciência da vida e seu espraiamento no tecido social e no âmbito da cultura como validadora de verdades, é essencial o conhecimento sobre a história da ciência, ou seja, o que seria legitimado como ciência, no sentido de saber quais critérios definem o que é ou não ciência em cada espaço e tempo históricos. Pensando sobre tais critérios, Canguilhem (1977) avaliou se porventura um saber que se propusesse como ciência, mas não tivesse seus pressupostos ratificados empiricamente, poderia ser nomeado de ideologia científica. O termo ideologia, tributário do século XVIII, designava uma ciência positivista interessada na formação das ideias, procurando removê-las do campo abstrato. Com os pensadores alemães Karl Marx (1818-1883) e Frederick Engels (1820-1895), houve alteração no significado do termo, que adquiriu conotação negativa. Ideologia passou a ser sinônimo de uma distorção do pensamento acerca da realidade material, sendo criada por um sistema de dominação, com fins de camuflar o caráter verdadeiro das coisas. Nesse sentido, o conceito de ideologia seria consequência das contradições sociais e, em contraposição a ela, estaria a ciência (Bottomore, 1988).

A teoria marxista, ao apresentar o materialismo histórico como método para analisar os modos de produção, o concebe como procedimento científico por excelência para realizar a empiria da história. Dessa feita, Canguilhem conclui sobre a impossibilidade de elaborar uma leitura epistemológica da ideologia científica recorrendo à concepção marxista desse conceito, uma vez que em tal teoria a sua própria ciência – materialismo histórico – estariam a serviço de enfrentar a ideologia. Entretanto, ao deslocar o referido conceito, Canguilhem compreendeu que haveria uma ideologia científica, pois.

Segundo ele, a produção de novos conhecimentos inicia-se em uma etapa pré-científica, com a elaboração de suposições e hipóteses que podem, ou não, concede-lo o estatuto de verdade científica, a depender de tais hipóteses serem corroboradas. Dessa maneira, uma ciência – outrora pré-ciência – diferencia-se das falsas ciências ou pseudociências, que não experimentaram uma alteração de seu estado pré-científico. Nessa acepção, a forja de uma ideologia científica ocorre quando uma pré-ciência não tem suas hipóteses validadas por técnicas empiricistas e, portanto, “a qualificação como ideologia de uma determinada assembleia de observações e deduções é posterior à sua desqualificação como ciência” (Canguilhem, 1977, p. 41, tradução nossa).

Muitas técnicas e práticas da medicina podem ser classificadas como científicas e, ao mesmo tempo, exemplos históricos podem indicar tantas outras como ideologia científica, uma vez que

não obtiveram a legitimação de seus pressupostos. Entretanto, o que viria a ser uma ideologia médica? A propósito dela, apesar de alguns comentadores de Canguilhem a equipararem com a ideologia científica, Almeida (2016) defende que o conceito possui significadodiferente e, logo, função própria. A primeira diferença reside na sua especificidade técnica: o problema para o qual devem ser encontradas as soluções é determinado pela clínica médica.

> Qualquer que seja a forma histórica ou a distância de mediação entre o saber médico (ainda que suposto totalmente científico) e o ato terapêutico em um caso dado em um momento dado, é essa relação da prática ao saber, a um saber que não foi suscitado senão pela e para a prática, que constrange o pensamento médico a se mover no campo da ideologia (Canguilhem[6], 1969-1970, pp. 15-16 apud Almeida, 2016, p. 151)

Com isso em mente, percebemos o descolamento do conceito de ideologia científica para o de ideologia médica. Regulado pelo fazer clínico, o status de ciência da medicina é conferido pela comprovação de hipóteses no interior de sua própria prática, a partir de suposições diagnósticas e/ou terapêuticas, num continuum experimental nos corpos, submetidos a intervenções ora efetivas, ora não. A essa especificidade de como o saber médico se torna científico, soma-se sua incidência cultural. Estando em relação com os corpos, a vida e a morte, suas técnicas, suposições e descobertas, ganham ampla circulação na ordem discursiva e, lado a lado com a tecnologia, subjetivam-nos a acatarmos seus preceitos, algumas vezes, sem contraprovas.Desse modo, os conhecimentos biomédicos não se restringiram única e exclusivamente ao seu referido campo, porque ao adentrar a cultura incorporaram novos significados, desempenhando a função reguladora e disciplinar da vida social (Almeida, 2016). Como disciplina médica, resultante da percepção clínica com validação empírica da biologia, o ideal higienista, por exemplo, ofereceu e oferece enunciações sobre saúde atreladas a técnicas disciplinares dos corpos para eliminação de riscos de adoecimento e manutenção da vida. Tais técnicas reformularam os modos de vida no Ocidente, com incidência em diversos campos e práticas relacionados a um desejado aprimoramento de manutenção da espécie. A emergência da noção de higiene surge ancorada a rotinas de higienização propriamente ditas, mas as transpõem e ditam normas sobre sexualidade, matrimônio, maternidade, saúde gestacional, educação alimentar e moral das proles, dentre outras. Evidencia-se que

> não é a função que a medicina social ou a epidemiologia, por exemplo, são chamadas a exercer nas sociedades capitalistas que determina o espaço de constituição das ideologias médicas, mas a sua busca pelos meios teóricos para o exercício dessa função. E, tal como as ideologias científicas, a existência de uma ideologia médica não exclui necessariamente a cientificidade. (Almeida, 2016, p. 150).

Além da higiene, Canguilhem avaliou o estabelecimento no campo da medicina da noção de normal que se contraporia ao patológico como ideologia médica, pois "é um princípio suposto por suas consequências postas" (Canguilhem, 1969-1970, p. 46 apud Almeida 2016, p. 155). Até fins do século XVIII o saber médico estava interessado nas "qualidades de vigor, flexibilidade e fluidez que a doença faria perder e que se deveria restaurar" (Foucault 1977, p. 39). A medicina moderna sob a batuta do estatuto de ciência, alterou seu foco para precisar a localização da doença no corpo e ordenar um conjunto de ações sobre o sistema alterado. Para tanto, intercambiou-se aos processos de normatização da vida moderna, delimitando um estado nomeado como normal oposto a um estado ou vivência dito patológico.

O antônimo semântico de patológico é sadio ou saudável e não normal, uma vez que "a vida no estado patológico não é ausência de normas, mas presença de outras normas" (Canguilhem, 2012b, p. 182). Entender porque, então, o normal foi eleito em oposição ao patológico, explicita a função ideológica desse jogo conceitual discursivo. O estabelecimento de normas regulatórias de

6 Canguilhem, G. (1969-1970). *L'idéologiemédicaleau XIX siècle* [manuscrito]. Cours à Paris en Sorbonne.

saúde, fundado em preceitos empíricos, surgiu pela taxonomia[7] e foi acompanhado de uma hierarquização qualificatória, de escalonamento de pessoas (Foucault, 1977). Eleger o normal significou, nesse contexto, compor uma média aproximada no interior da multiplicidade humana em um dado espaço-tempo. O que se desviava da média, passou a ser lido como fracasso da natureza e detentor de falhas, pondo em risco a vitalidade e a reprodução (Canguilhem, 2012b).

Estar fora da categoria de normalidade biomédica é estar permanentemente ou em um dado momento em risco: antes do nascimento, há perigo de adoecimento patológico e de morte para quem gesta e/ou a ameaça de falha patológica – malformação – e morte para o produto da gestação;uma vez parte do mundo, risco de adoecimento e morte. Ao situarmo-nos teoricamente na problemática da história científica médica e seus desdobramentos na vida social, abordaremos na próxima seção a emergência das imagens biomédicas e a pertinência das imagens ultrassonográficas que, ao produzirem dados sobre gestação e feto, operam como ideologia médica.

3. A culturalização das imagens médicas

Em 1895, o engenheiro mecânico e médico alemão Wilhelm Conrad Roentgen (1845-1923) observou um tipo de raio invisível e percebeu que ao ser direcionado para sua própria mão penetrava-a, fazendo a carne humana parecer transparente e os ossos opacos. Roentgen também descobriu que o fenômeno poderia ser capturado em chapa fotográfica ou tela fluorescente; ao nomeá-lo de raio Xofereceu pela primeira vez uma visão do interior do corpo humano vivo. Uma fotografia dos esqueletos da mão de sua esposa, Bertha Roentgen, foi enviada para outros pesquisadores e aos jornais, servindo para divulgar a descoberta. Não tardou muito para que “as mulheres da moda de Nova York tivessem raios-X das mãos cobertas de joias, para ilustrar que a beleza é do osso e não da carne” (Reiser, 1978, p. 61).

Logo depois, descobriu-se que os raios X podiam causar ferimentos, queimaduras e câncer. Os cientistas foram os primeiros feridos, porém isso não impediu a continuidade das pesquisas, estavam dispostos a arriscar suas vidas em prol do aprimoramento da descoberta, visando, além do potencial diagnóstico de ver e produzir imagens sobre o corpo, criar uma terapia de radiação. Ao longo das décadas, inúmeras pesquisas sobre os diversos usos dos raios X acabaram por popularizar sua entrada na clínica médica. Seu emprego mais significativo ocorreu para diagnosticar a tuberculose, além dos estudos relacionados à identificação de tumores nos seios. O médico e radiologista americano Stafford Warren (1896-1981) foi o responsável pela invenção da mamografia ao dispor o seio ao raioX 3D. E é também por meio dos estudos sobre tumores nas mamas que encontramos um dos primeiros usos da tecnologia de ultrassom (Cartwright, 1995).

O médico e cirurgião inglês John Julian Wild (1914-2009) interessou-se, durante a Segunda Guerra Mundial, no tratamento do inchaço intestinal que havia acometido pessoas expostas às explosões de bombas. Com o propósito de aferir a espessura das paredes intestinais, Wild utilizou um equipamento de eco pulsado junto do *SoundNavigationandRanging*(SONAR). Ambos os dispositivos haviam sido empregados até então para propósitos de guerra; o primeiro para encontrar fissuras nos tanques de guerra e o segundo para auxiliar na leitura de mapas. A primeira amostra de tecido intestinal submetida à nova técnica continha células malignas e foram facilmente visualizadas. Ao dar continuidade às suas pesquisas avaliou a segurança do equipamento em seu próprio corpo e em tumores cerebrais pós-morte antes de iniciar o uso em pessoas vivas. O seio, considerado um órgão não vital e por possuir alta incidência de tumores, foi o primeiro objeto de estudo no qual a tecnologia ultrassonográfica foi empregada (Cartwright, 1995; Sullivan, 2009). A capacidade do equipamento em transformar as informações registradas em imagem é bastante complexo. O aparelho é constituído por cristais que ao entrarem em contato com uma superfície

7 Ciência ou estado dos princípios gerais da classificação científica. Trata da classificação e descrição dos seres vivos, animais ou vegetais, quer em grupo, quer individualmente, quer abrangendo todos os grupos.

do corpo humano, por meio da pressão mecânica do transdutor, possuem propriedade de expandirem-se. A deformação causada na superfície desses cristais devido a sua expansão é transmitida por onda sonora de alta frequência – ultrassom – à matéria circundante como vibração mecânica. Quando as ondas sonoras encontram o limite divisor com outra matéria, geram eco, cujo padrão possibilita localizar a densidade das matérias encontradas (Taylor, 2008).

Alguns anos após a publicação do estudo inovador de Wild sobre o uso do ultrassom para fins diagnósticos em casos de malignidade mamária, os médicos escoceses Ian Donald, J. MacVicar e T. G. Brownpublicaram, em 1958, o artigo *Investigation of abdominal masses bypulsedultrasound*, por meio do qual inauguraram o uso do aparelho como tecnologia de pré-natal. A pesquisa, considerada divisora de águas no campo da obstetrícia, apresentou pela primeira vez imagens fetais ultrassonográficas.

Desde então o uso do ultrassom alastrou-se para todas as especialidades médicas, mas foi seu emprego na área obstétrica que lhe conferiu notoriedade. A partir da década de 1980, em países europeus e norte americanos, e da década de 1990, no Brasil, as imagens fetais produzidas pela tecnologia da ultrassonografia proliferaram-se no meio médico e na cultura ocidental em geral, e, ao atravessar a fronteira de sua função diagnóstica, produziu expectativas em torno da primeira fotografia de uma vida no porvir. Atualmente a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda[8], via protocolo internacional, caso a gestação não seja de risco, realizar um exame ultrassonográfico 2D "antes da 24 semana de gestação para estimar a idade gestacional, melhorar a detecção de anomalias fetais e gravidezes múltiplas, reduzir a indução do trabalho de parto para gestações pós-termo e melhorar a experiência da mulher na gravidez" (Organização Mundial de Saúde, 2016). No Brasil, o Ministério da Saúde assevera não haver evidências que tornem primordial a realização da ultrassonografia obstétrica no pré-natal, pois não há comprovação científica da redução da mortalidade materna ou fetal decorrente de seu uso. Porém, ao reconhecer seus benefícios nas gestações de risco, na predição da idade gestacional e em alguns diagnósticos clinicamente não suspeitos, preconiza sua realização, se possível, até a 24ª semana, com a ressalva de que sua não utilização não compromete a qualidade da avaliação clínica (Biblioteca Virtual em Saúde, 2018).

As causas das gestações de risco costumam ser multifatoriais, ocorrendoquando a pessoa grávida apresenta um desenvolvimento gestacional desfavorável. Os tipos de evolução geralmente relacionam-se às taxas de mortalidade materna e perinatal, requerendoatenção diferenciada com pré-natal específico. No Brasil, de acordo com o manual técnico *Gestação de alto risco*, os marcadores de risco gestacional são classificados da seguinte maneira: 1) características individuais e condições sociodemográficas desfavoráveis, tais como, idade, peso, anormalidades nos órgãos reprodutivos, situação conjugal e familiar conflituosa, uso abusivo de substâncias lícitas ou ilícitas, exposição a riscos ocupacionais; 2) história reprodutiva anterior, envolvendo abortamento habitual, morte perinatal, parto pré-termo anterior, síndrome hemorrágica ou hipertensiva, diabetes gestacional e cirurgia uterina anterior; 3) condições clínicas preexistentes, por exemplo, hipertensão arterial, cardiopatias, pneumopatias, endocrinopatias, epilepsia, doenças infecciosas, doenças autoimunes e neoplasias; e, 4) condições nas quais foi vivida a gestação, isto é, exposição indevida ou acidental a fatores teratogênicos, doença obstétrica na gravidez atual e intercorrências clínicas (Ministério da Saúde, 2010).

Esses fatores de risco podem ser identificados por anamnese, exame clínico geral e gineco-obstétrico e, na maioria dos casos, mesmo com fatores de risco, não há necessidade de recursos adicionais aos comumente ofertados na assistência pré-natal de baixo risco. Embora as condições classificadas como de risco gestacional e fetal sejam inúmeras, elas são avaliadas primeiramente por achados clínicos. Nesses casos, a ultrassonografia obstétrica tem como função confirmar os diagnósticos e, por isso, é considerada importante na avaliação da conduta médica (Ministério da

8 Recomendação decorrente do fato de que em diversos países e regiões há desafios financeiros, de infraestrutura e de formação de profissionais.

Saúde, 2010). Quando a ultrassonografia obstétrica é executada em equipamento com boa qualidade técnica e por profissional competente e qualificado[9], é possível identificar elementos que auxiliam na compreensão dos riscos envolvidos, tais como, número de fetos, sua posição no útero, batimento cardíaco, localização da placenta, quantidade de líquido amniótico e medidas fetais que auxiliarão na estimativa da idade gestacional (Taylor, 2008).

A duração da gestação humana costuma ser de 280 dias, equivalente a 40 semanas contadas a partir do 1º dia da última menstruação. A data da última menstruação (DUM) é o método de definição de idade gestacional mais utilizado, apesar de ficar na dependência da lembrança da pessoa grávida, da regularidade de seu ciclo menstrual e da confusão com sangramentos comuns no primeiro trimestre gestacional, ou seja, sua acuidade pode não ser totalmente precisa. Quando não é possível definir a idade gestacional pela DUM ou quando é necessário acompanhar a evolução do crescimento fetal, a ultrassonografia obstétrica é solicitada por possibilitar o cálculo da idade da gestação pela biometria fetal. Da 8ª a 14ª semana, o parâmetro é a distância cabeça-nádegas do feto; na 2ª metade da gestação, as medidas utilizadas são o diâmetro biparietal, a circunferência abdominal, o comprimento do fêmur e o tamanho de pontos de ossificação secundária do fêmur (Ministério da Saúde, 2010). Vale ressaltar que as medidas identificadas pela ultrassonografia obtiveram padronização definida com base na idade gestacional determinada pela DUM, medidas estas que podem variar a depender da população de genitores considerada como parâmetro.

Por fim, quando não é possível definir a idade gestacional durante a gravidez, ela pode ser estimada por meio da observação das características físicas e neurológicas no nascimento (Henriques et al., 2019). A acurácia da ultrassonografia obstétrica para definir idade gestacional é maior quando realizada no primeiro trimestre da fetação e sua confiabilidade deve levar em consideração três princípios de adequação: um concernente às curvas-padrão relativas ao perfil dos genitores e da população em geral; outro relativo à escolha das estruturas fetais a serem mensuradas; e, por fim, a própria habilidade técnica de mensuração das estruturas. Os dois últimos princípios são dependentes da competência do profissional, da qualidade do equipamento e das condições maternais e fetais no momento do exame. Quando comparadas entre si, as distintas técnicas de definição da idade gestacional podem indicar diferença de até 2 semanas entre uma e outra (Moraes &Reichenheim, 2000). A utilização da tecnologia como recurso para predizer a idade gestacional é fator decisivo naquelas situações de interrupção da gestação previstas em lei, como no caso de Luana, mas ela também tem outros usos.

O rastreamento de risco para identificar fatores de desenvolvimento fetal patológico, anomalias e malformações anatômicas, tais como, anencefalia, espinha bífida, hérnia diafragmática, fenda palatina labial e nanismo é um desses outros empregos da ultrassonografia obstétrica. A cada avanço no *modus operandi* do suprarreferido equipamento, amplia-se a quantidade de anomalias que podem ser diagnosticadas, embora com graus variados de certeza e achados inconclusivos (Taylor, 2008). De todo modo, o diagnóstico pré-natal,via ultrassonografia obstétrica, ao identificar fetos com anomalias anatômicas, pode interferir no desfecho da gestação de várias maneiras: ao possibilitar aconselhamento aos genitores sobre o desenvolvimento fetal e pós-natal; ao auxiliar na decisão sobre interrupção da gestação nos casos com malformações que inviabilizam a vida quando a legislação permitir; ao oferecer informações que redirecionem a condução da gestação e do parto, alterando o prognóstico do caso; ou, ainda, ao permitir intervenção intrauterina. Contudo, sua utilização para rastreamento de anomalias deve se valer da premissa de alteração do desfecho da situação de forma benéfica (Brunset al., 2012).

Parece não haver, entretanto, padronização regulamentada sobre os cortes de visualização fundamentais a serem avaliados nas ultrassonografias para rastreamento de risco. Aliás, ao longo dos anos, o exame foi segmentado em várias nomenclaturas, a saber, morfológico, com

9 Estudos apontam para uma grande variação na sensibilidade de detecção de anomalias quando o ultrassonografista é capacitado ou não, ou quando o exame é realizado em hospitais ou clínicas (Bruns et al., 2012).

translucêncianucal, ou nomeados por trimestre gestacional, porém, há ausência de instruções detalhadas sobre a diferença de cada exame e de quais marcadores de saúde ou doença devem ser verificados neles. Outro aspecto que carece de padronização é o registro documental do exame, inexistindo regras sobre como deve ser a descrição de um laudo tido como normal, quantas imagens devem conter e como proceder quando as estruturas fetais não puderem ser adequadamente analisadas devido à falta de ajuste da imagem ou ao posicionamento do feto no útero (Bruns et al., 2012).

A parcela de pessoas gestantes que recebe a informação sobre a existência de uma possível patologia, tem a expectativa do primeiro contato – visual – com o produto da gestação ainda no úterotransformada em meses de angústia. Essas gestantes são encaminhadas a testes invasivos, sujeitando-se a uma peregrinação investigativa, subsidiada por recursos tecnológicos capazes de fornecer cada vez mais detalhes. Recursos estes responsáveis por aumentar incertezas diagnósticas e prognósticas. Países nos quais a interrupção da gestação não é criminalizada, o diagnóstico pré-natal de fetos considerados patológicos ou não normais é acompanhada da possibilidade de eliminá-los seletivamente, suscitando debates éticos sobre eugenia (Löwy, 2018, 2017). No Brasil, apesar de ser o segundo maior mercado planetário de ultrassonografia, o cenário é outro (Rodrigues, 2010) como afirma o médico especialista em medicina fetal entrevistado no decorrer do I Congresso Brasileiro de Medicina Fetal, em 2010:

> Aonde que a gente chega com o diagnóstico? E quais são as limitações que a gente tem quando de um diagnóstico desfavorável no caso do feto? Quer dizer, com uma malformação ou com algum problema não passível de solução, é até muito comum um aluno perguntar: mas para que diagnostica se não...?, para quê rastreia se não vai poder fazer nada? (Dr. Gustavo apud Rodrigues, 2010, p. 52).

Até aquela data, a interrupção da gestação de feto anencéfalo, única possibilidade garantida para abortamento em caso de inviabilidade de vida, ainda não havia sido autorizada no Brasil. Outros casos de anomalias graves detectadas que inviabilizariam a vida, obtiveram, quando solicitadas judicialmente, autorização legal para abortamento ou antecipação terapêutica do parto, no caso de a idade gestacional ultrapassar 22 semanas de gestação. Porém, a maioria das investigações de anomalias que se principiam pela imagem visualizada no exame de ultrassom não possibilita nenhuma intervenção, seja de interrupção, seja terapêutica.

Indo mais além, o procedimento recente de digitalização das imagens médicas resultou no aprimoramento de *softwares* e *hardwares* com capacidade para processar grandes quantidades de dados/registros e reconstruir imagens mais precisas no formato tridimensional, melhoria acompanhada pelo desenvolvimento de sistemas de arquivamento e gerenciamento de dados digitais. Esse processo de digitalização, aparentemente positivo, redundou na utilização demasiada de imagens pela biomedicina, incrementando a quantidade de dados submetidos ao crivo da pessoa especialista em interpretá-los, gerando desde erros médicos graves até quantidades consideráveis de informações subutilizadas (Bercovich&Javitt, 2018).

Por tudo isso, é preciso reconhecer os dois lados da ultrassonografia obstétrica: as possibilidades ofertadas por essa tecnologia, no sentido de potencializar a vida, mas também suas limitações naquilo que a própria vida apresenta como imponderável. Tendo esse paradoxo em mente, inquirimos: por que seu uso é maciço, mesmo para gestações que não apresentam riscos? Ou ainda, por que, mesmo dependente de vários fatores, tais como, competência do ultrassonografista, qualidade do equipamento, posição fetal no momento do exame, quantidade de líquido amniótico e momento da gestação no qual é realizada, a ultrassonografia produz intenso efeito de verdade? Supomos que as respostas a essas questões estão diretamente relacionadas à função da ultrassonografia obstétrica como ideologia médica. Distintas pesquisadoras de gênero, embora não se baseando na conceituação de Canguilhem, abordaram esse deslocamento de sentidos e usos do equipamento. E, um elemento que parece organizar o referido debate diz respeito à centralidade da imagem, de maneira que, no item seguinte, tratamos desse aspecto.

4. A invasão do feto e o pré-natal no contexto da cultura visual contemporânea

Muitas pesquisadoras do campo de gênero se debruçaram sobre o fenômeno da proliferação de imagens fetais na cultura ocidental. Dentre elas, destacam-se: a cientista política estadunidense Rosalind Pollack Petchesky (1942-) que, ao basear-se no documentário *The silentscream*[10](Petchesky, 1987), analisou o uso da imagem fetal em peças contra o aborto; e a historiadora alemã Barbara Duden (1942-) que se voltou para o campo da medicina ao problematizar tanto a emergência do que nomeou como "feto público"[11], quanto a função da ultrassonografia obstétrica na transformação do pré-natal ao interpor-se entre o corpo que gesta e o feto gerado, afastando quem gesta da experiência natural do processo (Duden, 1993).

Acompanhando o fenômeno, múltiplos estudos do campo de gênero identificaram a alteração emblemática dos usos da tecnologia. Apesar de recomendações médicas nacionais e internacionaisrestringirem o uso a casos de risco, a ultrassonografia fetal rapidamente passou a ser utilizada para gestações tidas como normais em diversos países. A visualização do feto ofertada pela ultrassonografia obstétrica reorganizou o conhecimento médico e inaugurou um outro modo de cuidado durante a gestação. O exame tornou-se imprescindível e regular na experiência da gravidez e no imaginário privado de pessoas gestantes ou desejosas de engravidar, ao mesmo tempo, as imagens de fetos capturadas por essa tecnologia ultrapassaram o ambiente clínico. E, apesar de os significados da vida antes do nascimento variarem enormemente entre as diferentes culturas, a internacionalização da imagem do feto não foi por isso restringida. A despeito das peculiaridades de cada país, passaram a circular em redes sociais de futuros genitores, foram incorporadas em materiais e táticas de movimentos anti-aborto, compuseram panfletos de publicidade e, por meio de dispositivos que produzem imagens mais realistas em 3D[12] e 4D, transformaram o momento de realização do exame em entretenimento, permitindo, inclusive, a presença de familiares e pessoas próximas. Esse tipo de exame passou a ser realizado, em grande parte das vezes, sem função diagnóstica alguma (Taylor, 2008).

Nos dias de hoje, a maioria das pessoas gestantes realiza ao menos um, e, às vezes, vários exames ultrassonográficos durante a gravidez, seja pelo SUS, pela saúde suplementar, ou pelo setor privado. Mesmo frente a importantes discrepâncias de acesso aos bens de saúde no Brasil, localidades com melhor infraestrutura e outras com escassez de recursos, e parte relevante da população viver em condições socioeconômicas precárias, houve nos últimos anos significativa expansão de clínicas populares, ofertando serviços como exames de imagem. Se por um lado a disseminação da imagem do feto, em franca expansão, iniciou-se como triagem de pré-natal com a finalidade de confirmar ou rastrear riscos, por outro transformou-se no momento da descoberta do sexo anatômico fetal e da primeira fotografia de um ser no porvir imagético.

Desse modo, o ultrassom fetal é consumido como certificador de verdades, relacionado tanto ao binômio normal *versus* patológico, quanto ao debate sobre aborto, ou como entretenimento. As imagens produzidas pelo equipamento construíram um novo ente pessoalizado, o feto. A partir do momento que o feto se torna pessoa via imagem, altera-se também o modo de se relacionar com ele. A pessoa gestante deixa de ser protagonista de sua saúde sexual e reprodutiva e tem seu corpo disciplinado por parâmetros biomédicos.

---

10 Documentário estadunidense de 1984 que apresenta, por meio da ultrassonografia, um abortamento em curso; o apresentador sugere que o feto sente dor e sofre durante o procedimento. O filme foi utilizado exaustivamente nos Estados Unidos da América em campanhas anti-aborto, popularizando-se.

11 Para Duden (1993), o feto tornou-se público a partir do ensaio do fotógrafo científico sueco LennartNilsson (1922-2017), publicado na revista *Life* em abril de 1965. Com fotografias de fetos abortados, o produto da gestação ganhou visibilidade pública. O efeito provocado pelo ensaio é que se alardeou que aquelas fotografias haviam sido obtidas no interior do útero.

12 A ultrassonografia 2D representa em tons de cinza a imagem de um único corte; na 3D vários cortes são capturados simultaneamente, oferecendo profundidade à imagem que, ao ser acrescida de cor, aproxima-se de uma fotografia; e, finalmente, com a tecnologia 4D a imagem ganha movimento.

No que diz respeito ao abortamento, a ultrassonografia, mesmo que sua acurácia possa ser questionada, valida a idade gestacional autorizadora, ou não, da realização de um procedimento de aborto previsto em lei, como no caso de Luana, e, sincronicamente, a imagem por ela produzida e a dinâmica performada no momento da realização do procedimento, funcionam como ferramenta de convencimento de que há ali uma vida que não deve ser interrompida. Ademais, por meio da ultrassonografia, avaliam-se circunstâncias de risco à gestante ou ao feto que podem ou não ter como desfecho o aborto. Quando saímos da arena combativa da interrupção da gravidez, os diagnósticos de risco identificados pelas imagens ultrassonográficas podem promover mais danos do que benefícios, uma vez que, mesmo corretos, pouca intervenção pode ser realizada. Por fim, concernente ao aspecto de entretenimento, como suspeitamos em nossa dissertação (Falleiros, 2020), a inclusão do feto no álbum de família objetifica o futuro ser no porvir, especialmente por meio de aspectos generificantes, haja vista o fenômeno dos Chás Revelação.

Tal qual as noções de higiene e normal *versus* patológico, a função do ultrassom obstétrico constitui-se como ideologia médica em duas frentes: 1) cada vez mais seus protocolos de uso e padronização são reconfigurados e reanalisados, visando garantir maior número de certezas científicas e, simultaneamente, algumas incertezas apresentam-se no âmbito cultural como seu contrário; e, 2) sua proliferação no tecido social ofertou novas normas reguladoras dos corpos gestantes e de seus produtos, os corpos fetais. Tendo isso em vista, não podemos nos furtar de somar outro aspecto na análise, o do estatuo da imagem, especificidade presente e sintomal de problemática de estudo.

Em Didi-Huberman (2013) a noção de sintoma, tributária da psicanálise freudiana, foi deslocada para o campo das imagens de arte. Concluiremos esse texto, empregando-a com um único fim: operar teoricamente com as imagens ditas científicas e/ou médicas produzidas pela ultrassonografia obstétrica, no sentido de que elas são validadoras de práticas de ver/dizer e de fazer ver/dizer que correm para todas as direções, mas, mesmo assim, acabam por determinar formas de visualidade que escapam, inclusive, aos ultrassonografistas e médicos. O que isso significa? O que conectaria esse fogo cruzado trazido à baila pela política imagética da objetividade científica desse tipo de imagem senão os seus sintomas?

No intento de redirecionar o *corpus* teórico produzido pelo historiador alemão das imagens Aby Warburg (1866-1929), Didi-Huberman, ao retomar a conceituação freudiana de sintoma, traça um paralelo entre os conceitos de *Nachleben* (grosso modo, sobrevivências atemporais nas imagens) e *Pathosformeln* (sumariamente, gestos expressos nas imagens) com a noção de sintoma. Na psicanálise, um conteúdo psíquico que emerge como sintoma representa algo recalcado, irrompendo de maneira figurável, porém deslocado no tempo e na forma, devido a um processo de tensões ambivalentes. Nas imagens,

> O sintoma daria nome ao coração dos processos tensivos que, depois de Warburg, procuramos compreender nas imagens: coração do corpo e do tempo. Coração do tempo-fantasma e do corpo-*phátos*, no limite operatório das representações em falta (como a quase invisibilidade do vento no cabelo ou nos drapeados da Ninfa[13]) e das representações em excesso (como a quase tatilidade das carnes machucadas de Laocoonte[14]). O que a temporalidade paradoxal da *Nachleben* visa não é outra coisa senão a temporalidade do sintoma. O que a corporeidade paradoxal das *Pathosformeln* visa não é outra coisa senão a corporeidade do sintoma (Didi-Huberman, 2013, pp. 243-244).

13 A Ninfa warburgiana seria "a heroína impessoal – pois reúne em si um número considerável de encarnações, de personagens possíveis – da *Pathosformeln*dançante e feminina" (Didi-Huberman, 2013, p. 219).

14 Uma das mais antigas esculturas em mármore, encontrada durante as escavações em Roma, em 1506. Há divergências acerca da data exata de realização desta obra, variando entre 40 a 30 a.C. ou ainda por volta de 140 a.C. Essa estátua encontra-se no Museu do Vaticano e pode ser visualizada em http://www.museivaticani.va/content/museivaticani/es/collezioni/musei/museo-pio-clementino/Cortile-Ottagono/laocoonte.html

Esse jogo contraditório de faltas e excessos, de transformações e manutenções e de antíteses apresenta os conflitos em atividade nas imagens. A identificação e compreensão desses conflitos provocam dubiedades tanto quanto sua manifestação e, ao mesmo tempo que se fazem perceber, parecem escapar como que num "verdadeiro *trabalho de dissimulação*" (Didi-Huberman, 2013, p. 267).

Na política imagética das imagens científicas e aquelas relativas ao escopo biomédico, o olhar científico e especializado de quem opera o equipamento forja a exatidão e a objetividade dessas formas de ver e de fazer ver e, por conseguinte, das formas de falar/dizer e de fazer falar/dizer. Os sintomas nas imagens da ultrassonografia obstétrica acabam por desdobrar-se na gestualidade de profissionais da saúde, observadores autorizados e, consequentemente, com autoridade para interpretar e *laudar*[15] tais imagens, descrevendo e classificando-as por meio de crivos previamente tabulados. Contudo, por mais que a objetividade da maquinaria médico-hospitalar queira garantir sua assertividade e, por conseguinte, sua cientificidade como parâmetro de garantia de conservação da vida, esta é impermanente e da ordem do imponderável. Para os olhos de ultrassonografistas que aprenderam a ler esse tipo de imagem e produzir legibilidade a ela, há elementos sintomais que dali também escapam. E escapam não por estarem fora da imagem, mas por constituírem-se em filigranas, nesgas, que aparecem na imagem e passam despercebidas, inclusive aos olhos de muitos profissionais da área médica. Haja vista a quantidade de laudos equivocados (para o bem e para o mal) já realizado por esses mesmos profissionais. Esse "algo", o sintoma na e da imagem, que escapa das miradas, não é notado não porque não se sabe ler as imagens, mas porque geralmente elas capturam naquilo que nos é familiar, padronizado. O "desvio padrão" nos aterroriza, ao contrário da média e das medianas. E tudo que é familiar/exemplar não produz abalos, mesmo porque desacostumar o olhar implica lidar com a tragicidade daquilo que não queremos ver, lidar com aquilo que sobrevive em nós e, por isso, sobrevive como "o retorno do recalcado na imagem" (Didi-Huberman, 2013, p. 249).

Bibliografía

Almeida, T. S. (2016). *Georges Canguilhem: combates pela história das ciências.* (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de www.teses.usp.br

Bercovich, E., &Javitt, M.C. (2018). Medical imaging: from roentgen to the digital revolution, and beyond. *RambamMaimonides Medical Journal*, *9*(4), e0034. https://doi.org/10.5041/RMMJ.10355

Biblioteca Virtual em Saúde (2018). *Quantas vezes e em que período gestacional deve-se solicitar ultrassonografia obstétrica?* Núcleo de telessaúde Santa Catarina: Autor. Recuperado de https://aps.bvs.br/aps/quantas-vezes-e-em-que-periodo-gestacional-deve-se-solicitar-ultrassonografia-obstetrica/

Bottomore, T. (Org.). (1988). Ideologia. In *Dicionário do pensamento marxista* (2ª ed., A. M. Guimarães, Trad., pp. 293-297). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bruns, R. F., Araujo Júnior, E., Nardozza, L. M. M., & Moron, A. F. (2012). Ultrassonografia obstétrica no Brasil: um apelo à padronização. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, *34*(5), pp. 191-195. https://doi.org/10.1590/S0100-72032012000500001

Canguilhem, G. (1977). Qu'est-cequ'uneidéologiescientifique? In Canguilhem, G. *Idéologie et Rationalitédansl'HistoiredesSciences de la Vie.*Nouvelles études d'histoire et de philosophie des sciences (pp. 33-47). Paris: LibrairiePhilosophique J. Vrin.

15 O verbo *laudar* e seu particípio *laudado* inexistem em dicionários como o Aurélio, o Houaiss, o Michaelis ou mesmo no Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras (VOLP), configurando um neologismo e, por isso, o empregamos aqui em itálico.

Canguilhem, G. (2012a). O estatuto epistemológico da medicina. In Canguilhem, G. *Estudos de História e de Filosofia das Ciências.* (A. Chiquieri, Trad., pp. 453-472). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Canguilhem, G. (2012b). O normal e o patológico. In Canguilhem, G. *O conhecimento da vida.* (V. L. A. Ribeiro, Trad., pp. 169-185). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Cartwright, L. (1995). *Screening the body*: *tracing medicine's visual culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Código Penal (1940). *Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Czeresnia, D. (2004). Ciência, técnica e cultura: relações entre risco e práticas de saúde. *Caderno de Saúde Pública*, *20*(2), pp. 447-455. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200012

Didi-Huberman, G. (2013). *A imagem sobrevivente.História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg.* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.

Donald, I., Macvicar, J., Brown, T.G. (1958). Investigation of abdominal masses by pulsed ultrasound. *The Lancet*, *271*(7032), pp. 1188-1195. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(58)91905-6.

Duden, B. (1993). *Disembodying women:perspectives on pregnancy and the Unborn* (L. Hoinacki, Trad.). Harvard University Press: Cambridge.

Falleiros, B. L. J. (2020). *Sexo designado antes de nascer:imagens fetais como tecnologia de produção de gênero.* (Dissertação de mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de www.teses.usp.br

Foucault, M. (1977). *O nascimento da clínica.* (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Ginsburg, F., & Rapp, R. (1991). The Politics of Reproduction. *Annual Review of Anthropology*,*20*(1), pp. 311-343. https://doi.org/10.1146/annurev.an.20.100191.001523

Henriques, L. B., Alves, E. B., Vieira, F. M. S. B., Cardoso, B. B., D'Angeles, A. C., Rodrigues; Cruz, O. G., Da Silva, M. F. R., &Saraceni, V. (2019). Acurácia da determinação da idade gestacional no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC): um estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, *35*(3). https://doi.org/10.1590/0102-311x00098918

Löwy, I. (2018). *Tangled diagnoses: prenatal testing, women, and risk.* Chicago: The University of Chicago Press.

Löwy, I. (2017). *Imperfect pregnancies:a history of birth defects and prenatal diagnosis.*Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Ministério da Saúde. (2012). *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica.* (3ª ed.). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf

Ministério da Saúde. (2010). *Gestação de alto risco*: *manual técnico* (5ª ed.). Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5338

Moraes, C. L. &Reichenheim, M. E. (2000). Validade do exame clínico do recém-nascido para a estimação da idade gestacional: uma comparação do escore New Ballard com a data da última menstruação e ultra-sonografia. *Cadernos de Saúde Pública*, *16*(1), pp. 83-94. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100009

Organização Mundial de Saúde (2016).*Recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais para uma experiência positiva na gravidez.*Recuperado de https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/250800/WHO-RHR-16.12-por.pdf;jsessionid=5DA0CCDC153B70145ABD045F0DCB4083?sequence=2

Petchesky, R. P. (1987). Fetal images: the power of visual culture in the politics of reproduction. *Feminist Studies,13*(02), pp. 263-292. https://doi.org/10.2307/3177802

Reiser S. J. (1978). Visual technology and the anatomization of the living. In Reiser S. J. *Medicine and the Reign of Technology* (pp. 45-69). New York: Cambridge University Press.

Rodrigues, C. S. (2010). *Sentidos, limites e potencialidades da medicina fetal:a visão dos especialistas.* (Dissertação de mestrado). Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de https://www.arca.fiocruz.br

Sullivan, P. (2009). John J. Wild, 95; doctor. Advanced medical uses of ultrasound. *The Washington Post.*Recuperado de https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/09/23/AR2009092304474.html

Taylor, J. S. (2008). *The public life of the fetal sonogram:technology, consumption, and the politics of reproduction.*New Brunswick, New Jersey, London: Rutgers University Press.

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Buenas madres y esposas: Las ciencias naturales escolares y la formación de la mujer en Colombia

Gonzalo Peñaloza†

Resumen

En este artículo se explora cómo se vincularon las ciencias naturales escolares con la formación de la mujer desde finales del siglo XIX hasta mediados del XX. Para esto se revisó y analizó la legislación escolar y planes de estudio y algunos textos escolares que fueronde amplia circulación en la escuela colombiana. Con base en esta información se sostiene que la formación de las mujeres, en un contexto en que esto significaba prepararlas para ser buenas esposas y madres, operó a través de dos mecanismos clave: la economía doméstica y el programa "higienista". De otra parte, se denota que todas las medidas educativas tuvieron como punto de partida el supuesto de la inferioridad de la mujer en el plano físico e intelectual. En este proceso el catolicismo desempeñó un papel determinante porque prescribió lo que debía ser la formación de las mujeres para cumplir con sus supuestos deberes naturales. Esta perspectiva se encuentra presente en las disposiciones educativas y fue determinante para ajustar los contenidos de las disciplinas escolares, como las ciencias naturales, para hacerlos funcionales a la formación de la mujer.

Palabras clave: Educación, formación, catolicismo, mujer, ciencias naturales, Colombia

† Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del IPN (Cinvestav), Unidad Monterrey. g.pjimenez@cinvestav.mx

1. Introducción

La educación puede ser tanto una fuerza conservadora, como una agente para transformar las sociedades para hacerlas más justas y equitativas (Albisetti, Goodman, & Rogers 2010). A la vez que la universalización de la educación significó una ampliación del acceso al conocimiento, este proceso conllevó un enfoque diferencial entre géneros, grupo étnicos y sectores sociales. En el marco de los procesos de independencia y, sobre todo, durante la consolidación de los Estados, la educación en los países de América Latina se presentó como un medio para civilizar y moralizar a la población y, así, unificar y construir la nación (Sánchez 2000). Esto implicó extender la escuela a regiones y sectores sociales que no habían sido objeto de la educación formal. En términos generales, este proceso de escolarización se desarrolló sobre el ideal de "igualdad" y de garantizar los derechos de "todos", acogiendo el espíritu de la Ilustración (Forero 2009).

En efecto, en 1948 la Declaración Universal de los Derechos Humanos terminó por consagrar la instrucción elemental como obligatoria (Cuesta 2005), institucionalizando un proceso que se venía dando desde muchos años antes. Así, la escuela terminó por convertirse en una institución cuasi natural y en un derecho. No obstante, un enfoque histórico de la escuela: de sus disciplinas, de sus formas y de sus hábitos, evidencia que ella no es solo el producto de una razón técnica, sino el resultado de una conjunción de políticas, ideologías y, de alguna manera, un dispositivo que refuerza las relaciones sociales dominantes. De manera que, si bien la obligatoriedad y universalización de la educación abrió posibilidades aparentes de movilidad social para los sectores más pobres y oprimidos de la sociedad, también instauró un orden específico de relaciones entre el Estado y la familia y entre el conocimiento y el trabajo (Cuesta 2005).

El pensamiento moderno sobre la educación se sustentó en el supuesto de organizar el conocimiento y prescribir los medios más apropiados para enseñar y aprender, de la manera más razonable posible y en correspondencia con la naturaleza y fines de los aprendices. Por otra parte, se sostuvo que la escuela era un medio de emancipación, igualdad y justicia. Además como medio fundamental de formación del ciudadano. El sujeto de la escuela se consideró como si fuera culpable, en palabras de Lutero un *semperpeccator*, esto implicaba que los sujetos siempre deberían moldearse/formarse/encauzarse para y hacia la redención (Tröhler, 2011). En este sentido, no se nace como sujeto o como ciudadano, sino que se llega a ser (Berger & Berger, 2001), a través e la educación formal. En este sentido, la escuela se erigió como un mecanismo para equilibrar la balanza y hacer que las injusticias sociales fueran menos agudas o cuando menos dar la apariencia de haber dado posibilidades a todos de superarlas (Cuesta, 2005).

El desencanto por lo místico y por lo religioso, así como la autonomía de la escuela con respecto a la iglesia, no implicaron que el discurso de salvación y redención desapareciera. De hecho, en la escuela siguió siendo un espacio para redimir al sujeto y convertirlo en un ciudadano pleno de derechos. En tanto medio de equilibrio social, la escuela se suponía que tiendía el puente entre el sujeto y el conocimiento, a través del cual podrían cruzarse los límites sociales. Sin embargo, este papel no fue cumplido por la escuela y, por el contrario, parece haber sido funcional para reforzar la desigualdad y como dispositivo para regular la vida, individual y social, más allá de las aulas. Esto no solo es evidente en la organización de la escuela, sino también al interior de sus disciplinas. Por ejemplo, durante el buena parte del siglo XX la biología escolar justificó el racismo y el sexismo (Sijpenhof, 2020).

Entre las desigualdades que la escuela reforzó se encuentra la de los sexos y los géneros. Durante el proceso de escolarización, de fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX, se establecieron diferencias entre la educación para los hombres y para las mujeres. Así, el cuestionamiento sobre por qué la mujer debería aprender determinada disciplina, parece estar siempre presente en las organizaciones y diseños educativos que implicó la extensión de la escuela

a toda la población. El supuesto ilustrado de "enseñar todo a todos" fue moldeado de acuerdo con las circunstancias políticas de cada momento histórico (Cuesta, 2005) y las diferencias educativas por sexos se mantuvieron con razones que imbricaron lo religioso, con lo político y con lo científico.

Si bien es cierto que el Estado, en diferentes formas y a distintos ritmos en cada lugar, terminó por ejercer el control del sistema educativo. No es claro cómo se expresó dicho control y cómo se fusionaron los horizontes de la religión y el Estado en la configuración de la escuela del capitalismo en cada región y país. De otra parte, la inclusión de las ciencias naturales en el currículo escolar es un fenómeno que frecuentemente se asocia con la incursión de la racionalidad de la Ilustración en la escuela, con la pérdida de la influencia de la religión en la sociedad y el avance de la ciencia. Esto se supone como un paso más en el desencantamiento del mundo mediante el uso de la razón y de la ciencia. Sin embargo, el proceso de incursión de la racionalidad científica no implicó dejar de lado a la religión. En realidad, durante finales del siglo XIX y comienzos del XX, la razón y la fe interactuaron de varias formas en el campo de la educación y de la cultura (Tröhler, 2011). De modo que, en la consolidación de los Estados-nación en algunas regiones, como América Latina, se dio una hibridación entre "lo científico" y "lo religioso", especialmente en aras de formar "la ciudadanía deseada" (Peñaloza & Valero, 2016).

Con esta perspectiva es posible preguntarse sobre cómo sucedió la integración de las ciencias naturales al currículo escolar; y cabe suponer que en este proceso intervinieron elementos que desbordan el objetivo de hacer la ciencia accesible a todos. Así, los conceptos, el enfoque y la forma de integrar las ciencias naturales se ajustaron a las necesidades del sistema político. En otras palabras, las ciencias naturales, como quizás las demás disciplinas escolares, fueron funcionales al amoldamiento de la población a las necesidades que impuso el capitalismo en expansión y la necesidad de consolidar Estados.

Con base en el caso de Colombia, y las particularidades de su contexto político y cultural, desde finales del siglo XIX hasta mediados del XX, este texto explora cómo las ciencias naturales se integraron en la escuela, en función de la formación de la mujer. Es decir, de la construcción de un ideal de ciudadana católica. Para esta exploración se recopiló la legislación escolar y planes de estudio. Estas fuentes se complementaron con algunos textos escolares que fueron, al parecer, de amplia circulación en la escuela colombiana. Con base en esta información, se desarrolla un análisis crítico que denota cómo los contenidos de las ciencias naturales escolares se adaptaron para servir a la formación de las mujeres, en un contexto en que esto significaba educarla para ser buena esposa y madre. Se propone que este proceso dos mecanismos jugaron un papel clave: la economía doméstica y el programa "higienista". De otra parte, se denota que todas las medidas educativas tuvieron como punto de partida el supuesto de la inferioridad de la mujer en el plano físico e intelectual.

2. Religion, catequización ynación

La historia de la educación en Colombia está signada por el proceso de evangelización del catolicismo, que operó como un elemento clave para someter y conquistar a las comunidades indígenas. Durante la época de la colonia la educación tuvo como propósito básico la subordinación de la población al poder de la corona española y de la Iglesia católica (González, 1977). Luego, durante la construcción de la república, la religión se convirtió en un elemento vital para construir una identidad nacional, unificar y civilizar aquellas regiones que no estaban completamente integradas al país. En otras palabras, educar y catequizar (adoctrinamiento religioso católico) fueron procesos estrechamente relacionados, primero en la conquista, luego colonia y, posteriormente, en los albores de la república.

Para finales del siglo XIX, vastas áreas de Colombia permanecían aún sin evangelizar y sin articularse administrativa, política y económicamente al país. Por ejemplo, en la región amazónica se mantenían poblaciones indígenas con cierta independencia y poca injerencia del gobierno

central (Helg, 1987). El Estado encargó a la Iglesia católica de civilizar estas regiones. Así, la Ley 89 de 1890 reguló "…la manera como deben ser gobernados los salvajes que vayan reduciéndose a la vida civilizada" y estableció que los misioneros fueran los encargados de "civilizar" a los indígenas y campesinos, como parte del proceso de inclusión de estas comunidades en el Estado-nación.

> Art. 32. De acuerdo con el convenio celebrado con la Santa Sede sobre el fomento de las misiones, los jefes de éstas deberán aunar al fin principal de su cargo, que es el de la civilización cristiana, el del fomento de la prosperidad material del territorio y de los indios en él establecidos. Cuidará, por tanto, de estudiar diligentemente los productos de la región a su cargo, y enviará de todo ello informes al Gobierno, proponiéndole los métodos que las circunstancias aconsejen como más adecuados para derivar mayores ventajas de esos productos, y cuidará también de difundir entre los indios las industrias más convenientes, asignándoles premios y recompensas que los estimulen eficazmente (Ley 89 de 1903, Sobre Instrucción Pública).

La consolidación de la nación requirió instrumentos de unidad, control y poder. Para tal efecto, la educación, en la escuela y en la iglesia, fueron cruciales. En Colombia, como en toda América Latina, fue sustancial la creación de una identidad que englobara la diversidad de la población en cierto espíritu común (Ossenbach, 2010). Así, en la escuela, se imbricaron patriotismo y catolicismo que se expresaron a través de: la "educación cívica"; la celebración de fiestas nacionales; la adopción de símbolos patrios y el afianzamiento de ideas –como la unión de todos para el progreso social y el logro del bienestar común– y promoviendo unos valores morales que supuestamente reflejaban el espíritu de la nación (Muñoz, 2013).

> Es deber de los Directores de Escuela hacer los mayores esfuerzos para elevar el sentimiento moral y religioso de los niños confiados á su cuidado é instrucción, y para grabar en sus corazones los principios de piedad, justicia respecto á la verdad, amor á su patria, y, en suma, todas las virtudes que son el ornamento de la especie humana y la base sobre que reposa toda sociedad civilizada y libre. (Artículo 5°, Decreto 0429 de 1893).

El pasaje anterior denota cómo las virtudes del ideal de ciudadano colombiano convergían con el virtuosismo del fiel católico. Esto es ilustrativo en dos sentidos: primero, denota la importancia que se le dio a la formación moral en el proceso educativo y, segundo, muestra la forma en que los ideales católicos se convirtieron en un dispositivo ideológico para cohesionar a la población en un espíritu común. Estos dos elementos, como se mostrará posteriormente, fueron determinantes al momento de fijar los criterios rectores de la educación para las mujeres.

> Art. 48. La educación moral es la obra más noble, más importante de la misión del Institutor, el cual debe consagrarse a ella completamente, empleando todos los recursos de su inteligencia y de su corazón, a fin de hacer fácil a sus alumnos la práctica de los deberes para con Dios, para consigo mismo, para con sus padres y sus superiores, para con los semejantes y para con la patria. (Ley 89 de 1903, Sobre Instrucción Pública).

Con respecto al papel central de la Iglesia Católica en la sociedad colombiana se dieron debates y enfrentamientos recurrentes desde la segunda mitad del siglo XIX hasta el siglo XX. El sector liberal[1] propuso limitar la relación del catolicismo con el Estado, mientras que el sector conservador planteó que la Iglesia católica debía ser la piedra angular de la edificación de la nación (Verdugo, 2004; Helg, 1987; Ortiz, 2013). Sin embargo, a pesar de las disputas y los cambios en el gobierno, el poder ejercido por la Iglesia católica nunca se limitó radicalmente (Aristizábal, 2005b). De hecho, en 1886, luego de varias guerras civiles, las clases dominantes colombianas suscribieron una nueva Constitución Política[2] que consagró al catolicismo como religión oficial:

1 En Colombia los dos partidos tradicionales se denominan "Liberal" y "Conservador".
2Esta Constitución se mantuvo vigente hasta 1990.

"La Religión católica, Apostólica, Romana, es la de la Nación; los poderes públicos la protegerán y harán que sea respetada como esencial elemento del orden social." (Artículo 38, Constitución Política de Colombia de 1886). En consonancia con el espíritu de dicha Constitución, en 1887 se firmó un tratado entre la Iglesia católica y Estado colombiano conocido como "Concordato". En él se le otorgó a la Iglesia una serie de privilegios tributarios, jurídicos y el control de la educación (Andrade, 2011).

De manera que, durante casi todo el siglo XX la normatividad educativa colombiana tuvo como telón de fondo el carácter confesional del Estado y la injerencia permanente de la Iglesia católica en la educación. De hecho, puede afirmarse que los cambios más importantes en esta materia devinieron más del *aggiornamento* que se dio al interior de la iglesia en el siglo XX, que por presión del Estado colombiano. Este contexto fue determinante para definir la educación de la mujer, porque para el catolicismo la mujer debía cumplir el rol de esposa y madre, argumentando que esa era la manera de corresponder con su naturaleza. Esta perspectiva fue acogida por el Estado para fundamentar la formación de la mujer y se tomaron las medidas educativas en consecuencia. Así, los planes de estudio y el enfoque de disciplinas escolares, como las ciencias naturales, fueron influenciados por estos ideales de formación de la mujer.

3. La educación de la mujer

La educación diferencial para hombres y mujeres no estuvo asociada exclusivamente con el catolicismo y su injerencia institucionalizada en el Estado, sino que también estaba presente en el racionalismo y la Ilustración que tuvo amplia influencia en el proceso de independencia y la organización y unificación de la nación. Al respecto, cabe referir que Rousseau (2011/1762) en su representación de Sophie, en su obra *Emilio*, sostiene que existen una mentalidad femenina y otra masculina, que son plenamente diferenciables. A partir de esto, plantea que las niñas debían ser educadas en el hogar para cumplir su papel futuro como esposas y madres. De manera que, tanto desde el punto de vista del racionalismo como del catolicismo, se da por sentado que hombres y mujeres tiene una naturaleza diferente y que, por ende, se requiere de una educación que corresponda con ella.

Las luchas de independencia del siglo XIX tuvieron una importante influencia de la Revolución Francesa y de la Ilustración. En consonancia, en las nacientes repúblicas latinoamericanas se acogió el modelo de derechos limitados o de desigualdad del hombre con respecto a la mujer, propio de las revoluciones burguesas europeas (Pedraza, 2011). En este marco, la mujer fue erigida como el pilar del ideal de familia burguesa que orientó la construcción de nuevas relaciones sociales luego de la ruptura del tejido social colonial. De modo que, la ciudadanía y la identidad nacional se construyeron conjuntamente entre la Iglesia católica y el Estado, a través del control de instituciones como la escuela y la familia.

Durante las primeras décadas del siglo XX se produjo una transición de la educación en el hogar hacia la educación pública. Se crearon instituciones y disposiciones públicas para escolarizar a los sujetos de acuerdo con su clase social, su sexo y su edad. Para 1836 en Colombia había 26.070 estudiantes en escuela primaria y de este grupo alrededor de 1000 eran niñas. Ya en 1897 se registraban 137.482 estudiantes en educación primaria y cerca de 60 mil niñas (en ese momento la población colombiana era de alrededor de 3 millones de personas)(Helg, 1987). Para este periodo no se conocen datos del nivel de alfabetización, pero debía ser muy baja, porque en 1917 la tasa global de alfabetización era del 17% y en 1918 era de 32,5% (Helg, 1987). De manera que, conforme el capitalismo avanzó se crearon nuevas necesidades de producción y la educación se extendió a todos los sectores sociales. No obstante, esto no significó una educación universal sino la construcción de un sistema educativo que mantuvo su carácter clasista y patriarcal.

En este sentido, las formas públicas de escolarización orientadas a los niños se consideraron inapropiadas para las niñas. En términos generales los planes de estudio de los hombres se caracterizaron por la minuciosidad y por promover el razonamiento, mientras que los de las

mujeres se enfocaron en la elegancia, las buenas maneras y la cortesía (Goodman, 2010). Así por ejemplo, en el Decreto 0670 de 1912 se formuló el plan de estudios para las Escuelas Normales[3], en él se establecieron diferencias entre los programas para cada sexo. Las diferencias principales radicaban en que la educación física de los hombres era de ejercicios militares, mientras que el de las mujeres era de "calistenia y gimnasia de salón". Por otra parte, algunos cursos como "Aritmética superior", "Escritura" y "Dibujo" "Contabilidad" no se contemplaban en el plan de estudios para las mujeres y se reemplazaron por otros como: "Costura y Bordados", "Modistería" y "Economía Doméstica". Además, a ciertas asignaturas se les hicieron ajustes para hacerlas más femeninas. Así, el curso para varones se titulaba "Botánica", mientras que el de las mujeres se llamaba "Botánica, Horticultura y Jardinería"; lo que da una idea clara del enfoque diferencial adoptado.

La atención especial y la vigilancia que recibió la educación de la mujer puede explicarse porque de acuerdo con la ideología de la época sobre ella recaía el deber de organizar la economía del hogar, formar moralmente a la nueva generación y preservar los lazos familiares (Pedraza, 2012). Eso implicó, educar a las mujeres para convertirlas en símbolo de la moral católica y de las buenas costumbres. Como se señaló antes, la unidad de la nación en torno al catolicismo implicó adoptar su perspectiva de la familia y la sociedad, evitando todos aquellos riesgos, como el liberalismo, que cuestionaban las costumbres correctas. Al respecto, Viana (1838) resaltaba la importancia de la educación de la mujer:

> Los hombres han llegado á persuadirse, que una mujer bien educada, hace las delicias de su esposo, y la felicidad de su familia: que una mujer bien educada tendrá hijos bien educados: porque con la leche, nuestro primer alimento, se enjendran los sentimiento, y con el ejemplo se forman los hábitos, difíciles de desarraigar despues del corazon del hombre: hé aquí un principio que demuestra hasta la evidencia cuanto conviene á la sociedad, que las madres de familia hayan adquirido una educacion esmerada, para que siembre en el tierno corazon de sus hijos las simientes de la virtud. (pp. 1-2)

No siempre esta formación operó mediante la escolarización, porque hasta el siglo XX la inserción de las mujeres en la escuela fue muy baja (Helg, 1987). No obstante, otros mecanismos como el hogar, la iglesia y la sociedad misma, se encargaron de educar a las mujeres para que cumplieran su supuesto papel natural de madres y esposas (Aristizábal, 2005a). Vale indicar, que en el siglo XIX y comienzos del siglo XX, las mujeres de la élite colombiana recibían educación especial mediante lecciones privadas o en instituciones educativas (como en los prestigiosos colegios de La Merced o de La Enseñanza), que se especializaban en la educación de las "señoritas" (Aristizábal, 2005b). En tales instituciones se seguían rigurosas disposiciones sobre las costumbres, ademanes, protocolos y formas de comportamiento, que encarnaban en ideal de la mujer burguesa y católica. De otra parte, las mujeres del pueblo recibían una educación "natural" dada por la iglesia y su entorno. Conforme avanzó el siglo XX las tasas de escolarización de la mujer paulatinamente aumentaron hasta igualar a la de los hombres (Helg, 1987), pero se mantuvieron diferencias sustanciales entre la formación dada a unas y otros. Por ejemplo, se prohibía la participación de profesores (hombres) en las escuelas para niñas, que en su mayoría pertenecían a comunidades religiosas católicas.

> Art. 41. Las escuelas de niñas serán regentadas por señoras de notoria respetabilidad y buena conducta. Las escuelas elementales de varones podrán ser confiadas a señoras que reúnan las aptitudes necesarias de instrucción y conducta virtuosa, siempre que a dichas escuelas no concurran niños mayores de doce años. (Ley 89 de 1903, Sobre Instrucción Pública).

3 Las escuelas normales se crearon en Colombia en 1874 como instituciones dedicadas a la formación de profesores de primaria. Estas escuelas se extendieron a lo largo de todo el país y en su mayoría formaron mujeres (Montes& Vieira, 2017).

4. Una educación para el hogar

La mujer fue clave para llevar ciertas disposiciones y formas de vida desde la sociedad al ámbito privado. Mediante la escolarización, el Estado intervino en lo que aparentemente pertenecía al ámbito individual y que con frecuencia se considera como de libre elección (Pedraza 2009, 2014). Por ejemplo, la disposición de la vivienda y los hábitos de alimentación tuvieron que modificarse a raíz de la migración de los campos hacia las ciudades y, en ese sentido, la educación fue clave para que las mujeres cumplieran un papel central en la formación de dichas nuevas costumbres. En este proceso se destacan dos tendencias claves: la economía doméstica y el higienismo (Pedraza, 2009).

Desde finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX, la Iglesia y el Estado se empeñaron en promover entre las clases trabajadoras el matrimonio y la consolidación de las familias (Jaramillo 2013). Durante el período colonial el matrimonio no se extendió ampliamente debido a las condiciones que debían cumplir los conyugues, por lo que probablemente, esta unión formal se restringió a las élites de la sociedad. Sin embargo, durante la segunda mitad del siglo XIX el matrimonio se alentó por parte de la Iglesia católica, bajo la premisa de que sería de beneficio para la sociedad y la nación (Aristizábal, 2005b). Por otra parte, para consolidar los hogares se hizo cada vez mas importante adoptar ciertas formas y hábitos que fueran en consonancia con la vida en las ciudades y las condiciones del trabajo en ellas. Así, tomó forma la denominada "economía doméstica", que se integró a los planes de estudio como una asignatura obligatoria para las mujeres. En 1928 según la Ley 47 de 1928 "por la cual se fomenta el desarrollo de escuelas domésticas", se estableció que:

> Artículo 1° La nación auxilia a cada uno de los Departamentos que funde y organice una Escuela Doméstica destinada a enseñar a la mujer oficios propios de su sexo, inclusive el de enfermera, con una cantidad igual a la que para el mismo fin vote la Asamblea respectiva.

Previo a esto, en 1912 (Decreto 0670 de 1912), se establecieron leyes que dan cuenta del énfasis dado a la educación femenina. Así, se dispuso que se incluyera en el cuarto año de formación de los normalistas zoología, nociones de fisiología y botánica. En el caso de las mujeres la botánica se vinculaba con horticultura y jardinería; además, se incluían materias como la modistería, el bordado, los tejidos y la economía doméstica.

La educación doméstica implicaba una variedad de actitudes de género, incluidas en los contenidos, e ideales morales que se basaban en los valores religiosos. La escuela enfatizó en los oficios, manualidades, en el manejo de los recursos de la familia, en la limpieza, en la manera adecuada de criar a los niños, entre otros. De otro lado, se exaltó la superioridad moral de la mujer y su importancia para formar y mantener la familia (Noguera, 2003). En las palabras de Pedraza (2012):

> En la recién inaugurada república el tema prosperó. Da la impresión de que muchos se sintieron llamados a dar ideas acerca de cómo moldear una feminidad que garantizara el gobierno doméstico. Los más diversos autores y, por intermedio de ellos, las instituciones y los agentes sociales encargados de disponer la educación de la mujer, vieron en la naturaleza de las mujeres, es decir, en su cuerpo, una serie de rasgos que la situaban como la mejor dotada para administrar la vida familiar, que no para conducirla. (p. 318).

Posteriormente en 1942, se reiteraba la importancia de este curso y en el "Programa de Economía Doméstica" (Decreto Número 785 de 1941) se afirmaba:

> Los cursos de Economía Doméstica deberán realizarse con sentido muy práctico a base del trabajo personal de las alumnas haciéndoles comprender la importancia de estos conocimientos. Los colegios deberán establecer un aula "Hogar" en la cual se puedan enseñar a las alumnas objetivamente los elementos que integran una vivienda y las condiciones en que se deben tener.

En los contenidos de este curso se contemplaba el tejido, el lavado y planchado de ropas (detallando los procesos a seguir para cada tipo de tela), costura, limpieza y organización de la casa, nociones de alimentación, preparación de alimentos, puericultura, contabilidad doméstica y moral familiar. De alguna forma, la organización del hogar tuvo una función política, porque la familia se usó como paliativo ante la inconformidad que generó el avance de la sociedad clasista capitalista (Noguera, 2003). De manera que, el hogar podría ser una especie de paraíso en el cual los trabajadores pudieran gozar de cierta tranquilidad. Para lograr esto era indispensable la mujer.

Por otra parte, se crearon instituciones especiales para la formación de las mujeres, incluso en labores técnicas. Por ejemplo, mediante el Decreto Número 1124 de se crearon "Escuelas de Artesanos y de Institutos Politécnicos Complementarios para Señoritas". También se establecieron algunas escuelas primarias especiales para las niñas campesinas, denominadas "Escuelas Hogar", en las que se ofrecía una formación alternativa que supuestamente respondía a sus necesidades:

> Que la finalidad de estas Escuelas es la de dar a las jóvenes campesinas una preparación adecuada que contribuya a mejorar el hogar, y elevar el nivel de vida tanto en la familia como en la comunidad, sin desadaptarlas de su medio… […] Que a estas Escuelas no corresponde el desarrollo de los planes y programas de la enseñanza primaria, ya que la mayor parte del tiempo se dedica a la práctica de las actividades domésticas, agrícolas y zootécnicas… (Decreto Número 1760 de 1955).

En dichas escuelas se contemplaban asignaturas especiales para las mujeres como "Preparación de alimentos"; "Corte y confección"; "Primeros auxilios y cuidados del enfermo en el hogar"; "Moral familiar y profesional y nociones de liturgia"; "Enfermería casera y Puericultura"; "Enseñanzas del hogar".

Esta perspectiva de la economía doméstica y la preparación de la mujer para la organización y gestión del hogar tuvo repercusiones en los planes de estudio y también en disciplinas de las ciencias naturales como la biología. Esto porque los contenidos, al parecer, se adaptaron para hacerlos acordes con las necesidades la educación de la mujer.

5. Un programa de ciencias para la formación de la mujer

En algunos Decretos y Leyes no establecieron planes marcadamente diferentes para mujeres y hombres, sino que formularon lineamientos básicos en cuanto a asignaturas y número de horas, dejando la libertad para que cada institución hiciera los ajustes que considerara necesarios en relación, por ejemplo, con el sexo. Sin embargo, en el Decreto Número 785 de 1941 "Sobre Educación Secundaria Femenina", delineó detalladamente un programa de estudios a seguir para las mujeres y en el caso de las ciencias naturales, se describieron los ajustes necesarios para hacerlos pertinentes para educarlas de acuerdo con su supuesto papel social. Es probable que en otros momentos se hallan establecido programas semejantes, ya fuera en el ámbito nacional o local, lo cierto es que no se han conservado o no lograron encontrarse en el marco de este trabajo. De cualquier manera, este documento resulta diciente sobre el enfoque dado a la educación femenina.

Este Decreto tiene como punto de partida el hecho de que la mayoría de las mujeres que cursaban la educación secundaria no ingresaban a la universidad. Por ello, se planteaba la necesidad de que en el nivel secundario se respondiera a las actividades que probablemente desempeñaría el grueso de las egresadas. Al respecto se plantea:

> Que la enseñanza secundaria no debe procurar exclusivamente la preparación de la juventud para el ingreso a la Universidad, sino la educación integral, la formación de ideales y conocimientos que la hagan apta para la vida y el servicio de la sociedad; Que el pénsum y los programas actuales de enseñanza secundaria son idénticos para los establecimientos masculinos y femeninos y se acomodan únicamente a la preparación profesional de los estudiantes; Que el bachillerato debe restringirse en los establecimientos de enseñanza secundaria femenina al personal que aspire a seguir una carrera universitaria, pero no puede

> aceptarse como preparación general de la mujer; Que es preciso modificar la situación actual a fin de capacitar adecuadamente a la mujer colombiana para cumplir con sus deberes en el hogar y desempeñar la misión social que naturalmente le corresponde." (Decreto Número 785 de 1941).

Como se evidencia, esta normatividad daba por sentado que existía una naturaleza femenina que correspondía con los roles de género impuestos por la sociedad patriarcal y que, como se señaló antes, convergían con los ideales cristianos católicos de la mujer. En el marco de este Decreto se elaboró un Programa de Ciencias Naturales en el que los contenidos fueron ajustados para ser útiles a los roles supuestamente naturales de la mujer. En las consideraciones del Decreto Número 785 de 1941 "Sobre Educación Secundaria Femenina", se dice:

> Se prepararon programas de ciencias naturales, con aplicación a las necesidades de la vida femenina en todos sus aspectos, y programas progresivos de economía doméstica, que capaciten a la mujer para cumplir con sus deberes en el hogar. Con estas variaciones en el plan de 4 años sigue de cerca a general de bachillerato, de tal suerte que las jóvenes que aspiren a la universidad pueden, siguiendo los dos años superiores de estudios, y 2 clases de 3º y 4º año, adquirir su diploma de bachiller. Pero tanto las futuras universitarias como las que limiten sus aspiraciones a una cultura geneal, y las que vayan a la lucha por la vida en las industrias o el comercio, tendrán una preparación que les permita cumplir en el hogar la misión natural de la mujer.

En general, en el plan de estudios que contempla cuatro cursos contemplados para la educación secundaria: Historia Natural, Botánica, Zoología y Fisiología e Higiene. En ellos, todos sus contenidos fueron ajustados de modo que resultaran funcionales para las mujeres y les permitiera cumplir con los roles de madre y esposa, supuestamente connaturales a este sexo. Estos se centran en las labores domésticas y en la formación de buenos hábitos.

Así, para cada tema se establecieron aplicaciones femeninas de los conceptos. Por ejemplo, para los temas de "Estados físicos de los cuerpos" y de "Influencia del calor sobre el estado de los cuerpos" se indica que las aplicaciones son: "Oficios domésticos (preparación de dulces, gelatinas, almidón; secado de la ropa; inhalaciones, etc.)". (Decreto Número 785 de 1941). Se trata con esto de darle contexto femenino y sentido para las mujeres al aprendizaje de un fenómeno físico.

En otro ejemplo de esta adecuación de los contenidos, se encuentra que al abordar el tema de "La tierra. Idea del origen de la tierra", en el que se prescribe estudiar los tipos de suelos, se señala que sus aplicaciones son: "Abonos principales. Manera de abonar la tierra y de preparar los materos para sembrar." (Decreto Número 785 de 1941). Aquí, se da por sentado que un tema de tanta relevancia para comprender y darle sentido a la existencia humana, como el origen del planeta, puede ser apropiado por las mujeres para realizar sus labores connaturales de plantar flores en el jardín. Esto es una expresión cruda de la concepción patriarcal de inferioridad de la mujer, en tanto fija sus límites de comprensión al ámbito del hogar y sus labores cotidianas.

En el tema de "El Hombre", en que se abordan los sistemas del cuerpo humano se señala que las aplicaciones son:

> Manera de evitar los daños en los órganos de los sentidos. Cuidado de los ojos y los oídos. Dolor de oído en los niños. Maneras de extraer cuerpos extraños de los ojos. Limpieza de la piel; infecciones cutáneas y maneras de evitarlas. Influencia del tabaco, del alcohol, del café, etc., en el sistema nervioso. (Decreto Número 785 de 1941).

En este caso de resalta el papel de cuidadora que se da a la mujer, al parecer tratando de que las mujeres le den sentido al tema por relacionarlo con la crianza.

En el referido plan de estudios, cada caso de adecuación de los contenidos resulta muy diciente sobre cómo el ideal de la mujer, como esposa y madre, terminó por determinar la manera de abordar las ciencias naturales en las aulas. Si bien no es posible establecer con precisión qué alcance tuvo esta normatividad en las prácticas de enseñanza, es un buen indicador de la manera

como muy probablemente, la educación se enfocó para darle a las mujeres las herramientas para cumplir con sus roles sociales, supuestamente naturales.

De otra parte, este Decreto denota que las ciencias naturales fueron incluidas en la escuela adoptando un enfoque que corresponde con el contexto. En el caso que aquí se presenta, las ciencias naturales escolares no solo resultaron de una transposición didáctica neutral, tendiente a hacer comprensibles las ciencias para todos, sino que ellas resultaron de fusionar los ideales de ciudadano con el conocimiento científico. En otras palabras, las ciencias escolares amalgaman las necesidades políticas, los ideales de ciudadano y la cultura dominante con los conocimientos científicos. En el caso particular que aquí se trata, el ideal de la mujer –católica, buena esposa y buena madre–, determinó la manera como se abordaron las ciencias naturales en la escuela.

6. La Higiene o "el arte de conservar la salud"

Un fenómeno social que marcó el comienzo siglo XX en Colombia fue la creciente urbanización (Centro de Investigación sobre Dinámica Social, 2007). Millones de personas fueron paulatinamente desplazándose del campo a la ciudad. La disolución de unidades de producción como la hacienda, la industrialización y la precaria situación en el campo conllevaron a que la población pasara de ser mayoritariamente rural a ser urbana a finales del siglo XX. Aquí no se pretende ahondar en dicho proceso, sino denotar que no implicó solamente un cambio de lugar o la construcción de viviendas e infraestructura urbana. Este fenómeno transformó radicalmente la forma de vida del campesinado, que pasó de vivir en el campo a instalarse en las barriadas de las ciudades y convertirse en obreros y asalariados. Los campesinos tuvieron que enfrentarse a nuevas condiciones de producción y a adoptar hábitos y principios de convivencia propios de la ciudad (Noguera, 2003). En este contexto, la economía doméstica y la higiene fueron dos elementos claves para urbanizar a la población.

El higienismo tuvo origen en la medicina en el siglo XIX con una marcada tendencia a individualizar los procesos de salud, enfermedad y muerte (Larocca& Marques, 2010). En cierto sentido, el higienismo negó el carácter social de dichos procesos y situó la responsabilidad en el individuo y sus hábitos. De hecho, algunos autores consideran que la higiene biologizó y medicalizó los problemas sociales (Noguera, 2003; Larocca& Marques, 2010). De este modo, los problemas sociales fueron convertidos en un asunto de la medicina y la higiene se presentó como una tecnología capaz de usar el conocimiento científico, para prescribir la forma correcta de vivir, a fin de evitar las enfermedades y "la degeneración de la raza" (Pedraza2004).

De manera que, la higiene cumplió una función de civilización de las masas trabajadoras al disciplinarlas para vivir de acuerdo con las normas establecidas "racional" y "científicamente". La higiene no buscó mejorar las condiciones de salud del pueblo sino hacer una intervención integral que incluía el control de la conducta y de la moral del pueblo para ajustarlas a las condiciones de producción del capitalismo y de la vida en las ciudades (Noguera, 2003). Esto, desde luego, tuvo diversas expresiones en las políticas públicas yen el desarrollo de infraestructuras y reglamentaciones sanitarias, pero también lo tuvo en la educación. Vale la pena denotar que la higiene no solo se desplegó en el ámbito escolar sino que también impacto en otros como en la planificación urbana. Las ideas higienistas no solo tenían relación con la preservación de la salud física sino también con la regeneración moral del pueblo. La Iglesia católica estuvo estrechamente vinculada con este proceso y contribuyó con obras civiles como la construcción de barrios para obreros que tenían en cuenta las recomendaciones sanitarias del momento (Noguera, 2003). A la par la iglesia impartía sus enseñanzas morales e intentaba formar familias obreras en el ideal católico.

La higiene fue tratada como una ideología (o como un dispositivo de control) mediante el cual se ubicaron los problemas de salud en el individuo y no en lo colectivo. Este discurso ignoraba las diferencias entre las clases sociales que implicaban unas condiciones de existencia diferentes, por ejemplo en el acceso a servicios sanitarios o en la posibilidad de alimentarse adecuadamente.

Problemas sociales como la prostitución fueron atribuidos a prácticas no higiénicas como el alcoholismo y no al resulta de la desigualdad social. Frecuentemente se aseveró que el alcoholismo de los padres era la causa de ciertos desórdenes sociales frecuentes como la delincuencia ya que se concebían seres incapaces de adaptarse a la sociedad (Noguera, 2003). El alcoholismo se erigía de esa manera en la causa del atraso económico de algunas regiones y de la miseria de algunos sectores de la población. Por ejemplo, en el caso de la prostitución en ocasiones se esgrimieron argumentos científicos para relacionar este problema con un tipo de selección natural de los individuos poco aptos (Noguera, 2003).

La higiene pasó a convertirse en un tema escolar, y en algunos momentos en una asignatura, y se convirtió en un aspecto fundamental en la formación de los ciudadanos. De acuerdo con Noguera (2003):

> …la higiene aparece en últimas como el conocimiento fundamental para guiar el proceso de formación del individuo. Haciendo uso de su carácter "científico", y de su importancia para la conservación y perfeccionamiento del individuo y —por tanto— para el progreso social, la higiene buscó posicionarse en un lugar privilegiado dentro del abanico de los saberes escolares. (p. 199).

En efecto, esta perspectiva se expresó en los libros de texto de ciencias naturales, particularmente en los de biología. Así por ejemplo en el libro Tratado elemental de higiene y nociones de fisiología (el texto escolar de biología), se menciona:

> Si toda colectividad necesita personas que por sus conocimientos sean capaces de dictar las leyes de higiene que obligan a cada uno de los asociados al cumplimiento de ciertos deberes elementales de conducta, no menos necesario es que cada uno de ellos esté convencido de la importancia de estas medidas. (García, 1915, p. XIV)

Una expresión del higienismo fue considerar las enfermedades como resultado exclusivo de la acción de gérmenes. Esto se validó por las ciencias naturales escolares. Al respecto un libro de texto afirmaba: "…desde que las ciencias han demostrado el modo como ellos [gérmenes microscópicos] originan los males, se inició la lucha contra estos seres infinitamente pequeños y cada día se hacen nuevos progresos para combatirlos." (García, 1915, p. XIII). Esta forma de encarar la enfermedad sitúa el problema fundamental en los gérmenes, pero desconoce otras dimensiones que configuran la enfermedad y que, incluso, pueden llegar a ser determinantes en su desarrollo. Por ejemplo, con respecto a la tuberculosis se afirmaba: "Combatiremos la tuberculosis atacando el bacilo de Koch en donde quiera que se encuentre, de preferencia en el polvo y en los alimentos contaminados…" (García, 1915, p. XIII). Este reduccionismo de la enfermedad, a lo biológico, fue funcional para situar a los sujetos como los responsables de su propia salud, desconociendo, o cuando menos dejando de lado, el papel que las condiciones de vida (vivienda, alimentación, salud mental, etc.) son claves para el desarrollo de las enfermedades. Como se ha venido señalando, en gran parte las medidas de higiene en el hogar recayeron sobre las mujeres y por esto el higienismo fue un elemento de la educación femenina.

El higienismo se ubica en una transición desde la razón "religiosa" hacia la razón "científica". Es decir, los argumentos para cumplir con ciertas normas fusionaron argumentos religiosos y científicos; así, uno y otro se reforzaron. Por ejemplo, el concepto de "limpieza" no solo tuvo una connotación física sino también espiritual. De modo que, los hábitos saludables eran también moralmente apropiados.

En este contexto la anatomía y la fisiología se presentaron como un conocimiento del cual se desprendían prescripciones higienistas. Para este momento, los libros de texto de educación secundaria en Colombia combinaban frecuentemente en sus títulos los términos: anatomía, fisiología e higiene. De modo que, los comportamientos considerados como "pecaminosos" eran a la vez insanos, dando la idea de que la razón –en este caso expresada en las ciencias naturales–

confirmaba lo que la fe ya había prescrito. Los argumentos biológicos se esgrimieron como sustento de la moral, convergiendo con la moral tradicional católica.

> El olvido o la ignorancia de la higiene trae consigo las enfermedades, la miseria, la degeneración de la raza, y, por consiguiente, la decadencia de los pueblos. Por el contrario: donde se siguen los preceptos de la higiene, unidos a la práctica de la moral, el hombre será más fuerte, vivirá largos años con salud, formará una familia sana y próspera, tendrá aptitud para el trabajo, vivirá con holgura y contribuirá al progreso de su patria. (García, 1915, p. 2).

Como ya se mencionó, esta perspectiva se plasmó en muchos textos escolares de biología de la primera parte del siglo XX. En ellos, en la primera parte se presentaba la anatomía y la fisiología y luego se exponían normas de higiene que, aparentemente, se desprendían del conocimiento biológico. En otras palabras, las prescripciones dadas por la higiene parecían provenir del conocimiento anatómico y fisiológico convirtiéndose así en incuestionables. Por ejemplo, luego de tratar cuestiones sobre el aparato respiratorio García (1915) afirma:

> Nada más antihigiénico que los vestidos escotados; una ráfaga de viento frío, el paso de un sitio a otro más frío, pueden producir una bronquitis, una pulmonía o una angina. (p. 100).

En otro libro escolar, luego de explicar la importancia de la limpieza de la piel para evitar la presencia de microbios, se afirma que: "La higiene prohíbe el uso de cosméticos" (Hermanos Maristas 1956, p. 194); una conclusión que parece desprenderse de los conocimientos científicos sobre la piel. En este mismo texto también se hacen advertencias, con un tinte eugenésico, sobre el alcohol:

> La herencia alcohólica obra como predisponente a la tuberculosis, la epilepsia y el idiotismo. Las familias de alcohólicos dan un contingente excesivo de mortalidad infantil y se extinguen a las pocas generaciones. El desequilibrio moral, la tendencia a los crímenes, a las violencias, se presentan frecuentemente en los hijos del alcohólico (responsabilidad disminuida). (Hermanos Maristas 1956, p. 229).

En otro libro de texto luego de una exposición sobre las características químicas de los licores y su modo de preparación, así como de una descripción de sus efectos fisiológicos, se hacen recomendaciones higienistas sobre el alcoholismo.

> El alcoholismo debilita el organismo entero, y lo hace apto para toda clase de enfermedades… pero no es solo sobre el individuo, sobre el que se dejan sentir los funestos efectos físicos, intelectuales y morales del alcoholismo; es también sobre la descendencia: no disminuye ciertamente la natalidad, pero el alcohólico procrea hijos inútiles, muertos, degenerados, los cuales mueres precozmente, o son una carga terrible para el cuerpo social. […] Moralmente el alcoholismo no es menos perjudicial: da muy mal ejemplo a los suyos y a los extraños; deseduca la prole; quita a sus hijos el alimento y el vestido para emplear el dinero en borracheras…(Rodríguez 1962, pp. 234 - 235).

Si bien es cierto que el alcohol puede tener efectos negativos en la salud, vale resaltar la forma en que estos libros mezclan argumentos de tipo científico y moral y cómo importantes problemas sociales terminan reduciéndose al consumo de alcohol y planteándose como una elección individual.

Con respecto al sistema nervioso se afirmaba: "[…] por medio del cerebro se manifiestan las diversas facultades de nuestra alma, como el sentir, el querer, el pensar…" (Rodríguez, 1962, p. 75), algo que se usa como introducción a una sección sobre "Principios de higiene mental". De acuerdo con Rodríguez (1962) las normas pueden reducirse a "Educación en el trabajo, reposo, exclusión de sustancias tóxicas" (p. 76).

La mujer jugó un papel clave para implantar las medidas higiénicas puesto que ella era la encargada de la formación inicial de los niños y porque sobre ella recayó la tarea de organizar el hogar (física y moralmente) de acuerdo con las normas que dictaba la higiene. Además de esto,

ciertas normas normales dirigidas a la mujer se revistieron de un halo de higienismo, y por tanto de cientificismo, reforzando la idea de que correspondían con la naturaleza femenina. Por ejemplo, con respecto al vestido de las mujeres se afirmó:

> La música ejerce, en lo general, una influencia favorable sobre el hombre, aun enfermo. Sin embargo, el estudio exagerado de la música (piano, violín, etc.) puede ejercer una acción nociva sobre la salud de las mujeres nerviosas y debilitadas, en quienes este estudio debe ser muy moderado. (García, 1915, p. 173).

Aquí parece suponerse que la música tiene un efecto diferente en la mujer que en el hombre. No es claro a qué se refiere el texto con "nerviosas o debilitadas" pero probablemente está en relación con que se consideraba el carácter de la mujer como proclive a la inestabilidad emocional; por lo que la música podría afectarla. Cabe señalar que esta idea de que las mujeres son más emocionales que los hombres se mantiene aún en la actualidad, sustentada en supuestos hechos biológicos. (Fine 2011).

En cuanto a las capacidades físicas de las mujeres también se hicieron prescripciones de corte higienista. Así se recomendaba que las niñas no realizaran muchos esfuerzos físicos:

> Para las niñas son más convenientes los deportes en que hay más movimiento que esfuerzos, y por eso deben recomendarse para ellas la equitación, el volante, la pelota, el crocket y el tenis. El salto en la cuerda no es higiénico. (García, 1915, p. 195).

Incluso las recomendaciones parecían avalar el uso de ciertas prendas de ropa femenina, que hoy se sabe que pueden tener efectos negativos sobre la salud:

> El corsé que usan las mujeres ayuda a sostener el peso de los vestidos y evita que estos compriman la cintura. Además, conserva el hábito de mantener recto el busto y previene así una inclinación defectuosa de éste hacia adelante. (García, 1915, p. 99).

7. Conclusiones preliminares

El catolicismo desempeñó un papel determinante en la educación de la mujer colombiana. La Iglesia católica se convirtió en un elemento de unificación de la nación y en este proceso prescribió lo que debía ser la formación de las mujeres para cumplir con sus supuestos deberes naturales. Esta perspectiva se encuentra presente en las disposiciones educativas y fue determinante para ajustar los contenidos de las disciplinas escolares, como las ciencias naturales, para hacerlos funcionales a la formación de la mujer.

Con el cambio de las relaciones sociales del período colonial se abrió paso la necesidad de adaptar al pueblo a las nuevas condiciones de la república. Así, a través de la educación se fomentaron deberes y normas que se justificaron bajo la idea de que contribuían al mantenimiento de una buena salud tanto individual como social.

En estas circunstancias las mujeres se convirtieron en las propagadoras de un discurso higienista en el que se promovió la salud y la energía para el trabajo. Como lo plantea Pedraza (2012) la mujer se enalteció como pilar del hogar a la vez que se la subyugó y conminó a una condición de subsidiaria del hombre y reproductora de la fuerza de trabajo.

En general se reconoce que los textos de economía doméstica, puericultura, urbanidad e higiene, jugaron un papel en la educación de las mujeres, pero se requiere investigaciones sobre cómo las ciencias naturales escolares se articularon con el discurso dominante.

Bibliografía

Albisetti, J., Goodman, J., & Rogers, R. (2010). Girls' Secondary Education in the Western World: A

Historical Introduction. In: J., Albisetti, J., Goodman, & R., Rogers. (Eds.). *Girls' Secondary Education in the Western World. From the 18th to the 20th Century*. (pp. 1-8). New York: Palgrave MacMillan.

Andrade, M. (2011). Religión, política y educación en Colombia. La presencia religiosa extranjera en la consolidación del régimen conservador durante la Regeneración. *Historelo, 3* (6): 154 - 172.

Aristizábal, M. (2005a). Cuerpo, ciudadanía, subjetividad: la relación de tres conceptos en la educación de las mujeres del siglo XIX. *Revista Historia de la Educación Colombiana, 8*: 117-134.

Arsitizábal. M. (2005b). La iglesia y la familia: Espacios significativos de educación de las mujeres en el Siglo XIX. *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales, 12* (37): 169-216.

Berger, C. & Berger, P. (2001). *La desaparición del sujeto. Una historia de la subjetividad de Montaigne a Blanchot*. Madrid: Akal.

Centro de Investigación sobre Dinámica Social. (2007). *Ciudad, espacio y población: El proceso de Urbanización en Colombia*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia.

Cuesta, R. (2005). *Felices y Escolarizados. Crítica de la Escuela en la Era del Capitalismo*. Barcelona: Octaedro. 274 p.

Fine, C. (2011). *Cuestión de sexos*. Barcelona: Roca.

Forero, J. (2009). La formación de los Estados-nación modernos: modelos y enfoques interpretativos desde la perspectiva comparada. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, 36*(1): 229-250.

García, J. Historia de la Educación Pública en Antioquia. Medellín, Universidad de Antioquia, 1962 (segunda edición), pg. 81-82.

García, P. (1915). *Tratado elemental de higiene y nociones de fisiología parala enseñanza de estas materias en escuelas y colegios de Colombia*. Bogotá: Arboleda y Valencia.

González, F. (1977). *Poderes enfrentados. Iglesia y Estado en Colombia*. Bogotá: CINEP.

Goodman, J. (2010). Class and Religion: Great Britain and Ireland. In: J., Albisetti, J., Goodman, & R., Rogers. (Eds.). *Girls' Secondary Education in the Western World. From the 18th to the 20th Century*. (pp. 9-24). New York: Palgrave MacMillan.

Helg, A. (1987). *La educación en Colombia. 1918-1957. Una historia social, económica y política*.Bogotá: Fondo editorial Cerc.

Hermanos Maristas. (1956). *Anatomía, fisiología e higiene*. Bogotá: Edelvives.

Jaramillo, I. (2013). Derecho y familia en Colombia: Historias de raza, género y propiedad (1540-1980). Bogotá: Universidad de los Andes.

Larocca, L. & Marques, V. (2010). Sanitizing, caring and civilizing: the medical discourse for schools in the State of Paraná (1920-1937). *Interface (Botucatu), 14*(35): 753-766.

Montes, P. & Vieira, N. (2017). La educación en Colombia: mujeres en la Escuela Normal de Institutoras de Bolívar (1903-1930). *Educação, 42*(1),191-214.

Muñoz, M. (2013). El ciudadano en los manuales de historia, instrucción cívica y urbanidad, 1910-1948. *Historia y Sociedad, 24*: 215-240.

Noguera, C. (2003). *Medicina y política. Discurso médico y prácticas higiénicas durante la primera mitad del siglo XX en Colombia*. Medellín: Universidad EAFIT.

Ortiz, L. (2013). La Iglesia católica y la formación del Estado-nación en América Latina en el siglo XIX. El caso colombiano. *Almanack. Guarulhos, 6*, 5-25

Ossenbach, G. (2010). Las relaciones entre el Estado y la Educación en América Latina durante los siglos XIX y XX. *Docencia, 40*: 23-31.

para una perspectiva histórica del cuerpo. En: A. Cabra & R. Escobar. (eds.). *El cuerpo en Colombia. Estado del arte cuerpo y subjetividad*. Bogotá: IESCO, IDEP. (pp. 81-114).

Pedraza, Z. (2004). El régimen biopolítico en América Latina. Cuerpo y pensamiento social Iberoamericana. *Iberoamericana. América Latina, España, Portugal: Ensayos sobre letras, historia y sociedad, 15*: 7-20.

Pedraza, Z. (2009). La educación del cuerpo y la vida privada. En: J. Borja & P. Rodríguez (Eds.). *Historia de la vida privada en Colombia*. 2 vol. Bogotá: Taurus. (pp. 115-148, vol. 2)

Pedraza, Z. (2011). La "educación de las mujeres": el avance de las formas modernas de feminidad en Colombia. *Revista de Estudios Sociales, 41*: 72-83.

Pedraza, Z. (2012). Atributos de ciudadanía y gobierno del hogar: El uso político de las imágenes médicas del cuerpo de la mujer. En: E. Restrepo, O. Vileikis& A. Escobar (eds.). *Anatomía y arte: a propósito del atlas anatómico de Francesco Antommarchi*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. (pp. 313-343).

Pedraza, Z. (2014). Claves

Peñaloza, G. & Valero, P. (2016). Nihil obstat. Las ciencias naturales escolares y la fabricación del ciudadano católico en Colombia. *EducaçãoUnisinos 20*(1): 3-13.

Rodríguez, S. (1962). *Nociones de anatomía, fisiología e higiene del cuerpo humano*. Bogotá: Voluntad.

Rousseau, J. (2011/1762). Emilio o de la educación. Madrid: Alianza.

Sánchez, C. (2000). El surgimiento de los Estados-Nación y las políticas pedagógicas como herramientas de integración social y de control en Iberoamérica en el siglo XIX. En: A, Roig (ed.). *El pensamiento social y político iberoamericano del siglo XIX*. (pp. 109-126). Madrid: Trotta.

Sepúlveda, C. (2009). Formando "Niñas". Una mirada a la educación pública femenina, a sus maestras y alumnas. Santiago de Chile, 1894-1912. *Revista Mexicana de InvestigaciónEducativa, 14*(43), 1249-1268.

Sijpenhof, M. (2020). A transformation of racist discourse? Colour-blind racism and biological racism in Dutch secondary schooling (1968–2017). *PaedagogicaHistorica*, 56:1-2, 51-69.

Tröhler, D. (2011). *Los lenguajes de la educación. Los legados protestantes en la pedagogización del mundo, las identidades nacionales y las aspiraciones globales*. Barcelona: Octaedro.

Verdugo, P. C. (2004). Educación y política en el siglo XIX: Los modelos laico-liberal y católico-conservador. *Historia de la EducaciónColombiana, 6*, (6-7): 81-98.

Viana, M. J. (1838). *La Educación del Bello Secso*. Medellín: Imprenta de Manuel Antonio Balcazar.

Villegas, L. (2006). Educación de la mujer en Colombia. Entre 1780 y 1930. Academia Antioqueña de Historia, Tertulia – Foro. Recuperado de: http://www.lestonnac.org/doc_noticias/villegas.pdf

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Las pandemias no son indiferentes al género: el impacto social de la COVID-19 desde una perspectiva feminista*

Laura F. Belli†
Danila Suárez Tomé‡

Resumen

En este artículo se resalta la importancia del análisis con perspectiva feminista e interseccional del desarrollo de la pandemia por COVID-19, con el objetivo de realizar un aporte que enriquezca el debate en torno a la toma de decisiones de prevención y control. Se discute la evidencia disponible sobre el impacto que la pandemia y las medidas tomadas a partir de ella tienen sobre la población en términos de género. El género es a menudo un factor ignorado en las emergencias de salud, a pesar de ser un factor estructuralmente relevante. Durante la pandemia de COVID-19, las respuestas políticas más efectivas serán aquellas que puedan hacer frente a la crisis en el sistema de cuidados que se releva en este contexto de excepcionalidad.

Palabras clave: Feminismo - Inequidades - Pandemias

* Agradecemos los valiosos aportes de los integrantes del grupo SADAFFEM de SADAF.
† Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Comité de Bioética, Htal. Gral. De Agudos Dr. Cosme Argerich. laurafbelli@gmail.com
‡ Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Filosóficas – SADAF – CONICET. dstome@filo.uba.ar

1. Introducción

La pandemia de la COVID-19 ha puesto al mundo en un estado de emergencia generalizado y obligado a los gobiernos alrededor del planeta a tomar medidas drásticas sin precedentes en la historia reciente. La incertidumbre que envuelve a la propagación de esta enfermedad demanda un debate urgente en torno a cómo atravesar y salir de esta crisis de la manera más responsable. Para ello, es importante destacar el hecho de que la pandemia no se desarrolla en el vacío, sino en un contexto socioeconómico determinado que debe ser tenido en cuenta para todas las medidas que se toman. Lo que se puede observar desde el inicio del brote hasta la declaración y desarrollo de la pandemia es una magnificación de las desigualdades sociales preexistentes y una profundización de la crisis estructural de cuidados, tanto en la esfera doméstica como en el ámbito de la salud.

Esta crisis estructural de cuidados salta a la vista solamente si tomamos frente al caso una perspectiva feminista.

Las actividades de cuidados, domésticas y reproductivas no representan, para el sistema económico dominante, tareas valorables. Los feminismos vienen insistiendo, desde hace varias décadas, en el hecho de que nuestro sistema económico actual basa su entera esfera productiva en la explotación del trabajo doméstico y de cuidados no remunerados que, bajo amparo de una ideología sexista de jerarquía de los sexos, realizan mayoritariamente las mujeres porque estarían "naturalmente" más predispuestas a dichas labores. El mundo privado de la reproducción de la vida y su subsistencia ha sido separado del mundo público de la política, la economía y el desarrollo cultural, científico y tecnológico, volviéndolo en apariencia menos valorable y hasta invisible.

Este soslayamiento de la esfera de actividades dedicadas al sostenimiento de la vida repercute también en la valoración de las actividades remuneradas que se realizan en el espacio público y que se encuentran relacionadas: el trabajo doméstico, la enseñanza y los servicios de salud son tres grandes ejemplos de sectores profundamente precarizados en donde prima la idea de sentido común de una entrega por vocación antes que por rédito económico, y que, no por casualidad, representan áreas laborales ocupadas en su mayor parte por mujeres. La crisis de cuidados que se evidencia en el transcurso de la pandemia de COVID-19 se expande tanto en el ámbito no remunerado como remunerado de las tareas de cuidados fuertemente feminizadas. Es por ello por lo que la perspectiva feminista ostenta una posición privilegiada para poder describir la situación y ofrecer mecanismos de salida a esta crisis.

Si bien la COVID-19, en términos médicos, pareciera afectar en menor medida a las mujeres que a los varones, una pandemia tiene efectos que exceden con mucho a lo clínico y rebasan hacia lo social, lo político, lo cultural, lo económico. Con lo cual, las medidas que se deben tomar son numerosas y de gran impacto. Ahora bien, dadas las condiciones de desigualdad estructural que preceden a la emergencia de la pandemia, el impacto de esas medidas también se dará de manera desigual, afectando desmesuradamente a las poblaciones más vulnerables. Dentro de este marco, en este artículo se busca resaltar la importancia del análisis feminista en el desarrollo de la pandemia de COVID-19.

El género es a menudo un factor ignorado en las emergencias de salud, a pesar de ser un factor estructuralmente relevante. Por ejemplo, es posible analizar el hecho de que sean más las muertes de varones que de mujeres por causa de la COVID-19 desde una perspectiva de género, en tanto y en cuanto la evidencia disponible nos sugiere que estas muertes se encuentran relacionadas con la prevalencia de comorbilidades más severas y propagadas entre los varones a causa de ciertas prácticas asociadas con actividades fuertemente generizadas como el consumo de alcohol, tabaco, la mala alimentación, menor actividad física y menor cuidado de sí en relación a afecciones médicas. Durante la pandemia de COVID-19, las respuestas políticas más efectivas serán aquellas que puedan hacer frente a la crisis en el sistema de cuidados que se releva en este contexto de excepcionalidad atendiendo a su manifestación interseccional.

Con el objetivo de realizar un aporte que enriquezca el debate en torno a la toma de decisiones de prevención y control, en el presente artículo se discute la evidencia disponible sobre el impacto que la pandemia, y las medidas tomadas a partir de ella, tienen sobre la población en términos de género.

2. El género en el contexto socioeconómico estructural previo a la pandemia

La situación de excepción en la que se encuentra el mundo a causa de la pandemia de COVID-19 se desata en un contexto de profunda desigualdad económica que se ha vuelto más evidente a causa del desigual impacto tanto de la propagación del virus como de las medidas que son tomadas por los Estados para mitigar el contagio. A nivel internacional, desde el comienzo del brote del virus se advirtió sobre las consecuencias desproporcionadas que la propagación de la COVID-19 tendría en los países debido a sus sistemas de salud. Si en el caso de los países con economías fuertes el sistema de salud se encontraba comprometido, se estimaba que cuando el virus se expandiera hacia los países con economías emergentes, el impacto podría alcanzar niveles catastróficos.

El caso de América Latina es uno de los más preocupantes a nivel global, en tanto se trata del continente más desigual del planeta y con una serie de agravantes que influyen en las posibilidades de respuesta a la pandemia, como es el caso de la baja inversión en salud pública, bajo número de camas disponibles por habitantes, dificultades en el acceso a los sistemas de salud de poblaciones vulnerables, la epidemia en curso de enfermedades como el Dengue, el Zika y la Chikunguña, entre otras. De acuerdo con el informe de reciente publicación del BID, "La política pública frente al Covid-19: Recomendaciones para América Latina y el Caribe":

> Sin capacidad para dar una respuesta eficaz, sin equipos sanitarios suficientes para responder a la oleada de enfermos, sin los medicamentos para su curación y sin una vacuna para impedir el contagio, modelos epidemiológicos sugieren que, en ausencia de intervenciones para frenar la tasa de infección, el número de muertes directamente atribuibles a la pandemia en América Latina y el Caribe podría llegar a 3,2 millones (Blackman et al 2020:5).

Al haber sido el último continente al cual ingresó el nuevo coronavirus, fue necesario que los países comenzaran a tomar medidas de prevención antes de que comenzaran los casos de COVID-19 y, al detectarse los primeros, se debieron tomar rápidamente medidas de contención para ganar tiempo y evitar que se saturen los servicios de salud. En esta dirección, hacia comienzos de abril de 2020 casi todos los países de América Latina tomaron medidas drásticas de contención como la declaración de emergencia sanitaria, el bloqueo de las fronteras internacionales y la limitación de la circulación interna, el aislamiento social obligatorio para la población que no provee servicios esenciales, y medidas de distanciamiento social, entre otras. El impacto de estas medidas en las economías locales será profundo. Y dentro de este impacto, es necesario desagregar la variable del género, puesto que las mujeres se encuentran globalmente en peores condiciones económicas que los varones desde múltiples puntos de análisis.

Sin embargo, el punto de vista feminista para el análisis de la economía no consiste únicamente en tomar al sexo o al género como una variable más dentro de esquemas de análisis tradicionales, sino que busca proveer una visión epistemológica diferente a la de la ortodoxia económica neoclásica, la cual se encuentra focalizada primariamente en el funcionamiento de los mercados, con un objetivo económico puesto en la reproducción del capital y un sujeto económico paradigmático, el *homo economicus*, que detenta características androcéntricas.

La economía feminista, rama de la economía crítica y heterodoxa, pone en el centro de sus reflexiones no a los mercados sino al problema de la desigualdad en un sentido amplio, dentro del cual el género es un factor determinante. De acuerdo con la economista Corina Rodríguez Enríquez:

> La economía feminista es una corriente de pensamiento heterodoxo preocupada por visibilizar las dimensiones de género de la dinámica económica y sus implicancias para la vida de las mujeres. Su noción de "economía del cuidado" ha contribuido a actualizar el debate feminista sobre las formas de organización de la reproducción social y a reconocer el impacto de estas en la reproducción de la desigualdad (RodriguezEnriquez 2015:30).

En resumidas cuentas, la mirada feminista en la economía se desplaza de los mercados hacia la "sostenibilidad de la vida", volviendo a la reproducción de la vida el objetivo del funcionamiento económico en lugar de la reproducción del capital. Y dentro de este objetivo aparece una dimensión invisibilizada en las teorías económicas con sesgos androcéntricos, la dimensión del cuidado:

> La noción de cuidado refiere a las actividades indispensables para satisfacer las necesidades básicas de la existencia y reproducción de las personas, brindándoles los elementos físicos y simbólicos que les permiten vivir en sociedad. Incluye el autocuidado, el cuidado directo de otras personas (la actividad interpersonal de cuidado), la provisión de las precondiciones en que se realiza el cuidado (la limpieza de la casa, la compra y preparación de alimentos) y la gestión del cuidado (coordinar horarios, realizar traslados a centros educativos y a otras instituciones, supervisar el trabajo de la cuidadora remunerada, entre otros). El cuidado permite atender las necesidades de las personas dependientes, por su edad o por sus condiciones/capacidades (niños y niñas, personas mayores, enfermas o con algunas discapacidades) y también de las personas que podrían autoproveerse dicho cuidado (RodriguezEnriquez&Pautassi 2014:7).

El trabajo de cuidado es fundamental en la reproducción del sistema capitalista. Sin el trabajo de reproducción de la vida, la producción de recursos sería imposible. Sin embargo, la mayor parte de este trabajo de cuidados no tienen ningún tipo de remuneración. Desde el feminismo se ha insistido en la estrecha alianza que se desarrolló entre el sistema político patriarcal y el sistema económico capitalista para explotar el trabajo de cuidados realizado mayoritariamente por mujeres, bajo la idea sexista de que "por naturaleza" realizan estas tareas, consideradas "femeninas", por amor y no por rédito económico. Por extensión, los trabajos remunerados que se encuentran asociados al cuidado, y realizado mayoritariamente también por mujeres, son de los peores pagos del mercado. Esta doble situación de explotación y precarización vuelve al conjunto de las mujeres un grupo económicamente vulnerable a lo largo de todo el planeta.

A nivel estadístico, hoy en día los hombres poseen globalmente un 50% más de riqueza que las mujeres (Informe CreditSuisse 2018) y ocupan con preponderancia los espacios de decisión políticos y económicos. Por su parte, en la actualidad las mujeres contribuyen al mercado como mano de obra barata, en tanto tienen mayores probabilidades de ocupar empleos informales y mal remunerados. Además, las mujeres y niñas alrededor del mundo, tengan o no empleo remunerado, realizan todavía la mayor parte del trabajo doméstico y de cuidados no remunerado, sobre el cual, como hemos visto, descansa la esfera productiva del mercado que enriquece principalmente a aquellos varones ubicados en la punta de la pirámide económica.

De acuerdo con el informe "Tiempo para el cuidado. El trabajo de cuidados y la crisis global de desigualdad" publicado en enero de 2020 por Oxfam Internacional: "las mujeres realizan más de tres cuartas partes del trabajo de cuidados no remunerado, y constituyen dos terceras partes de la mano de obra que se ocupa del trabajo de cuidados remunerado." (Lawson et al 2020). El valor económico del trabajo de cuidados no remunerado llevado a cabo por mujeres y niñas en todo el mundo —que suma en total unas 12500 millones de horas diarias (Addati et al 2019)— equivale a 10,8 billones de dólares anuales. Este fenómeno se enraiza en un contexto de desigualdad económica tan drástico que:

> Un incremento de tan solo el 0,5% adicional en el tipo del impuesto que grava el patrimonio del 1% más rico de la población permitiría recaudar los fondos necesarios para invertir en la creación de 117 millones de puestos de trabajo en sectores como la educación, la salud y la

> asistencia a las personas mayores, acabando así con los déficits de cuidados en estos ámbitos (Addati et al 2019: 8).

Muchas de las mujeres que realizan la mayor parte del trabajo de cuidados en sus hogares, cuando no todo, también lo realizan fuera de sus casas para otras personas. Gran parte de las mujeres en situación de pobreza alrededor del mundo son empleadas como trabajadoras del hogar. De acuerdo con OXFAM Internacional, se estima que hay 67 millones de personas trabajadoras del hogar en todo el mundo, de los cuales el 80% son mujeres. El conjunto de las trabajadoras del hogar constituye uno de los grupos laborales más explotados globalmente:

> Tan solo el 10% de las personas trabajadoras del hogar están protegidas por la legislación laboral general en la misma medida que el resto de los profesionales, y tan solo cerca de la mitad goza de la misma protección en términos de salario mínimo. Las legislaciones nacionales no estipulan un límite de horas para la jornada laboral de más de la mitad de las personas trabajadoras del hogar. En los casos más extremos de trabajo forzoso y tráfico de personas, las personas trabajadoras del hogar se encuentran atrapadas en las casas de sus "empleadores", que controlan absolutamente todos los aspectos de sus vidas, lo cual las deja en una situación de invisibilidad y total desprotección (Addati et al 2019:15).

El contexto socioeconómico en el que irrumpe la pandemia, analizado desde una perspectiva de género, y más específicamente desde el marco teórico provisto por la economía feminista, muestra el complejo escenario estructural global que ya detenta el carácter de crisis previo. La crisis del sistema informal y formal de cuidados es un tema que se vuelve más evidente en el contexto de esta pandemia, debido al carácter de las medidas tomadas y su fuerte impacto en estos sectores vulnerables, pero que la preexiste y se mantiene silenciada solo en virtud de una resistencia a aplicar políticas con miras al sostenimiento de la vida. A continuación, se ahonda en un estudio más específico de cómo es posible analizar la pandemia, las medidas tomadas en relación con ella y sus efectos futuros, atendiendo a estas coordenadas de análisis feminista.

3. El impacto en salud de las pandemias desde una perspectiva de género

A medida que la pandemia de COVID-19 se desarrolla en todo el mundo, los gobiernos de los diferentes países están tomando medidas sin precedentes para limitar la propagación del virus, especialmente en relación con el aumento de recursos de los sistemas de salud y a través de restricciones de desplazamientos que afectan a millones personas. En medio de estos esfuerzos, diferentes organismos internacionales resaltan la importancia de no perder de vista la situación de desventaja de mujeres, niñas y otras poblaciones vulneradas (UNPFA 2020).

No es extraña la falta de perspectiva de género en el análisis de las problemáticas que surgen a partir de las pandemias. Como bien señala Julia Smith:

> El análisis de género se encuentra notablemente ausente de los debates, documentos y procesos de políticas. En cambio (...) las respuestas y políticas de intervención durante las epidemias se caracterizan por la "tiranía de lo urgente", que deja de lado los problemas estructurales a favor de abordar las necesidades biomédicas inmediatas (...) Si bien los sistemas de salud y la investigación de políticas han comenzado a incorporar el análisis de género, pocas publicaciones abordan cuestiones de género relacionadas con las epidemias (2019:356).

No se debe perder de vista que las dimensiones de género para tener en cuenta durante estas situaciones son tanto físicas como sociales. Como deja a la vista la epidemia del virus del Zika en Brasil, algunas enfermedades afectan con más fuerza a las personas con capacidad de gestar (Diniz 2016), pero este no es siempre el caso. Por el momento, los datos preliminares obtenidos sobre el impacto de la COVID-19 en las poblaciones y desagregados por sexo muestran un número similar de casos de contagio entre varones y mujeres, aunque parece haber diferencias en relación con la mortalidad, la que parecería ser más alta entre los varones (probablemente debido a condiciones subyacentes) (Chen et al 2020). La respuesta conductual de protección de la salud juega un papel

importante en la limitación de la propagación de enfermedades infecciosas respiratorias (Moran et al 2016).

Es claro que los análisis que se realicen durante y después de la situación de emergencia deben también incorporar una mirada interseccional. Se entiende por "interseccionalidad" a la toma de una perspectiva capaz de dar cuenta del solapamiento de diversos sistemas de opresión, dominación y discriminación en el análisis de los fenómenos sociales. El reconocimiento de los factores sociales, étnicos, raciales, de clase, identitarios, sexuales, religiosos y otros, configuran la vulnerabilidad de las personas a la incidencia de las diferentes enfermedades, así como también su capacidad para responder frente a las pandemias. El análisis centrado exclusivamente en cuestiones relacionadas con el sexo y/o género —sin tener en cuenta estos otros determinantes— limita fuertemente la comprensión de las complejidades de las experiencias y resultados de salud y sólo contribuye a enmascarar las experiencias de aquellos cuyas vidas se encuentran en la intersección de múltiples dimensiones de inequidad (Hankivsky 2012).

Sin embargo, la experiencia muestra que pocos de estos mecanismos de recolección y análisis de datos en salud tienen en cuenta de manera suficiente estas diferencias importantes entre las personas. Los datos informados rara vez se desglosan por sexo, muchos menos por género o procedencia, estatus social, etc. A este problema se suma el hecho de que la información relacionada con el estado del embarazo de las personas con capacidad de gestar y otros factores reproductivos rara vez se recopila o incluye sistemáticamente en los informes. Esto limita las posibilidades de comprender la dinámica de género de la enfermedad, identificar grupos vulnerables y desarrollar respuestas apropiadas. Las desventajas de las mujeres y otras identidades subalternizadas no dejan de estar presentes durante una emergencia de salud pública, pero son poco tenidas en cuenta en estas circunstancias (Davies & Bennett 2016).

Las medidas que están siendo implementadas para combatir la COVID-19 en muchas partes del mundo no tienen precedentes e incluyen restricciones a la circulación de la población, el cierre de escuelas, negocios, medidas de autoaislamiento y cuarentena, y más. Como se expuso en el primer apartado, por las características de nuestras sociedades, estas acciones, necesarias para maximizar la protección de la población en general, afectarán a las personas de diferente manera, poniendo a mujeres y otras identidades subalternizadas en clara desventaja. Este punto no puede perderse de vista durante estos tiempos.

3.1 Cuidadoras informales

La falta de inversión en los sistemas de salud a nivel mundial tiene un fuerte impacto de género a niveles particulares. Esto resulta en la descarga de responsabilidades de atención sobre las mujeres, una situación que se agrava durante los brotes. Las tareas de cuidado no remuneradas, hiper-feminizadas e informales suelen "absorber" gran parte del impacto en períodos de crisis como las pandemias, profundizando la crisis de cuidados que explicitamos en el primer apartado. Las mujeres reciben de manera desproporcionada la carga del cuidado de sus familias o depositando esa carga en mujeres más pobres, con gran impacto negativo en su salud, seguridad y/o recursos.

El aporte de las cuidadoras informales a la salud global es mucho más importante que lo que se reconoce. La reducción de las tasas de mortalidad en todos los grupos etarios durante el último medio siglo se debe en gran medida a la contribución subestimada de las mujeres a la salud y la atención social (WHO 2016; GBD 2017). Los mismos sistemas de salud que con frecuencia desatienden las necesidades particulares de las mujeres, en gran medida se sostienen en la actualidad gracias a que ellas cumplen la función de prestadoras de asistencia sanitaria tanto en el sector formal como informal.

Las cuidadoras informales son un grupo social invisible desde la óptica de la salud. El reconocimiento del impacto negativo en la salud y bienestar de las personas que llevan adelante estas tareas a menudo se pasa por alto: ellas ofician de enfermeras improvisadas, sostén emocional, gestoras de trámites y defensoras de la persona que tienen a cargo frente a situaciones en que se les niega o incumple algún derecho en salud. Todas estas situaciones son de difícil manejo y deben

sortearlas de la mejor manera posible, aunque no estén capacitadas para hacerlo.

Esta situación constante de toma de decisiones, interrupciones en el sueño, pocos momentos de descanso, interrupción de su actividad social y agotamiento emocional (especialmente si están a cargo de una persona no autoválida) tienen un impacto sobre su salud que es reconocido por los estudios sobre cuidado informal (García-Calvente et al 2004). Se lo denomina "síndrome del cuidador" (o síndrome del cuidador quemado; *Informal Caregiver Burnout* en inglés) que, a pesar de enunciarse en masculino, afecta principalmente a las mujeres e incluye el conjunto de alteraciones médicas, físicas, psíquicas, y los problemas laborales, familiares y económicos que enfrentan las cuidadoras (Lee & Singh 2010). Cuidar de la salud de otros es una tarea que implica un esfuerzo tanto físico como psicológico. Se suele asociar con mayores niveles de depresión y/o ansiedad y con el descuido de la salud propia, especialmente en lo relativo a alimentación y ejercicio (y algunas veces se manifiesta en hipertensión y problemas cardíacos, especialmente en las mujeres de edad avanzada). Todas estas problemáticas asociadas a la tarea están documentadas a nivel mundial, aunque aún no son ampliamente reconocidas (Bauer & Sousa-Poza 2015; Benjumea de la Cuesta 2004).

Durante las emergencias, la falta de apoyo hacia estas tareas de cuidado se hace mucho más evidente. Medidas necesarias para controlar la transmisión de COVID-19, como el cierre de las escuelas o la recomendación de que las personas mayores no salgan de su hogar, tienen un efecto diferencial en las mujeres que proporcionan la mayor parte de la atención informal dentro de las familias y deberían implementarse mecanismos de asistencia para evitar la sobrecarga de estas cuidadoras.

No se debe perder de vista que el cuidado informal se sostiene fundamentalmente sobre el trabajo y el tiempo de las mujeres, y que, aunque este sistema de cuidados no es formalmente caracterizado como tal, se trata, ni más ni menos, del principal "prestador de salud" en las sociedades contemporáneas y, en muchos casos, constituye la única fuente de provisión de cuidados para un gran número de personas (Wimo et al 2018). Por ello se habla de un "sistema invisible de atención a la salud": la falta de reconocimiento supone un obstáculo para su valoración social y su reconocimiento como una porción absolutamente necesaria para el funcionamiento de los actuales sistemas sanitarios. Los cuidados informales en salud también se desarrollan en el ámbito doméstico y se lo toma como parte inherente de las actividades cotidianas del hogar, reforzando aún más su invisibilidad.

Estas situaciones de emergencia permiten ver con claridad que los sistemas sanitarios en aquellos países que tienen atención pública o a través de la seguridad social, no logran dar respuesta a la demanda de cuidados que se está produciendo en las sociedades actuales. A nivel global, gran parte de las personas que requieren de atención constante la reciben por fuera de los efectores de los sistemas de salud: las mujeres constituyen el principal núcleo de prestación de cuidados en la mayoría de los países (*Ibid*.).

Las respuestas de los organismos de salud nacionales e internacionales a estas emergencias, señala Smith (2019), fallan en reconocer estos roles de cuidado, y pocas veces los tienen en cuenta al momento de diseñar las políticas de asistencia, planes y materiales de comunicación para la prevención o el cuidado durante la pandemia. El último punto es de vital importancia, ya que resulta en una limitante de la efectividad de estas herramientas y la dificultad de cumplir con las recomendaciones (especialmente aquellas que hacen referencia a la importancia de mantener la distancia física, la cual es inaplicable en el caso de las cuidadoras de menores o personas mayores no autoválidas).

3.2. Feminización de la salud

Las mujeres que trabajan como personal de salud de primera línea son uno de los grupos más expuestos. Representan el setenta por ciento de la fuerza laboral de la salud en el mundo y brindan atención a alrededor de cinco mil millones de personas (WHO 2019). Estos datos permiten dimensionar el riesgo de infección para trabajadoras dentro del sistema sanitario. Sin embargo, a

pesar de ser mayoría en el campo de atención en salud, sólo ocupan el veinticinco por ciento de los puestos de toma de decisiones (*Ibid.*) y siguen estando segregadas en gran medida en trabajos de salud de menor estatus y peor remunerados y, en algunos contextos, bajo la amenaza constante de violencia (Langer et al 2015).

Uno de los primeros estudios publicados sobre el impacto de esta pandemia en la salud mental de los y las profesionales de la salud mostró que una proporción significativa de participantes experimentó síntomas de ansiedad, depresión e insomnio, y más del 70% reportó angustia psicológica. Se encontró también que las mujeres informaron síntomas más severos de depresión, ansiedad y angustia. Las enfermeras de primera línea que tratan a pacientes con COVID-19 son el grupo más vulnerables: están expuestas al mayor riesgo de infección debido a su contacto cercano y frecuente con los pacientes y trabajan más horas de lo habitual (Lai et al 2020). Si bien se trata de resultados preliminares, se recomienda fuertemente desarrollar e implementar intervenciones especiales para promover el bienestar mental en los y las profesionales de la salud expuestos a la COVID-19, poniendo especial atención al grupo de mujeres (enfermeras y trabajadoras atendiendo en la primera línea).

A esto se suma que la brecha salarial de género en el sector de la salud es más alta que en otros sectores a pesar de ser una profesión altamente feminizada (WHO 2019). Esta desventaja es aún más pronunciada cuando tenemos en cuenta la intersección de género con raza, etnia, estatus social, orientación sexual, etc. La segregación ocupacional horizontal impulsada por los estereotipos de género que marcan cuáles son los trabajos "adecuados" para las mujeres y los varones atribuyen un valor social más bajo a las profesiones feminizadas y contribuyen, a su vez, a que se devalúe el estatus y el salario de esas profesiones. Las mujeres que trabajan en salud se dedican mayoritariamente a actividades de cuidado, como enfermería, pediatría o neonatología, y pocas se forman en especialidades consideradas "más masculinas", como cardiología, cirugía o investigación (PNUD 2018).

Teniendo en cuenta que las mujeres son quienes desarrollan la mayoría de las intervenciones de atención primaria de la salud a nivel mundial (incluida la interacción a nivel comunitario), es una muestra de inequidad que no participen de manera plena en la planificación y la toma de decisiones relacionadas con las intervenciones y los mecanismos de seguridad, vigilancia, detección y prevención durante una pandemia.

La desigualdad en relación con el uso del tiempo entre varones y mujeres que se desarrollan laboralmente en las profesiones de salud, sumado a las —a veces— cortas licencias por maternidad constituyen para las profesionales de nuestro país dos problemas adicionales. Dado que continúan siendo —en su gran mayoría— las principales responsables de la organización y de las tareas de cuidado del hogar, se dificulta su inserción en las residencias médicas, que constituyen, hoy día, el modelo predominante para la formación de especialistas en medicina, enfermería, trabajo social y otras carreras del área. Y si logran acceder a estas instancias formativas, la maternidad se convierte en un obstáculo más para su desarrollo: las residencias se rigen por las normas de la jurisdicción en la que se encuentran (aunque en ocasiones existen reglamentos propios) y así coexisten, en el país, licencias que otorgan desde tan sólo cuarenta y cinco días hasta seis meses, dificultando la reinserción de las mujeres que han parido.

3.3. La salud y los derechos sexuales y reproductivos

La continuidad en la atención y garantía de acceso a los derechos en salud sexual y reproductiva (SSyR) constituye un importante problema de salud pública que requiere de atención particular durante las pandemias. La epidemia mundial de COVID-19 está causando daños en las estructuras sanitarias en muchos países, es por ello por lo que puede resultar fácil perder de vista, entre otros efectos y peligros, el impacto específico en los derechos sexuales y reproductivos.

Es esperable que las restricciones a la circulación entre países —e incluso al interior de estos—, debido a interrupciones en las cadenas de suministro, impacten en la disponibilidad de medicamentos esenciales como anticonceptivos, antirretrovirales para tratar el vih/sida, así como

posiblemente también de antibióticos para tratar las enfermedades de transmisión sexual. A su vez, los profesionales de la salud que se encuentran en las regiones más afectadas están siendo convocados para la atención fuera de sus especialidades para ayudar a abordar la epidemia. Esto causa una reducción de profesionales disponibles para la atención en SSyR quienes, al mismo tiempo se vuelven más susceptibles y corren más riesgo de contraer la enfermedad (aumentando la escasez de profesionales que puedan proporcionar estos cuidados).

Es menester que se planifiquen las medidas a tomar en temas de salud pública teniendo en cuenta la importancia de asegurar que se respeten las decisiones y los derechos de las personas (especialmente personas embarazadas, con discapacidad, menores de edad, trans y travestis) a la salud sexual y reproductiva, independientemente de su estado en relación con la COVID-19. Esto incluye el acceso a anticonceptivos, anticoncepción de emergencia y aborto sin riesgos dentro de los límites permitidos por la ley (UNFPA 2020).

En contextos de emergencia es posible observar dificultades para acceder a los anticonceptivos, falta de acceso a la atención obstétrica y aumento de las tasas de mortalidad neonatal. En estas condiciones es un imperativo dar prioridad a la protección del derecho a la salud sexual y reproductiva (WHO 2012). El aborto, a menudo restringido incluso en circunstancias normales, generalmente se deja de lado para acomodar la escasez de personal o la reasignación de fondos. Estas intervenciones no pueden dejar de pensarse como parte de la atención esencial en salud. En contextos donde el aborto está restringido, las restricciones de movilidad o las recomendaciones de permanecer dentro de los hogares por tiempos prologados eliminan virtualmente la posibilidad de acceder a una intervención segura.

Si bien hasta el momento no se cuenta con evidencia sólida acerca de los posibles riesgos de la COVID-19 para personas gestantes (UNFPA 2020), quien cursa un embarazo es susceptible a una variedad de complicaciones respiratorias (debido a que el sistema inmunitario sufre cambios considerables durante el embarazo, las personas gestantes pueden volverse más susceptibles a algunas enfermedades infecciosas en este momento (Ie et al 2002). Es por ello por lo que la UNFPA recomienda que:

> Las mujeres embarazadas con enfermedades respiratorias deben ser tratadas con la máxima prioridad, ya que tienen un mayor riesgo de presentar resultados adversos, y las unidades de atención prenatal, neonatal y de salud materna deben segregarse de los casos de COVID-19 identificados (2020:2).

Es importante también hacer foco en la protección del personal de salud trabajando en el área de ginecología y obstetricia y asegurarse de que cuentan con los recursos necesarios para llevar adelante su trabajo de forma segura y eficiente.

Estas situaciones excepcionales —como la actual pandemia— pueden también contribuir a un aumento de las prácticas caracterizadas como violencia obstétrica, poniendo a las personas gestantes en mayor riesgo en un momento en que se encuentran especialmente vulnerables. Es fundamental que se tomen medidas para garantizar el acceso al parto sin riesgos y al continuo de la atención prenatal y postnatal, especialmente en los epicentros de la pandemia.

Finalmente, se debe atender al hecho de que el acceso a la salud y a tratamientos hormonales de las personas trans y travestis se encuentra en riesgo durante la emergencia de la pandemia. Y ello no solo por el hecho de que se complejiza la atención dentro del sistema de salud, la distribución de medicamentos y el seguimiento de tratamientos, sino que a esta población se le suma el riesgo de una persecución particularmente discriminatoria en caso de circulación en el espacio público durante el aislamiento social obligatorio.

4. La persistencia de la violencia de género en el contexto de la pandemia

Uno de los temas más preocupantes en el desarrollo de la pandemia de COVID-19 es la persistencia y hasta el aumento de la violencia de género. De acuerdo con el informe de la ONU

"The Impact of COVID-19 on Women", a medida que la pandemia profundiza los problemas económicos y sociales, sumado a la restricción de circulación y las medidas de aislamiento social, la violencia de género aumenta exponencialmente. Muchas mujeres están siendo forzadas a permanecer encerradas con sus abusadores al mismo tiempo que los servicios de apoyo a sobrevivientes se interrumpen o se vuelven inaccesibles (UN WOMEN 2020).

De acuerdo con este informe, si bien todavía es temprano para tener datos sólidos en relación con la violencia de género durante la pandemia, ya existen reportes alarmantes por parte de países que sugieren un aumento promedio del 25% en las denuncias de violencia de género. PhumzileMlambo-Ngcuka, Directora Ejecutiva de ONU Mujeres menciona:

> El confinamiento aviva la tensión y el estrés generados por preocupaciones relacionadas con la seguridad, la salud y el dinero. Asimismo, refuerza el aislamiento de las mujeres que tienen compañeros violentos, separándolas de las personas y los recursos que mejor pueden ayudarlas. Es la situación perfecta para ejercer un comportamiento controlador y violento en el hogar. De forma paralela, al tiempo que los sistemas sanitarios se esfuerzan al límite, los refugios para la violencia doméstica alcanzan también su máxima capacidad, agravándose el déficit de servicio al readaptar dichos centros a fin de ofrecer una respuesta adicional al COVID (2020).

Es especialmente preocupante el caso de América Latina, la cual representa la región más letal para las mujeres de acuerdo con el diagnóstico de la ONU. Desde hace ya varias semanas ha habido reportes desde algunas ciudades y países de la zona que recaban información estadística sobre violencia de género y se ha llegado a comprobar, en algunos casos, que aun cuando los delitos en general se encuentran en baja, los casos de femicidio, transfemicidio y travesticidio se mantienen e incluso parecieran estar en aumento.

Asimismo, a lo largo de América Latina se ha reportado a través de numerosas organizaciones de derechos humanos un incremento en la vulneración de derechos a personas de la comunidad LGBT+. A razón de ello, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), en el marco de su Sala de Coordinación y Respuesta Oportuna e Integrada a la crisis en relación con la pandemia del COVID-19, realizó un llamado a los Estados a garantizar los derechos de igualdad y no-discriminación de las personas de la comunidad, quienes se están viendo particularmente perjudicadas por acciones discriminatorias por parte de las fuerzas de seguridad, y por un deficiente acceso a prestaciones de salud, entre otras afrentas a sus derechos.

5. Algunas propuestas finales

Como advierte la Organización Mundial de la Salud (WHO 2007), existe poca evidencia sistemática sobre el impacto que las diferencias de sexo y género tienen durante las pandemias (incluso en relación con información básica como sobre incidencia o tasas de letalidad desagregadas por sexo). Sin embargo, a pesar de la escasez de información, hay fuertes indicios de que estos indicadores son importantes a la hora de analizar la transmisión y el control de enfermedades en estas situaciones de emergencia. Las pandemias exacerban las desigualdades de género existentes en las sociedades, así como también la discriminación en contra de otros grupos marginados como las personas con discapacidad y aquellas en situación de pobreza extrema.

Lo que surge en una primera mirada al desarrollo de esta situación a nivel mundial es la *necesidad de fortalecer y expandir los sistemas públicos de salud existentes* (incluyendo centros de todos los niveles de atención y desarrollo de drogas y tecnologías). Se requiere de inversiones críticas en salud para evitar que una nueva crisis ponga, en el futuro, la atención en jaque nuevamente. Queda claro que no es una disyuntiva que se deba dar el tener que elegir entre brindar atención a quienes sufren las consecuencias directas de una pandemia y continuar brindando el nivel de atención que la población requiere aún frente a una situación excepcional. Para ello son necesarias estrategias para organizar y priorizar la atención frente a la escasez de recursos. Desde una perspectiva de género, esto es especialmente relevante en relación con la atención en salud

sexual y reproductiva y en otras áreas de atención centrales para la calidad de vida de la población LGTB+.

Se debe *promover una fuerza laboral en el campo de la salud con igualdad de género*, especialmente aquellas especialidades "feminizadas" y que están más expuestas en este tipo de situaciones: enfermería, medicina clínica, gerontología y quienes se hallan en la primera línea de protección de las poblaciones contra las pandemias (que son habitualmente las áreas más relegadas) deben tener garantizadas condiciones laborales dignas, seguras y bien remuneradas. Ese sería un primer paso para desmantelar la segregación ocupacional sexual dentro del sector de la salud.

Se deben tomar medidas para *garantizar la representación de las mujeres y población LGTB+*.en la toma de decisiones y en la investigación, tanto a nivel institucional como ministerial y en las organizaciones internacionales. Un enfoque sesgado produce resultados parciales que no logran dar cuenta de las necesidades y particularidades de las poblaciones ausentes al momento de pensar en políticas y estrategias de intervención. En la misma línea, es necesario que *las mujeres estén igualmente representadas en los ensayos clínicos* que se llevan a cabo durante la crisis de salud, así como en las investigaciones posteriores. La falta de representación resulta en la falta de datos esenciales sobre los tipos de métodos de prevención, tratamientos y otras intervenciones.

Esta situación excepcional pone en el centro lainequidad de la distribución de las tareas de cuidado —las que recaen casi con exclusividad en las mujeres— y la ausencia de apoyo por parte de los Estados. Es una oportunidad clave para pensar en la *reducción y redistribución de estas tareas no remuneradas,* para así potenciar las posibilidades de quienes asumen esos roles. Se necesitan mayores inversiones en el desarrollo y la implementación de un sistema de cuidado de niños, personas mayores y personas no autoválidas.

Se debe abordar el *problema de la violencia de género.* Con las medidas de cuarentena impuestas (necesarias desde una perspectiva epidemiológica) las mujeres corren un mayor riesgo de violencia cometida por sus parejas y familiares, en tanto muchas se encuentran recluidas con sus agresores y bajo una situación de estrés particular. Los femicidios a nivel global y local siguen siendo noticia diaria y los Estados se ven obligados a promover medidas especiales para disminuir su incidencia. Es también preocupante el hecho de que muchos niños, niñas y adolescentes se encuentran recluidos en aislamiento obligatorio con sus abusadores, situación crítica que tampoco debe ser pasada por alto.*La violencia de género debe ser también considerada una crisis de salud pública* y contar con los recursos necesarios.

Se debe *promover políticas económicas de emergencia para los sectores más vulnerable*s. El impacto económico negativo en estos sectores será drástico y, como hemos visto, las mujeres se verán afectadas de manera desproporcionada, por los niveles de precarización, desocupación y pobreza a los que se enfrentan estructuralmente, al igual que los hogares monomarentales.

Las situaciones de crisis como la actual dejan a la vista las debilidades en nuestros sistemas y resaltan los riesgos que sufren las personas más vulnerables. Los impactos de la pandemia de COVID-19, aquellos que ya se perciben y los que lo harán en los próximos meses, deben pensarse como un llamado a pensar y subsanar las desigualdades subyacentes en nuestras sociedades. Aunque no podamos saber con certeza cuáles serán los próximos pasos por dar en relación con el desarrollo de esta situación de emergencia, queda claro que es menester incorporar de manera inmediata el análisis basado en el género, las voces de las mujeres y los grupos marginados, y las perspectivas feministas en la preparación y respuesta frente a la aparición de estas pandemias.

Bibliografía

Addati L., Cattaneo U., Esquivel V., Valarino I. (2018). *El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo.

Bauer J., Sousa-Poza A. (2015). "Impacts of Informal Caregiving on Caregiver Employment, Health, and Family". *Journal of PopulationAgeing*. 8(3): 113-145.

Benjumea de la Cuesta, C. (2004). "Cuidado familiar en condiciones crónicas: una aproximación a la literatura". Texto & Contexto Enfermagem, 13(1): 137-146.

Blackman A., Ibáñez A. M., Izquierdo A., Keefer P., Mesquita Moreira M., Schady N. Serebrisky, T (2020).*La política pública frente al Covid-19: Recomendaciones para América Latina y el Caribe*, Banco Interamericano de Desarrollo, p. 5. DOI: http://dx.doi.org/10.18235/0002302

Chen N, Zhou M, Dong X, et al. (2020), "Epidemiological and clinical characteristics of 99 cases of 2019 novel coronavirus pneumonia in Wuhan, China: a descriptive study". *Lancet*; 395: 507–13.

Davies S. E., Bennett B. (2016), "A gendered human rights analysis of Ebola and Zika: locating gender in global health emergencies." *International Affairs* 92: 5.

Diniz D. (2016), "Zika virusandwomen". *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 32(5): e00046316.

García-Calvente M. M., Mateo-Rodríguez I., Maroto-Navarro G. (2004). "El impacto de cuidar en la salud y la calidad de vida de las mujeres". *Gaceta Sanitaria*, 18(Supl. 2), 83-92.

GBD 2016 mortality collaborators (2017), "Global, regional and national under-5 mortality, adult mortality, age-specific mortality, and life expectancy, 1970–2016: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2016". *Lancet*;390(10100):1084– 150.

Hankivsky O. (2012), "Women's health, men's health, and gender and health: Implications of intersectionality", *Soc Sci Med.;* 74 (11):1712-20.

Ie S., Rubio E. R., Alper B., Szerlip H. M. (2002), "Respiratory complications of pregnancy". *ObstetGynecolSurv*.; 57(1): 39-46.

Informe de Credit Suisse (2018). *Global wealth report*. Recuperado de https://www.credit-suisse.com/about-us-news/en/articles/news-and-expertise/global-wealth-report-2018-us-and-china-in-the-lead-201810.htmlç

Lai J., Ma S., Wang Y., et al. (2020), "Factors Associated With Mental Health Outcomes Among Health Care Workers Exposed to Coronavirus Disease 2019". *JAMA*; 3(3): e203976.

Langer A., Meleis A., Knaul F. M., Atun R., Aran M., Arreola-Ornelas H., et al. (2015), "Women and health: the key for sustainable development. *Lancet*, 386(9999):1165–210.

Lawson M., ParvezButt A., Harvey R., Sarosi D., Coffey C., Piaget K., Thekkudan J. (2020), *Tiempo para el cuidado. El trabajo de cuidados y la crisis global de desigualdad*. Oxfam Internacional, p. 14

Lee H., Singh J. (2010), "Appraisals, Burnout and Outcomes in Informal Caregiving". *Asian Nursing Research*, 4(1): 32-44.

Moran K. R., Del Valle S. Y. (2016), "A Meta-Analysis of the Association between Gender and Protective Behaviors in Response to Respiratory Epidemics and Pandemics". *PLoS ONE*, 11(10): e0164541.

ONU Mujeres. *Violencia contra las mujeres: la pandemia en la sombra*. Recuperado de https://www.unwomen.org/es/news/stories/2020/4/statement-ed-phumzile-violence-against-women-during-pandemic

PNUD (2018), *Género en el sector salud: feminización y brechas laborales. Aportes para el desarrollo humano en Argentina*. Buenos Aires: PNUD.

RodriguezEnriquez C.M. (2015), "Economía feminista y economía del cuidado: Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad". *Nueva Sociedad*, 256 (3), p. 30.

Rodríguez Enríquez C.M., Pautassi L. (2014), *La organización social del cuidado de niños y niñas. Elementos para la construcción de una agenda de cuidados en Argentina*, Buenos Aires: ELA / CIEPP / ADC, p. 7.

Smith J. (2019), "Overcoming the 'tyranny of the urgent': integrating gender into disease outbreak preparedness and response", Gender & Development, 27:2, p. 356.

UN Women (2020), *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women*, p. 2. Recuperado de https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406

UNFPA (2020), *Informe técnico COVID-19: Un enfoque de género. Proteger la salud y los derechos sexuales y reproductivos y promover la igualdad de género*. Recuperado de https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID-19_A_Gender_Lens_Guidance_Note.docx_en-US_es-MX.pdf

WHO (2007), *Addressing sex and gender in epidemic-prone infectious diseases*, Geneva.

WHO (2012), *Integrating sexual and reproductive health into health emergency and disaster risk management.* Policy brief. Geneva.

WHO (2016), *Final report of the expert group to the High-level Commission on Health Employment and Economic Growth*. Geneva.

WHO (2019), "Delivered by women, led by men: A gender and equity analysis of the global health and social workforce".*Human Resources for Health Observer Series*, 24, p. vi.

Wimo A., (2018), *Global estimates of informal care. Alzheimer's Disease International*. London: (ADI).

AFHIC
Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul
Asociación de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur

Keep her calm La gestión psicofarmacológica de la feminidad (1950-1960)

Sandra Caponi†

Resumen

El texto analiza las estrategias disciplinares que caracterizan al campo de la psiquiatría, observando de qué modo ellas interfieren en el cuerpo y la subjetividad femenina. Después de examinar el descubrimiento del primer neuroléptico, la Clorpromazina, para entender que es lo que se considera como su efecto terapéutico, se analiza la publicidad gráfica de esa y de otras drogas similares, que fueron divulgadas en las décadas 1950 y 1960. La publicidad indica que esos fármacos fueron considerados como una tecnología operativa para disciplinar y docilizar los comportamientos femeninos, para administrar esos cuerpos a los que se les atribuye un estatuto doblemente inferior, por ser mujeres y por ser consideradas locas.

Palabras clave: psicofármacos - publicidad - disciplina - feminismo

† Profesora titular del Departamento de Sociología y Ciencia Política de la Universidad Federal de Santa Catarina-Brasil. Investigadora de CNPq

1. Introducción

Tomo como punto de partida para este análisis el libro de Sandra Lee Bartky, *Feminity and Domination, Studies on Phenomenology of Oppression* (Bartky, 1990a), publicado en el año 1990. Particularmente, quisiera detenerme en un capítulo de ese libro que se transformó en una referencia obligada para pensar la operatividad de los estudios foucaultianos, dedicados al poder disciplinar, para problematizar cuestiones feministas. En el texto *Foucault, la feminidad y la modernización del poder patriarcal,* Bartky (Bartky, 1990b) retoma los análisis de Vigilar y Castigar referidos a los "cuerpos dóciles" y muestra su aplicabilidad a la construcción de una subjetividad femenina "normal". Del mismo modo que las disciplinas cuando se dirigen a los soldados o a los trabajadores producen un cierto tipo de subjetividad, una subjetividad normalizada, que es al mismo tiempo dócil y productiva, una subjetividad adecuada a las exigencias de instituciones como el ejército o la fábrica, algo semejante ocurre con ese conjunto de discursos y estrategias de poder que se dirigen a normalizar y docilizar el cuerpo de las mujeres. Al mismo tiempo que Bartky reconoce la operatividad de los análisis de Foucault y la contribución que sus trabajos pueden tener en el campo de los estudios feministas, esta autora presenta una crítica contundente al abordaje foucaultiano por desconocer y desconsiderar la diversidad de cuerpos, por hablar de cuerpos dóciles como si "las experiencias corporales de hombres y mujeres no difirieran, como si hombres y mujeres tuvieran una misma relación con las instituciones características de la vida moderna"(Bartky, 1990b, p. 138)

Bartky destaca un hecho que hoy, treinta años después de la publicación de su texto, forma parte de los principios básicos de las teorías feministas. Sabemos que la feminidad, como afirma Butler es un modo de actuar, un modo de poner en escena normas de género. A partir de determinado conjunto de normas de género, que no son idénticas a lo largo del tiempo, sino que son históricamente determinadas, se construyen las subjetividades femeninas. Esas normas construyeron una relación ortopédica con los cuerpos y con los comportamientos, definiendo parámetros históricamente deseables, de cómo debe comportarse, como debe ser la corporeidad y la subjetividad de una "mujer normal". Bartky muestra en su estudio, que a diferencia de lo que ocurre en el ejército o en las fábricas, ese poder normalizador no se limita a normas institucionales.

Tampoco se limita a la necesidad de una obediencia jerárquicamente establecida a un sujeto que estaría en posición de ejercer un poder asimétrico y no igualitario. Esa figura, al mismo tiempo ausente y presente, de un vigilante o capataz que desde una estructura panóptica debe vigilarlo todo, aquel que debe ver sin ser visto, está diseminado a lo largo de una serie de figuras que forman parte de la historia de vida de las mujeres, figuras familiares e institucionales que reproducen las normas de género. Esa figura tiene menos que ver con el poder impositivo de la policía, que, con el poder sutil de los padres, familiares y maestros, existiendo también, una generalizada influencia de los medios de comunicación masivos. Todas esas instancias ejercen un papel ortopédico cuando "conminan a las niñas a ser modestas y a comportarse como damas, a sonreír con gracia, a sentarse con las piernas juntas" (Bartky, 1990b, p. 145). Esas y otras instituciones como los centros de belleza y academias de gimnasia tienen un papel central en la construcción del modelo femenino. Por ese motivo Bartky dirá que "el poder disciplinar que inscribe la feminidad en el cuerpo femenino está en todas partes y en ninguna; espacios disciplinarios son todos y sin embargo ninguno en particular" (Bartky, 1990b, p. 146). Cada uno de esos espacios tendrá un papel en el momento de definir que las mujeres deben evitar el exceso de peso, deben ser delgadas, deben sonreír siempre que puedan, deben ser delicadas y elegantes, no deben sobresalir en relación a sus maridos a quienes deben obediencia, deben estar siempre perfectamente maquilladas y depiladas, deben ser buenas madres y esposas, entre otras normas de construcción del cuerpo y la subjetividad femenina.

En ese marco general Bartky diferencia tres categorías a partir de las cuales se crean prácticas y discursos disciplinares para producir un cuerpo femenino. Esas prácticas son: las que buscan producir un cuerpo de cierto tamaño y configuración, como la proliferación de dietas y ejercicios físicos destinadas a producir un cuerpo femenino; las prácticas que "extraen de ese cuerpo un repertorio específico de gestos, posturas y movimientos"(Bartky, 1990b, p. 139), refiriéndose aquí a la preocupación femenina por ocupar poco espacio, no mirar a los ojos, determinado modo de hablar y de sonreír amablemente y, finalmente, aquellas prácticas dirigidas a la exhibición del cuerpo como una superficie ornamentada, vinculada a la cosmética y el maquillaje, artificios que permiten recrear la belleza femenina de acuerdo a los parámetros deseados.

Bartky analiza una serie de más de dos mil fotografías tomadas en la calle, de la fotógrafa alemana Marianne Wex, que permiten observar las posturas típicamente femeninas y masculinas. Allí las mujeres aparecen como inofensivas, tensas, con pasos cortos y cuerpos inclinados hacia adelante. Esas mujeres muestran en sus cuerpos o resultado de ese proceso disciplinar que llevó a construir un cuerpo y una subjetividad femenina ideal, "un cuerpo sobre el cual se ha inscripto un estatus inferior" (Bartky, 1990b, p. 143)

Puede objetarse que en los últimos treinta años muchas conquistas fueron realizadas porlos movimientos feministas, muchos espacios fueron conquistados, aunque aún falten muchos otros por conquistar. Particularmente en Brasil el retroceso ha sido inmenso e incalculable, paralelamente a las luchas feministas y a conquistas puntuales obtenidas, como la Ley María da Peña y muchas otras, el horizonte obscurantista que impone retrocesos impresionantes a las conquistas realizadas parece trasladarnos medio siglo hacia el pasado. Dejando de lado el caso específico de Brasil y sus evidentes retrocesos civilizatorios, el resto del mundo ya no ve la subjetividad y la corporeidad femenina sometida a las mismas estrategias de poder disciplinar analizadas por Bartky. Sin embargo, el contexto neoliberal impone nuevas relaciones entre los sujetos, ahora entendidos como Capital humano. Como bien afirma Johanna Oksala (Oksala, 2019), en su libro *The neoliberal subject of feminism*, hoy existen nuevas relaciones de poder que transforman la figura de lo femenino. Ya no es la mujer sumisa, sino la proactiva, aquella que se afirma como poderosa, la que define la feminidad neoliberal. Ya no es la madre sino la empresaria de sí. Nada indica que esa nueva figura no esté sometida a redes de poder, a jerarquías asimétricas, e a situaciones que provocan sufrimientos psíquicos profundos.

Muchas estrategias disciplinares dirigidas a la construcción de una subjetividad femenina, mediatizada por el poder psiquiátrico, se mantienen intactas hasta hoy. Participando activamente en el proceso de construcción de una subjetividad femenina funcional a las exigencias del neoliberalismo, tal como fue analizado por autoras como Oksala (2019) y Margareth Rago (2019).

Propongo aquí examinar uno de los discursos y estrategias de poder destinados a normalizar y disciplinar la subjetividad femenina. Transformándola en una figura que debe ser al mismo tiempo dócil, esto es, obediente a las normas, sumisa, calma, y productiva, esto es eficaz para ejercer su función social de madre y esposa. La historiografía feminista nos ha permitido comprender de qué modo fue construida, a lo largo de los siglos XIX y XX, la idea de que existiría una modalidad privilegiada y "normal" de "ser mujer". Así como nos permitió entender el lugar estratégico que el saber médico ocupó en esa construcción. Como afirma Margareth Rago:

> Hoy sabemos que esa definición normativa de "ser mujer" data del siglo XIX, cuando nacen la ginecología moderna y otras importantes áreas de la medicina que pasan a actuar en el proceso de higienización de las ciudades y de normalización de las conductas. (Rago, 2018, p. 5)

Sin duda, un campo de saber que ayudó a cristalizar esa idea normativa de "ser mujer" fue el saber psiquiátrico, particularmente el modo como la psiquiatría biológica fue multiplicando las patologías o las locuras femeninas a lo largo de su historia.

Vimos que Bartky destaca tres estrategias disciplinares referidas al cuerpo de la mujer. Esas estrategias, propias de los 90, que permanecen hasta hoy, se sobrepusieron históricamente a una

serie de estrategias médicas, higiénicas y psiquiátricas que, a lo largo del siglo XIX y del siglo XX, se propusieron construir la subjetividad femenina. Inicialmente, surge la figura de la mujer-madre, primero la madre burguesa y luego la proletaria, que debían ser representantes del médico en la familia, imponiendo los preceptos de higienistas. Luego, la mujer vista como una enfermera que debía velar por la salud y limpieza de su hogar. Pero debemos señalar también, a la mujer normal delineada por la psiquiatría en oposición a la figura de "la loca". La mujer psiquiátricamente normal, se define por oposición a las figuras consideradas como desvíos patológicos de esa normalidad: una galería que incluye a las prostitutas, a las feministas y mujeres eruditas, a las nerviosas e histéricas. Y es a esas mujeres, consideradas como un desvío de la normalidad, que la psiquiatría dirigió y aún hoy dirige, todo su arsenal de estrategias ortopédicas y disciplinarizadoras.

Esas estrategias disciplinares aparecen de manera evidente cuando analizamos la historia de la psiquiatría. Podemos destacar aquí, al menos tres categorías que agrupan esas prácticas: (1) la definición de diagnósticos ambiguos, muchas veces vinculados a las denominadas patologías sexuales, estableciendo rótulos que condenan al silencio a las mujeres diagnosticadas como locas, porque lo que ellas digan no tendrá sentido ni valor para nadie ; (2) las tecnologías de encierro que permanecen hasta hoy en los hospitales psiquiátricos, con sus estrategias punitivas de aislamiento, duchas heladas, contención mecánica y trabajos excesivos, denominados como "laborterapia", entre otras estrategias de poder y sumisión propias de las instituciones cerradas, (3) la prescripción de terapéuticas psicofarmacológicas que silencian los sufrimientos e imponen el aislamiento psíquico, llamadas muchas veces de estrategias de contención química. Lamentablemente, sabemos que, aún hoy, la mujer consume un numero considerablemente mayor de psicofármacos que los hombres.

Analizo las estrategias disciplinares que caracterizan al campo de la psiquiatría, observando de qué modo ellas interfieren en el cuerpo y la subjetividad femenina, cuando ella padece sufrimientos psíquicos, deteniéndome particularmente en el ítem (3): las intervenciones terapéuticas. La historia de la psiquiatría es ilustrativa para entender el lugar que ocupa la figura de la mujer para la mirada disciplinarizadora del médico psiquiatra, basta recordar la proliferación de patologías femeninas definidas por algunos de los psiquiatras más destacados de fines del siglo XIX e inicios del siglo XX: la mujer nerviosa, la histérica, la depresiva, la mujer ansiosa. Para cada una de estos diagnósticos ambiguos fueron destinadas terapéuticas invasivas como convulso terapia, electrochoque, duchas heladas, contención mecánica. Se dirá que esta sucesión de medidas invasivas desaparecerá con la aparición de los psicofármacos, pues ellos permitieron que el psiquiatra pudiera realizar intervenciones terapéuticas médicas idénticas a aquellas realizadas por la medicina en otros ámbitos. Se hablará de una revolución psicofarmacológica operada por el descubrimiento del primer neuroléptico considerado eficaz y ampliamente utilizado en los hospitales psiquiátricos: la Clorpromazina, descubierta entre 1952-1954.

Propongo analizar qué es lo que se entendía entonces y qué se entiende hoy, por eficacia terapéutica de esa droga que, como veremos, no es otra cosa que un potente sedante. Esta droga, inicialmente descubierta en Paris, fue vendida en 1954 para un laboratorio de Estado Unidos, Smith, Kline & French. Este neuroléptico o ataráxico, como también so lo denomina, posee efectos disciplinarizadores profundos, induciendo docilidad, calma y aceptación del encierro, al mismo tiempo que mantiene a los pacientes despiertos y limitadamente activos. Como veremos la Clorpromazina, que se distribuyó rápidamente por todo el mundo, no solo se utilizó para tratamiento de pacientes internados en hospitales psiquiátricos sino también para intervenir en una inmensa variedad de patologías y comportamientos socialmente indeseados. La compra de la patente para producir y vender la droga por el Laboratorio Smith, Kline & French, estuvo acompañada de una agresiva publicidad gráfica, para divulgar los beneficios de la droga, dirigida a la comunidad médica y al público en general. Analizo aquí, específicamente, de qué modo esa droga fue divulgada entre los años 1954 y fines de 1960, para disciplinar y docilizar los

comportamientos femeninos considerados patológicos. En fin, para administrar esos cuerpos a los que se les atribuye un estatuto doblemente inferior, por ser mujeres y por ser consideradas locas.

Pero, antes de referirme específicamente a la cuestión de género, debo hacer un breve resumen sobre el surgimiento de la Clorpromazina, las expectativas puestas en esa droga, a la que se le atribuye un carácter revolucionario, con la finalidad de intentar entender cuál era y cuál es el efecto terapéutico deseado, cuando se utiliza esa droga (Caponi, 2019) .

2. A propósito de la denominada revolución psicofarmacológica

En el campo de la psiquiatría parece haber un amplio acuerdo en defender la tesis según la cual, entre los años 1952 y 1954, se inicia un proceso de radical transformación del saber psiquiátrico. En ese momento aparece la Clorpromazina, considerado el primer psicofármaco eficaz para tratamiento de las psicosis. Ese momento inaugural permitirá que nuevos psicofármacos sean descubiertos, posibilitando la aparición de medicamentos considerados terapéuticamente eficaces para el tratamiento de todo tipo de padecimientos psíquicos, de la ansiedad a la depresión, pasando por la tristeza, la fobia social, a hiperactividad infantil, la desatención o el trastorno opositor.

Los que defienden la existencia de una revolución psicofarmacológica operada por esta droga, afirman que los hallazgos realizados después de la segunda guerra mundial permitieron superar las limitaciones de los tratamientos de alto riesgo, que eran utilizados en los hospitales psiquiátricos hasta entonces. De ese modo medicamentos como el opio, la morfina, el hachís, entre otros, aliados a terapias de choque, tales como lo choque de insulina, el electrochoque, la lobotomía, o las terapias de contención, como las duchas o la camisa de fuerza, podrán desaparecer.

Las estrategias utilizadas para la validación de la Clorpromazina no se reducen a modelos de explicación científica, epistemológicamente puros y ajenos a luchas y a redes de poder. Al contrario, se encuentran atravesados por las mismas redes de poder que recorren la historia psiquiatría: el lucha por la primacía de la psiquiatría biológica; la necesidad de conquistar prestigio como un campo científico igual a otras especialidades médicas; la necesidad de transformar el asilo psiquiátrico en un espacio semejante al hospital general, con sus normas de higiene, su calma, sus curas y sus altas; y, en fin, la urgencia de mostrar que la psiquiatría podía ser capaz de curar haciendo uso de un fármaco eficaz, del mismo modo que era posible curar una gripe con aspirina, o la sífilis con penicilina.

Sin embargo, no parece claro que se quiere decir cuando se habla de eficacia terapéutica de un psicofármaco, particularmente de un antipsicótico como la Clorpromazina o la Reserpina. Edward Shorter, por ejemplo, en su libro *A history of psychiatry. From the era of asylum to the era of Prozac*(Shorter, 1997, p. 225) afirma que "la Clorpromazina inició una revolución en la psiquiatría comparable a la introducción de la penicilina en la medicina general".

La Clorpromazina fue inicialmente creada como antiestamínico por el Laboratorio Rhône-Poulenc, en la década de 1940. La trayectoria de la CPZ continuó con la observación realizada por el Henri Laborit, un médico de la marina francesa, interesado por encontrar un antiestamínico que pudiesen ayudar a potenciar la anestesia para realizar cirugías en los soldados. Según Laborit el paciente medicado con *prometacina,* "no experimenta dolor ni angustia, y a veces ni recuerda que fue realizada una cirugía"(Whitaker, 2010, p. 61)

En 1952, Laborit publica el primer artículo sobre la molécula 4560 RP. Allí destaca ¨el desinterés del enfermo por lo que ocurre alrededor de él, llegando a hablar de "lobotomía farmacológica" (Missa, 2006, p. 254). Refiriéndose a la molécula conocida con el nombre 4560 RP, afirmaba que ¨contrariamente a los analgésicos clásicos, la Clorpromazina producía una indiferencia psíquica a lo dolor, manteniendo al paciente despierto" (Missa, 2006, p. 225).

Laborit utilizó esta molécula en pacientes sometidos a algún tipo de cirugía, y comprobó que quedaban en un estado descripto como "hibernación artificial". Un estado semejante al que tienen los animales, que deben adaptarse a condiciones extremadamente frías del ambiente, ese procedimiento ocurre porque el metabolismo del animal se reduce al límite, teniendo una

temperatura corporal y una frecuencia respiratoria inferior a la normal. Esos mismos efectos eran provocados artificialmente por el fármaco. Por ese motivo, y por esa analogía con el fenómeno de la hibernación, muchas veces los médicos aumentaban el efecto de las drogas, recurriendo a la inmersión de los pacientes en hielo, un procedimiento muy utilizado como auxiliar de la anestesia. Con relación a la referencia del Laborit a "lobotomía medicinal" provocada por la Clorpromazina, debemos recordar que ése era un procedimiento muy utilizado en el campo de la salud mental, considerado en ese momento como un avance terapéutico. La droga, había mostrado su capacidad para transformar los pacientes llegaban agitados y estresados al quirófano en sujetos calmos, apáticos e indiferentes al procedimiento quirúrgico.

La Clorpromazina inicia su trayectoria farmacológica como antihistamínico, luego se utiliza como anestésico y solo en tercer lugar, ingresa en la sala del hospital psiquiátrico para el tratamiento de pacientes psicóticos. Para entender este uso de la droga, debemos situarnos en el Hospital psiquiátrico Saint Anne de Paris, en el año 1952. Algunos médicos psiquiatras del Hospital Saint Anne ya habían administrado esa droga a animales de laboratorio, concluyendo que producía catatonia experimental, y que, en lugar de curar a esquizofrenia, podía llegar a causarla, y la habían descartado.

Sin embrago, Pierre Deniker y su equipo empezaron a realizar estudios en los pacientes psicóticos internados en el Hospital Saint Anne. En el año 1952, Delay y Deniker (1952b), presentaron seis artículos en coautoría que fueron publicados fundamentalmente en los *Annales médico-psiquiátricos*(Swasey, 1974, p. 113).

Los trabajos de Deniker, llamaban a ser escépticos y cautelosos. Ocurre que el descubridor de la Clorpromazina se enfrentará rápidamente a los efectos adversos de la droga, insistirá en la necesidad de tener cautela extrema, destacando que el uso de Clorpromazina podía generar un estado que denominó de "discinesia tardía" en los pacientes. Esto es, los pacientes presentaban movimientos involuntarios en sus miembros y en su rostro, acompañados de rigidez muscular y temblores, además de síntomas de Parkinson. Este efecto adverso de Clorpromazina fue relatado por Deniker en 1956, en un artículo denominado *Extrapyramidal movement disorders during chlorpromazine and reserpine therapy; clinical and electromyographic studies* .(Delay; Deniker,1956)

Sin embargo, aunque los efectos colaterales de la droga se mostraban devastadores, el efecto deseado de calmar a los pacientes manteniéndolos despiertos, parecía haber sido logrado. De acuerdo a Deniker hay un elemento que se destaca en los pacientes tratados, ese elemento es la "indiferencia". Nada parece afectarlos, no manifiestan euforia, sino una patente indiferencia al tratamiento, Deniker habla de "demora en la respuesta a estímulos externos, neutralidad emocional y afectiva, disminución tanto de las iniciativas como de las preocupaciones sin que se anule la percepción consciente, ni las facultades intelectuales, esto constituye un síndrome psíquico debido al tratamiento" (Swasey, 1974, p. 135).

Era la misma apatía que ya había sido relatada por Laborit cuando comprobó la absoluta indiferencia que mostraban los pacientes: ni miedo, ni ansiedad, sino apatía e indiferencia. Una indiferencia que se manifestaba también en circunstancias ajenas a las cirugías, incluso en circunstancias que podían implicar un potencial peligro, tal como había podido observarse en los estudios realizados con modelos animales. Según Healy, considerando esta abulia, Laborit había recomendado que la Clorpromazina se usara para controlar las reacciones de estrés en situaciones límites como las que se vivían en la guerra. "Siguiendo esta recomendación, se incluyó la droga en los botiquines médicos de los soldados americanos en la Guerra de Corea"(HEALY, 2000). En esa misma línea se situaban los estudios realizados por Deniker:

> El efecto psicológico más constante era la inercia y el desinterés. Las excitaciones del mundo exterior parecían llegar de un modo amortizado. Contestan a los estímulos con un ligero retardo, con un tono neutral e indiferente, los ojos bajos. Hundidos en una dulce indiferencia, parecen separados del ambiente por un tabique invisible" (Delay; Deniker, 1952b, p. 267)

En 1954, en Estados Unidos se publicará un informe sobre el uso del fármaco en pacientes psicóticos, nos *Archive of Neurology and Psychiatry*, por el médico canadiense Heinz Lehmann, donde se describe gráficamente la "indiferencia emocional", dejando entrever que es justamente eso lo que consideran como siendo el "objetivo" del tratamiento. Informa también que no fue posible observar ninguna influencia en los síntomas positivos de la esquizofrenia, como delirios o alucinaciones, y que: "en algunos casos, la Clorpromazina podría ser un substituto farmacológico de la lobotomía".

> Admirado, Lehmann vio el despertar que otros psiquiatras ya habían presenciado. Como afirmó más tarde, si a esos pacientes o a sus familiares se les hubiese dicho que el precio de su recuperación sería la muerte en dos años, hubieran preferido aceptar los dos años de vida restaurada. (Lehmann, 1955)

Estudios como los realizados por Lehmann se multiplicaron rápidamente con un número mayor de pacientes, divulgándose en los principales congresos internacionales de psiquiatría. La idea de que la Clorpromazina había llevado calma y quietud al hospital psiquiátrico era un tópico incansablemente repetido por los psiquiatras a lo largo de los años 1950 y 1960. Así se describía, en 1964, la pesadilla que los neurolépticos habían dejado atrás:

> ¿Recuerdas las lobotomías, los vidrios rotos? ¿Los gritos humanos en la noche, las ventanas bajo las cuáles no se podía caminar, para evitar qué excretas de algún tipo cayeran sobre ti? ¿Recuerdas el interminable bloqueo y desbloqueo de puertas? ¿Recuerdas a los pacientes maltratados y a los asistentes maltratados? (Swasey, 1974, p. 218).

Así, en 1953, por referencia al compuesto 4560RP, se afirmaba: "Es un hecho incontestable que gracias a ese derivado de las *fenotiazinas* fue posible liberar de la camisa de fuerza a todos nuestros sujetos y que la calma lograda en la pabellón de agitados es impresionante" (Parada, 2016, p. 148).

En el año 1954, el laboratorio francés Rhone-Poulenc le vendió la patente de la Clorpromazina al laboratorio norte americano Smith, Kline & French (SK&F), hoy GlaxoSmith. La licencia fue dada como antiemético, pero las ventas se multiplicarán como antipsicótico. Esto permitió la difusión de la Clorpromazina en Estados Unidos, donde se comercializa con el nombre de "Thorazine". Allí fue utilizada en dosis más elevadas a las recomendadas por Deniker y sin mencionar los efectos colaterales graves, ya bien conocidos de la droga. De acuerdo con Healy:

> Los médicos de los hospitales psiquiátricos de Estados Unidos estaban tan ansiosos por usar la droga que, cuando a CPZ finalmente se lanzó como Thorazine, en 1955, su aceptación fue asombrosa: se informó que SK & F recibió $ 75 millones de dólares, el primer año de venda del medicamento. Para comprender esta cifra, se debe tener en cuenta que algunos de los manicomios estatales americanos, como Pilgrin State Hospital de Nueva York, tenían hasta 15.000 pacientes y que todos recibieron la nueva droga. (Healy, 2000)

Cuando el Laboratorio Smith, Kline & French adquiere la patente de la Thorazine, nada se sabía sobre el mecanismo de acción de la droga. La hipótesis dopaminérgica, que no ha sido comprobada hasta hoy, habla de una acción compensatoria de la droga, capaz de equilibrar el déficit de dopamina que caracteriza a los pacientes con esquizofrenia. Esa hipótesis, solo fue enunciada en el año 1963, diez años después del descubrimiento de la Clorpromazina. Hasta 1954 solo existan relatos clínicos del supuesto éxito terapéutico de la acción de la droga, existían estadísticas que indicaban la conquista de los efectos deseados en un número cada vez mayor de pacientes tratados en hospitales psiquiátricos. De hecho, no estaba claro el significado del supuesto "éxito terapéutico", porque ya se sabía que la droga no ayudaba a controlar las alucinaciones o los delirios que continuaban presentes, sino que solo imponía una sedación artificial que le permitía al paciente convivir con sus delirios. En ese marco, ¿cómo difundir una droga de la que tan poco se sabía?

Para divulgar los beneficios de la droga, el Laboratorio Smith, Kline & French, creo una gigantesca campaña publicitaria destinada a médicos y al público en general. Esa campaña se

difundió por medio de artículos que aparecieron en importantes revistas de circulación masiva, como el New York Times y también en la publicidad gráfica. Analizo a seguir las publicidades dirigidas a las mujeres, porque ellas permiten entender la perspectiva de género adoptada por el laboratorio y el papel que juegan los neurolépticos en la gestión de la feminidad.

3. El impacto en salud de las pandemias desde una perspectiva de género

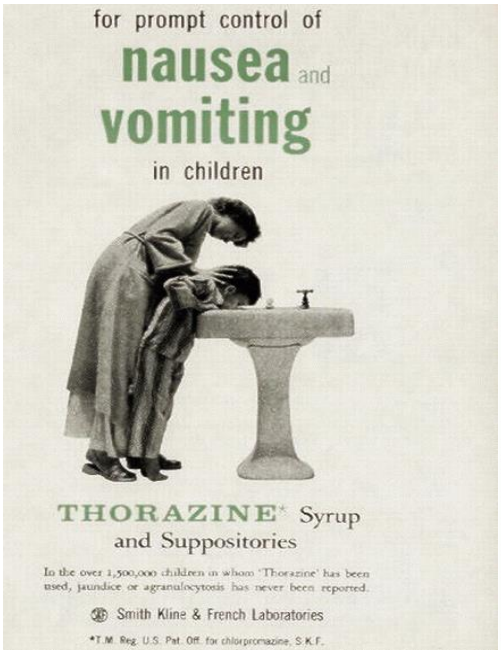
Propongo analizar de qué modo circularon las informaciones sobre los neurolépticos en la publicidad vehiculada por la industria farmacéutica, particularmente la Clorpromazina, que la empresa Smith, Klein and French produce con el nombre de Thorazine.

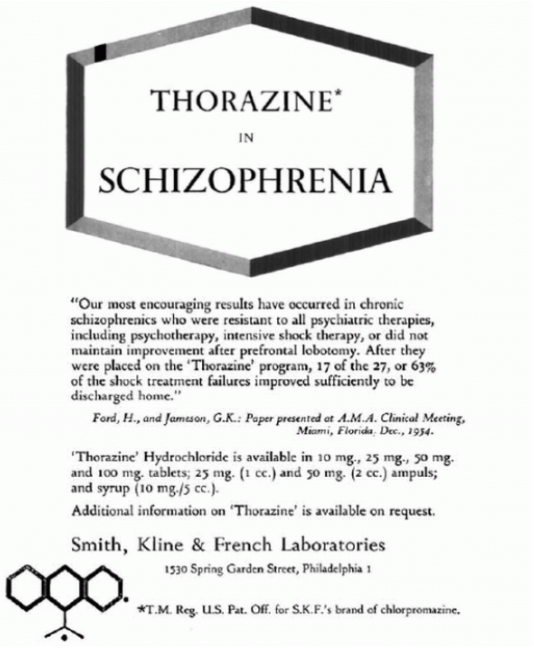
Es inevitable observar la recurrencia de figuras femeninas en esas publicidades que, lejos de presentar informaciones objetivas sobre los fármacos, parecen reproducir estrategias de poder propias de aquello que Foucault denominó dispositivo disciplinar y dispositivo de seguridad. En ambos casos se trata de producir cuerpos docilizados e adecuados a los padrones de normalidad establecidos por un poder psiquiátrico que reproduce, en el campo médico, la misma lógica impuesta por el poder patriarcal en el ámbito de lo privado. En el caso de las mujeres la psicofarmacología aparece en las publicidades como siendo una excelente tecnología capaz de imponer cierta normalidad que remite a las características deseadas de la mujer ideal, aquella que desempeña correctamente su papel social de madre, esposa, capaz de mantener la casa en orden y de satisfacer los deseos del marido. Ese cuerpo dócil, que acepta las imposiciones del poder patriarcal y es capaz de cumplir adecuadamente con las exigencias sociales dirigidas a las mujeres en las décadas de 1950 y 1960.

Argumento aquí que los primeros neurolépticos, como la Clorpromazina, pueden ser pensados como una tecnología o estrategia de poder que garantiza el ejercicio de un nuevo dispositivo disciplinar en el campo de la psiquiatría.

La empresa Smith, Kline & French a partir del momento que compra los derechos de producción de la Clorpromazina, inicia una gigantesca campaña publicitaria para difundir los supuestos beneficios terapéuticos de la droga, ahora denominada Thorazine. La publicidad fue divulgada en medios gráficos a través de artículos de divulgación científica, fundamentalmente en el New york Times. Esta revista dedicó diversos artículos a hablar sobre la promesa de esta nueva droga que habría revolucionado la psiquiatría (Caponi, 2019). Esos artículos, aunque contenían mensajes publicitarios, eran escritos por médicos o divulgadores científicos y no se presentaban como publicidad directa. Analizo aquí la publicidad gráfica que el Laboratorio Smith, Kline & French dedica a la droga Thorazine, deteniéndome exclusivamente en las publicidades que se refieren a las mujeres. Como veremos, esta publicidad indica exactamente de qué modo la sociedad de los años 1950 y 1960 pensaba a la "mujer normal", y de qué modo la divulgación publicitaria presenta a esa droga como una excelente y útil tecnología disciplinar. Las mujeres son vistas en estas publicidades siempre desde el exterior, como objetos sobre los cuales se debe intervenir para "normalizarlas", "docilizarlas" transformarlas en sujetos tranquilos y capaces de ejecutar de manera eficaz las tareas que se les asignan, adecuadas a su género. Las publicidades no se dirigen a las mujeres sino a sus maridos y a sus familias, para ellos la Thorazine será un instrumento de imposición de silencio, calma y disciplina, que les permitirá gestionar la vida de las mujeres diagnosticadas como locas o de aquellas que, simplemente, tienen comportamientos socialmente indeseados, esto es, que no son consideradas buenas madres o esposas.

Desde el año 1954 hasta fines de los años 1960, la Clorpromazina o Thorazine fue utilizada con fines cada vez más amplios. Inicialmente, como muestran las publicidades que siguen (Figura 1; Figura 2), la droga era utilizada como anti vomitivo, pero luego comenzó a ser vendida como como antipsicótico, para tratamiento de esquizofrenia.



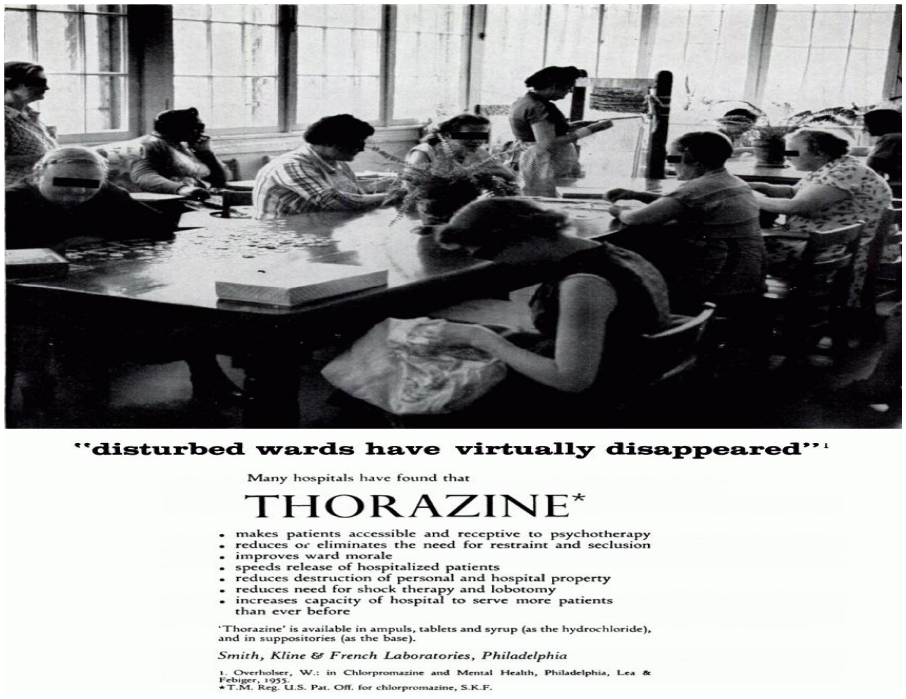


La Clorpromazina fue vendida además como un poderoso tranquilizante, también llamado de tranquilizante mayor, siendo prioritariamente utilizada en las salas de los hospitales psiquiátricos. A partir del momento en que se observa su efecto profundamente calmante, poco a poco, los pacientes psiquiátricos, ahora dóciles y adormecidos, podrán salir del hospital, pasando a ser considerados como enfermos crónicos. La condición para la salida será que ellos mantengan un uso continuo y supervisado por psiquiatra de la droga a lo largo de toda la vida. Una vez que la droga sale de los muros del hospital psiquiátrico, podrá comenzar a ser usada con propósitos muy diversos, para control de comportamientos de ancianos violentos, de niños muy activos, y de mujeres que no cumplen plenamente el rol social esperado. Cada una de esas modificaciones en el uso del fármaco está reflejada en la publicidad del Laboratorio Smith, Kline and French, al mismo tiempo que aparecen publicados anuncios de otros Laboratorios farmacéuticos, que ofrecen drogas para controlar los efectos colaterales provocados por la Thorazine.

Una e otra vez se hablará del efecto "revolucionario" que la Clorpromazina tuvo en las enfermerías y salas de los psiquiátricos, y en el comportamiento de los pacientes, ahora silenciosos e indiferentes, tal como podemos observar en este relato de 1955:

> En los hospitales americanos, la atmósfera de las salas alteradas se revolucionó por completo. Los pacientes ahora permanecen vestidos; están callados; no se incomoda entre sí; se conforman a las convenciones, se interesan en su aspecto personal y en la apariencia de las salas. (Overholser, 1956, p. 199).

Esta transformación del hospital psiquiátrico tenía implicaciones profundas. Contando con un medicamento considerado eficaz para el tratamiento de psicosis, y al mismo tiempo con pacientes y salas más calmas, la psiquiatría finalmente podría conquistar el deseado respeto profesional de sus colegas del campo de la medicina. Un respeto que parecía haber perdido por la sucesión de intervenciones y tecnologías coercitivas y no terapéuticas utilizadas en los manicomios. De ese modo, finalmente era posible hablar de la "reorganización de la gestión de pacientes perturbados" (SWAZEY, 1974, p. 221). Esa transformación se traduce en publicidades como la que aparece en la Figura 3, divulgada en el año 1954, donde se muestra una sala tranquila de mujeres psiquiatrizadas, que están vestidas, reunidas alrededor de una mesa, realizando tareas simples y femeninas.



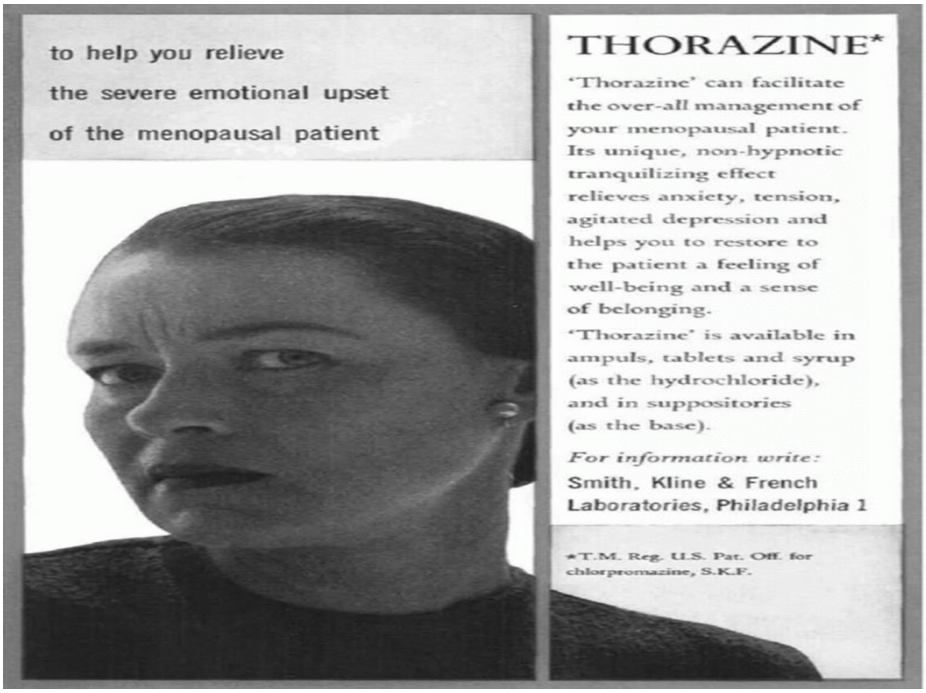
La publicidad afirma que las salas de los hospitales psiquiátricos donde ocurrían disturbios, esto es sublevaciones y tentativas de fuga, han virtualmente desaparecido. El ejemplo está dado por un ala psiquiátrica de mujeres, que gracias a la Thorazine aceptan las convenciones. Observamos que ellas permanecen vestidas. Un tópico incansablemente repetido en la psiquiatría es que las internas se sacan la ropa y se desnudan, por ese motivo la publicidad afirma que la droga aumenta la moralidad de las salas. Ellas están dedicadas a "sus labores", permanecen sentadas, no parecen intentar escapar, muestran un comportamiento de género deseado, realizan bordados, costuras o actividades manuales. El texto aclara que la droga permitió reducir la necesidad de uso de electrochoques y lobotomías y que esas mujeres parecen haber renunciado a destruir o atacar bienes que son propiedad del hospital. Todos esos comportamientos deseados hacen referencia directa a la normalización operada por el neuroléptico en las conductas de las pacientes, presentando una estrategia de disciplinarización como siendo una conquista terapéutica.

Vemos así que, cuando se trataba de mujeres internadas en un hospital psiquiátrico, la publicidad difundía que la revolución operada por los neurolépticos permitiría que pacientes químicamente calmas,permitía transformar el cotidiano del manicomio en un espacio de terapéutico de encuentro entre pares, dando la imagen de una reunión de amigas que se encuentran para conversar y dividir tareas femeninas.

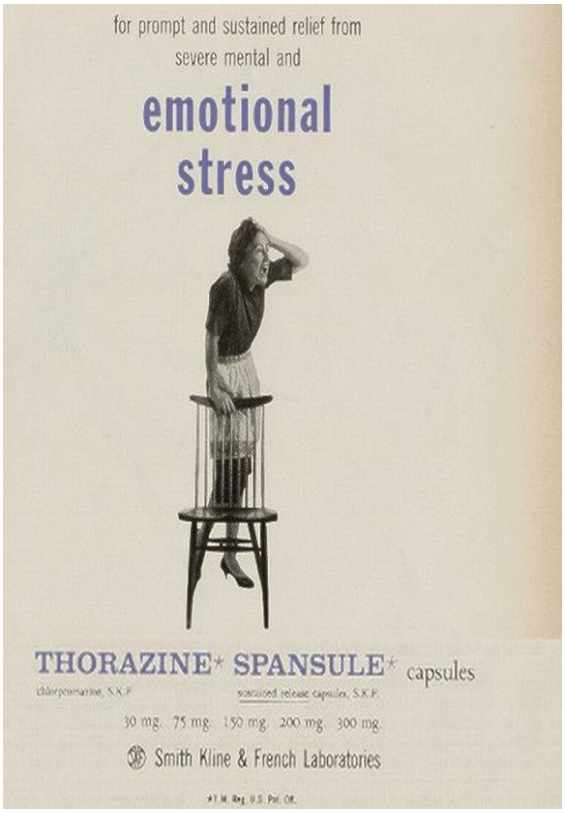
A lo largo de su historia, las "locuras femeninas" estuvieron vinculadas aalteraciones sexuales en las diferentes etapas de la vida de las mujeres. Autores como Moebius(1982) e Bombarda (1896), siguiendo los trabajos de Krafft Ebing (1894), se referían a momentos específicos como la menstruación o lo menopausia, atribuyéndoles una relación causal directa con los problemas psiquiátricos femeninos.Por ejemplo, el psiquiatra Moebius afirmaba, en 1903, que a la plenitud sexual de la mujer le corresponde la máxima agudización posible de sus capacidades intelectuales, y que, inversamente, con el climaterio y con la menopausia, asistimos a la completa decadencia de la escaza capacidad mental, que de acuerdo con Moebius (1982) caracterizaba a la mujer:

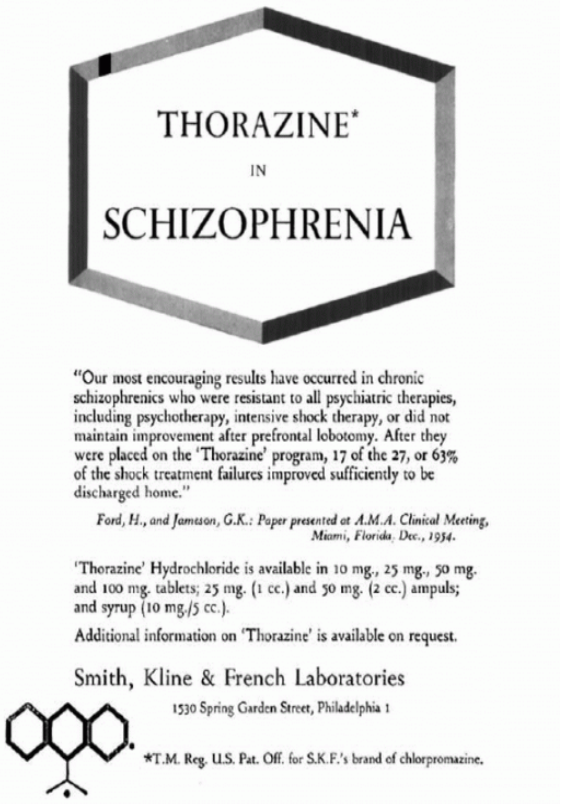
> La edad crítica significa la desaparición de la actividad sexual: ahora bien, el organismo es una unidad y las funciones están coordinadas. Existe una estrecha relación entre actividad sexual y actividad cerebral; cuando una despierta la otra se modifica. Del climaterio, por el cual la mujer se hace vieja, no podemos esperar más que el debilitamiento de las facultades mentales (Moebius, 1982, p. 23).

Es en esa lógica repetida por la psiquiatría biológica que debemos entender a la publicidad de Thorazine que sigue (Figura 4). Vemos que la asociación menopausia- locura, no era exclusiva de los psiquiatras de fines del siglo XIX e inicios del siglo XX, sino que ese prejuicio perduró hasta los años 1960. La publicidad que aparece en la Figura 4, dirigida al médico, afirma que la Thorazine puede ayudarlo a aliviar el malestar emocional severo de la paciente menopáusica. La droga es vista, claramente, como una tecnología disciplinar, que permite facilitar el manejo o la gestión de la señora menopaúsica. Afirma que la droga posee efectos tranquilizantes, que alivia la ansiedad, la tensión, pero también la depresión agitada, contradiciendo el supuesto mecanismo de acción de la droga que, por ser un tranquilizante mayor, no tendría ninguna utilidad para casos de depresión. Agrega, finalmente, que la Thorazine permite recuperar el sentimiento de bien estar y pertenencia que la mujer menopaúsica parece haber perdido.



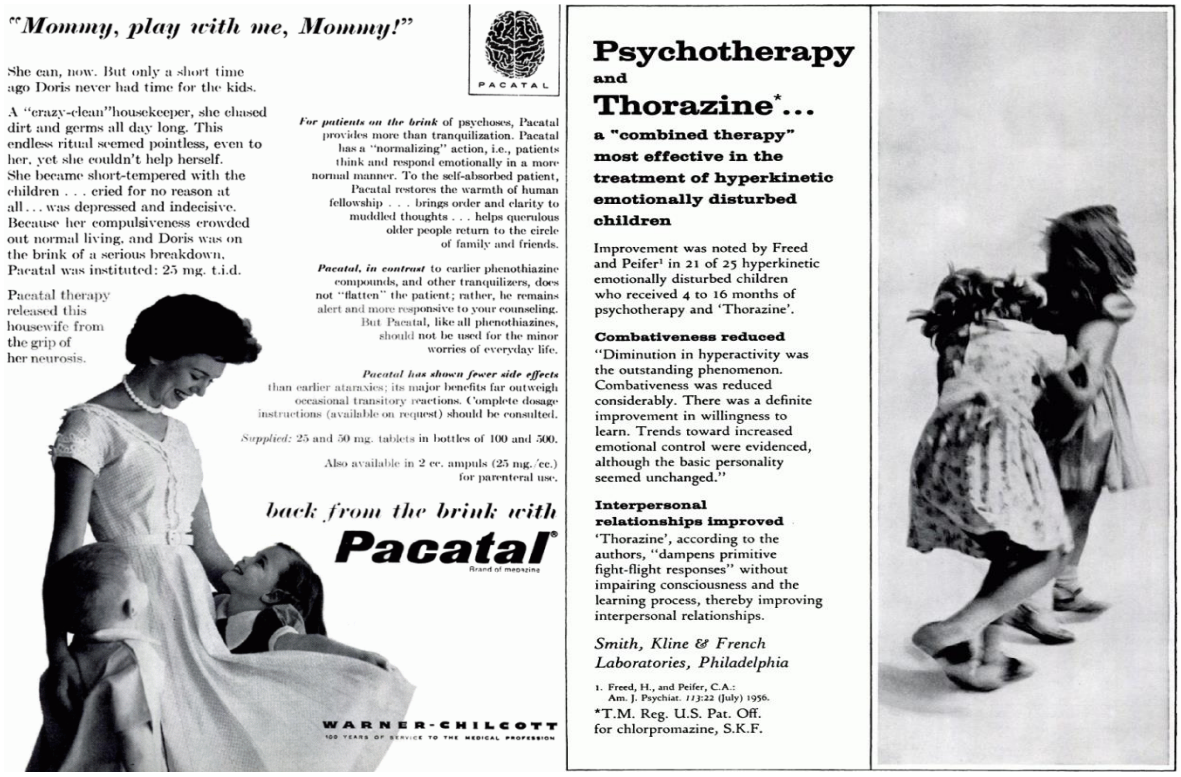
Pero Smith, Kline and French, no se limita a divulgar los beneficios del uso de la droga dentro de los hospitales, al contrario, creó un inmenso aparato publicitario encargado de mostrar los supuestos beneficios que la Thorazine tendría fuera de la institución. Esto se aplica no solo a los pacientes que salen de la internación psiquiátrica como enfermos crónicos, quienes deben consumir de por vida la medicación, sino también para aquellos hombres y mujeres que presentan comportamientos socialmente indeseados o fuera de los padrones de normalidad esperados. A partir de ese momento, tanto fuera como dentro del hospital, el psiquiatra podrá ejercer su poder sobre la totalidad de las conductas y comportamientos humanos. Para ello ya no será necesario recurrir a la figura de autoridad ejercida por el psiquiatra, ni a las clásicas tecnologías de contención y castigo como aislamiento, electrochoque o duchas, sino que ahora la psiquiatría podrá intervenir en el cuerpo de sus pacientes con una medicación, del mismo modo que lo hace cualquier médico en cualquier otra rama de la medicina (Foucault, 2003). Vemos así en las dos publicidades que siguen, ambas del año 1955 (Figura 5; Figura 6), que la Thorazine es indicada como la mejor terapéutica posible para tratar enfermos con esquizofrenia, y al mismo tiempo para tratar mujeres severamente estresadas. Tal como podemos observar en esta publicidad, se anuncia el éxito terapéutico de la droga como un medicamento eficaz para controlar el estrés mental y emocional severo de una mujer que parece estar sobrepasada por sus obligaciones domésticas, a quien vemos vistiendo un delantal de cocina sobre su ropa.



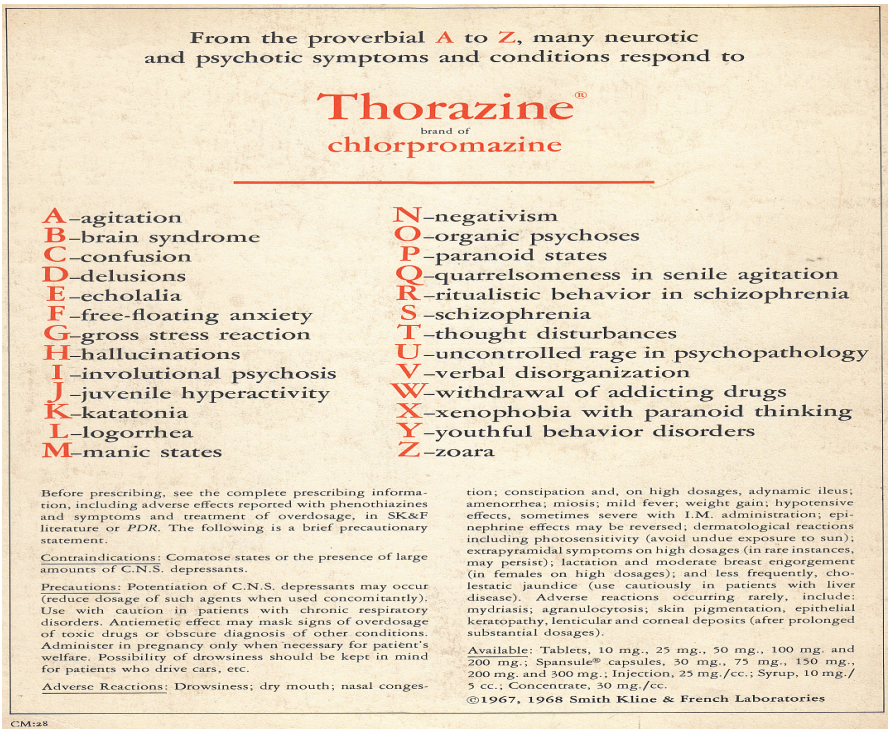


Poco a poco, los neurolépticos salen del interior del asilo para presentarse como tratamiento, no solo de problemas considerados como graves o severos, sino también como un fármaco eficaz para el tratamiento de pequeños problemas cotidianos. Siempre teniendo como modelo la buena madre y la "ama de casa" ejemplar, la que puede jugar con sus hijos y no obsesionarse por la limpieza, aquellas que son capaces aguantar cualquier desafío y que hacen frente a los problemas del día a día, dócil y disciplinadamente. En la próxima publicidad (Figura 7), del año 1969, vemos el retrato de una madre que, haciendo uso del tranquilizante Butisol, nombre comercial de la droga Butabarbital, un poderoso barbitúrico utilizado hasta hoy para insomnio severo podrá manejar el estrés de su cotidiano. Ese "daytime sedative" indicado para situaciones de estrés de la vida cotidiana, permite que esta madre pueda administrar las agresiones de su entorno inmediato, con un tratamiento que la mantiene calma y le permite ejercer su rol materno. Podemos decir, de acuerdo a Foucault que esta droga responde a una estrategia de "normación" (Foucault, 2004), en la medida que permiten la restitución de una normalidad deseada, la de la madre normal, capaz de aceptar el estrés cotidiano, manteniéndose tranquila, calma y sosegada.

Ciertamente la industria de los fármacos dedicados a problemas psíquicos ya sea para la fatiga, como estimulantes, o para la agitación, como calmantes, se dirigían a sujetos con algún tipo de sufrimiento psíquico o que presentaban conductas consideradas inadecuadas. Las publicidades de Thorazine, inicialmente estaban referidas al tratamiento de patologías psiquiátricas graves como psicosis o esquizofrenia, pero en los últimos años de la década de 1950 y a lo largo de la década de 1960, vemos ampliarse el espectro de patologías o padecimientos para los cuales se podía indicar, tanto la Clorpromazina como otras drogas similares. Así, la función de disciplinar los pacientes dentro del hospital podrá extenderse a la vida cotidiana de sujetos que no presentan condiciones psiquiátricas graves que justifiquen su ingreso al asilo. Las dos publicidades que siguen corresponden al año 1957 (Figura 8; Figura 9), ambas referidas a situaciones de la vida cotidiana. La primera publicidad es del antipsicóticos Pacatal, del laboratorio Warner, cuyo logo presenta un pequeño cerebro, ilustrando la causa biológica del problema. Bajo el título “Mamá, juega conmigo, mamá”, el anuncio afirma que la droga transformó la vida de esta madre obcecada por la limpieza, que pasaba poco tiempo con sus hijos, en una madre normal que ahora puede bromear y jugar con ellos. La segunda publicidad se refiere al tratamiento de dos niñas jugando, a las que define como agitadas e inquietas. La publicidad afirma que Thorazine permitirá, con ayuda de psicoterapia, tratar estas niñas con disturbios emocionales, controlando su hiperactividad y su "combatividad", hoy diríamos su negativa a aceptar las normas.



Como podemos observar, aunque se hable de terapéutica y de enfermedades, ya no hay referencias a delirios o alucinaciones, sino a pequeños problemas cotidianos, la madre que no tiene tiempo para los hijos o las niñas inquietas y mal educadas. Las drogas son presentadas aquí como una tecnología para restaurar la normalidad perdida. Vemos aparecer así, incipientemente un solapamiento entre el dispositivo disciplinar y el dispositivo de seguridad, en la medida que ya no se trata de controlar un espacio cerrado, el espacio del asilo, ni de establecer particiones entre el permitido (u obligatorio) y el prohibido, ni de reglamentar absolutamente la totalidad de las conductas y del tiempo. Ahora los neurolépticos serán vistos también, sin dejar de tener como función principal disciplinar los sujetos, como una tecnología que recorre otros espacios. Ya no se trata solo del asilo, sino también de la familia y la escuela, ya no se refiere solo a los enfermos mentales, sino que se le atribuye también la capacidad de reglamentar los pequeños desvíos de comportamiento de mujeres comunes. La multiplicidad de usos de los neurolépticos y sedantes divulgada en la publicidad es tan amplia que, en el año 1968, un anuncio de Thorazine (Figura 10) indica que la droga es eficaz para el tratamiento de desvíos y anomalías tan variadas y amplias que bien pueden ordenarse de acuerdo a la sucesión de letras del abecedario, abarcando de la A a la Z.



Vemos en este anuncio, una inmensa cantidad de desvíos de la normalidad, que incluyen los clásicos diagnósticos de esquizofrenia, pero que se amplía, integrando un inmenso conjunto de comportamientos que pasan a ser considerados "fuera del padrón deseado": desórdenes referidos a los comportamientos de los jóvenes, desorganización verbal, hiperactividad, ansiedad, disturbios de pensamiento, negativismo, hasta xenofobia. Vale recordar que exactamente en el mismo año, en 1968, fue publicado el DSM-II, la segunda clasificación de patologías mentales de la APA. Sabemos que cada nueva versión de ese manual amplia la cantidad de patologías y trastornos mentales, un número que no ha dejado de crecer hasta el último DSM-5, publicado en el año 2013. El uso extensivo de una droga psiquiátrica, desde el interior del hospital psiquiátrico a los comportamientos cotidianos, no es un fenómeno que ocurre exclusivamente con la Clorpromazina. Siguiendo el modelo de esta primera droga psiquiátrica, otros derivados de fenotiazinas, indicadas para tratar problemas como psicosis o esquizofrenia, también son utilizadas para tratar comportamientos cotidianos. Un ejemplo lo encontramos en esta publicidad del año 1959 (Figura 11), de la droga Mornidine, donde la displinarización de los comportamientos femeninos, a la que se refiere Bartky (1990), aparece de modo evidente.

Esta publicidad se refiere a la droga Pipamazine, un derivado de las fenotiazinas, utilizada para náuseas, vómitos y también como antipsicótico. Sin embargo, en la publicidad no hay referencia a delirios, ni a alucinaciones, ni a sufrimientos psíquicos profundos. La publicidad se refiere a una mujer que tiene dificultad de levantarse por la mañana y tienes sensaciones de náusea. Afirma que, después de temar la droga, ella puede levantarse para hacer el desayuno de su familia. Vemos así una mujer feliz haciendo sus tareas domésticas con una sonrisa, una mujer a la que la droga ha disciplinado. Ahora esta señora normalizada puede, nuevamente, hacer el desayuno tal como corresponde a los parámetros de género definidos en 1959. Parámetros que, como sabemos, en muchos casos pueden permanecer inalterados hasta los días de hoy.

De acuerdo alos parámetros de género de los años 1960, una mujer normal debe cocinar, hacer el desayuno, dedicarse a su familia, tener un matrimonio e hijos. El mismo discurso permanece en la década siguiente, tal como podemos observar en la publicidad que sigue (Figura 12), correspondiente al año 1970. Aquí no se trata de un antipsicótico, sino de un conocido medicamento para tratar síndrome de ansiedad, el famoso Valium del Laboratorio Roche.

El Valium es un benzodiasepínico, marca comercial de la droga Diasepan, indicado como un poderoso sedante para trastornos de ansiedad y pánico. Observamos aquí, del mismo modo que en la publicidad anterior, que la normalización operada por la droga está directamente vinculada a impedir comportamientos de género indeseados. En este caso concreto la publicidad de Valium hay un relato de la vida de Jan, cargado de preconceptos y estereotipos de género. Este relato muestra de qué modo las estrategias disciplinares y normalizadoras están directamente vinculares a los valores morales o sociales defendidos. El relato se refiere a Jan que tiene 35 años, ella es soltera y está clasificada como psiconeurótica. El narrador del relato es un médico que se dirige a otros médicos diciéndoles que encontrarán a muchas Jans en su camino, definidas como "las no casadas con baja autoestima". El relato comienza afirmando que el capitán de su crucero tomó esta última foto de Jan, dice que ella nunca encontró un hombre que esté a la altura de su padre, la imagen alterna fotografías de Jan con sus novios, Ted, Charlie, Jocy y Burny y con su padre en 1955, 1962 y 1969, como una forma de demostrar que su padre era la única presencia masculina permanente en su vida. Concluye afirmando que como se observa en su última foto, tirada en el barco, ahora ella se ha dado cuenta que se encuentra en un proceso de perdida y que posiblemente ella *nunca* se casará en su vida. Como respuesta para estas cuestiones subjetivas, relatadas según una mirada médica masculina y conservadora, la única solución para esta mujer que no ha podido establecer distancia con el poder patriarcal es hacer uso del medicamento Valium. La droga es presentada como siendo un excelente auxiliar para tratar mujeres como Jan, ansiosas, tensas y psiconeuroticas.

4. Efectos colaterales y estrategias de resistencia

En relación con la Clorpromazina o Thorazine, sabemos que esa pretendida tecnología revolucionaria de gestión de la locura, este tranquilizador mayor, llamado también de "ataráxico", por referencia a la indiferencia o "ataraxia" que provoca, deja, marcas imborrables en el cuerpo de los pacientes. No se trata exclusivamente de efectos colaterales indeseados, un problema que también existe en muchos otros psicofármacos, se trata de algo a más: una droga que al mismo

tiempo que calma la agitación y la agresividad, producen síndromes que son inherentes a su acción. Se dirá que es porque existen esos síndromes, que la eficacia de la droga puede ser comprobada. Como ya lo enunciara Deniker en 1956, los síndromes extra piramidales y vegetativos que la droga produce, no deben ser considerados como efectos colaterales, sino que forman parte de los efectos deseados, en la medida en que son inherentes al mecanismo de acción de los neurolépticos(Deniker, 1960).

A lo largo de las décadas de 1950 y 1960, los problemas indeseados provocados por la Thorazine se volvieron cada vez más evidentes y la respuesta de la industria farmacéutica fue inmediata. En pocos años fueron puestos a la venta diferentes medicamentos capaces de regular los efectos indeseados provocados por la droga. Encontramos, por ejemplo, un medicamento del Laboratorio Merck, comercializado con el nombre de Cogentin. Pero la droga más utilizada, hasta los días de hoy, para controlar el síndrome de Parkinson provocado por la Thorazine se denomina Akineton, ambas drogas están destinadas a contener los efectos adversos de los neurolépticos. La primera publicidad de Cogentin, aparece en el año 1958 (Figura 13). Esto es, cuatro años después de que se iniciara la divulgación de la Thorazine, cuando se hicieron evidentes los problemas que la droga provocaba. Recordemos que Deniker ya había explicado la existencia de movimientos involuntarios en el rostro y en los miembros superiores e inferiores provocados por la droga. (Deniker, 1960)

El medicamento más divulgado es Akineton, cuya primera publicidad aparece en 1960, y reaparece lo largo de las décadas de 1960 y 1970. La publicidad de Akineton aquí transcrita corresponde al año 1966 (Figura 14). Ese medicamento se utiliza hasta hoy con la siguiente información en la bula:

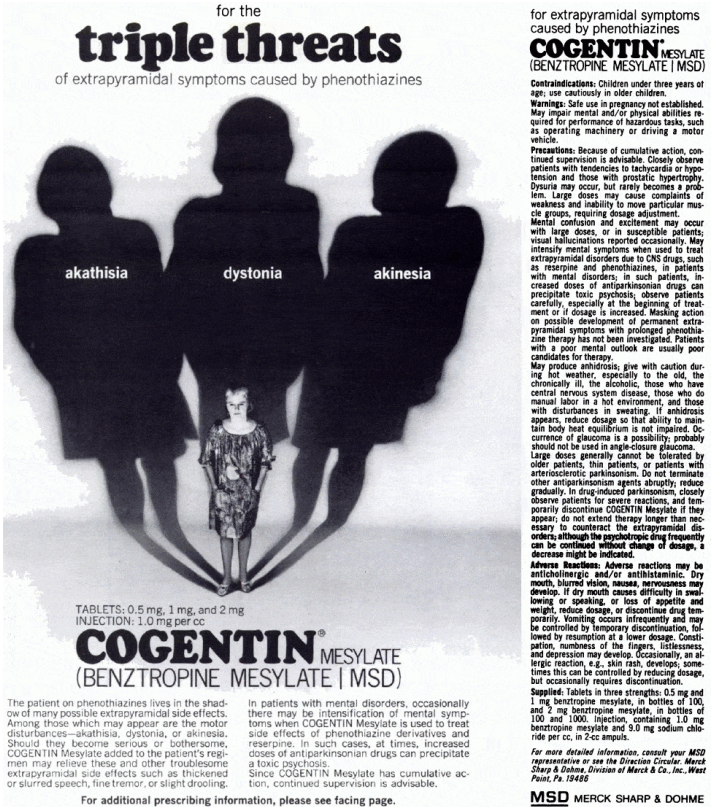
> Akineton está destinado al tratamiento del síndrome parkinsoniana, especialmente para controlar síntomas de rigidez y temblor; síntomas extrapiramidales como distonías agudas (espasmos musculares prolongados), acatisia (inquietud) y síndromes parkinsonianos inducidas por neurolépticos (medicamentos que suprimen movimientos espontáneos) y otros fármacos análogos. (Bula Akineton, 2020)

La publicidad de esas drogas afirma claramente que ya no será necesario interrumpir el uso de la Thorazine. Ahora los efectos indeseados podrán ser controlados simplemente agregando una nueva

droga, que permitirá controlar los efectos parkinsonianos médicamente provocados por Thorazine. Debe considerarse que por lo menos dos tercios de los pacientes tratados con la droga sufren de Parkinson o de encefalitis letárgica (WHITAKER, 2010). Al control de estos efectos extra piramidales también se dirige la droga Artane Sequels, del Laboratorio Lederle (Figura 15). Una droga que tal como su nombre lo indica está destinada a controlar las secuelas dejadas por el uso de antipsicóticos, particularmente para controlar el síndrome de Parkinson. La publicidad que sigue, que es la que da el nombre a este artículo, se denomina "Manténgala calma, también por fuera".

Leemos que esta mujer está en paz consigo misma porque poderosos tranquilizantes (como Thorazine) mantienen bajo control sus síntomas de psicosis, pero que, como consecuencia, diversos signos indicadores del uso de la droga han aparecido: Parkinson, rigidez muscular, movimientos repetitivos y temblor de manos. El anuncio continúa con una indicación, dirigida al marido o al médico: "manténgala calma todo el tiempo que sea necesario". Ya no será preciso sacar o reducir el antipsicótico, sino solo sumar una nueva medicación, Artane. Entonces ella mantendrá la calma interna y también externamente. Esto significa que la llamada camisa de fuerza química no parece ser suficiente para contener a estas mujeres doblemente disciplinadas: en sus mentes, ya que la Thorazine provoca ataraxia, indiferencia al mundo exterior, sedación y docilización, sino también en sus cuerpos, porque las drogas como Artane o Akineton, permiten controlar las manifestaciones exteriores que el neuroléptico provoca.

Otras drogas fueron creadas con el mismo objetivo, como la ya mencionada Cogentin, que aparece en esta publicidad del año 1972 (Figura 16). Allí leemos que esta droga controla los tres síntomas causados por las fenotiazinas: acatisia, distonía y aquinesia. Tres síntomas que, como ya fue dicho, habían sido identificados por Deniker en 1956.



Vemos así de qué modo son presentadas las informaciones sobre los neurolépticos en las publicidades de la industria farmacéutica, en la segunda mitad de los años 50 y en la década de 1960. Inicialmente aparece la publicidad de Thorazine y luego de otras fenotiazinas y benzodiasepinios, al mismo tiempo que se divulgan medicamentos para controlar los efectos colaterales que los neurolépticos producen. Esas publicidades ponen en evidencia, hasta qué punto, estas drogas cumplieron, y aún cumplen, una función disciplinar destinada a calmar, tato a las mujeres diagnosticadas como psicóticas por sus psiquiatras, como a esas otras señoras cuyos comportamientos deben ser modificados para adaptarse a los padrones de género socialmente deseados. Los neurolépticos permiten, al mismo tiempo, disciplinar las mujeres agitadas, consideradas locas, internadas en el hospital psiquiátrico, y normalizar esas mujeres inconformadas que no aceptan dócilmente su rol social de buenas madres y esposas. En ambos casos los antipsicóticos producirán esa sensación sedativa, de indiferencia y ataraxia, que de acuerdo al relato de Delay y Deniker aparecía de manera evidente en los pacientes tratados con Clorpromazine (Delay; Deniker, 1952).

Bartky afirma que "a medida que las sociedades industriales cambian y que las mujeres mismas ofrecen resistencias al patriarcado, se erosionan las formas de dominación. Pero surgen nuevas, y estas se extienden y se consolidan" (Bartky, 1990, p. 140). En el limitado margen de acción que permite la psiquiatría biológica para crear líneas de fuga y formas de resistencia, debemos observar que, lamentablemente, la propia industria farmacéutica ha creado nuevas drogas para limitar la clásica y más antigua forma de resistencia que los pacientes han podido oponer al poder psiquiátrico a lo largo de su historia: la simulación (Foucault, 2003). Las y los pacientes confrontados a los efectos colaterales graves de las drogas y al efecto sedativo indeseado que adormece los cuerpos y las mentes, han repetido a lo largo de la historia, una simple estrategia de resistencia, simular que están tomando la medicación y ocultarla o descartarla.

Esta publicidad del año 1966, es también del Laboratorio Smith, Kline and French (Figura 17). Se refiere a una droga denominada Stelazine, un antipsicótico semejante a la Thorazine. La peculiaridad es que aquí se está hablando de una nueva presentación de la droga, ya no en capsulas sino liquida y concentrada, pensada para agregar a las bebidas y comidas. La publicidad pide para mirar a Clara, mostrando su pequeño gesto de resistencia, esconder las pastillas bajo el colchón, como una grave falta cometida contra el poder del psiquiatra. Afirma que ella tiene casi una colección de pastillas en su lugar secreto y que de ese modo su salud se deteriora. Substituir las capsulas por una presentación liquida y concentrada de la droga, puede evitar esos pequeños gestos de resistencia y crear nuevas tecnologías para disciplinar cuerpos y mentes.

5. A modo de conclusión

Vimos que, drogas como la Clorpromazina o los antipsicóticos que la sucedieron, mostraron ser eficaces tecnologías para disciplinar las mujeres adentro y fuera de los manicomios. Vale la pena recordar, una vez más, aquello que Foucault afirmó en relación al uso de drogas, a las que define como uno de los tres instrumentos esenciales que permiten garantizar el ejercicio del poder psiquiátrico.

> Tercer y último, un elemento muy conocido y que la historia de la psiquiatría cubrió con un silencio muy significativo: el uso de las drogas, éter, cloroformo, opio, hachís (…) En cuanto a las drogas -esencialmente el opio, el cloroformo, el éter-, eran, es obvio, como ocurre con las drogas actuales, un instrumento disciplinario evidente, reinodel orden, de la calma, de la imposición de silencio. (Foucault, 2003, P. 268)

Vemos así que la pretendida "revolución psicofarmacológica" que la Clorpromazina habría iniciado, lejos de representar una ruptura con los procedimientos de choque que precedieron a los neurolépticos, parece establecer una continuidad absoluta con los tratamientos antes utilizados en los hospitales psiquiátricos. Ya sea que hablemos de choque de insulina, lobotomía, electrochoque, opio, o éter, o que hagamos referencia a los neurolépticos o antipsicóticos, los efectos deseados permanecen idénticos. Todos ellos inducen sensación de indiferencia y apatía, garantizan la

imposición del silencio y multiplican formas de sujeción del cuerpo y de la mente femenina, normalizada de acuerdo con estereotipos sociales de género.

Como afirma Johanna Oksala (2020), esos imperativos de género son históricamente definidos, hoy el neoliberalismo impone nuevas estrategias de subjetivación y nuevas exigencias para las mujeres. En la mayor parte de los países del mundo, a excepción de Brasil, aquellos dispositivos disciplinares analizados por Bartky (1990) tienden a desaparecer o a modificarse: la postura corporal femenina de hoy no es idéntica a la de las mujeres de los años 1980 y 1990, ni son idénticos los deportes que practican, ni se acepta tan generalizadamente a la maternidad o al casamiento como una obligación.

Hoy las mujeres pueden legítimamente privilegiar sus vidas laborales, sus amistades, sus compromisos sociales y políticos, sin aceptar las clásicas imposiciones sociales de género. Muchas conquistas fueron logradas gracias a las acciones feministas de resistencia y muchos derechos falta aún conquistar. Sin embargo, las drogas prescriptas por la psiquiatría como antidepresivos, ansiolíticos, estabilizadores de humor y antipsicóticos, continúan, aún hoy, siendo más prescriptas a las mujeres que a los hombres. Son muchas las mujeres que construyen su identidad a partir de un diagnóstico psiquiátrico en relación del cual definen su identidad, de acuerdo a categorías como "soy depresiva", "soy bipolar", "soy ansiosa". Esa construcción de identidad, muchas veces, está acompañada de la prescripción y consumo de potentes psicofármacos, sin que exista ninguna reflexión sobre el alcance disciplinarizador y docilizador de esas intervenciones terapéuticas, ni cualquier tipo de reconocimiento de la acción sedante y altamente adictiva de esas drogas. Los nuevos imperativos que el neoliberalismo dirige a las mujeres son: ser competitiva, transformarse en una verdadera empresaria de si, ascender permanentemente en la carrera profesional, mantenerse joven, delgada, activa. Al mismo tiempo, exige mantener una imagen pública de completa felicidad, conquista y bienestar profesional y personal. Es obvio que esas nuevas exigencias de género tienen un alto precio subjetivo. Para muchas mujeres que deben construirse como empresarias de sí, y también para aquellas que consideran haber fracasado en la competición empresarial, los ansiolíticos y antidepresivos continúan operando como una tecnología disciplinar eficaz. Y esto ocurre sin que existan grandes cuestionamientos, tal como ocurría en los años 60 y 70, de la capacidad que estas drogas tienen para construir subjetividades disciplinadas y funcionales a las imposiciones de género existentes.

Bibliografía

Bartky, Sandra (1990a) *Feminity and Domination*. New York: Routledge.

Bartky, Sandra (1990b) "Foucault, feminity and the modernisation of patriarcal power". En*Feminity and Domination*. New York: Routledge.

Bombarda, Miguel (1896) *Liçoessobre a Epilepsia*. Lisboa: Livraria de Antonio Pereira.

Caponi, Sandra (2019). *Uma sala tranquila: antipsicóticos para uma biopolitica da indiferença***.**São Paulo: LiberArs.

Delay, Jean; Deniker, Pierre (1956)"Extrapyramidal movement disorders during chlorpromazine and reserpine therapy". En*RevistaEncephale* v. 45, n. 4, p. 1093–8.

Delay, Jean; Deniker, Pierre (1952 a) "38 cas de psychoses traitées par la cure prolongée et continue de 4560 R P". En*Congrès des médecinsaliénistes et neurologistes de France et des pays de langue française***,** p. 503–511.

Delay, Jean; Deniker, Pierre (1952b) "Utilization enThérapeutiquepsychiatriqued´une phenothiazine d´action centrale élective (4560RP)" En*Annales médico-psychologiques* v. 110 .

Deniker, Pierre (1960) "Experimental neurological syndromes and the new drug therapies in psychiatry". *Compr Psychiatry* v. 1, n. 2, p. 92–102.

Ebing, Krafft (1894) *PsychopatholieSexualis*. [S.l: s.n.].

Foucault, Michel (2003) *Le pouvoirpsiquiatrique***.**Paris.: Gallimard.

Foucault, Michel (2004) *Securité, territoire, population.* Paris: Gallimard.

Healy, David (2000) "Pioneers in psychopharmacology II". En*International Journal of Neuropsychopharmacology* v. 3, n. 4, p. 351–354 ,.

Lehmann, H. (1955) "Chlopromazine in Psychiatric Conditions". *Canada M.A.J***.** v. 72, p. 91–99.

Missa, Jean-Noel (2006) *Naissance de la psychiatriebiologique: Histoire des traitements des maladies mentales au XXe siècle*. Paris: PUF,. .

Moebius, Paul Julius (1982). *La inferioridad mental de la mujer*. Barcelona: Bruguera.

Oksala, Johanna (2019) O sujeito neoliberal do feminismo. *Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas. PerspectivasFoucaultianas.* São Paulo: Intermeios.

Overholser, Winfred (1956) "Has Chlorpromazine inaugurated a new era in mental hospitals?". *Journal of Clinical and Experimental Psychopathology* v. 17, n. 2, p. 197–201

Parada, Carlos (2016). *Toucher le cerveau, changer l´sprit*. Paris: PUF.

Rago, Margareth; Pelegrini, Mauricio (2019). *Neoliberalismo, Feminismos Contracondutas. Perspectivas foucaultianas.* São Paulo: Intermeios.

Rago, Margareth (2018) "Maria Lacerda Moura, uma parresiasta no Brasil". En. *A Mulher é uma degenerada.* Fac-símil ed. São Paulo: Tenda dos livros,.

Shorter, Eduard (1997). **A** *History of Psychiatry: From the Era of the Asylum to the Age of Prozac*. New York: John Wiley and Sons.

Swasey, Judith (1974) *Chlorpromazine in Psychiatry. A Study of Therapeutic Innovation*. Massachusetts: The Massachusetts Institute of Technology,. .

Whitaker, Robert (2010) *Mad in America. Bad Science, bad medecine,and the enduring mistratment of the mentallu ill*. New York: Basic Books-Perseus Books Group.

Filosofía e historia de la ciencia y sociedad en Latinoamérica

AFHIC

ISBN: 978-65-86622-02-7
CBL
9 786586 622027